

Organizadora:  
Milena Cordeiro de Freitas

*Diário*  
DO SESO



Pesquisa Científica: Estudos Sociais,  
Ciências da Saúde e Ciências Humanas



**thesis** editora  
científica

Organizadora:  
Milena Cordeiro de Freitas

*Diário*  
DO SESO



Pesquisa Científica: Estudos Sociais,  
Ciências da Saúde e Ciências Humanas

**thesis** editora  
científica



**2023 - Thesis Editora Científica**

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelos autores.

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Editora Científica

Revisão: Os autores



*Licença Creative Commons*

*Pesquisa Científica: Estudos Sociais, Ciências da Saúde e Ciências Humanas* da Thesis Editora Científica está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional. (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, não representando a posição oficial da Thesis Editora Científica. É permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares (*blind peer review*), membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

**ISBN:** 978-65-980904-9-4

**DOI:** 10.5281/zenodo.10140231

Thesis Editora Científica  
Teresina – PI – Brasil  
contato@thesiseditora.com.br  
www.thesiseditora.com.br



2023

## **Pesquisa Científica: Estudos Sociais, Ciências da Saúde e Ciências Humanas**

### **Organizadora**

Esp. Milena Cordeiro de Freitas

### **Conselho Editorial**

Felipe Cardoso Rodrigues Vieira – [lattes.cnpq.br/9585477678289843](http://lattes.cnpq.br/9585477678289843)

Adilson Tadeu Basquerote Silva – [lattes.cnpq.br/8318350738705473](http://lattes.cnpq.br/8318350738705473)

Andréia Barcellos Teixeira Macedo – [lattes.cnpq.br/1637177044438320](http://lattes.cnpq.br/1637177044438320)

Eliana Napoleão Cozendey da Silva – [lattes.cnpq.br/2784584976313535](http://lattes.cnpq.br/2784584976313535)

Rodolfo Ritchelle Lima dos Santos – [lattes.cnpq.br/8295495634814963](http://lattes.cnpq.br/8295495634814963)

Luís Carlos Ribeiro Alves – [lattes.cnpq.br/9634019972654177](http://lattes.cnpq.br/9634019972654177)

João Vitor Andrade – [lattes.cnpq.br/1079560019523176](http://lattes.cnpq.br/1079560019523176)

Bruna Aparecida Lisboa – [lattes.cnpq.br/1321523568431354](http://lattes.cnpq.br/1321523568431354)

Júlio César Coelho do Nascimento – [lattes.cnpq.br/7514376995749628](http://lattes.cnpq.br/7514376995749628)

Ana Paula Cordeiro Chaves – [lattes.cnpq.br/4006977507638703](http://lattes.cnpq.br/4006977507638703)

Stanley Keynes Duarte dos Santos – [lattes.cnpq.br/3992636884325637](http://lattes.cnpq.br/3992636884325637)

Brena Silva dos Santos – [lattes.cnpq.br/8427724475551636](http://lattes.cnpq.br/8427724475551636)

Jessica da Silva Campos – [lattes.cnpq.br/7849599391816074](http://lattes.cnpq.br/7849599391816074)

Milena Cordeiro de Freitas – [lattes.cnpq.br/5913862860839738](http://lattes.cnpq.br/5913862860839738)

Thiago Alves Xavier dos Santos – [lattes.cnpq.br/4830258002967482](http://lattes.cnpq.br/4830258002967482)

Clarice Bezerra – [lattes.cnpq.br/8568045874935183](http://lattes.cnpq.br/8568045874935183)

Bianca Thaís Silva do Nascimento – [lattes.cnpq.br/4437575769985694](http://lattes.cnpq.br/4437575769985694)

Ana Claudia Rodrigues da Silva – [lattes.cnpq.br/6594386344012975](http://lattes.cnpq.br/6594386344012975)

Francisco Ronner Andrade da Silva – [lattes.cnpq.br/5014107373013731](http://lattes.cnpq.br/5014107373013731)

Maria Isabel de Vasconcelos Mavignier Neta – [lattes.cnpq.br/8440258181190366](http://lattes.cnpq.br/8440258181190366)

Anita de Souza Silva – [lattes.cnpq.br/9954744050650291](http://lattes.cnpq.br/9954744050650291)

**2023 - Thesis Editora Científica**

Copyright © Thesis Editora Científica

Copyright do texto © 2023 Os autores

Copyright da edição © 2023 Thesis Editora Científica

Direitos para esta edição cedidos à Thesis Editora Científica pelos autores.

Open access publication by Thesis Editora Científica

Editor Chefe: Felipe Cardoso Rodrigues Vieira

Diagramação, Projeto Gráfico e Design da Capa: Thesis Editora Científica

Revisão: Os autores

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisa científica [livro eletrônico] / estudos sociais, ciências da  
saúde e ciências humanas / organizadora Milena Cordeiro de  
Freitas. -- Teresina, PI : Thesis Editora Científica, 2023.  
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-980904-9-4

1. Ciências da saúde 2. Ciências humanas 3. Ciências sociais 4.  
Pesquisa científica I. Freitas, Milena Cordeiro de.

23-179132

CDD-300.72

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciências sociais : Pesquisa 300.72

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Thesis Editora Científica  
Teresina – PI – Brasil  
contato@thesiseditora.com.br  
www.thesiseditora.com.br

## PREFÁCIO

Caro leitor,

É com grande satisfação e entusiasmo que apresentamos a você o livro "*Pesquisa Científica: Estudos Sociais, Ciências da Saúde e Ciências Humanas*". Esta obra, composta por 20 capítulos minuciosamente elaborados por pesquisadores de diferentes profissões das Ciências Sociais, Humanas e da Saúde, representa um esforço da *Thesis Editora Científica* em parceria com o *Diário do Seso* para trazer à luz um conhecimento abrangente e inovador sobre tais temas cruciais.

Cada capítulo aborda uma temática específica, e juntos, formam uma tapeçaria rica e diversificada de tópicos. As reflexões, descobertas e *insights* compartilhados neste livro proporcionam uma base sólida para profissionais, estudantes, pesquisadores e todos os interessados em ampliar seus horizontes nesses campos em constante evolução. Assim, a presente obra, visa contribuir significativamente para o progresso científico.

À *Thesis Editora Científica*, eterna gratidão por fornecer o espaço necessário para a realização desta importante empreitada editorial. Seu compromisso com a excelência acadêmica e a disseminação do conhecimento é uma inspiração para todos envolvidos neste projeto.

Por fim, convidamos você, leitor, a se aventurar por esta obra e mergulhar no mundo da Pesquisa Científica nas áreas dos Estudos Sociais, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas. Certamente, o conhecimento aqui compartilhado iluminará sua jornada acadêmica e profissional, fornecendo as ferramentas necessárias para compreender e transformar vidas.

Boa leitura!

*Milena Cordeiro de Freitas*

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - UM DEBATE ACERCA DA INTERSECCIONALIDADE E A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO</b> .....	11
<i>A DEBATE ABOUT INTERSECTIONALITY AND BLACK WOMEN IN THE LABOR MARKET</i> .....	11
<b>CAPÍTULO 2 - ADOECIMENTO MENTAL PÓS-PANDEMIA DE COVID-19: uma análise acerca do trabalho do Assistente Social em meio à essa problemática</b> .....	23
<i>MENTAL ILLNESS POST-COVID-19 PANDEMIC: an analysis of the work of Social Workers in the midst of this problem</i> .....	23
<b>CAPÍTULO 3 - A DESIGUALDADE RACIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA: Implicações de um processo histórico no Brasil</b> .....	39
<i>RACIAL INEQUALITY AND VIOLENCE AGAINST THE BLACK POPULATION: Implications of a historical process in Brazil</i> .....	39
<b>CAPÍTULO 4 - A QUESTÃO SOCIAL E AS CONTRADIÇÕES AO SEU ENFRENTAMENTO PELO TERCEIRO SETOR</b> .....	49
<i>THE SOCIAL ISSUE AND THE CONTRADICTIONS TO ITS ADDRESS BY THE THIRD SECTOR</i> .....	49
<b>CAPÍTULO 5 - O PAPEL DO GESTOR HOSPITALAR NA ERA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA SAÚDE</b> .....	57
<i>THE ROLE OF HOSPITAL MANAGER IN THE ERA OF DIGITAL TRANSFORMATION IN HEALTHCARE</i> .....	57
<b>CAPÍTULO 6 - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E O PROJETO COZINHAS SOLIDÁRIAS: estratégias e alianças no combate à insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos no governo Lula</b> .....	61
<i>MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO AND THE COZINHA SOLIDÁRIA PROJECT: strategies and alliances to combat food insecurity during the COVID-19 pandemic and its consequences under the Lula government</i> .....	61
<b>CAPÍTULO 7 - SAÚDE MENTAL E OS DESAFIOS DE FAMILIARES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA</b> .....	71
<i>MENTAL HEALTH AND CHALLENGES OF FAMILY FAMILIES OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER</i> .....	71
<b>CAPÍTULO 8 - INDICADORES DE SAÚDE: uma ferramenta de melhoria da gestão</b> .....	82
<i>HEALTH INDICATORS: a tool for improving management</i> .....	82
<b>CAPÍTULO 9 - A SINDROME DE BURNOUT NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR: a vida do docente atravessando à crise do esgotamento mental após a pandemia da COVID-19</b> .....	105

<i>BURNOUT SYNDROME IN HIGHER EDUCATION TEACHING: the teacher's life going through the crisis of mental exhaustion after the COVID-19 pandemic</i> .....	105
<b>CAPÍTULO 10</b> - ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: um olhar humanizado .....	118
<i>SOCIAL SERVICE PERFORMANCE IN FRONT OF OBSTETRIC VIOLENCE: a humanized view</i> .....	118
<b>CAPÍTULO 11</b> - RETRATOS DA INFORMALIDADE: impactos da precarização no trabalho dos mototaxistas .....	129
<i>PORTRAITS OF INFORMALITY: impacts of precarization in work of mototaxi drivers</i> .....	129
<b>CAPÍTULO 12</b> - LIDANDO COM CRENÇAS E DESINFORMAÇÃO NA JUVENTUDE ATRAVÉS DA LÓGICA E RACIOCÍNIO CRÍTICO O PAPEL FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE.....	140
<i>ADDRESSING BELIEFS AND DISINFORMATION IN YOUTH THROUGH LOGIC AND CRITICAL THINKING THE VITAL ROLE OF PHILOSOPHY IN EDUCATION AND SOCIETY</i> .....	140
<b>CAPÍTULO 13</b> - ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM FRENTE A PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO: revisão integrativa .....	152
<i>ATTRIBUTIONS OF THE NURSING TEAM IN THE PREVENTION OF PRESSURE INJURY: an integrative review</i> .....	152
<b>CAPÍTULO 14</b> - NANOSISTEMAS NA ANESTESIOLOGIA: aplicações, vantagens e processos metodológicos .....	170
<i>NANOSYSTEMS IN ANESTHESIOLOGY: applications, advantages and methodological processes</i> .....	170
<b>CAPÍTULO 15</b> - EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DE LICOPENO EM NEOPLASIAS PROSTÁTICAS .....	187
<i>THE USE OF LYCOPENE IN THE PREVENTION OF PROSTATIC NEOPLASMS</i> .....	187
<b>CAPÍTULO 16</b> - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DOS DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: Limites e possibilidades .....	200
<i>AN EXPERIENCE REPORT ABOUT THE CHALLENGES OF SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL SERVICES: Limits and possibilities</i> .....	200
<b>CAPÍTULO 17</b> - RESISTÊNCIA CULTURAL DOS AGENTES DE CURA NO INTERIOR DO SEMI-ÁRIDO POTIGUAR: o papel das benzedeiças nas tradições populares .....	215
<i>THE CULTURAL RESISTANCE OF HEALING AGENTS IN THE INDOOR OF SEMI-ARID POTIGUAR: the role of benzedeiças in popular traditions</i> .....	215
<b>CAPÍTULO 18</b> - ACESSO AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS PELAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: uma revisão integrativa de literatura.....	222
<i>ACCESS TO SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS BY BLACK WOMEN IN BRAZIL: an integrative literature review</i> .....	222

<b>CAPÍTULO 19 - O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: um estudo exploratório no colégio Liceu Maranhense. ....</b>	<b>234</b>
<i>THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS A SUPPORT TOOL FOR TEACHING HISTORY DURING PEDAGOGICAL RESIDENCY: an exploratory study at Liceu Maranhense school. ....</i>	<i>234</i>
<b>CAPÍTULO 20 - HUMANIZASUS: uma reflexão sobre os desafios da assistência pediátrica.....</b>	<b>247</b>
<i>HUMANIZASUS: a reflection on the challenges of pediatric care.....</i>	<i>247</i>
<b>CAPÍTULO 21 - GERAÇÃO SCREENAGERS E A EDUCAÇÃO: os desafios e possibilidades na educação escolar indígena.....</b>	<b>259</b>
<i>SCREENAGER GENERATION AND EDUCATION: challenges and possibilities in indigenous school education .....</i>	<i>259</i>
<b>CAPÍTULO 22 - TECNOLOGIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: explorando práticas digitais e riscos no contexto das instituições escolares indígenas .....</b>	<b>269</b>
<i>TECHNOLOGY, CITIZENSHIP, AND EDUCATION: exploring digital practices and risks in the context of indigenous school institutions .....</i>	<i>269</i>
<b>CAPÍTULO 23 - MÍDIAS DIGITAIS E LINGUAGEM VISUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: uma perspectiva contemporânea .....</b>	<b>281</b>
<i>DIGITAL MEDIA AND VISUAL LANGUAGE IN INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION: a contemporary perspective.....</i>	<i>281</i>
<b>CAPÍTULO 24 - PARTILHA DO PROJETO “ESCRITA COMO CAMPO DE DISPUTA DISSIDENTE: as urgências na cena pública em um Brasil cooptado pelas produções de aniquilamento das diferenças” .....</b>	<b>292</b>
<i>SHARING THE PROJECT “WRITING AS A FIELD OF DISSIDENT DISPUTE: the urgencies on the public scene in a Brazil coopted by productions of annihilation of differences” .....</i>	<i>292</i>
<b>CAPÍTULO 25 - ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E POTENCIAL FARMACOLÓGICO DA ESPÉCIE Dysphania ambrosioides CULTIVADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA TIMBÓ-PE .....</b>	<b>304</b>
<i>ANTIOXIDANT ACTIVITY AND PHARMACOLOGY POTENTIAL OF THE SPECIES Dysphania ambrosioides CULTIVATED IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY TIMBÓ-PE.....</i>	<i>304</i>
<b>CAPÍTULO 26 - RADIODERMITE: aspectos voltados para identificação, prevenção e tratamento....</b>	<b>311</b>
<i>RADIODERMATITIS: aspects of identification, prevention and treatment .....</i>	<i>311</i>
<b>CAPÍTULO 27 - CAPTAÇÃO E DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: identificação de fatores relacionados à desistência.....</b>	<b>322</b>
<i>ORGAN PROCUREMENT AND DONATION: identifying factors related to abandonment .....</i>	<i>322</i>
<b>CAPÍTULO 28 - A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS.....</b>	<b>332</b>

<i>THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES IN ACCESS TO SOCIAL RIGHTS</i> .....	332
<b>CAPÍTULO 29</b> - ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: uma revisão bibliográfica.....	340
<i>SPACES OF PROFESSIONAL ACTION OF SOCIAL WORKERS: a bibliographical review</i> .....	340
<b>CAPÍTULO 30</b> - PLÁGIO ACADÊMICO: Violação ética e a extensividade da lei .....	349
<i>ACADEMIC PLAGIARISM: Ethical violation and the extensiveness of the law</i> .....	349
<b>CAPÍTULO 31</b> - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA SOBRE A PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA MULHERES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS .....	356
<i>EXPERIENCE REPORT OF AN EXTENSION ACTION ON HEALTH PROMOTION FOR WOMEN ON THE IMPORTANCE OF INCLUDING HEALTHY HABITS IN THE PREVENTION AND TREATMENT OF NON-COMMUNICABLE CHRONIC DISEASES</i> .....	356
<b>CAPÍTULO 32</b> - O MITO DO EMPODERAMENTO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): uma análise à luz da interseccionalidade .....	367
<i>THE MYTH OF EMPOWERMENT ABOUT THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (BFP): an analysis in light of intersectionality</i> .....	367
<b>CAPÍTULO 33</b> - A AUSÊNCIA DE TEATRO NAS ESCOLAS DE SERGIPE .....	390
<i>THE ABSENCE OF THEATER IN SERGIPE'S SCHOOLS</i> .....	390
<b>CAPÍTULO 34</b> - ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR: avaliação de gastos e ganhos .....	403
<i>HOSPITAL ADMINISTRATION: evaluation of expenses and profits</i> .....	403
<b>CAPÍTULO 35</b> - ACOMPANHAMENTO DO PUERPÉRIO NA ATENÇÃO BÁSICA: uma revisão narrativa de literatura.....	409
<i>FOLLOW-UP OF THE PUERPERIUM IN PRIMARY CARE: a narrative literature review</i> .....	409
<b>CAPÍTULO 36</b> - QUESTÃO AMBIENTAL, VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL E ECOFEMINISMO: .....	415
Análise dos sujeitos mais afetados .....	415
<i>ENVIRONMENTAL ISSUES, SOCIO-TERRITORIAL VULNERABILITY AND ECOFEMINISM</i> : .....	415
<i>Analysis of the most affected subjects</i> .....	415
<b>CAPÍTULO 37</b> - ORTODONTIA E PERIODONTITE: uma revisão sistemática sobre essa correlação de importância clínica .....	426
<i>ORTHODONTICS AND PERIODONTITIS: a systematic review on this clinically important correlation</i> .....	426

# CAPÍTULO 1

## UM DEBATE ACERCA DA INTERSECCIONALIDADE E A MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO *A DEBATE ABOUT INTERSECTIONALITY AND BLACK WOMEN IN THE LABOR MARKET*

 10.5281/zenodo.10120290

Larissa Micela Monteiro Lima <sup>1</sup>  
Lívia Greycy Calado Lanate <sup>2</sup>  
Sandriele Cristina de Assis <sup>3</sup>  
Halana Symere Vieira de Araújo <sup>4</sup>  
Milena de Sousa Marques <sup>5</sup>

- <sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-9633-039X>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8201786933098255>. E-mail: [micelalarissa@gmail.com](mailto:micelalarissa@gmail.com)
- <sup>2</sup> Graduanda em Direito. Universidade Estácio de Sá – UNESA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-2987-5793>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0230318521284564>. E-mail: [liviagrecy@outlook.com](mailto:liviagrecy@outlook.com)
- <sup>3</sup> Assistente Social. Centro Universitário Santa Amélia – (UNISECAL). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-8737-440X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0203603548158469>. E-mail: [sandryelecristina2@gmail.com](mailto:sandryelecristina2@gmail.com)
- <sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social da Faculdade Santa Helena – FSH. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-5247-676X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0760670912197058>. E-mail: [halanasymere7@gmail.com](mailto:halanasymere7@gmail.com)
- <sup>5</sup> Graduanda em Serviço Social. Centro Universitário Leonardo da Vinci. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1201-180X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8946252233449203>. E-mail: [mylenasousamarques89@gmail.com](mailto:mylenasousamarques89@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo versa como tema um debate acerca da interseccionalidade e a mulher negra no mercado de trabalho. Tem o objetivo geral do estudo delimitou-se em apresentar a relação entre interseccionalidade e a mulher negra no mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi um estudo de uma abordagem qualitativa, de uma pesquisa bibliográfica/reflexão teórica, onde foram analisados artigos e materiais científicos a fim de contribuir nesta discussão, que tenham relação com a temática. Conclui-se que na sociedade contemporânea ainda há uma opressão na questão do mercado de trabalho para mulher negra, pois a questão racial e a baixa escolaridade é algo que ocasionada ainda mais desigualdade, sendo assim é importante buscar e cobrar o estado para que sejam formuladas Políticas Públicas que visam a garantia dos direitos da mulher negra, e mais oportunidade de qualificação profissional, para que a mulher negra possa se inserir no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Mulher Negra; Gênero; Interseccionalidade; Mercado de trabalho.

### ABSTRACT

This article deals with a debate about intersectionality and the black woman in the labor market. The general objective of the study is limited to presenting the relationship between intersectionality and black women in the labor market. The methodology used was a study of a qualitative approach, of a bibliographical research/theoretical reflection, where articles and scientific materials were analyzed in order to contribute to this discussion, which are related to the theme. It is concluded that in contemporary society there is still oppression in the issue of the labor market for black women, as the racial issue and low education is something that causes even more inequality, so it is important to seek and charge the state to formulate them. Public Policies aimed at guaranteeing the rights of black women, and more opportunities for professional qualification, so that black women can enter the job market.

**Keywords:** Black woman; Gender; Intersectionality; Job market.

## 1. INTRODUÇÃO

A interseccionalidade pode ser apreendida por meio dos marcadores sociais que visam analisar os impactos das diversas formas de opressões e desigualdades sociais factuais, levando em consideração a raça ou etnia, classe social e sexo, entre outros. Além disso, demonstram que o sexismo, o patriarcado e o racismo são indissociáveis e estruturais, pois remontam a exclusão de indivíduos ou grupos, sendo a ausência da mulher negra no mercado de trabalho, reflexo do racismo estrutural que traz à tona uma realidade que ultrapassa períodos historicamente determinados.

No século XIX, as distinções físicas eram observadas criteriosamente no processo evolutivo da humanidade, justificando a exploração e o racismo através da naturalização das desigualdades (Santos, 2002). Por consequência disso, os europeus suprimiram as particularidades dos povos africanos, “reduzindo-os a apenas “negros” pelo processo de racialização” (Silva; Leal, 2019).

À vista disso, destaca-se também a divisão sexual do trabalho que assume uma roupagem relevante, entretanto faz-se críticas, tendo em vista a sua relação com a concepção europeia e ocidental, acerca do trabalho da mulher, substanciando a imutável condição de subordinação ao campo doméstico, uma vez que é ponderado a tardia inserção no mercado de trabalho. Assim os autores afirmam que permeia uma generalização, pois “as formas de trabalho que são destinadas às mulheres, como se essa categoria fosse uniforme, apagando, assim, as opressões raciais que atingiram as mulheres negras muito antes da inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho.”

Conforme o relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe, realizados em 2017 verifica-se a distribuição racial dos níveis de escolaridade por grupos de cor, assim sendo, enfatiza-se que na categoria de ausência de instrução os negros ocupam (9% frente a 5% dos brancos), no ensino médio incompleto (8% frente a 5% dos brancos), isto é, uma representação dos baixos níveis de escolaridade, ao mesmo tempo que os brancos são predominantes na categoria do ensino superior, refletindo em (19% dos brancos face somente 7% dos negros) (Leão *et al.*, 2017). Nota-se uma ampliada disparidade social da população negra e os impactos da interseccionalidade concernentes a raça e classe, posto que a discrepância na formação minimiza consideravelmente as possibilidades de promoção ao mercado de trabalho (*idem*, 2017).

Historicamente, a mulher negra não era vista como mulher tampouco como representatividade, em razão de que os direitos das mulheres primeiramente abarcaram

as mulheres brancas e que somente com o feminismo negro, baseado em muitas lutas, que as mulheres pretas alcançaram a “liberdade”. Nesse sentido, mesmo com essa suposta “liberdade”, ainda tentam silenciar e violentar, retirando-lhes de seu lugar de fala e pertencimento (Araújo *et al.*, 2019).

Desse modo, é preciso que mais mulheres negras ocupem espaços hegemonicamente habitados pela “branquitude” e suas expressões. Diante do exposto, o objetivo geral do estudo delimitou-se em apresentar a relação entre interseccionalidade e a mulher negra no mercado de trabalho. Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo partiu de uma abordagem qualitativa com um viés de pesquisa bibliográfica/reflexão teórica, onde foram analisados artigos e materiais científicos a fim de contribuir nesta discussão.

## **2. A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE**

A luz dos ensinamentos de Izquierdo (1992), o conceito de gênero carrega consigo uma dicotomia, podendo ser dividido em duas vertentes, que a mesma classifica como as “bases biológicas” e “bases sociais”. As bases biológicas trabalham em cima do entendimento das diferenças sexuais inatas, já as bases sociais buscam explicar o gênero através da produção social da respectiva existência e, portanto, compreendendo o gênero como uma construção social.

Desse modo, a autora ainda alude sobre a importância de realizar uma análise crítica acerca de que o gênero não pode ser pautado em cima do nicho biológico, pois há diversas variantes que tornam cada ser humano único e não apenas distintos em polaridade de machos e fêmeas, como por exemplo, variações de origem genética, complexidade do sistema nervoso que responde de forma diversa a cada estímulo, bem como, o ambiente em que se vive, que define fatores determinantes na vida do ser.

Nesse sentido, Izquierdo (1992) assevera que “[...] Nosso corpo não é estritamente um fato natural e por conseguinte, as diferenças entre um e outro sexo são também diferenças de gênero, ou seja, culturais. Olho por olho é impossível estabelecer qual é a fronteira entre a natureza e a cultura.”. Dessa forma, se o gênero é classificado como uma construção social, que segue métricas culturais, a desvalorização do gênero feminino e a tudo que se assemelhe a ele, se explica por tais equivocadas construções sociais ao longo dos séculos.

Assim, a figura da mulher perante a sociedade carrega consigo marcas da opressão e boicote históricos, baseadas apenas em um recorte físico, onde a mesma por

características plenamente mutáveis vem a experimentar diversas sanções que a levam a um ambiente de hostilidade e subjugação. Subjugação esta, que provém do exercício de concepções machistas, patriarcais e sexistas, construídas a partir do pacto de poder masculino.

Nessa perspectiva de opressão, acabam por nascer por parte da classe feminina, os movimentos feministas, que buscam promover a ruptura da hierarquia de gênero preestabelecida e arraigada no corpo social, visando assim, conquistar a promoção dos Direitos das mulheres. Contudo, tais movimentos foram encabeçados apenas por mulheres brancas da elite, que tinham uma visão de mundo deturpada e que acabavam por atuar apenas em causa própria, logo, carregavam consigo a marca de uma sociedade adoecida pelo racismo e outros tantos preconceitos.

De tal maneira, impulsionada pelo flagrante segregação experimentada pelas mulheres negras pelo movimento feminista, em 1851, durante a Convenção dos Direitos da mulher em Akron (Ohio), Sojourner Truth (2019), mulher negra que já havia sido escravizada em grande parte de sua vida, pronunciou seu discurso “E eu não sou uma mulher?”. Onde discursou em um ambiente quase que todo masculino, sobre a força e potencialidade da mulher e sobre o apagamento que as mesmas sofrem, em especial, mulheres negras, que nem sequer eram consideradas detentoras de algum direito.

Tal discurso veio a se tornar um marco dentro do movimento feminista, iniciando posteriormente a discussão sobre a importância da interseccionalidade, onde Crenshaw (2002, p. 177)

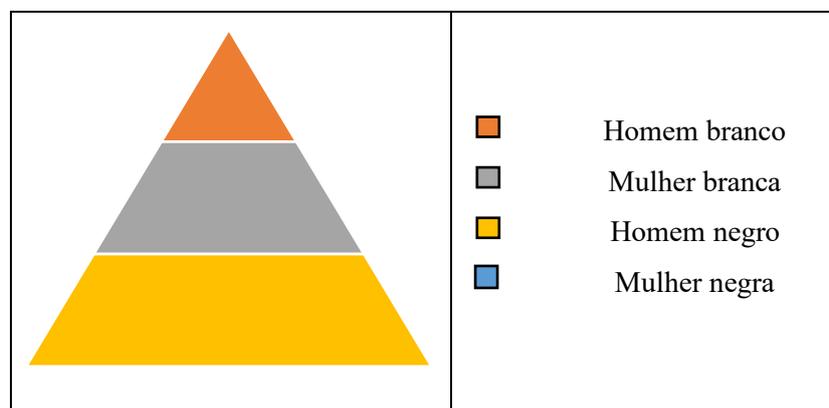
A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Nesse sentido, a interseccionalidade trabalha em cima dos marcadores sociais, que atuam como intersecções, ou seja, aspectos da vida de determinado indivíduo. Partindo desse pressuposto, o gênero, a raça, a etnia, a classe social, bem como, a orientação sexual, são exemplos de singularidades que fazem parte e determinam a vivência de uma pessoa em sociedade e, a partir dessa leitura, se é observado as camadas de desigualdade que podem vir a ser enfrentadas por determinada pessoa.

A partir dessa ótica, a mulher negra acaba por encarar um caminho árduo perante sua própria experiência de existência, pois mesmo com o passar dos séculos desde que Truth proclamou sobre a existência e resistência da mulher negra num cenário hostil de recém abolição da escravatura estadunidense, ainda assim, o racismo é uma realidade difundida. À vista disso, nasce a vertente do feminismo interseccional, movimento que genuinamente partiu de mulheres negras, que questionavam ativamente, dentre outras questões, a visão disseminada de mulheres como seres com demandas universalizadas, que acabava por não levar em consideração as demandas individuais de mulheres que não se encaixavam no padrão branco, burguês e heteronormativo.

Nesse tocante, diante de um sistema de poder e dominação masculina, atrelado ainda ao racismo e aporofobia ainda muito arraigados na sociedade brasileira, a desigualdade racial e de classe constituem uma realidade muito atual. Tal desigualdade vem a acometer os indivíduos que a experimentam de maneira global, restringindo suas possibilidades de vivências. Através dessa ótica, percebe-se que há a ocorrência de uma espécie de hierarquia de gênero, onde o fator racial é determinante nessa pirâmide, tal hierarquia determina diretamente como vai incidir a desigualdade na vida do respectivo grupo (Almeida *et al.*, 2018)

**Tabela 1** – Hierarquia gênero-racial



**Fonte:** Elaboração própria com dados da pesquisa (2023)

Portanto, como exemplificado acima, mulheres negras figuram na última colocação da hierarquia e por conseguinte, constituem o grupo que mais sofre com a falta de oportunidades, seja na esfera acadêmica, pessoal, bem como, a profissional. Sendo o foco do presente estudo a figura da mulher negra no mercado de trabalho (Trajano, 2021).

Diante desse cenário de discriminação de gênero e racial, a política de ações afirmativas voltadas para pessoas negras promovidas por algumas empresas durante os processos seletivos, configuram uma maneira hábil para promover a oportunidade de colocação desse grupo no mercado de trabalho. Dessa maneira, começando mesmo que de forma tardia e lenta, a busca pela valorização laboral da mulher negra.

### **3. UM DEBATE DO ACESSO DE MULHERES NEGRAS AO MERCADO DE TRABALHO**

Ao longo da história, as mulheres negras têm enfrentado desafios e barreiras estruturais que impossibilita sua entrada e o desenvolvimento no mercado de trabalho, os obstáculos têm raízes profundas no sistema de opressão que associa ao racismo e sexismo, gerando desigualdades sistêmicas e persistentes. Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras é a discriminação racial e de gênero, elas sofrem com preconceitos e estereótipos que limitam suas oportunidades e impactam negativamente sua trajetória profissional.

Segundo a autora Djamila Ribeiro do livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, a desigualdade salarial persistente, faz com que as mulheres negras recebam salários significativamente menores em comparação com homens brancos e mulheres brancas em cargos similares. Essa disparidade salarial reflete a interseção de raça e gênero, deixando claro como as mulheres negras são duplamente prejudicadas pela discriminação racial e de gênero (Ribeiro, 2018).

A discriminação pode ocorrer em diferentes etapas do processo de contratação, desde a seleção até a promoção dentro das empresas, as mulheres negras são preteridas em favor de candidatos brancos ou enfrentam salários inferiores e menor acesso a benefícios e oportunidades de crescimento. A falta de oportunidades educacionais e de capacitação é outro fator que contribui para a desigualdade de acesso das mulheres negras ao mercado de trabalho, a educação desempenha um papel fundamental na formação e qualificação profissional, mas têm menos acesso a recursos educacionais de qualidade. Isso pode ser resultado de desigualdades socioeconômicas, falta de investimento em escolas localizadas em comunidades marginalizadas e até mesmo a ausência de políticas públicas efetivas que promovam a igualdade de acesso ao sistema educacional.

As mulheres negras enfrentam desafios significativos em termos de acesso e participação no mercado de trabalho e são mais propensas a ocupar empregos precários,

informais e de baixa remuneração. Além disso, a desigualdade salarial persistente é uma questão crítica enfrentada pelas mulheres negras, e a desigualdade salarial tem um impacto direto na qualidade de vida e no bem-estar, dificultando seu avanço econômico e a construção de uma carreira profissional estável.

No Brasil, por exemplo, onde a população negra representa uma parcela significativa da sociedade, as mulheres negras ainda enfrentam uma série de desigualdades no mercado de trabalho. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2020, a taxa de desemprego das mulheres negras foi maior do que a das mulheres brancas e dos homens negros. Em um estudo de 2018 conduzido pelo Instituto Ethos e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), constatou-se que apenas 4,7% dos cargos executivos nas principais empresas brasileiras eram ocupados por mulheres negras, evidenciando a baixa representatividade desse grupo (Brasil, 2020).

É importante ressaltar que essas estatísticas refletem as disparidades e desigualdades estruturais presentes na sociedade, resultado de fatores como racismo, sexismo e outros sistemas de opressão. A superação dessas desigualdades requer esforços coletivos e políticas que promovam a igualdade de oportunidades, enfrentem a discriminação e criem condições favoráveis para a inserção e progressão das mulheres negras no mercado de trabalho.

As mulheres negras apresentam maior participação em serviços domésticos, comércio e educação, saúde humana e serviços sociais em comparação às mulheres brancas. Os dados a seguir no texto são referentes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e assim, o setor de serviços domésticos, as mulheres negras têm uma proporção quase duas vezes maior (16,4%) do que as mulheres brancas (8,8%), a predominância das mulheres negras em áreas como serviços domésticos, comércio e educação está relacionada a diversos fatores interligados que contribuem para essa realidade, é importante destacar a herança histórica de associação das mulheres negras ao trabalho doméstico (Brasil, 2020).

Durante o período da escravidão, as mulheres negras eram frequentemente destinadas a realizar trabalhos domésticos nas casas das famílias brancas, essa associação persistiu ao longo do tempo e influenciou a percepção social do trabalho doméstico como um trabalho "natural" para as mulheres negras. Além disso, o trabalho doméstico muitas vezes é subvalorizado e precarizado. Historicamente, esses empregos têm sido caracterizados pela ausência de direitos trabalhistas, baixos salários, longas

jornadas de trabalho e falta de proteção social. Essas condições dificultam a ascensão profissional e o acesso a melhores oportunidades para as que trabalham nesse setor (Brasil, 2020).

Em contraste, no segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, as mulheres brancas têm uma participação maior (14,3%) em comparação às mulheres negras (9%). Essas informações evidenciam as disparidades de participação ocupacional entre mulheres negras e brancas em diferentes setores da economia. As mulheres negras têm maior representatividade em áreas como serviços domésticos, comércio e educação, enquanto as mulheres brancas têm uma presença mais expressiva em setores como informação, comunicação, finanças e indústria (Brasil, 2020).

Essa concentração das mulheres negras em determinados setores contribui para a perpetuação das desigualdades econômicas e sociais. De acordo com o estudo "*Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil - 2ª edição*", publicado em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, as mulheres, especialmente as mulheres pretas ou pardas, dedicaram quase o dobro de tempo dos homens aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, com uma média de 21,4 horas semanais em comparação com 11,0 horas dos homens (Brasil, 2021).

Assim, a subalternização do emprego para mulheres negras no mercado de trabalho é uma realidade que reflete as desigualdades estruturais presentes na sociedade. No mercado de trabalho, as mulheres negras enfrentam uma dupla discriminação, tanto em comparação com os homens quanto em relação às mulheres brancas, essa comparação de gênero e raça revela disparidades significativas que impactam o acesso, às oportunidades e os resultados no ambiente profissional.

Nesse contexto, mulheres negras enfrentam uma série de barreiras e obstáculos que limitam suas oportunidades de emprego, progressão na carreira e acesso a posições de liderança. Um dos principais fatores que contribui para a subalternização do emprego é a interseção de racismo e sexismo, elas enfrentam discriminação tanto por sua raça quanto por seu gênero, o que resulta em uma dupla opressão e marginalização. Estereótipos negativos, preconceitos e estigmas associados às mulheres negras podem levar à sua exclusão de oportunidades profissionais e ao confinamento em empregos de baixa remuneração e baixo status.

Em termos de comparação de gênero, as mulheres, de maneira geral, ainda enfrentam desigualdades em relação aos homens no mercado de trabalho, elas são mais propensas a ocupar empregos precários, receber salários inferiores, ter menor representatividade em cargos de liderança e enfrentar obstáculos para a progressão na carreira, essas desigualdades de gênero são ampliadas quando se considera a interseção com a raça. Ao comparar mulheres brancas e negras, observa-se que as mulheres negras enfrentam desvantagens adicionais, elas tendem a ter taxas de desemprego mais altas, são mais afetadas pela informalidade e pela falta de proteção social no trabalho e têm menor acesso a oportunidades de qualificação e desenvolvimento profissional.

Além disso, a falta de representatividade nos espaços de trabalho também é um fator significativo, a ausência de mulheres negras em posições de liderança e tomada de decisão contribui para a reprodução das desigualdades e para a perpetuação de estereótipos limitantes. A falta de modelos e referências positivas dificulta a ascensão profissional, criando um ciclo em que a subalternização do emprego é reforçada. No que diz respeito à desigualdade salarial, as mulheres negras também enfrentam disparidades significativas, recebem salários inferiores tanto em comparação com os homens quanto em relação às mulheres brancas.

Salienta-se que essa disparidade salarial reflete a interseção de raça e gênero, sendo as mulheres negras as mais prejudicadas, a superação dessas desigualdades requer esforços coletivos, políticas inclusivas e a promoção de uma consciência social sobre a importância de combater o racismo e o sexismo de forma interseccional. Visto isso, destaca-se que são necessárias ações e políticas que promovam a igualdade de oportunidades e enfrentem a discriminação racial e de gênero. Isso inclui a implementação de medidas afirmativas, como cotas e programas de diversidade, a promoção da representatividade nas empresas, a conscientização sobre os impactos do racismo e do sexismo no mercado de trabalho e a criação de ambientes inclusivos que valorizem a diversidade e a igualdade.

É fundamental que sejam criadas condições para que as mulheres negras possam exercer plenamente seus direitos e talentos, rompendo com a subalternização do emprego e construindo carreiras de sucesso e realizando a implementação de medidas concretas para promover a igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analizou-se que a mulher em nossa sociedade ainda possui o estereótipo relacionada ao gênero que é ser mulher, o papel imposto que ela deve ser perante a sociedade, ser uma boa do de casa, cuidar do marido e filhos, esse tipo de visão ela ainda é bem relevante na sociedade atual, e por isso esse tema deve ser pesquisado e debatido. Uma das questões apresentadas da pesquisa foi a baixa escolaridade da mulher negra, e também da cor é algo que impulsiona na questão da seleção, sendo que também tem outros múltiplos fatores, dentre eles a questão da falta de oportunidade e qualificação, e isso acaba deixando que a mulher negra desanime e acabe aceitando outros serviços, e deixando de lado sua qualificação, e assim acaba ocasionado que muitas empresas contratem uma mulher branca com escolaridade.

Sendo assim, e a questão do gênero é algo que é bem relevante na pesquisa, muitas mulheres não conseguem se inserir no mercado de trabalho por ser mulher, onde a interseccionalidade trabalha nessas questões e que vem para impulsionar a mudança dessa categoria, para que as mulheres negras busquem lutar pela igualdade de gênero, raça, cor, e salário igualitário, fazendo que se quebrem os preconceitos existentes.

Foi possível observar que cada dia mais está difícil a mulher se inserir no mercado de trabalho, podemos notar que a questão da discriminação é algo bem forte, e isso acaba interferindo na seleção, durante a pesquisa a questão do salário da mulher negra ela é bem inferior à de que um homem ganha, e isso acontece pela questão do gênero e a qualificação é algo que faz com que ela não seja também contratada, e são essas questões com que fazem que a desigualdade acabe crescendo cada dia mais.

Conclui-se que essa pesquisa a mulher negra ela tem multiplicas dificuldades, quando se trata na inserção do mercado de trabalho sendo dentre elas a falta de oportunidade pela questão do gênero, escolaridade, e a discriminação racial. Os desafios crescem ainda mais, aonde a mulher negra hoje ela busca se inserir e lutar pela sua inserção, e que muitas vezes são oprimidas.

Sendo assim, é necessário buscar ações para a melhoria da qualidade dessas mulheres, uma delas é campanhas de incentivo nas empresas, pontuando que a mulher negra tem sim competências e que pode desenvolver um excelente trabalho, questões que também devem ser abordado tanto em empresas e na sociedade é a discriminação, raça, cor, gênero, classe social, que devem ser discutidos para que tenham conhecimento, os movimentos sociais são também uma forma de luta aonde as

mulheres negras podem ter visibilidade. Portanto, é indispensável que repensarmos e buscarmos uma sociedade mais justa e igualitária, aonde é preciso cobrar o estado para a implementação de políticas públicas que visem a garantia dos direitos da mulher negra, de qualificação profissional de qualidade e gratuita, aonde ela possa ter oportunidades de se inserir no mercado de trabalho, que possam contribuir para que essa realidade possa mudar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. *et al.* **Gênero e racismo**: “cansei de ver minha gente nas estatísticas, das mães solteiras, detentas, diaristas”. Anais III CINTEDI. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/4468>. Acesso em: 12 maio 2023.

ARAUJO, Maria Eduarda Alexandre; DA SILVA, Crisleide Elionã Maria; RAMOS, Lydya Vítoria Firmino Pereira. **A trajetória da violência contra a mulher negra no Brasil: expressões de uma questão social, um debate necessário para o serviço social**. In: Congresso brasileiro de assistentes sociais, 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Brasília: DF, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução por: Liane Schneider. *University of California*, 2002. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod\\_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123084/mod_resource/content/1/Crenshaw%202002%20revista%20estudos%20feministas.pdf). Acesso em: 12 maio 2023.

IZQUIERDO, M. J. **Bases materiais do sistema sexo/gênero**. Tradução por: Sempreviva Organização Feminista – SOF. São Paulo, 1992. Disponível em: <https://anossapropriasubstancia.wordpress.com/2016/12/21/bases-materiais-do-sistema-sexogenero%C2%B9/>. Acesso em 12 mai 2023.

LEÃO, Natália; CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JÚNIOR, João. **Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA)**, n. 1, p. 1-21, 2017. Disponível em: [[gema.a/wp-content/uploads/2017/08/Relatório\\_Corrigido-2.0.pdf](http://gema.a/wp-content/uploads/2017/08/Relatório_Corrigido-2.0.pdf)]. Acesso em: 21 mai. 2023.

Luiza Trajano defende cotas para ampliar acesso dos negros ao mercado de trabalho. **Agência Câmara de Notícias**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/744455-luiza-trajano-defende-cotas-para-ampliar-acesso-dos-negros-ao-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 13 maio 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. Editora Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: Um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002, 176 p.

SILVA, Sayonara; FERRITO, Bárbara; LEAL, Angelo. Desigualdade e discriminação: um olhar sobre o mercado de trabalho brasileiro sob a ótica da interseccionalidade. **Revista dos Tribunais Online**. Vol.199, p. 133-161, 2019.

SOJOURNER Truth. **Portal Geledés**. Tradução por: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/#>. Acesso em: 12 maio 2023.

# CAPÍTULO 2

## ADOECIMENTO MENTAL PÓS-PANDEMIA DE COVID-19: uma análise acerca do trabalho do Assistente Social em meio à essa problemática

### *MENTAL ILLNESS POST-COVID-19 PANDEMIC: an analysis of the work of Social Workers in the midst of this problem*

 10.5281/zenodo.10120333

Beatriz Paixão de Oliveira <sup>1</sup>  
Ana Caroline Nogueira da Silva Cury <sup>2</sup>  
Patrícia Barbosa dos Santos <sup>3</sup>  
Andressa Barbosa de Oliveira <sup>4</sup>  
Nathallya Lethierry de Gouveia Neves <sup>5</sup>  
Fernanda Regina Teixeira Vanderlei <sup>6</sup>  
Kellyane do Nascimento Muniz <sup>7</sup>  
Milena Cordeiro de Freitas <sup>8</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-9348-0284> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1834048483523490> Email: [biapaixao2011@hotmail.com](mailto:biapaixao2011@hotmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social - Universidade Federal Fluminense (UFF) - Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-6111-6281> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/5968798232577529> - Email: [anacaroline.nscury@gmail.com](mailto:anacaroline.nscury@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em Saúde da Família e Comunidade na modalidade Residência pela ESP/CE. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Orcid ID <https://orcid.org/0000-0002-8055-9028> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0715556651758425> . Email: [pattyjpeg@gmail.com](mailto:pattyjpeg@gmail.com)

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social. Universidade Paulista - UNIP. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-8972-2236> Lattes ID: = <http://lattes.cnpq.br/1413185559375964> E-mail: [andressadireito21@gmail.com](mailto:andressadireito21@gmail.com)

<sup>5</sup> Bacharela em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-2636-3299> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/9291647703566810> Email: [nathallyaseso@gmail.com](mailto:nathallyaseso@gmail.com)

<sup>6</sup> Assistente Social - Universidade Maurício de Nassau (Uninassau) - Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5664-3011> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2429269739821927> E-mail: [fregina56@gmail.com](mailto:fregina56@gmail.com)

<sup>7</sup> Especialista em Gestão de Políticas Públicas e Serviços Sociais-Faculdade Ademar Rosado (FAR). Mestranda em Políticas Públicas-Universidade Federal do Piauí-UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7667-156X> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5379822376141260> E-mail: [kellyanemuniz@hotmail.com](mailto:kellyanemuniz@hotmail.com)

<sup>8</sup> Especialista em Docência no Ensino Superior. Faculdade Cearense (FaC). Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0208-9400> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5913862860839738> Email: [diariodoseso@gmail.com](mailto:diariodoseso@gmail.com)

## RESUMO

A pandemia da COVID-19 alterou significativamente as relações sociais já estabelecidas, originando um novo padrão de socialização a partir de medidas restritivas e drasticamente o distanciamento social conforme as orientações indicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que impactaram na forma que os serviços e políticas sociais foram ofertados para a população e simultâneo a isso está o trabalho dos assistentes sociais. Sabe-se que a categoria lida diretamente com os usuários das diversas políticas sociais, e assim, no cenário epidemiológico de medo, angústia e incertezas, os assistentes sociais foram convocados a permanecerem em seus cargos de trabalho para mediar, informar, orientar e prestar suporte profissional ao público alvo atendido em cada serviço público em que estão inseridos. Visualiza-se nessa conjuntura o perfil profissional da categoria, como essencial para o enfrentamento dos desdobramentos da COVID-19, uma vez que os danos foram para além da saúde física, atingindo diretamente a saúde mental da população, principalmente aquelas mais vulneráveis financeiramente, desse modo requer um trabalho intersetorial e interdisciplinar entre os profissionais de saúde, e nessa divisão social e técnica do trabalho encontra-se o fazer profissional dos assistentes sociais como imprescindível para viabilizar os direitos dos/as usuários/as das diversas políticas e serviços em que se inserem.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Saúde Mental. COVID-19.

## ABSTRACT

The COVID-19 pandemic has significantly altered social relations that have already changed, creating a new pattern of socialization based on restrictive and reduced social distancing measures in accordance with the guidelines indicated by the World Health Organization (WHO), which impacted the way services are provided. and social policies were offered to the population and simultaneously with this is the work of social workers. It is known that the category deals directly with users of various social policies, and thus, in the epidemiological scenario of fear, anguish and uncertainty, social workers were called upon to remain in their workloads to mediate, inform, guide and provide support. At this juncture, the professional profile of the category is seen as essential for facing the developments of COVID-19, since the damage went beyond physical health, directly affecting the mental health of the population, especially those who are most financially vulnerable. , thus requires intersectoral and interdisciplinary work among health professionals, and in this social and technical division of work lies the professional work of social workers as necessary to enable the rights of users of the various policies and services in that are inserted.

**Keywords:** Social service. Mental health. COVID-19.

## 1. INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, começou como uma preocupação regional na cidade de Wuhan, China, e rapidamente se transformou em uma pandemia global de magnitude inimaginável. A rápida disseminação do vírus forçou nações a implementarem medidas rigorosas de isolamento social, quarentenas, restrições de viagem e lockdowns, que afetaram profundamente a vida cotidiana de bilhões de pessoas (OMS, 2020).

A ameaça constante de infecção, o luto pela perda de entes queridos, a incerteza sobre o futuro e o medo do desconhecido foram desafios emocionais que se tornaram parte da vida diária. No entanto, as implicações na saúde mental durante a pandemia transcenderam a preocupação natural com a saúde física. Destarte, o isolamento social, a ansiedade e o estresse associados à pandemia tiveram um impacto profundo na saúde emocional das pessoas.

Assim, a pandemia de COVID-19 não escolheu vítimas com base em idade, gênero ou localização geográfica, mas as condições de acesso a proteção, isolamento, e a dificuldade de acesso a proteção recaíram de forma diferenciada sob a classe que vive do trabalho, sobretudo aqueles que vivem marginalizados, vulnerabilizados, em situação de rua, em geral, todos foram afetados de alguma forma, seja diretamente pela doença ou indiretamente por suas consequências econômicas, sociais e emocionais.

A relevância da saúde mental pós-pandemia é incontestável, pois pesquisas científicas e relatórios de saúde pública destacaram o aumento significativo nos níveis

de ansiedade, depressão e estresse em todo o mundo, mesmo após o controle da disseminação do vírus, os efeitos psicológicos da pandemia persistiram, lançando uma sombra prolongada sobre a sociedade. Dessa forma, o impacto desigual da pandemia é um ponto crítico a ser considerado. Assim, grupos vulneráveis, incluindo aqueles que já enfrentavam desafios socioeconômicos significativos, como falta de acesso a cuidados de saúde adequados ou condições precárias de moradia, foram particularmente afetados.

O isolamento social, uma das principais medidas para conter a disseminação do vírus, trouxe consigo um ônus emocional significativo. Destarte, o afastamento de amigos e familiares, a falta de interação social e a solidão foram fatores contribuintes para o aumento dos problemas de saúde mental, as pessoas enfrentaram o desafio de se adaptar a uma nova realidade caracterizada pelo distanciamento físico, que muitas vezes levou ao distanciamento emocional (Fogaça *et al.*, 2021).

Diante disso, cabe enfatizar acerca do papel do Assistente Social, considerando que este é multifacetado e essencial na abordagem do adoecimento mental pós-pandemia de COVID-19. Assim, esses profissionais atuam como facilitadores do acesso a recursos e serviços de saúde mental, oferecem apoio emocional, avaliam as necessidades individuais e familiares, e trabalham para desenvolver estratégias de enfrentamento (Matos, 2020).

Além disso, estes profissionais desempenham um papel fundamental na promoção da conscientização e redução do estigma relacionado à saúde mental, contribuindo para a construção de comunidades mais compreensivas e solidárias. Sua empatia, habilidades de escuta ativa e capacidade de trabalhar em equipe tornam os Assistentes Sociais agentes valiosos na jornada de recuperação e resiliência das pessoas afetadas pelo impacto psicológico da pandemia.

Portanto, este estudo tem como objetivo analisar como o período pós-pandêmico de COVID-19 intensificou o adoecimento mental da população e como o Assistente Social pode desempenhar um papel efetivo na intervenção e no apoio às pessoas afetadas. Para alcançar esse objetivo, optou-se por uma pesquisa bibliográfica, que se baseou em artigos científicos que discutiam sobre a temática em questão. A análise desses estudos fornecerá insights importantes sobre as estratégias e abordagens que podem ser adotadas pelos Assistentes Sociais para lidar com os desafios da saúde mental pós-pandemia.

## 2. REPERCUSSÕES GLOBAL E NACIONAL DA PANDEMIA DE COVID -19 E AS REVERBERAÇÕES NA SAÚDE MENTAL

Os coronavírus são uma das causas do resfriado comum, sendo então fácil de serem encontrados por toda parte. Porém, um novo tipo deste vírus surgiu em 31 de Dezembro de 2019, sendo o responsável pela Pandemia que ocorreu mundialmente nos anos de 2020-2021. Tudo começou na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, onde foram detectados casos de pneumonia, sendo identificado como um novo tipo de coronavírus posteriormente, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020).

Ainda conforme a OPAS (2020), o novo vírus detectado teve rápida circulação, em 30 de Janeiro de 2020, onde a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) declarou surto de coronavírus constituindo assim o seu nível mais alto de alerta: a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), esta que é prevista no Regulamento Sanitário Internacional (RSI) e utilizada em eventos extraordinários onde a saúde pública de outros países correm risco.

No Brasil, o primeiro caso foi confirmado no dia 26/02/2020, na cidade de São Paulo, em um homem de 61 anos que tinha viajado para a Itália. Com isso, segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), surgem suspeitas de outros casos em diferentes estados, mas até então não existia vacina ou remédio contra o novo coronavírus, portanto, as recomendações do Ministério da Saúde se referiam a atenção redobrada com medidas básicas de higiene, a exemplo de lavar as mãos com água e sabão e cobrir o nariz e boca com lenço de papel descartável ao tossir ou espirrar (Brasil, 2020).

Mediante a esse contexto, o novo coronavírus rapidamente se espalhou, especificamente no período de carnaval, e no dia 11 de março de 2020, o Ministério da Saúde declarou estado de contaminação à pandemia da COVID-19. Em 11 de maio de 2020, a CNS recomendou medidas mais drásticas em respeito da pandemia, como o distanciamento social mais restritivo (*lockdown*) nos municípios onde a contaminação circulava rapidamente e os serviços de saúde atingiam níveis maiores de criticidade (Brasil, 2020).

Em 14 de maio de 2020, pouco tempo do início do isolamento social provocado pela pandemia da COVID-19, Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da OMS, já afirma sua preocupação quanto a saúde mental da população em meio ao contexto em questão, conforme publica a Organização Mundial de Saúde (2020). Na mesma

publicação, é afirmado que nesse meio tempo, já há indícios acerca do aumento de depressão e ansiedade em vários países (ONU, 2020).

Salienta-se que uma pandemia como a de COVID-19, pode ter uma série de consequências significativas na vida das pessoas, a perda de vidas, sem dúvida é a consequência mais drástica e assustadora de todas. Contudo, enfatiza-se que há também as mudanças nos hábitos e regras diante desse cenário e que coloca toda a sociedade em face do inesperado, trazendo incertezas para a vida cotidiana e ocasionando “uma perturbação psicossocial e exposição aos limites máximos das capacidades de enfrentamento populacional, de modo a gerar tensões e angústias que se expressam de formas variadas entre os envolvidos” (Brito *et al.*, 2023, p. 2).

Além disso, pesquisas publicadas durante o período pandêmico mostraram que o comportamento das pessoas foi afetado, sobretudo durante o isolamento social/quarentena. Assim, o controle da disseminação da doença foi um dos benefícios necessários, no entanto, a distância dos amigos e familiares, as incertezas sobre o tempo necessário de se manter separado do convívio de outras pessoas e dos afazeres diários, o medo relacionado ao aumento do número de mortos e outros desencadeou uma série de transtornos mentais na sociedade (Faro *et al.*, 2020).

Para amenizar os agravos na saúde mental, algumas atitudes foram tomadas. Uma delas foi o tempo de isolamento que variou de país para país e de região para região, dependendo das políticas de saúde pública adotadas e da evolução da doença. Ainda que esse período fosse estendido, estudos indicaram que a duração do isolamento fosse dentro do necessário para ser menos nocivo à saúde mental da população. Além disso, muitas outras estratégias, como a informação verídica do contexto pandêmico, por exemplo, foram utilizadas como ferramenta essencial para a saúde mental (Faro *et al.*, 2020).

Entretanto, apesar dos esforços e procedimentos adotados, tanto para conter a disseminação da COVID-19 quanto para não agravar a saúde mental da população, ocasionou um dano, pois diante de qualquer evento traumático não há como os indivíduos não serem afetados de alguma forma. Como já mencionado, alguns fatores intensificaram ou até mesmo geraram sérios problemas de saúde mental. Diante disso, em 2020, uma pesquisa de opinião realizada entre os dias 6 e 8 de abril e que teve 16.440 respostas validadas foi analisada e publicada em um artigo que revelou dados sobre os pontos mais afetados pelo isolamento, sendo eles o convívio social, o financeiro e a própria saúde.

Para 39% dos respondentes, o convívio social é o principal aspecto que está sendo afetado pelo isolamento, já 24% das pessoas relataram o aspecto financeiro como o mais impactante, 19% dos respondentes informam que o isolamento não está ocasionando nenhum tipo de impacto e 10 % apontam outros fatores que estão sendo impactados, apenas 8% atribuem o principal impacto à própria saúde (Bezerra *et al.*, 2020, p. 2413-2414).

Ademais, o estudo de Bezerra *et al.*, (2020) mostrou ainda que as pessoas que informaram a saúde como o principal fator impactante foi também o grupo que respondeu sobre um maior estresse durante o isolamento. Além disso, no mesmo estudo, outro dado relevante apontou que as pessoas com a menor renda, além de ficarem mais expostas aos problemas financeiros acarretados pela pandemia da COVID-19, foram as mais afetadas por problemas de saúde psicológicos.

Diante disso, observa-se que os impactos da COVID-19 não se limitaram apenas à saúde física, mas também tiveram graves consequências para a saúde mental, especialmente entre as pessoas de menor renda. Isso reflete uma realidade que muitos especialistas em saúde pública e psicologia já alertaram desde o início da pandemia.

Farias e Leite Junior (2021), em seus estudos, apontam que historicamente as pessoas subalternizadas se encontram em desvantagem nas mais esferas da vida, principalmente no mercado de trabalho, e durante o isolamento social não foi diferente.

Nas periferias, favelas e outros espaços de vida destes sujeitos, está um grande aglomerado de trabalhadores e trabalhadoras que compõem os ditos serviços prioritários durante a pandemia. Diferente dos profissionais de saúde, esses serviços não recebem prestígio ou reconhecimento social, a saber: faxineiras, garis, entregadores, empregadas domésticas, motoristas, trabalhadores de supermercados, frentistas de postos de gasolina, entre outros. No geral, estas pessoas dependem das políticas sociais de redistribuição de renda e/ou que vivem em situações empregatícias tão frágeis que a negociação com os patrões não é uma possibilidade. (Farias e Leite Junior, 2021, p. 7).

Desta forma, pode-se afirmar que os transtornos da saúde mental, em conjunto com outras vulnerabilidades sociais, desempenharam e ainda hoje têm desempenhado um aumento significativo nos casos de ansiedade e depressão. Assim, se faz necessário um olhar cuidadoso com os sujeitos que sofrem com os transtornos mentais pós pandemia da COVID-19. Portanto, é preciso ações intersetoriais e interdisciplinares dos profissionais de saúde mental, isso inclui psiquiatras, enfermeiros psiquiátricos, psicólogos clínicos, assistentes sociais e outros (Ornell *et al.*, 2020). Além disso, Ornell *et al.*, (2020, p. 14) ressalta ainda que

é extremamente necessário implementar políticas públicas de saúde mental em conjunto com estratégias de resposta a epidemias e pandemias antes, durante e após o evento. Profissionais de saúde mental, como psicólogos,

psiquiatras e assistentes sociais, devem estar na linha de frente e desempenhar um papel de liderança nas equipes de planejamento e gerenciamento de emergências.

Destarte, observa-se que a pandemia desnudou as desigualdades sociais presentes na sociedade, mostrando que o impacto - não só na saúde mental - da COVID-19 foi maior naqueles que estão refém do sistema, com isso, conforme salienta De Jesus *et al.*, (2021), é fundamental priorizar a saúde mental e a saúde pública para todas as pessoas, mas especialmente aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade social, visto que todos têm direito de usufruir dos serviços de tratamento, acompanhamento e apoio em saúde mental.

Salienta-se que ações que visam fornecer assistência financeira, serviços de saúde mental acessíveis e melhorar as condições de vida podem ajudar a reduzir essas desigualdades e promover o bem estar geral após a pandemia. Portanto, certamente a pandemia da COVID-19 deixa marcas na saúde mental da população, pois trouxe consigo mudanças inesquecíveis para cada indivíduo e resultou em impactos que não findam com facilidade, a exemplo da depressão e ansiedade, pode-se dizer então que o Brasil vive uma segunda pandemia, agora na saúde mental, como bem colocou o Conselho Federal de Enfermagem (2022). Sendo assim, faz-se necessário um olhar atento para a saúde mental da sociedade, mas não somente, é imprescindível a ação através de políticas públicas voltadas para essa questão.

### **3. ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS APÓS O PERÍODO PANDÊMICO: Desafios e perspectivas**

A inserção da profissão na Saúde Mental deu-se de forma gradativa e paralela ao movimento de Reforma Psiquiátrica, no pós ditadura militar no Brasil, em comum a esse projeto de reforma o serviço social é provocado ao debate acerca da transformação da assistência psiquiátrica e da assistência social, e a ênfase no processo político de tais tipos de assistência, bem como a necessidade de realizar uma prática interdisciplinar, e a democratização das relações entre trabalhadores e usuários (Bisneto, 2007)

É, então que desde a década de 1990, que o assistente social começa a integrar equipes multiprofissionais dos CAPS, passando a atuar no território preconizando ações de reinserção na sociedade das pessoas com transtornos mentais, historicamente excluídas (Bisneto, 2007)

Assim, a pandemia de COVID-19 exacerbou dificuldades estruturais já existentes, acentuou ainda mais o cenário complexificado pela crise do capital, numa conjuntura política e econômica decadente, onde incertezas, medidas de controle insuficientes, têm implicações diretas na saúde mental. Ademais, o ultraliberalismo fascista, que a defesa da saúde e da vida passa a ser o mote das forças de oposição aos governos autoritários, negacionista e representativos do capital financeiro, frente a disseminação de notícias falsas e duvidosas, no Brasil, esta pauta passou a escancarar a face opressora do governo (Dums; Silva, 2020).

É necessário ressaltar o caráter histórico e a determinação social da pandemia, tendo em vista a racionalidade e o caráter destrutivo da sociabilidade capitalista contemporânea, inclusive na sua mediação com o meio ambiente, e na configuração como a covid-19 se espalhou mundialmente, agudizando as desigualdades sociais existentes (Soares; Correia; Santos, 2021, p.120).

Assim, agudizada a questão social em novas determinações que moldam o trabalho do assistente social em meio um cenário pandêmico e pós pandemia são postas novas requisições e exigências profissionais aos assistentes sociais que atuam na política de saúde, em especial na saúde mental (Reis; Silva, s.d). Assim, a exigir-se-á cada vez mais profissionais propositivos, com capacidade de desvelamento do real, e de entendimento dos sujeitos em sua totalidade, entra o profissional de serviço social e seu arsenal teórico metodológico, técnico-operativo, e ético-político, para atuar em um cenário caótico que se espalhou pelo mundo.

Faz necessário, assim, o fomento de estratégias alicerçadas em princípios éticos e democráticos para o enfrentamento aos impasses existentes. Nesse sentido, Fonseca et al. trazem que, no princípio do acolhimento universal, localiza-se em meio à pandemia a necessidade ainda maior desse ideal. [...] ter conhecimento de como a rede está funcionando e os canais de comunicação, se fazem extremamente necessário, para que uma escuta alivie a angústia, um encaminhamento implicado seja resolutivo e uma maior possibilidade de articulação da rede e intersetorialidade ocorra de forma assertiva. Dessa forma, é preciso fortalecer o compromisso coletivo em articulação com a rede intersetorial como mecanismo de proteção e cuidado integral visando o reconhecimento do sujeito em sua totalidade (Reis; Silva, s.d).

É nesse cenário que o assistente social é chamado a intervir. Na saúde mental, os assistentes sociais lidam cotidianamente com indivíduos com transtornos mentais tidas como loucas, perigosas e incapazes, que são estigmatizados e excluídos do processo produtivo e do convívio familiar. As expressões da questão social que atravessam os portadores de transtornos mentais trazem consigo diversificadas demandas, no entanto,

é evidente que as questões socioeconômicas, devido ao comprometimento da sua capacidade laboral, comprometem seu acesso ou permanência no trabalho (Silva, 2022).

Diante do contexto, o Assistente Social enquanto profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho participe das relações de produção e reprodução da vida material deve compreender que suas atribuições e competências independentemente de sua área de atuação, devem ser orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, tais preceitos devem ser observados e respeitados tanto por profissionais como por instituições empregadoras (CFESS, 2009). Assim Silva (2019, p. 11) coloca como essencial:

Conhecer e analisar a realidade social do paciente, com o objetivo de identificar, de maneira crítica, as manifestações da questão social presente na vida do indivíduo; desenvolver estratégias de intervenção juntamente com os familiares de pacientes, a fim de fortalecer os vínculos familiares; identificar a consolidar mecanismos de suporte e proteção, buscando a reinserção social dos usuários, resgate da cidadania e a vivência de hábitos saudáveis; buscar métodos que permitam identificar os direitos dos pacientes e que possibilitem a defesa e a universalização deles.

Dessa forma, o Assistente Social norteador-se nos princípios do código de ética profissional, que tem a liberdade como valor ético central, defesa dos direitos humanos, e consolidação da cidadania, valores convergentes com os preconizados na Reforma Psiquiátrica, na defesa de um tratamento humanizado e em liberdade, dessa forma coaduna com os princípios do SUS e da Reforma Sanitária, na defesa de uma saúde de qualidade para todos e sem distinção, por meio da universalidade e integralidade (CFESS, 2012).

Assim, o Assistente Social sempre esteve na linha de frente do atendimento da direto a população, direcionando sua prática para uma intervenção que visa promoção da justiça, da equidade, da integralidade, da igualdade, independente de cor, raça, crença, orientação sexual ou condição psíquica, opondo-se a qualquer tipo de opressão, dominação e violência, com vista a uma nova forma de sociabilidade, que possibilite igualdade de condições de vida e desenvolvimento de potencialidades humanas (Silva, 2019).

Entretanto, a pandemia da COVID-19 proporcionou diversos desafios para a atuação profissional dos/as assistentes sociais devido ao fato de a mesma ter escancarado os problemas sociais e as desigualdades já presentes na sociedade especialmente no âmbito da saúde mental, tendo em vista que nesse período a população necessitou desses serviços com uma maior intensidade.

Dessa forma, as problemáticas anteriores enfrentadas pelos/as usuários/as dos serviços de saúde mental como “a exclusão social, inviabilização dos direitos sociais, privação de seu convívio social, dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a dificuldade de acesso às redes intersetoriais” (Lima *et al.*, 2022, p. 24), foram intensificadas e conseqüentemente a intervenção dos/das assistentes sociais também.

Além disso, surgiram novos desafios para atuação profissional nesse período, como a dificuldade de balancear os princípios éticos da profissão com as medidas de biossegurança que foram estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Faquin *et al.* (2021), destacam a dificuldade dos/das assistentes sociais em garantir o sigilo profissional nos atendimentos individuais, pois as salas precisavam estar com as portas e as janelas abertas, considerando as condições estabelecidas para prevenção durante o período pandêmico.

Ademais, outro obstáculo enfrentado por esses profissionais na pandemia da COVID-19 foi a dificuldade de utilizar seus instrumentais técnicos, uma vez que para proteger os/as usuários/as e os/as assistentes sociais de serem infectados pelo vírus as visitas domiciliares foram reduzidas, atividades coletivas foram suspensas e atendimentos passaram a ser por telefone ou pela internet (Faquin *et al.*, 2021). Desse modo, é perceptível a forma como:

O contexto pandêmico afetou profundamente o planejamento, a execução e a avaliação das ações profissionais à medida que precisaram se adaptar às mudanças constantes nas normativas e orientações sanitárias. A perda do potencial territorial dos serviços sociais é notória, uma vez que a maioria das normativas indicou o estabelecimento do teletrabalho ou a redução do atendimento presencial, sendo proibidas visitas domiciliares e ações coletivas, necessitando de novas estratégias para atendimento presencial ou remoto (Faquin *et al.*, 2021, p. 128)

Outrossim, o adoecimento mental da população em geral também foi um desafio por si só, o isolamento social, o desemprego, as péssimas condições socioeconômicas, a morte de entes queridos e a infecção pelo vírus da COVID-19 contribuiram para que muitas pessoas desenvolvessem transtornos psicológicos, como a ansiedade e a depressão, e para que os quadros já preexistentes sofressem uma piora (Ornell *et al.*, 2020), resultando em uma maior procura aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Essa situação fez com que fosse “impossível atender de forma significativa, tanto pelo pequeno quadro de profissionais, quanto pela grande demanda de atendimentos, o retorno dos usuários em tempo satisfatório era inviável” (Lima *et al.*,

2022, p. 34), dificultando o desenvolvimento de um atendimento adequado e efetivo para esse público. Diante desse cenário, a pandemia da COVID-19 deixou marcas consideráveis na saúde mental da população brasileira, onde todos se encontram extremamente fragilizados e vulneráveis após passarem por um longo período de isolamento, de perdas de entes queridos e de terem sobrevivido a uma doença infecciosa que ocasionou tantos males.

Logo, os/as assistentes sociais enfrentam uma situação muito delicada após o período pandêmico, onde precisam atender uma quantidade elevada de pessoas que estão mentalmente adoecidas, e por isso muitos profissionais se sentem inseguros em como lidar com os/as usuários/as nesse retorno aos atendimentos diretos (Lima *et al.*, 2022) e possuem “uma visão negativa, atrelada ao caráter estressante do trabalho na pandemia, as incertezas, inseguranças, medos e tensões causadas pelo coronavírus” (Agência Bori, 2020 *apud* Lima *et al.*, 2020, p. 38) em relação ao cenário pós-pandemia.

Esse receio apresentado pelos/as assistentes sociais também é resultado das péssimas condições de trabalho que esses/as profissionais enfrentaram durante a pandemia como aumento de sua jornada de trabalho, falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), uma nova dinâmica de trabalho que dificulta o atendimento aos/às usuário/as, a sobrecarga devido a alta demanda de seus serviços e a não contratação de mais profissionais do Serviço Social (Félix *et al.*, 2023).

Desse modo, a precariedade das condições de trabalho dos/das assistentes sociais contribuiu para o adoecimento mental da própria categoria profissional, o que consequentemente gerou uma precariedade no atendimento realizado por esses profissionais, visto que eram pessoas mentalmente adoecidas cuidando dos outros que estavam sofrendo do mesmo mal. No entanto, os/as assistentes sociais são essenciais nesse período pós-pandêmico como profissionais atuantes na área da saúde mental, tendo em vista que “possuem a capacidade de elaborar projetos, avaliar políticas públicas, enfim, interferir na dinâmica das relações sociais” (Fontes da Silva, 2021, p. 98), o que será extremamente necessário para atender as demandas da população.

Dessa forma, é necessário que se desenvolvam estratégias para que esses profissionais se sintam seguros em atender os/as usuários/usuárias novamente, por meio do estabelecimento de procedimentos nas instituições de trabalho onde esses/as profissionais recebam tratamento psicológico, uma vez que os/as assistentes sociais

precisam estar saudáveis em todos os aspectos para realizarem um bom atendimento ao público.

Em se tratando de como os/as assistentes sociais devem prosseguir com o desenvolvimento de suas atribuições privativas, esses/as profissionais possuem um papel extremamente importante no desenvolvimento, planejamento e gerenciamento de estratégias para o enfrentamento das consequências da pandemia na sociedade, devendo assumir um papel de liderança (Ornell *et al.*, 2020). Portanto, os/as assistentes sociais devem se articular com a equipe multiprofissional presente nas instituições que oferecem serviços de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), e criar táticas para assegurar o atendimento adequado e efetivo dos/das usuário/as levando em consideração as novas demandas apresentadas e a vulnerabilidade apresentada por eles/elas.

Ademais, é de suma importância a contratação de mais profissionais para que os/as assistentes sociais que atuam nos serviços de saúde mental não fiquem sobrecarregados e para que uma quantidade maior de usuários/as sejam atendidos em tempo hábil, contribuindo para que as necessidades desse público sejam satisfeitas de maneira mais eficiente e possibilitando um melhor tratamento e recuperação da população. Diante do exposto:

[...] não existem fórmulas prontas para o enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus e nem há como partir somente de uma categoria profissional as respostas para tal. Todavia, não devemos nos acuar frente a obstáculos que se apresentam na atualidade e nem desconsiderar que há um leque de intervenções a serem desenvolvidas por profissionais de Serviço Social. Nesse sentido, têm sido construídas reflexões e propostas, em termos de referenciais e de lutas para nortear possíveis caminhos e ações que constituem uma agenda política, procurando articular o enfrentamento da crise do novo coronavírus à construção de um novo projeto societário (Fontes, 2021, p. 99)

Portanto, os/as assistentes sociais enquanto categoria profissional precisam atuar de forma incessante para assegurar os direitos dos/as usuários/as de serviços de saúde mental de modo que recebam o tratamento adequado e que seus direitos sejam viabilizados. Logo, o trabalho dos profissionais de Serviço Social é imprescindível para que esse público tenha acesso aos serviços específicos que necessitam, principalmente nesse período pós-pandemia onde a população se encontra muito fragilizada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a pandemia de COVID-19 trouxe mudanças drásticas em todas as esferas da sociedade global, o distanciamento social foi fundamental para evitar a proliferação do vírus. Tais mudanças acarretam alterações na rotina e no comportamento das pessoas, a classe trabalhadora e a população mais vulnerável foram as mais afetadas, pois não tiveram o distanciamento adequado e precisaram continuar trabalhando para ter condições de subsistência.

Ao decorrer do estudo, identificou-se que além do isolamento social, a saúde mental e a questão financeira impactaram as pessoas, sobretudo a população de baixa renda. Evidenciou-se o aumento considerável de diagnósticos de depressão e ansiedade. Neste sentido, é enfatizado a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para a saúde mental, em conjunto com equipes multidisciplinares compostos por psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, esses profissionais são fundamentais para o diagnóstico e acompanhamento da população.

Portanto, visualiza-se que a pandemia do COVID-19 agudizou a crise do capital e as desigualdades sociais, e assim, a conjuntura política e econômica no Brasil, passou por um governo negacionista, autoritário que disseminava notícias falsas sobre vacinas e os cuidados necessários contra o vírus. Diante desse cenário, a atuação do Assistente Social pauta-se no Código de Ética Profissional, onde é preconizado que o profissional precisa analisar a realidade de maneira crítica, baseado nas dimensões técnico-operativa, teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social, com o intuito de ter uma boa intervenção. Assim, o contexto pandêmico trouxe diversos desafios para a atuação dos/as assistentes sociais, a alta demanda nos serviços de saúde, dentre elas, a saúde mental.

Nesse viés, constatou-se que a atuação dos/as assistentes sociais durante o período pandêmico foram desafiadores para o atendimento adequado dos usuários, como seguir as normas de biossegurança, a dificuldade em utilizar os instrumentos técnicos de visitas domiciliares reduzidas e atividades coletivas suspensas. Salienta-se que a própria categoria também sofreu com o adoecimento mental e precarização violenta do trabalho e desvalorização salarial. Os profissionais ficaram sobrecarregados com tantas demandas e é necessário a ampliação desse quadro de profissionais para que seja possível atender uma quantidade maior de pessoas que estejam sofrendo com a

saúde mental e que os profissionais tenham uma boa remuneração e se sintam seguros em realizar os atendimentos dos usuários.

## REFERÊNCIAS

APPEL, Nicolle Montardo. O assistente social inserido na saúde mental e suas estratégias de intervenção. **JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS**, v. 8, 2017.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos et al. Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 2411-2421, 2020.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Nota Técnica Nº 12. 2020c**.

BRITO, Ederline Suelly Vanini de et al. Repercussões da pandemia de Covid-19 na saúde mental nos estudantes de Medicina de Pernambuco. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 47, p. e082, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Brasil confirma primeiro caso do novo coronavírus, porém não há motivo para pânico**: apesar do potencial de transmissibilidade do vírus, todos os estados e o distrito federal estão com planos de contingência elaborados. 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1042-brasil-confirma-primeiro-caso-do-novo-coronavirus-porem-nao-ha-motivo-para-panico>. Acesso em: 12 set. 2023.

COFEN. **Brasil vive uma segunda pandemia, agora na Saúde Mental**. 2020. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/brasil-enfrenta-uma-segunda-pandemia-agora-na-saude-mental\\_103538.html#:~:text=Lapsos%20de%20mem%C3%B3ria%2C%20depress%C3%A3o%20e,da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde](http://www.cofen.gov.br/brasil-enfrenta-uma-segunda-pandemia-agora-na-saude-mental_103538.html#:~:text=Lapsos%20de%20mem%C3%B3ria%2C%20depress%C3%A3o%20e,da%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Mundial%20da%20Sa%C3%BAde). Acesso em: 14 set. 2023.

DE JESUS, Samantha Stanco; SILVA, Daniel Sachs; PINTO, Rosa Maria Ferreira. Saúde mental e vulnerabilidade social em tempos de pandemia. **Unisanta Law and Social Science**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2021.

DUMS, M.; SILVA, S.C. **QUE ESTADO É ESSE? DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19**. Editora PUCS. Anais do V SERPINF e III SENPINF, 2020.

FAQUIN, Evelyn Secco; LANZA, Líria Maria Bettiol; SANTOS, Eliezer Rodrigues dos; CAMPANUCCI, Fabrício da Silva; SILVA, Carolina Camilo da. Exercício profissional do(a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia covid-

19. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 119–135, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n41p119-135. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/34483>. Acesso em: 12 set. 2023.

FARIAS, Magno Nunes; LEITE JUNIOR, Jaime Daniel. Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2099, 2021.

FARO, André et al. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.

FÉLIX, B. da R. C.; SILVA, B. M. da; ANDRADE, M. C. de; ALVES DA SILVA FILHO, W. M. A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO ÂMBITO HOSPITALAR DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 88–109, 2023. DOI: 10.46551/rssp.202305. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5836>. Acesso em: 12 set. 2023.

FOGAÇA, Priscila Carvalho; AROSSI, Guilherme Anzilero; HIRDES, Alice. Impacto do isolamento social ocasionado pela pandemia COVID-19 sobre a saúde mental da população em geral: Uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p. e52010414411-e52010414411, 2021.

FONTES DA SILVA, W. M. SERVIÇO SOCIAL E COVID-19: REFLEXÕES CRÍTICAS. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 87–103, 2021. DOI: 10.46551/rssp.202105. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/3418>. Acesso em: 12 set. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE**: trabalho e formação profissional. 20. ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

LIMA, Flávia Alice Souza; SILVA, Jaine Oliveira; SANTANA, Taciele Souza. **Saúde mental em tempos de pandemia**: os rebatimentos da atuação dos(as) assistentes sociais para a própria categoria profissional. 2022. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Universitário Ages, Paripiranga, 2022.

MATOS, Maurílio Castro. A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde. **ABEPSS**, 2020.

OMS. Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. 2020c. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **OMS: 'O impacto da pandemia na saúde mental das pessoas já é extremamente preocupante'**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85787-oms-o-impacto-da-pandemia-na-sa%C3%BAde-mental-das-pessoas-j%C3%A1-%C3%A9-extremamente-preocupante>. Acesso em: 12 set. 2023.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 12 set. 2023.

ORNELL, FELIPE *et al.* Pandemia de medo e Covid-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. **Debates em psiquiatria**, v. 10, n. 2, p. 12-16, 2020. \*

REIS, Diana Cristina Rebouças dos; SILVA, Natália Gomes da. **ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA.** [s.d.]

SILVA, Juliana Cândido da. SANTOS, Henrique Mendes dos. Serviço Social e Saúde Mental: Atuação do Assistente Social na equipe multiprofissional. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 04, Ed. 10, Vol. 01, pp. 106-120. Outubro de 2019.

SILVA, S.R.F. **Serviço Social na saúde mental em tempos de pandemia: possibilidades e limites do exercício profissional nos processos de reabilitação social de pessoas com transtornos mentais nos CAPS e o impacto causado pela pandemia.** 74f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

SOARES, Raquel Cavalcante; CORREIA, Maria Valéria Costa; SANTOS, Viviane Medeiros dos. Serviço Social na política de saúde no enfrentamento a pandemia do COVID - 19. **Revista Serv. Soc. Soc.** (140) • Jan-Apr 2021.

# CAPÍTULO 3

## A DESIGUALDADE RACIAL E A VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO NEGRA: Implicações de um processo histórico no Brasil

### *RACIAL INEQUALITY AND VIOLENCE AGAINST THE BLACK POPULATION: Implications of a historical process in Brazil*



Ana Caroline Nogueira da Silva Cury <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Assistente Social. Universidade Federal Fluminense (UFF) - Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-6111-6281/> / Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/5968798232577529> - Email: [anacaroline.nscury@gmail.com](mailto:anacaroline.nscury@gmail.com)

#### RESUMO

A população negra brasileira ao longo dos anos vem sofrendo com as consequências de um processo histórico desumano: a escravização. Nesta perspectiva, a pesquisa visa analisar criticamente a temática sobre a “desigualdade racial” e a violência contra a população negra no Brasil, em especial, contra a juventude negra. Desta maneira, o trabalho traz como ponto de partida o processo histórico de construção da “desigualdade racial” no Brasil e as reflexões sobre como o racismo, que se originou no contexto colonial, se instaurou nas esferas da sociedade, principalmente no Estado brasileiro. Discorre-se sobre as expressões da questão social que deve ser compreendida a partir da questão racial e não somente do enfrentamento entre capital e trabalho. Apresenta-se um breve resgate histórico do movimento negro no Brasil e suas ações que culminaram na implementação de políticas de ações afirmativas no combate à desigualdade. Através de dados estatísticos de instituições governamentais, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, por exemplo, confirmar-se que não existe democracia racial no Brasil, na verdade o que existe é uma desigualdade entre negros e não negros e um Estado que compactua com a mesma e com a violência contra os povos negros.

**Palavras-chave:** Desigualdade racial. Violência. Racismo. Juventude negra.

#### ABSTRACT

Over the years, the black Brazilian population has suffered from the consequences of an inhumane historical process: slavery. From this perspective, the research aims to critically analyze the issue of “racial inequality” and violence against the black population in Brazil, especially against black youth. In this way, the work takes as its starting point the historical process of construction of “racial inequality” in Brazil and reflections on how racism, which originated in the colonial context, was established in the spheres of society, mainly in the Brazilian State. It discusses the expressions of the social issue that must be focused on the racial issue and not just the confrontation between capital and labor. A brief historical review of the black movement in Brazil and its actions that culminated in the implementation of affirmative action policies to combat inequality is presented. Through statistical data from government institutions, such as the Institute of Applied Economic Research – IPEA, for example, it is confirmed that there is no racial democracy in Brazil, in fact what exists is inequality between blacks and non-blacks and a State that complies with it and with violence against black people.

**Keywords:** Racial inequality. Violence. Racism. Black youth.

## **1. INTRODUÇÃO**

Compreendendo que o racismo está na base estrutural da sociedade, este trabalho analisará criticamente o processo histórico de construção da desigualdade racial no Brasil e como o processo de acumulação primitiva do capital se beneficiou do trabalho escravo, produzindo suas riquezas e ao mesmo tempo mazelas, a fim de apresentar o cenário atual das desigualdades sociais e raciais.

No Brasil, os racistas (ou até mesmo aqueles que não têm a intenção de atos racistas) procuram disfarçar suas práticas discriminatórias de outra maneira, culpando o “diferente”, só não conseguem admitir que estas práticas são comandadas pelo racismo. Foi nesta indignação que se deu a interesse e a busca pela temática da questão racial e desigualdade.

Esta pesquisa parte da hipótese de que a “desigualdade racial” é naturalizada pelo senso comum, mas é real e encontra suas origens no período de escravismo no Brasil. A partir de dados estatísticos do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), Atlas da Violência 2017/2018 e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e, leituras de autores como Octávio Ianni, Abdias do Nascimento, Florestan Fernandes e outros que tem propriedade neste debate, observa-se que estas desigualdades, e principalmente o extermínio de negros, não são naturais, são na verdade fruto de um passado desumano do Brasil Colonial que escravizou os povos negros, fruto também de um racismo infiltrado em todas as esferas da sociedade.

Diante do exposto, o objetivo geral do estudo se voltou para compreender como a “desigualdade racial” no Brasil se reflete em vários segmentos da sociedade, sobretudo, na violência contra a população negra, em especial, a juventude negra. Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo teve uma abordagem qualitativa com a pesquisa bibliográfica, através de artigos, teses, livros e publicações governamentais com dados estatísticos para contribuir com a temática. Salienta-se que este estudo é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social e assim, aqui apresentam-se formas resumidas do que foi apresentada ao estudo.

## **2. PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL**

Para que seja compreendida a desigualdade racial que vemos hoje em nossa sociedade é preciso uma análise histórica de como se deu o processo de escravidão no

Brasil Colônia, até compreendermos a relação com as expressões da questão racial na atualidade. Diante disso, sabe-se que o processo de colonização no Brasil já trouxe consigo atos de escravização.

Entretanto, salienta-se que a partir do século XVI até o século XIX, houve um intenso tráfico de africanos para o País. Tudo isso girava em torno de um comércio cruel “comandado pelo capital comercial, controlado pelos governos e empresas estatais e privadas metropolitanas” (Ianni, 1978, p. 7). Além do trabalho compulsório do negro, as colônias também contavam com o trabalho compulsório do índio nas *encomiendas*, *haciendas*, nos *plantations*, nos engenhos e fazendas.

Durante todo o período que durou a escravidão no Brasil houve movimento de contestação à mesma por parte dos negros escravizados. De acordo com Soares (2018, p. 7), “os quilombos foram a principal forma contestatória da escravidão” que se organizavam de forma eficiente, lutando coletivamente contra o modo de vida imposto pelo sistema escravista. Os quilombos se espalharam por todo o território da colônia, e mobilizaram as forças repressivas no seu combate, consistia também em um temor por parte dos fazendeiros/senhores de escravos, o que demonstra a sua força contestatória.

Destaca-se que o quilombo de Palmares foi o maior quilombo do Brasil, e resistiu por mais de cem anos, organizado social, política, econômica e militarmente, conforme pontua Moura (1993). Palmares consistiu em um exemplo de que os negros, considerados pela elite como inaptos às relações formais ou civilizadas, puderam se organizar em uma formação social que se contrapunha diretamente ao sistema escravista.

A transição do capital comercial/mercantil para o capital industrial desde o fim do século XVIII e o início do século XIX gerou uma crise nas relações escravistas de produção e nas próprias formações sociais escravocratas (Ianni, 1978). Ainda nas palavras de Ianni (1978) em um primeiro momento as formações sociais escravistas nas colônias foram influenciadas e determinadas pelo capital mercantil. E, nos anos finais do século XVIII e já nos primórdios do século XIX, as formações sociais escravistas foram determinadas pelas exigências do capital industrial, neste período, entram em crise e declínio as relações escravistas de produção.

Nesse contexto, o Brasil, influenciado econômica e politicamente pela dinâmica europeia, influenciado, sobretudo pelos ingleses e pelas revoltas, fugas e formações de quilombos internamente, vai vivenciar muitas transformações na sociedade a partir de 1850. Assim:

A abolição do tráfico de africanos, os investimentos e os empréstimos ingleses, a difusão de idéias liberais entre os políticos, profissionais liberais, jornalistas e novos empresários, além de outros fatos, indicam a progressiva influência inglesa, essencialmente antiescravista (Ianni, 1978, p. 25).

Além dessas influências, “inicia-se e expande-se rapidamente a imigração de europeus” para o Brasil com o intuito de constituição de uma nova força de trabalho (Ianni, 1978, p. 25). Assim, a imigração no Brasil é fundamentada em uma ideologia racista de que o negro não estava apto para estabelecer relações de trabalho livres e, por outro lado, na perspectiva de branqueamento da população brasileira. Desta forma, pode-se considerar que a imigração, como política de “Estado”, ancora-se em um pensamento racista em relação à população negra, dando origem ao que hoje chamamos de racismo estrutural e institucional.

Destarte, ainda neste período cabe salientar acerca de duas leis que atingiram os escravos e os senhores a partir de 1850: a Lei Eusébio de Queiroz e a Lei de Terras. A Lei Eusébio de Queiroz - Lei nº 581, proibia o tráfico de escravos, enfraquecendo o sistema escravocrata. Com isso, a demanda do setor cafeeiro “é suprida pelo deslocamento dos escravos de outras regiões do país, notadamente Nordeste, concentrando-se, assim, um significativo contingente de cativos na região Sudeste” (Theodoro, 2008, p. 21).

Ainda em 1850 foi promulgada a Lei de Terras - Lei nº 601, dispondo sobre as terras desocupadas do Império. Além disso, esta Lei proibia a aquisição de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Em síntese, a Lei nº 601 impedia “o acesso à terra para os trabalhadores pobres, os libertos e seus descendentes” (Theodoro, 2008, p. 33).

Já nos últimos anos de escravidão no Brasil “as ideias que privilegiavam a mão-de-obra de origem europeia em detrimento dos trabalhadores nacionais” (Theodoro, 2008, p. 32) vinham ganhando força no país. Além disso:

De um lado, os nativos livres e libertos eram considerados como inaptos ao trabalho regular. De outro lado, no que tange aos antigos escravos, as fugas organizadas nas fazendas eram cada vez mais frequentes, o que contribuiu tanto para promover a ideia de que a mão-de-obra negra era indolente e inapta para a relação assalariada, bem como para reforçar a ideologia do embranquecimento (Theodoro, 2008, p. 32).

Algumas medidas antes do fim da escravidão colocaram a população livre e pobre em uma situação de exclusão, sem acesso aos bens e serviços mínimos para sua sobrevivência. A Lei de Terras de 1850, como já mencionamos, foi um dos instrumentos que excluiu a população negra livre do acesso às terras (Theodoro, 2008). Nesse viés,

cabe destacar acerca da abolição da escravatura, que foi considerado um ato histórico que transformou a sociedade brasileira (Fernandes, 2017).

Para Martins (2015, p. 39) a abolição não foi feita para o negro, pois não tinha um projeto pós-abolição, pelo contrário e assim, “a República ignorou a população negra, invisibilizando o sujeito a partir da prática de racismo, de modo a dar legitimidade à exclusão”. Ianni (1978) relata que a expansão do capitalismo trouxe consigo a urbanização, a industrialização, e o crescimento do setor de comércio, transporte e outros serviços e tudo isso modificou de forma profunda as relações sociais e, sobretudo, as relações raciais.

A cultura africana e a cultura da escravidão “perdem-se” na cultura do capitalismo. Isto é, na sociedade organizada em termos do trabalho assalariado, das exigências da produção do lucro e da supremacia do capital monopolista, os valores e padrões culturais “herdados” da África e da escravatura perdem os seus significados originais e ganham outros. O que predomina, à medida que avança o século XX, é a organização capitalista das relações de produção. Pouco a pouco, todas as esferas da vida social são determinadas ou recriadas e reproduzidas segundo as exigências das relações político-econômicas do capitalismo (Ianni, 1978, p. 68).

Nesse contexto, sabe-se que a abolição não pôs um fim à exploração do negro no Brasil e não ofereceu condições satisfatórias para que a população que aqui foi escravizada pudesse ser inserida na esfera produtiva que se criava. A política imigratória se configurou como uma política de “exclusão do negro” nos processos de trabalho recém-criados.

Já em outro momento histórico – o período republicano, houve uma proposta de modernização do país ancorada numa ideologia de branqueamento da população. Esta ideologia já era percebida em parte do movimento abolicionista, que defendia a abolição da escravidão pelo seu potencial modernizador. Hosenbalg (2005) sinaliza que para os abolicionistas da região Sudeste, o progresso do país se daria se ele fosse branqueado. Destaca-se que o movimento não criticava as crueldades da escravidão em si, não se tinha o desejo de acabar com a escravidão porque ela era absurda, o que eles compartilhavam era a mesma ideologia da República Velha (1889-1930), a ideia de branqueamento. “Os abolicionistas viam o escravismo como um obstáculo à modernização econômica, bem como à promoção da imigração europeia” (*idem*, 2005, p. 164).

O mito da democracia racial emerge neste período e vigora durante um bom tempo no país. Estabelecida sob uma narrativa “benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma

história de boa convivência e paz social que caracteriza o Brasil” (Jaccoud, 2008, p. 51). Assim, este mito não abandona o ideal do branqueamento, mas ressalta como uma qualidade nacional a miscigenação entre os povos que aqui habitavam.

Portanto, percebe-se que a abolição da escravatura no Brasil não solucionou a vida dos que se tornaram “livres”, pelo contrário, o pós-abolição e a instituição da República inseriu o negro numa profunda desigualdade que percorre sua vida até os dias atuais. Assim, a liberdade não garantiu acesso aos direitos e aos meios básicos de reprodução social.

### **3. CENÁRIOS CONTEMPORÂNEOS: Desigualdades sócio-raciais no Brasil**

Sabe-se que através da Constituição Federal de 1988 houve um marco para a garantia aos direitos sociais à população negra, em especial, pela força do movimento negro e pela organização da sociedade civil em torno da defesa e garantia de direitos sociais e políticos. Além disso, definiu a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível (Brasil, 1988). No entanto, salienta-se que, não foi a única lei que serviu de instrumento para combater as desigualdades raciais, pois segundo Jaccoud (2008), em 2003 houve a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

Destaca-se que em uma amostra realizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2009, apontam que “o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária de 15 a 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos” (Aquino, 2009, p. 32). Além disso:

(...) a taxa de frequência líquida (estudantes que frequentam o nível de ensino adequado à sua idade) dos jovens negros é expressivamente menor que a dos jovens brancos, tanto no ensino médio como no superior. Na faixa de 15 a 17 anos, que corresponde ao período em que se espera que o jovem esteja cursando o ensino médio, os brancos apresentam taxa de frequência líquida de 58,7%, contra 39,3% dos negros. No ensino superior, a desigualdade entre jovens brancos e negros torna-se ainda maior: na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de frequência líquida para os brancos é de 19,8%, enquanto para os negros é de 6,9%, diferença quase três vezes maior em favor dos jovens brancos (Aquino, 2009, p. 32).

Já em 2012, em uma nova amostra, no ensino superior os percentuais também se modificaram entre os anos analisados. Em 2001 a taxa líquida da população negra era de 3,2%, na população branca o percentual era de 14,1%. Em 2012, foi de 9,6% para a população negra e 22,2% para a população branca. Assim, “a população negra ainda

experimenta desvantagens no acesso à educação, com maior atraso escolar e escolaridade um tanto menor que a da população branca” (IPEA, 2014, p. 22).

Analisando os dados em 2001 e 2012, o IPEA 2014 revela que foi reduzida a proporção dos desocupados nas faixas etárias dos 16 aos 61 anos ou mais. Algumas características merecem destaque nessas análises, principalmente quando vemos os dados referentes à cor:

Nos dois momentos do tempo analisados, a desocupação se reduz à medida que aumenta a idade, e esta redução é mais acentuada a partir dos trinta anos. De fato, são notórias as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho, que tende a absorver mais os profissionais com maior experiência e qualificação. No espectro da juventude negra, essa dificuldade se amplifica, se somada aos mais baixos índices de escolaridade, à frequência escolar e ao racismo, que resiste impregnado em muitas instituições. (...) Outro aspecto a destacar é o aumento da proporção de negros desocupados em relação aos brancos, entre 2001 e 2012. Entre estes anos, apesar da significativa queda das taxas de desocupação, tanto para trabalhadores brancos como para negros, não se observa redução das desigualdades entre os dois grupos raciais, considerando as taxas globais. Se em algumas faixas etárias a diferença entre as taxas de desocupação de negros e brancos não sofreu alteração (entre os trabalhadores de 22 a 29 anos, a taxa dos negros permaneceu 31% superior), em outros extratos houve aumento das desigualdades (entre os trabalhadores de 45 a 60 anos, a taxa dos negros passou a ser 21% superior à taxa dos brancos, razão que correspondia a 16% em 2001) (IPEA, 2014, p. 23).

Ao analisar os dados sobre a renda e as posições que negros e brancos ocupam, o Instituto sinaliza que os negros ainda se encontram em maiores desvantagens, demonstrando desta forma o racismo e a discriminação na inserção no mercado de trabalho. Como exemplo, a pesquisa aponta que o percentual de 53 brancos empregados com carteira no ano de 2001 é de 34,2%, enquanto negros é de 26%; em 2012, pouca coisa mudou, os brancos são 43,4% e os negros são 36,7% empregados com carteira.

Além disso, o Mapa do Encarceramento, publicado em 2015 que trata especificamente dos jovens do Brasil, aponta que o maior número de presos no país é de negros.

Em números absolutos: em 2005 havia 92.052 negros presos e 62.569 brancos, ou seja, considerando-se a parcela da população carcerária para a qual havia informação sobre cor disponível, 58,4% era negra. Já em 2012 havia 292.242 negros presos e 175.536 brancos, ou seja, 60,8% da população prisional era negra. Consta-se assim que quanto mais cresce a população prisional no país, mais cresce o número de negros encarcerados. O crescimento do encarceramento é mais impulsionado pela prisão de pessoas negras do que brancas (Brasil, 2015, p. 33).

Outro contexto ainda mais preocupante é o da violência, onde os jovens negros são as maiores vítimas de violência urbana no Brasil. De acordo com o Sistema de

Informações de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e o Mapa da Violência (2016) entre os anos 2003 a 2014 houve uma queda na taxa de homicídios por arma de fogo entre a população branca e um aumento entre a população negra. Em números:

(...) se no ano de 2003 foram cometidos 13.224 homicídios por arma de fogo na população branca, em 2014 esse número desce para 9.766, o que representa uma queda de 26,1%; em contrapartida, o número de vítimas negras passa de 20.291 para 29.813, aumento de 46,9% (Waiselfisz, 2016, p. 55).

Pode-se afirmar que a desigualdade racial tem traços e marcas profundas da colonização e que apesar de muitas lutas, resistências e reconhecimentos legais, tem representado efetivamente poucas mudanças na vida econômica e social dessa população. Assim:

[...] a violência policial, o número de afrodescendentes no sistema prisional, os variados projetos de lei que visam retirar as terras das populações originárias e remanescentes de quilombos, a exemplo da PEC 215, revelam que as políticas liberais implementadas não têm tido eficiência, no sentido de reverter a situação em favor dos mais vulneráveis (Durans, 2014, p. 398).

Cerqueira *et al.*, (2017, p. 30) apontam que através do Atlas da Violência 2017 revela que “de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, 71 são negras”, sendo que o principal alvo são os jovens. Os dados estatísticos revelam, mas não explicam as causas de violência contra a população negra. No entanto, podemos dar várias respostas, mas o racismo é a resposta mais provável diante das violências cometidas contra essa parcela da população (Oliveira, 2017).

Diante disso, enfatiza-se que a Questão Social está intrinsecamente ligada à questão racial, e neste panorama, Fernandes (2017, p. 41) aponta que:

[...] o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando houver, de fato, igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceito, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça.

Portanto, finaliza-se que por mais que existam políticas que protegem e defendem a população negra, estes ainda são subalternizados e diminuídos na sociedade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar ao longo deste estudo, o contexto da escravidão e a forma como os negros foram colocados à “margem” da sociedade após a Abolição pelo Estado brasileiro que se fundamentou em um projeto de nação racista, considerando os negros

como inferiores e brancos como superiores. Endente-se assim, que o racismo continua desempenhando seu ofício: subordina negros (as) e define seus lugares nesta sociedade capitalista.

Historicamente o racismo no Brasil é explícito e o Estado, infelizmente, está engajado na sua reprodução. Assim, foi possível visualizar que os negros (as) foram – e continuam sendo – estereotipados e seguem enfrentando o racismo nas mais diversas esferas da sociedade, principalmente no âmbito institucional do Estado. Temos no Brasil um Estado que legitima a violência e o racismo através das ações policiais e não existe nenhuma política de paz, mas sim de guerra. A guerra é contra pobres, negros, jovens “suspeitos” e moradores de favelas.

Portanto, a questão étnico-racial é atravessada por muitas questões e acredito que estas questões não foram aprofundadas (por não ser o objetivo principal), mas penso ser importante para pesquisas futuras, como por exemplo, o debate sobre as políticas de ações afirmativas que ganharam espaço recentemente e que contribuem para mudar um pouco o quadro da desigualdade racial, assim como, as lutas do Movimento Negro quanto ao acesso dos negros (as) à educação, inserção no mundo do trabalho, etc e no enfrentamento contra a violência racial.

Portanto, é preciso análises críticas sobre a questão racial no Brasil para que, junto com os movimentos sociais e populares, possa ser enfrentado e denunciado o racismo nas mais diversas camadas da sociedade, e principalmente nas instituições públicas e privadas.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, L. **Introdução – A Juventude como foco das políticas públicas.** *In:* Juventude e políticas sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: DF, 1988

CERQUEIRA, D. *et al.* **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida.** – Brasília: Ipea, 2017.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro.** São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo., 2017.

HOSENBALG, C. **Raça, classe e mobilidade.** *In:* Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1982

IANNI, OCTÁVIO. **Escravidão e racismo.** São Paulo: HU-CITEC, 1978.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Situação social da população negra por estado** / IPEA; SEPPPIR. – Brasília: 2014.

JACCOUD, L. **Racismo e República:** o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

MARTINS, Z. **Cotas raciais:** para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Doutorado Sanduiche à l'ÉcoledesdesHautesÉtudes em Sciences Sociales, Rio de Janeiro, 2015.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra.** São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

OLIVEIRA, G.. **Jovens negros no Brasil:** civilização e barbárie. – São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, M. R. P. **Disseram-nos livres! Mas qual liberdade?.** Campus Rio das Ostras. 2018.

THEODORO, M. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** In: As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição / Mário Theodoro (org.). – Brasília : Ipea, 2008.

WASELFISZ, J.J. **Mapa da Violência 2016 – Homicídios por armas de fogo no Brasil.** Flacso Brasil, 2016.

# CAPÍTULO 4

## A QUESTÃO SOCIAL E AS CONTRADIÇÕES AO SEU ENFRENTAMENTO PELO TERCEIRO SETOR *THE SOCIAL ISSUE AND THE CONTRADICTIONS TO ITS ADDRESS BY THE THIRD SECTOR*



Paula Bezerra Ribeiro Silva <sup>1</sup>  
Rosângela Leopoldina Ferreira do Nascimento <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social. Centro Universitário Maurício de Nassau. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1408-6373> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9266123673319488> Email: [paulacalf@hotmail.com](mailto:paulacalf@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social. Centro Universitário Maurício de Nassau. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-5399-2609> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4071656212774701> E-mail: [rosangela\\_js2@hotmail.com](mailto:rosangela_js2@hotmail.com)

### RESUMO

Este estudo aborda acerca da Questão Social e as contradições ao seu enfrentamento pelo Terceiro Setor. O objetivo geral deste estudo se voltou para analisar de forma crítica a relação do Terceiro Setor e Questão Social. Quanto ao método utilizado, partiu de uma abordagem qualitativa a partir do método histórico dialético de Marx. Foi possível observar as limitações e contradições do Terceiro Setor em dar respostas às expressões da Questão Social, no sentido, não de ser contra o terceiro setor, mas, de enfatizar que apenas o Estado tem condições de garantir direitos constitucionais a partir de uma reforma estrutural, que garanta mais políticas redistributivas, propiciando a diminuição da desigualdade social, cabendo a ele a total responsabilidade pela elaboração, efetivação e manutenção das Políticas.

**Palavras-chave:** Terceiro Setor. Questão Social. Neoliberalismo.

### ABSTRACT

This study addresses the Social Issue and the contradictions faced by the Third Sector. The general objective of this study was to critically analyze the relationship between the Third Sector and Social Issues. As for the method used, it started from a qualitative approach based on Marx's dialectical historical method. It was possible to observe the limitations and contradictions of the Third Sector in responding to the expressions of the Social Question, in the sense, not of being against the third sector, but of emphasizing that only the State is able to guarantee constitutional rights through structural reform. , which guarantee more redistributive policies, enabling the reduction of social inequality, with full responsibility for the elaboration, implementation and maintenance of Policies.

**Keywords:** Third sector. Social issues. Neoliberalism.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo propõe uma reflexão acerca da Questão Social e as contradições ao seu enfrentamento pelo Terceiro Setor. O Terceiro Setor é coexistente de outros dois setores: o primeiro, representado pelo Estado - responsável por administrar os bens públicos. O segundo, formado pelo mercado, composto por empresas privadas, no qual

os recursos são captados para benefícios próprios para fins lucrativos. O terceiro, que tem por objetivo a organização da sociedade civil e a iniciativa privada, atuando em prol do bem comum e exercício da cidadania nos espaços onde o Estado já não é eficaz.

Sabe-se que a Questão Social surgiu através do avanço da sociedade capitalista e é o reflexo da contradição de capital versus trabalho, ocasionando as crises do capital para que a classe dominante continue dominando e explorando sua força de trabalho, gerando a desigualdade entre as classes. Quanto a isso, Yamamoto (1999, p.27) enfatiza que a Questão Social pode ser definida por “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social [...]”.

Assim, cabe discutir acerca da relação da Questão Social com o Terceiro Setor, onde tem como princípio- o individualismo, que busca culpabilizar o próprio indivíduo pelas mazelas da Questão Social, ou seja, pela situação de vulnerabilidade vivida. Assim, é possível identificar que o mesmo se permeia por uma dualidade: por um lado, realizam ações sociais positivas que atendem a uma parcela da sociedade, mesmo que temporariamente, mas por outro, estas mesmas ações representam uma limitação para a população por não ser um direito e sim uma “ajuda”, isso sem contar com a seletividade de quem pode participar dos projetos.

A relevância do estudo aqui apresentado é percebida partindo da observação da atual conjuntura social, como a substituição gradativa e intencional das funções do Estado, que levam ao sucateamento das Políticas Sociais pelo chamado Estado Mínimo, resultante da implantação da política neoliberal que defende a liberdade do mercado para beneficiá-lo primeiramente, deixando a sociedade civil à margem de Políticas Públicas precárias.

Diante do exposto, o objetivo geral do estudo se voltou para analisar de forma crítica a relação do Terceiro Setor e Questão Social. Quanto ao método utilizado, partiu de uma abordagem qualitativa a partir do método histórico dialético de Marx, o qual busca extrair os elementos que fundamentam a pesquisa investigatória, a fim de entender a realidade social, compreendendo os processos a partir de suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos, analisando as origens, causas e consequências concretas que provocam na população essa transferência de responsabilidade do Estado para o Terceiro Setor na finalidade de dar respostas às sequelas da Questão Social.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERCEIRO SETOR

A expressão Terceiro Setor começou a ser usada nos anos 1970, nos Estados Unidos da América (EUA), referindo-se a um setor da sociedade no qual atuam vários tipos de organizações sem fins lucrativos, se configurando como um termo guarda-chuva, com diferentes marcos teóricos, dentre eles, a defesa de uma mudança de orientação política social dos governos para incentivar a criação de Organizações Não Governamentais (ONG's) como substituto do Estado. Para Alves (2002, p. 2):

[...] ao invés de privilegiar o setor lucrativo na provisão de serviços sociais, deveria incentivar a criação e o fomento de organizações privadas sem fins lucrativos [...], proposto então, principalmente, como substituto possível ou, pelo menos, como parceiro do Estado, na função de agente da provisão social.

Esse incentivo se intensificou na década de 1990, quando vários organismos como o Banco Mundial - BID e outros passaram a dar maior visibilidade ao Terceiro Setor, período em que tiveram início as pesquisas no Brasil sobre esta temática. Desta forma, foram as próprias agências do capital, do regime neoliberal, que financiam e se esforçam para criar “[...] formas alternativas de ação social, através das ONG's” (Montaño, 2010, p. 272), num propósito de compensar as vítimas do capitalismo, isto é, a população desempregada, empobrecida e sem assistência, oferecendo serviços para amortecer as lutas dessa parcela da população por direitos sociais básicos.

O terceiro setor, então, emergiu com força no Brasil na década de 1990, em decorrência da crise do capitalismo no mundo e avanço do neoliberalismo, entretanto, pode-se afirmar que já existia um modelo característico de terceiro setor no Brasil desde o período da colonização, no qual as ações sociais eram realizadas pela igreja católica na base do assistencialismo, da filantropia e da ajuda.

Destarte, na década de 1990 o Terceiro Setor se expandiu no Brasil, ganhando uma maior notoriedade. Dessa forma, foram nos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que o Estado intensificou as políticas neoliberais, apoiando as ONG's com mais intensidade. Essa aproximação do Terceiro Setor com a sociedade civil possui uma finalidade, que para Costa (2005):

Na relação entre Estado, mercado e terceiro setor é preciso discernir o papel e função de cada um no contexto da formulação e execução das políticas, não esquecendo que cabe ao Estado o dever de prover políticas sociais adequadas e eficientes para o enfrentamento da Questão Social. O terceiro setor é parceiro do Estado e não o contrário.

Nesse viés, sabe-se que a sociedade está dividida em três setores: o primeiro é composto pelo Estado, sendo formado pelos governos municipais, estaduais e federais, responsáveis por gerir os bens públicos; o segundo setor é o mercado, reservado às empresas privadas que ganham e geram lucro para benefícios próprios, que estejam registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e; por fim, o Terceiro Setor, composto por organizações de iniciativa privada sem fins lucrativos que prestam serviço em prol da sociedade, constituídas por ONG's, fundações, entre outras instituições.

Assim, o termo é constituído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil (“terceiro setor”). Recorte este [...] claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista. (Montaño, 2010, p. 53).

Para fortalecer essas práticas de repasse das responsabilidades estatais, em 23 de março de 1999 foi criada a Lei nº 9.790, que passou a regulamentar a Organização da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIP), pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos. Concordamos com a conclusão de Violin (2008, p. 9-10):

[...] tanto as organizações sociais quanto as OSCIP's servem para que o Estado fuja de suas responsabilidades constitucionais, principalmente em áreas como educação e saúde, nas quais o “terceiro setor” é utilizado como prestador de serviços sociais, fazendo com que o Estado extinga entidades da Administração Pública (por mais que na Lei das OSCIP's esta extinção não seja explícita), “sucateie” sua burocracia, fugindo do regime jurídico administrativo, e repassando por meio de parcerias com a iniciativa privada sem fins lucrativos os serviços sociais.

A estas organizações caberia o direito de receber os recursos financeiros do Estado, para gerenciar e executar políticas públicas. Assim, houve a criação da Lei 9.790/1999 que foi conhecida como um marco legal do terceiro setor, da quais destacam-se:

os novos critérios de classificação das entidades sem fins lucrativos de caráter público, inclusive reconhecendo outras áreas de atuação social antes não contempladas legalmente; as novas possibilidades no sistema de articulação entre as instituições de direito privado e público; e, a possibilidade de remuneração dos dirigentes das instituições sem fins lucrativos (BNDES, 2001, p. 10)

O novo Marco Regulatório das Organizações do Terceiro Setor, a Lei nº 13.019/14, criou novas regras de assinaturas e contratos entre o poder público e as instituições não governamentais na valorização de propostas e parcerias entre esses grupos, abrindo caminhos para a organização da sociedade civil ter certo controle sobre

essas ações, dando autonomia e segurança jurídica na implementação das mesmas. Nas palavras de Montaño (2010, p. 22):

[...] um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de dar respostas às expressões da Questão Social, seguindo os valores da solidariedade de voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda mútua.

Assim, o Terceiro Setor, atualmente assume uma característica de “parceiro” do Estado, também vem sendo utilizado como instrumento para justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social. Nesse contexto, existem 05 pré-requisitos para uma organização do terceiro setor:

Ser organizada, isto é, ter algum grau de institucionalização; ser privada, isto é, institucionalmente separada do governo; não fazer distribuição de lucros; ser auto governável; ter algum grau de participação voluntária, mesmo que apenas no conselho diretor (Salomon; Anheir, 1997 *apud* Campos, 2009, p. 39).

Assim, o terceiro setor depende de recursos financeiros tanto do Estado quanto da sociedade civil. Na contemporaneidade, o mercado vem buscando fazer parte do Terceiro Setor com *slogan* “empresa cidadã”, essas empresas dizem assumir uma responsabilidade com o bem-estar social, através de programas e projetos temporários.

### **3. A REFORMA NEOLIBERAL: rebatimentos nas Políticas Sociais e no Terceiro Setor**

O enfrentamento à Questão Social vem sendo um tema discutido por diversos autores com diferentes perspectivas. Uma delas foi a gestão social, que partiu da teoria-crítica da escola de Frankfurt, a qual defendia a emancipação do homem. A partir dessa herança ideológica o pensador Jürgen Habermas, através do conceito racionalidade comunicativa, esta análise fomenta elementos democratizadores nas relações sociais.

A gestão social fundamenta-se na comunicação para que as decisões sejam tomadas, com as bases das ações ocorrendo por meio do diálogo, no qual os sujeitos envolvidos levantam um tema, expõem e discutem suas ideias e, a partir de um consenso coletivo, são encontradas formas para resolver as questões apresentadas, sem que haja coerção (Tenório, 1998).

Diante disso, o Terceiro Setor se tornou, de acordo com Tenório (1998), um espaço privilegiado de integração social, através da inserção da sociedade civil no gerenciamento das políticas sociais. A partir das categorias citadas acima, os cidadãos deixariam de ser apenas receptores de Políticas Públicas e passariam a elaborá-las junto

ao Estado e deliberara-las para a população. Para o autor citado, a gestão social se materializa através das ONG's, que compõe o Terceiro Setor, se autoafirmando como espaços democráticos.

Assim, o Terceiro Setor abarcou o conceito próximo ao de gestão social, porém para sua legitimação em busca de recurso financeiro, necessitou absorver uma gestão estratégica, com base nos princípios do mercado, no qual as ações são desenvolvidas a partir de técnicas burocratizadas, nas quais as empresas privadas ou públicas determinam onde os recursos serão investidos, apartando-se da gestão social que seria pressuposto indissociável dos pontos positivos do Terceiro Setor (Tenório, 1998).

Em uma análise mais aprofundada, pode-se verificar que o crescimento do Terceiro Setor pode agravar a Questão Social, principalmente quando ele aloca recursos do Estado, através de financiamento direto ou por meio de dedução fiscal.

Em geral, as organizações do chamado “terceiro setor” não tem condições de autofinanciamento e dependem particularmente da transferência de fundos públicos para seu funcionamento mínimo”, e completa ainda que “esta transferência é chamada, ideologicamente, de “parceria” entre Estado e sociedade civil com o Estado supostamente contribuindo, financeira e legalmente, para propiciar a participação da sociedade civil. (Montaño, 2010, p. 199).

Assim, também se afirma que o neoliberalismo engendrou o Terceiro Setor em sua dinâmica em prol do capitalismo, produzindo mais desigualdade sociais, desarticulando os movimentos sociais, promovendo o crescimento das ONG's. É claro que essa lógica do neoliberalismo prejudica o enfrentamento da Questão Social, uma vez que naturaliza a desigualdade social. Como afirma Falcão (2014, p. 13):

A desigualdade social, não como sequela, mas como constitutiva do desenvolvimento do próprio capital, o direito à vida de amplos segmentos da sociedade não pode ser transferido para a eventual “solidariedade” dos cidadãos, isto é, para as sobras de tempo e renda dos mais avantajados, sendo indispensável a intervenção do Estado.

Assim, o Estado deixa de intervir e de ser provedor para que as organizações não lucrativas e não governamentais, a filantropia, as ações solidarias e voluntárias e a caridade tornem-se responsáveis ao enfrentamento à Questão Social. Segundo Montaño (2010, p. 185) são ações, principalmente “[...] sustentadas na auto-ajuda e na ajuda mútua (“solidariedade local”), sendo assim, de responsabilidade dos próprios portadores de necessidades”.

Portanto, é possível evidenciar que a promoção e o crescimento do Terceiro Setor está a cargo de uma ideologia hegemônica do capital, que visa barganhar o custo do enfrentamento à Questão Social, pois é mais vantajoso financiar o Terceiro Setor,

que não possui responsabilidade constitucional como o Estado, do que financiar Políticas Sociais que devem ser discutidas entre a sociedade civil e o Estado em uma esfera pública, no qual muitas vezes os interesses da sociedade se contrapõe ao do mercado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo possibilitou uma análise sobre a Questão Social e as contradições ao seu enfrentamento pelo Terceiro Setor, no qual verifica-se este vem se expandindo e ganhando espaço com o incentivo do capitalismo, com a propaganda de solidariedade e de ajuda ao próximo, máximas empreendidas nos discursos sobre “responsabilidade social” e empresa cidadã”.

A partir do tema estudado, possibilitou-se a análise de que o Terceiro Setor, ao invés de vir como uma alternativa de enfrentamento à Questão Social, acaba por agravá-la. Esta concepção ancora-se na constatação de que, por descentralizar recursos que poderiam ser destinados para serviços públicos consolidados como direito, ao contrário, são direcionados para realização de ações temporárias, seletivas e pontuais, sempre na perspectiva do voluntariado, o que conseqüentemente acarreta no agravamento a Questão Social, pois a maior parte da população fica “desacobertada” desses serviços, por não haver garantia de acesso para todos.

Dessa forma, observou-se também que o enfrentamento à Questão Social pelo Terceiro Setor, tem como principal ponto, o individualismo, que busca culpabilizar o indivíduo pelas mazelas da sua situação de vulnerabilidade vivida, ou seja, que o indivíduo tem culpa de estar em uma situação de vulnerabilidade. Parte-se então da constatação de que estas mazelas não são enfrentadas, ao contrário, são mascaradas.

Através das problemáticas encontradas ao longo deste estudo, identificou-se que o Terceiro Setor não garante estabilidade aos usuários, por ser um serviço assistencialista e de caráter paliativo, que não reconhece o cidadão como sujeito de direitos, sendo quase sempre um serviço de caráter temporário, sem haver a possibilidade de acompanhamento permanente das demandas, a fim de garantir a eficiência da ação.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, Mário Aquino. **Terceiro setor: as origens do conceito.** In ENANPAD, XXVII, 2002.

CAMPOS, Rilson Flaubert de Paiva. **Qualidade do serviço em organização do terceiro setor: um estudo na casa de apoio à criança com câncer**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

COSTA, Selma Frossard. O Serviço Social e o Terceiro Setor. In: **Serviço Social em revista**, v.7, n.2, 2005. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v7n2\\_selma.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v7n2_selma.htm)>. Acesso em 02 out. 2023.

FALCÃO, Raquel. **Serviço social e direitos humanos: O sentido de justiça e igualdade numa sociedade desigual (a partir da crítica marxista ao conceito de direitos humanos)**. Tese de Doutorado em Serviço Social - UFPE, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NAVARRO, V. **Neoliberalismo y Estado delbienestar**. 2ª Ed. Barcelona: Ariel, 1998.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7 a 23-7 a 23, 1998.

VIOLIN, Tarso Cabral. Estado Ordem Social e Privatização – as Terceirizações ilícitas da administração pública por meio da organizações sociais, OSCIPS e demais entidades do “Terceiro Setor”. In **Revista IOB de Direito administrativo**, Ano III, nº 26. Fevereiro, 2008.

# CAPÍTULO 5

## O PAPEL DO GESTOR HOSPITALAR NA ERA DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA SAÚDE *THE ROLE OF HOSPITAL MANAGER IN THE ERA OF DIGITAL TRANSFORMATION IN HEALTHCARE*

 **10.5281/zenodo.10120370**

Heráclito Carlos Gomes da Silva <sup>1</sup>  
Rebeca Ferreira Nery <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Administração. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0140-0968>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5891459022744383>. E-mail: [heraclitocarlos@outlook.com](mailto:heraclitocarlos@outlook.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Enfermagem. Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8924-6546>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4234447327686990>. E-mail: [rebecafnery@outlook.com](mailto:rebecafnery@outlook.com)

### RESUMO

Na era contemporânea, a transformação digital emerge como uma força incontornável, impactando significativamente a gestão hospitalar e redefinindo os paradigmas da saúde. Diante desse cenário, este artigo se propõe a explorar a fundo o papel do gestor hospitalar na era da transformação digital, destacando competências essenciais e desafios a serem superados. A literatura destaca que gestores experientes na era digital não possuem apenas conhecimento técnico, mas também uma visão inovadora. O ambiente hospitalar, caracterizado por sua complexidade e dinamismo, apresenta desafios singulares na era digital. A capacidade do gestor hospitalar de antecipar mudanças e alinhar estratégias é vital para superar esses desafios. A gestão hospitalar inovadora e eficiente não apenas garante a sobrevivência das instituições, mas também promove uma prestação de cuidados de saúde de alta qualidade em um ambiente digitalmente transformado.

**Palavras-chave:** Gestão Hospitalar, Transformação Digital em Saúde, Competências do Gestor na Era Digital, Desafios da Gestão Hospitalar na Era Digital, Inovação em Saúde e Visão Estratégica do Gestor.

### ABSTRACT

In the contemporary era, digital transformation emerges as an unstoppable force, significantly impacting hospital management and redefining healthcare paradigms. In this scenario, this article aims to thoroughly explore the role of the hospital manager in the age of digital transformation, highlighting essential skills and challenges to be overcome. Literature emphasizes that experienced managers in the digital era possess not only technical knowledge but also an innovative vision. The hospital environment, characterized by its complexity and dynamism, presents unique challenges in the digital era. The ability of the hospital manager to anticipate changes and align strategies is crucial for overcoming these challenges. Innovative and efficient hospital management not only ensures the survival of institutions but also promotes the delivery of high-quality healthcare in a digitally transformed environment.

**Keywords:** Hospital Management, Digital Transformation in Healthcare, Managerial Skills in the Digital Era, Challenges of Hospital Management in the Digital Era, Innovation in Healthcare and Manager's Strategic Vision.

## 1. INTRODUÇÃO

Na era contemporânea, a transformação digital emerge como uma força incontornável, impactando significativamente a gestão hospitalar e redefinindo os paradigmas da saúde. Em consonância com a visão de Peter Drucker, renomado teórico da administração, torna-se imperativo que gestores hospitalares desempenhem um papel proativo na criação do futuro, particularmente no contexto da revolução digital.

De acordo com as palavras de Souza et al. (2019), especialistas em saúde digital, a gestão hospitalar enfrenta desafios inéditos que demandam uma abordagem inovadora e estratégica. A crescente adoção de tecnologias disruptivas, como inteligência artificial e telemedicina, exige que gestores estejam à frente, liderando iniciativas que maximizem a eficiência operacional e aprimorem a qualidade do cuidado.

Nesse contexto, destaca-se o estudo de Lima e Santos (2021), que analisa o impacto das tecnologias da informação na gestão hospitalar contemporânea. Evidenciando a importância de uma visão abrangente e adaptativa por parte dos gestores, os autores ressaltam a necessidade de integrar tecnologias de forma estratégica, considerando tanto aspectos clínicos quanto administrativos.

Diante desse cenário, este artigo se propõe a explorar a fundo o papel do gestor hospitalar na era da transformação digital, destacando competências essenciais e desafios a serem superados.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo propôs a condução de uma revisão integrativa da literatura, empregando métodos de descrição para analisar os resultados de pesquisas relacionadas à temática.

Para orientar a formulação da pergunta norteadora, adotamos a estratégia PICO, conforme descrito no Quadro 1.

Este quadro destaca a aplicação precisa dessa estratégia ao contexto da revisão integrativa, facilitando a compreensão e a análise abrangente.

**Quadro 1:** Estratégia de PICO.

ACRÔNIMO	DEFINIÇÃO	APLICAÇÃO
P	População	Gestores Hospitalares

<b>I</b>	Interesse	Adaptação à Transformação Digital na Saúde
<b>C</b>	Contexto	Ambiente Hospitalar em Meio à Revolução Digital
<b>O</b>	Abordagem	Competências, Estratégias e Impactos da Gestão Hospitalar

Fonte: Autores, 2023.

A metodologia de busca foi conduzida por meio da exploração nas bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Foram utilizados Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) combinados com o operador booleano AND, seguindo a seguinte abordagem: Invenções AND Saúde AND Capacitação Profissional, resultando em um total de 20 trabalhos.

Foram estabelecidos critérios de inclusão, considerando artigos completos publicados nos últimos cinco anos (2018-2023), em inglês, português e espanhol. Os títulos e resumos dos artigos foram minuciosamente examinados, seguidos pela leitura completa dos artigos elegíveis, com exclusão daqueles que não atendiam aos objetivos do estudo, bem como teses, dissertações e revisões. Artigos duplicados não foram considerados. Assim, foram selecionados 08 artigos.

O Comitê de Ética em Pesquisa não foi envolvido neste estudo, uma vez que não houve pesquisas clínicas com animais ou seres humanos. Todas as informações foram obtidas de fontes secundárias e de acesso público.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura destaca que gestores experientes na era digital não possuem apenas conhecimento técnico, mas também uma visão inovadora. Silva (2020) ressalta que competências como adaptação, aprendizado contínuo e habilidade para liderança mudanças são imperativas para enfrentar os desafios emergentes.

Estudos como o de Smith e Johnson (2018) evidenciam que a implementação eficaz de tecnologias digitais, quando liderada por gestores hospitalares, não apenas otimiza a eficiência operacional, mas também melhora a qualidade do atendimento. A colaboração multiprofissional, como destacado por Pereira e Santos (2019), é essencial nesse processo.

O ambiente hospitalar, caracterizado por sua complexidade e dinamismo, apresenta desafios singulares na era digital. A capacidade do gestor hospitalar de antecipar

mudanças e alinhar estratégias é vital para superar esses desafios. A OMS (2021) enfatiza que a gestão hospitalar na era digital requer uma abordagem ágil e adaptativa.

A aprendizagem contínua é uma constante na era digital. Os gestores hospitalares devem se manter atualizados sobre as tendências tecnológicas e suas aplicações na área da saúde para garantir a relevância e eficácia de suas estratégias de gestão (Organização Mundial da Saúde, 2021).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, uma revisão da literatura destaca a magnitude do papel do gestor hospitalar na era da transformação digital na saúde. As essenciais, a liderança estratégica e a capacidade de adaptação contínua são fundamentais para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que a revolução digital oferece ao setor da saúde. A gestão hospitalar inovadora e eficiente não apenas garante a sobrevivência das instituições, mas também promove uma prestação de cuidados de saúde de alta qualidade em um ambiente digitalmente transformado.

#### REFERÊNCIAS

Lima, M. F.; Santos, JR (2021). Tecnologias de informação na gestão hospitalar: um estudo exploratório sobre a integração de sistemas. **Revista Brasileira de Administração Hospitalar e Saúde**, v. 2, pág. 143-157.

Pereira, CA; Santos, LM (2019). Tecnologias de Informação e Comunicação na Gestão Hospitalar: Um Estudo de Caso. **Revista Brasileira de Administração Hospitalar e Saúde**, v. 3, pág. 87-102.

Silva, J.A. (2020). **Gestão Hospitalar na Era da Transformação Digital: Desafios e Oportunidades**. Editora Saúde Digital.

Smith, MB; Johnson, RC (2018). Transformação digital na saúde: impulsionando o acesso à saúde por meio da telemedicina. **Jornal de Educação em Administração de Saúde**, v. 2, pág. 167-180.

Souza, AB; Oliveira, CA; Santos, RL (2019). Desafios e oportunidades de transformação digital na gestão hospitalar. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 3, pág. 308-324.

Organização Mundial de Saúde. (2021). “**Saúde Digital**”. Disponível em: <https://www.who.int/health-topics/digital-health>.

# CAPÍTULO 6

**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO E O PROJETO COZINHAS SOLIDÁRIAS: estratégias e alianças no combate à insegurança alimentar durante a pandemia de COVID-19 e seus desdobramentos no governo Lula**  
**MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO AND THE COZINHA SOLIDÁRIA PROJECT: strategies and alliances to combat food insecurity during the COVID-19 pandemic and its consequences under the Lula government**



Anna Karolina Gomes de Souza <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-9382-4161>. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3358019999452399>.

## RESUMO

O presente trabalho almejou analisar a relação entre as ações do MTST e o seu projeto Cozinha Solidária face às dificuldades enfrentadas pelo respectivo movimento no contexto da pandemia de COVID-19, bem como seus desdobramentos no atual governo Lula. Para tanto, foram utilizadas reflexões teóricas de relevantes autores pertinentes à temática dos movimentos sociais. Por fim, concluiu-se que é possível observar contradições nas relações entre a luta do MTST e o governo Lula, nas quais se põe em risco a autonomia do próprio movimento.

**Palavras - chave:** MTST; Cozinha Solidária; Lula; COVID-19; Movimentos sociais.

## ABSTRACT

The present work aimed to analyze the relationship between the actions of the MTST and its Cozinha Solidária project in light of the difficulties faced by the respective movement in the context of the COVID-19 pandemic, as well as its consequences in the current Lula government. To this end, theoretical reflections from relevant authors relevant to the theme of social movements were used. Finally, it was concluded that it is possible to observe contradictions in the relations between the MTST struggle and the Lula government, which put the autonomy of the movement itself at risk.

**Keywords:** MTST; Cozinha Solidária; Lula; COVID-19; Social movements.

## 1. INTRODUÇÃO

Em suas redes de comunicação o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) se apresenta como um grupo de atores políticos responsáveis por fazer "o que o governo não faz". Em meio ao contexto de pandemia de COVID-19, esse movimento social enxergou a necessidade de redefinir as prioridades da sua luta social, com o intuito de atender demandas mais agravadas pela crise sanitária. Segundo dados divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, quando

comparados com os de 2020, os índices de insegurança alimentar do ano de 2022 representaram um aumento de 14 milhões de brasileiros (Agravada [...], 2022).

Nessa conjuntura, a cada dez lares seis registram incerteza da garantia de alimentos para a sobrevivência de seus componentes (Agravada [...], 2022), sendo esses, em suas maioria, pessoas negras geograficamente situadas em periferias (Cozinha [...], 2023). Diante disso, o MTST empregou esforços no sentido de combater a insegurança alimentar no contexto da pandemia, mediante a criação de espaços de distribuição de refeições, nos quais a afetividade e solidariedade contribuíssem para com o combate à fome no país (Cozinha [...], 2023). Nesse sentido, o presente artigo buscará discutir, sob a luz de autores relevantes no campo de estudos dos movimentos sociais, o que é o MTST, e como esse movimento contribuiu, por meio da sua luta, para o enfrentamento da insegurança alimentar no Brasil desde o período pandêmico até o momento atual do governo Lula.

Com esse intuito, será enfatizado o projeto Cozinha Solidária, cuja proposta de fornecimento de alimentação gratuita durante os anos mais intensos da pandemia impactou significativamente milhares de pessoas, sobretudo as pretas e de periferias, em até 14 estados do país até o ano de 2023. Por outro lado, serão problematizadas as formas de articulação entre movimentos sociais, particularmente o MTST, e o governo que Lula, bem como suas implicações sobre a autonomia e independência dos primeiros em relação ao segundo.

## **2. CONSIDERAÇÕES SOBRE O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO (MTST)**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento social do brasileiro, fundado em 1997, como resultado de tensões sociais causadas pela influência das políticas neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso, as quais resultaram em reduções de gastos públicos em saúde, transporte e habitação. Ademais, o déficit habitacional e o aumento do custo de vida condicionaram a ampliação das periferias no Brasil. Somou-se a isso a efervescência política vivenciada pelos movimentos sociais desde a década de 70 em todo o mundo, fato que repercutiu na ênfase das reivindicações por demandas latentes (Silva, 2019, p. 24). Em suma, os problemas habitacionais no Brasil intensificaram-se na década de 1990 e, em decorrência disso, os movimentos sociais pela habitação, como é o exemplo do MTST, buscaram fortalecer suas reivindicações.

As articulações do movimento iniciaram-se na cidade de Campinas, São Paulo, importante centro urbano onde a organização política dos trabalhadores esteve ligada ao desenvolvimento urbano. Representou, portanto, um lugar politicamente ativo, à medida que militantes e ativistas multiplicaram-se por todo o país, intensificando as suas mobilizações em meados da década de 1990 (ibid., p. 25-26).

Ao longo da década de 90, o MTST se espalhou gradativamente pelo Brasil, a priori, conforme anteriormente citado, no estado de São Paulo, depois para o estado do Rio de Janeiro e, seguidamente, pelo resto de todo o território brasileiro, até que em 2001 o movimento ganha força nacional com a ocupação de uma extensão de terra na periferia de Guarulhos (ibid., p. 25-26).

Enquanto movimento social, o MTST pode ser analisado sob a perspectiva de Gohn (2000), visto que a dimensão política que ele incorpora às suas práticas, para a autora, é um elemento que particulariza a articulação de um movimento social em relação às demais formas de articulação dos indivíduos por demandas específicas que, no caso do MTST é a luta por garantia de acesso à moradia digna mediante a mobilização pela ocupação de terrenos e edifícios, bem por meio de protestos. Para mais, Gohn (2000) aponta a delimitação da extensão territorial da luta como característica comum aos movimentos sociais.

Nesse sentido, o MTST coloca-se no cenário político como uma articulação para além das fronteiras nacionais que, por vezes, busca diálogo com movimentos internacionais, no sentido de traçar estratégias, trocar experiências e fortalecer-se. Gohn (2000) também pontua que há entre os movimentos sociais significativa flexibilidade e adaptabilidade, o que pode ser claramente observado no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Diante das adversidades das conjunturas pelas quais o MTST é atravessado ele tem apresentado maleabilidade nas táticas de reivindicação, ora recorrendo às ocupações como forma de ressaltar questões habitacionais, ora por intermédio de negociações com o Estado.

Ademais, não se pode deixar de mencionar que a identidade coletiva, elemento que para Gohn (2000) é mais uma das singularidades dos movimentos, expressa-se no movimento em questão sob a forma de solidariedade, afeto, pertencimento à uma classe em comum e, em suma, na ofensiva pela direito à habitação. Outrossim, a identidade tem importância significativa no processo de desenvolvimento da consciência de classe. Segundo Montaña e Duriguetto (2010) este é um fator relevante para compreender a

atuação de um dado movimento, haja vista que ele impacta qualitativamente na potência das suas lutas, quer pela dimensão de classe em si, quer pela dimensão de classe para si.

No que diz respeito ao MTST, a consciência de classe é determinante para o despertar da movimentação em prol da habitação digna, a partir do entendimento das causas e desdobramentos da questão habitacional. Em suma, as particularidades acima mencionadas quando pensadas a partir de Gohn (2000) e Montaño e Duriguetto (2010) permitem perceber a legitimidade do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto enquanto movimento social, bem como seu impacto na consciência da classe trabalhadora que, não se pode deixar de mencionar, ora impulsiona com mais vigor, ora com menos força a luta dos trabalhadores.

### **3. PANDEMIA DE COVID-19 E O MTST: O DESAFIO DO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR**

São inegáveis os impactos sociais, econômicos e políticos da pandemia, principalmente, sobre a realidade dos segmentos mais vulneráveis. Durante a pandemia os movimentos sociais enfrentaram maiores desafios, haja vista que suas ações precisaram ser interrompidas pelas medidas de isolamento social. O calendário de ocupações do MTST que, neste cenário, já almejava territórios já pré-definidos foi paralisado, e outras intervenções foram planejadas, com o fito de amenizar a emergência sanitária e a ampliação da insegurança alimentar, especialmente nos territórios periféricos. Foi preciso trabalhar em prol da distribuição de EPI's e de produtos de higiene, bem como de alimentos face à negligência do governo Jair Bolsonaro (Cozinha [...], 2023).

Embora o auxílio emergencial tenha sido uma das estratégias de combate à pobreza, na conjuntura pandêmica, ele mostrou problemas e limitações estruturais que o tornou insuficiente para garantir condições mínimas de sobrevivência aos cidadãos brasileiros, em especial os mais vulneráveis (Auxílio [...], 2021). Diante disso, o MTST reivindica o papel de ator, cujas ações visam atender demandas que são responsabilidades do Estado, em outros termos, "fazendo o que o governo não faz" em decorrência da sua negligência diante das expressões das questões sociais, as quais foram aprofundadas na pandemia (Cozinha [...], 2023).

Dados do IBGE indicam que a insegurança alimentar que já tinha seus piores índices na última década agravou-se com a entrada na situação de pandemia, atingindo, em seus três graus, 58% dos brasileiros, totalizando 125,2 milhões de indivíduos

(Agravada [...], 2022). Isto é, além do aumento da mortalidade por consequência do coronavírus, alastrou-se uma crise financeira, cujos efeitos estão intimamente relacionados à insegurança alimentar. O MTST, assim como outros movimentos sociais, teve um papel de extrema importância no combate à insegurança neste período. Através das cozinhas solidárias, abertas em 14 estados do Brasil, conseguiram distribuir cerca de 513 mil refeições (Cozinha [...], 2023), alcançando milhares de famílias em todas as regiões do país.

Tal mobilização se caracteriza pelo verdadeiro sentido de fazer política, de forma coletiva e para assegurar o direito de uma alimentação saudável e nutritiva para toda a população, porém revela contradições no que diz respeito à organização dos movimentos sociais.

#### **4. ESTRATÉGIA DE COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL NA PANDEMIA DE COVID-19: O PROJETO COZINHA SOLIDÁRIA**

Estampadas por todos as partes do site oficial do MTST estão os inúmeros artigos que destacam as ações do projeto Cozinha Solidária, mas que é mais evocado no plural - Cozinhas Solidárias - tendo em vista que o mesmo deixou de contar com uma única cozinha e já chega a 30 em 14 estados do Brasil. Em suma, as Cozinhas Solidárias são espaços nos quais se preparam refeições diárias para serem distribuídas em forma de marmitas. Porém, muito mais que alimento, nelas podem ser encontradas: uma rede apoio e afeto, muitas pessoas e organizações colaboram de diversas formas (Cozinha [...], 2023).

Nesse sentido, o MTST as define como um espaço de resistência e apoio para as indivíduos que vivem nas periferias. Nelas são oferecidos: mutirões de apoio jurídico coletivo e individual, cines-debate, rodas de conversa com gestantes, oficinas culturais, cursos, reforço escolar para crianças e alfabetização de jovens e adultos (Cozinha [...], 2023). As Cozinhas Solidárias funcionam mediante o financiamento do próprio MTST, financiamento coletivo e de outras organizações e instituições interessadas. Para a organização delas se unem militantes, moradores das proximidades onde elas estão instaladas e voluntários (Cozinha [...], 2023).

Seu surgimento deu-se no contexto de pandemia de COVID-19, porém o projeto perpetuou-se frente aos efeitos devastadores da crise política, sanitária e socioeconômica perpetuada no pós-pandemia. A iniciativa de criar as Cozinhas Solidárias partiu da constatação de que as crises acentuam as desigualdades sociais, as

quais também impactam de forma mais ou menos intensa aos indivíduos a depender dos determinantes sociais que os atravessam. Nesse contexto, sob a população negra e periférica incidiu com mais força as consequências da fragilização dos direitos, sobretudo, em relação ao acesso à alimentação, haja vista o aumento nos índices de fome no Brasil durante a pandemia (Cozinha [...], 2023). Por isso, as Cozinhas Solidárias concentram suas atividades nas regiões de periferias.

Em vista disso, embora o MTST seja um movimento que oriente suas ações no sentido de promover a luta pelo acesso à habitação e moradia ele "reforça não apenas a luta da classe trabalhadora por moradia, mas igualmente pela garantia do direito à alimentação que vem sendo negado, principalmente, para as populações periféricas" (MTST [...], 2023). Tal postura revela que o movimento entende as relações entre as múltiplas expressões da questão social.

Na visão de Helena Silvestre, embora haja uma distinção entre os movimentos sociais conforme suas pautas ela é artificial, haja vista que, a luta dos trabalhadores por condições de vida digna, fato que implica necessariamente a superação da ordem capitalista, abrange diversas expressões da questão social como: habitação, moradia, alimentação, meio ambiente etc., as quais se relacionam e repercutem mutuamente (Abramides; Duriguetto, 2011, p. 277). Consta na última prestação de contas registrada no site oficial das Cozinhas Solidárias em setembro de 2022, que mais de 1.228.020 refeições já haviam sido produzidas com cerca de 857.491 kg de alimentos (Cozinha [...], 2023).

## **5. COZINHAS SOLIDÁRIAS: ESTRATÉGIAS E ALIANÇAS NA LUTA DO MTST CONTRA A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO CONTEXTOS DA PANDEMIA COVID-19 E NO GOVERNO LULA**

Com o fito de melhor compreender a importância das Cozinhas Solidárias para o desenvolvimento do MTST convém discutir, à luz de algumas das concepções teóricas proeminentes no campo de estudos dos movimentos sociais, a consolidação das Cozinhas Solidárias como política pública. No dia 07 de julho de 2023, foi sancionada, pelo presidente Lula, a lei 491/23, que estabelece um Programa Nacional de Cozinhas Solidárias, em reconhecimento à dimensão da fome no país e à importância que as Cozinhas Solidárias e os bancos de alimentos organizados pela sociedade civil no combate à insegurança alimentar.

A lei tem íntima relação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual funciona como facilitador na aquisição de alimentos de qualidade e de origem local. Nesse sentido, as Cozinhas Solidárias são meios pelos quais os cidadãos em situação de vulnerabilidade deverão acessar tais alimentos (GOV.BR, 2023). O Ministério do Desenvolvimento e da Assistência Social, Cuidado e Família, será o responsável pelo Programa. Serão firmadas parcerias entre municípios, estados e DF, consórcios públicos e entidades privadas sem fins lucrativos (GOV.BR, 2023). Entre os objetivos pretendidos com o lei 491/23 estão:

fomento à produção de alimentos por parte da agricultura familiar e pequeno agricultor, que deverá ter preferência no fornecimento de alimentos para as cozinhas solidárias, além da organização e estruturação de sistemas locais de abastecimento alimentar (Câmara [...], 2023).

O passo dado pelo MTST com a consolidação de um Projeto de Lei (PL), encabeçado por um político que também é líder do movimento, Guilherme Boulos, por um lado, revela o impacto das suas ações na sociedade, por outro, expressa particularidades que configuram novas formas de se organizar dos movimentos sociais. Não se pode deixar de mencionar que a atual conjuntura é marcada pela ofensiva neoliberal, a qual tem se sustentado no limite de uma combinação entre neoliberalismo e algumas políticas sociais direcionadas ao abrandamento das expressões da questão social (Bringel, 2018, p. 22).

Nesse cenário, os movimentos sociais encontram-se encurralados pela polarização sistêmica de dois projetos de sociedade que não representam os interesses da classe trabalhadora, mas que são postos como insubstituíveis (ibid., p. 24). Por outro lado, esses polos têm em comum o interesse de manter e fortalecer o sistema capitalista vigente. Logo, o MTST, ao aproximar-se a um dos polos, o dito progressista, sob falsa percepção de estar democratizando os direitos, sofre sérios riscos de distanciar-se, cada dia mais, do seu projeto de superação da ordem burguesa.

Em outros termos, o cenário político vigente é de extremo perigo para os movimentos pois, ele dispõe alternativas aparentemente favoráveis ao desenvolvimento da luta dos trabalhadores, quando, na realidade, ele apenas quer garantir que o capitalismo se sustente a qualquer custo. Por sua vez, a lógica da polarização sistêmica é efetiva na paralisação da luta dos movimentos. Nela, se faz parecer que a avanços estão

sendo dados mediante a inserção de atores dos movimentos sociais ao poder, entretanto, o que de fato acontece é a cooptação daqueles em favor da burguesia, por meio da amenização das lutas.

Portanto, a relação que o MTST está construindo com o atual governo do PT, põe em xeque a autonomia e independência desse movimento frente aos governos. Ela exige MTST, em linhas gerais, um balanço acerca dos limites que devem ser estabelecidos entre os movimentos sociais e os governos face a postura ofensiva neoliberal e a polarização sistêmica, a fim de ponderar quais são as estratégias mais seguras para, não só efetivar a lutar pelos direitos, mas também a luta pela eversão da ordem capitalista.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que, ao longo da sua história, o MTST mediou importantes conquistas sociais pertinentes à questão urbana e também, não se pode ignorar que os vínculos de solidariedade firmados pelo movimento tenham contribuído na garantia de direitos fundamentais. A questão central da discussão que aqui se estabelece está centrada na forma como a mais recente aproximação entre aquele movimento e o governo Lula revela dinâmicas particulares ao contexto socioeconômico neoliberal. A análise do projeto Cozinha Solidária enquanto ação solidária em comparação a política que ele tornou-se permite observar que, antes de mais nada, os direitos que são deveres do Estado estão sendo assumidos pela sociedade civil.

Ademais, tal dinâmica evidencia também as limitações que a polarização sistêmica impõe aos movimentos sociais, na conjuntura neoliberal, e seus efeitos, principalmente no que diz respeito ao avanço das suas lutas. Traduzindo essa dinâmica para a realidade das Cozinhas Solidárias, o que irá decorrer da transformação das Cozinhas Solidárias em política será justamente a ampliação das parcerias privadas na condução das Cozinhas, bem como para as instituições sem fins lucrativos. Assim, como se não bastasse frear as ações centrais do MTST, os desdobramentos da criação do projeto em pauta resultaram no fortalecimento das medidas neoliberais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Entrevista Helena Silvestre militante do Movimento Luta Popular**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 11, n.21, p.271-280, jan./jun. 2011

**Agravada pela pandemia, a fome avança no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas, diz estudo.** 2022. Disponível em > <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/agravada-pela-pandemia-fome-avanca-no-brasil-e-atinge-33-milhoes-de-pessoas-diz-estudo/> < Acesso em 09 set. 2023.

**As Cozinhas Solidárias do MTST: refeições gratuitas e afeto nas periferias do Brasil,** 2021. Disponível em > <https://mtst.org/mtst/as-cozinhas-solidarias-do-mtst-refeicoes-gratuitas-e-afeto-nas-periferias-do-brasil/> < Acesso em 09 set. 2023.

**Auxílio Emergencial precisa corresponder à realidade.** 2021. Disponível em > [https://ibase.br/auxilio-emergencial-precisa-corresponder-a-realidade/?gclid=EAIaIQobChMI09Lim6GegQMVNk9IAB0JrADfEAAyAAAEgLqXvD\\_BwE](https://ibase.br/auxilio-emergencial-precisa-corresponder-a-realidade/?gclid=EAIaIQobChMI09Lim6GegQMVNk9IAB0JrADfEAAyAAAEgLqXvD_BwE) < Acesso em 09 set. 2023.

BOULOS, Guilherme. **Lula topou a ideia das Cozinhas Solidárias | Quando o sonho vira lei.** Youtube, 4 ago. 2023. Disponível em > <https://youtu.be/xBudTU8LLuo?si=17Y6DnrDGq2L3192> < Acesso em: 27 ago. 2023.

BRINGEL, Breno. **A luta popular urbana por seus protagonistas: Direito à cidade, direitos nas cidades.** 2018.

Câmara dos Deputados. **Projeto cria programa Cozinha Solidária para distribuir alimentos à população em situação de vulnerabilidade social.** 2023. Disponível em > <https://www.camara.leg.br/noticias/940664-projeto-cria-programa-cozinha-solidaria-para-distribuir-alimentos-a-populacao-em-situacao-de-vulnerabilidade-social/#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20491,popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua.> < Acesso em 08 set. 2023.

Cozinha Solidária. **Site oficial da Cozinha Solidária.** Disponível em > <https://www.cozinhasolidaria.com/> < Acesso em: 27 ago. 2023.

GOV.BR. **O Programa Nacional de Cozinhas Solidárias é criado para garantir segurança alimentar nos centros urbanos.** 2023. Disponível em > <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-nacional-de-cozinhas-solidarias-e-criado-para-garantir-seguranca-alimentar-nos-centros-urbanos> < Acesso em: 08 set. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor.** Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 5, n. 1, p. 11-40, 2000.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, **classe e movimento social.** Cortez Editora, 2014.

MTST. Site oficial do MTST. Disponível em > <https://mtst.org/> < Acesso em 27 ago. 2023.

**Publicações. MTST PE.** Pernambuco, Fev de 2018. Instagram: @mtstpernambuco. Disponível em: <https://instagram.com/mtstpernambuco?igshid=MzRIODBiNWFIZA> > Acesso em 11 set. 2023.

SILVA, Vinícius. **A questão habitacional: A luta do MTST e dos trabalhadores sem teto.** Repositório UFU. Uberlândia, 2019. Disponível em:  
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27512/1/Quest%c3%a3oHabitacionalLuta.pdf> Acesso em: 19/08/2023.

# CAPÍTULO 7

## SAÚDE MENTAL E OS DESAFIOS DE FAMILIARES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

### MENTAL HEALTH AND CHALLENGES OF FAMILY FAMILIES OF CHILDREN WITH AUTISTIC SPECTRUM DISORDER

 10.5281/zenodo.10120389

Nathallya Lethierry de Gouveia Neves <sup>1</sup>

Danielly Barbosa Rocha <sup>2</sup>

Carla Gabriela Leal Correia <sup>3</sup>

Sandriele Cristina de Assis <sup>4</sup>

Patricia Barbosa dos Santos <sup>5</sup>

Raniela Eduardo Fortaleza <sup>6</sup>

Paula Bezerra Ribeiro Silva <sup>7</sup>

<sup>1</sup> Bacharela em Serviço Social. Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-2636-3299>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9291647703566810>. Email: [nathallyaseso@gmail.com](mailto:nathallyaseso@gmail.com)

<sup>2</sup> Assistente Social. Faculdade Evangélica do Piauí - FAEPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-5786-2922> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1345604416435165> Email: [daniellyrochaab@gmail.com](mailto:daniellyrochaab@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Enfermagem. Instituto Federal de Pernambuco - IFPE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-7068-4298>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/9554855929289741>. E-mail: [c.gabriellacorreia@gmail.com](mailto:c.gabriellacorreia@gmail.com).

<sup>4</sup> Assistente Social. Centro Universitário Santa Amélia – (UNISECAL). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-8737-440X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0203603548158469>. E-mail: [sandryleecristina2@gmail.com](mailto:sandryleecristina2@gmail.com).

<sup>5</sup> Especialista em Saúde da Família e Comunidade na modalidade Residência pela ESP/CE. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Orcid ID <https://orcid.org/0000-0002-8055-9028> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0715556651758425> . Email: [pattyjpeg@gmail.com](mailto:pattyjpeg@gmail.com)

<sup>6</sup> Graduanda em Psicologia. Universidade de Vassouras - Campus Maricá (UniVassouras). Orcid ID <https://orcid.org/0000-0002-6671-444X> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4648378180469675> Email: [ranyfortal@gmail.com](mailto:ranyfortal@gmail.com)

<sup>7</sup> Bacharel em Serviço Social. Centro Universitário Maurício de Nassau. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-1408-6373> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9266123673319488> Email: [paulacalf@hotmail.com](mailto:paulacalf@hotmail.com)

## RESUMO

Este estudo aborda sobre os desafios dos familiares de crianças com Transtorno do Espectro Autista, onde buscou-se identificar os impactos psicossociais vivenciados por aqueles que estão diretamente envolvidos e têm que lidar com os efeitos do TEA. O método utilizado partiu de uma abordagem qualitativa e descritiva, por meio da pesquisa bibliográfica. A relevância do tema evidencia que diante do diagnóstico de seus filhos com TEA, outros problemas são desencadeados e tendem a desenvolver níveis de estresse, raiva, insegurança, medo, culpa e até depressão. Como resultado aponta-se a necessidade de apoio aos familiares e cuidadores das crianças com espectro autista, com intervenções terapêuticas, políticas públicas e ampliação de informações em meio a sociedade a fim de construir pontes de integração social.

**Palavras-chaves:** Autismo. Família. Saúde mental.

## ABSTRACT

This study addresses the challenges faced by family members of children with Autism Spectrum Disorder, seeking to identify the psychosocial impacts experienced by those who are directly involved and have to deal with the effects of ASD. The method used came from a qualitative and descriptive approach, through bibliographical research. The relevance of the topic shows that when your children are diagnosed with ASD, other problems are triggered and tend to

develop levels of stress, anger, insecurity, fear, guilt and even depression. As a result, the need to support family members and caregivers of children with autism spectrum is highlighted, with therapeutic interventions, public policies and expansion of information within society in order to build bridges of social integration.

**Keywords:** Autism. Family. Mental health.

## 1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neurológico que compromete o desenvolvimento social e, segundo American Psychiatric Association (APA, ano), caracteriza-se por alterações nas formas de interagir socialmente, dificuldades de comunicação e o engajamento em comportamentos repetitivos e estereotipados. Sendo assim, está diretamente relacionado com a parte do cérebro que desenvolve a função motora, de linguagem e comportamental da pessoa diagnosticada.

Salienta-se que o TEA não possui cura, entretanto, há a possibilidade de tratamento contínuo a partir do diagnóstico correto e eficaz (Carneiro *et al.*, 2022). Sendo assim, os graus do autismo podem variar, de leve, moderado a grave, e os sinais comportamentais são definidos como: atraso na fala, baixo contato visual, ecolalia, alterações emocionais quando se há uma mudança na rotina, seletividade alimentar, apego anormal aos objetos. É importante ressaltar que nem sempre a criança apresentará todos os sinais (Ferreira, 2021).

Diante disso, observa-se que o autismo pode ser classificado em três diferentes níveis, porém o fator predominante para essa classificação é relacionado ao grau de comprometimento causado, em relação ao nível de dependência, sendo pouco ou até mesmo o total nível de dependência de outras pessoas ou profissionais. Com isso, pode-se dizer que o autismo é classificado em três níveis/graus diferentes (Evêncio, 2019).

Destaca-se aqui que o diagnóstico do autismo gera um abalo emocional na família, levando, por vezes, a uma negação e a procura por outros profissionais a fim de comprovar ou refutar o diagnóstico. Esse comportamento é uma forma de fugir da realidade que os amedronta e os leva a passar por um luto simbólico do filho perfeito. Assim, a constatação do diagnóstico de um filho com TEA, pode levar os pais a apresentarem sentimentos de tristeza, além de demonstrar sensações de desvalia por estarem vivenciando essa prática dolorosa (Costa *et al.*, 2018).

Diante do diagnóstico de seus filhos com TEA, outros problemas são desencadeados, dessa vez pelos maiores impactados com a nova realidade, os pais. Estes tendem a desenvolver níveis de estresse elevados, raiva, insegurança, medo, culpa

e até, não obstante, depressão. Além desses fatores, há ainda certa disjuntura nas relações familiares, que diante do inesperado e desconhecido acabam, por vezes, se desestabilizando e desmoronando ao se depararem com as limitações do convívio social e com a falta de suporte psicológico. Irmana-se a isso o desequilíbrio emocional, o sofrimento psíquico e os problemas sociais relacionados a essa condição (Hilário *et al.*, 2021).

Considerando que o TEA é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento. Seus impactos podem ser significativos não apenas para os indivíduos diagnosticados, mas também para suas famílias. Nesse sentido, busca-se identificar os impactos psicossociais vivenciados por aqueles que estão diretamente envolvidos e têm que lidar diariamente com os efeitos do TEA. Este estudo teve um viés qualitativo e descritivo e para realizar o embasamento teórico do estudo, fez-se necessário uma pesquisa bibliográfica, que ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2023.

## **2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DO DIAGNÓSTICO À ACEITAÇÃO**

O Transtorno do Espectro Autista – TEA é uma condição caracterizada pela alteração das funções do neurodesenvolvimento, que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não verbal, na interação social e do comportamento, sendo que os sintomas mais comuns estão relacionados a capacidade de se comunicar e interagir, bem como interesses obsessivos e comportamentos repetitivos (Brasil, 2022).

Além de possuir diferentes graus, o autismo era classificado segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) em Autismo Infantil (F84.0), Autismo Atípico (F84.1), Síndrome de Rett (F84.2), Transtorno Desintegrativo da Infância (F84.3), Transtorno com Hipercinesia Associada a Retardo Mental e a Movimentos Estereotipados (F84.4), Síndrome de Asperger (F84.5), Outros TGD (F84.8) e TGD sem Outra Especificação (F84.9), mas em junho de 2018 a Organização Mundial da Saúde lançou uma nova classificação e as subcategorias que ficavam dentro dos Transtornos Globais do Desenvolvimento no CID-10, passaram a compor o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista com o CID-11 (6A02), permanecendo subdivisões apenas relacionadas ao comprometimento da linguagem funcional e deficiência intelectual (Santos, 2020).

[...] os graus do autismo podem variar, de leve, moderado a grave, e os sinais comportamentais podem ser definidos como: atraso na fala, baixo contato visual, escolalia, alterações emocionais quando se há uma mudança na rotina, seletividade alimentar, apego anormal aos objetos. É importante ressaltar que nem sempre a criança apresentará todos os sinais (Araújo *et al.*, *apud* Ferreira, 2022. p.10).

Dessa forma, o autismo classifica-se em 3 níveis: no nível 1 conhecido como autismo leve, mais comum em pessoas do sexo masculino, as crianças apresentam dificuldades para dar início a relação social com outras pessoas, podendo apresentar pouco interesse em relacionar-se com os demais indivíduos; no nível 2 chamado autismo moderado, é um nível mais um grave de deficiência nas relações sociais possuindo alguns sinais característicos como dificuldade interação e na comunicação verbal e não verbal; e o nível 3 nível é caracterizado como severo podendo perder habilidade de comunicação, interação social e linguística, com poucas chances de recuperação, apresentam déficits bem mais graves na comunicação verbal e não verbal podendo apresentar um atraso cognitivo, e deficiência intelectual (Fezer, 2017, Sousa, 2019; Zanon, 2017)

Sabendo que o autismo é classificado em três diferentes níveis, “porém o fator predominante para essa classificação é relacionado ao grau de comprometimento causado, em relação ao nível de dependência, sendo pouco ou até mesmo o total nível de dependência de outras pessoas ou profissionais” (Araújo *et al.*, 2022, p. 10). Pessoas com o autismo podem apresentar as seguintes características:

Os indivíduos são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente e conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. [...]. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante (Brasil, 2022).

A suspeita inicial do Transtorno do Espectro Autista é feita normalmente ainda na infância e os primeiros sinais de que a criança possui TEA pode ser observado pela família, quando essa possui conhecimentos acerca do referido transtorno, como durante as consultas para o acompanhamento do desenvolvimento infantil, e através da rede de educação escolar quando a criança é inserida no âmbito escolar. Assim, a identificação de traços do espectro autista é realizada a partir das observações da criança por profissional qualificado para tal observação, entrevistas com os pais e aplicação de

métodos de monitoramento do desenvolvimento infantil, durante as consultas de avaliação do crescimento da criança com profissional qualificado (Brasil, 2022).

De acordo com Petersen e Wainer (2011), para identificar o autismo é preciso possuir experiência e especialização, pois o transtorno apresenta um elevado grau de especificidade e sensibilidade em grupos de diversas faixas etárias e entre indivíduos com habilidades cognitivas e de linguagem variadas, na qual o diagnóstico é baseado na realização da tríade autista, ou seja, nas áreas de interação social, comunicação e comportamentos restritos.

Assim, torna-se de suma importância a identificação de sinais iniciais do transtorno o mais cedo possível, possibilitando a instauração imediata de intervenções, uma vez que os resultados positivos em resposta a terapias são mais significativos quanto mais precocemente instituídos (Brasil, 2014). Além disso, atualmente soma-se no Brasil um quantitativo de cerca de dois milhões de pessoas diagnosticadas com TEA, sendo a maior prevalência no sexo masculino e a média de idade para se fechar um diagnóstico é por volta dos quatro anos de idade. Tais dados requerem qualificação para os profissionais que lidam diariamente com pessoas diagnosticadas e com aquelas que ainda estão em estudo, visando colaborar para um melhor no desenvolvimento e tratamento de pessoas com TEA (Sousa *et al.*, 2020).

Diante do contexto, faz-se necessário a ampliação de informações para as famílias acerca do tema, para que consigam compreender e melhor se adaptarem ao convívio de pessoas com o referido transtorno, visto que o TEA que pode afetar, não só o indivíduo, mas toda a sua família, as quais vêm-se frente ao desafio de ajustar os seus planos e expectativas quanto ao futuro, bem como às limitações desta condição (Souza *et al.*, 2020).

### **3. FAMÍLIA E AUTISMO: OS PRINCIPAIS DESAFIOS DOS PAIS DE CRIANÇAS COM TEA**

Uma família ao receber a notícia da vinda de um filho não imagina a possibilidade deste possuir qualquer malformação, e por isso o diagnóstico do TEA implica em sentimento de perda pelas expectativas da criança idealizada pelos pais, algo semelhante ao luto, conforme aponta Sassi (2013), ou seja, faz raiar um doloroso desafio para estes. Além disso, Sprovieri e Assumpção Junior (2001) afirmam que o próprio conceito do autismo já corrobora que ele trará comprometimento para o

convívio familiar, sendo então inevitável tornar-se um desafio para a família que o recebe.

Portanto, o desafio se inicia no recebimento do diagnóstico, que conforme salientam Hilário *et al.* (2021) em alguns casos leva a família a um estado de negação e a busca por outros profissionais que possam comprovar a veracidade dele, causando também sentimentos de medo, ansiedade, culpa e até raiva pelas mudanças - internas e externas - que o diagnóstico do autismo acarretará na rotina familiar e em suas prioridades, planos, atitudes e opiniões. (Sassi, 2013).

A negação geralmente se apresenta de duas formas: a negação escolhida, que pode ser caracterizada por um pensamento do tipo “se eu ignorá-la, talvez vá embora”; a negação inconsciente, quando realmente se olha para os fatos e não consegue percebê-los verdadeiramente. Conforme vão superando e este estágio inicial os pais começam a criar expectativas que vão de positivas e reais, a negativas ou irreais. (MILLER, 1995 apud SILVA E RIBEIRO, 2012, p. 584)

Desse modo, o desafio se institui a princípio no abalo emocional que a identificação do transtorno causa, podendo inclusive desencadear uma depressão.

Posterior a isso, emana o processo de adaptação - um novo desafio - no qual Hofzmann *et al.*, (2019) afirmam que mediante a ela, surge a possibilidade de prejudicar a estrutura familiar por gerar estresse, cansaço, desânimo e desesperança. Hilário *et al.*, (2021) destacam que mediante a suas pesquisas o processo de adaptação pode perdurar por tempo indeterminado a depender do desenvolvimento da criança “porque a família está em território desconhecido, a cada dia descobrindo algo novo: um comportamento diferente, maior ou menor grau de agressividade, mais ou menos intolerância a esse ou aquele barulho [...]” (Hilário *et al.*, 2021, p. 24825).

Duarte (2019) enfatiza a dificuldade no relacionamento entre os pais e a criança autista, pois o déficit de interação e comunicação social são uma das principais características do TEA e faz com que a família sinta angústia por não conseguirem compreender a comunicação do filho para com eles, resultando então em um enorme desafio enfrentado pelos pais, pois impõem uma barreira no contato com o próprio filho e resulta em - algumas vezes - não conseguirem atender às suas necessidades.

Ainda acerca dos desafios enfrentados pelos familiares das crianças diagnosticadas com TEA, Duarte (2019) também ressalta que estas não se restringem ao emocional deles, mas também ao físico, pois pelas crianças necessitarem de muita atenção e dedicação, a exemplo da ida a vários médicos, os pais se sobrecarregam e se

tornam frágeis fisicamente. A demanda é tão grande que muitas mães, inclusive, não trabalham fora para dedicar-se completamente aos seus filhos.

Há também o desafio com a sociedade, no qual pesquisas realizadas por Silva e Ribeiro (2012) mostram que as mães afirmam enfrentar preconceitos diariamente através de olhares para seus filhos que as fazem evitarem sair de casa para não lidar com a discriminação social. Pois, a sociedade espera que as crianças com TEA tenham comportamentos ditados pelos padrões sociais e quando isso não acontece - por causa das suas limitações no comportamento ou estereotípias<sup>1</sup> - são denominadas de “mal educadas”, “doentes” e “desajustadas”.

É importante destacar que as dificuldades mediante ao diagnóstico infantil de TEA em uma família, toma uma proporção maior quando ela está inserida em um contexto de vulnerabilidade social, pois como destaca Silva (2022) os tratamentos indicados para o transtorno possuem alto custo financeiro, por exigir por exemplo, muitas terapias.

Segundo dados do site [Magicasdemae.com.br](http://Magicasdemae.com.br) (2020), o tratamento para o TEA não é barato no Brasil, como envolve muitos profissionais e o valor pode chegar R\$ 150,00 por sessão de 45 minutos e a criança pode necessitar de 4 sessões semanais (algumas necessitam até de mais sessões), é fácil concluir que diante do custo do tratamento, as famílias se sacrificam para custear um tratamento mínimo para o portador de autismo, deixando claro que sem ajuda do poder público, é impossível arcar com um tratamento necessário para fazer desta criança uma pessoa independente (a maioria pode sim, ser independente) (Silva, 2022, p. 195).

Assim, a família ao receber o diagnóstico se faz necessário ter uma adaptação com a nova rotina. Assim, “essas particularidades acarretam em alterações na dinâmica familiar, que exige um cuidado prolongado e atento por parte de todos os familiares que convivem com uma criança com TEA” (Sousa, 2020, p. 9). Enfatiza-se que é nesse período que acaba tendo um desgaste emocional e estresse, pois a família ao não saber lidar com essas mudanças, podem acabar sobrecarregada. Quanto a isso:

É comum relatos de famílias com crianças com autismo a presença de estresse mesmo antes do diagnóstico formal. Pais de crianças diagnosticadas mais tarde com TEA referem preocupações precoces com comportamento social, e comunicação. A espera da formalização de um diagnóstico também é elencada como um importante estressor familiar, e quando o diagnóstico finalmente é formulado, ocorre uma redução do nível de estresse. Outro fator importante de ressaltar, trata-se do comprometimento dos cuidadores diretos, com restrições referentes à interação social, onde eleva-se a sobrecarga desses

---

<sup>1</sup> É a denominação dada aos movimentos repetitivos, nos quais são comuns em pessoas com TEA.

cuidadores, o que também acarreta no estresse familiar (Corrêa; Queiroz, 2017 *apud* Carneiro, 2022, p.11)

Posto isso, é importante destacar que mediante as dificuldades apresentadas até aqui, em alguns casos os familiares respondem a elas com o isolamento da criança diagnosticada com TEA, porém, cabe enfatizar o quão prejudicial isso pode ser para a mesma, visto que é necessário que a criança tenha interação com outras crianças e com familiares para que consiga obter um convívio em sociedade, por isso, deve-se buscar mais conhecimento acerca do assunto para que não ocorra este isolamento social.

Sendo assim, é de extrema importância a família ter uma rede de apoio para auxiliar a lidar com as dificuldades existentes. Por vezes, esse apoio pode ocorrer através de orientações profissionais, familiares que possam ajudar nos cuidados do dia a dia, e assim “é neste contexto que muitas famílias recorrem à Intervenção Precoce ou a programas de apoio, de forma a encontrar respostas para estas dificuldades” (Macedo, 2014, *apud* Sousa, 2020, p.16).

Assim, é relevante que esse tema seja ainda mais exposto, pois muitos pais acabam não acessando as informações corretas e assim, o apoio de familiares e profissionais é importante para dar suporte para essa família, para que com as orientações corretas eles possam caminhar para um convívio mais harmônico e satisfatório.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Transtorno do Espectro Autista, sendo um transtorno de neurodesenvolvimento, apresenta seus sintomas desde a primeira infância, fase da vida onde a criança inicia a descoberta do mundo e as interações sociais. Por sua vez, a família está passando pela adaptação ao novo que inclui intensas mudanças, tais como, questões de rotina, implicações financeiras, acompanhamento multiprofissional, a necessidade de novos conhecimentos para lidar com as demandas de cuidados da criança e as particularidades do seu comportamento e expressões de suas emoções, o distanciamento de atividades sociais anteriores e inclusão de novas atividades que integrem a criança, novos círculos de amizade, entre outros.

Nesse sentido, há significativas modificações e impacto nos aspectos psicossociais dos familiares cuidadores da pessoa com TEA, tendo em vista fatores que envolvem um luto pelo filho idealizado, sobrecarga física e emocional considerando o nível de suporte demandado, o preconceito e exclusão social dada a apresentação das

características emocionais e comportamentais do transtorno, dificuldade de acesso a intervenções terapêuticas necessárias, tanto pela escassez de oferta dentro das políticas públicas, quanto pelo alto custo financeiro no atendimento privado.

Portanto, o estudo aponta para a relevância do tema apresentado evidenciando a necessidade de apoio aos familiares cuidadores da pessoa dentro do espectro, bem como a ampliação da oferta de intervenções terapêuticas voltadas ao paciente no campo das políticas públicas e o levantamento do debate sobre a temática para a ampliação de informações em meio a sociedade, a fim de construir pontes de integração social.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. Brasília: DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **TEA: saiba o que é o Transtorno do Espectro Autista e como o SUS tem dado assistência a pacientes e familiares**. Brasília: DF, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transtorno do Espectro Autista: entenda os sinais**. Brasília: DF, 2022.

CARNEIRO SANTOS, R. .; GONÇALVES RODRIGUES , K. E. .; VIEIRA DE ARAÚJO, H. S. .; RANGEL COSTA DE ALMEIDA, A. B. .; CAVALCANTI DE LIMA, V. L. .; PEREIRA DA SILVA, E. W. .; SILVA LIMA, G. L. .; DA SILVA PRASERES, T. V. .; MACCARI OLIVEIRA, M. W. .; CORDEIRO DE FREITAS, M. . O papel da família durante o processo de inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. E30413, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30413>. Acesso em 28 set. 2023.

COSTA, Marli Marlene Moraes; FERNANDES, Paula Vanessa. Autismo, cidadania e políticas públicas: As contradições entre igualdade formal e igualdade material. **Revista do Direito Público**, v. 13, n. 2, p. 195-229, 2018.

DA SILVA, Eliene Batista Alves; RIBEIRO, Maysa Ferreira M. <strong>Aprendendo a Ser Mãe de uma Criança Autista. **Revista EVS-Revista de Ciências Ambientais e Saúde**, v. 39, n. 4, p. 579-589, 2012. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/estudos/article/view/2670/1632> Acesso em 02 out. 2023.

DO NASCIMENTO ARAÚJO, Marielle Flávia et al. Autismo, níveis e suas limitações: uma revisão integrativa da literatura. **PhD Scientific Review**, v. 2, n. 05, p. 8-20, 2022.

DUARTE, Aldylayne Elen Oliveira. Aceitação dos pais para o transtorno do espectro autista do filho. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 5, n. 2, p. 53-63, 2019.

<https://www.redalyc.org/journal/5746/574660910005/574660910005.pdf> Acesso em 02 out. 2023.

EVÊNCIO, Kátia Maria Moura; MENEZES, Helena Cristina Soares; FERNANDES, George Pimentel. Transtorno do Espectro do Autismo: Considerações sobre o diagnóstico/Autism spectrum disorder: Diagnostic considerations. **Revista de psicologia**, v. 13, n. 47, p. 234-251, 2019.

FERREIRA, Pedro. TRADUZINDO O AUTISMO. **Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]**, v. 36, n. 106, e3610615, 2021.

FEZER, Gabriela Foresti et al. Características perinatais de crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 35, p. 130-135, 2017.

GIKOVATE, Carla Gruber. **AUTISMO: compreendendo para melhor incluir**. Universidade do Rio de Janeiro, 2009.

HILÁRIO, Adriana Souza; AZEVEDO, Isana Hipólito; DE SOUZA, Julio Cesar Pinto. Autismo nas relações parentais: os impactos psicossociais vivenciados por pais de crianças diagnosticadas com TEA/Autism in parental relationships: the psychosocial impacts experienced by parents of children diagnosed with ASD. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 24819-24831, 2021.

HILÁRIO, Adriana Souza; AZEVEDO, Isana Hipólito; DE SOUZA, Julio Cesar Pinto. Autismo nas relações parentais: os impactos psicossociais vivenciados por pais de crianças diagnosticadas com TEA/Autism in parental relationships: the psychosocial impacts experienced by parents of children diagnosed with ASD. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 6, p. 24819-24831, 2021.

HOFZMANN, Rafaela da Rosa et al. EXPERIÊNCIA DOS FAMILIARES NO CONVÍVIO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). **Enfermagem em Foco**, v. 10, n. 2, p. 64-69, abr. 2019.

PETERSEN, C. S., WAINER, R. **Princípios básicos da terapia cognitivo comportamental de crianças e adolescentes**. In Petersen, C. S., & Wainer, R. (org.), *Terapias Cognitivo Comportamentais para crianças e adolescentes* (pp. 16-31). Porto Alegre: Artmed, 2011.

SASSI, F. O impacto da deficiência infantil aos pais e o processo de reconhecimento desta realidade por meio do auxílio promovido pelas equipes de profissionais da saúde. **Psicologia PT**, 2013. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0319.pdf>. Acesso em 29 set 2023

SOUSA, Francisca Patrícia Ribeiro Lima; COSTA, Kátia Monteiro Maia da. **Os desafios enfrentados por pais de crianças com autismo: revisão narrativa**. 2020. 27f. Artigo (Graduação em Enfermagem) – Centro Universitário Fametro, Fortaleza, 2020.

SOUZA, Amândio; GONÇALVES, Dalila; CUNHA, Daniele. Transtorno do Espectro Autista: Uma introdução. In Seminário Científico e Cultural da AJES: Faculdade do Norte de Mato Grosso, 2019.

SPROVIERI, Maria Helena S.; ASSUMPÇÃO JR, Francisco B. Dinâmica familiar de crianças autistas. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, v. 59, p. 230-237, 2001.

ZANON, Regina Basso *et al.* Diagnóstico do autismo: relação entre fatores contextuais, familiares e da criança. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 19, n. 1, p. 152-163, abr. 2017.

# CAPÍTULO 8

## INDICADORES DE SAÚDE: uma ferramenta de melhoria da gestão

### HEALTH INDICATORS: a tool for improving management

 10.5281/zenodo.10120402

Antonio Tito de Araujo Dantas <sup>1</sup>  
Izane Luísa Xavier Carvalho Andrade <sup>2</sup>  
Ruth Loureiro Silva <sup>3</sup>  
Klégea Maria Cânico Ramos Cantinho <sup>4</sup>  
Mariana Sales Leal dos Santos Andrade <sup>5</sup>  
Edmércia Holanda Moura <sup>6</sup>  
João Victor Moura Lins <sup>7</sup>  
Luiz Henrique Moura Lins <sup>8</sup>  
João de Jesus Cantinho Júnior <sup>9</sup>  
Eduardo Andrade da Silva Junior <sup>10</sup>

<sup>1</sup> Especialização em MBA Gestão e Auditoria em Sistemas De Saúde, Centro Universitário UniFacid Wyden, Teresina-Piauí. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6217-7763>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6824675198479309>. E-mail: [titomed98@yahoo.com](mailto:titomed98@yahoo.com).

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora do Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-469-1033>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2708352152962125>. E-mail: [izane.andrade@unifacid.edu.br](mailto:izane.andrade@unifacid.edu.br).

<sup>3</sup> Graduando em Enfermagem. Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6986-3598>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1926095040508476>. Email: [ruthloureiro20.09@gmail.com](mailto:ruthloureiro20.09@gmail.com).

<sup>4</sup> Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora do Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1685-5658>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6264122455277375>. E-mail: [professoraklegea@gmail.com](mailto:professoraklegea@gmail.com).

<sup>5</sup> Graduado em Medicina. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-6814-6871>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2514219641826272>. E-mail: [marianasales@hotmail.com](mailto:marianasales@hotmail.com).

<sup>6</sup> Mestre em Saúde da Mulher. Professora do Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5843-8740>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0589626194123053>. E-mail: [edmerciaholanda@hotmail.com](mailto:edmerciaholanda@hotmail.com).

<sup>7</sup> Graduado em Medicina. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-7890-4112>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3834333428788671>. Email: [luizlins300@gmail.com](mailto:luizlins300@gmail.com).

<sup>8</sup> Graduado em Medicina. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-6003-4109>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3834333428788671>. Email: [lins14102002victor@gmail.com](mailto:lins14102002victor@gmail.com).

<sup>9</sup> Mestre em Medicina Tropical. Professor do Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7025-3845>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3376211484589191>. E-mail: [cantinhojr@gmail.com](mailto:cantinhojr@gmail.com).

<sup>10</sup> Mestre em Ciências Ambientais e Saúde, Centro Universitário UniFacid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1756-7623>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7711384514753620>. E-mail: [junior.eduardo@facid.edu.br](mailto:junior.eduardo@facid.edu.br).

## RESUMO

A gestão da qualidade nas organizações de saúde ganhou importância devido às preocupações com a saúde, o meio ambiente e o bem-estar do cliente/paciente. Conhecendo todos os processos, bem como as atividades realizadas por essas unidades, são implementados bons indicadores para avaliar os desempenhos, facilitando o controle interno do laboratório e a busca pela melhoria contínua da operação. A metodologia consistiu em uma revisão aprofundada do uso de indicadores para melhorar a gestão dos laboratórios clínicos. A utilização combinada de indicadores com outras ferramentas de gestão, como as normas e os ciclos de planejamento, permite melhorias significativas nos resultados organizacionais. A implementação de essas ferramentas contribui para um melhor controle das atividades e procedimentos realizados nos ambientes. A implementação dos indicadores de qualidade foi abordado neste estudo como uma ferramenta estratégica para a melhoria do processo de gestão das organizações do setor de

saúde, especificamente os laboratórios clínicos. Isso será possível desde que o modelo utilizado corresponda aos tipos de atividades realizadas pelo empreendimento.

**Palavras-chave:** Gestão em Saúde. Serviços de Laboratório Clínico. Indicadores de Qualidade em Assistência à Saúde.

## ABSTRACT

Quality management in healthcare organizations has gained importance due to concerns about health, the environment and the well-being of the client/patient. By knowing all the processes and activities carried out by these units, good indicators can be implemented to assess performance, facilitating internal control of the laboratory and the search for continuous improvement of the operation. The combined use of indicators with other management tools, such as standards and planning cycles, allows for significant improvements in organizational results. The implementation of these tools contributes to better control of the activities and procedures carried out in the environment. The methodology consisted of an in-depth review of the use of indicators to improve the management of clinical laboratories.

**Keywords:** Health. Environment. State. Brazil.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, tem sido comum entre todos os setores econômicos que ocorra uma série de mudanças em virtude do fenômeno da globalização, dos avanços tecnológicos e do acesso mais fácil às informações. Por conta disso, têm sido exigidos mais esforços das organizações no sentido de melhorar a qualidade de seus serviços e atingir ou superar as expectativas dos seus usuários/clientes. A preocupação com a qualidade do serviço sempre foi uma característica forte dentro do setor industrial, onde era possível observar a implementação de conceitos como da gestão da qualidade total, entretanto outros setores tornaram-se competitivos e houve a necessidade de inserir abordagens similares em nível de gestão (Kent, 2016).

Nesse contexto, as ferramentas de qualidade ganham destaque pois são consideradas como os elementos básicos para a operação das atividades com foco em qualidade nas organizações. Assim, elas devem ser conhecidas por todos os colaboradores, assim seus elementos seriam conhecidos e utilizados para a resolução da maioria dos problemas observados. Desta forma, percebe-se que a resposta para qualquer tipo de problema que possa ocorrer está relacionada ao trabalho, disciplina e da criatividade. Neste sentido, estudos como os de Vidal *et. al.* (2013) evidenciam que a gestão causa influência no trabalho de toda equipe, assim é necessário que a liderança compreenda as necessidades de crescimento, incentive a motivação e apresente boa comunicação com as equipes de trabalho. Neste contexto, questiona-se: de que forma os indicadores de qualidade podem contribuir para a gestão em saúde dos laboratórios

clínicos? Na tentativa de elucidar o questionamento anterior, esta pesquisa tem como objetivo geral: identificar como os indicadores de qualidade interferem na gestão de organizações de saúde como os laboratórios clínicos. Para nortear e delimitar as discussões foram propostos os seguintes objetivos específicos: contextualizar os indicadores de qualidade na gestão em saúde; apresentar os principais indicadores de qualidade para laboratórios clínicos; destacar exemplos de boas práticas que contribuem para a melhoria na gestão em saúde.

Para elaboração deste estudo utilizou-se como metodologia a revisão de literatura, realizada por meio da análise crítica dos principais estudos, trabalhos, artigos científicos e demais publicações que abordaram a relação entre a gestão hospitalar e a qualidade dos serviços.

## **2. QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO**

Uma das definições mais aceitas a respeito da qualidade é a de Paladini (2009) que a define como “aquele produto ou serviço que atende perfeitamente, de forma confiável, de forma certa e acessível, de forma segura e no tempo certo às necessidades dos seus clientes”. Ainda nesse contexto, é importante ressaltar que para a qualidade intrínseca de um produto ou serviço este deve ser capaz de apresentar a ausência de erros.

Um dos elementos de mais relevância quanto a qualidade diz respeito ao conjunto de danos que um produto consegue impor à sociedade, no caso dos serviços de saúde tem relação com a ação ou a omissão da prestação dos cuidados e nesse caso, a ação ou omissão na prestação de todos os cuidados alusivos ao serviço ofertado.

No contexto da saúde é importante que entender conceitos como a qualidade de vida que foi caracterizado pela Organização Mundial de Saúde como a ausência de doenças, o bem-estar social e mental do indivíduo, além das suas percepções acerca da vida. Assim, quaisquer tipos de impacto que ocorra na condição de vida dos indivíduos devem buscar um desfecho que seja eficaz, seguro e que proporcione maior sobrevida ao indivíduo (Nita *et al.*, 2010).

Desta forma pode se entender que a qualidade nada mais é do que a percepção que um cliente ou indivíduo possui do empenho que um determinado prestador faz para ofertar um produto ou serviço que supra, ou seja, capaz de superar suas expectativas, sendo confiável, seguro, sem a presença de erros ou exposição a riscos e danos, colaborando para a melhoria da satisfação e do bem-estar dos clientes.

## *2.1 Normas da Qualidade*

As normas da qualidade são importantes por fixar uma espécie de consenso entre os atores envolvidos e que tem o foco no aumento da qualidade de vida por meio de normas relacionadas a segurança, saúde e a preservação do meio ambiente, sendo realizada de maneira segura e produtiva. No contexto dos laboratórios de análise clínica a questão da qualidade tem sua importância por contribuir para a melhoria dos níveis de confiança quanto aos resultados oferecidos, atualização das tecnologias implementadas, assim colabora para a busca contínua de novos métodos para atendimento ou de equipamentos cada vez mais eficientes (Lemos, 2013).

Dyro (2004) em sua pesquisa trouxe evidências a respeito de estudos de casos que permitiram destacar que a qualidade é um elemento que pode ser medido e melhorado por meio de programas e ações relacionados a infraestrutura e cultura da qualidade, priorizadas no seu potencial de impacto nas doenças, indicadores e instrumentais de melhoria apropriados e de feedback do desempenho.

No setor da saúde existem diversas regras e normas que devem ser respeitadas de acordo com o tipo de instituição ou serviço prestado. No caso dos laboratórios de análise existe uma classificação realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que leva em consideração os tipos de equipamentos, metodologia utilizada, disponibilidade de profissionais especializados, tipo e complexidade que o exame possui.

## *2.2 Fornecimento de medicamento por via judicial*

No Manual de Apoio aos Gestores do SUS os laboratórios na área de saúde são classificados pelas características dos equipamentos, metodologias utilizadas, disponibilidade de profissionais especializados, pelo tipo e complexidade do exame e pela demanda, sendo considerados quatro tipos distintos de laboratório:

Laboratório I – É aquele que não apresenta equipamentos automatizados, sendo todos os exames realizados manualmente.

Laboratório II - É o que utiliza aparelhos semiautomatizados para a realização dos exames.

Laboratório III – É o que utiliza aparelhos totalmente automatizados para a realização dos exames.

Laboratório Misto – É aquele em que existem diversos modelos de equipamentos, com diferentes graus de automação, podendo contar inclusive com exames de bancada, dependendo de cada área/setor de especialização, como: hematologia, bacteriologia, imunologia, bioquímica (Brasil, 2003, p. 13).

Quanto aos exames realizados, os laboratórios são classificados em quatro tipos:

- a) Grupo de exame A - compreendem exames laboratoriais básicos de saúde e de maior demanda. Representa o primeiro nível de complexidade. Exames desse grupo são: hemogramas, glicemia, 21 parasitológico de fezes, cultura de urina, bioquímicos e sorologia para HIV, entre outros;
- b) Grupo de exame B - compreendem exames com menor demanda, mas pouco mais complexos, com custos e complexidade compatíveis a servir um grupo maior de pessoas. Exames desse grupo são: os exames de dosagem de lipase e CPK, dosagem de hormônios e hemoculturas, entre outros;
- c) Grupo de exame C - para investigação diagnóstica mais detalhada ou acompanhamentos terapêuticos, apresentam média complexidade. Exames desse grupo são: de dosagem de drogas, fatores de coagulação, mielograma, entre outros;
- d) Grupo de exame D - apresentam maior custo e maior complexidade, por isso ofertado a um número maior de pessoas. Exames desse grupo são: os exames de imuno fenotipagens, carga viral, exames de histocompatibilidade, genética e patologia ocupacional, entre outros (De Conti, 2017, p. 11-12).

Conhecer essas classificações é importante para os gestores dessas organizações para que se entenda a complexidade individual que cada tipo de laboratório possui, assim como para selecionar os indicadores que devem ser usados para cada contexto.

### *2.3 Leis e normas de qualidade dos serviços e resultados laboratoriais*

De acordo com o Manual de Apoio aos Gestores do SUS a rede laboratorial brasileira está organizada baseada em diretrizes que fazem a combinação dos aspectos sociodemográficos, econômicos, sanitários e epidemiológicos que buscam fazer o ajuste em relação a demanda e a oferta dos serviços, de acordo com os critérios de otimização para a prestação de serviço e dos padrões de confiabilidade e qualidade dos resultados. Entre as principais normas para a gestão de qualidade para laboratórios de saúde estão o conjunto de normas técnico internacional conhecido por ISO 9000 (Valls, 2004). Essas normas são importantes por terem aplicação na gestão de qualidade em diversos casos, como em materiais, produtos e serviços, tendo o foco na melhoria contínua de processos, monitoramento do ambiente, capacitação dos colaboradores, satisfação dos

clientes, onde o seu cumprimento deve ser realizado através de auditores externos. No Brasil, a ISO 9000 deu origem as seguintes normas:

- a) ABNT NBR ISO 9000:2000, composta pelas ABNT NBR ISO 9000:2015, que apresenta os conceitos e princípios de sistemas de gestão da qualidade e estabelece a terminologia para estes sistemas;
- b) ABNT NBR ISO 9001:2008, que especifica requisitos para um sistema de gestão da qualidade de forma a demonstrar capacidade para fornecer produtos que atendam aos requisitos do cliente e aos requisitos regulamentares aplicáveis;
- c) ABNT NBR ISO 9004:2010, que fornecem diretrizes para considerar a eficácia e eficiência do sistema de gestão da qualidade (De Conti, 2017, p. 22-23).

Existem ainda normas mais específicas no contexto do ambiente laboratorial e a preocupação dos impactos que podem causar à saúde e ao meio ambiente que são as normas NBR ISO 14000. As diretrizes relacionadas as auditorias da qualidade e do meio ambiente são normatizadas pela NBR ISO 19000 que orientam quanto à medição da qualidade do ar, solo, águas, ruídos, bem como do transporte de produtos que sejam nocivos à saúde. Além dessas normas, existem a ISO 14031 que trata da qualidade do desempenho ambiental, e as ISO 14001 e ISO 14066 que trata dos gases do efeito estufa (Lemos, 2013).

#### *2.4 Diretrizes quanto a acreditação de laboratório clínico*

Os programas de acreditação são definidos como um tipo de certificação para determinado serviço ou instituição, os quais passam por um processo de avaliação por agente externo, autorizado para o levantamento de informações quanto a execução de critérios que foram previamente determinados, normalmente na forma de padrões, estruturas e/ou processos de medição. Esse sistema tem como 5 característica a necessidade de reavaliação periódica, a qual tem a importância de preservar a qualidade esperada. Vale ressaltar que este programa está fundamentado na abordagem por meio da educação continuada, desta forma, não deve ser interpretado como meio de fiscalização (De Conti, 2017).

A acreditação contribui para garantir que os cuidados relativos à saúde sejam prestados de acordo com os padrões da mais alta qualidade, tanto os relativos à decisão,

quanto à prevenção. Além disso, este programa tem como um dos seus papéis fundamentais fazer a mudança no cenário de insegurança que prevalece nas instituições de saúde e garantir que os serviços ofertados atendam ao princípio de garantia de assistência digna (Alkhenizan; Shaw, 2011).

O modelo de acreditação brasileiro é dividido em três diferentes níveis de complexidade:

Nível 1 (Acreditado): esta certificação é dada as instituições que consigam atender aos critérios de segurança do cliente, incluindo as questões estruturais como assistenciais;

Nível 2 (Acreditado Pleno): além do atendimento das questões referentes aos critérios de segurança, também contempla a gestão integrada, onde os processos são realizados de maneira fluída e ocorre a comunicação plena entre eles;

Nível 3 (Acreditado com Excelência): este nível é concedido as instituições que apresentam excelência em gestão, conseqüentemente, também preenche os níveis 1 e 2, além de demonstrar uma cultura organizacional que prioriza a melhoria contínua como ferramenta de maturidade institucional. Os impactos da certificação em acreditação são divididos em três grupos distintos, sendo eles: mudanças organizacionais e nas práticas; mudanças no comportamento dos profissionais de saúde; e impactos na satisfação de pacientes e reconhecimento público (Mendes; Mirandola, 2015).

A adoção dos programas de acreditação é responsável pelas melhorias dos processos operacionais, e por conta disso, devem ser avaliados como uma ferramenta de importância para o alcance da qualidade institucional. Instituições de saúde que possuem acreditação ou certificação por meio das ISO 9000; 9001 ou 9004 possuem melhores desempenhos quanto a gestão, controle de riscos e satisfação dos seus clientes, do que aquelas organizações que não apresentam certificação (Bersaneti *et al*, 2016).

Os impactos causados em relação aos profissionais de saúde têm sido evidenciados pela melhoria do comprometimento dos colaboradores, principalmente dos profissionais da enfermagem. A acreditação é responsável ainda por contribuir para o aumento da realização de treinamentos e qualificação dos profissionais de saúde e em relação aos processos organizacionais (Alkhenizan; Shaw, 2011).

Por fim, os impactos inerentes a melhoria da satisfação dos pacientes ou do reconhecimento do público das instituições acreditadas são importantes principalmente em relação a estratégia de marketing adotada, além do ganho de valor associado a

marca, gerando um diferencial competitivo para estas organizações (BERSANETI et al, 2016).

As organizações que participam destes processos comprometem-se a buscar a melhoria da qualidade dos seus serviços, mitigar os potenciais riscos existentes, prezar pela segurança do paciente, empenha-se a implementar uma gestão eficiente e responsável, e comprometida com a sustentabilidade do sistema de saúde, o que é interessante para qualquer tipo de empresa inserida dentro deste setor (Alkhenizan; Shaw, 2011).

No que diz respeito ao processo específico da acreditação dos laboratórios clínicos brasileiros são utilizadas duas normas distintas: a ABNT NBR ISO/IEC 17025:2005 (parâmetros para acreditação de laboratórios de calibração e laboratórios de ensaio), a ABNT NBR NM ISO 15189:2015 (são as diretrizes voltadas para laboratórios clínicos com ocorrência de acreditação individual para exames, metodologias, materiais e procedimento padrão). Desta forma entende-se que o controle dos sistemas que estão envolvidos em um laboratório devem ser capazes de apresentar resultados que sejam confiáveis e que estejam baseados em indicadores e índices que se relacionam a qualidade, de maneira que apresente condições de desempenho que contribuam para a tomada de decisão (De Conti, 2017).

Oliveira e Mendes (2010) identificaram que o número e tipos dos indicadores observados devem ser definidos a partir da complexidade da unidade laboratorial, assim estabelecendo o modo de coleta e a metodologia que seja apropriada para monitorar a estabilidade dos processos e permitir a reprodutibilidade. Assim, a eficiência e eficácia dos processos contribuem para dar a oportunidade uma visão geral, além da certificação do serviço por meio das normas International Organization for Standardization (ISO) ou através do Programa de Excelência de Laboratórios Médicos (PELM).

### **3. PROGRAMA DE INDICADORES DE QUALIDADE EM LABORATÓRIO**

Para realizar a avaliação do desempenho, bem como avaliar o desempenho da qualidade e caracterização da realidade do serviço e suas práticas se faz necessária a definição de um número mínimo de indicadores padronizados (Oliveira; Mendes, 2010).

A realização desse tipo de prática também é importante para fazer comparações de desempenho entre os serviços que são oferecidos, além de possibilitar a distribuição de recursos de maneira mais adequada, contribuindo assim para a eficiência do serviço. No contexto dos laboratórios clínicos foi proposto pela Controle de Qualidade para

Laboratórios (ControlLab) em parceria com a Sociedade Brasileira de Patologia Clínica em Medicina Laboratorial (SBPC/ML) e o Colégio Norte-Americano de Patologistas Criaram um programa que tem a finalidade de fazer o monitoramento do desempenho dos processos que ocorrem em laboratórios. Esse sistema é chamado de Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos (PALC) E faz o estabelecimento de práticas de gerenciamento que são recomendadas e normatizadas para esse tipo de organização (De Conti, 2017).

Com foco em obter resultados que sejam considerados satisfatórios para o gerenciamento da qualidade, além de contribuir para a melhoria das análises estatísticas dos resultados, é fundamental que se conhecer e defina as especificações e o nível de qualidade que deseja que seja alcançado. A partir dessa definição é que será possível traçar os níveis de melhoria do desempenho e no resultado do laboratório (Basques, 2009).

Vale destacar que a avaliação da qualidade que deve ser realizada para tomada de decisões precisa envolver os elementos que são essenciais para as boas práticas de laboratório, da qualidade assegurada, melhoria e do planejamento da qualidade.

Basques (2009) Afirmam que os indicadores são escolhas ou requisitos utilizados para seleção. Esses elementos Podem ser os recursos disponíveis, itens como a cultura do laboratório, características relacionadas à mostra como tipo o volume, o tempo destinado ao atendimento total, treinamento ou tratamento do pessoal, custo referente aos testes, tipos de equipamentos, e até mesmo dispositivo de segurança. Para que seja realizada avaliação da qualidade de um sistema análise é importante entender que características como a confiabilidade, os limites utilizados para detecção e a linearidade, assim como a ocorrência de erros aleatórios, erros sistemáticos e erro total devem ser bem pontuadas.

Desta forma, a especificação relativa qualidade analítica será considerada adequada para o laboratório quando ela for precedida da validação dos métodos, verificação das especificações assim como para classificação dos erros (De Conti, 2017).

### *3.1 Indicadores Ambientais*

Os indicadores ambientais constituem-se como importante elemento no contexto da melhoria da qualidade das organizações, Desta forma, esses índices devem ser de fácil e segura a medição, devem ser sensíveis as mudanças que podem ocorrer no tempo

e manejo, possui um claro limite da sustentabilidade, ter relação as funções de uso, variação entre tempo e do local da amostragem.

De acordo com Santana (1999) os indicadores ambientais estão divididos em três tipos sendo eles: indicadores físicos: são todos os elementos que estão relacionados a estrutura sólida e porosidade; indicadores químicos: são aqueles que envolve critérios como composição, concentração de elementos, entre outros; Indicadores biológicos: são aqueles relacionados a macro e microclima como os elementos climáticos.

Nesse contexto, torna-se importante destacar que cada laboratório está inserido numa realidade diferente Assim, é importante que seja realizado a construção de um protocolo que possua as informações locais, as mudanças e condições que podem ser consideradas como fator limitante, para que assim seja possível realizar a repetibilidade e a replicabilidade dos procedimentos.

### *3.2 Utilização dos Indicadores para Gestão e Teoria da Qualidade dos Laboratórios Clínicos*

Para realizar a definição dos indicadores de qualidade para um laboratório é necessário que se conheça as diversas ferramentas e as metodologias administrativas com foco na gestão tática e estratégica. Devido a importância deste tipo de verificação é importante que a rotina de preenchimento de relatórios seja realizada com rigor e confiabilidade, Uma vez que essas informações são indispensáveis para que possa ser realizado o monitoramento dos materiais, equipamentos, e até mesmo das práticas analíticas utilizadas. Desta forma, será possível perceber as situações em que é necessário que ocorra intervenções periódicas (Almeida, 2013).

A atenção que deve ser dada a essa rotina requer disciplina e organização durante todas as etapas que envolvem os processos e procedimentos do laboratório. Assim, se faz importante que a equipe do laboratório seja treinada em relação aos critérios que envolvem os indicadores de qualidade, além de da necessidade de ampliar os conhecimentos dos colaboradores, que deverão perceber e reconhecer a importância dos indicadores para a gestão dos processos e melhoria contínua da qualidade da organização (Vieira, 2011).

Ainda nesse sentido é importante que ocorra o alinhamento em relação aos recursos disponíveis e a definição das estratégias de trabalho, para que assim os processos implementados sejam cada vez mais eficazes, tenham medição estruturada e

que facilite a influência em relação ao comportamento dos envolvidos para o alcance dos objetivos e metas estipuladas (Herrero Filho, 2005).

### *3.3 Indicadores de Controle e Verificação*

Os processos realizados podem ser controlados e gerenciados por meio de medições de características determinadas como itens de controle, qualidade intrínseca, identificação dos clientes, das necessidades e dos serviços. Quando são identificados resultados indesejados nos itens de controle se faz necessário a implementação de correções, além de listar e mensurar os itens de verificação (De Conti, 2017).

Para que o controle ocorra de maneira adequada e os problemas sejam identificados em tempo hábil se faz necessário que os itens de verificação sejam observados de maneira periódica, entre esses itens estão: quantidade de exames realizados, número de exames descartados, frequência da manutenção dos equipamentos e da realização de treinamentos, entre outros. Os itens de verificação e indicadores fazem o direcionamento para o alcance das metas definidas.

Werkema (1995) afirma que deve ser estabelecida uma faixa aceitável de valores para realização do controle da meta, além de definir o padrão considerado como ideal, o qual pode ser alterado à medida que a qualidade dos procedimentos e da organização apresentem variação.

Entre os métodos de controle destacam-se os ciclos PDCA (Plan, Do, Check, Action) e SDCA (Standard, Do, Check, Action). Sendo que o primeiro deles, o PDCA consiste em um método de controle que possibilita que os gestores façam o direcionamento das decisões para que as metas sejam alcançadas. O nome do método leva em consideração as ações que devem ser realizadas: P – Planejar os meios necessários para o alcance da meta; D – Executar as ações planejadas e a coleta de dados para verificação; C – Checar os dados alcançados, além de fazer a comparação com a meta estipulada; A – Agir em relação ao processo até atingir o padrão considerado como ideal (COSTA FILHO, 2014).

Enquanto o segundo método, o ciclo SDCA, consiste em um sistema que faz o controle da estabilidade que um processo alcança ou para a manutenção de um procedimento que tenha alcançado o padrão estipulado. Esse sistema trabalha da seguinte forma: S – Sistema de padronização ou Procedimento Operacional Padrão; D – Sistema de treinamento e de supervisão; C – Sistema de auditoria, checagem do

resultado e monitoramento; A – Sistema de tratamento e de correção de desvio (DI CONTI, 2017).

Além destes dois ciclos podem ser usadas também como ferramentas de qualidade instrumentais como: as Ferramentas do Planejamento; Técnicas Estatísticas; Métodos para Análise de Falhas; e os Checklist de atividades. Nas sessões a seguir serão apresentadas algumas dessas ferramentas.

### *3.4 Ferramentas de Qualidade: Planejamento*

Entre as principais ferramentas de qualidade relativa ao planejamento temos: 1) Diagrama de Afinidade: faz a apresentação da similaridade dos dados não numéricos, além de ser usado para indicar a direção que deve ser usado para solucionar um determinado problema. Utilizado ainda para organizar informações disponíveis, prever situações que possam vir a ocorrer e organizar avaliações; 2) Diagrama de Relações: trabalha a estrutura relacionada a causa e efeito dos dados, sendo usado quando ocorre um problema complexo ou no caso da sequência das ações críticas para alcançar as metas determinadas; 3) Diagrama de Árvore: esse diagrama mostra qual caminho deve ser usado para que se alcance um determinado objetivo. Esse instrumental é usado nos casos das tarefas serem demasiadamente complicadas e que tem risco alto de fracasso; 4) Diagrama de Matriz: consiste em organizar os elementos e constitui em um evento demonstrado em linhas e colunas de uma matriz, sendo representados por meio de símbolos a intensidade da força da relação; 5) Diagrama de Priorização: esse instrumental faz uso de muitas variáveis que são representadas por duas ou três características; 6) Diagrama de Processo Decisório: é utilizado para alcançar uma meta através do estudo da lógica e das possibilidades de ocorrência dos eventos; 7) Diagrama de Setas: nesse diagrama é trabalhado o organograma de execução das tarefas, assim como o tempo de execução (De Conti, 2017).

### *3.5 Ferramentas da Qualidade e Estatísticas*

Quantas as ferramentas da qualidade e estatísticas destacam-se os itens a seguir: a) Estratificação: responsável pelo agrupamento das informações e dados; b) Folha de Verificação: faz a coleta e registro de dados dos processos; c) Gráfico de Pareto: este instrumental faz a transformação da informação de texto para visual, exibindo através de gráfico em barras a ordenação da frequência em que as situações ocorrem,

possibilitando que sejam priorizadas ações que ocorrem com mais frequência e que causem maiores prejuízos; d) Diagrama de Causa e Efeito: faz a relação entre resultados de processos (os efeitos) com os fatores (as causas) que interferem em função do resultado; e) Histograma: essa ferramenta apresenta na forma de gráfico em barra apresenta a distribuição dos dados em relação ao valor central e permitiu avaliar quais medidas podem ser usadas para reduzir a variabilidade do processo; f) Medidas de Localização e Variabilidade: faz a representação de um índice dos dados em forma numérica, quantificando a locação e a variabilidade; g) Índices de Capacidade de Processo ( $C_p$  e  $C_{pk}$ ): esses índices processam as informações para avaliar se os processos realizados são capazes de gerar produtos que tenha a qualidade esperada; h) Diagrama de Dispersão: gráfico utilizado para visualizar o tipo de relacionamento entre duas variáveis, podendo ser distribuídas como duas causas, ou dois efeitos, ou uma causa e um efeito; i) Gráfico de Controle: esse gráfico apresenta a visualização do estado de controle estatístico de um processo, além do monitoramento em relação à locação da média, assim como a dispersão dos itens controlados que podem indicar a tendência relativa ao processo; j) Amostragem: conjunto de dados que representam a totalidade da população de interesse; k) Intervalo de confiança, Testes de Hipótese e Análise de Variância: permite fazer o controle, utilizando limites abaixo dos valores máximos preestabelecidos, além dos erros que podem ser cometidos durante a elaboração da conclusão; l) Análise de Regressão: apresentação de um modelo que faz a representação do relacionamento existente entre as diferentes variáveis do processo, permitindo a determinação quantitativa das causas mais influentes para atingir a meta; m) Planejamento de Experimentos e Otimização de Processo: fornece indicações sobre o sentido no qual o processo deve ser direcionado para atingir a meta de interesse; n) Análise Multivariada: simplifica a estrutura dos dados e sintetiza as informações quanto ao número de variáveis envolvidas; o) Confiabilidade: apresentam a confiança do serviço; p) Avaliação dos Sistemas de medição: permitem avaliar o grau de confiabilidade dos dados, definindo o centro do alvo (precisão) como valor verdadeiro da variável e as medidas repetidas da variável (vício), baixo vício + alta precisão = alta acurácia (De Conti, 2017).

### *3.6 Métodos para Análise de Falhas*

a) Failure Mode and Effects Analysis (FMEA): consiste na análise dos modos e os efeitos que as falhas causam. Esse método faz a identificação de todos os possíveis

modos de falha que possam ocorrer num processo e determina o efeito de cada uma dessas interações sobre o desempenho da atividade, utilizando para isso a análise por dedução (COSTA FILHO, 2014). b) Fault Tree Analysis (FTA): este método é realizado de forma padronizada e tem início a partir da ocorrência de uma falha e continua na combinação dos fatos que tenham o potencial de ter conduzido para a ocorrência de tal falha (LEMOS, 2013).

### *3.7 Checklist de Atividades*

O checklist de atividades deve ser capaz de responder os questionamentos rotineiros a respeito de uma atividade, assim é importante que esse checklist contemple: a) O quê? = o que será feito, exposto em etapas; b) Quando? = quando será feito, em tempo; c) Quem? = quem será o responsável pela ação; d) Onde? = onde será feito, em localização; e) Por quê? = por que deve ser feito, qual a justificativa; f) Como? = como será feito, qual método deve ser utilizado; g) Quanto custa? = quanto custará a execução da atividade, em custo.

### *3.8 Relatório do Ciclo PDCA*

Mas situações em que o ciclo PDCA seja utilizado é importante que seja usado o relatório proposto pelo próprio ciclo, nele são contemplados os seguintes elementos: qual atividade foi planejada previamente; o que foi executado até a presente data: quais os resultados que foram obtidos até então; quais são os principais pontos problemáticos que foram observados; destacar propostas de trabalho que possam ser utilizadas para resolução desses problemas no futuro. 11 A utilização do planejamento tanto via Ciclo PDCA, quanto do SDCA quando aplicados junto com métodos de medição e de gestão de desempenho são capazes de contribuir diretamente para o alcance dos objetivos. Como resultado dessa adoção espera-se que ocorra a redução na quantidade de falhas, além do êxito no alcance dos resultados e na qualidade dos serviços/produtos entregues (Herrero, 2005).

## **4. GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE**

As organizações de saúde, de maneira geral, apresentam grande complexidade e interdependência nos seus processos internos, por conta disso tem a necessidade de contarem com profissionais que sejam altamente especializados, além de terem a

necessidade do estabelecimento de padrões que garantam a qualidade dos serviços que são prestados (Pádua Filho; Carvalho; Meira, 2014).

São responsabilidade dos gestores destes serviços, o acompanhamento de resultados, realização da coordenação da unidade, compreender avaliações, implementar novas ferramentas, entre diversas outras funções que podem dificultar o processo de implementação de melhorias da qualidade destas instituições. Além disso, espera-se que esses profissionais sejam capazes de garantir a qualidade dos serviços de saúde, e adicionalmente possuam conhecimento de gestão em saúde, habilidades para acompanhar os avanços da medicina, além de apresentar boas relações interpessoais (Souza; Souza; Cruz, 2011).

A gestão das empresas do setor de saúde teve um início com grandes falhas, uma vez que estas organizações eram tratadas como instituições de caridade, e em geral, administradas por religiosos, médicos, enfermeiros ou outras pessoas pertencentes à comunidade circunvizinha. Essa administração passou a ganhar destaque quando passou a ser necessário que este setor avançasse junto com a própria medicina, pois quanto mais esta se aprimorava, mas se fazia necessário a implementação de materiais e de recursos humanos (Seixas; Melo, 2004).

Fontinele Júnior (2002) aponta que atualmente se tem a consciência que essas empresas precisam gerar lucro, bem como qualquer outro tipo de organização, além da necessidade de possuírem profissionais capacitados e com habilidades para o gerenciamento destas instituições, assim como no caso dos laboratórios clínicos. Ao longo do tempo estas organizações passaram a entender a necessidade de possuírem profissionais habilitados para a sua administração, que possua perfil de realizador e não de sonhador; formações profissionais que tenham relação com a área da instituição, e principalmente, que este colaborador esteja aberto a eventuais mudanças. A adoção de modelos de direção que tenham como critérios rigorosos de gerenciamento, e esteja de acordo com os padrões de qualidade total tem sido apontado como o sistema mais adequado para estas organizações. Esta estratégia tem como objetivo a melhoria de um processo, envolvendo a participação de todos os colaboradores que tenham relações com o procedimento em questão, permitindo assim que sejam implementadas várias formas de melhoria (Seixas; Melo, 2004).

A competitividade presente no setor, a exigência da adoção de melhores padrões de qualidade, dificuldade de negociação de preços dos serviços clínicos, tem exigido cada vez mais desses gestores o aumento da qualidade do serviços e atualizações da

forma de gerenciamento. Estas ações devem ser adotadas quando se busca o avanço das estratégias de gestão; implementação de novas tecnologias, principalmente as que tenha relação com o fluxo de informações, e melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados. Desta forma, podemos inferir que a busca da qualidade desses serviços é uma necessidade técnica e social para este setor (Souza; Souza; Cruz, 2011).

#### *4.1 Estratégia de Gestão*

Nesse contexto a avaliação estatística da qualidade das medidas, através da combinação do ciclo PDCA ou SDCA, da sequência lógica dos fatos e dos dados, deve ser iniciada por elementos como o planejamento, execução do conjunto das ações planejadas, checagem repetida das ações e eliminação da possibilidade de falhas. Nesses casos o ciclo SCDA é mais utilizado e visto como uma medição padrão. Oliveira e Mendes (2010, p. 142) vão mais longe propondo que com este controle consolidado pode-se estabelecer o ciclo DMAIC:

“D” (Define): definição do problema;

“M” (Measure): medição;

“A” (Analyze): análise e definição das causas de variação dos dados coletados;

“I” (Improve): melhoria e definição do plano de ação;

“C”(Control): controle do processo, para problemas complexos, com a definição clara do problema.

Devido a sua característica de realizar o monitoramento do nível de desempenho que ocorre entre diferentes processos, esses ciclos viabilizam que seja realizada a comparação entre atividades distintas, permitindo uma visão do percentual de erros que ocorrem, além de fazer a relação com o desempenho da qualidade dos serviços e do próprio laboratório.

Autores como Costa Filho (2014) defende a implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIG), esse método de gestão oferece a possibilidade de poder ser adotável a diferentes tipos e realidades dos laboratórios, uma vez que é bastante flexível, não depende de ferramentas ou de práticas específicas, sendo considerado como um método relativamente fácil de ser implementado. Este mesmo autor afirma que a gestão de laboratório encontra-se dividida em três níveis, sendo eles: a) Nível Estratégico (ou Garantia da Qualidade): envolve as competências relativas a produção de resultados que sejam tecnicamente válidos para a sociedade de maneira geral, considera a gestão estratégica a longo prazo e que possua a aplicação de critérios de excelência, dentre eles estão os propostos pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ);

b) Nível Tático: nesse caso deve ser usado o Ciclo PDCA para promover a melhoria contínua dos processos; o plano estratégico faz a sua atuação no nível tático, onde deve ser capaz de buscar elementos como a acreditação ou a certificação; c) Nível Operacional: esta etapa faz o cumprimento do objetivo do laboratório em dispor de resultados que sejam exatos e precisos; além de competência técnica para o nível operacional; da busca por reconhecimento pelas sociedades científicas; além da eficiência está diretamente relacionada a produção de resultados. Neste sentido, é importante que se conheça os elementos que são consideradas pela FNQ como critérios para a excelência, sendo eles: o Pensamento sistêmico; Aprendizado organizacional; Cultura e inovação; Liderança e constância de propósitos; Orientação por processos e informação; Visão de futuro; Geração de valor; Valorização de pessoas; Conhecimento sobre o cliente e o mercado; Desenvolvimento de parcerias; e Responsabilidade Social. Quando se trata dos critérios práticos, temos os seguintes: Liderança; Estratégia e Plano; Clientes; Sociedade; Informações e Conhecimento; Pessoas; Processos; Resultados.

Ainda a respeito da gestão estratégica desses ambientes temos que o Sistema Integrado de Gestão (SIG) baseia-se no ciclo do PDCA, assim como nos tópicos relacionados ao Controle Qualidade Total (CQT), na realização de fluxogramas; no método de solução de problemas (MASP), além das só ferramentas de qualidade, assim como o plano de ação. Assim para que essa fundamentação adequadamente é importante destacar: o PDCA, deve ser apresentado da maneira que foi produzido anteriormente e a aplicação do Controle de Qualidade Total – CQT por meio dos seus onze elementos respectivamente: Orientado pela demanda dos Cliente: a produção ocorre de acordo com o que seja requisitado; qualidade em primeiro lugar: a ocorrência de lucro contínuo se deve ao domínio da qualidade que ocorrerá ao longo do tempo; ação orientada por prioridades: fazer a identificação de problemas críticos e priorizar a sua resolução; ação orientada por dados e fatos: a tomada de decisão será realizada por meio de análises estatísticas; controle de processos; o monitoramento deve ser realizado de maneira frequente durante todo o processo de produção, e não alertas ao final do processo; controle da dispersão: responsável por fazer o controle da dispersão que possa ocorrer com as informações e dados; próximo processo é o seu cliente: a equipe deve ter a compreensão que o colega deve ser visto como um cliente que se encontra em busca da melhoria da sua satisfação; controle a montante: deve ser produzido os serviços e produtos de acordo com as necessidades do cliente, agindo de maneira preventiva; ação de bloqueio: responsável por impedir que os mesmos problemas ocorra, ferramentas

pelas mesmas causas; respeito pelo empregado: neste elementos estão envolvidos critérios como o respeito, ocorrência de capacitações e reconhecimento dos colaboradores envolvidos em cada um dos processos; comprometimento da alta direção: aqui são usadas as experiências anteriores como exemplo para a melhoria dos processos;

O Fluxograma (diagrama de Ishikawa): permite conhecer todo o processo que ocorre nessas organizações, utilizando para isso os dados e fatos observados, desta forma facilita da identificação de problemas ocasionais e o método de solução de problemas (MASP): responsável pela distribuição dos problemas no diagrama de Pareto, fazendo a ordenação das causas e frequência em que as situações ocorrem; As Sete ferramentas da qualidade: Diagrama de Pareto, Diagrama de Ishikawa, histograma, folha de verificação, diagrama de dispersão, carta de controle e fluxograma e o plano de ação através do 5W2H, apresentado anteriormente.

#### *4.2 Estratégia de Gestão com Balanced Scorecard (BSC)*

O Balanced Scorecard (BSC) é uma estratégia de gestão que surgiu na década de 1990, e busca preencher a lacuna existente na maioria dos sistemas de gestão, pois permite a adoção de um processo de reposta eficiente quanto a implementação de determinadas ações. O BSC tem uma abordagem equilibrada e fundamenta-se em quatro perspectivas: financeira, mercadológica, operacional e de melhoria contínua (MARTINS *et al*, 2013).

Apesar do BSC não está relacionado com a teoria da competitividade, ele vem sendo largamente utilizado nas organizações de saúde como ferramenta para alimentar a perspectiva financeira com a real situação da organização, conduzindo desta forma a elaboração de objetivos que sejam possíveis de serem alcançados, além de permitir seus ajustes em decorrência de situações específicas que essas organizações enfrentam (Machado; Lima; Baptista, 2017).

A adoção desta estratégia para o CMO tem sido importante para conseguir informações quanto a perspectiva dos clientes, permitindo assim que sejam identificados e avaliados os processos que representam os maiores índices de satisfação para os consumidores, e que podem ser atrativos para futuros clientes. O BSC fornece melhoria no fluxo de informações a serem prestadas de forma que atendam os clientes com qualidade e satisfação (Martins *et al*, 2013).

Quanto à perspectiva de processo interno, esta tem como função a busca da melhoria contínua, bem como a redução da quantidade de processos a serem

executados, permitindo maior agilidade e eficácia aos atendimentos. Quanto aos fundamentos de melhoria contínua é possível pontuar ações como os investimentos em infraestrutura, investimento na qualificação da equipe, e outras ações que permitirão a manutenção da inovação e o crescimento da instituição (Machado; Lima; Baptista, 2017).

No caso do CMO, o Balanced Scorecard pode ser utilizado de forma exitosa como uma das ferramentas para identificação dos pontos de melhoria no atendimento de qualidade dos serviços de laboratório.

## **5. BOAS PRÁTICAS PARA A MELHORIA DA QUALIDADE EM LABORATÓRIOS CLÍNICOS: GESTÃO DO CONHECIMENTO**

Uma das principais dificuldades para a implementação de novas estratégias no setor de saúde tem relação com a pouca divulgação das experiências bem-sucedidas, que tenham sido implementadas em clínicas, hospitais e outros empreendimentos de saúde nacionais. Esta sessão tem como objetivo trazer a discussão em relação a três tipos de práticas que podem ser incorporadas a essas organizações em busca de alcançar melhores resultados, desde que sejam respeitadas as especificidades de cada empresa/localidade, inclusive podendo ser adaptados para aquelas que trabalhem com a medicina ocupacional.

O setor da saúde, diferente de outras áreas, tem como característica fundamental a utilização intensa do conhecimento em suas atividades rotineiras, essa dinâmica ocorre por estas organizações possuírem uma alta quantidade de capital intelectual, que contribui para uma maior eficácia das práticas de assistência médica. Porém, quando se considera de forma isolada a questão do cuidado com a saúde é perceptível uma lacuna quanto a melhoria da qualidade dos processos que atuam diretamente nessas atividades. Essa dificuldade, por sua vez, pode ser solucionada com a adoção de ferramentas e práticas que permitam o acesso desses conhecimentos à equipe de colaboradores (Barnett, 2014).

A gestão do conhecimento, pode ser trabalhada como uma das estratégias para a busca de melhorias para a qualidade dos processos das organizações de saúde e está distribuída em três etapas específicas: a preparação (abrange a introdução do tema e explicação a respeito da importância dessa prática); a execução (relacionada as ações que visam compartilhar o conhecimento e as experiências que o grupo possui) e a

avaliação (uma etapa de revisita ao processo de gestão, realizado para avaliar a contribuição e os impactos da adoção desta prática) (Silva; Juliani; Dias, 2016).

Apesar do potencial deste tipo de prática no cenário moderno, alguns elementos podem causar interferência quanto a sua implementação de forma exitosa, como é o caso da cultura organizacional e questões relativas ao comportamento humano. Além destes fatores, questões como o tempo, relações de poder, sistemas de medição e a estrutura também podem exercer esse tipo de influência (Barnett, 2014).

A implementação da gestão do conhecimento (GC) deve ser executada respeitando as especificidades de cada local, adaptando as ferramentas à realidade observada. Silva, Juliani e Dias (2016) observaram que com a adoção deste tipo de gestão foi possível verificar a ocorrência das seis fases do ciclo de processos dessa gestão, sendo eles: A Identificação do conhecimento: nesta etapa o gestor tem a função de identificar o conhecimento da equipe para o atendimento aos pacientes, e determinar quais pontos são caracterizados como as fortalezas da equipe, e quais necessitam de mais trabalho, aquisição do conhecimento: quando as informações em relação ao tema abordado são limitadas, sendo necessária a contratação de profissionais que venham a mitigar essa falta de informação, seja pela realização de cursos e palestras, participação em eventos desta temática ou compra de materiais relacionados à demanda existente, o desenvolvimento de conhecimento: após adquirir o conhecimento, a equipe passa a desenvolver novas práticas que resultarão em melhoria no atendimento do paciente, a utilização do conhecimento: nesta fase os colaboradores já estão de posse do conhecimento adquirido e conseguem identificar qual o procedimento mais adequado para os atendimentos dos clientes, o compartilhamento do conhecimento: esta etapa pode ser realizada por meio de reuniões, eventos e até mesmo listas de discussões. Essa fase precisa do acompanhamento do gestor do conhecimento, para que desta forma seja mantida a qualidade dos saberes compartilhados, e avaliar se existe a necessidade de revisitação de alguma etapa do processo ou de melhoria das informações, a retenção de conhecimento: nesta última fase os membros da equipe selecionam os conhecimentos mais adequados e os disponibilizam em uma base de informações, contribuindo com a melhoria da qualidade do serviço ofertado pela equipe de maneira geral.

Vale ressaltar que o modelo proposto no trabalho em questão levou em consideração as particularidades da unidade de saúde analisada, e não deve ser aplicado de forma generalizada para todas as instituições, mas sim adaptá-lo as características observadas em outros universos e assim permitir que ele contribua com a melhoria das

práticas destes locais, funcionando como um processo de inovação para o desenvolvimento dos colaboradores envolvidos, bem como um ganho para os pacientes da instituição (Ávila; Bertero, 2016).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação dos indicadores de qualidade foi abordado neste estudo como uma ferramenta estratégica para a melhoria do processo de gestão das organizações do setor de saúde, especificamente os laboratórios clínicos. Esse procedimento é considerado como uma importante tática para a evolução dos método de controle, devendo ser adaptado para a realidade dos laboratórios, hospitais, clínicas e outros empreendimentos de saúde.

A efetivação de ferramentas de melhoria contínua para uma empresa tem como finalidade, assegurar que a administração atue de acordo com a legislação nacional, respeitando todos os princípios básicos dela. Além disso, fornece auxílio ao administrador para a tomada de decisão com segurança adequada. Isso será possível desde que o modelo utilizado corresponda aos tipos de atividades realizadas pelo empreendimento. A aplicação de procedimentos inadequados deste controle e verificação podem comprometer as operações e interferir negativamente nos resultados.

Em seguida, a gestão empresarial foi destacada, principalmente, devido a sua importância na administração de qualquer setor. A gestão foi dividida em: planejamento, organização, liderança, execução e controle, onde as particularidades de cada uma delas foram pontuadas. Os laboratórios são organizações complexas, uma vez que realizam diversas atividades que são praticamente impossíveis de serem previstas, dificultando a adoção de modelos que não tenha sido devidamente adaptado para o uso nessa área de trabalho.

Por fim, foram destacados exemplos de boas experiências em relação as mudanças que vem ocorrendo na gestão das empresas da saúde no Brasil. Dentre esses casos, estão aqueles que adotam a gestão do conhecimento, o Balanced Scorecard e a Acreditação voltada para a melhoria da qualidade da assistência clínica. Para cada um desses casos foram apresentadas suas características e os impactos que podem causar para as organizações de saúde.

## REFERÊNCIAS

ALKHENIZAN, A.; SHAW, C. Impact of Accreditation on the Quality of Healthcare Services: A Systematic Review of the Literature. **Annals of Saudi Medicine**, v. 31, n. 4, p. 407, 2011.

ALMEIDA, C. M. C. **Controlo de qualidade interno**: elaboração de um programa de Controlo de Qualidade Interno segundo as boas práticas da Qualidade, 2013.  
ÁVILA, L. A. C.; BERTERO, C. O. Third sector governance: a case study in a university support foundation. **Review of Business Management**, p. 125–144, 2016.

BARNETT, S.; JONES, S.C; CATON, T.; IVERSON, D.; ROBINSON, L.  
Implementing a virtual community of practice for family physician training: a mixedmethods case study. *Journal of Medical Internet Research*, v. 16, n. 3, 2014.  
BASQUES, José Carlos. **Especificações da qualidade analítica**. Belo Horizonte: Labtest, 2009.

BERSANETI, F. T. *et al.* Is there any link between accreditation programs and the models of organizational excellence? **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 50, n. 4, p. 650–657, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. **Manual de apoio aos gestores do SUS: organização da rede de laboratórios clínicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. 1. ed., 2.a reimpr, Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

COSTA FILHO, H. F. **Tratado de Gestão Aplicadas a Laboratórios Clínicos**. 1 ed. Passo Fundom Eskalab Eireli, 2014.

DE CONTI, D. **Proposta e Avaliação de Indicadores de Desempenho para Gestão Estratégica de Unidades Laboratoriais de Instituição Superior de Ensino e Pesquisa que Impactam sobre a Saúde Humana**, 2017. 121 fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia Biomédica) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Biomédica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

DYRO, J. F. **Clinical Engineering Handbook**. Quality, Thomas M. Judd Director, Quality Assessment, Improvement and Reporting, Kaiser Permanente Georgia Region Atlanta, GA, 2004.

FONTINELE JUNIOR, K. **Administração Hospitalar**. Goiânia: AB, 2002.

HERRERO FILHO, E. **Balanced Scorecard e a gestão estratégica**: uma abordagem prática, p. 241, 2005.

KENT, R.. Tools for quality management and improvement. **Quality management in plastic process**. Cap. 7. Elsevier. 2016.

LEMOS, H. M. **As Normas ISO 14000**. Instituto Brasil PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 2013.

MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Caderno de Saúde Pública**, v. 33, 2017.

MARTINS, V. F. *et al.* Acreditação em organizações de saúde: um estudo exploratório. **Cadernos da FUCAMP**, v. 12, n. 14, 2013.

MENDES, G. H. S.; MIRANDOLA, T. B. S. Acreditação hospitalar como estratégia de melhoria: impactos em seis hospitais acreditados. **Gestão & Produção**, v. 22, n. 3, p. 636–648, 2015.

NITA, M. E. *et al.* **Avaliação de tecnologia em saúde: evidências clínica, análise econômica e análise de decisão**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

OLIVEIRA, C. A.; MENDES, M. E. **Gestão da Fase Analítica do Laboratório, como assegurar a qualidade na prática**. 1. ed., Controllab, Vol. I, II e III, 2010.

PADUA FILHO, W. C.; MEIRA, B. M.; CARVALHO, A. J. Inovação como um desafio para as empresas de saúde: a experiência em hospital privado. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 11, n. 2, p. 58-66, 2014.

PALADINI, E. P. **Gestão estratégica da qualidade: princípios, métodos e processos**. São Paulo: Atlas, 2. ed, 2009.

SANTANA, D. P. Indicadores de qualidade do solo. **In: Congresso Brasileiro de Ciência do Solo**, 27., Brasília, 1999.

SEIXAS, M. A. S.; MELO, H. T. Desafios do Administrador Hospitalar. **Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 5, n. 9, 2004.

SILVA, M. L.; JULIANI, J. P.; DIAS, J. S. Modelo de gestão do conhecimento para apoiar a prática clínica em uma unidade hospitalar. **Revista Eletrônica de Comunicação**, Informação e Inovação em Saúde, v. 10, n. 4, 2016.

SOUZA, N. C.; SOUZA, A. A.; CRUZ, N. G. Sistema de controle interno em organizações hospitalares. **Anais - XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, Belo Horizonte, 2011.

VALLS, V. M. O enfoque por processos da NBR ISO 9001 e sua aplicação nos serviços de informação. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, 2004.

VIDAL, S. V. Código de ética profissional dos agentes comunitários de saúde: a pactuação da confiabilidade. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, DF, v. 9, p. 357-368, 2013.

WERKEMA, M. C. C. **As ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos**, (Série Ferramentas da Qualidade), vol. 1, Belo Horizonte, MG: Fundação Christiano Ottoni, Escola de Engenharia da UFMG, 128p.:il .1995.

# CAPÍTULO 9

**A SINDROME DE BURNOUT NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR: a vida do docente atravessando à crise do esgotamento mental após a pandemia da COVID-19**

***BURNOUT SYNDROME IN HIGHER EDUCATION TEACHING: the teacher's life going through the crisis of mental exhaustion after the COVID-19 pandemic***

 **10.5281/zenodo.10120412**

Ana Paula Cordeiro Chaves Gursen <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Faculdade Pan Amazônica – FAPAN. Especialista nas áreas: Psicopedagogia Institucional Pela Escola Superior Madre Celeste-Esmac. Neuropsicopedagogia Clínica Pela Faculdade IBRA, 2021. Especialização Em Docência No Ensino Superior, Facuminas, 2022. Pós-graduanda em Neurociências, Facuminas. Atua na Consultoria Acadêmica há 6 anos. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4006977507638703>. E-mail: [paulacordeirochaves@gmail.com](mailto:paulacordeirochaves@gmail.com)

## RESUMO

O presente artigo científico traz a lume uma breve abordagem da síndrome de Burnout na docência após a Pandemia da Covid-19- marcada por crises na saúde pública, econômica e educacionais. Dando ênfase, principalmente, para o processo de adoecimento dos docentes- discorrendo sobre a vida do professor universitário que está atravessando a crise do esgotamento mental. Para a realização da pesquisa em foco, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica diante de uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórica é construída a partir das informações consistentes acerca da temática em discussão no campo da Ciência. Os critérios de buscas foram classificados nas fontes de artigos, revistas científicas e livros que continham informações relevantes a respeito do tema. Os resultados trazem os reflexos da COVID-19 que interferem na saúde mental, sendo provenientes, principalmente, do esgotamento mental- tidos como complicadores da nova realidade da educação e, da relação de trabalho do docente.

**Palavras-chave:** Síndrome de Burnout. Docência. Pandemia da COVID-19. Esgotamento mental. Autocuidado.

## ABSTRACT

This scientific article brings to light a brief approach to the Burnout syndrome in teaching after the Covid-19 Pandemic - marked by crises in public health, economic and education. Emphasizing, mainly, the process of illness of teachers; Talking about the life of the university professor who is going through the crisis of mental exhaustion. To carry out the research in focus, the methodology of bibliographic review was used in the face of a qualitative approach, whose theoretical foundation is built from the consistent information about the theme under discussion in the field of Science. The search criteria were classified according to the sources of articles, scientific journals and books that contained relevant information on the subject. The results show the reflexes that interfere in mental health, mainly coming from covid-19 - seen as complicating the new reality of education and the teacher's work relationship.

**Keywords:** Burnout Syndrome. Teaching. COVID-19 pandemic. Mental exhaustion. Self-care.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo científico, traz uma breve abordagem da síndrome de burnout na docência, dando ênfase a vida do docente do ensino superior que atravessa à crise do esgotamento mental após a pandemia da covid-19- analisando suas causas, sintomas e impactos.

A docência é uma profissão altamente exigente já associada ao risco de burnout antes da pandemia da COVID-19. No entanto, a crise global causada pela pandemia trouxe desafios adicionais que têm impactado profundamente a saúde mental dos docentes (Silvestre, 2021).

Nesse sentido, a síndrome de burnout afeta diretamente a saúde e a qualidade de vida. Fomentando o estado de esgotamento físico e emocional, causado pelo estresse crônico no trabalho, neste caso, é possível identificar que os educadores têm enfrentado uma constante exaustão, resultante das elevadas expectativas, das pressões administrativas e das crescentes demandas de alunos (Silva, 2017).

Contudo, De Moraes (2020), ressalta que a síndrome de burnout tem como influência principal a relação do docente com os outros profissionais no ambiente de trabalho a partir dos desgastes dessa experiência, entretanto, diante das consequências ocasionadas pelo contexto pandêmico, foram fomentados múltiplos fatores que contribuíram para o seu surgimento ou até mesmo, agravo. Sendo assim, a emergência da pandemia da COVID-19 criou um cenário delicado de emergência na saúde pública e educacional- em que as consequências persistem até a atualidade, mesmo com a vacina. Se tornando necessário, um novo olhar sobre as experiências dos professores diante dos agravos e dos desafios já existentes em seu processo de atuação.

Nisso, mesmo diante da “desaceleração”, imposta para conter o vírus em 2020, o conceito de bem-estar ainda seria considerado uma ilusão, pois a vida cotidiana se transformou, e junto, cresceram os conflitos relacionados ao estresse, depressão e tudo que corroboraram e influenciaram para o adoecimento mental de muitas pessoas neste período (De Paula Vianna *et al.*, 2023).

O presente artigo tem como objetivo: investigar a síndrome de burnout na docência do ensino superior e suas implicações após a pandemia da COVID-19, a fim de compreender os fatores desencadeantes, os sintomas e as estratégias de prevenção e intervenção.

Para a realização da pesquisa em foco, foi utilizada a metodologia de revisão

bibliográfica diante de uma abordagem qualitativa, cuja fundamentação teórica é construída a partir das informações consistentes acerca da temática em discussão no campo da Ciência.

Deste modo, as bases de dados eletrônicas utilizadas foram Scopus, Google Scholar e Scielo, utilizando palavras-chave como: “Síndrome de burnout.” “Docência.” “Pandemia da COVID-19.” “Esgotamento mental.” “Autocuidado.” Foram selecionados artigos publicados que abordassem o tema proposto, buscando, assim, o alcance de análise e descrição com o intuito de explorar a área de conhecimento diante da identificação de importantes informações e da exposição dos resultados obtidos

O trabalho estrutura-se da seguinte forma: referencial teórico, trazendo na primeira seção as possíveis causas que afetaram a saúde mental dos docentes durante e após a pandemia da COVID-19; segunda seção traz a pandemia, os principais sintomas e impactos do Burnout na Docência; terceira seção apresenta as Estratégias de intervenção e Prevenção e por fim, a conclusão desta pesquisa, com os principais resultados.

## **2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### *2.1 As possíveis causas que afetaram a saúde mental dos docentes durante e após a pandemia da COVID-19*

Com o novo cenário epidemiológico imposto pela pandemia da COVID-19 em 2020- implicou a adoção de medidas que pudessem cessar a transmissão do vírus, como o isolamento social, uma das principais medidas impostas pela OMS. Neste caso, houve a paralisação das aulas presenciais e a implementação do ensino remoto emergencial (OPAS, 2020).

Tais consequências, além de agravar a saúde pública, fomentaram uma série de mazelas sociais, que neste caso, acarretaram mudanças preocupantes na rotina de trabalho da população mundial. Neste contexto, não se pode negar as transformações e repercussões psicossociais, que foram geradas e intensificadas através dos diversos fatores dessa crise sanitária (Castilho Sá; Miranda; Canavêz, 2020).

Nisso,

o trabalho é uma atividade que ocupa uma grande parcela de tempo de uma pessoa, este processo, além de proporcionar uma grande exaustão, requer deste profissional, extrema dedicação e comprometimento. O trabalho nem

sempre possibilita realização profissional. Pode, ao contrário, causar problemas desde insatisfação até exaustão (Trigo *et al.*, 2007, p.224).

Nesse sentido, até mesmo, antes da pandemia- os docentes já enfrentavam desafios como cargas de trabalho intensas, pressões para alcançar resultados acadêmicos, turmas superlotadas, questões administrativas e entre outros. Com o advento da pandemia, esses desafios foram fomentados pela transição abrupta do ensino presencial para o remoto, essa adaptação necessitou das novas plataformas tecnológicas- ministrando as questões pedagógicas do ensino e aprendizado com a preocupação com a saúde, de alunos e professores. A partir disso, intensifica-se a dificuldade em manter esse equilíbrio entre vida pessoal e profissional (De Paula Vianna *et al.*, 2023).

Diante de todas as mudanças ocorridas, o professor-universitário (Docente), precisou adaptar a sua situação laboral, para o contexto de trabalho home office, exigindo de si, uma ação disciplinada e amplamente, organizada. É possível que toda essa dedicação e disciplina desenvolvidas durante a pandemia, tenha afetado a concentração e logo, acarretado a insatisfação neste processo de atuação, resultando no cansaço, no desgaste físico e principalmente, mental (Silva, 2017).

Ressalta-se, que as consequências da pandemia da COVID-19 se estenderam por todas as esferas da sociedade, e a área da educação não foi exceção. Os docentes enfrentaram uma série de desafios únicos e estressores que desempenharam um papel significativo na deterioração de sua saúde mental. Apresenta-se, conforme identificadas na literatura, algumas das possíveis causas que afetaram a saúde mental dos docentes durante a pandemia da COVID-19, que incluem:

**Falta de Interação Social:** O isolamento social, tanto de colegas quanto de alunos, resultante das medidas de distanciamento social afetou negativamente a saúde mental dos docentes (Souza *et al.*, 2021).

**Transição para o Ensino Remoto:** A rápida mudança para o ensino remoto foi um desafio significativo para muitos professores, pois a adaptação a novas tecnologias e plataformas, a criação de conteúdo online e a manutenção do engajamento dos alunos tornaram-se fontes de estresse, por falta de suporte, por parte da própria instituição empregadora e estrutura adequada (Agência Brasil, 2021).

**Pressões de Desempenho:** A necessidade de manter altos padrões acadêmicos enquanto se adaptavam a novos métodos de ensino colocou pressões adicionais sobre os professores (Pontes; Rostas, 2020).

**Equilíbrio entre trabalho e vida pessoal:** O trabalho remoto pode resultar na perda da separação física entre o ambiente de trabalho e o espaço pessoal, portanto, isso dificultou estabelecer limites claros entre as responsabilidades profissionais e pessoais, levando a um esgotamento constante (Souza *et al.*, 2021).

**Desigualdades Tecnológicas:** A falta de acesso equitativo a dispositivos e conexão à internet por parte dos alunos ampliou as disparidades educacionais, pois os professores sentiram a pressão de garantir que todos os alunos tivessem acesso ao conteúdo de ensino (Cortez *et al.*, 2022).

É relevante destacar que, mesmo antes da pandemia, os docentes já eram indivíduos que apresentavam uma pré-disposição para a síndrome de Burnout. Devido à carga de trabalho exaustiva, o estresse acumulado, e a rotina desgastante da sala de aula. Pois, as mudanças que decorreram desse contexto pandêmico, corroboraram para elevados níveis de estresses, o que tem interferido diretamente na sua saúde mental e, especialmente, nessa relação com o trabalho.

Além disso, as questões expostas neste tópico, são reflexos das principais transformações ocorridas nas Universidades e nas Faculdades desde a pandemia da COVID-19. Atingindo de forma drástica a atuação do docente e o sistema de educacional, agravando a doença e corroborando para o diagnóstico da síndrome de burnout- fomentada a partir dos desgastes psíquicos e da rotina laboral.

Portanto, as consequências desses reflexos corroboram para o adoecimento psíquico dos docentes, que comprometem a qualidade vida. Dessa forma, é crucial que se reconheça a gravidade desses desafios e que se adotem estratégias de apoio e prevenção para proteger a saúde mental dos educadores, promovendo ambientes de trabalho saudáveis e sustentáveis.

## *2.2 Os principais sintomas e impactos do Burnout na Docência*

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Síndrome de Burnout é classificada como fadiga e estresse, e quando as pessoas estão apresentando esta sobrecarga de cansaço, perdem totalmente a motivação pelo trabalho. Nisso, a síndrome pode ser denominada de “síndrome do esgotamento profissional” ou de “Síndrome de Burnout”, provenientes, neste caso, do cansaço mental e dos diversos desgastes- onde o distúrbio vem acompanhado por cansaço, esgotamento físico, estresse e principalmente, o desinteresse pelo trabalho (OMS, 2005; Campos, 2008).

Para Silvestre (2021), após a pandemia é possível que a fadiga desse docente

seja resultado de diversos fatores, além do esgotamento mental, ou seja, essas modificações adquiriram novos contextos, se tornando provenientes de reflexos do ensino remoto, da adaptação de novas rotinas- o retorno do ensino presencial, sobrecarga laboral e entre outros.

Durante o período da pandemia, na transição abrupta para o ensino remoto- além dos desafios tecnológicos, houve a necessidade de adaptação rápida mediante as novas metodologias. Por isso, essa preocupação com a saúde esteve alicerçada com a rotina laboral. Reforçando a importância do isolamento social e a incerteza sobre o futuro da educação, intensificando o aumento do estresse, ansiedade, depressão, diante da ausência do contato presencial com os alunos, também corroborou para exaustão emocional (De Moraes, 2020).

Destaca-se, que o professor é um profissional que sempre apresentou uma rotina corrido. Na transição do ensino presencial para o remoto, as aulas passaram a ser ministradas para grandes turmas, e ele careceu manejar diversas emoções e conflitos, somados aos impactos da pandemia (COVID-19) e as obrigações atribuídas a sua prática de atuação. Nisso, foi indispensável que as metodologias pedagógicas fossem aplicadas através de uma nova atualização e adaptação, efetivadas, neste caso, em home office- onde os profissionais tiveram que ministrar essas atividades laborais com os afazeres domésticos, para muitos docentes essas mudanças fomentaram a queda no rendimento e o desempenho profissional (Souza *et al.*, 2021).

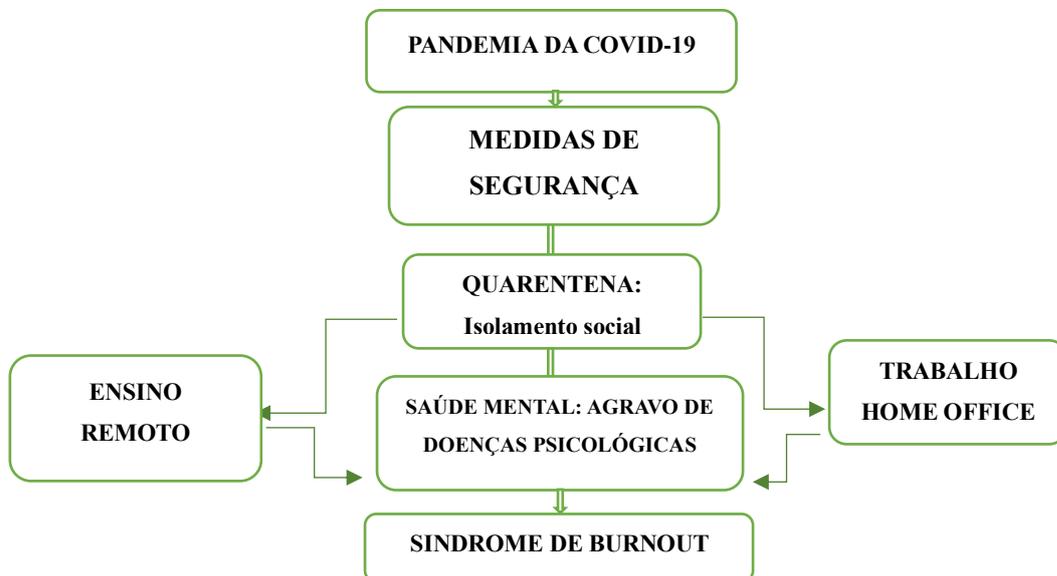
De acordo com a Agência Brasil (2021), o esgotamento mental durante o período de pandemia ocorreu através do estresse; cansaço físico; medo; preocupações; angústias; falta de tempo; acúmulo de atividades e Dificuldades no manuseio dos equipamentos tecnológicos. Tais sintomas, complementam os demais como: esgotamento emocional; cansaço; mal-estar geral- irritabilidade; despersonalização; falta de realização pessoal; problemas com o sono; úlceras digestivas; perda de peso; dores musculares e de coluna; alergias, e entre outras (Campos, 2008).

Conclui-se, que foram múltiplos impactos que se instauraram desde a pandemia da COVID-19, como consequência, houve a necessidade de uma urgente adequação, em resposta a crise sanitária, essas mudanças além de rotineiras, corroboraram para sofrimentos mentais- que se tornaram consistentes, suscitando sérias consequências, como o adoecimento de diversos profissionais.

A seguir, será apresentado um fluxograma, com resumo das consequências de todos os processos, que se remeteram a pandemia como: medidas de segurança, os

impactos do isolamento social para o ensino remoto, os agravos das doenças psicológicas e a saúde mental deste profissional comprometida pela síndrome de Burnout.

**Fluxograma:** Consequências da pandemia da Covid-19



Fonte: Criado pelo Próprio Autor, (2023)

O fluxograma demonstra as consequências da pandemia da COVID-19 para o agravamento da síndrome de Burnout, comprometendo a saúde mental do docente- diante do gerenciamento da rotina a partir dos desgastes diários, que neste caso, são múltiplos. Pois, esses diversos fatores interferem na relação do profissional com o trabalho.

Sendo assim, um dos principais fatores identificados, é a sobrecarga de tensão e o estresse ocupacional- configurados a partir das dificuldades em gerenciar as atividades laborais com as domésticas, ou seja, provocando o acúmulo de funções e o estresse duplicado. Essas atividades ocupam a maioria do tempo dos docentes e, em decorrência disto, traz o excesso de tarefas e a falta de tempo para o autocuidado. Fomentando gatilhos, que levam ao adoecimento mental, afetando significativamente a qualidade de vida do professor, porquanto, é imprescindível que se direcione uma atenção especial para tal problemática.

Diante da discussão apresentam-se diversas preocupações que refletem na saúde individual dos educadores. Por isso, é importante que as instituições educacionais, em consonância com as políticas públicas e a sociedade em geral; reconheçam os desafios enfrentados pelos docentes, e dessa forma, atuem juntos para criar ambientes trabalho saudáveis e sustentáveis, onde os educadores possam prosperar mesmo diante das

adversidades, como a crise de esgotamento mental após a pandemia da COVID-19, com vista nas estratégias de intervenção e prevenção.

### *2.3 Estratégias de intervenção e Prevenção da Síndrome de Burnout*

Perante a contextualização que submerge as situações, os fatores que influenciam o surgimento e agravamento da enfermidade- Síndrome de Burnout, são caracterizadas por grandes cargas de exaustão, oriundas do colapso e das atividades intensas de trabalho. Ensinar, não é uma condição tão simples, como muitos definem. Requer deste profissional, um grande equilíbrio psíquico e físico.

Assim,

para o professor empenhado em promover a aprendizagem de seu aluno, há o imperativo de penetrar e interferir em sua atividade psíquica, notadamente seu pensamento. Essa necessidade antecede a tudo e, por isso mesmo, dirige a escolha dos modos de ensinar, pois sabe o professor que os métodos são eficazes somente quando estão, de alguma forma, coordenados com os modos de pensar do aluno (Tunes; Tacca; Júnior, 2005, p.689).

O processo de adoecimento está relacionado com a integração das relações interpessoais entre docente e discente- agravando as circunstâncias profissionais, interferindo no equilíbrio e desempenho, ou seja, resultando em conflitos o processo de ensino e aprendizagem. Por isso, que ao agravar a síndrome de burnout, o trabalho vai perdendo o significado da realização profissional (Campos, 2008).

Dessa forma, “a estratégia de afastamento, que, a princípio, é utilizada para não se confrontar com situações problemáticas, passa a distanciar o indivíduo das relações interpessoais e dos resultados e objetivos de sua profissão” (Carlotto; Câmara, 2008, p.38).

Para combater o Burnout na docência, os educadores precisam adotar estratégias de enfrentamento eficazes- incluindo a definição de limites claros entre o trabalho e o tempo pessoal, a busca de apoio emocional por meio de conversas com colegas ou profissionais de saúde mental e a prática regular de autocuidado, como exercícios, meditação e envolvimento em atividades de lazer.

Além disso, é crucial que as instituições educacionais implementem medidas de apoio, como programas de treinamento em gerenciamento de estresse, espaços para compartilhar experiências e preocupações, bem como o reconhecimento e a valorização do trabalho dos educadores. Segundo Carlotto e Câmara (2008), apresenta-se, algumas estratégias de prevenção para a síndrome de burnout na docência:

- **Autoconhecimento:** Os educadores devem estar atentos aos seus próprios sinais de estresse e exaustão. Isso envolve monitorar suas emoções, pensamentos e sintomas físicos regularmente.
- **Estabelecer Limites:** Definir limites claros entre o trabalho e a vida pessoal é essencial. Isso inclui determinar horários de trabalho e momentos de descanso, bem como aprender a dizer "não" quando necessário.
- **Gerenciamento do Tempo:** Desenvolva habilidades de gerenciamento de tempo eficazes para evitar a sobrecarga de trabalho. Priorize tarefas, crie um cronograma realista e evite multitarefas excessivas.
- **Promoção da Saúde Física:** Uma boa saúde física contribui para uma melhor saúde mental. Praticar atividades físicas, manter uma dieta equilibrada e dormir adequadamente são fatores importantes na prevenção do burnout.
- **Rede de Apoio:** Cultive relacionamentos positivos com colegas, amigos e familiares. Ter uma rede de apoio pode ajudar a compartilhar preocupações e sentimentos, reduzindo o isolamento.

Já para Dalcin e Carlloto (2018), alguns passos para a intervenção são de extrema necessidade para tratar a síndrome, como:

- **Identificação Precoce:** Esteja atento aos sinais precoces de burnout em si mesmo e em colegas. Sinais como irritabilidade constante, diminuição do interesse pelo trabalho e esgotamento emocional devem ser tratados com seriedade.
- **Buscar Ajuda Profissional:** Se você ou um colega estiver enfrentando sintomas graves de burnout, considerar a busca por ajuda profissional, como terapia ou aconselhamento, é importante.
- **Tempo de Recuperação:** Permita-se tirar folgas regulares e férias para recarregar suas energias. O descanso é fundamental para prevenir o burnout.
- **Reavaliação de Expectativas:** Analise suas expectativas em relação ao trabalho e faça ajustes realistas. Muitas vezes, o burnout ocorre quando as expectativas não estão alinhadas com a realidade.
- **Atividades de Autocuidado:** Reserve tempo para atividades que lhe tragam alegria e satisfação fora do ambiente de trabalho, ajudando a equilibrar as demandas profissionais com as necessidades pessoais.

Portanto, o reconhecimento de sintomas do burnout na docência, requerem a adoção de medidas preventivas e interventivas direcionadas para lidar com a doença. Disponibilizando, principalmente, o acesso a apoio psicológico, a implementação de práticas de autocuidado, o estabelecimento de limites no trabalho e a promoção de um ambiente de trabalho saudável e de apoio nas Universidades, Faculdades e Escolas.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constata-se, a partir deste estudo, que os reflexos que interferem na saúde mental dos docentes são provenientes, principalmente, da COVID-19- sendo complicadores da nova realidade da educação e das relações de trabalho. Ao ampliar o conhecimento da síndrome de Burnout na saúde do docente, em tempos de pandemia, obteve um estudo onde se sabe que a educação e os professores vêm enfrentando desafios complexos, até mais, do que antes. Pois, a realidade do ápice da pandemia afligiu a todos, principalmente, em termos dos protocolos de segurança e dos riscos que o vírus acarretava para a existência da humanidade.

Nesse sentido, desde a implementação do ensino remoto, se notou um maior adoecimento do professor perante o desgaste, os conflitos e das responsabilidades laborais- afetando expressivamente a saúde mental deste profissional, levando ao esgotamento mental. Pois, a pandemia agravou os impactos psicológicos, gerando seus próprios fatores de interferências na saúde mental, trazendo consequências das causas de transmissão do vírus e, sobretudo, pelas medidas de segurança, como: o isolamento social e quarentena, suscitando uma apreensão para os cuidados emergentes.

É válido lembrar, que o período da quarentena não limitava somente as relações e as interações sociais, como também, as atividades de entretenimento e lazer, ocasionando uma maior carga de estresse, considerado um dos fatores potenciais para os riscos da saúde mental. Significou a relevância de analisar estes impactos da pandemia no ensino remoto, como uma das novas organizações de trabalho em home office, e ainda, a pauta sobre as responsabilizações das Instituições e a relação dos conflitos, diante da soma destas modificações, presentes neste estudo.

Portanto, as causas do esgotamento mental, são resultados do desgaste e, sobretudo, da desmotivação em seu processo de atuação profissional. Esse equilíbrio psíquico, necessita de uma atenção especial, principalmente, em tempos atuais, onde os agravantes do esgotamento mental, tem se tornado intensificadores ativos no adoecimento de um indivíduo, é crucial que se direcione a atenção para a saúde mental

dos professores universitários, e que, se elaborem estratégias e medidas de intervenções, para o enfrentamento dessa problemática.

Além disso, as Instituições precisam se comprometer com as condições atribuídas aos docentes, garantindo um suporte de fácil adaptação, meios adequados para os professores desenvolverem suas atividades. Preservando sua produtividade, exatidão e principalmente, sua saúde. Porquanto, é fundamental e indispensável, reunir informações acerca do assunto para direcionar os meios de tratamento e de prevenção da Síndrome de Burnout. A crise atual, originária da pandemia, precisa harmonizar prioridades acerca dos cuidados com a saúde, demandando ações que possam garantir sua promoção de forma totalizante.

Essas possíveis estratégias e ações referentes aos cuidados, ao enfrentamento e a prevenção das enfermidades psicológicas, destacando a síndrome de Burnout, consistem nas formas de encarar o contexto que se instalou desde a pandemia da COVID-19, gerando e intensificando sérias consequências. À vista disso, se evidencia negligências a respeito dos cuidados, referentes a síndrome de Burnout- os professores-universitários (docentes) vêm atravessando a configuração conturbada diante de todos os impactos no sistema educacional, intensificando cada vez mais, o esgotamento mental- diante das implicações psicológicas desses reflexos da pandemia na saúde mental.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, pelo dom da vida e, sobretudo, a minha família: esposo, minhas filhas, pai-sogro, pelo apoio e segurança de sempre. A minha trajetória profissional tem se tornado um grande desafio, desde quando decidi enveredar pelo viés da pesquisa, afinal, essa contribuição é muito importante para a ciência, para a comunidade acadêmica e profissional.

Sou assistente social, especializada na área da educação, com ênfase na Psicopedagogia Institucional, Neuropsicopedagogia Clínica e Docência no Ensino superior; atuo na consultoria acadêmica há 6 anos, percebo a necessidade do incentivo as pesquisas. Por isso, que resolvi fomentar esse processo tão expressivo para o crescimento profissional.

Portanto, esse artigo, é uma breve contribuição para a prática pedagógica, em especial, a superior, diante de um processo fundamental para o ensino e aprendizagem, ou seja, o uso das tecnologias e suas contribuições para a educação no Brasil.

Ressalto, que pretendo corroborar mais vezes, para a linha referida, compartilhando e somando o pouco do meu conhecimento com a comunidade científica e acadêmica, espero que esse trabalho fundamente de forma significativa, pesquisas futuras.

Gratidão!

## REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Excesso de trabalho e pandemia podem desencadear Síndrome de Burnout**. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/excesso-de-trabalho-e-pandemia-podem-desencadear-sindrome-de-burnout> Acesso em: 12 de julho de 2023.
- CAMPOS, D. Z. **Síndrome de Burnout: o esgotamento profissional ameaçando o bem-estar dos professores**. Donizete Ap. Zequine Campos. – Presidente Prudente, 2008. 132 f.
- CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Síndrome de Burnout e estratégias de enfrentamento em professores de escolas públicas e privadas. **Psicologia da Educação**, n. 26, 2008.
- CASTILHO SÁ, M.; MIRANDA, L.; MAGALHÃES, F. C. Pandemia Covid-19: Catástrofe Sanitária e Psicossocial. **Caderno De Administração**, v. 28, p. 27-36, 2020.
- CORTEZ-SILVA, Daisy Mily et al. Satisfacción laboral y síndrome de burnout en docentes durante el confinamiento por la pandemia COVID-19. **Propósitos y Representaciones**, v. 9, n. 3, 2021.
- COSTA, Adrielle Souza da *et al.* **O trabalho e a saúde do professor: indícios associados ao adoecimento na profissão**. 2021.
- DALCIN, Larissa; CARLOTTO, Mary Sandra. Avaliação de efeito de uma intervenção para a Síndrome de Burnout em professores. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, p. 141-150, 2018.
- DE MORAES, Melissa Machado. **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho**. Artmed Editora, 2020.
- DE PAULA VIANA, Lara et al. Síndrome de Burnout em fisioterapeutas atuantes na docência, clínica e área hospitalar durante a pandemia da COVID-19. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**, v. 13, p. e5017-e5017, 2023.
- FARO, A.; BAHIANO, M.A.; NAKANO, T.C.; REIS, C.; SILVA, B.F.P.; VITTI, L.S **COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado**. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/dkxZ6QwHRPhZLsR3z8m7hvF/?lang=pt> Acesso em 15 de julho de 2023.

OPAS-ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19> Acesso em: 09 de julho de 2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Estresse uma epidemia global**. 2005.  
PÊGO, F.P.L.; PÊGO, D.R. Síndrome de Burnout. 2016. Revista Brasileira de Medicina no Trabalho. Disponível em: <https://www.rbmt.org.br/details/46/pt-BR/sindrome-de-burnout> Acesso em: 09 de julho de 2023.

PONTES, Fernanda Rodrigues; ROSTAS, Márcia Helena Sauaia Guimarães.  
Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, v. 18, p. 278-300, 2020.  
SANTOS HMR. **Os desafios de educar através da Zoom em contexto de pandemia: investigando as experiências e perspectivas dos docentes portugueses**. Prax Educ. 2020; 15: 1-17.

SANTOS, M.R.; SILVA, M.E.; BELMONTE, B.R. COVID-19: ensino remoto emergencial e saúde mental de docentes universitários. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbsmi/a/b3TVbVHcCZRxkVZPF6PK6PHF/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 09 de julho de 2022.

SARAIVA K, TRAVERSINI C, LOCKMANNK A. **Educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. Prax. Educ. 2020; 15: 1-24.

SILVA, Marjorie Ikeda da Costa. **Síndrome de Burnout e seus efeitos na qualidade de vida em docentes: estudo de caso**. 2017.

SILVESTRE, Dimas Cucci. **A pandemia do covid-19 e a síndrome de Burnout**. MIGALHAS. 2021. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/345016/a-pandemia-do-covid-19-e-a-sindrome-de-burnout> Acesso em: 10 de julho de 2022.

SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/RrndqvwL8b6YSrx6rT5PyFw/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 13 de julho de 2022.

TRIGO, Telma Ramos *et al.*, **Síndrome de burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos**. Rev. Psiq. Clín 34 (5); 223-233, 2007. Disponível em: [scielo.br/j/rpc/a/6CTppSZ6X5ZZLY5bXPPFB7S/?format=pdf](https://www.scielo.br/j/rpc/a/6CTppSZ6X5ZZLY5bXPPFB7S/?format=pdf) Acesso em: 08 de agosto de 2023.

TUNES, Elizabeth; TACCA, Maria Carmen VR; BARTHOLO JÚNIOR, Roberto dos Santos. O professor e o ato de ensinar. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 689-698, 2005.

Z Aidan, J. M.; GALVÃO, A. C. **“COVID19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada”**. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Instituto Defesa da Classe Trabalhadora, 2020.

# CAPÍTULO 10

## ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: um olhar humanizado *SOCIAL SERVICE PERFORMANCE IN FRONT OF OBSTETRIC VIOLENCE: a humanized view*

 10.5281/zenodo.10120418

Beatriz Vieira de Souza <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social. Universidade Nove de Julho – UNINOVE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1890-3286>. E-mail: [vieiradesouza.beatriz@gmail.com](mailto:vieiradesouza.beatriz@gmail.com)

### RESUMO

Este estudo aborda a atuação do Serviço Social frente à Violência Obstétrica. Diante disso, cabe destacar que a VO coleciona vítimas durante o pré-natal, trabalho de parto ou mesmo após o parto, através de práticas profissionais (de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde) no setor público e privado que colocam a dignidade das pessoas em risco, fomentando dolorosas consequências. Logo, o objetivo geral deste estudo se voltou para identificar como o Serviço Social pode atuar frente à Violência Obstétrica. Quanto ao método aplicado, partiu de uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa bibliográfica, realizada durante os meses de março a maio de 2023 através de materiais previamente publicados. Os resultados obtidos apontam que há vários prejuízos ocasionados pela violência obstétrica são vários, sendo eles físicos, emocionais ou psicológicos, tais como: a depressão, ansiedade, medo, dispareunia e outros. Os quais atingem as vítimas de formas diferentes, considerando suas particularidades. Assim, a atuação do Assistente Social é de bastante importância para a redução de denúncias e práticas da VO contra mulheres, visto que a profissão deve atuar na defesa intransigente dos direitos da população.

**Palavras-chave:** Violência Obstétrica. Serviço Social. Maternidade.

### ABSTRACT

This study addresses the role of Social Services in the face of Obstetric Violence. In view of this, it is worth highlighting that VO collects victims during prenatal care, labor or even after birth, through professional practices (of doctors, nurses and other health professionals) in the public and private sector that places the dignity of people at risk, fostering painful consequences. Therefore, the general objective of this study focused on identifying how Social Services can act in the face of Obstetric Violence. As for the method applied, it started from a qualitative approach with the type of bibliographical research, carried out during the months of March to May 2023 through previously published materials. The results found indicate that there are several losses caused by obstetric violence, whether physical, emotional or psychological, such as: depression, anxiety, fear, dyspareunia and others. Which affect victims in different ways, considering their particularities. Therefore, the role of the Social Worker is very important in reducing complaints and practices of VO against women, as the profession must act in the uncompromising defense of the population's rights.

**Keywords:** Obstetric Violence. Social service. Maternity.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo aborda acerca da Violência Obstétrica - VO e como se insere como uma violência de gênero e institucional que se manifesta por vezes de forma sutil para as suas vítimas (gestantes), as quais se encontram em um momento vulnerável e muito simbólico, o parto. Mas não somente nessa ocasião, visto que pode ocorrer antes, durante o pré-natal, trabalho de parto ou depois do parto, ocasionando difíceis consequências. Assim, essa delimitação partiu com a visão atenta do Serviço Social.

Sabe-se que esse tipo de violência pode ocorrer de forma naturalizada na sociedade, o que acaba por não trazer a visibilidade que se espera alcançar, seja pelo desconhecimento da prática e dos direitos reprodutivos e sexuais e/ou pela insuficiência de respaldo por parte do Estado. Assim, ela “[...] pode ser cometida tanto pelos médicos, quanto pelas enfermeiras ou parteiras, e/ou, por qualquer pessoa que coloque a dignidade da gestante e do feto em risco, podendo ocorrer tanto no âmbito da saúde pública quanto na privada.” (Leite; Marinho, 2022, p. 1010).

Cabe destacar que a violência obstétrica pode ser verbal, física, psicológica ou sexual, além de se evidenciar de forma explícita ou não. Atingindo as mulheres de formas diferentes, uma vez que alguns grupos sociais estão sempre em maior vulnerabilidade e por envolver questões que vão além do gênero. Com uma nova prática médica que inclui o controle social por meio dos corpos sendo estabelecida a partir da consolidação da medicina como saber científico, as práticas médicas sobre os eventos da gestação e do parto passam a ser inquestionáveis e vistas como mais eficientes, o que resulta em uma fragilização nas relações entre médico e paciente, através de uma atenção tecnicista e hierarquizada (nessa relação) que também passa a ser reforçada nas instituições (Sens; Stamm, 2019).

Quanto às motivações que levaram à escolha da temática, se deu através do aumento de denúncias de violência obstétrica (em diferentes veículos de informação) e pela necessidade de investigá-la considerando que pode ser um tema pouco difundido e/ou até mesmo desconhecido por muitos, logo, observou-se a precisão de pesquisar e conceituar acerca dessa violência, principalmente, para falar sobre as políticas públicas, objeto importante na atuação do/a assistente social. Diante do exposto, o objetivo deste estudo se voltou para identificar como o Serviço Social pode atuar frente à violência obstétrica.

## 2. MÉTODO

Quanto aos aspectos metodológicos do estudo, se caracteriza por ter uma abordagem qualitativa com o tipo de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica ocorreu através de materiais previamente publicados e se deu durante os meses de março a maio de 2023. Dessa forma, sinaliza-se aqui que este estudo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Assistente Social realizado no primeiro semestre de 2023.

## 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, versa sobre a saúde como direito de todos e dever do Estado “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (Brasil, 1988).

Posteriormente, a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990 “Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências” (Brasil, 1990, s.p). Já a 8ª Conferência Nacional de Saúde traz um novo conceito de saúde, como retrata Cisne e Santos (2022, p.187):

[...] ampliando para a compreensão da relação saúde/doença como decorrência das condições de vida e de trabalho, como também considerou que as ações de saúde devem se dar numa perspectiva interdisciplinar a fim de garantir a atenção a todas as necessidades da população [...].

Assim, é nesse cenário que a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 218, de 6 de março de 1997 reconhece os Assistentes Sociais (e outros profissionais de nível superior) como profissionais de saúde. Posteriormente, a Resolução CFESS nº 383, de 29 de março de 1999, caracteriza o assistente social como profissional de saúde, como é informado no documento "Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde" do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010).

Dessa forma, Corrêa e Torres (2021, p. 97) trazem que “o Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, tendo como objeto de atuação as expressões da questão social, que se explicita em indicadores de vulnerabilidades sociais produzidas pelo modelo econômico capitalista [...]”.

Logo, entende-se que o assistente social é um profissional requisitado e importante na política de saúde e conseqüentemente no Sistema Único de Saúde (SUS), sistema esse em que esses profissionais vão atuar, em instituições públicas e também privadas, como salienta Corrêa e Torres (2021) ao citar Almeida e Alencar (2011). Assim, dentre essas instituições estão as maternidades, locais em que ocorre a violência obstétrica.

Desse modo, é possível compreender que a VO se configura como uma das expressões da questão social, e conseqüentemente, deve ser alvo de enfrentamento por parte da categoria profissional, como explicam Corrêa e Torres (2021, p.91) “[...] a violência obstétrica manifesta-se como uma dessas expressões, na medida em que encontra nos fundamentos da sociedade capitalista, patriarcal e racista, os alicerces para a sua ocorrência.” Dessa forma, o Serviço Social realiza sua intervenção baseado nos princípios, competências e atribuições expostas no Código de Ética Profissional de 1993 e na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93).

Além disso, Cisne e Santos (2022, p. 188) pontuam que:

Sua ação não deve reforçar as práticas conservadoras em que as situações problema não sejam tratadas de forma a fragmentá-las atribuindo aos usuários a responsabilidade de suas dificuldades e isentando a dinâmica da sociedade de classes na produção e reprodução das desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas (Cisne; Santos, 2022, p.188).

Além do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação, o trabalho do assistente social também é norteado pelas “Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social” de 1996 que junto com os outros dois citados formam o Projeto Ético-Político da profissão. No que diz respeito à política de saúde, um documento que já foi mencionado se torna imprescindível na atuação, sendo ele o “Parâmetros para a Atuação do Assistente Social na Política de Saúde”. Logo, esse ainda que sem citar a violência obstétrica (diretamente) “busca dialogar com uma atuação voltada ao acesso aos direitos, construções de estratégias para a profissão e socializar informações de acesso aos direitos. [...]” (Getaruck, 2023, p.33).

Esse documento traz informações importantes sobre a atuação do assistente social na política de saúde, incluindo os quatro eixos de atuação em que os profissionais atuam e as ações que devem desenvolver, sendo esses, “[...] atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional [...]” (CFESS, 2010, p.41).

É importante salientar que esses eixos não devem ser observados de forma “separada”, mas sim numa noção de totalidade, onde se articulam. Cabe ainda informar que poucos foram os estudos encontrados que tratassem sobre a atuação do assistente social (de forma ampla) nas maternidades, os artigos encontrados falavam sobre maternidades específicas (de regiões específicas) e a atuação dentro delas. Logo, é preciso dar ênfase à crítica de que é preciso falar sobre a violência obstétrica e realizar pesquisas sobre a temática para que tornem possível o enfrentamento da VO e a defesa da humanização do parto.

Desse modo, a partir do Código de Ética da profissão entende-se que os seguintes princípios fundamentais se articulam com a violência obstétrica e com a defesa da humanização do parto (e com a profissão)

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo (CFESS, 2011, p.23).

Portanto, é necessário lembrar que a VO é uma expressão da violação de direitos ao considerar os prejuízos (são inúmeros, a depender de cada vítima) que são causados às mulheres (através das formas que ela toma) sejam eles físicos, emocionais ou psicológicos, tais como: ansiedade, depressão, crise de pânico, medo, angústia, receio em ter uma outra gestação, baixa autoestima, estresse pós traumático, culpa, tristeza e dispareunia (que é dor durante a relação sexual causada pela realização de suturas apertadas, também conhecida como “ponto do marido” ) sendo esses alguns dos danos (Amaral *et al.*, 2021).

Logo, quando a profissão se posiciona do lado da defesa intransigente dos direitos humanos e contra o autoritarismo e preconceitos, está se posicionando contra a violência obstétrica, suas formas e a negligência acerca da temática (Getaruck, 2023, p.35). Assim, segundo o Código de Ética da profissão, alguns dos deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as são:

- [...] b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código; c- democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as; [...]
- g- contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (CFESS, 2011, p. 29-30).

Compreende-se que esses deveres são indispensáveis frente a violência obstétrica. Desse modo, como é dever do profissional garantir que os usuários tenham acesso a informações e discussões sobre as possibilidades e consequências das situações que são apresentadas, entende-se que:

A ausência de informação e discussão com o usuário sobre sua situação questionada ou solicitada, na relação profissional ou mesmo quando prestada as informações e o profissional tenta interferir na decisão do usuário em razão de seus valores e crenças, sem dúvida, caracterizar-se-á como infração ética (Barroco; Terra, 2012, p.173).

Logo, enquanto profissional e com relação a VO, é importante que o termo seja utilizado e explicado da forma que tem sido definido, quando denunciado ou questionado por alguma gestante, ainda que médicos não gostem do uso e que o Ministério da Saúde tenha vetado a sua utilização. Diante disso, cabe destacar que essa violência existe e não deve ser naturalizada ou minimizada.

Visto isso, é importante democratizar as informações sobre a temática, suas formas e danos ocasionados (e programas que se relacionam a ela como o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento), uma vez que: “A transmissão de informação é conduta exigível no exercício da profissão do assistente social. Todas as informações relativas ao acesso aos programas disponíveis da instituição devem ser passadas para o usuário, de forma que ele possa participar deles” (Barroco; Terra, 2012, p.174).

Segundo os Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde (CFESS, 2010) no que diz respeito a intervenção do/a assistente social, essa deve ser orientada pela perspectiva teórico-política reconhecendo a questão social de forma crítica e na sua totalidade. Assim, o profissional deve:

Fazer uma leitura crítica da realidade, ter capacidade para identificar as características materiais de vida, reconhecer e fortalecer os espaços e formas de organização dos trabalhadores em prol de seus direitos e construir de forma coletiva (junto com os trabalhadores) as estratégias políticas para modificação desses cenários (realidades) (Cisne; Santos, 2022, p.188).

Desse modo, as autoras trazem que para se alcançar o enfrentamento à violência obstétrica numa visão antirracista e feminista e em direção a um tratamento mais humanizado e voltado para a reforma sanitária é preciso que

que desperte nas mulheres a autonomia sobre seus corpos e garanta seus direitos sexuais e reprodutivos, assim como contribuir com a melhoria na qualidade da oferta dos serviços, com a qualidade de vida da população e promover a participação da população para a defesa de um SUS igualitário e democrático, sem a reprodução de preconceitos, discriminações e opressões de classe, raça e sexo (Cisne; Santos, 2022, p. 188).

Assim, tratando da humanização do parto entende-se que a atuação do/a Assistente Social nos locais de prestação de cuidados referentes a saúde das mulheres no pré-natal, parto e pós-parto deve ser defendida, justamente por se tratar de uma categoria profissional que possui condições de contribuir com os processos de implementação da Política Nacional de Humanização do Parto e Nascimento (Gasperin *et al.*, 2019, p.11).

Destarte, a Política Nacional de Humanização do Parto e Nascimento tem a humanização como: “estratégia de interferência no processo de produção de saúde, levando-se em conta que sujeitos sociais, quando mobilizados, são capazes de transformar realidades transformando-se a si próprios nesse mesmo processo.” (Brasil, 2004, p. 08).

Logo, valoriza a participação coletiva e o aumento da autonomia. Dessa maneira, o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS) através da portaria nº 569, de 1º de junho de 2000, acaba por determinar alguns dos direitos das gestantes através dos princípios e diretrizes para a estruturação do programa, assim:

- a - toda gestante tem direito ao acesso a atendimento digno e de qualidade no decorrer da gestação, parto e puerpério;
- b - toda gestante tem direito ao acompanhamento pré-natal adequado de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas no Anexo I desta Portaria;
- c - toda gestante tem direito de saber e ter assegurado o acesso à maternidade em que será atendida no momento do parto;
- d - toda gestante tem direito à assistência ao parto e ao puerpério e que esta seja realizada de forma humanizada e segura, de acordo com os princípios gerais e condições estabelecidas no Anexo II desta Portaria;
- e - todo recém-nascido tem direito à assistência neonatal de forma humanizada e segura;
- f - as autoridades sanitárias dos âmbitos federal, estadual e municipal são responsáveis pela garantia dos direitos enunciados nas alíneas acima (Brasil, 2000).

Assim, compreende-se que o/a assistente social é um profissional importante no processo de humanização do parto, uma vez que “se insere neste contexto como mediador do processo de acesso aos direitos e à legitimação da cidadania, sendo um profissional capacitado para a identificação dos determinantes sociais e apreensão das vulnerabilidades [...]” (Souza; Araújo, 2015, p. 03).

Além disso, o Serviço social pode:

- [...] contribuir com o acesso às informações sobre o direito à saúde, ser o articulador entre os demais profissionais de saúde envolvidos em todo o processo como também em ações sócio educativas, possibilitando assim um atendimento humanizado às mulheres parturientes e bebês, aproximando-se

aos níveis esperados tanto pelos órgãos gestores quanto pela sociedade (Souza; Araújo, 2015, p. 03).

Portanto, interpreta-se que os debates sobre a questão da humanização do nascimento e o atendimento das gestantes e bebês perpassam questões que são comuns ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Logo, ligados com os princípios fundamentais apresentados no Código de Ética, é possível certificar-se de que a defesa da humanização está “fixada” na atuação do assistente social (Souza; Araújo, 2015, p. 12).

No entanto, ainda que o atual Código de Ética estabeleça bases importantes para a atuação do assistente social frente à violência obstétrica e com relação a humanização do parto é imprescindível que ela seja debatida para que outros profissionais da categoria, incluindo os estudantes, e demais pessoas entendam a inserção efetiva do assistente social nas equipes multiprofissionais de unidades de atendimento a gestantes e parturientes, bem como a percepção dos demais profissionais quanto à atuação do mesmo, para assim permitir impulsionar ações inovadoras no atendimento às necessidades e demandas dessas mulheres parturientes e seus bebês (Souza; Araújo, 2015, p. 14).

Destarte, é essencial também a inserção do/a assistente social nos espaços de estudos e pesquisas sobre saúde da mulher, para que seja possível gerar ferramentas para uma atuação que fortaleça os processos de implementação da política de humanização do parto e nascimento nos serviços correspondentes (Gasperin *et al.*, 2019, p.11). Em vista disso, retoma-se a noção de que o/a assistente social é um profissional procurado na política de saúde e que atua com as expressões da questão social, sendo a violência obstétrica uma dessas. Para mais, apreende-se que esse profissional deve estar sempre em atualização quanto ao seu conhecimento, portanto, é importante conhecer as leis, portarias, programas e demais textos que tratam da temática, uma vez que:

Se no cotidiano da prática o Assistente Social não se atualiza, não questiona as demandas institucionais, não acompanha o movimento as mudanças da realidade social estarão certamente fadadas ao fracasso e a uma produção mecânica de atividades, tornando-se burocrata, e sem dúvidas, não promovendo mudanças significativas seja no cotidiano da população usuária ou na própria intervenção do Serviço Social no mercado de trabalho (Souza, 2008, p. 122).

Conclui-se então que, ainda que neste artigo o foco tenha sido a atuação do assistente social, entende-se que somente os esforços desse profissional não são

suficientes na erradicação da violência obstétrica. Contudo, os assistentes sociais são profissionais capacitados e com qualificação adequada no enfrentamento à essa violência, como evidenciam Corrêa e Torres (2021, p. 99). Assim:

[...] Os assistentes sociais podem se articular com os demais profissionais das equipes de saúde, realizando e participando de pesquisas sobre o assunto e, principalmente, oferecendo um atendimento de qualidade às mulheres, desde o planejamento familiar, passando pelo pré-natal até o pós-parto, para que elas possam obter informações de qualidade sobre seus direitos no contexto do parto e nascimento (Corrêa; Torres, 2021, p.99).

Logo, conhecer a atuação do/a assistente social na política de saúde e frente à questão da violência obstétrica torna-se uma importante ferramenta para enfrentá-la e levando em consideração que o/a assistente social é um profissional importante na defesa e garantia de direitos é possível que as gestantes os tenham garantidos. Além disso, esse profissional é capaz de ter um olhar mais humanizado para essa demanda e as demais que são expressões da questão social.

Portanto, a partir do seu exercício profissional, em conjunto com outros trabalhadores (equipe multiprofissional) é possível tornar mais visível a temática no país e obter políticas públicas mais efetivas para o enfrentamento da Violência Obstétrica.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que a Violência Obstétrica pode acontecer de diversas formas durante o ciclo gravídico-puerperal. Dessa forma, é importante trazer a atuação do Assistente Social frente à defesa de direitos de mulheres neste período maternal. Cabe destacar, os principais impactos da VO, entre eles enfatizam-se os psicológicos, que se manifestam através da depressão, crises de pânico, ansiedade, medo e tristeza.

Assim, a falta de democratização das informações sobre essa violência, as políticas públicas, os programas, leis, portarias e direitos configura-se como uma das práticas que precisam mudar, uma vez que, democratizando essas informações, as vítimas podem perceber de forma mais simples a violência e denunciá-la.

Ademais compreende-se que o/a assistente social é um profissional essencial no enfrentamento da temática, uma vez que atua com as expressões da questão social, sendo a violência obstétrica uma delas. Dessa forma, cabe ao profissional estar sempre em atualização frente ao tema, conhecendo, defendendo e informando as parturientes sobre os seus direitos e deveres, além de se posicionar a favor de uma prática mais humanizada dentro dos estabelecimentos de saúde.

Portanto, compreende-se que a VO tem sido naturalizada e vista muitas vezes de forma comum, uma vez que poucas são as medidas realmente efetivadas para o 23 seu combate. Além disso, o desconhecimento sobre a temática também torna difícil o seu enfrentamento, logo, é importante que mais pesquisas sejam desenvolvidas acerca dessa violência para que dessa maneira não seja mais normalizada e deixe de acometer tantas mulheres.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Alécia Fortes; KLEIN, Ana Paula; GRUNEWALD, Evelyn Sofia. **A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E OS SEUS DANOS À SAÚDE PSICOLÓGICA DA MULHER**. Anais do XIX Encontro Científico Cultural InterInstitucional, 2019. Disponível em: [https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci\\_2021/18-10-2021--16-24-38.pdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/ecci_2021/18-10-2021--16-24-38.pdf) Acesso em 01 mai. 2023.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 06 abr. 2023.

BRASIL. **HumanizaSUS**: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus\\_2004.pdf](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizasus_2004.pdf) Acesso em: 27 abril 2023

BRASIL. **Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília (DF), 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111108.htm). Acesso em: 28 mar. 2023.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 2010. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf). Acesso em: 07 abr. 2023.

CISNE, MIRLA; DOS SANTOS, Raíssa Paula SENA. Feminismo e Serviço Social no enfrentamento à violência obstétrica. **Revista Praia Vermelha**, v. 32, n. 1, 2022.

CORRÊA, Ana Paula Dias; TORRES, Iraíldes Caldas. Violência obstétrica: expressão da questão social posta ao trabalho do assistente social. **Argumentum**, v. 13, n. 3, p. 90-102, 2021.

GETARUCK, Karoline Carvalho. **Serviço Social e violência obstétrica: possibilidades de intervenção e prevenção**. 2023. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2023

LEITE, Giovana Pereira; MARINHO, Naira. Violência obstétrica em um contexto sociocultural. As Práticas tecnocráticas em um contexto de Interseccionalidade. 26 Revista Ibero-Americana de Humanidades, **Ciências e Educação-REASE**, v.8.n.10. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7212/2799> Acesso em 29 de mar. 2023

SENS, Maristela Muller; STAMM, Ana Maria Nunes de Faria. Percepção dos médicos sobre a violência obstétrica na sutil dimensão da relação humana e médico-paciente. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional (The social worker practice: knowledge, instrumentality and professional intervention. **Emancipação**, v. 8, n. 1, 2008.

SOUZA, Priscila Fortunato Barreto de; ARAÚJO, Vera Nícia Fortkamp de. **A humanização do parto e nascimento: contribuições do serviço social**. Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015.

# CAPÍTULO 11

**RETRATOS DA INFORMALIDADE: impactos da precarização no trabalho dos mototaxistas**

*PORTRAITS OF INFORMALITY: impacts of precarization in work of mototaxi drivers*

 **10.5281/zenodo.10120426**

Damiao Wellington de Sousa Lira <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduado em Serviço Social . Universidade Federal de Campina Grande – UFCGA. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/5525287436242344> E-mail: [wellyngton\\_lee02@hotmail.com](mailto:wellyngton_lee02@hotmail.com)

## RESUMO

Este trabalho intitulado Retratos da informalidade: Impactos da precarização no trabalho dos mototaxistas na cidade de Alexandria – Rio Grande do Norte busca analisar, mediante o cenário de intensificação dos ataques aos direitos trabalhistas, do crescimento da informalidade, do processo de reorganização no mundo do trabalho e da crise social, econômica e sanitária de covid – 19, os reatamentos das dinâmicas do processo de precarização do trabalho na classe trabalhadora, em específico na categoria profissional dos mototaxistas. A metodologia adotada considerou a importância de se realizar uma pesquisa bibliográfica sobre os sujeitos a serem pesquisados, no caso os mototaxistas, para dessa forma assegurar que a mesma tenha confiabilidade nos dados apresentados e, conseqüentemente, relevância social, acadêmica e política. Dessa forma, o método adotado foi o método crítico dialético, que segundo Marx (2008) pauta-se em um movimento dialético partindo de uma concepção ontológica da realidade social, em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica, ou seja, estudar a realidade em movimento. Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa cujos dados encontrados apontam que a informalidade se tornou a via mais viável de acesso ao emprego na cidade, indo de encontro aos dados nacionais de crescimento da informalidade no país. Além disso, através desse estudo, pode fazer o levantamento das condições de trabalho, o perfil desses profissionais, como atuam, como têm lidado com a pandemia, suas condições físicas, de saúde e sociais.

**Palavras-chave:** Precarização. Informalidade. Mototaxistas.

## ABSTRACT:

This work entitled Portraits of informality: Impacts of precariousness in the work of motorcycle taxi drivers in the city of Alexandria - Rio Grande do Norte seeks to analyze, through the scenario of intensified attacks on labor rights, the growth of informality, the process of reorganization in the world of work and the social, economic and health crisis of covid-19, the repercussions of the dynamics of the process of precarious work in the working class, specifically in the professional category of motorcycle taxi drivers. The methodology adopted considered the importance of carrying out a social research on the subjects to be researched, in this case motorcycle taxi drivers, in order to ensure that this research has reliability in the data presented and, consequently, social, academic and political relevance. Thus, the method to be adopted in this research will be the dialectical critical method, which according to Marx (2008) is based on a dialectical movement starting from an ontological conception of social reality, in which the social being produces its own objective and subjective conditions of existence and, therefore, theory, method and interviews were used, and also, to assist in the systematization of

these research data, of a quantitative and qualitative nature, the field diary will be adopted as one of the instruments for the construction of the research, which will serve to record facts that go unnoticed in the oral interview, in addition to other materials such as videos, reports, etc. The data found indicate that informality has become the most viable way of accessing employment in the city, in line with national data on the growth of informality in the country. In addition, a survey of working conditions can be carried out, the profile of these professionals, how they work, how they have dealt with the pandemic, their physical, health and social conditions.

**Keywords:** Precariousness. Informality. Motorcycle taxi drivers.

## 1. INTRODUÇÃO

O Mototáxi ou mototaxista, como são normalmente chamados os profissionais que trabalham sob duas rodas, é uma atividade fortemente presente tanto nos grandes centros urbanos como nas cidades de interior, como no caso de Alexandria-RN e surgiu como alternativa ao déficit de transportes públicos oriundos do crescimento urbano das cidades. Com a Pandemia de Covid – 19, muitas categorias profissionais, principalmente as que estão inseridas no ramo informal, sofreram rebatimentos diretos que impactaram tanto na vida pessoal quanto na profissional desses sujeitos.

Partindo desse pressuposto, esse estudo tem como objetivo analisar e discutir os desafios impostos aos trabalhadores vinculados ao setor informal de trabalho, em específico os mototaxistas, diante dos efeitos da crise econômica, social e sanitária vivenciada atualmente, bem como fazer um levantamento local dessa atividade na cidade de Alexandria, visando entender de que maneira esses trabalhadores estão sendo afetados pela precarização das condições de trabalho, o perfil desses profissionais, como atuam, como tem lidado com a pandemia, suas condições físicas, de saúde e sociais.

A abordagem qualitativa alimentará o banco de dados que conterà os dados qualitativos e informações bibliográficas obtidas em materiais audiovisuais como vídeos, documentos em meio físico e eletrônico e entrevistas. O Delineamento do trato teórico baseia-se no aparato da pesquisa bibliográfica, na qual “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado constituído principalmente por livros e artigos científicos” ( GIL, 2008,P.44). Alguns teóricos que serviram como base: Ricardo Antunes, Graça Druck, Marilda Iamamoto, entre outros. E o método crítico-dialético de análise de realidade adotado foi o método crítico-dialético, que segundo Marx (2008) pauta-se em um movimento dialético partindo de uma concepção ontológica da realidade social, em que o ser social produz suas próprias condições objetivas e subjetivas de existência e, por isso, teoria, método e concreto social constituem uma unidade metodológica , ou seja, estudar a realidade em movimento.

O Artigo trará inicialmente a discussão sobre o papel das classes sociais na história e no desenvolvimento das sociedades humanas, o surgimento do proletariado e sua fragmentação na contemporaneidade. Posteriormente será abordado o trabalho na ótica capitalista, as mudanças impostas por esse sistema na sociedade do trabalho e que ocasiona as chamadas “metamorfoses” do trabalho. Se discutirá também os rebatimentos dessas transformações na classe trabalhadora, os tipos de precarização do trabalho e a tecnologia como artifício capitalista para exploração. Por fim se discutirá a informalidade como expressão da precarização do trabalho e os elementos da atividade profissional dos mototaxistas de forma contextualizada e posteriormente, fazendo o recorte para a cidade de Alexandria, destacando seu papel na economia local, características e principais impactos sofridos.

## **2. O PAPEL DO PROLETARIADO ENQUANTO CLASSE SOCIAL : DO SÍMBOLO DE LUTA COLETIVA A FRAGMENTAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA ATUALIDADE.**

Ao analisar a frase inicial do capítulo intitulado “Burgueses e proletários” do mundialmente conhecido e representativo Manifesto Comunista, a afirmativa “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40) tem um papel fundamental para se entender a dinâmica das relações de trabalho contemporâneas e os estratos de classe que as consubstanciam. Iniciar este trabalho a partir da noção de classe nos permite buscar a fundo vários eixos que rodeiam os primórdios da nossa formação enquanto sujeitos que vivem em sociedade e, a partir disso, problematizar o processo sócio – histórico que culminou na formação das classes sociais atuais.

Além disso, outro contributo a ser desenvolvido é facilitar o entendimento sobre como os trabalhadores, à exemplo dos mototaxistas, objetos de estudo desta pesquisa, se inserem na dinâmica da exploração capital x trabalho e os rebatimentos históricos nos trabalhadores desde o surgimento enquanto profissão até o momento de crise econômica, social e sanitária atual. Mesmo antes do capitalismo penetrar todas as bases da sociedade e se tornar o modo de produção hegemônico, a sociedade já se dividia em grupos, em comunidades.

Segundo Lessa e Tonet(2011) o surgimento das classes sociais está ligado diretamente ao trabalho, pois, ao reafirmar a ideia de Marx sobre o trabalho ser fundante do ser social, os autores evidenciam a relação de troca entre homem e espaço

social e de transformação da natureza pelo homem. Ainda segundo os autores, o homem se diferencia dos outros animais pela sua capacidade de trabalhar, ou seja, de transformar a natureza para obter o necessário para sua sobrevivência. Sendo assim, ao realizar esse movimento com a natureza, o homem também se transforma, já que o ser humano não pode transformar o que se passa ao redor sem transformar a si porque esse processo está na base ontológica do surgimento enquanto ser social, compartilhando divisão de tarefas, funções e outros dentro de uma comunidade.

Mattos(2019) afirma que no século XIX, período que os estudos sobre classe ganhavam mais espaço, a concepção sobre classe ou classe social imbricava-se dentro de um sentido mais generalista, presa na concepção ao qual CLASSE seria um conjunto de pessoas que juntas compartilhavam de uma mesma dinâmica social difundida dentro de um espaço coletivo, ou seja, ofícios, hábitos e costumes. Porém, Marx e Engels (2010), apontam que as classes emergem na base econômica, porém não se reduzem a esta.

Nos modos de produção anteriores ao capitalismo, como a sociedade feudal e a escravista, já era possível perceber a predominância de estratos sociais onde um erguia-se sobre a opressão e/ou exploração do trabalho do outro. A partir do momento que o homem passou a produzir para além do necessário de sua própria subsistência, ou seja, passou a produzir excedente, abriu-se caminho para divergências entre grupos de interesses distintos, dentro de uma mesma classe social.

Foi partindo desse contexto histórico que o então jovem Marx e Engels, começaram a intensificar os estudos e publicações sobre a classe trabalhadora, cuja revolta dos camponeses em razão da habitação e da lenha descortinou o novo papel do proletariado enquanto classe de luta ativa na revolução social. A Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução industrial (1780 1800) tiveram grande importância para que a formação do proletariado desse seus primeiros passos, afinal, conforme o capitalismo ia avançando, crescia-se também o número de operários nas indústrias.

Assim, o proletariado rural ia tomando forma, juntamente com o proletariado industrial, alargando o conjunto daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver, nos diferentes territórios. Engels (2015) afirma que apesar do setor têxtil ter sido o primeiro a se revolucionar, a revolução industrial não se limitou a ele, se expandiu para todos os ramos da atividade industrial, pois, uma vez demonstrada “[...] na prática a enorme significação do emprego da força mecânica na indústria, buscaram-se meios para utilizá-la em todos os setores. Essa revolução na indústria e nos meios de

produção transformou a classe media trabalhadora em proletariado. (ENGELS, 2015, p.55). Sendo assim, Para MARX (1844) então, o proletariado seria um estamento, uma classe na sociedade civil que não é uma classe da sociedade civil, um estamento que é a dissolução de todos os estamentos, É uma classe que pode se tornar revolucionária, que teria o poder de dissipar todas as outras classes.

Lessa e Tonet ( 2019 ) contribuem com essa ideia de sujeito revolucionário em Marx ao afirmar que para que houvesse a total dissipação das classes seria preciso a reprodução por parte de toda a sociedade, articulando todos os indivíduos em uma mesma totalidade. Mas como a classe proletária faria essa revolução e qual a importância disso ? para se libertar da exploração do capital, esse sujeito teria que abolir toda e qualquer forma de exploração do homem pelo homem. Assim, para se fazer a revolução e abolir a divisão de classes, é preciso abolir o sistema que as criou na forma que estão, a propriedade privada e a divisão do trabalho. Dessa forma a sociedade estaria aberta a um outro padrão de sociabilidade, esse mais igualitário e sem conflitos antagônicos.

Na atualidade, segundo Antunes ( 2018 ) em razão da nova morfologia do trabalho social, tem surgido novas expressões da precarização impostas a sociedade do trabalho, como se pode citar os demarcadores sociais compostos por efetivos, contratados, terceirizados, sem contrato, desempregados e trabalhadores por plataforma que configuram o que vem sendo chamado de “novo” proletariado na era de serviços” sendo este fruto de uma nova conformação das relações laborais ditada pela mudança da correlação de forças fruto das transformações que iniciaram na década de 1970 e da discutida e conhecida crise do capitalismo. As novas dinâmicas dos processos de trabalho na era da individualização dos trabalhadores e dos adventos tecnológicos, são responsáveis por criar novas formas de controle e gerenciamento dos trabalhadores, aprofundando cada vez mais a superexploração e a alienação desses trabalhadores.

Contribuindo com essa linha de pensamento, Antunes contextualiza: A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho”. Sendo assim, a lógica organizacional desse processo ligado ao trabalho está no controle do tempo, o deslocamento e o comportamento dos trabalhadores, tornando a rotina de trabalho intensa e as relações de trabalho flexibilizadas (Antunes 2020, p. 11).

Outro ponto evidentemente presente nesse cenário é a venda da ideologia empreendedora, mascarada de “serviço autônomo”, vulgo pessoa jurídica. O que está ocorrendo no atual mundo do trabalho, são milhares de trabalhadores plataformizados exercendo seus trabalhos desprotegidos e tidos como livres; empreendedores e autônomos, quando seguem, na prática, tendo seu trabalho subordinado e controlado pelo capital, interfere diretamente na organização dos trabalhadores de plataformas, aqui os entregadores de aplicativos, uma vez que eles passam a se reconhecer como patrão e não mais como classe trabalhadora, se distanciando das lutas coletivas.

Sendo assim, essa nova morfologia do trabalho tem contribuído para tornar a classe trabalhadora cada vez mais diversificada e fragmentada, fruto das estratégias do próprio capital para garantir a manutenção do processo de geração e valorização do mais-valor permitindo que se materialize a precarização estrutural do trabalho e da vida, para que ocorra com êxito o objetivo primordial de todo esse processo: a valorização do capital

### **3. OS NOVOS MODOS DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA ERA DAS PLATAFORMAS DIGITAIS**

O capitalismo, inicia seu processo de expansão a partir de meados do século XX, período pós segunda guerra e que tem como marco histórico a chamada terceira revolução industrial onde cada vez mais, tendo em vista a manutenção da reprodução do capital, buscava-se elevar a produtividade do trabalho e expandir os lucros nas fábricas e indústrias e o controle do processo de trabalho.

Assim, foram emergindo novas formas de flexibilização do trabalho e do mercado, tendo como suporte diversos modelos de produção como fordismo e toyotismo e posteriormente, desenvolvendo novas formas para acumular cada vez mais capital como o processo de acumulação flexível. A acumulação flexível, que segundo Harvey: acumulação flexível, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo[...] caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças de padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas criando, por exemplo um vasto movimento no emprego chamado setor de serviços, bem como

conjuntos industriais completamente novos em regiões até subdesenvolvidas [...] (HARVEY, 1993, p.140).

Esse processo gerou inúmeros impactos negativos na sociedade do trabalho e nos trabalhadores, ocasionando principalmente o crescimento do desemprego estrutural e de inúmeras modalidades de trabalho, oriundas das metamorfoses da sociedade do trabalho e que até hoje repercutem na classe trabalhadora. Antunes (2015) aponta que o advento da revolução tecnológica contribuiu para o desemprego estrutural, tendo em vista que pessoas são substituídas por máquinas, robôs e demais equipamentos eletrônicos, para que dessa forma se reduza os gastos com compra de mão de obra. O autor pontua um forte exemplo disso que é a terceirização, que exige um custo menor e possibilita uma exploração intensificada. Porém, de toda forma, será necessário trabalho humano seguindo a lógica da “sociedade descartável” debatida por Antunes onde nesse caso poucos serão qualificados.

Ainda segundo Antunes a denominada nova morfologia do trabalho, fruto desses processos de tecnologização, contribui para que se gere processos continuados de informalização, insegurança e desproteção no trabalho, e formas de contratação da força de trabalho assalariada através de trabalhos terceirizados, subcontratados, temporários, domésticos, em tempo parcial ou por projeto. Outro ponto importante nesse cenário é apontado por Druck (2011) ao destacar que um importante indicador da precarização é o processo de flexibilização dos processos de trabalho. A autora pontua que adotar formas de contrato que descaracterizam a relação salarial e que, por sua vez, podem acentuar a precarização das condições de trabalho, a partir de maior intensidade na utilização da força de trabalho, através da plurifuncionalidade do trabalhador.

Na atualidade, se intensificou o fenômeno conhecido como Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0, que segundo Iamamoto (2004, p. 33) se configura num persistente desemprego estrutural, relações de trabalho presididas pela violência, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir o que podemos denominar de ‘máscara de modernidade’. Partindo de tal pressuposto, Sampaio afirma que: As mudanças de gestão da produção alteram as relações entre empresas e mão-de-obra, o que acarreta novas formas de contratação, alterando o caráter estrutural do trabalho, gerando, muitas vezes, condições de trabalho precárias em termos de sub-remuneração da mão-de-obra. O novo padrão de gestão – a flexibilização associada ao desenvolvimento informacional – forçou as organizações a

se adaptarem ao novo modelo industrial como forma de responder às necessidades competitivas dos mercados (SAMPAIO, p. 23, 2006).

Antunes (2018, p. 47) aborda que nessa face do capitalismo ocorre a mercantilização do setor de serviços que ocasiona inúmeras transformações. E, dentre as transformações que vêm ocorrendo no setor de serviços, observa-se cada vez mais a utilização da tecnologia, como é o caso dos trabalhos em plataforma, a plataformização do trabalho, onde as empresas recorrem ao trabalho digital como forma de baratear a força de trabalho e, conseqüentemente, aumentar seus lucros, controlar os trabalhadores e também como meio de burlar a legislação trabalhista ao se eximir dos encargos, surgindo assim um novo proletariado de serviços na era digital.

Nesse cenário de expansão da indústria 4.0 intensificou a ampliação do chamado “trabalho morto” tendo a tecnologia e todo o aparato virtual como base condutora para que esse processo se efetive. A partir disso, esse cenário fará com que se expanda uma expressiva quantidade de modalidades de trabalho precarizadas em razão do avanço técnico digital, ao mesmo tempo em que muitas outras modalidades de força de trabalho passarão a ser eliminadas de forma crescente tendo em vista que se tornarão “sobrantes”. Sem dúvida nenhuma, com a indústria 4.0 teremos uma nova fase da hegemonia informacional – digital ao qual celulares e outros aparelhos serão instrumentos de controle, supervisão e comando no século XXI. As TICs e as plataformas digitais alteraram de forma significativa a gestão e os modos de ser do trabalho contemporâneo fazendo emergir o que Antunes (2018) trata como a “nova morfologia da sociedade do trabalho”.

#### **4. RETRATOS DA INFORMALIDADE NO BRASIL : DESVENDANDO OS IMPACTOS DA CRISE NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DOS MOTOTAXISTAS**

As transformações ocorridas na sociedade do trabalho geradas pelo processo de reestruturação produtiva tinham um objetivo claro: abrir cada vez mais novos espaços para que o capitalismo internacional penetrasse no Brasil. Na década de 1990, o cenário brasileiro desenhava um aumento da competitividade para o mercado, o que fez surgir a necessidade de se modernizar tecnologicamente os processos e dessa forma dar força cada vez mais ao processo de acumulação.

Esse processo contribuiu para ao crescimento da chamada subproletarização, que segundo (Alves, 2000) atingia uma camada de trabalhadores composta por assalariados

subcontratados e tinha como característica principal a alta rotatividade da força de trabalho. Antunes (1999) ao analisar esse processo, afirma que essa busca por modernização tecnológica gerou um processo autodestrutivo, contribuindo para a consolidação de uma sociedade ao qual ele denomina de “sociedade dos excluídos”.

Estes, no caso, seriam os afetados pelo desemprego estrutural em razão das exigências postas ao mercado de trabalho, norteadas pelos princípios do processo de acumulação do próprio modo de produção capitalista. Diante deste cenário de enfraquecimento que afetou os trabalhadores nas décadas de 80 e 90, se viu crescer de forma significativa, uma modalidade de trabalho posta como alternativa a intensa precariedade vivida no momento: O trabalho informal, uma das mais claras expressões da precarização do trabalho. Alves e Tavares, (2006) destacam que ao se falar de informalidade, remete-se a figura dos trabalhadores informais “tradicionais” inseridos em atividades que requerem baixa capitalização na busca para obter uma renda para consumo próprio.

Mas, com todas as mudanças ocorridas na sociedade em virtude da pandemia, uma nova expressão da informalidade se apresenta como uma exploração da força de trabalho na era tecnológica, expressão essa que o professor Ricardo Antunes denominou de “Uberização do trabalho”. Uma das categorias profissionais que abarcam essa modalidade de trabalho na atualidade é os profissionais de duas rodas, que incluem motoristas de app, entregadores de comida e mototaxistas compondo o que vem sendo chamado de “novo proletariado do setor de serviços” ou seja, o proletário digital.

De acordo com Vasconcelos (2009), o fenômeno do mototaxismo surge em meados dos anos de 1990, no Ceará, na cidade de Cratús fruto das reorganizações ocorridas na sociedade do trabalho com o intuito de se obter novos meios de acumulação. Sendo assim: O serviço de moto táxi foi uma saída encontrada por trabalhadores afastados do trabalho formal, e que tiveram que retornar as suas cidades de origem, normalmente no interior do país, onde o serviço de transporte urbano é precarizado ou negligenciado pelos municípios. Nesse contexto, está a maioria dos municípios de pequeno porte do Brasil, sobretudo, no Nordeste (BARRETO, 2010, p. 3).

Na atualidade, na era da plataformização dos serviços, surgiu o “moto-uber”, modalidade de serviços de táxi através de motos. O serviço, que ainda não está regulamentado nacionalmente e que está em crescimento nas grandes cidades é

desconhecido nas cidades menores e enfrenta resistência por muitos profissionais mototaxistas e motoboys, que, ao aceitarem as inúmeras condições e exigências para atuarem na plataforma, que por sinal são semelhantes com as solicitadas por empresas formais que prestam serviços de mototáxis e cidades onde a atividade é regulamentada, passam a ser expostos a longas jornadas e ainda obrigados a pagar taxas, além dos riscos diários para sobreviver ao desemprego.

Recentemente vimos crescer nas redes sociais e noticiários sobre o “Breque dos app” uma reivindicação dos entregadores organizada através de redes sociais cuja finalidade era para que as empresas por trás dos apps aumentassem o valor mínimo das entregas, para compensar o deslocamento tanto dos proprietários de motos, quanto de bicicletas, seguro contra roubo de seus instrumentos de trabalho, bem como um seguro que forneça uma compensação financeira em caso de acidente de trabalho, aumento do valor por km percorrido e outros tipos de proteção social diante de tantas fragilidades. Todo esse cenário de precariedade das condições de trabalho dos entregadores e mototaxistas vem ganhando notoriedade, entrando a pauta a necessidade de contrato CLT desses trabalhadores. Os efeitos negativos sobre os trabalhadores repercutem em todas as cidades, inclusive na forma que se dá a atividade profissional das pequenas cidades onde as plataformas ainda não chegaram.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho uberizado e capitalismo virótico: entrevista com Ricardo Antunes**. Digilabour, 2020. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/06/14/trabalho-uberizado-e-capitalismo-virotico-entrevista-com-ricardo-antunes>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.

BORGES, A. e DRUCK, M.G. 1993 Crise **global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho**. Caderno CRH, Salvador:, n.19, p. 22-43, jul./dez.

DRUCK Graça. Terceirização: balanço de uma década. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p.111-139, 2002.

DRUCK, G. **FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: formas contemporâneas de dominação do trabalho**. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas José Paulo Neto. Editora Boitempo. São Paulo. 2010.

FACHIN, P. **O proletário digital na era da reestruturação permanente do capital**. Entrevista especial com Ricardo Antunes. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 21 ago. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/582010-oproletario-digital-na-era-da-reestruturacao-permanente-do-capital-entrevista-%20especial-com-ricardo>.

GOMES, Antônio Nilson; DUQUE, Adauto Neto Fonseca. **Mototáxi: Uma alternativa no transporte urbano de Sobral?** Revista Homem, Espaço e Tempo, Sobral, p. 124-140, mar, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis, Brasília n. 3,2. ed., p. 09- 32, jan/jul 2004.

MARX, K. **O capital: a crítica da economia política**. Livro I. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

**OS MANUSCRITOS ECONOMICO-FILOSÓFICOS DE 1844 DE KARL MARX: dificuldades para publicação e interpretações críticas**. Caderno CRH, 32(86), 399–418

Ricardo Antunes. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2014. v. III.

TAVARES, maria augusta. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista** REVISTA OUTUBRO, N. 7, 2002.

# CAPÍTULO 12

## LIDANDO COM CRENÇAS E DESINFORMAÇÃO NA JUVENTUDE ATRAVÉS DA LÓGICA E RACIOCÍNIO CRÍTICO O PAPEL FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE *ADDRESSING BELIEFS AND DISINFORMATION IN YOUTH THROUGH LOGIC AND CRITICAL THINKING THE VITAL ROLE OF PHILOSOPHY IN EDUCATION AND SOCIETY*



Kauã de Jesus Santos <sup>1</sup>  
Daniel Figueredo dos Santos <sup>2</sup>  
Victor Guilherme Limas Chagas <sup>3</sup>  
Márcia Beatriz Oliveira Reis <sup>4</sup>  
Eliankir Santos Guimarães <sup>5</sup>  
Maria Rita Ferreira dos Santos <sup>6</sup>  
Adelly Evanny de Jesus Natividade <sup>7</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Filosofia. Universidade Federal de Sergipe – UFS. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-1609-658X>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0796210153177898>. E- mail: [kauajesusctt@gmail.com](mailto:kauajesusctt@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em Fisioterapia. Centro Universitário da Grande Fortaleza – UNIGRANDE. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-3385-0193>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/5904920842602816>. E-mail: [danielfigueredo@gmail.com](mailto:danielfigueredo@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduando em Serviços Sociais. Universidade Federal de Sergipe – UFS. E-mail: [contatovictur@outlook.com](mailto:contatovictur@outlook.com).

<sup>4</sup> Mestre pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1940014021115199>. E-mail: [prof.quimica.marciabeatriz@gmail.com](mailto:prof.quimica.marciabeatriz@gmail.com).

<sup>5</sup> Graduado em Física. Universidade Federal de Sergipe – UFS. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5412142911641807>. E-mail: [eliankir@hotmail.com](mailto:eliankir@hotmail.com)

<sup>6</sup> Especialista em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho. Centro de Educação Aberta e a Distância - UFPI. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2176580980231121>. E-mail: [mariaritaferreira11@gmail.com](mailto:mariaritaferreira11@gmail.com)

<sup>7</sup> Graduanda em Letras Português e Francês Universidade Federal de Sergipe – UFS. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8609609843784552> E- mail: [Adelly123evanny@gmail.com](mailto:Adelly123evanny@gmail.com)

### RESUMO

Na juventude, estamos moldando nossa perspectiva de mundo por meio de experiências pessoais, educacionais e socioculturais. Nessa fase, é comum adotarmos crenças para explicar a realidade que nos cerca. É importante que nessa idade a escola desenvolva o raciocínio crítico e lógico dos jovens para que seja possível lidar com as crenças adquiridas através de fatores sociais, culturais, econômicos e publicitários. De modo que seja possível amenizar os desafios que são enfrentados quando se há crenças negacionistas ou notícias sensacionalistas que prejudiquem avanços na saúde, tecnologia e ciência. No entanto, um levantamento feito pelo SESI e SENAI, dos brasileiros acima de 16 anos, apenas 15% estudam em alguma instituição de ensino, sendo isso um desafio quando se fala no desenvolvimento do raciocínio crítico e lógico, já que com a modernidade, com a troca de informação em massa o fácil acesso e rápida divulgação pode ser um perigo a toda a população. Sendo necessário preparar os jovens que estão nas escolas para que se formem cidadãos críticos e que valorizem a razão acima das crenças.

**Palavras-chave:** Raciocínio Crítico. Ensino de Filosofia. Crenças. Desafios da Educação.

### ABSTRACT

During youth, we are shaping our worldview through personal, educational, and sociocultural experiences. It is common during this phase to adopt beliefs to explain the surrounding reality. It is important for schools to develop critical and logical thinking in young individuals at this age,

allowing them to handle beliefs acquired through social, cultural, economic, and advertising factors. This is to mitigate the challenges posed by negationist beliefs or sensationalistic news that hinder progress in health, technology, and science. However, according to a survey by SESI and SENAI, only 15% of Brazilians above the age of 16 are enrolled in an educational institution, which presents a challenge when it comes to fostering critical and logical thinking. In the modern age, with the rapid exchange of mass information, easy access, and swift dissemination, it can pose a danger to the entire population. Therefore, it is crucial to prepare young students in schools to become critical citizens who prioritize reason over beliefs.

**Keywords:** Critical Thinking. Philosophy Education. Beliefs. Challenges in Education.

## 1. INTRODUÇÃO

Como seres racionais, apresentamos uma diferença existencial significativa quando se trata de nossa formação individual, pois somos capazes de pensar e refletir sobre nossas ações e valores, os quais são enraizados desde a infância. Jean-Paul Sartre, um filósofo existencialista, afirmava que o ser humano primeiro existe e, em seguida, define sua própria essência. Nesse sentido, nossa "essência" não nos é dada de forma natural, como ocorre com animais que têm suas essências pré-definidas, mas sim é formada ao longo da vida. Somos moldados por diversos fatores sociais, econômicos e culturais, que irão moldar a nossa identidade e personalidade. Consequentemente, essa formação será onde adquirimos nossa visão de mundo.

Nesse contexto, é onde as crenças, afirmações que acreditamos ser reais, são em parte transmitidas sem questionamentos, perpetuando-se nesse ambiente. Assim, surgem as crenças básicas ou comuns, enraizadas e muitas vezes invisíveis para nós mesmos. Além disso, a era moderna trouxe um aumento significativo na disseminação de informações por meio da televisão, jornais digitais e mídias eletrônicas, tornando mais fácil acessar uma variedade de perspectivas além da nossa própria bolha social. Isso se tornou tanto um aliado contra as crenças prejudiciais quanto um inimigo, com a propagação de notícias falsas e pseudociência. Quando essas informações passam a ser levadas e divulgadas como verdades sem fundamentação ou com fundamentações falaciosas, transformam-se em crenças, tornando-se difíceis de serem mudadas. Isso resulta em perspectivas muito específicas sobre questões humanas e naturais do nosso mundo.

Através dessas crenças e informações externas, se não forem analisadas e refletidas com raciocínio crítico e lógico, buscando se aproximar da verdade com base em boas evidências, podem tornar-se extremamente perigosas para grupos envolvidos e até mesmo para toda a população em larga escala. Um exemplo antigo desse perigo é a

Santa Inquisição, que causou muitas mortes devido à crença na existência de bruxas conspiradoras contra a igreja, não necessariamente ligado à religião, mas sim aos valores daquela sociedade e à hierarquia social. Um exemplo mais recente é o aumento significativo de mortes no Brasil durante a pandemia de COVID-19, que chegou a 700 mil óbitos (G1, 2023). Mesmo diante dessa tragédia, havia pessoas que acreditavam na falsa narrativa de que a COVID-19 não era mortal e que era uma invenção do governo, prejudicando os esforços de saúde pública. Não duvidar de afirmações pode ser extremamente perigoso e duvidar sem buscar razões para acreditar ou não acreditar na dúvida é ainda mais.

Nesse contexto, a escola desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos que valorizem o raciocínio crítico e a lógica. O ensino de filosofia no ensino médio deve incitar dúvidas nos estudantes, especialmente quando se trata de questões sociais e humanas. Como afirmou Charles Peirce em 1877, "A dúvida é um estado de desconforto e insatisfação do qual lutamos para nos libertar e passar do estado de crença." (PEIRCE. 1877). Através do questionamento e do raciocínio crítico, esses jovens se tornam adultos mais críticos e conscientes de suas próprias escolhas e ações, não se deixando influenciar por dogmatismos, notícias falsas ou crenças confortáveis.

O objetivo do ensino de lógica e raciocínio crítico no ensino médio, por meio da filosofia, é capacitar os estudantes a serem ativos e críticos em relação a informações, crenças e autoridades, além de prevenir futuras crises de desinformação que possam prejudicar o avanço da saúde, da ciência e do conhecimento em nossa sociedade, como já ocorreu em diversos momentos históricos, cujos impactos ainda sentimos. Ao formar jovens com a habilidade de distinguir entre conhecimento e falácias, contribuimos para uma melhoria no ensino em todas as áreas da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, promovendo um futuro próspero nessas áreas de atuação

## **2. O PAPEL DAS CRENÇAS**

As crenças desempenham um papel crucial e impactante em nossas vidas, na sociedade e na ciência. Nas esferas individuais e sociais, as crenças estabelecem valores para grupos específicos, influenciando a cultura, moralidade e ética dessas comunidades. Essas crenças compartilhadas têm o poder de promover coesão e ordem, evitando conflitos e guerras, enquanto crenças opostas frequentemente desencadeiam desordem, como vemos em conflitos ideológicos ou religiosos ao longo da história.

Além disso, em termos de questões morais, crenças comuns geram um sentimento de pertencimento e aceitação social, o que tem um impacto direto nas relações interpessoais, bem-estar e, conseqüentemente, na saúde física e mental dos indivíduos.

Podemos relacionar o papel das crenças na sociedade ao mito de Sísifo, descrito por Albert Camus, em que Sísifo é condenado a rolar uma pedra eternamente. Nesse contexto, a pedra pode representar nossas vidas, que frequentemente parecem desprovidas de um propósito claro, mas a presença de crenças nos oferece esperança de que empurrar essa pedra por tanto tempo possa resultar em algo em troca, ou talvez não. No contexto da existência, essa "vida após a morte", reencarnação ou paraíso representa essa esperança através da crença. Dentro da filosofia existencialista, podemos afirmar que as crenças desempenham um papel fundamental em atribuir significado a coisas que sentimos a necessidade de ter sentido, assim como Sísifo, que precisaria de um motivo para rolar sua pedra, que é, em última instância, uma maldição imposta a ele.

Portanto, podemos afirmar que as crenças frequentemente fornecem explicações ou conferem sentido a perguntas sem respostas, muitas vezes sem seguir uma lógica estrita. Esse é um fator que também contribui para a promoção da ciência e do conhecimento na sociedade. O ser humano, por natureza, busca compreender o "porquê" das coisas que o cercam. Quando não encontra uma explicação lógica, cria uma crença para dar sentido à sua dúvida. Em alguns casos, essas crenças servem como ponto de partida para investigações utilizando o método científico. Através de uma premissa ou argumento, o indivíduo busca razões para validar ou refutar sua hipótese.

No processo de pesquisa, as hipóteses, questionamentos e lacunas deixadas por essas crenças estimulam a aplicação do método científico, permitindo que o indivíduo busque argumentos que expliquem e validem a veracidade da crença, tornando-a convincente. Entretanto, é importante discernir entre crenças e conhecimento embasado e comprovado por estratégias científicas. Algumas crenças podem impedir a busca pela verdade em determinados assuntos. Portanto, é fundamental distinguir verdades absolutas do conhecimento baseado em evidências científicas.

“ A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza. Para essa tarefa, o pesquisador utiliza o conhecimento anterior acumulado e manipula cuidadosamente os diferentes métodos e técnicas para obter resultados pertinentes às suas indagações.

Segundo Ander-Egg apud Lakatos & Marconi, a pesquisa é um "procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento." Esse procedimento fornece ao investigador um caminho para o conhecimento da realidade ou de verdades parciais" (DIAS, Cláudia. Pesquisa e método científico. 2000, pág 5 - 6).

O ser humano possui uma tendência inata para buscar explicações para tudo o que o cerca. Quando não encontra respostas claras, é comum que ele crie crenças para preencher essa lacuna e, a partir disso, desenvolva premissas que justifiquem e validem essas crenças, tornando-as convincentes. Essa tendência não se restringe apenas a questões metafísicas e existenciais, mas se estende a todas as áreas que geram dúvidas para o ser humano, abrangendo a ciência, saúde e filosofia de vida.

Nesse contexto, a fase da adolescência, vivenciada principalmente na escola, é um período em que os jovens estão em constante processo de aprendizagem e experimentação, adquirindo novos conhecimentos. Isso gera novas dúvidas e crenças em relação à vida e a questões além de sua realidade imediata. Portanto, é fundamental promover o desenvolvimento de pensamento crítico e lógico nesses indivíduos, a fim de evitar conflitos de crenças e o surgimento de negacionismo.

### **3. O PERIGO DAS CRENÇAS**

Sem dúvida, crenças podem ser não apenas poderosas, mas também potencialmente mortais e, em grande escala, devastadoras. Ao longo da história, vemos exemplos de situações em que a falta de raciocínio crítico resultou em transformações negativas significativas em nosso mundo.

Na Idade Média, especificamente entre os séculos XII e XVIII, a Santa Inquisição promovida pela Igreja Católica é um exemplo notório. Nesse período, argumentos inválidos e crenças foram usados para julgar e condenar pessoas acusadas de bruxaria ou blasfêmia contra a igreja. Ronald Hutton, no livro traduzido pela DarkSide "Grimório das Bruxas," destaca eventos em todo o mundo baseados em crenças que influenciaram as ações e pensamentos da população. A crença de que bruxas representavam uma ameaça à comunidade e à igreja levou a atitudes que frequentemente não estavam fundamentadas na realidade. Isso é um exemplo vívido de como crenças infundadas podem ter consequências devastadoras.

“Uma vez que a pessoa estivesse sob suspeita de bruxaria, em geral ela era obrigada a passar por uma provação para demonstrar inocência ou culpa. A sociedade tradicional de descobridores de bruxas dos Nupe, do norte da Nigéria, forçava os suspeitos a cavar o solo usando apenas as mãos: se estas sangrassem, então eram considerados culpados. Já os Dowayo os fazia beber cerveja misturada a uma seiva venenosa. Aquele que morresse ou vomitasse na cor vermelha, era considerado culpado, enquanto aquele cujo vômito saísse branco, ou sobrevivesse, era inocentado.<sup>39</sup> Diferentes formas dessa provação usando veneno foram identificadas na África Central, desde a Nigéria, passando pela Zâmbia até Madagascar, e as consequências basicamente dependiam dos níveis de toxicidade da poção. [...] ” (HUTTON, Ronald, *Grimório das Bruxas*, 2021, pág 73).

Tais testes a que essas pessoas acusadas eram submetidas não tinham uma base sólida e racional que fizesse sentido para que chegassem a tal resultado, que era em muitos casos a tortura contínua ou a morte. Através de uma análise de raciocínio e argumento lógico nesse sentido, percebemos que tais afirmações não condizem com a realidade, sendo falácias que são consideradas válidas porque muitas pessoas acreditam nisso, tornando-se assim uma crença cega que não é questionada imparcialmente pelos indivíduos daquela sociedade. Será que a realidade que as pessoas da Idade Média enxergavam era realmente da forma como a viam, ou será que elas tinham uma névoa de interesses, valores e autoridades sobre a visão delas? A autoridade em questão era a igreja, que impunha argumentos baseados na fé e em suas próprias crenças.

Não apenas na Idade Média, mas também na atualidade, crenças impostas por autoridades são aceitas cegamente e geram o negacionismo, mesmo com a educação pública e o conhecimento mais facilmente acessíveis. Durante a pandemia de COVID-19, autoridades e seus seguidores divulgaram medicamentos tidos como "infalíveis" para combater a COVID-19, como a hidroxicloroquina, que é utilizada para tratar afecções reumáticas e dermatológicas. No entanto, está comprovada a sua ineficácia contra a COVID-19. Mesmo assim, uma pesquisa divulgada pelo Datafolha com 2.071 pessoas mostrou que 23% dos entrevistados, quase um em cada quatro brasileiros, afirmou ter utilizado medicamentos do chamado "tratamento precoce" contra a COVID-19 ou para prevenir a infecção pelo coronavírus, como cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, ivermectina e outras substâncias que não têm eficácia comprovada contra a doença (G1, 2021). Isso baseou-se em uma crença de que tais medicamentos seriam eficazes, o que prejudicou os esforços no combate à doença, já que esses indivíduos acreditavam estar protegidos.

“Poucas pessoas se dão ao trabalho de estudar lógica, porque toda a gente se concebe a si própria como sendo já suficientemente versado na arte de raciocinar. Mas eu constato que essa satisfação se limita à

sua própria capacidade de raciocinar, e não se estende à dos outros homens” (PEIRCE, Charles. A fixação da Crença, 1877. Pp. 1).

O perigo das crenças reside no seu efeito devastador, que não prejudica apenas um indivíduo isoladamente, mas sim toda uma estrutura e grupos de diferentes classes e realidades. Na Idade Média, o conhecimento e os estudos que eram transmitidos às classes mais baixas eram inteiramente controlados pela igreja; conseqüentemente, a igreja era considerada uma autoridade detentora de muito conhecimento e sabedoria.

Nos dias atuais, com a internet e o fácil acesso à informação e à educação, somos capazes de identificar e analisar certos tipos de informações que são disseminadas por meio de redes ou autoridades. No entanto, existem também aqueles que não têm esse acesso à informação e à educação, como pessoas em situação de rua ou com dificuldade em acessar espaços públicos, como escolas. Esses indivíduos estão sujeitos a sofrer graves conseqüências devido a crenças que não condizem com a realidade, e eles não sabem como analisar tais afirmações.

### *3.1. Informações em Massa*

Nesse contexto, é interessante notar que aproximadamente 86% dos jovens usuários de internet no Brasil, com idades entre 9 e 17 anos, possuem perfis em redes sociais, como Instagram e TikTok (Agência Brasil, 2023), que proporcionam fácil e rápido acesso a informações e "notícias". No entanto, essas plataformas frequentemente carecem de monitoramento de informações, tornando-se suscetíveis à disseminação de fake news e crenças infundadas, especialmente por meio de vídeos curtos. Isso representa um desafio a ser enfrentado na sala de aula.

Essas crenças são levadas para a sala de aula e compartilhadas entre os alunos, de modo que se torne algo que eles passem a acreditar com base em "evidências" apresentadas em um vídeo ou transmitidas por alguém, sem ao menos tentarem buscar entendimento ou a verdade por trás dessas afirmações. Esse tipo de ação causa Generalizações Precipitadas entre os estudantes, com base em pequenas amostras ou dados não representativos. Dado o grande volume de informações que recebemos diariamente através de jornais, rádio, redes sociais e a internet, torna-se crucial desenvolver o pensamento crítico e lógico desde a juventude. Isso prepara os jovens para discernir entre conhecimento válido, como a ciência, e informações não confiáveis, como crenças, pseudociência e notícias falsas.

Dentro do contexto escolar, informações pseudocientíficas, que os alunos acreditam ser verdadeiras, prejudicam o desenvolvimento da aula com debates que utilizam falácias ou até o aprendizado desses alunos, que podem se recusar a entender ou aprender devido às suas crenças. Por exemplo, um estudante que tem como crença formada, através de seu contexto sociocultural, a criação do mundo por meio de mitos religiosos, pode se recusar a entender ou acreditar em teorias de evolução ou na origem dos seres vivos, porque isso vai contra suas crenças. Isso destaca a importância do desenvolvimento de habilidades de argumentação e pensamento crítico, bem como da necessidade de promover um ambiente de respeito e compreensão mútua ao discutir questões complexas e controversas, que podem entrar em conflito com valores ou crenças.

#### **4. SISTEMA DE CRENÇAS DENTRO DA ESCOLA**

Nesse contexto, dentro da escola, é possível encontrar indivíduos muito diferentes uns dos outros em uma única sala de aula. Assim, é possível identificar diversas opiniões e visões de mundo distintas, considerando que cada indivíduo possui uma experiência única, diferente de seus colegas de classe. Nesse contexto, na sala de aula, é provável encontrarmos diversas crenças e informações adquiridas separadamente sobre temas que podem ser discutidos, e é aqui que entra o estudo da lógica e do raciocínio crítico. A filosofia desempenha um papel fundamental na formação do pensamento crítico individual dos estudantes, uma vez que, durante sua fase de crescimento, estabeleceram suas bases de crenças e valores, influenciados por fatores externos aos quais estão expostos e que muitas vezes não são questionados. Como afirmou Peirce, "[...] nossas crenças orientam nossos desejos e moldam nossas ações [...]" (PEIRCE, pag. 5, III).

Nesse sentido, é importante mostrar a utilidade da filosofia para a vida desses estudantes, onde eles abandonam e reconfiguram seus preconceitos gerados por crenças e passam a enxergar a realidade. Marilena Chaui nos fala sobre qual é a utilidade da filosofia para o ser humano, o que pode ser aplicado no contexto escolar a esses jovens sobre a utilidade da mesma.

“Se abandonar a ingenuidade e os preconceitos do senso comum for útil; se não se deixar guiar pela submissão às idéias dominantes e aos poderes estabelecidos for útil; se buscar compreender a significação do mundo, da cultura, da história for útil; se conhecer o sentido das

criações humanas nas artes, nas ciências e na política for útil; se dar a cada um de nós e à nossa sociedade os meios para serem conscientes de si e de suas ações numa prática que deseja a liberdade e a felicidade para todos for útil, então podemos dizer que a Filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes” (CHAUI. Marilena. Convite a Filosofia. 1996).

As crenças vão além do âmbito religioso e moral; elas também moldam a maneira como uma pessoa percebe a realidade, muitas vezes tornando-se uma verdade absoluta e confortável, que a impede de enxergar a realidade objetiva. No livro 'A República' de Platão, escrito por volta de 350 a.C. (PLATÃO, 2000) , ele aborda a Alegoria da Caverna, que pode ser aplicada ao contexto educacional em relação às crenças. Nessa alegoria, os estudantes representam os prisioneiros que veem as sombras na parede da caverna como suas próprias crenças, enquanto o mundo exterior à caverna representa a verdadeira realidade por trás das crenças que pode ser alcançada através da lógica e do raciocínio crítico. Assim como o prisioneiro que se liberta e, movido pelo entusiasmo, decide retornar à caverna para libertar os outros prisioneiros, o estudante que desenvolve o raciocínio ou o professor também deve compartilhar seu conhecimento para ajudar os outros a transcenderem suas crenças limitantes (NOGUEIRA.). De modo que seja possível fortalecer e aprimorar a habilidade destes estudantes de fazerem uso do seu raciocínio crítico.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, através do ensino adequado de Lógica e do desenvolvimento do raciocínio crítico na sala de aula para os jovens, é possível formar e ensinar a eles a se tornarem adultos mais responsáveis no que se refere a informações e crenças, bem como à sua relação e influência, que serão diretamente afetadas na comunidade. Nossa formação como indivíduos também é influenciada pelos relacionamentos interpessoais e pelos contextos culturais, sociais e históricos. Estar inserido em determinados grupos ou ambientes contribui para que nossa definição como seres humanos seja semelhante à predominante nesse ambiente; conseqüentemente, adquirimos as crenças, valores e moralidade desse grupo em que estamos inseridos. E por meio do conhecimento e desenvolvimento racional e lógico, devemos criticar e julgar as crenças, de modo que elas não levem o indivíduo a tomar ações prejudiciais.

São notáveis as consequências que surgiram devido a crenças, desde a Idade Média até a contemporaneidade. Isso afetou não apenas o desenvolvimento da sociedade em termos intelectuais, científicos e de saúde, mas também o aprimoramento do raciocínio crítico e o uso da razão. Portanto, é fundamental que, com os recursos disponíveis, como a educação pública e o acesso facilitado ao conhecimento e às informações, as escolas e os professores de filosofia promovam o ensino da lógica voltado para o desenvolvimento do raciocínio crítico e da aplicação da razão. Isso permitirá que os estudantes tenham uma compreensão mais sólida da realidade, deixando de lado crenças e comportamentos que possam prejudicar seu progresso.

Por meio desse ensino apropriado, os estudantes serão capazes de participar de diálogos e debates filosóficos que buscam ou se aproximam da verdade, evitando discursos falaciosos e informações pseudocientíficas. Além disso, esse estudo focado em um tema mais abstrato e complexo, como a lógica, contribuirá para o desenvolvimento da capacidade cognitiva e intelectual dos estudantes, aprimorando sua habilidade de aprender e compreender matérias mais abstratas e que exigem maior esforço mental, como física, química e matemática. É evidente que as ciências humanas e sociais desempenham um papel fundamental na formação de indivíduos socialmente conscientes nas instituições de ensino.

As ciências humanas e sociais têm a capacidade de promover uma compreensão mais profunda dos aspectos da sociedade e do comportamento humano, tornando o aprendizado de outras disciplinas, tanto nas áreas de ciências humanas e sociais quanto nas ciências naturais, mais eficiente. Ao incentivar jovens mais ativos e críticos, que valorizam o uso da lógica e do raciocínio crítico em suas tomadas de decisões, podemos promover uma sociedade que prioriza a razão e que não é tão suscetível a notícias falsas, sensacionalismo, crenças morais infundadas e pseudociências.

## REFERÊNCIAS

LACAN, Jacques. **Os complexos familiares na formação do indivíduo: ensaio de análise de uma função em psicologia**. Zahar, 1987.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 1995.

PINHEIRO, Félix Flores. “**CRENÇA, VERDADE E EXATIDÃO: O REALISMO CIENTÍFICO ENCONTRA A FILOSOFIA DAS MEDIÇÕES\***”. *Kriterion: Revista de Filosofia*, vol. 63, janeiro de 2023, p. 683–708. *SciELO*, <https://doi.org/10.1590/0100-512X2022n15307ffp>.

GOES, Maria Cecília Rafael de. “**A formação do indivíduo nas relações sociais: contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet**”. *Educação & Sociedade*, vol. 21, julho de 2000, p. 116–31. SciELO, <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200005>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**. Pag. 561. Brasília, 2018.

GUIRALDELLI JR., Paulo (Org.). **O que é filosofia da educação?** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A: 2000. 326p.

BREHIER, Émile. **História da filosofia**. Tomo I. São Paulo: Mestre Jou, 1978.  
PLATÃO. **A República**. Livro VII. Tradução de Enrico Corvisieri in: *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Ed. Nova Cultural. 2000.

**Pesquisa aponta crescimento no número de crianças com redes sociais**.  
<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/05/amp/5091538-pesquisa-aponta-crescimento-no-numero-de-criancas-com-redes-sociais.html>.

BRASIL. “**Pesquisa mostra que apenas 15% dos jovens acima de 16 anos estudam**”. Agência Brasil, 26 de maio de 2023,  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2023-05/pesquisa-mostra-que-apenas-15-dos-jovens-acima-de-16-anos-estudam>.

BRASIL “**Bolsonaro violou norma da Anvisa por 18 vezes ao defender cloroquina para Covid**”. Repórter Brasil, 4 de agosto de 2021,  
<https://reporterbrasil.org.br/2021/08/charlatanismo-e-propaganda-irregular-as-violacoes-de-bolsonaro-ao-exibir-18-vezes-marca-de-cloroquina-para-covid/>.

DATAFOLHA.: **Um em cada quatro brasileiros diz ter usado remédios para ‘tratamento precoce’ contra a Covid**”. G1, 19 de maio de 2021,  
<https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2021/05/19/datafolha-um-em-cada-quatro-brasileiros-usou-remedios-para-tratamento-precoce-contra-a-covid.ghtml>.

BISPO, Milene Fontes De Menezes, e Roberto Sávio Rosa. “**O MITO DE SÍSIFO: A DECISÃO DE VIVER OU SUPRIMIR A VIDA**”. *Filosofando*, vol. 1, no 2, 2013. [periodicos2.uesb.br](http://periodicos2.uesb.br),  
<https://periodicos2.uesb.br/index.php/filosofando/article/view/2134>.  
DIAS, Cláudia; FERNANDES, Denise. **Pesquisa e método científicos**. Brasília, DF, 2000.

DOS SANTOS NOGUEIRA, Sandro. **A EDUCAÇÃO NA ALEGORIA DA CAVERNA DE PLATÃO**.

MARTINS BARREIRA, M. **O MITO DE SÍSIFO DE ALBERT CAMUS COMO DESAFIO ATUAL PARA O ENSINAR A FILOSOFAR**. *Revista Paranaense de Filosofia, [S. l.]*, v. 2, n. esp, p. 86–91, 2022. DOI: 10.33871/27639657.2022.2.esp.7716. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/rpfilo/article/view/7716>. Acesso em: 7 out. 2023.  
“**Após 3 anos da 1ª morte, Brasil chega à marca de 700 mil vítimas da Covid**”. G1, 28 de março de 2023, <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.ghtml>.

PEIRCE, Charles Sanders. **A fixação da crença**. <https://www.bocc.ubi.pt/pag/peirce-charles-fixacao-crenca.htm>.

HUTTON, Ronald. **Grimório das bruxas**. Dark Side, 2021.

# CAPÍTULO 13

## ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM FRENTE A PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO: revisão integrativa

### ATTRIBUTIONS OF THE NURSING TEAM IN THE PREVENTION OF PRESSURE INJURY: an integrative review



Naiara Vidal de Sousa <sup>1</sup>  
Francisca Maria Ferreira da Silva <sup>2</sup>  
Lucas Manoel Oliveira Costa <sup>3</sup>  
Gaubeline Teixeira Feitosa <sup>4</sup>  
Antonia Patricia da Silva Carvalho <sup>5</sup>  
Loenne da Silva Santos Alves <sup>6</sup>  
Higor Sousa Barbosa <sup>7</sup>  
Jaqueline do Nascimento Matos <sup>8</sup>  
Francisca Kelma Vieira dos Santos <sup>9</sup>  
Leilane Estefani da Costa Ferreira <sup>10</sup>

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Urgência, Emergência e UTI - Faculdade de ciências aplicadas piauiense – FACAPI. E-mail: [nayaravidal86@gmail.com](mailto:nayaravidal86@gmail.com).

<sup>2</sup> Pós-graduanda em Urgência, Emergência e UTI. Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense – FACAPI.

<sup>3</sup> Bacharel em Enfermagem. Instituto de Ensino Superior Múltiplo- IESM. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7184-2318>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9336755538414359>. E-mail: [enflucasmocosta@gmail.com](mailto:enflucasmocosta@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestre em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0210857126860934>. E-mail: [g.teixeira@hotmail.com](mailto:g.teixeira@hotmail.com).

<sup>5</sup> Graduada em Enfermagem. Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão- FACEMA. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1352586844718495>. E-mail: [antoniapatricia27@yahoo.com.br](mailto:antoniapatricia27@yahoo.com.br)

<sup>6</sup> Graduada em Enfermagem. Centro Universitário Uninovafapi. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5809032305745087>  
E-mail: [loennealvesla@hotmail.com](mailto:loennealvesla@hotmail.com)

<sup>7</sup> Graduando em Enfermagem. Centro Universitário UniFacid Wyden. E-mail: [higor.higor.sousa@gmail.com](mailto:higor.higor.sousa@gmail.com)

<sup>8</sup> Pós-graduanda em Urgência, Emergência e UTI. Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense – FACAPI. E-mail: [pg.jacknmatos@gmail.com](mailto:pg.jacknmatos@gmail.com).

<sup>9</sup> Graduada em Enfermagem. Universidade Estadual do Maranhão. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6822268950630395>. E-mail: [kelmavieira012@hotmail.com](mailto:kelmavieira012@hotmail.com)

<sup>10</sup> Bacharel em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7386-8837>. E-mail: [leilaneestefani@hotmail.com](mailto:leilaneestefani@hotmail.com).

## RESUMO

Objetivo: analisar na literatura científica disponível as atribuições da equipe de enfermagem frente a prevenção das lesões por pressão. Metodologia: trata-se de uma revisão integrativa da literatura, construída a partir da estratégia PICO, com os seguintes descritores: Lesão por Pressão; Cuidados de Enfermagem; Assistência Hospitalar. As bases de dados utilizadas foram: LILACS; BDNF; IBICS; MEDLINE; e SciELO. Por critérios de inclusão, optou-se por artigos primários na íntegra, no recorte temporal de 2018 a 2023, nos idiomas português, inglês ou espanhol, ademais, foram descartadas quaisquer estudos do tipo revisão, ou que não se adequassem com o objetivo da pesquisa. Resultados: obteve-se uma amostra inicial de 468 pesquisas, que, após a aplicação dos filtros, leitura dos títulos e resumos, seguida pela leitura na íntegra, conseguiu-se uma amostra final de 15 artigos para revisão. Discussão: os estudos apontam alguns fatores de risco predisponentes para as ocorrências das LP, tais como: o período prolongado de internação, fatores etários, alimentação deficiente e mobilidade reduzida. Além disso, no tocante à equipe de enfermagem, a literatura indica a necessidade do aprimoramento dos atuais conhecimentos desta classe profissional, destacando a indispensabilidade dos serviços de saúde na oferta de capacitações ao seu pessoal. Ademais, identificou-se que algumas ações do profissional enfermeiro emergem como fundamentais para contornar este contexto, como a

importância dos conhecimentos fisiológicos das lesões, das coberturas ideais, na atenção voltada para o dimensionamento e organização de pessoal, visando a facilitação do diagnóstico prévio, bem como o uso da sistematização da assistência de enfermagem, validando seus aspectos diagnósticos, intervencionistas e prognósticos. Vale ressaltar que os estudos indicam a importância da educação continuada também aos familiares, permitindo a continuidade da assistência. Considerações finais: as lesões por pressão são, portanto, um problema de saúde pública mundial, caracterizadas por suas multicausalidades destacadas mormente nas pessoas idosas. Os artigos destacam que a equipe de enfermagem possui papel indispensável e singular nos processos de prevenção, diagnóstico e terapêutica, dentro de suas atribuições, fazendo-se necessário o reconhecimento desta classe profissional frente a este cenário.

**Palavras-chave:** Assistência Hospitalar; Cuidados de Enfermagem; Lesão por Pressão.

## ABSTRACT

**Objective:** To analyze the available scientific literature on the nursing team's role in preventing pressure injuries. **Methodology:** This is an integrative literature review based on the PICO strategy, using the following descriptors: Pressure Injury; Nursing Care; Hospital Care. The databases used were: LILACS; BDNF; IBECs; MEDLINE; and SciELO. The inclusion criteria were primary articles in their entirety, from 2018 to 2023, in Portuguese, English or Spanish. In addition, any review-type studies were discarded, as were any that did not fit the research objective. **Results:** an initial sample of 468 studies was obtained, which, after applying the filters, reading the titles and abstracts, followed by reading the full text, resulted in a final sample of 15 articles for review. **Discussion:** the studies point to some predisposing risk factors for the occurrence of PI, such as prolonged hospitalization, age factors, poor diet and reduced mobility. In addition, with regard to the nursing team, the literature indicates the need to improve the current knowledge of this professional class, highlighting the indispensability of health services in offering training to their staff. In addition, it was identified that some actions by professional nurses emerge as fundamental to circumventing this context, such as the importance of physiological knowledge of injuries, ideal coverings, attention to the sizing and organization of personnel, aimed at facilitating prior diagnosis, as well as the use of the systematization of nursing care, validating its diagnostic, interventional and prognostic aspects. It is worth noting that the studies indicate the importance of continuing education for family members as well, enabling continuity of care. **Final considerations:** Pressure injuries are therefore a worldwide public health problem, characterized by their multi-causal nature, especially in the elderly. The articles point out that the nursing team has an indispensable and unique role in the prevention, diagnosis and treatment processes, within its remit, making it necessary for this professional class to be recognized in this scenario.

**Keywords:** Hospital Care; Nursing Care; Pressure Injury.

## 1. INTRODUÇÃO

Sendo alvo de estudo das ciências da saúde desde o ano de 1980, as lesões por pressão (LP) é descrita pela hoje nomeada *National Pressure Injury Advisory Panel* (NPIAP) como um tipo de lesão evitável, que pode originar-se em regiões cutâneas ou em partes moles, usualmente associada aos movimentos de fricção, cisalhamento e pressão contínua, por vezes sobre proeminências ósseas, como também podem ter causas o uso de dispositivo médico ou outros meios (NIAP, 2019).

É válido informar que a atual definição, sigla e as classificações dos estágios da LP foram alteradas pela *National Pressure Ulcer Advisory Panel* no ano de 2016, seguindo para validação na língua portuguesa pelas sociedades de especialistas da Associação Brasileira de Estomaterapia (SOBEST) e a Sociedade Brasileira de Enfermagem em Dermatologia (SOBENDE). Neste sentido, o termo escara, hoje obsoleto, foi modificado para Lesão Por Pressão, a princípio identificado com a sigla LPP e a partir de 2016 passou a ser representada pela sigla LP (Sauaia *et al.*, 2019).

Destaca-se também o fato de que estas lesões são delineadas por cenários específicos, tais como a internação prolongada, déficit nutricional, sarcopenia, idade avançada, redução da função motora, incontinência urinária, obesidade, alterações do sistema circulatório, sendo desta forma um agravo multifatorial, implicando na necessidade de suas manifestações na saúde dos pacientes (USP, 2020).

Ademais, na concepção de Santos *et al.*, (2021), o desenvolvimento de uma LP pode acarretar danos significativos no processo de recuperação da saúde do paciente, bem como gerar outras complicações. Estas lesões trazem consigo o retardo da restauração funcional das regiões lesadas, culminando em dor, maior prolongamento do período de internação, a necessidade de mais procedimentos terapêuticos, além do risco elevado de infecções, mortalidade e, ainda, na elevação das demandas para equipe de saúde.

Além disso, em um prisma epidemiológico, as estatísticas indicam que a incidência de LP na América do norte varia ente 1 a 3 milhões de pessoas anualmente, sendo tratados cerca de 2,5 milhões de casos por ano nas instituições de cuidados agudos, associadas a uma taxa de mortalidade de 60 mil vítimas por complicações da lesão (Moreira *et al.*, 2021)

No Brasil, as notificações nos serviços de saúde voltadas às LP são pouco recorrentes, contudo, a sua ocorrência no país apresentam um registro significativo, variando de 35,2% a 63,6%, com prevalência nas unidades de terapia intensiva. Ainda na caracterização desta realidade, nota-se que entre as principais vítimas estão pessoas identificadas como do gênero masculino, acima dos 60 anos (Moraes *et al.*, 2016; Moreira *et al.*, 2021).

Diante desta perspectiva a participação ativa da equipe de enfermagem faz-se indispensável para contornar esta realidade, a partir da observação, compreensão, tratamento, além da elaboração de estratégias voltadas para prevenção. Salienta-se que os conhecimentos científicos do profissional enfermeiro, validados pela implementação

da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), o tornam autônomos na tomada de decisões para avaliar, prevenir e traçar um plano terapêutico e preventivo para manter a integridade cutânea do seu paciente (Oliveira *et al.*, 2022).

A partir deste contexto, entende-se que a assistência de enfermagem se baseia na individualidade do paciente, bem como nos aspectos definidores de seu estado de saúde, ofertando o alívio e conforto em um determinado tempo e evolução clínica durante processo de adoecimento. Assim, o objetivo deste estudo é analisar na literatura científica disponível as atribuições da equipe de enfermagem frente a prevenção das lesões por pressão.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo do tipo revisão integrativa (RI) da literatura, que, com base na pesquisa de Mendes, Silveira e Galvão (2019), permite, por meio de um processo sistemático e rigoroso, a produção de conhecimentos, bem como a avaliação de estudos já existentes e fundamentais para decisões e melhorias da prática clínica, além de indicar a necessidade de novas pesquisas para o preenchimento das lacunas existentes nos atuais conhecimentos científicos.

As etapas aplicadas neste método foram: 1) elaboração da pergunta da revisão; 2) busca e seleção dos estudos primários; 3) extração de dados dos estudos; 4) avaliação crítica dos estudos primários incluídos na revisão; 5) síntese dos resultados da revisão e 6) apresentação do método (Mendes, Silveira e Galvão, 2019).

A questão norteadora que possibilitou a condução do estudo foi: “Quais as atribuições da equipe de enfermagem na prevenção da ocorrência de lesões por pressão?”.

A elaboração da referida questão foi fundamentada na estratégia PICO, na qual o P- refere-se a paciente, população ou problema; I- intervenção estudada ou interesse; e Co- contexto. Neste sentido, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) com seus termos alternativos, em consonância com operadores booleanos (*AND* e *OR*). Desta forma, elaborou-se a estrutura para o acrônimo: P- Lesão por Pressão; I- Cuidados de Enfermagem; Co- Assistência Hospitalar, evidenciados no quadro 1.

**Quadro 1-** Definição dos descritores controlados e termos alternativos do DeCS.

<b>PICo</b>	<b>Descritores Controlados (DeCS)</b>	<b>Termos Alternativos</b>
<b>P</b> (Lesão por Pressão)	Lesão por Pressão	Escara de Decúbito; Úlcera de Decúbito; Úlcera de Pressão; Úlcera por Pressão; Úlceras por Pressão.
<b>I</b> (Atribuições de enfermagem)	Cuidados de Enfermagem	Assistência de Enfermagem; Atendimento de Enfermagem; Cuidado de Enfermagem; Gestão da Assistência de Enfermagem; Sistematização da Assistência de Enfermagem.
<b>Co</b> (Assistência Hospitalar)	Assistência Hospitalar	Assistência Hospitalar

**Fonte:** Descritores de Ciências da Saúde (DeCS), 2023.

Ressalta-se que, para rigor de seleção das pesquisas, optou-se pelos seguintes critérios de inclusão: artigos primários disponíveis na íntegra, no período temporal de 2018 a 2023, nas línguas portuguesa, inglesa ou espanhola, que contemplem o objetivo do estudo e à questão norteadora estabelecida. Além disso, os artigos de revisão (sistemática, integrativa, narrativa), ou publicados em outros idiomas, que estivessem fora do recorte temporal e divergentes do objetivo desta pesquisa, foram descartados.

As bases de dados utilizadas nesta pesquisa foram Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), *Índice Bibliográfico Español en Ciencias de la Salud* (IBECS) via Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Pode-se observar as estratégias de de busca dos artigos desenvolvidas pelas autoras, vide quadro 2.

**Quadro 2-** Bases de dados e estratégia de busca utilizadas.

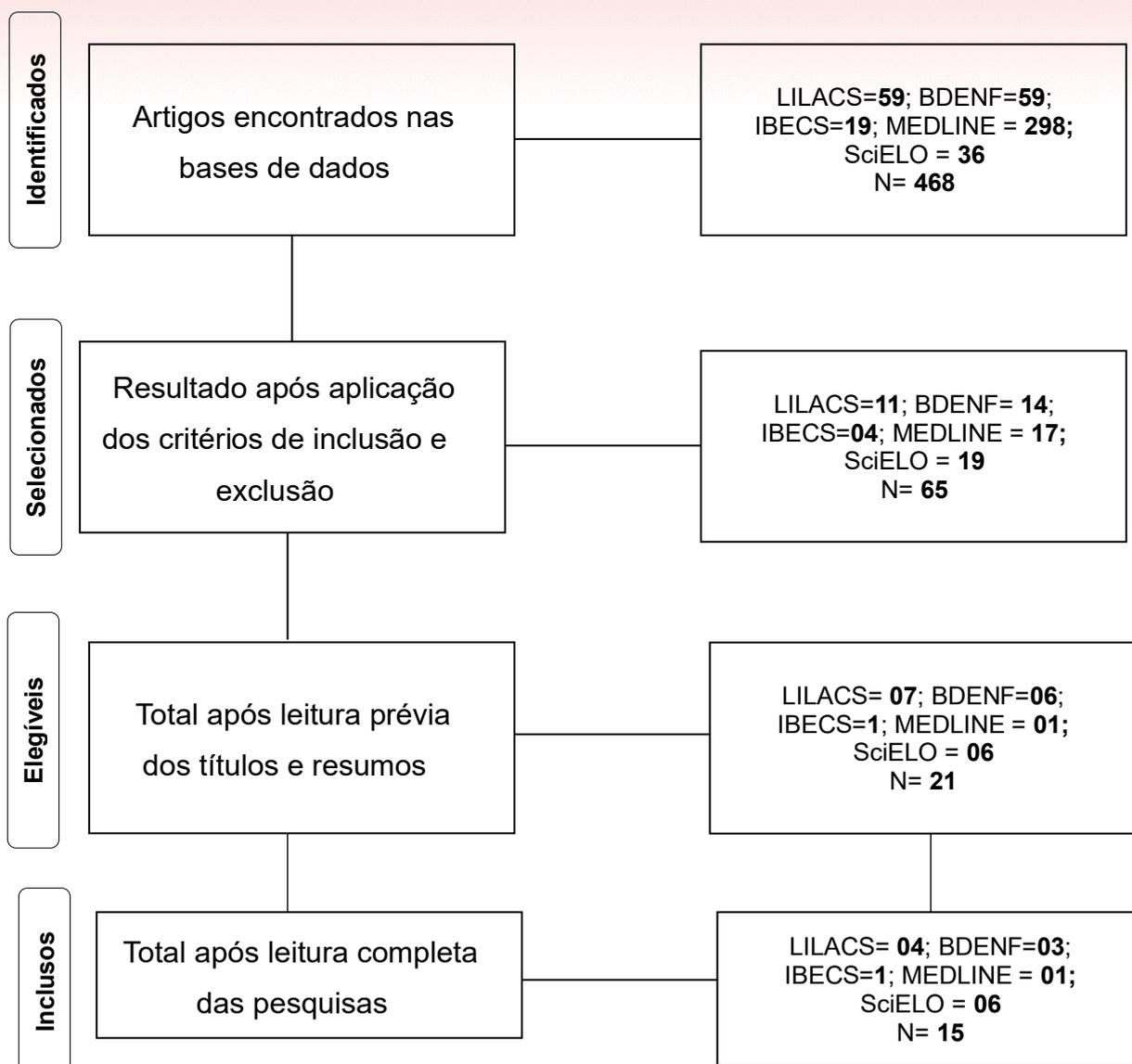
Base de dados	Estratégia de busca
<b>LILACS, MEDLINE, BDENF, IBECs, via BVS</b>	("Lesão por Pressão") OR ("Úlcera por Pressão") AND ("Cuidados de Enfermagem") OR ("Assistência de Enfermagem") AND ("Assistência hospitalar")
<b>SciELO</b>	(Lesão por pressão) AND (Cuidados de enfermagem) AND (Hospital)

**Fonte:** autoras, 2023.

Com o objetivo de expressar o rigor metodológico implementado nesta pesquisa, bem como a transparência entre as etapas deste estudo, o método preconizado pelas diretrizes da *Enhancing the Quality and Transparency of Health Research Network* (EQUATOR), intitulado por *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA), foi aplicado nesta revisão, e resumido de forma expositiva na figura 01.

Em linhas gerais, de acordo com Tricco *et al.*, (2018), o método PRISMA é constituído com que conjunto de 27 *checklists* baseados em evidências voltadas para relatórios em revisões sistemáticas e metanálises, também aplicável em outras revisões, cujo foco encontra-se no relato das revisões, bem como a avaliação dos efeitos das intervenções implementadas, além de ser utilizado como base para relatar revisões sistemáticas com objetivos diferentes de avaliação e interpretação de intervenções.

**Figura 01.** Fluxograma do processo de identificação e seleção dos artigos.



Fonte: autora, 2023.

### 3. RESULTADOS

Conforme observa-se na figura 1, por meio das estratégias de buscas estabelecidas conseguiu-se nas bases de dados um quantitativo inicial de 468 artigos, seguidos pela aplicação dos filtros ou critérios de inclusão e descarte de pesquisas, e refinando o valor inicial para 65 pesquisas. Estas seguiram para a leitura prévia dos títulos e resumos, obtendo-se 21 pesquisas para a próxima etapa. Por conseguinte, ocorreu a leitura na íntegra dos estudos, descartando-se 6 artigos por não se adequarem à questão norteadora do presente estudo, perfazendo uma amostra final de 15 artigos.

No tocante à amostra final, compreende-se que 40% encontravam-se na SciELO, 26,67% na Lilacs, 20% na Bdnf, 6,67% no Ibecs e 6,67% na Medline. Destes, 66,67%

(N=10) foram publicados na língua portuguesa, 26,67% (N=4) em inglês e apenas 6,67% (N=1) em espanhol.

Salienta-se que, acerca do ano de publicação, conforme percebe-se no gráfico 01, cerca de 33,3% das pesquisas foram publicadas em 2021 (N=5), 26,67% nos anos de 2023 e 2020, além de 6,67% em 2022, 2019 e 2018.

**Gráfico 01:** Distribuição dos artigos selecionados por ano.



**Fonte:** autoras, 2023.

Ao observar os dados supracitados, e visando contribuir com a melhor compreensão dos artigos inclusos nesta revisão, construiu-se um quadro síntese/resumo, com as principais informações de cada pesquisa, descrevendo-as por meio dos seus títulos em ordem alfabética, autores, ano de publicação, periódicos, bases de dados, tipo de pesquisa e abordagem metodológica, vide quadro 3.

**Quadro 03 -** Descrição dos artigos incluídos na revisão.

TÍTULO	AUTORIA, ANO E LOCAL DE PUBLICAÇÃO	PERIÓDICO E BASE DE DADOS	TIPO DE PESQUISA/ ABORDAGEM METODOLÓGICA
Barreiras e atitudes para prevenir o efeito adverso das úlceras por pressão em uma unidade de trauma	(Vivero, Areosa, Prieto, 2023) Espanha	Gerokomos (Ibecs)	Estudo observacional descritivo (Misto)
Conhecimento da equipe de enfermagem na prevenção de lesão por pressão no ambiente hospitalar	(Smaniotto <i>et al.</i> , 2022) Brasil	Revista Enfermagem Atual In Derme (Lilacs)	Estudo transversal (Quantitativo)

Avaliação do risco do desenvolvimento de lesões por pressão em pacientes de uma unidade hospitalar	(Pires <i>et al.</i> , 2021) Brasil	Enfermagem em foco (Bdenf)	Estudo transversal (Quantitativo)
Lesões por pressão relacionadas a dispositivos médicos na prática clínica de enfermeiros	(Soldera <i>et al.</i> , 2021) Brasil	Enfermagem em foco (Bdenf)	Estudo exploratório-descriptivo (Qualitativo)
<i>Nursing diagnosis in older adults at risk for pressure injury</i>	(Garcia <i>et al.</i> , 2021) Brasil	Revista da Escola de Enfermagem da USP (Medline)	Estudo exploratório, descritivo, transversal (Quantitativo)
Percepção de enfermeiros acerca dos cuidados e a utilização de hidrogel em lesões por pressão	(Costa <i>et al.</i> , 2020) Brasil	<i>Enfermería Actual de Costa Rica</i> (Lilacs)	Estudo descritivo (Qualitativo)
Educação em serviço para a prevenção de lesão por pressão através do planejamento estratégico situacional	(Santos <i>et al.</i> , 2020) Brasil	Revista de Divulgação Científica Sena Aires (Lilacs)	Estudo de intervenção (Qualitativo)
Incidência de lesão por pressão em pacientes na unidade de terapia intensiva de um hospital filantrópico	(Santos <i>et al.</i> , 2020) Brasil	Revista Nursing (Bdenf)	Estudo transversal, documental e analítico (Quantitativo)
Prevenção de lesão por pressão: ações prescritas por enfermeiros de centros de terapia intensiva	(Mendonça <i>et al.</i> , 2018) Brasil	Texto & Contexto - Enfermagem (Lilacs)	Estudo do tipo transversal, descritivo e analítico (Quantitativo)

Lesão por pressão em pacientes pediátricos: fatores causais e conduta terapêutica	(Ramos <i>et al.</i> , 2023) Brasil	Cogitare Enfermagem (SciELO)	Estudo transversal, retrospectivo (Quantitativo)
<i>Pressure Injury in Intensive Care Unit: prevalence and associated factors in patients with COVID-19</i>	(Melo <i>et al.</i> , 2023) Brasil	Revista Gaúcha de Enfermagem (SciELO)	Estudo transversal, retrospectivo (Quantitativo)
Desenvolvimento de lesão por pressão e complexidade assistencial em pacientes de um serviço de emergência	(Soares <i>et al.</i> , 2022) Brasil	Cogitare Enfermagem (SciELO)	Estudo de coorte prospectiva, observacional (Quantitativo)
Indicadores da <i>Nursing Outcomes Classification</i> para avaliação de pacientes com lesão por pressão: consenso de especialistas	(Santos <i>et al.</i> , 2021) Brasil	Escola Anna Nery (SciELO)	Estudo de consenso de especialistas (Misto)
Cultura organizacional: prevenção, tratamento e gerenciamento de risco da lesão por pressão	(Souza; Loureiro; Batiston, 2020) Brasil	Revista Brasileira de Enfermagem (SciELO)	Estudo transversal (Misto)
<i>Management tools in nursing care for children with pressure injury</i>	(Rodrigues <i>et al.</i> , 2020) Brasil	Revista Brasileira de Enfermagem (SciELO)	Estudo metodológico (Qualitativo)

Fonte: autoras, 2023.

Ao observa-se o quadro resumo é possível compreender que houve maior prevalência de estudos nacionais (93,33%, N= 14), além de que 8 artigos possuíam a abordagem metodológica quantitativa (53,33%), 4 eram qualitativos (26,67%) e 3 possuíam abordagem mista (20%). A respeito dos periódicos identifica-se igual distribuição entre três periódicos com maior prevalência (Enfermagem em Foco, Cogitare Enfermagem e Revista Brasileira de Enfermagem), cada uma com 2 artigos (13,33% para cada).

#### 4. DISCUSSÃO

Diante do quantitativo de pesquisas evidenciadas, torna-se oportuna a estruturação deste tópico em duas categorias afim de facilitar a compreensão das contribuições de cada artigo, sendo elas: “Lesão por pressão: perfil das vítimas e caracterização das lesões” e “Atribuições da equipe de enfermagem frente às lesões por pressão”.

##### 4.1 *Lesão por pressão: perfil das vítimas e caracterização das lesões*

Ao observar o estudo de Soares *et al.*, (2022), nota-se, entre os 225 pacientes que desenvolveram LP durante a internação intra-hospitalar, uma prevalência de 61,9% em pessoas sexo feminino, destas, 47,6% possuíam idade igual ou superior a 80 anos. Diante deste cenário, os autores apontam que a população feminina, em decorrência da maior longevidade, tornam-se um público com maiores índices de internação hospitalar, bem como associa-se a isto o aumento gradual da incapacidade funcional, tornando-as mais predispostas a desenvolver este tipo de lesão. Semelhantemente, no estudo Pires *et al.*, (2021), consegue-se identificar altos índices de LP no sexo feminino, representados por 53,7% de 322 pacientes.

Na pesquisa de Santos *et al.*, (2020), realizada com 90 pacientes em uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), observa-se um contraponto à pesquisa de Soares *et al.*, (2022). Os autores constataam em seu contexto de estudo uma maior ocorrência de lesões em pessoas do sexo masculino (51,1%). Alinhado a isto, Melo *et al.*, (2023) corroboram este cenário em seu estudo, no qual percebe-se que entre 393 participantes, 70,6% também eram do sexo masculino. Vale ressaltar que o estudo supracitado foi realizado durante o período pandêmico, analisando-se pacientes com diagnóstico primário de contaminação por Covid-19 e LP por acometimentos secundários.

Ademais, no tocante à faixa etária identificada entre os estudos analisados, consegue-se observar distintas idades entre os pacientes. A princípio, em uma pesquisa do Rio Grande do Sul (RS), dentre os pacientes que desenvolveram esta lesão, houve uma idade média de 63 anos. Em outro estudo, também desenvolvido no RS, observa-se entre 87 idosos uma maior ocorrência de LP a partir dos 80 anos (37,5%).

Em um estudo conduzido em um estado da região sudeste, foram registrados 322 casos em um ano, delineados pelas idades de 14 a 100 anos, destes, 62,1% tinham idade inferior a 60 anos. Neste sentido, os autores nutrem em sua pesquisa a perspectiva de que as lesões por pressão não se limitam a pessoas idosas. Corroborando este contexto, um estudo transversal, realizado em um hospital universitário no sul do Brasil, observou registros de LP em crianças na faixa etária de 28 dias a 11 anos, dentre as quais os maiores índices foram notificados nas idades de 1 a 4 anos (Melo *et al.*, 2023; Garcia *et al.*, 2021; Pires *et al.*, 2021; Ramos *et al.*, 2023).

Com relação aos sítios de desenvolvimento da lesão, observa-se que as regiões de maior ocorrência das lesões encontram-se as áreas de calcâneo, sacral, glútea e trocater. Os artigos constataam que entre os principais fatores agravantes para a predisposição das lesões nestas áreas estão as proeminências ósseas, sarcopenia, desidratação, constantes momentos de fricção e cisalhamento, baixo controle urinário, restrição ao leito e baixo índice de massa corporal (Garcia *et al.*, 2021; Soares *et al.*, 2022; Mendonça *et al.*, 2018).

#### 4.2 Atribuições da equipe de enfermagem frente às lesões por pressão

Ao analisar os artigos é possível identificar que é nítido o grau de dependência da equipe de enfermagem por parte dos pacientes internados e de seus familiares, mormente os casos de internação prolongada. Para Soares *et al.*, (2022), é fundamental uma anamnese de qualidade no processo admissional dos pacientes, pois nesta etapa é possível identificar tanto fatores de riscos para LP, como sua existência prévia, minimizando a incidência deste agravo.

Para Smaniotto *et al.*, (2022), a equipe de enfermagem, em destaque no setor de UTI, torna-se indispensável para a realização de cuidados básicos e específicos, enfatizando-se aqueles voltados para a prevenção de LP, como alimentação, higiene e conforto. De acordo com os pesquisadores, uma atenção voltada para os tópicos supracitados é capaz de reduzir as constantes incidências destas lesões e reduzir o tempo de internação destas vítimas.

Ademais, sob a visão da pesquisa de Mendonça *et al.*, (2018), entre as ações da equipe de enfermagem que impactaram na debelação dos indicadores de LP encontravam-se a mudança de decúbito a cada 2 horas, higienização de qualidade, troca de fixadores de sondas e cateteres, avaliação da integridade da pele, observação da postura e da cabeceira do leito, bem como a utilização de coberturas a base de hidrocoloide para combater a extensão destas lesões.

Não obstante, Costa *et al.*, (2022) afirmam em seu artigo que para a promoção destas ações torna-se imprescindível que esta classe profissional possua conhecimentos atualizados acerca da origem das lesões, classificações e fatores agravantes. Além disso, evidenciou-se que para tal, a equipe de enfermagem faz uso da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), que possibilita a tomada de decisão e condutas seguras voltadas à prevenção, tratamento e organização das ações de gerenciamento da equipe, visando a facilitação do processo assistencial.

Ainda sob este contexto, Garcia *et al.*, (2021) e Santos *et al.*, (2020), trazem destaque à autonomia do profissional enfermeiro, pois por meio dela, o enfermeiro, dentro de suas atribuições, é capaz de realizar prescrições, treinamentos e orientações à equipe e aos familiares para o processo de cuidados continuados. A pesquisa informou que é atribuição do enfermeiro o repasse de orientações quanto aos cuidados de mudança de decúbito, cuidados com a pele, a utilização de colchões pneumáticos e de coxins de apoio, além de travesseiros que visem a proteção das áreas de predisposição às lesões.

Entre os meios que fundamentam e catalisam as atribuições do enfermeiro, estão os conhecimentos da etiologia das lesões, enfatizando seus aspectos bioquímicos e fisiológicos. Estes conhecimentos emergem contribuindo com a prática baseada em evidências (PBE) no diagnóstico, intervenção e tratamento de LP, pois, a partir do domínio dos indicadores bioquímicos, o enfermeiro torna-se capaz de elaborar um plano assistencial assertivo, compreendendo os mecanismos desencadeadores de agravos à lesão, bem como facilita a escolha de materiais para o tratamento (Garcia *et al.*, 2021).

Sob este prisma, a criação de ferramentas e protocolos gerenciais por parte do enfermeiro, bem como a utilização de escalas de prevenção e tratamento já existentes, tal como a escala de Braden, surgem como métodos embasados na literatura científica atual, definindo a sequência das etapas seguidas no processo de cuidados, tendo por finalidade a melhora a compreensão do processo de trabalho por parte da equipe,

tornando os conhecimentos acessíveis, seguros e práticos para sua execução (Rodrigues *et al.*, 2020).

Vale ressaltar que, dentre os diversos cenários facilitadores para o surgimento de lesões por pressão, encontra-se as lesões por pressão relacionadas a dispositivos médicos (LPRDM). Entre as ações de enfermagem é evidenciado pelos autores o reposicionamento dos dispositivos diariamente, sempre que possível, afim de redirecionar a pressão local e minimizar as forças de cisalhamento, mormente nos casos evidenciados de fragilidades cutâneas (Soldera *et al.*, 2021).

Isto posto, um estudo espanhol identificou a princípio as barreiras enfrentadas pela equipe de enfermagem frente a este cenário. Em linhas gerais as barreiras relacionadas à identificação da lesão, fatores organizacionais entre os profissionais, tais como a rotatividade excessiva e redução da equipe profissional, além do déficit de conhecimento ou limitação a abordagens obsoletas, bem como a comunicação insuficiente entre os níveis de cuidados envolvidos (Vivero, Areosa, Prieto, 2023).

Na perspectiva de Souza, Loureiro, Batiston (2019), entre os fatores dificultadores do processo de prevenção e tratamento das lesões por pressão, encontram-se também os fatores estruturais dos hospitais, limitações nos recursos materiais para tratamento e poucas oportunidades para capacitação profissional. Os autores destacam que esses fatores fragilizam as atribuições e a plena capacidade do exercício profissional do enfermeiro frente a este contexto.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio dos achados na literatura conseguiu-se compreender que o perfil das lesões por pressão podem manifestar-se nos sexos femininos e masculinos de forma singular. O contexto destas lesões também permeiam as diversas faixas etárias, desde a infância até a vida idosa. Contudo, neste contexto, percebeu-se que suas manifestações ocorrem prevalentemente em pessoas idosas, isto se dá pela diminuição da massa muscular, culminando na maior evidência das proeminências ósseas, período de internação prolongado e diminuição da integridade da pele.

As pesquisas apontam que as maiores ocorrências destas lesões estão relacionadas aos locais de internação, qualidade da alimentação, higiene pessoal e cuidados com a pele. Desta forma, o profissional de enfermagem emerge como mediador deste cenário, por meio da implementação da SAE, validando as atribuições

de sua profissão por meio de práticas baseadas em evidências, na égide de suas atribuições de gerenciamento, diagnóstico, intervenção e planejamento de resultados.

É válido ressaltar que alguns fatores foram percebidos como dificultadores do processo de modificação desta realidade, como a sobrecarga profissional, déficit nos conhecimentos dos profissionais, poucas oportunidades de capacitação, adesão de métodos obsoletos, escassez de recursos materiais para o tratamento das lesões e falha nos processos de educação da família para continuidade assistencial.

Esta pesquisa deparou-se com limitações de pesquisas qualitativas capazes de externar as vivências e dificuldades por parte da equipe de enfermagem no contexto deste estudo. Isto posto, fomenta-se a produção de estudos voltados para a compreensão das experiências de profissionais de enfermagem no tratamento destas lesões, bem como as deficiências no diagnóstico das LP, e os impactos financeiros destas lesões nos serviços de saúde.

## REFERÊNCIAS

CRUZ, R. A. O. *et al.* Percepção de enfermeiros acerca dos cuidados e a utilização de hidrogel em lesões por pressão. **Enfermería actual de Costa Rica**, Brasil, v. 01, n. 39, p. 38–50, 2020. Disponível em:

[https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1409-45682020000200038&lng=en&nrm=iso&tlng=en](https://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682020000200038&lng=en&nrm=iso&tlng=en). Acesso em: 24 de set. de 2023.

EQUATOR. Selecting the appropriate reporting guideline for your article. **EQUATOR NETWORK**, Oxford, 2017. Disponível em: <https://www.equator-network.org/toolkits/selecting-the-appropriate-reporting-guideline/>. Acesso em: 16 set. 2023.

FERNÁNDEZ-VIVERO, A.; ARANTÓN-AREOSA, L.; RUMBO-PRIETO, J. M. Barreras y actitudes para prevenir el efecto adverso de úlceras por presión en una unidad de traumatología. **Gerokomos**, Barcelona, v. 34, n. 1, p. 46–52, 2023. Disponível em:

[https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1134-928X2023000100009&lng=es&nrm=iso](https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1134-928X2023000100009&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 24 de set. de 2023.

GARCIA, E. Q. M. *et al.* Nursing diagnosis in older adults at risk for pressure injury. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, Brasil, v. 55, n. 1, p. 01-08, 2021.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reusp/a/STzLfSBkZJXtRQxpkhP4fwR/?lang=en#>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

MELO, C. M. *et al.* Pressure Injury in Intensive Care Unit: prevalence and associated factors in patients with COVID-19. **Revista gaucha de enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 44, n. 01, p. 01-08, 2023. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rgenf/a/ZcjVQHL84jDbjwnpsGk3Ymk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Uso de gerenciador de Referências Bibliográficas na Seleção dos Estudos Primários em Revisão Integrativa. **Rev. Texto e Contexto Enfermagem**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/HZD4WwnbqL8t7YZpdWSjypj/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2023

MENDONÇA, P. K. *et al.* Prevenção de lesão por pressão: ações prescritas por enfermeiros de centros de terapia intensiva. **Texto & contexto enfermagem**, Mato Grosso do Sul, v. 27, n. 4, p. 01-10, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Z9CwyVqcD8MJqtqhy8gYjMG/#>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

MORAES, J. T. *et al.* Conceito e classificação de lesão por pressão: atualização do National Pressure Ulcer Advisory Panel. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, Minas Gerais, v. 6, n. 2, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/1423/1111>. Acesso em: 16 set. 2023.

MOREIRA, R. C. *et al.* A atuação da equipe de enfermagem frente à prevenção de lesão por pressão na atenção primária: revisão sistemática da literatura. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Minas Gerais, v. 95, n. 33, p. 01-14, 2021. Disponível em: <https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/784>. Acesso em: 16 set. 2023.

NPIAP. Prevention and Treatment of Pressure Ulcers/Injuries: Clinical Practice Guideline. **National Pressure Injury Advisory Panel**, Estados Unidos, 2019. Disponível em: <https://internationalguideline.com/2019>. Acesso em: 16 set. 2023.

OLIVEIRA, C. C. *et al.* Fatores de risco para desenvolvimento de lesão por pressão em pacientes com processo de morte ativo: revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, Pernambuco, v. 5, n. 3, p. 10481–10493, 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/48716>. Acesso em: 16 set. 2023.

PIRES, I. F. *et al.* Avaliação do risco do desenvolvimento de lesões por pressão em pacientes de uma unidade hospitalar. **Enfermagem em Foco**, Minas Gerais, v. 12, n. 6, p. 1098-1105, 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/4729/1282>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

RAMOS, G. W. *et al.* Lesão por pressão em pacientes pediátricos: fatores causais e conduta terapêutica. **Cogitare Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 01, p. 01-12, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/centf/a/dWPV6VKt4bhL3Mk6syCtgKr/>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

RODRIGUES, C. B. O. *et al.* Management tools in nursing care for children with pressure injury. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Espírito Santo, vol. 73, n. 04, p. 01-08, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/9ckrJyqtD4dpjhrSGX3bDkN/?lang=en>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SANTOS, C. T. *et al.* Indicadores da Nursing Outcomes Classification para avaliação de pacientes com lesão por pressão: consenso de especialistas. **Escola Anna Nery**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 01, p. 01-09, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/8t8rjTqvJKgX3rFbCDMkXWb/#>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SANTOS, J.B.S. *et al.* Incidência de lesão por pressão em pacientes na unidade de terapia intensiva de um hospital filantrópico. **Revista Nursing**, Pernambuco, v. 23, n. 265, p. 4233-4238, 2020. Disponível em: <https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/784/866>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SANTOS, M. S. M. *et al.* Conhecimento da enfermagem e ações realizadas acerca da prevenção da lesão por pressão: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Contemporânea**, Bahia, v. 10, n. 2, p. 324–332, 2021. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/3159>. Acesso em: 16 set. 2023.

SANTOS, S. S. *et al.* Educação em serviço para a prevenção de lesão por pressão através do planejamento estratégico situacional. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Bahia, v. 09, n. 04, p. 773-783, 2020. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/636/535>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SAUAIA, B. A. *et al.* Pressure ulcers. **Revista Brasileira de Cirurgia Plástica**, São Luís, v. 34, n. 4, p. 582–583, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcp/a/CQN3KkjrStmPFWdzqF3LHjj/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso em: 16 set. 2023.

SMANIOTTO, M. C. *et al.* Conhecimento da equipe de enfermagem na prevenção de lesão por pressão no ambiente hospitalar. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, Rio Grande do Sul, v. 26, n. 37, p. 01-18, 2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/07/1378257/katiasimoes20181328-textodoartigo.pdf>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SOARES, L. C. B. *et al.* Desenvolvimento de lesão por pressão e complexidade assistencial em pacientes de um serviço de emergência. **Cogitare Enfermagem**, Bahia, v. 27, n. 01, p. 01-11, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cenf/a/tyB8Xzpc3gdMX7TyL5NXy4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SOLDERA, D. *et al.* Lesões por pressão relacionadas a dispositivos médicos na prática clínica de enfermeiros. **Enfermagem em Foco**, Santa Catarina, v. 12, n. 2, p. 209-215, 2021. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3427/1121>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SOUZA, M. C.; LOUREIRO, M. D. R.; BATISTON, A. P. Cultura organizacional: prevenção, tratamento e gerenciamento de risco da lesão por pressão. **Revista**

**Brasileira de Enfermagem**, Mato Grosso do Sul, v. 73, n. 03, p. 01-07, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reben/a/nTWn65rm7y3YyFwV9dXpd8x/?lang=pt#>. Acesso em: 24 de set. de 2023.

SOUZA, M. T.; SILVA D. M.; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it? **Einstein**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 102–108, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 16 set. 2023.

TRICCO, A. C. *et al.* PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR):

Checklist and Explanation. **Annals of Internal Medicine**, Canadá, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30178033/>>. Acesso em:

16 set. 2023.

USP-UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Segurança do paciente na prevenção e manejo da lesão por pressão. **USP**, São Paulo, 2020. Disponível em:

[http://eerp.usp.br/feridaschronicas/recurso\\_educacional\\_lp\\_1\\_3.html](http://eerp.usp.br/feridaschronicas/recurso_educacional_lp_1_3.html). Acesso em:

16 set. 2023.

# CAPÍTULO 14

## NANOSISTEMAS NA ANESTESIOLOGIA: aplicações, vantagens e processos metodológicos *NANOSYSTEMS IN ANESTHESIOLOGY: applications, advantages and methodological processes*

 10.5281/zenodo.10120525

Marcus Vinicius de Carvalho Souza <sup>1</sup>  
Lisiane Pires Martins dos Santos <sup>2</sup>  
Jolberto Gonçalves de Carvalho <sup>3</sup>  
Luiz Carlos Nogueira Falcão <sup>4</sup>  
Izane Luiza Xavier Carvalho Andrade <sup>5</sup>  
Mayara Petrilli Bezerra Silva <sup>6</sup>  
Klégea Maria Câncio Ramos <sup>7</sup>  
Suely Moura Melo <sup>8</sup>  
João de Jesus Cantinho Júnior <sup>9</sup>  
Eduardo Andrade da Silva Junior <sup>10</sup>

- <sup>1</sup> Graduado em Medicina. Universidade de Pernambuco - UPE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-769x>.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3673333545286204>. E-mail: [marcarvalhosouza@ufpi.edu.br](mailto:marcarvalhosouza@ufpi.edu.br).
- <sup>2</sup> Graduada em Medicina. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1865-1939x>.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0413264716447997>. E-mail: [lisianesantos609@gmail.com](mailto:lisianesantos609@gmail.com)
- <sup>3</sup> Graduado em Medicina. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0573-0267>.  
E-mail: [jolberto@outlook.com](mailto:jolberto@outlook.com).
- <sup>4</sup> Graduado em Medicina. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0987-5308>.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0408639487096718>. E-mail: [lcnf@hotmail.com](mailto:lcnf@hotmail.com).
- <sup>5</sup> Graduada em Enfermagem. Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4693-1033>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/2708352152962125>. E-mail: [izaneluizac@hotmail.com](mailto:izaneluizac@hotmail.com).
- <sup>6</sup> Graduada em Enfermagem. Centro Universitário Unifacid Wyden – UNIFACID. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5304-1031>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3722515815167665>. Email: [mayarapetrilli@gmail.com](mailto:mayarapetrilli@gmail.com).
- <sup>7</sup> Graduada em Biologia. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1685-5658>.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6264122455277375>. Email: [professoraklegea@gmail.com](mailto:professoraklegea@gmail.com).
- <sup>8</sup> Graduada em Química. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9996-0850>.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3371668617378361>. Email: [suelymelof@gmail.com](mailto:suelymelof@gmail.com).
- <sup>9</sup> Graduado em Medicina. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3376211484589191>.  
E-mail: [cantinhojr@hotmail.com](mailto:cantinhojr@hotmail.com).
- <sup>10</sup> Graduado em Fisioterapia. Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1756-7623>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7711384514753620>. E-mail: [junior.eduardo@facid.edu.br](mailto:junior.eduardo@facid.edu.br).

### RESUMO

O objetivo dessa pesquisa foi analisar criticamente as evidências científicas sobre o desenvolvimento, vantagens e lacunas de diferentes nanossistemas aplicados na anestesiologia. Uma revisão integrativa da literatura foi realizada com a combinação dos descritores ‘Nanopartícula’, ‘Nanotecnologia’ e ‘Anestesia’, em inglês e português. As bases de dados explorados foram a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed e Scopus. As 23 produções científicas selecionadas destacaram o desenvolvimento de formulações inovadoras em nanossistemas para os anestésicos lidocaína, prilocaína, articaína, pentobarbital, propofol, etomidato, tetracaína, dexmedetomidina, levobupivacaína, bupivacaína, ropivacaína, hidróxi- $\alpha$ -sanshool e butambeno. Os estudos tinham o intuito de obter melhor eficácia quanto à citotoxicidade, efeitos colaterais, propriedades farmacocinéticas, permeabilidade, estabilidade, dose administrada e tempo de duração. Os nanossistemas projetados incluíram sistemas de nanopartículas poliméricas, nanopartículas lipídicas sólidas, carreadores lipídicos nanoestruturados, hidrogel nanohíbrido, nanopartículas encapsuladas, nanopartículas sonificadas, nanofilme híbrido, organogel e nanoemulsão. Todas

as estratégias elaboradas se mostraram promissoras para tornar os anestésicos mais efetivos e mitigar as possíveis desvantagens.

**Palavras-chave:** : Anestésias. Inovação. Nanopartículas. Nanotecnologia.

## ABSTRACT

The objective of this research was to critically analyze the scientific evidence on the development, advantages and shortcomings of different nanosystems applied in anesthesiology. An integrative literature review was carried out with the combination of the descriptors 'Nanoparticle', 'Nanotechnology' and 'Anesthesia', in English and Portuguese. The databases explored were the BVS (Biblioteca Virtual em Saúde, in Portuguese), SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed and Scopus. The 23 selected scientific productions highlighted the development of innovative formulations in nanosystems for the anesthetics lidocaine, prilocaine, articaine, pentobarbital, propofol, etomidate, tetracaine, dexmedetomidine, levobupivacaine, bupivacaine, ropivacaine, hydroxy- $\alpha$ -sanshool and butamben. The studies aimed to obtain better efficacy in terms of cytotoxicity, side effects, pharmacokinetic properties, permeability, stability, administered dose and duration. Engineered nanosystems included polymeric nanoparticles, solid lipid nanoparticles, nanostructured lipid carriers, nanohybrid hydrogel, encapsulated nanoparticles, sonified nanoparticles, hybrid nanofilm, organogel and nanoemulsion systems. All the strategies developed showed promise in making anesthetics more effective and mitigating possible disadvantages.

**Keywords:** Anesthesia. Innovation. Nanoparticles. Nanotechnology.

## 1. INTRODUÇÃO

A nanotecnologia avançou significativamente nas últimas décadas, com enfoque na criação, uso, análise e estruturação de materiais em escala nanométrica que revolucionaram os campos das ciências biomédicas, farmacêuticas, físicas, químicas, além da indústria alimentícia, cosmética e eletrônica (BAYDA et al., 2019; LAKSHMI; KIM, 2022). Discussões sobre esse tema foram iniciadas em 1959 por Richard Feynman e em 1974 o termo foi utilizado pela primeira vez por Norio Taniguchi para designar uma técnica de produção, separação, consolidação e deformação de materiais em escala nanométrica (GÓMEZ-GARZÓN, 2018; MIHAILESCU, 2019).

Em 1986, Eric Drexler se tornou o pai da nanotecnologia por popularizar seu uso no livro “Engines of creation” (SILVA; PINTO, 2020). Desde então, essa ciência tem avançado, devido às diversas propriedades superiores dos materiais, como tenacidade, dureza, resistência ao desgaste e corrosão, além das características térmicas, magnéticas e ópticas (FIALKOSKI; MALFATTI, 2019; CONTERA; BERNARDINO DE LA SERNA; TETLEY, 2020).

As nanopartículas são caracterizadas como partículas sólidas coloidais que possuem dimensões que variam de 1 e 100 nanômetros e que exibem propriedades diferentes dependendo de seu tamanho e funcionalidades (NAJAH-MISSAOUI;

ARNOLD; CUMMINGS, 2020). Dessa maneira, a abordagem da nanotecnologia e nanomateriais é centrada na incorporação de materiais nanoestruturados, com a capacidade de alterar as propriedades e controlar as estruturas em nanoescala, tornando-os uma tecnologia altamente atraente para diversos fins (BERNARDES et al., 2021).

Na área da saúde, as perspectivas são promissoras visto que tem relação direta com a manutenção de vidas humanas, como as aplicações no diagnóstico, cirurgia, fármacos e outras terapias. Assim, as potencialidades estão na melhoria de serviços e produtos voltados para a prática clínica em diversos contextos, bem como para a saúde pública. Em se tratando da anestesiologia, as melhorias estão na formulação, aprisionamento de materiais bioativos, além da eficiência no bloqueio prolongado da dor aguda e crônica, trazendo benefícios para o paciente, cirurgiões e cuidadores (CHAKRAVARTHY; BOEHM; CHRISTO, 2018; MORADKHANI; KARIMI; NEGAHDARI, 2018).

Sabendo-se que é um campo transdisciplinar e em ascensão, identificar quais e como as nanopartículas tem sido empregadas na anestesiologia permitirá direcionar estudos e aplicações para pesquisadores, comunidade acadêmica e multiprofissionais. Nesse sentido, este artigo objetivou analisar criticamente as evidências científicas sobre o desenvolvimento, vantagens e lacunas de diferentes nanossistemas aplicados na anestesiologia.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Esta revisão é do tipo integrativa, baseada em publicações nacionais e internacionais sobre o uso da nanotecnologia no campo da anestesia. Neste preceito, possui como questão norteadora “O que a literatura evidencia cientificamente sobre as nanopartículas, mecanismos biotecnológicos e toxicidade aplicados na anestesia?”. Para desenvolver a revisão foram feitas as coletas de informações, análises e exposição dos dados.

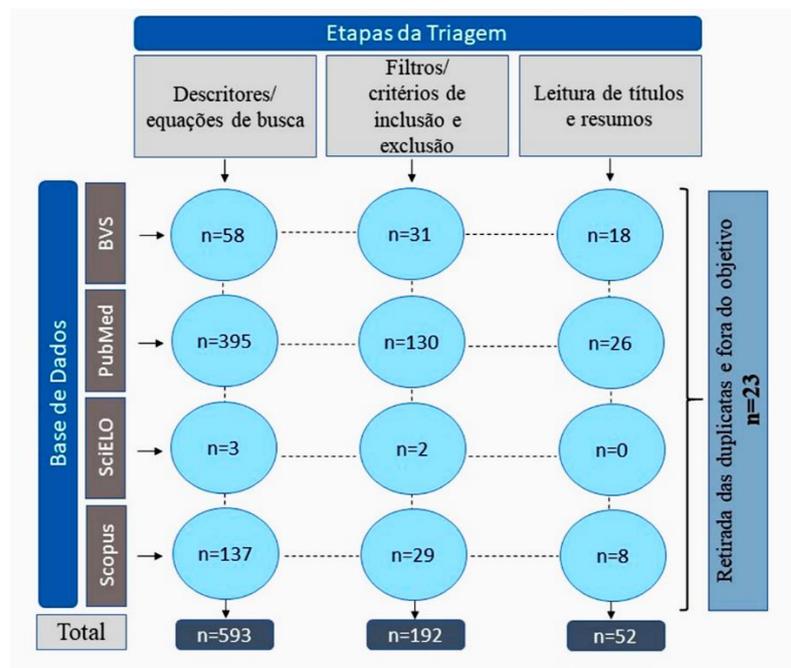
Dessa forma, foram definidos os descritores Nanopartícula (português)/ Nanostructures (inglês), Nanotecnologia (português)/ Nanotechnology (inglês) e Anestesia (português/ Anesthesia (inglês). O operador booleano “AND” foi empregado formando as equações de busca “Nanostructures” AND “Anesthesia”, “Nanotechnology” AND “Anesthesia” e “Nanostructures” AND “Nanotechnology” AND “Anesthesia”.

As buscas foram realizadas de 15 de março a 03 de maio de 2022, nas bases bibliográficas da BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed e Scopus, sendo filtradas as produções de acesso livre e gratuito entre 2017 a 2022, disponíveis em inglês, espanhol ou português. Foram incluídas as produções científicas que abordavam sobre nanopartículas e nanomateriais voltados para a anestesia, em diferentes áreas profissionais e aplicabilidade, durante o período proposto. Excluíram-se as notas dos autores, resumos, trabalhos em anais de eventos, teses, monografias, dissertações, artigos duplicados, aplicações para a saúde animal e pesquisas não relacionadas ao objetivo. Após a triagem e seleção, os estudos foram analisados e as informações extraídas foram categorizadas para a discussão.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira triagem nas bases de dados com as equações de busca identificou um total de 593 artigos, que com a aplicação dos filtros, critérios de inclusão e exclusão restaram 192. Após a leitura de títulos e resumos, 52 publicações foram para a leitura detalhada, a fim de retirar as duplicatas e as que não estavam adequadas ao objetivo estabelecido, totalizando em 23 artigos para análise textual na íntegra (Figura 1).

**Figura 1.** Fluxograma das etapas de triagem dos artigos selecionados BVS, PubMed e SciELO.



Fonte: Autores (2022).

As pesquisas foram provenientes de países: i) asiáticos (n=13), com predominância da China (n=12); ii) americanos (n=9), com destaque para o Brasil (n=8); iii) e europeu (n=1). Sobre a restrição temporal estabelecida, o ano com maior quantidade de publicações foi 2021 (n=7), mesmo com o impacto da pandemia afetando os diversos segmentos da pesquisa. Quanto aos periódicos, os mais utilizados para a divulgação científica foram o *Drug Delivery* (n=4), *Drug Design, Development and Therapy* (n=4) e *International Journal of Nanomedicine* (n=3), que em comum incorporam em seus *scopos* conteúdos sobre nanotecnologia relacionada ao espectro de design, descoberta, desenvolvimento e aplicação de drogas e medicamentos.

Em relação ao campo de atuação na anestesiologia, a nanotecnologia tem sido utilizada para melhorias visando uso amplo na medicina, com anestesia geral por meio de aplicação intravenosa e utilizações mais específicas como a anestesia do córtex cerebral direcionado por ultrassom, anestesia local tópica e injetável. Na área da odontologia, os usos foram para a anestesia tópica intranasal e intraoral (Tabela 1).

**Tabela 1.** Estudos com respectivos anestésicos, área médica, uso e sistema de nanopartícula.

Autor, ano	Anestésico	Área médica	Uso	Sistema de nanopartícula
Muniz et al., 2018	lidocaína e prilocaína	odontologia	anestesia tópica intraoral	hidrogel nanohíbrido
Batista Da Silva et al., 2021	articaína	odontologia	anestesia tópica intraoral	nanopartículas encapsuladas
Lea-Banks et al., 2020	pentobarbital	neurologia	anestesia local do córtex cerebral	nanopartículas sonificadas
De Moraes Ribeiro et al., 2018	lidocaína e prilocaína	odontologia	anestesia tópica intraoral	hidrogel nanohíbrido
De Moraes Ribeiro et al., 2020	lidocaína e prilocaína	odontologia	anestesia tópica intraoral	nanofilme híbrido
Jiang et al., 2021	lidocaína	medicina geral	anestesia local tópica	composto com nanopartículas
Liu et al., 2021	propofol e etomidato	medicina geral	anestesia geral por aplicação	nanopartículas encapsuladas

Calixto et al., 2021	tetracaína	odontologia	intravenosa anestesia tópica intranasal	hidrogel nanohíbrido
Li et al., 2020	dexmedetomidina e levobupivacaína	medicina geral	anestesia local tópica	composto com nanopartículas
You, Yuan, Chen, 2017	lidocaína e prilocaína	medicina geral	anestesia local tópica	nanopartículas encapsuladas
Alejo et al., 2021	bupivacaína	medicina geral	anestesia local injetável	nanopartículas encapsuladas
Li et al., 2019	ropivacaína	medicina geral	anestesia local injetável	composto com nanopartículas
Zhao, Sun, Li, 2018	lidocaína	medicina geral	anestesia local tópica	composto com nanopartículas
Yang et al., 2019	ropivacaína e dexmedetomidina	medicina geral	anestesia local tópica	composto com nanopartículas
Liu, Zhao, 2019	tetracaína	medicina geral	anestesia local tópica	composto com nanopartículas
Tan et al., 2022	hidroxi- $\alpha$ -sanshool	medicina geral	anestesia local injetável	composto com nanopartículas
Chen, You, 2017	ropivacaína	medicina geral	anestesia local tópica	nanopartículas encapsuladas
Deng et al., 2021	bupivacaína	medicina geral	anestesia local injetável	hidrogel nanohíbrido
Da Silva et al., 2021	butambeno	medicina geral	anestesia local injetável	nanopartículas encapsuladas
Da Silva et al., 2020	bupivacaína	medicina geral	anestesia local injetável	composto com nanopartículas
Vigato et al., 2019	lidocaína	medicina geral	anestesia local tópica	organogel
Rachmawati et al., 2018	bupivacaína	medicina geral	anestesia local injetável	nanoemulsão
Zhang, Yue e Chang, 2017	ropivacaína	medicina geral	anestesia local tópica	composto com nanopartículas

---

**Fonte:** Souza CVM et al., 2023.

Os anestésicos deste artigo puderam ser explorados de acordo com a estratégia sobre o sistema de nanopartícula utilizado, sendo organizados pela natureza química em aminoamidas, aminoésteres, éster e amida conjuntamente, e outros como o derivado fenólico, derivado alcaloide, alquilamida, barbitúrico, e agonista alfa2-adrenérgico.

### *Anestésicos Aminoamidas*

#### *Lidocaína e Prilocaína*

A lidocaína (LDC) e prilocaína (PLC) são anestésicos de ação local e tópica, de amplo uso clínico e comercializados como base livre lipossolúvel, cuja mistura eutética é em óleo líquido, devido ao ponto de fusão ser abaixo da temperatura ambiente (VIGATO et al. 2019; YOU; YUAN; CHEN, 2017; JIANG et al. 2021). A princípio, foram desenvolvidos para a derme, mas também são utilizados nas mucosas vaginal, oral e na preparação de anestesia injetável. As limitações estão na: eficácia; penetração, especialmente no estrato córneo; citotoxicidade e o sabor, quando aplicados na mucosa oral (YOU; YUAN; CHEN, 2017; ZHAO; SUN; LI, 2018).

Para mitigar algumas dessas problemáticas, um sistema de organogéis feitos com ácido oleico-lanolina (OA-LAN) e polaxômero (PL407) foram testados com o intuito de otimizar a entrega da lidocaína (VIGATO et al. 2019). Esses autores escolheram os organogéis porque são semissólidos conhecidos pela biocompatibilidade e estabilidade química, que podem veicular moléculas na forma de base ou sal. Quando combinados com PL e/ou a mistura lipídica OA-LAN, podem melhorar a dispersão. Dessa forma, para diferentes combinações foram feitas a caracterização físico-química, citotoxicidade e avaliação funcional *in vitro* e *in vivo*. A incorporação de LDC, OA e LAN alterou as características físico-químicas dos organogéis, sendo que a formulação com as maiores concentrações de LAN e PL407 reduziu o fluxo e os coeficientes de permeabilidade. A citotoxicidade foi baixa e os efeitos analgésicos foram aumentados e prolongados.

Sobre a capacidade de permeabilidade, Jiang et al. (2021) sintetizaram um novo composto com potenciadores de penetração química do tipo pirenobutirato (PB), para compor um sistema de entrega de lidocaína com peptídeo transativador transcricional (TAT) e carreadores lipídicos nanoestruturados (NLC). Seus resultados demonstraram que o tamanho de TAT/PB LID NLC foi maior que LID NLC não decorado, porém apresentou capacidade de penetração percutânea e o efeito anestésico notavelmente melhor que as demais combinações testadas.

Outros pesquisadores também projetaram NLC para entrega de lidocaína, modificados com Tocoferol Polietileno Glicol 1000 Succinato (TPGS), um derivado da vitamina E considerado capaz de aumentar a solubilidade e a penetração percutânea, bem como de reduzir os efeitos colaterais (ZHAO; SUN; LI, 2018). Esses autores verificaram que a eficiência de permeação e o efeito anestésico de TPGS/LID-NLC se sobressaíram às outras combinações analisadas, sendo a estabilidade desejável por um mês, quando mantido em baixa temperatura.

Quanto à lidocaína junto com prilocaína, a mistura foi encapsulada em nanopartículas lipídicas sólidas (SLNs) e em NLCs (YOU; YUAN; CHEN, 2017). Essas formulações foram estáveis por quatro meses e tiveram a performance comparada, revelando diferentes vantagens por tipo de sistema: os SLN têm melhor capacidade de permeação e os NLC um efeito analgésico mais forte.

Ainda sobre a mistura de anestésicos, estes foram preparados com nanofilmes híbridos compostos por matrizes biopoliméricas (quitosana, pectina e quitosana-pectina) junto com NLC (DE MORAIS RIBEIRO et al., 2020). Os biopolímeros foram inseridos pelas vantagens de abundância, versatilidade, biocompatibilidade e propriedades de biodegradabilidade. No referido experimento, o nanofilme híbrido mais adequado foi o pectina com NLC, pelo maior tempo de liberação das drogas, maior penetrabilidade e efeito anestésico mais duradouro comparado com o filme de biopolímero e ao fármaco comercial.

Hidrogéis nanohíbridos também foram investigados por serem considerados promissores, principalmente para a odontologia. Um destes foi formulado com nanocápsulas de poli( $\epsilon$ -caprolactona) em hidrogel CARBOPOL e demonstrou estabilidade por seis meses, maior eficácia anestésica, propriedades físico-químicas desejáveis e perfil de liberação sustentada (MUNIZ et al., 2018). Outro hidrogel nanohíbrido foi proposto com NLC/LDC-PLC incorporados em matrizes de goma xantana (XAN), alginato (ALG) ou quitosana (CHT). Teve como vantagem a compatibilidade entre os componentes, propriedades reológicas desejáveis, estabilidade por seis meses e maior tempo de liberação (DE MORAIS RIBEIRO et al., 2018). As duas formulações têm potencial para serem avaliados em ensaios clínicos.

### *Bupivacaína*

A bupivacaína, denominado quimicamente como cloridrato de 1-butil-2',6'-pipecoloxilidida, é um composto anestésico local utilizado para anestesia

intraoperatória, analgesia pós-operatória e no tratamento da dor crônica (RACHMAWATI et al., 2018). A ação desse fármaco é de curta duração e apresenta efeitos tóxicos no coração e nos vasos sanguíneos periféricos, devido à farmacocinética sanguínea desfavorável após a injeção local (DA SILVA et al., 2020; DENG, 2021). Além disso, o uso do fármaco livre convencional apresenta desvantagem relacionada às altas dosagens administradas, baixa seletividade e efeitos colaterais associados em tecidos saudáveis (RACHMAWATI et al., 2018).

Dessa forma, pesquisas têm sido realizadas com o intuito de desenvolver biomateriais em diferentes formulações, a fim de minimizar os efeitos negativos associados aos protocolos atuais de administração local e melhorar as características terapêuticas. No estudo conduzido por Alejo et al. (2021), nanocristais de bupivacaína foram preparados e encapsulados em nanogéis biocompatíveis à base de poli(etileno glicol) metil éter metacrilato para alívio prolongado da dor do nervo periférico, no qual foi evidenciado que todas as formulações injetadas atingiram o bloqueio nervoso sensorial máximo 30 min após a aplicação.

Esses nanogéis não revelaram efeitos citotóxicos e nenhuma resposta inflamatória na administração *in vivo* em modelos murinos. Com isso, os autores enfatizaram que a encapsulação de nanocristais de bupivacaína é uma estratégia promissora para anestesia local prolongada, reduzindo a quantidade total de fármaco necessária para produzir alívio da dor e sua toxicidade associada.

Deng et al. (2021) desenvolveram um sistema de liberação de drogas com o anestésico local bupivacaína para minimizar o número de injeções e os efeitos colaterais associados. Para isto, foi utilizado quitosana com hidrogéis de genipina carregadas com nanocápsulas de poli( $\epsilon$ -caprolactona) para produzir poliméricos hidrofóbicos capazes de fornecer bupivacaína. As nanocápsulas em hidrogel apresentaram efeito de longa duração e ausência de reações adversas, indicando uma alternativa potencial para o desenvolvimento de anestésicos locais de longa duração.

Carreadores lipídicos nanoestruturados associados a um sistema biopolimérico para encapsular bupivacaína também têm sido utilizados para melhorar a atividade terapêutica do fármaco; retardar sua degradação sistêmica; proporcionar liberação sustentada e diminuir a citotoxicidade. De acordo com Da Silva et al. (2020), essa formulação híbrida foi capaz de modular a liberação e aumentar a concentração de bupivacaína no local de ação, melhorando a duração da anestesia. Nesse sentido, por ser uma formulação injetável que não requer grandes concentrações, ser fácil aplicação e

composta por substâncias seguras e biodegradáveis, torna-se uma opção para o manejo da dor pós-operatória em substituição aos anestésicos e drogas de maior efeito sistêmico.

Um estudo sobre o uso de óleos biodegradáveis em nanoemulsões de bupivacaína foi realizado por Rachmawati et al. (2018), no qual os autores avaliaram que a presença de pequenas quantidades de óleo de mamona teve um impacto significativo em relação aos perfis farmacocinéticos de liberação *in vitro* e *in vivo*, bem como no resultado farmacodinâmico após administração subcutânea em ratos, correlacionando-se bem e demonstrando claramente a liberação prolongada e a duração da atividade dessa nova nanoformulação. Além disso, houve uma redução na absorção sistêmica e, conseqüentemente, diminuição da toxicidade, se configurando como uma nova possibilidade de tratamento da dor com ação local prolongada de bupivacaína à base de óleo de rícino.

### *Ropivacaína*

A ropivacaína é utilizada na produção de anestesia local ou regional para cirurgias e tratamento de dor aguda (LI et al. 2019). Comparado com outros anestésicos locais, esse fármaco tem um efeito mais longo (com duração de 3-6 horas); melhor bloqueio sensorio-motor e menor toxicidade e cardiotoxicidade do sistema nervoso central (CHEN; YOU, 2017). Entretanto, o efeito analgésico ainda é considerado limitado quanto ao tempo de duração.

Nesse contexto, Li et al. (2019), desenvolveram nanopartículas híbridas lipídio-polímero com ropivacaína usando poli(etilenoglicol)-diestearoilfosfatidiletanolamina como invólucro lipídico hidrofílico e poli- $\epsilon$ -caprolactona como núcleo polimérico hidrofóbico. Essa formulação teve um efeito mais rápido e duradouro do que a solução de ropivacaína livre, além de baixa citotoxicidade. Além disso, evidências científicas baseadas na fabricação de ropivacaína encapsulada em nanocarreadores contendo peptídeo transativador tem sido relatada para melhorar a anestesia local, sendo eficazes na penetração da pele com potencial efeito, mesmo com a diminuição da dosagem (CHEN; YOU, 2017).

Em se tratando de estudos envolvendo a ropivacaína e outro fármaco, Zhang, Yue e Chang (2017), desenvolveram nanopartículas de poli( $\epsilon$ -caprolactona) revestidas com quitosana para co-entregar ropivacaína e dexametasona para o prolongamento da anestesia e alívio da dor. Dessa forma, todas as amostras de nanopartículas carregadas

com as drogas estudadas não exibiram citotoxicidade; a penetração na pele de ropivacaína permeado através das nanopartículas foi maior e a adição de uma pequena dose de dexametasona melhorou a eficácia anestésica.

Resultado semelhante foi demonstrado por Yang et al. (2019), no que tange a eficácia anestésica e baixa citotoxicidade de ropivacaína associado a outro medicamento. Em seu experimento foi utilizado o ácido hialurônico-poli(etilenoglicol)-diestearoilfosfoetanolamina modificado e o tocoferil polietilenoglicol 1000 succinato contendo carreadores lipídicos nanoestruturados carregando ropivacaína e dexmedetomidina pelo método de difusão de solvente.

### *Anestésicos Aminoésteres*

#### *Tetracaína*

A tetracaína é um anestésico local de longo prazo, fácil acesso e utilidade variada (LIU; ZHAO, 2019). Um sistema híbrido com NLC, tetracaína e o hidrogel PL407 foi elaborado por Calixto et al. (2021), no intuito de reduzir a citotoxicidade, aumentando a capacidade de permeação e eficácia anestésica para a administração tópica intranasal no campo da odontologia. Esses parâmetros tiveram resultados favoráveis, além das propriedades mecânicas, reológicas e mucoadesivas aprimoradas, o que torna o sistema potencial para a etapa de testes clínicos.

No mesmo sentido, diferentes sistemas com nanopartículas de poli(L-lactídeo), SLNs e NLCs carregados com tetracaína foram construídos e testados quanto ao tamanho, eficiência no carregamento, citotoxicidade, permeabilidade e efeito analgésico (LIU; ZHAO, 2019). Em comum, todos os concentrados apresentaram viabilidade celular moderada. Entretanto, o sistema com nanopartículas de poli(L-lactídeo) apresentou mais vantagem na estabilidade enquanto que o com NLCs foram melhores na permeação e efeito analgésico *in vivo*. Já o sistema com SLNs superou na permeabilidade *in vitro*. Ponderando as diferentes superioridades de cada, a combinação tetracaína NLCs foi considerado pelos autores o mais promissor.

## *Anestésico Aminoéster-Aminoamida*

### *Articaína*

A articaína é um anestésico local comumente utilizado na odontologia que tem como vantagens a difusibilidade, ação em mucosa inflamada, além de efeito rápido e duradouro. As desvantagens estão na parestesia e sensibilidade pós-operatória transitória (BATISTA DA SILVA et al., 2021). Assim, estratégia com nanocápsulas de poli( $\epsilon$ -caprolactona) aprimoradas e associadas à articaína foi testada pelos referidos pesquisadores que conseguiram reduzir a citotoxicidade, bem como aumentar a permeabilidade e a ação analgésica, porém sem eficácia em tecido inflamatório e no modelo de dor pós-operatória testado.

## *Anestésicos com outros Grupos Químicos*

### *Barbitúrico*

O barbitúrico pentobarbital é um anestésico utilizado para indução de comas em casos de lesão cerebral, mesmo tendo reações de citotoxicidade e efeitos colaterais, como a sonolência e hipotensão. Nesse contexto, uma baixa concentração de pentobarbital foi carregado por nanopartículas de decafluorobutano, tendo como transportador um agente de contraste de ultrassom denominado Definity. O sistema foi sonificado e a anestesia no córtex cerebral foi induzida e monitorada com sucesso, revelando-se uma estratégia pioneira (LEA-BANKS et al., 2020). Ainda nesta pesquisa, foram reportadas orientações quanto à temperatura para estabilidade, tamanho reduzido das nanogotas, lacunas no impacto sobre a repetição do uso, aprimoramento de estudos histológicos e comportamentais, além da quantificação de alterações nos neurotransmissores.

### *Butambeno*

Butambeno, também conhecido por N-Butil- p-aminobenzoato, é um anestésico local muito hidrofóbico que, apesar da vantagem da longa duração e apresentar seletividade ao bloqueio sensorial, a hidrossolubilidade inibe muitas aplicações clínicas (DA SILVA et al., 2021).

Nesse contexto, como alternativa para superar essa desvantagem da solubilidade, Da Silva et al. (2021) sugeriu que a encapsulação do butambeno poderia fornecer uma

formulação solúvel e injetável e, conseqüentemente, aumentar a eficácia ao promover uma administração sustentada no local da aplicação. Os autores produziram uma formulação do fármaco usando carreadores lipídicos nanoestruturados, no qual foram evidenciadas melhores propriedades físico-químicas; estabilidade durante 360 dias de armazenamento em temperatura ambiente; prolongamento de liberação; diminuição da citotoxicidade; maior eficácia analgésica e efeito prolongado.

#### *Hidroxi- $\alpha$ -sanshool (Extrato de *Zanthoxylum piperitum*)*

A pimenta Sichuan ou pimenta chinesa (*Zanthoxylum piperitum*) é um fruto amplamente utilizado, cujo seu extrato (hidroxi- $\alpha$ -sanshool) serve para tratar dor de dente e artrite reumatoide em culturas africanas, nativas americanas e asiáticas. Devido essa aplicabilidade, Tan et al. (2022) projetaram carreadores lipídicos nanoestruturados carregados com hidroxi- $\alpha$ -sanshool, através de fusão e ultrasonicação usando monoestearato, ácido oleico e poloxâmico-188, a fim de produzir uma nanoformulação com potencial anestésico local. Os resultados demonstraram que houve um bom efeito em dose baixa quando comparados com hidroxi- $\alpha$ -sanshool livre e lidocaína, além de ter apresentado excelentes propriedades de absorção instantânea e longo tempo de ação.

#### *Dexmedetomidina e Levobupivacaína*

Comparada à bupivacaína, a levobupivacaína proporciona um bloqueio de longa duração semelhante, porém é menos tóxico para o sistema cardiovascular e sistema nervoso central. Levando em consideração que a duração do bloqueio nervoso com levobupivacaína pode ser prolongada pela administração conjunta com dexmedetomidina, Li et al. (2020), projetaram um ativador transcricional transativado, levobupivacaína e dexmedetomidina com carreadores lipídicos nanoestruturados e nanopartículas híbridas lipídicas-polímero para comparar a eficácia de uso como anestésico local. Observou-se que a formulação contendo carreadores lipídicos nanoestruturados exibiu melhor eficiência de permeação cutânea, maior tempo analgésico e de controle da dor do que a que continha nanopartículas híbridas lipídicas-polímero.

## *Propofol e Etomidato*

Os anestésicos intravenosos propofol e etomidato são altamente hidrofóbicas e se caracterizam pela necessidade de serem administrados em concentrações altas para induzir e manter a anestesia (LIU et al., 2021). As formulações clínicas atualmente disponíveis de propofol e etomidato são emulsões lipídicas que possuem como desvantagens a maior probabilidade de contaminação microbiana, anormalidade no metabolismo lipídico e dor no local da administração. Desse modo, Liu et al. (2021), formularam um peptídeo com base em aminoácidos hidrofóbicos, como alternativa para encapsular propofol e etomidato de forma mais eficiente. A composição apresentou eficácia anestésica comparável às formulações atualmente disponíveis de propofol e etomidato e não causou dor no local da aplicação e nem citotoxicidade.

## **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os principais aspectos elucidados dos artigos analisados abordaram o desenvolvimento de formulações inovadoras com diferentes classes de anestésicos, a fim de obter uma melhor eficácia em termo de citotoxicidade, efeitos colaterais, propriedades farmacocinéticas, permeabilidade, estabilidade, dose administrada e tempo de duração, em virtude da nanotecnologia.

Os nanossistemas projetados para aumentar a permeação e melhorar a eficácia anestésica incluíram sistemas de nanopartículas poliméricas, nanopartículas lipídicas sólidas, carreadores lipídicos nanoestruturados, hidrogel nanohíbrido, nanopartículas encapsuladas, nanopartículas sonificadas, nanofilme híbrido, organogel e nanoemulsão. Foi unanime que todas as estratégias elaboradas se mostraram promissoras para tornar os anestésicos mais efetivos e mitigar as possíveis desvantagens.

## **REFERÊNCIAS**

- ALEJO, T. et al. Nanogels with High Loading of Anesthetic Nanocrystals for Extended Duration of Sciatic Nerve Block. **ACS Applied Materials & Interfaces**, v. 13, n. 15, p. 172, 2021.
- BATISTA DA SILVA, C. et al. Promising potential of articaine-loaded poly (epsilon-caprolactone) nanocapsules for intraoral topical anesthesia. **Plos one**, v. 16, n. 2, p. e0246760, 2021.
- BAYDA, S. et al. The history of nanoscience and nanotechnology: From chemical–physical applications to nanomedicine. **Molecules**, v. 25, n. 1, p. 112, 2019.

- BERNARDES, B. G. et al. Bioaerogels: promising nanostructured materials in fluid management, healing and regeneration of wounds. **Molecules**, v. 26, n. 13, p. 3834, 2021.
- CALIXTO, G. M. F. et al. Mucoadhesive, Thermoreversible Hydrogel, Containing Tetracaine-Loaded Nanostructured Lipid Carriers for Topical, Intranasal Needle-Free Anesthesia. **Pharmaceutics**, v. 13, n. 11, p. 1760, 2021.
- CHAKRAVARTHY, K. V.; BOEHM, F. J.; CHRISTO, P. J. Nanotechnology: a promising new paradigm for the control of pain. **Pain Medicine**, v. 19, n. 2, p. 232-243, 2018.
- CHEN, C.; YOU, P. A novel local anesthetic system: transcriptional transactivator peptide-decorated nanocarriers for skin delivery of ropivacaine. **Drug Design, Development and Therapy**, v. 11, p. 1941, 2017.
- CONTERA, S.; BERNARDINO DE LA SERNA, J.; TETLEY, T. D. Biotechnology, nanotechnology and medicine. **Emerging Topics in Life Sciences**, v. 4, n. 6, p. 551-554, 2020.
- DA SILVA, G. H. R. et al. Lipid nanoparticles loaded with butamben and designed to improve anesthesia at inflamed tissues. **Biomaterials Science**, v. 9, n. 9, p. 3378-3389, 2021.
- DA SILVA, G. H. R. et al. Injectable in situ forming nanogel: A hybrid Alginate-NLC formulation extends bupivacaine anesthetic effect. **Materials Science and Engineering: C**, v. 109, p. 110608, 2020.
- DE MORAIS RIBEIRO, L. N. et al. Hybrid nanofilms as topical anesthetics for pain-free procedures in dentistry. **Scientific reports**, v. 10, n. 1, p. 1-11, 2020.
- DE MORAIS RIBEIRO, L. N. et al. Nanohybrid hydrogels designed for transbuccal anesthesia. **International Journal of Nanomedicine**, v. 13, p. 6453, 2018.
- DENG, W. et al. Synthesis of nanocapsules blended polymeric hydrogel loaded with bupivacaine drug delivery system for local anesthetics and pain management. **Drug Delivery**, v. 29, n. 1, p. 399-412, 2022. 17235, 2021.
- FIALKOSKI, D.; MALFATTI, C. R. M. Nanotecnologia: uma prospecção tecnológica no âmbito nacional e internacional. **Cadernos de Prospecção**, v. 12, n. 3, p. 590-590, 2019.
- GÓMEZ-GARZÓN, M. Nanomateriales, nanopartículas y síntesis verde. **Revista Repertorio de Medicina y Cirugía**, v. 27, n. 2, 2018.
- JIANG, T. et al. Topical anesthetic and pain relief using penetration enhancer and transcriptional transactivator peptide multi-decorated nanostructured lipid carriers. **Drug Delivery**, v. 28, n. 1, p. 478-486, 2021.

- LAKSHMI, B. A.; KIM, Y-J. Modernistic and Emerging Developments of Nanotechnology in Glioblastoma-Targeted Theranostic Applications. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 23, n. 3, p. 1641, 2022.
- LEA-BANKS, H. et al. Localized anesthesia of a specific brain region using ultrasound-responsive barbiturate nanodroplets. **Theranostics**, v. 10, n. 6, p. 2849, 2020.
- LI, M. et al. Dexmedetomidine and levobupivacaine co-loaded, transcriptional transactivator peptide modified nanostructured lipid carriers or lipid-polymer hybrid nanoparticles, which performed better for local anesthetic therapy?. **Drug Delivery**, v. 27, n. 1, p. 1452-1460, 2020.
- LI, A. et al. An efficient and long-acting local anesthetic: ropivacaine-loaded lipid-polymer hybrid nanoparticles for the control of pain. **International journal of nanomedicine**, v. 14, p. 913, 2019.
- LIU, J. et al. High-Loading Self-Assembling Peptide Nanoparticles as a Lipid-Free Carrier for Hydrophobic General Anesthetics. **International Journal of Nanomedicine**, v. 16, p. 5317, 2021.
- LIU, X.; ZHAO, Q. Long-term anesthetic analgesic effects: Comparison of tetracaine loaded polymeric nanoparticles, solid lipid nanoparticles, and nanostructured lipid carriers in vitro and in vivo. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, v. 117, p. 109057, 2019.
- MIHAILESCU, I. N. Synthesis and Modification of Nanostructured Thin Films. **Nanomaterials**, v. 9, n. 10, p. 1427, 2019.
- MORADKHANI, M. R.; KARIMI, A.; NEGAHDARI, B. Nanotechnology application to local anaesthesia (LA). **Artificial cells, nanomedicine, and biotechnology**, v. 46, n. 2, p. 355-360, 2018.
- MUNIZ, B. V. et al. Hybrid hydrogel composed of polymeric nanocapsules co-loading lidocaine and prilocaine for topical intraoral anesthesia. **Scientific reports**, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2018.
- NAJAH-MISSAOUI, W.; ARNOLD, R. D.; CUMMINGS, B. S. Safe nanoparticles: Are we there yet?. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 22, n. 1, p. 385, 2020.
- SILVA, T. de P.; PINTO, G. S. Nanotecnologia e sua influência na evolução da medicina. **Revista Interface Tecnológica**, v. 17, n. 2, p. 269-280, 2020.
- RACHMAWATI, H. et al. Local sustained delivery of bupivacaine HCl from a new castor oil-based nanoemulsion system. **Drug delivery and translational research**, v. 8, n. 3, p. 515-524, 2018.
- TAN, F. et al. Design of hydroxy- $\alpha$ -sanshool loaded nanostructured lipid carriers as a potential local anesthetic. **Drug delivery**, v. 29, n. 1, p. 743-753, 2022.

VIGATO, A. A. et al. Synthesis and characterization of nanostructured lipid-poloxamer organogels for enhanced skin local anesthesia. **European Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 128, p. 270-278, 2019.

YANG, Y. et al. Topical anesthetic analgesic therapy using the combination of ropivacaine and dexmedetomidine: hyaluronic acid modified long-acting nanostructured lipid carriers containing a skin penetration enhancer. **Drug Design, Development and Therapy**, v. 13, p. 3307, 2019.

YOU, P.; YUAN, R.; CHEN, C. Design and evaluation of lidocaine-and prilocaine-co-loaded nanoparticulate drug delivery systems for topical anesthetic analgesic therapy: a comparison between solid lipid nanoparticles and nanostructured lipid carriers. **Drug Design, Development and Therapy**, v. 11, p. 2743, 2017.

ZHAO, X.; SUN, Y.; LI, Z. Topical anesthesia therapy using lidocaine-loaded nanostructured lipid carriers: tocopheryl polyethylene glycol 1000 succinate-modified transdermal delivery system. **Drug Design, Development and Therapy**, v. 12, p. 4231, 2018.

ZHANG, Y.; YUE, Y.; CHANG, M. Local anaesthetic pain relief therapy: in vitro and in vivo evaluation of a nanotechnological formulation co-loaded with ropivacaine and dexamethasone. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, v. 96, p. 443-449, 2017.

# CAPÍTULO 15

## EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DE LICOPENO EM NEOPLASIAS PROSTÁTICAS *THE USE OF LYCOPENE IN THE PREVENTION OF PROSTATIC NEOPLASMS*

 10.5281/zenodo.10120544

Roberta Bezerra Rodrigues <sup>1</sup>  
Murilo Ricardo Diniz Filho <sup>2</sup>  
João Victor de Oliveira Araújo <sup>3</sup>  
Renata de Lion Botero Martins <sup>4</sup>  
Júlia Souza e Silva <sup>5</sup>  
Luiz Gustavo Pereira Segalla <sup>6</sup>  
Dieslley Amorim de Souza <sup>7</sup>

- <sup>1</sup> Nutricionista. Pós-graduada em Nutrição Clínica e Esportiva. Faculdade da Região Serrana – FARESE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9743-2018>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4496173399861055>. E-mail: [robertabznutri@gmail.com](mailto:robertabznutri@gmail.com).
- <sup>2</sup> Graduando em Medicina. Faculdade de Ciências Médicas – AFYA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-9962-5040>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6441899095131615>. E-mail: [murilovaq@hotmail.com](mailto:murilovaq@hotmail.com).
- <sup>3</sup> Graduando em Fisioterapia. Centro Universitário do Piauí – UNIFAPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-3256-0207>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9211153154587822>. E-mail: [vyctorws0590@gmail.com](mailto:vyctorws0590@gmail.com).
- <sup>4</sup> Graduanda em Medicina. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-3575-1399>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6330369423441419>. E-mail: [renatalbmartins@hotmail.com](mailto:renatalbmartins@hotmail.com).
- <sup>5</sup> Graduanda em Medicina. Centro Universitário UnidomPedro. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-3160-0446>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/3346527589600167>. E-mail: [julia.farma28@gmail.com](mailto:julia.farma28@gmail.com).
- <sup>6</sup> Graduando em Medicina. Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-8918-5799>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9316031003109101>. E-mail: [luizgustavosegalla@gmail.com](mailto:luizgustavosegalla@gmail.com).
- <sup>7</sup> Graduando em Medicina. Faculdades Santo Agostinho Vitória da Conquista - FASA/VIC. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7336-0048>. E-mail: [dieslley@gmail.com](mailto:dieslley@gmail.com).

### RESUMO

Esse estudo visa investigar o impacto do consumo de alimentos ricos em licopeno na prevenção e tratamento de neoplasias prostáticas, contribuindo para a discussão da temática e gerar conhecimento que possa ajudar na prevenção e tratamento do câncer de próstata. Trata-se de uma revisão da literatura onde foram consultadas as bases de dados do PubMed, BVS e Google Acadêmico, com a aplicação dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Câncer, Câncer de próstata e Licopeno. Os critérios de inclusão abrangem estudos publicados em português e inglês nos últimos 10 anos (2013-2023) e estejam disponíveis gratuitamente. Os critérios de exclusão, por sua vez, envolvem revisão da literatura e meta-análise como metodologia, bem como aqueles que empregaram animais como amostra, participantes homens que apresentavam alguma patologia ou diagnosticados com câncer de próstata maligno. Quanto aos resultados, observou-se que o consumo de produtos à base de carotenóides (licopeno) tiveram resultados positivos como o aumento dos níveis de licopeno tanto no plasma quanto na próstata e na implicação de alguns fatores na sua biodisponibilidade como idade, raça e histórico familiar de câncer. Pode-se concluir que há divergências nos estudos sobre o licopeno e o câncer de próstata. Alguns indicam que a falta de licopeno aumenta o risco, mas outros não validam seus benefícios. Isso destaca a necessidade de mais pesquisas para compreender plenamente o papel do licopeno no câncer de próstata.

**Palavras-chave:** Câncer. Câncer de próstata. Licopeno.

### ABSTRACT

This study aims to investigate the impact of consuming foods rich in lycopene on the prevention and treatment of prostate cancer, contributing to the discussion of the topic and generating knowledge that can help in the prevention and treatment of prostate cancer. This is a literature review where the PubMed, VHL and Google Scholar databases were consulted, using the Health Sciences Descriptors (DeCS): Cancer, Prostate Cancer and Lycopene. The inclusion criteria cover studies published in Portuguese and English in the last 10 years (2013-2023) and are available free of charge. The exclusion criteria, in turn, involve literature review and meta-analysis as a methodology, as well as those that used animals as a sample, male participants who presented some pathology or diagnosed with malignant prostate cancer. Regarding the results, it was observed that the consumption of products based on carotenoids (lycopene) had positive results such as an increase in lycopene levels in both plasma and prostate and the implication of some factors in its bioavailability such as age, race and history. family member of cancer. It can be concluded that there are divergences in studies on lycopene and prostate cancer. Some indicate that a lack of lycopene increases the risk, but others do not validate its benefits. This highlights the need for more research to fully understand the role of lycopene in prostate cancer.

**Keywords:** Cancer. Prostate cancer. Lycopene.

## 1. INTRODUÇÃO

A próstata é uma glândula que faz parte do sistema reprodutivo masculino, situando-se abaixo da bexiga, envolvendo a uretra e posicionando-se à frente do reto. Além de sua função na eliminação da urina, a próstata é responsável pela produção de esperma, um condutor dos espermatozoides pelo canal uretral durante a atividade sexual (INCA, 2022).

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de próstata é o segundo tipo de câncer mais comum em homens no Brasil, ficando atrás apenas do câncer de pele. Mundialmente, é uma das principais causas de morte prematura, contribuindo para um significativo número de óbitos antes dos 70 anos (Sung *et al.*, 2021). Essa doença se inicia quando as células prostáticas passam a se dividir e multiplicar de maneira desordenada, formando um tumor que pode crescer rapidamente e se disseminar para outros órgãos, resultando em potenciais fatais (De Souza *et al.*, 2015).

O câncer de próstata, como muitos outros tipos de câncer, surge devido a uma combinação de fatores. Além dos fatores de risco estabelecidos, como idade, raça, etnia e histórico familiar, estudos recentes têm identificado novos elementos associados ao desenvolvimento dessa doença, incluindo alto consumo de gordura saturada, baixa ingestão de vitaminas e obesidade (Chen *et al.*, 2015).

Inúmeras evidências respaldam o papel dos alimentos funcionais e nutracêuticos na prevenção do câncer de próstata. Os carotenóides, em particular o licopeno, destacam-se devido às suas propriedades antioxidantes e anticancerígenas. Diversas

pesquisas e artigos estabelecem uma correlação entre a ingestão de licopeno e sua concentração no organismo humano com a prevenção e potenciais benefícios no tratamento do câncer de próstata (Rawla *et al.*, 2019).

Com base nessas informações, o objetivo deste trabalho é investigar o impacto do consumo de alimentos ricos em licopeno na prevenção e tratamento de neoplasias prostáticas.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada na análise de artigos relacionados à utilização de alimentos contendo licopeno na prevenção e tratamento de neoplasias prostáticas. Esta revisão incluiu artigos publicados em português e inglês nos últimos 10 anos, com acesso gratuito ao texto completo. A busca foi conduzida em setembro de 2023 nas principais bases de dados, incluindo a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), o Sistema Online de Recuperação e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) via Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), o Google Acadêmico e o PubMed. Os descritores utilizados foram estabelecidos com base na consulta aos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e foram empregados em combinações nos idiomas português e inglês: "Câncer" (Cancer), "Câncer de próstata" (Prostate cancer) e "Licopeno" (Lycopene).

Excluíram-se os estudos que utilizaram revisão da literatura e meta-análise como metodologia, bem como aqueles que empregaram animais como amostra. Além disso, foram excluídos os estudos em que os participantes homens apresentavam alguma patologia ou já haviam sido diagnosticados com câncer de próstata maligno. Em seguida, realizou-se uma busca nas bases de dados, resultando na identificação de 2.015 artigos. Posteriormente, procedeu-se à análise para eliminar artigos repetidos ou aqueles que não atendiam aos critérios de inclusão, resultando em 10 artigos restantes (tabela 1).

**Tabela 1:** Seleção de estudos

<b>BASE DE DADOS</b>	<b>ARTIGOS ENCONTRADOS</b>	<b>ARTIGOS EXCLUÍDOS</b>	<b>ARTIGOS UTILIZADOS</b>
BVS – Biblioteca Virtual de Saúde	71	64	7
Google Acadêmico	1.930	1.930	0

PubMed	14	11	3
--------	----	----	---

Fonte: Autoria própria (2023).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da busca bibliográfica elaborada, foi possível agrupar os dados da literatura. As informações compõem a Tabela 2, que é constituída por 10 estudos publicados e demonstra a temática principal sobre a ação do licopeno na prevenção e tratamento do câncer de próstata.

Estudos recentes indicam uma possível correlação entre a presença de licopeno no plasma e na próstata e o câncer de próstata. Gann et al. (2015) avaliou a eficácia do licopeno na forma de cápsulas de extrato de tomate no tratamento da neoplasia prostática intra-epitelial de alto grau durante um protocolo de 6 meses. Embora os níveis séricos de licopeno tenham apresentado notáveis alterações, o tratamento não demonstrou efeitos notáveis nos resultados séricos e teciduais benignos. No entanto, um estudo conduzido por Mariani et al. (2014) analisou a relação entre a presença de licopeno na próstata e o desenvolvimento de câncer em pacientes com neoplasia intraepitelial prostática de alto grau (HG-PIN). Os resultados indicaram que pacientes com baixa concentração de licopeno na próstata tinham maior probabilidade de desenvolver câncer prostático. Além disso, Grainger et al. (2015) demonstraram resultados semelhantes, sugerindo que o consumo de produtos derivados do tomate aumenta os níveis de licopeno tanto no plasma quanto na próstata, o que pode indicar a eficácia do consumo de alimentos à base deste produto.

Ambos os estudos, o de Datta et al. (2013) e o de Antwi et al. (2015), exploraram a relação entre carotenóides, como o licopeno, e a saúde da próstata. No entanto, eles se concentraram em estágios diferentes da doença. Datta et al. investigaram a relação entre os níveis dietéticos e séricos de licopeno em pacientes com câncer de próstata submetidos à terapia de radiação. Por outro lado, Antwi et al. examinaram os níveis plasmáticos de carotenóides e tocoferóis em homens com recorrência bioquímica de câncer de próstata. Ambos demonstraram resultados significativos, independentemente do estágio da doença.

Dos estudos selecionados, alguns não demonstraram resultados significativos ou necessitam de mais pesquisas no futuro. Lane et al. (2018) conduziu um ensaio clínico randomizado em homens em risco de câncer de próstata, investigando o efeito do consumo de catequinas de chá verde e licopeno. Os resultados não demonstraram

redução significativa no risco de câncer de próstata nos grupos que receberam esses compostos em comparação com o grupo controle.

Resultados semelhantes foram encontrados em estudos conduzidos por Paur et al. (2017), Zhuang et al. (2021) e Beynon et al. (2019). Eles abordaram o impacto do licopeno, presente em produtos de tomate, a utilização do chá verde e a combinação de docetaxel na saúde da próstata, com foco nos níveis do antígeno prostático específico (PSA). Ainda assim, essas pesquisas não evidenciaram benefícios significativos do licopeno na prevenção ou tratamento do câncer de próstata em homens de alto risco.

Diversos fatores podem influenciar na absorção do licopeno, tornando seu metabolismo um processo complexo e multifacetado. Lu, You et al. (2021) identificou fatores que poderiam afetar a associação entre a ingestão de licopeno e o risco de câncer de próstata, como idade, raça e histórico familiar de câncer. Além disso, a biodisponibilidade do licopeno é afetada pela matriz alimentar, processamento dos alimentos, estado de maturação dos produtos de tomate, a presença de gorduras na refeição, bem como características individuais do organismo, como genética e saúde gastrointestinal (Moritz *et al.*, 2006).

**Tabela 2:** Análise dos artigos selecionados sobre o licopeno e sua eficiência na prevenção ou tratamento de câncer de próstata.

AUTOR/ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	PRINCIPAIS RESULTADOS
DATTA et al., 2013	Avaliar a tolerância e aceitação de três quantidades diferentes de suco de tomate e seu efeito sobre o licopeno sérico durante radioterapia	Ensaio clínico randomizado realizado em homens recentemente diagnosticados com câncer de próstata localizado e programado para submeter-se à radioterapia. Os participantes foram	Os níveis séricos de licopeno diminuíram no grupo controle sem o consumo de suco de tomate e aumentou com o consumo diário de 237 mL e 355 mL, mas não de 118 mL. Os dados não foram precisos o

		randomizados em um grupo controle ou em três grupos de intervenção que consumiram quantidades diferentes de suco de tomate diariamente durante o tratamento.	suficiente para se determinar a eficácia necessitando de mais estudos futuros.
MARIANI et al. 2014	Investigar a forma como pacientes diagnosticados com neoplasia prostática intra-epitelial de alto grau, reagem após uma dieta enriquecida com licopeno	32 pacientes durante 6 meses tiveram a dieta enriquecida com 20-25 mg/dia, de licopeno.	Após os 6 meses, a concentração do licopeno prostático mostrou uma melhora significativa, relacionando que a concentração do licopeno pode atuar como um biomarcador relevante para o câncer de próstata, mas ainda são necessários estudos futuros, que possam confirmar essa associação.
ANTWI et al., 2015	Examinar os níveis plasmáticos de carotenóides e tocoferol em	39 pacientes durante um período de 6 meses com intervenção	O estudo aponta que níveis mais altos de carotenóides e

	relação aos níveis específicos do PSA entre homens com recorrência bioquímica de câncer de próstata clinicamente localizado (PrCA).	envolvendo atividade física, diminuição de estresse e dieta. Os níveis de tocoferóis e carotenóides medidos por cromatografia líquida (HPLC)	tocoferóis plasmáticos, tem relação com os níveis menores de PSA em pacientes com recorrência de câncer de próstata, dessa forma diminuindo a rapidez de progressão do câncer de próstata, mais pesquisas adicionais são necessárias para maior veracidade do estudo
GRAINGER et al., 2015	Definir o impacto do consumo de produtos a base de tomate comercialmente disponíveis nas concentrações resultantes de licopeno no plasma e na próstata, foi definir quantitativamente como consumo de produtos processados de tomate em porções	estudo randomizado. 3 semanas antes da prostatectomia, enquanto segue simultaneamente uma dieta restrita em todos os outros produtos de tomate e documentando cuidadosamente a ingestão dos alimentos do estudo e outros alimentos que contenham licopeno	A intervenção da sopa levou a concentrações plasmáticas de licopeno significativamente mais altas do que a intervenção com suco, enquanto o impacto do consumo de molho na concentração plasmática de licopeno não foi significativamente diferente do

	típicas pode ter um impacto sobre concentrações de licopeno no sangue e na próstata.		consumo de suco ou sopa. Comparado com o grupo controle, as concentrações de licopeno na próstata foram maiores em 351% em homens que consumiram sopa de tomate (P = 0,001), 362% no grupo do molho de tomate (P = 0,001) e 224% no grupo do suco de tomate.
GANN et al., 2015	Avaliar a eficácia do licopeno em forma de cápsulas de extrato de tomate, na neoplasia próstática intra-epitelial de alto grau.	58 homens, que consumiram cápsula de extrato de tomate ou placebo, contendo 30 mg/dia de licopeno, observando-se níveis baixos de PSA, IGF-1 ou IGFBP3, durante 6 meses.	Os resultados mostram que não houveram alterações dos níveis PSA, IGF-1 ou IGFBP3, em nenhum dos grupos estudados, não sendo possível relacionar o consumo de licopeno com o câncer de próstata, havendo a necessidade de novos testes

			futuros com maior duração.
PAUR et al., 2017	Investigar o efeito do consumo de produtos de tomate em pacientes com câncer de próstata nos níveis do PSA.	Ensaio clínico randomizado controlado com pacientes diagnosticados com câncer de próstata. Os participantes foram divididos em grupos que consumiram diferentes produtos de tomate, como sopa de tomate, molho de tomate e suco de tomate, durante um período determinado. Os pesquisadores mediram os níveis de PSA antes e após o período de intervenção para avaliar qualquer alteração nos marcadores de câncer de próstata em resposta ao consumo de produtos de tomate.	O consumo de produtos de tomate, como sopa de tomate, molho de tomate e suco de tomate, levou a uma redução significativa nos níveis do antígeno prostático específico (PSA) em pacientes com câncer de próstata.

LANE et al., 2018	Estabelecer viabilidade e aceitabilidade da modificação dietética em homens com risco aumentado de câncer de próstata	Foi um ensaio clínico de fase II controlado por placebo que investigou os efeitos das catequinas do chá verde e do licopeno em homens com risco aumentado de câncer de próstata.	Não encontrou uma redução significativa nos níveis de PSA após a suplementação com catequinas do chá verde e licopeno em homens de alto risco para câncer de próstata.
BEYNON et al. 2019	Verificar os efeitos do licopeno e do chá verde em homens com níveis de PSA elevado, mas com ausência de câncer	Estudo randomizado controlado de dieta e intervenções para prevenção do câncer de próstata. Os homens eram randomizadas em grupo consumo diário de licopeno (cápsulas ativas ou dieta rica em licopeno ou cápsulas de placebo) e outro de chá verde (cápsulas ativas ou bebida de chá verde ou cápsulas placebo) para 6 meses.	Descobriu-se que a intervenção de 6 meses para aumentar a ingestão de licopeno modificar valina, acetato e piruvato circulantes, em comparação com placebo, que foram robustos ao ajuste para metabólitos basais.
LU et al., 2021	Explorar se o licopeno a ingestão	Estudo transversal baseado em dados	As principais descobertas deste

	desempenha um papel diferente na prevenção do Câncer de próstata entre diferentes grupos raciais.	coletados na Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição dos Estados Unidos (NHANES). O estudo incluiu uma amostra de participantes adultos (homens) que forneceram informações sobre sua ingestão dietética, exames de sangue e informações sobre diagnóstico de câncer de próstata.	estudo indicam que a ingestão suficiente de licopeno pode reduzir o risco de CaP. Essa associação, no entanto, foi observada apenas em indivíduos homens brancos não hispânicos. No geral, a ingestão de licopeno, idade, raça e IMC foram fatores de risco fatores significativamente associados ao risco de CaP.
ZHUANG et al., 2021	Investigar a atividade do docetaxel mais licopeno no adenocarcinoma da próstata avançado resistente à castração.	Estudo de Fase II, randomizado e controlado por placebo, projetado para avaliar a eficácia da adição de lycopene ao tratamento com docetaxel em pacientes com câncer de próstata metastático resistente à	Não foram encontrados efeitos significativos nos parâmetros.

		castração.	
--	--	------------	--

Fonte: Autoria própria (2023).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correlacionando esses resultados, percebemos que há uma falta de consenso em relação ao papel do licopeno na prevenção e tratamento do câncer de próstata. Enquanto alguns estudos indicam uma associação entre a ingestão insuficiente de licopeno e o aumento do risco de câncer de próstata, outros estudos não conseguiram validar os benefícios relevantes em termos de redução de risco ou eficácia da utilização do licopeno. Essas disparidades indicam a necessidade de mais pesquisas para entender integralmente o papel do licopeno em relação ao câncer de próstata.

#### REFERÊNCIAS

- ANTWI, Samuel O. *et al.* Plasma carotenoids and tocopherols in relation to prostate-specific antigen (PSA) levels among men with biochemical recurrence of prostate cancer. **Cancer Epidemiology**, v. 39, n. 5, p. 752-762, 2015.
- BEYNON, Rhona A. *et al.* Investigating the effects of lycopene and green tea on the metabolome of men at risk of prostate cancer: The ProDiet randomised controlled trial. **International journal of cancer**, v. 144, n. 8, p. 1918-1928, 2019.
- Chen P, Zhang W, Wang X, Zhao K, Negi DS, Zhuo L, *et al.* Lycopene and Risk of Prostate Cancer: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Medicine**. 2015.
- DATTA, Mridul; TAYLOR, Martha L.; FRIZZELL, Bart. Dietary and serum lycopene levels in prostate cancer patients undergoing intensity-modulated radiation therapy. **Journal of medicinal food**, v. 16, n. 12, p. 1131-1137, 2013.
- DE SOUZA RIBEIRO, Luciene *et al.* Conhecimento de homens acerca da prevenção do câncer de próstata. **Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança**, v. 13, n. 2, p. 4-10, 2015.
- GANN, Peter H. *et al.* A phase II randomized trial of lycopene-rich tomato extract among men with high-grade prostatic intraepithelial neoplasia. **Nutrition and cancer**, v. 67, n. 7, p. 1104-1112, 2015.
- GRAINGER, Elizabeth M. *et al.* A comparison of plasma and prostate lycopene in response to typical servings of tomato soup, sauce, or juice in men before prostatectomy. **British Journal of Nutrition**, v. 114, n. 4, p. 596-607, 2015.
- LANE, J. Athene *et al.* ProDiet: a phase II randomized placebo-controlled trial of green tea catechins and lycopene in men at increased risk of prostate cancer. **Cancer Prevention Research**, v. 11, n. 11, p. 687-696, 2018.

LU, You *et al.* Insufficient lycopene intake is associated with high risk of prostate cancer: a cross-sectional study from the national health and nutrition examination survey (2003–2010). **Frontiers in Public Health**, v. 9, p. 792572, 2021.

MARIANI, Simone *et al.* Low prostate concentration of lycopene is associated with the development of prostate cancer in patients with high-grade prostatic intraepithelial neoplasia. **International Journal of Molecular Sciences**, v. 15, n. 1, p. 1433-1440, 2014.

Ministério da Saúde (Brasil) Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA). **Câncer de próstata: Vamos falar sobre isso?** Ministério da Saúde. 2017.

MORITZ, Bettina; TRAMONTE, Vera Lúcia Cardoso. Biodisponibilidade do licopeno. **Revista de Nutrição**, v. 19, p. 265-273, 2006.

PAUR, Ingvild *et al.* Tomato-based randomized controlled trial in prostate cancer patients: Effect on PSA. **Clinical Nutrition**, v. 36, n. 3, p. 672-679, 2017.

RAWLA, Prashanth; SUNKARA, Tagore; GADUPUTI, Vinaya. Epidemiology of pancreatic cancer: global trends, etiology and risk factors. **World journal of oncology**, v. 10, n. 1, p. 10, 2019.

SUNG, H. *et al.* Global cancer statistics 2020: GLOBOCAN estimates of incidence and mortality worldwide for 36 cancers in 185 countries. **CA: Cancer Journal for Clinicians**, Hoboken, v. 71, n. 3, p. 209-249, Feb. 2021. DOI 10.3322/caac.21660.

ZHUANG, Eric *et al.* A phase II study of docetaxel plus lycopene in metastatic castrate-resistant prostate cancer. **Biomedicine & Pharmacotherapy**, v. 143, p. 112226, 2021.

# CAPÍTULO 16

## UM RELATO DE EXPERIÊNCIA ACERCA DOS DESAFIOS DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO

### SOCIAL: Limites e possibilidades

#### AN EXPERIENCE REPORT ABOUT THE CHALLENGES OF SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL SERVICES:

##### *Limits and possibilities*



Thalia Victoria Fernandes Santos <sup>1</sup>  
Sandriele Cristina de Assis <sup>2</sup>  
Paula Bezerra Ribeiro Silva <sup>3</sup>  
Lucas Henrique dos Santos Vaz <sup>4</sup>  
Ana Carolina Assis Oliveira de São Pedro <sup>5</sup>  
Anna Karolina Gomes de Souza <sup>6</sup>

<sup>1</sup> Assistente Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-5349-0167>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/7847428937191219>.

E-mail: [thaliaf4@gmail.com](mailto:thaliaf4@gmail.com).

<sup>2</sup> Assistente Social. Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL) Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-8737-440X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/0203603548158469> E-mail: [sandryelecristina2@gmail.com](mailto:sandryelecristina2@gmail.com).

<sup>3</sup> Assistente Social. Universidade Maurício de Nassau - UNINASSAU. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0001-1408-6373>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9266123673319488>. E-mail: [paulacalf@hotmail.com](mailto:paulacalf@hotmail.com).

<sup>4</sup> Discente de Serviço Social e Direito. Universidade Candido Mendes (UCAM) e Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-4554-8574> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/2538409702976743>

E-mail: [vaazz2020@gmail.com](mailto:vaazz2020@gmail.com)

<sup>5</sup> Assistente Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-7501-1492>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6274580325700175>. E-mail: [a.carolinaoliveira99@outlook.com](mailto:a.carolinaoliveira99@outlook.com).

<sup>6</sup> Discente de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9382-4161>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3358019999452399>. E-mail: [Anna.ksouza@ufpe.br](mailto:Anna.ksouza@ufpe.br).

## RESUMO

Este estudo aborda a importância do estágio supervisionado em Serviço Social. O objetivo se voltou para relatar a experiência dos estudantes durante o processo de estágio supervisionado em Serviço Social. A relevância do tema evidencia a necessidade de discutir sobre a questão do estágio supervisionado no mundo contemporâneo. Quanto aos processos metodológicos, teve um viés qualitativo e descritivo, onde através de um Relato de Experiência foi possível adquirir informações necessárias acerca da importância do estágio no processo de formação acadêmica/profissional. Assim, foi possível compreender que o estágio supervisionado é parte integrante e fundamental do processo de formação profissional, dessa forma, deixa-se de lado a concepção de ser apenas uma exigência curricular, passando a ser visto como um elemento de formação contínua. Ademais, os resultados apontaram que há vários desafios que surgem durante o processo de estágio supervisionado, tais como o distanciamento das atribuições profissionais, precarização do trabalho da assistente social e péssimas experiências com a supervisora de campo, seja qual for o espaço sócioocupacional em que o estagiário esteja alocado. Portanto, todas as percepções e vivências apreendidas no período de estágio, sendo positiva ou não, traz respostas aos desafios que estão embutidos na formação profissional.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Estágio Supervisionado. Experiência Profissional

## ABSTRACT

This study addresses the importance of supervised internship in Social Work. The objective was to report the students' experience during the supervised internship process in Social Work. The relevance of the topic highlights the need to discuss the issue of supervised internships in the contemporary world. As for the methodological processes, it had a qualitative and descriptive vision, where through an Experience Report it was possible to acquire useful information about the importance of the internship in the academic/professional training process. Thus, it was possible to understand that the supervised internship is an integral and fundamental part of the professional training process, thus leaving aside the concept of it being just a curricular requirement, starting to be seen as an element of continuous training. Furthermore, the results showed that there are several challenges that arise during the supervised internship process, such as distancing from professional duties, the precariousness of the social worker's work and bad experiences with the field supervisor, whatever the socio-occupational space in which the intern is allocated. Therefore, all perceptions and experiences learned during the internship period, whether positive or not, bring answers to the challenges that are embedded in professional training.

**Keywords:** Social service. Supervised internship. Professional experience.

## 1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado em Serviço Social configura-se como um componente curricular obrigatório para a integralização da graduação em Serviço Social, uma vez que é instituído pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) de 1996, bem como na resolução nº. 533 de 2008 do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sendo estes, essenciais no plano de capacitação profissional. Portanto, o estágio e a supervisão sempre estiveram presentes na formação dos assistentes sociais desde a gênese da profissão no Brasil, integrando a grade curricular dos primeiros cursos (Lewgoy, 2013).

Sendo assim, considera-se que o estágio em Serviço Social é essencial para a formação acadêmica. Logo, não há como deixar de lado este momento, pois faz parte integrante do processo de ensino-aprendizagem do aluno, sendo o elemento crucial no plano de capacitação profissional. Ademais, o estágio é o momento em que o/a acadêmico/a faz a aproximação direta com a realidade e a intervenção profissional, sendo através do contato direto com a prática em seu respectivo espaço ocupacional. Assim, esse momento se concretiza como o espaço de construção da identidade profissional, desencadeado da vivência, do início a reflexão e a capacidade crítica profissional (Santos; Alves, 2018).

Destaca-se aqui que o estágio possui algumas modalidades, sendo: obrigatório/curricular e não obrigatório (este podendo ser, remunerado e voluntário). Ambos fazem parte do projeto político-pedagógico do curso. Enquanto o primeiro é indiscutível, cuja carga horária é requisito para obtenção do diploma, ou seja, faz parte

do currículo do curso; o segundo é opcional e deve seguir as mesmas condições de realização do estágio obrigatório, sendo remunerado (ou não) e voluntário. Logo, prevê regulamentação, supervisão direta e sistemática (Pereira, 2016).

Todavia, discutir sobre a questão do estágio supervisionado, é de grande relevância no mundo contemporâneo. É preciso trazer à tona os impasses do estágio à cena de discussões na profissão, considerando o cenário atual da Educação Superior brasileira e suas inferências à formação do assistente social, resultando em estratégias coletivas que apontam o estágio como momento único de vivência do aluno sobre o cotidiano profissional (Pereira, 2016).

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa se voltou para relatar a experiência dos estudantes durante o processo de estágio supervisionado em Serviço Social. Quanto à metodologia utilizada, este estudo teve um viés qualitativo e descritivo. Além disso, contou-se com um Relato de Experiência, elaborado por estudantes de forma *online*.

## **2. REGULAMENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL**

O estágio em serviço social é uma das etapas mais importantes na formação profissional, onde o discente é inserido em espaços institucionais para conhecer as atribuições e desafios dos assistentes sociais. Guerra (2002) aponta que o estágio supervisionado é onde se constrói a identidade profissional e é marcado por práticas voltadas para o enfrentamento da questão social e suas expressões.

Assim, destaca-se que é uma experiência rica e essencial para o processo acadêmico e profissional, pois é o momento de relacionar teoria e prática. Santos (2010, p.5) compreende que ambas “mantém uma relação de unidade na diversidade, forma uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira o da possibilidade e o da segunda o da efetividade”. Dessa forma, é importante enfatizar que o processo de estágio é obrigatório durante a graduação de Serviço Social, para que o aluno possa concluir o curso e obter o diploma.

Ademais, para tornar-se estagiário de Serviço Social é necessário ter concluído as disciplinas que são fundamentais para a profissão, tais como a disciplina de ética profissional, pois as três dimensões teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa se faz presente no exercício diário do aluno. Assim, Carmo e Rodrigues (2020, p. 136) aponta que “o estagiário vivencia por completo o exercício profissional de Serviço Social, sua ética, sua execução política, sua visão ideológica, pedagógica e principalmente técnica”.

Cabe destacar aqui as dificuldades dos estudantes em ingressarem no estágio em Serviço Social, pois têm supervisores que não ensinam como realizar um atendimento nem quais instrumentais é necessário para atendimento, também a casos de delegar ao estagiário tarefas que não são atribuições do assistente social, muito menos do estagiário. É importante destacar que o estagiário não deve substituir o profissional em Serviço Social, nem assinar documentos. Outra dificuldade é a precarização de algumas instituições na infraestrutura como carro para visitas domiciliares, sala privativa para atendimentos, entre outros.

Nesse contexto, cabe trazer as Instituições de Ensino Superior (IES) devem trazer possibilidades de campos de estágio para os discentes, assim também como realizar convênios com instituições aptas a receberem alunos/estagiários cabe à instituição onde você estuda assegurar o acesso a esse seu direito. Portanto:

A supervisão envolve três atores: o discente, o professor e o assistente social de campo; e duas instituições: a Unidade de Formação Acadêmica (UFA) e a instituição que recebe o estagiário, ou seja, o campo de estágio. A relação entre as instituições se dá mediante os contratos para estágio, mas, sobretudo, na interação cotidiana entre os atores envolvidos nesse processo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino, organizações que oferecem estágio e o estagiário (Pereira, 2016).

Ademais, para que haja a efetivação do estágio em Serviço Social se torna essencial ter um supervisor em campo com formação em Serviço Social e com registro ativo no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS). Diante disso, “a supervisão em Serviço Social é atribuição privativa do/a profissional graduado em Serviço Social, de acordo com a alínea VI do artigo 4º da Lei 8.662 que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências” (Babiuk; Fachini, 2015,p.3). Além disso, também se faz necessário um docente que direcione e acompanhe o desempenho do aluno, logo, o supervisor de campo é quem deve acompanhar o estagiário, do mesmo modo orienta e avalia-o.

A supervisão de estágio na formação em Serviço Social envolve duas dimensões distintas, mas não excludentes de acompanhamento e orientação profissional: uma supervisão acadêmica que caracteriza a prática docente e, portanto, sob responsabilidade do/a professor/a supervisor/a no contexto do curso e a supervisão de campo, que compreende o acompanhamento direto das atividades práticas institucionais da/o estudante pelo/a Assistente Social nos campos de estágio (PNE/ABEPSS, 2009, p.19).

Conforme vem sendo debatido aqui, o estágio faz parte do processo de ensino e aprendizagem que compõe a graduação, assim, o estágio é um componente curricular

obrigatório e se constitui em um momento essencial para a formação profissional dos alunos de Serviço Social. Dessa forma, durante o estágio, o aluno possui uma indissociável supervisão direta, realizada pelo professor supervisor acadêmico e pelo assistente social, supervisor de campo. Assim, para a formação do estagiário é necessário que no seu campo de estágio onde foi direcionado, tenha um supervisor de campo, que é o profissional que irá direcionar e orientá-lo, durante o período de estágio, tanto na aprendizagem como na prática.

O supervisor em seu papel de educador é um professor que ensina fazendo, levando em conta as circunstâncias determinadas pelo seu trabalho com a população.[...] O supervisor desenvolve seu papel de supervisor--educando quando ele dá valor à relação com o estudante e aprende com ele, quando compartilha com as experiências pessoais e profissionais do aluno-estagiário. (Buriolla, 2008, p.154 *apud* Santos, 2013, p 55).

Destaca-se que esse período é de extrema contribuição tanto para o estagiário como para o supervisor, visto que é um momento de troca de conhecimento, onde ambos possam realizar um trabalho no campo bem enriquecedor, mantendo o diálogo e a ética. Além disso, essa troca de conhecimento, pode formar um vínculo que pode passar para depois do estágio. Ademais, cabe trazer aqui acerca de alguns direitos dos estagiários, visto que estes são fundamentais para o desenvolvimento do estágio, que permeiam as relações institucionais e os limites, desafios, e perspectiva da atuação, permitindo o contato com a realidade social e os desenvolvimentos das atividades.

O estagiário também deve ter conhecimento quanto aos seus direitos, e saber que estão estabelecidos na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe dentre eles

Art. 10. A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente e o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular. Art. 11. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência. Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório. § 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício. Art. 13. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares. (Brasil, 2008)

Dessa forma, visualiza-se que os direitos do estagiário devem ser efetivamente cumpridos, como a carga horária máxima estabelecida, de 06 horas diárias, a duração do estágio. Portanto, é fundamental que os estudantes estudem sobre a lei e entendam também acerca dos seus direitos e deveres. Frente a isso, cabe trazer aqui os principais deveres dos estagiários em Serviço Social:

- 1 Observar e zelar pelo cumprimento dos preceitos ético-legais da profissão e as normas da instituição campo de estágio;
- 2 Informar ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, qualquer atitude individual, exigência ou atividade desenvolvida no estágio, que infrinja os princípios e preceitos da profissão, alicerçados no projeto ético-político, no projeto pedagógico do curso e/ ou nas normas institucionais do campo de estágio;
- 3 Apresentar sugestões, proposições e pedido de recursos que venham a contribuir para a qualidade de sua formação profissional ou, especificamente, o melhor desenvolvimento de suas atividades;
- 4 Agir com competência técnica e política nas atividades desenvolvidas no processo de realização do estágio supervisionado, requisitando apoio aos supervisores, de campo e acadêmico, frente a um processo decisório ou atuação que transcenda suas possibilidades;
- 5 Comunicar e justificar com antecedência ao supervisor acadêmico, ao supervisor de campo e/ou ao coordenador de estágios, conforme o caso, quaisquer alterações, relativas a sua frequência, entrega de trabalhos ou atividades previstas;
- 6 Apresentar ao coordenador de estágio, no início do período, atestado de vacinação, no caso de realizar seu estágio em estabelecimento de saúde;
- 7 Realizar seu processo de estágio supervisionado em consonância com o projeto ético-político profissional;
- 8 Reconhecer a disciplina de Estágio Curricular em Serviço Social como processo e elemento constitutivo da formação profissional, cujas estratégias de intervenção constituam-se na promoção do acesso aos direitos pelos usuários;
- 9 Participar efetivamente das supervisões acadêmicas e de campo, tanto individuais como grupais, realizando o conjunto de exigências pertinentes à referida atividade;
- 10 Comprometer-se com os estudos realizados nos grupos de supervisão de estágio, com a participação nas atividades concernentes e com a documentação solicitada. (ABEPSS, 2009, p. 24).

Sendo assim é de suma importância que o estagiário estabeleça a relação teoria-prática, complementando sua atuação e agindo de forma ética e respeitando as normativas da profissão, do campo e da instituição no qual está inserido, e para que possa exercer o estágio de forma correta, nas diferentes áreas de formação profissional, contribuindo para o seu amadurecimento pessoal e profissional.

### 3. DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

#### 3.1 Caracterização dos estagiários

A fim de caracterizar os estagiários que contribuíram com as suas experiências de estágio, foi elaborado um formulário no Google Forms, cujas questões pretendiam capturar o período, área de atuação, município e estado e a carga horária semanal do estágio realizado, conforme pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 01** - Apresentação dos alunos

ALUNO	PERÍODO	ÁREA DE ATUAÇÃO	MUNICÍPIO E ESTADO	CARGA HORÁRIA SEMANAL
Aluno A	Setembro de 2021 à Dezembro de 2022	Saúde	Salvador / Bahia	20
Aluno B	Setembro à Dezembro de 2022	3º setor	São Caetano do Sul / São Paulo	18
Aluno C	Fevereiro à Dezembro de 2018	3º setor / Assistência social / Saúde	Camaragibe / Pernambuco	30
Aluno D	Fevereiro à Dezembro de 2022	Assistência social	Ventania / Paraná	20
Aluno E	Março de 2022 à Julho 2023	Saúde	Salvador / Bahia	20

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Posteriormente ao recolhimento de tais informações, foi possível observar que a maioria dos alunos, isto é, 03 deles, realizaram seus estágios e residem na Região Nordeste. Ademais, apenas 01 deles realizou e reside na região Sul, e 01 estagiou e reside na região Sudeste. Quanto ao período de execução dos estágios, viu-se que ocorreram entre os anos de 2018 - 2023, portanto, eles perpassam o pré, durante e o pós pandemia de COVID-19.

Outrossim, observou-se que há três áreas de atuação que predominaram entre os espaços ocupacionais experimentados, a saber: a Assistência Social, 3º Setor e a Saúde. Além disso, identificou-se que a carga horária semanal mínima foi de 18 horas e a máxima de 30, sendo que a maioria dos estágios exigiu 20 horas semanais. Diante disso, cabe destacar que a carga horária máxima de um estágio extracurricular, de acordo com

a Lei 11.788/2008, é de 30 horas semanais, podendo esta ser reduzida excepcionalmente em períodos de provas e, nesse sentido, todas as experiências de estágio que neste trabalho serão relatadas, respeitaram o que está posto em lei.

### *3.2 Principais desafios vivenciados por estudantes de Serviço Social durante o estágio supervisionado*

Conforme pontuado ao longo deste estudo, o estágio constitui uma etapa essencial da vivência acadêmica, pois é através dele que observamos a materialização do arcabouço teórico-metodológico estudado ao longo da graduação no cotidiano profissional, e que é imprescindível para intervirmos na realidade concreta de forma ética e crítica. Além disso, o estágio é um momento de enriquecimento profissional, pois por meio da observação e da interação no campo de atuação, os (as) futuros (as) assistentes sociais percebem a importância do trabalho multiprofissional de áreas distintas, os desafios do exercício profissional no cotidiano profissional e os fatores que precarizam as condições de trabalho dos assistentes sociais e, conseqüentemente, reduzem os meios que influenciam em uma intervenção mais qualificada.

As contradições e os desafios fazem parte da dinâmica profissional do assistente social, bem como dos estagiários de Serviço Social, e assim, as demandas dos usuários da instituição, como também as diversas situações espontâneas que ocorrem durante o cotidiano profissional no processo de estágio, se tornam desafios a serem vivenciados pelos estudantes de Serviço Social. Nesse tópico, serão relatadas as experiências dos autores quanto aos desafios no processo de estágio supervisionado durante a graduação em Serviço Social.

Quanto aos resultados deste estudo, visualizou-se que enquanto os alunos A e E escolheram os seus locais de estágio por meio da disponibilização de vagas não remuneradas pela própria Universidade em hospitais-escola vinculados à ela, os alunos B, C e D conseguiram estagiar através de captação própria. No caso do aluno B, a faculdade disponibilizou uma lista de instituições para que ele entrasse em contato a fim de conseguir a vaga de estágio obrigatório não remunerado, enquanto o aluno D buscou o seu estágio remunerado por conta própria, contando com o suporte da coordenação do curso. Salienta-se que apenas o aluno C realizou estágio em três campos distintos, sendo os dois primeiros não remunerados e o último remunerado, o que ampliou a análise dos espaços sócio ocupacionais do referido relato de experiência.

De maneira geral, todos os alunos afirmaram ter recebido apoio da coordenação dos respectivos cursos de Serviço Social no processo de estágio desde a procura e/ou escolha da vaga, sendo que todos os estágios foram vinculados como obrigatórios a fim de cumprir carga horária para formação, mesmo aqueles remunerados. Além do suporte da coordenação do curso, é fundamental para o processo de estágio supervisionado a construção de uma boa relação entre a tríade – estagiário, supervisor acadêmico e supervisor de campo –, no intuito de “viabilizar a construção de estratégias conjuntas a fim de qualificar o processo de formação dos estagiários” (Junqueira, Rendel e Cunha, 2014, p. 307).

Se torna importante salientar acerca da importância de uma boa comunicação entre a tríade do estágio supervisionado obrigatório. Assim, como aponta Lewgoy (2013), “é necessário que a tríade supervisores de campo, acadêmico e estagiário planejem, executem e registrem o que fazem”, em tempo que reafirmam o compromisso com o projeto ético-político da profissão e compreendam a importância da troca de conhecimento no processo de estágio supervisionado.

Apesar disso, as experiências relatadas pelos alunos B e C contrapuseram o que é esperado e idealizado pelos discentes quanto à supervisão de campo. O aluno B relatou que não havia livre demanda em seu campo, e que a profissional que o supervisionava possuía muitas demandas e não conseguia dar atenção para os seus estagiários, o que acabou por gerar uma relação distante entre eles, sem a troca de conhecimentos.

Ademais, o aluno B salientou também que a supervisora determinava para os estagiários apenas tarefas técnicas, administrativas e rotineiras, culminando no distanciamento destes das atribuições profissionais dos assistentes sociais na instituição e no sentimento de desvalorização das suas capacidades intelectuais. Para além desses desafios, B pontua que compreender a dinâmica institucional, bem como a locomoção de sua residência para o campo de estágio, tendo em vista que eram em locais distantes, também se tornaram percalços nesse caminho.

Diante disso, visualiza-se que o distanciamento das atribuições profissionais afeta negativamente o processo de formação do estagiário, o desenvolvimento da sua criticidade e capacidade de apreensão teórico-metodológica. A instauração de um ambiente desfavorável ao aprendizado e focado somente em interesses próprios, deturpa e vai de encontro ao projeto profissional do Serviço Social.

Quanto a isso, Iamamoto (2010) salienta que o projeto profissional não foi construído numa perspectiva puramente corporativa, que anseia somente interesse próprios e específicos da categoria profissional, com intenção de obter vantagens como salários, reconhecimento de poder ou prestígios. Logo, ainda que preze pelos direitos da própria classe, enquanto profissionais especializados, o Serviço Social ultrapassa tais premissas, visto que o seu projeto é “histórico e dotado de caráter ético político” (Iamamoto, 2010, p.227), ou seja, o projeto pertence a uma dimensão de universalidade e abrange interesses coletivos, que o próprio assistente social deve exercer em seu cotidiano.

Quando se trata da supervisão acadêmica, todos os alunos experienciaram um bom acompanhamento de suas supervisoras, o que tornou o processo mais facilitado apesar dos percalços comuns que estão relacionados ao estágio. Apesar dos alunos A, C e E terem tido a experiência de supervisão acadêmica com mais de uma professora no processo de estágio obrigatório, os três relataram boas experiências com todas. Comprometimento, escuta e inspiração foram palavras que surgiram nos relatos de todos os alunos.

O aluno C relata que por mais que as suas três experiências de estágio tenham proporcionado experiências profissionais ricas e a observação de diversas demandas espontâneas, a relação entre ele e as suas supervisoras não foi positiva. C ainda afirmou que dentre as três supervisoras que teve, somente uma delas trocava conhecimentos com ele, de forma parcial. Assim, os desafios de C foram, além da relação conflituosa com suas supervisoras, assim como conciliar as demandas pessoais do cotidiano com as tarefas do estágio.

As problemáticas trazidas pelos alunos B e C demonstram que, embora o estágio deva ser um processo abastado de aprendizado, troca de conhecimentos e reforço do exercício profissional fundamentado no Código de Ética (1993), a realidade vivenciada por eles e por muitos outros discentes foi dotada de muitos obstáculos que foram postos por suas próprias supervisoras, como se não bastasse os entraves estruturais e institucionais existentes.

Retomando aos valores prezados no Serviço Social, os alunos A, D e E evidenciaram que as suas relações com as suas supervisoras de campo foram perpassadas por muitas experiências ricas, parceria, boa comunicação, aprendizado, boas orientações e a constituição de amizades. Além disso, A, D e E relataram que haviam diversas demandas espontâneas em seus campos e as suas supervisoras criaram

um ambiente propício para que eles pudessem realizar as atividades com mais autonomia. É válido ressaltar que o aluno E mencionou que no início do seu estágio, a sua supervisora de campo, ainda que muito amigável e empenhada, não conseguiu o supervisionar da melhor maneira por estar sobrecarregada de demandas — ela também compunha a equipe da direção técnica da instituição —, mas esse cenário mudou quando E trocou de supervisora.

Quanto aos desafios enfrentados, A e E relataram ter tido experiência com percalços institucionais, uma vez que, por mais que as assistentes sociais estivessem engajadas e dispostas a lidar com as demandas dos usuários, as burocracias institucionais se manifestavam como empecilhos para possíveis resoluções. Assim, a dinâmica institucional impacta diretamente na atuação do assistente social, visto que este profissional trabalha dentro das suas atribuições e competências orientadas pelo Código de Ética (1993) e viabiliza para o usuário o que está a seu alcance a partir do que a instituição e o Estado se propõem a oferecer de serviços e políticas sociais.

Além disso, a fim de exemplificar sobre a questão dos problemas institucionais, durante o seu processo de estágio, o aluno A se articulou com os assistentes sociais da instituição e outros estagiários de Serviço Social em prol de uma sala melhor para o setor Psicossocial (Serviço Social, Psicologia e Psiquiatria). Em razão das diversas obras que estão ocorrendo há anos na instituição, o setor Psicossocial foi alocado em salas rotativas que não comportam a equipe e seus estagiários, o que implica diretamente na atuação profissional de todos. Por essa razão, os assistentes sociais e os estagiários redigiram cartas separadas que foram enviadas à gestão da instituição, com o intuito de buscar melhores condições de trabalho.

Contudo, a resposta institucional foi de que não haveria mudança de sala pois era um problema estrutural que estava acometendo a todos os profissionais da instituição. Todavia, o setor Psicossocial era o único que não tinha sala fixa e que não comportava o número de profissionais da equipe, evidenciando a precarização do trabalho de assistentes sociais por parte da instituição.

Além disso, o aluno D destacou como principal desafio relacionar os estudos teóricos da universidade com a prática profissional e manter a saúde mental estável. Tal fato explicita que, em meio a tantos carecimentos num espaço permeado por pessoas em sofrimento e vulneráveis socioeconomicamente, a saúde mental dos estagiários e, principalmente, dos assistentes sociais, é comprometida. A sobrecarga vista no campo de estágio nos traz para a realidade do trabalho da (o) assistente social, que por também

fazer parte da classe trabalhadora, sofre com a precarização e com os retrocessos dos direitos trabalhistas e sociais promovidos pelo neoliberalismo (Santos, Mancini e Neves, 2019).

Destarte, o processo de estágio proporcionou que os discentes pudessem perceber a intervenção dos assistentes sociais em diversas instâncias dentro do cotidiano das instituições, o que é visto de maneira deturpada por profissionais de outras áreas, que, nas experiências vivenciadas pelos alunos, demonstram compreender o exercício profissional do assistente social como algo meramente técnico e imediatista. Quanto a isso, Guerra (2017, p. 7) nos atenta que “reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de quaisquer finalidades”. Assim, o exercício de práticas limitadas à superficialidade e ao imediatismo desconsidera toda a complexidade da realidade social, do vínculo ímpar entre a dimensão teórico-metodológica e técnico-operativa, e visa somente alcançar uma finalidade/objetivo, desconsiderando os meios adequados para que o objetivo seja alcançado.

Todas essas percepções apreendidas no período de estágio — tanto as positivas, quanto as negativas —, nos incentiva, enquanto profissionais e futuros profissionais, a nos engajarmos em pautas e movimentos sociais, de maneira a fortalecer a classe trabalhadora e a própria categoria profissional. As frequentes mutações do capital, que interferem nas expressões da questão social, exigem um fazer profissional comprometido em desempenhar intervenções éticas e qualificadas, para assim, se reafirmar dentro de um cenário onde o capitalismo e o neoliberalismo predominam e agem fortemente sobre o objeto de intervenção do Serviço Social.

O processo de desmonte das políticas sociais e enfraquecimento dos direitos sociais deixados pelo (des)governo do ex-presidente Bolsonaro aponta para novos desafios postos aos profissionais, tanto no limite institucional, quanto estrutural. A busca pela efetivação de seu projeto ético-político, em meio às contradições postas pelo avanço do ultraneoliberalismo, colide com um cenário que limita o seu fazer profissional e a esperança de transformação social, de modo que se faz necessário, cada vez mais, reorganizar-se enquanto classe trabalhadora articulada em defesa da garantia dos direitos universais e em combate à precarização da vida.

Portanto, a partir do que foi relatado pelos alunos neste tópico, se torna evidente que são diversos os desafios que surgem durante o processo de estágio supervisionado, seja qual for o espaço sócio ocupacional em que o estagiário esteja alocado. As

contradições inerentes ao sistema capitalista impactam sobre o processo de estágio, de maneira que são vistas experiências relacionadas não somente à uma má relação com a supervisora de campo, como também a saúde mental ao ser introduzido nos espaços sócio ocupacionais e os impedimentos burocráticos institucionais que implicam diretamente na atuação profissional do assistente social, e por consequência, precariza o seu trabalho junto aos usuários.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos fatos apresentados, o estudo desenvolveu a reflexão, através do relato de experiência, acerca dos limites e possibilidades do estágio supervisionado em Serviço Social. Assim, enfatiza-se que o estágio em Serviço Social é uma das etapas mais importantes na formação dos sujeitos que protagonizam esta importante atividade curricular, é o momento de construção da identidade profissional.

Além disso, foi possível compreender que o estágio supervisionado é parte integrante do processo de formação profissional, dessa forma, deixa-se de lado a concepção de ser apenas uma exigência curricular, passando a ser visto como um elemento de formação contínua. Ademais, reflete-se sobre a importância do discente ter concluído as disciplinas que são fundamentais para a profissão, sobre as regulamentações para o estágio em Serviço Social e, também, desafios/possibilidades que os discentes enfrentam no estágio supervisionado, ponderando sobre o valor do estágio como um desenvolvimento que ocorre ao longo do curso.

Dessa forma, à medida que o estágio assume seu caráter educativo, tem-se a contribuição para a superação da imediatividade e da fragmentação da realidade. Experimentar o cotidiano e discernir suas complexas necessidades, que se manifestam nos ambientes de estágio, representam oportunidades para contemplação, avaliação crítica e crescimento educativo.

Quanto ao RE, observou-se que o processo de estágio trouxe aos discentes a percepção da intervenção dos assistentes sociais em diversas instâncias dentro do cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais, sendo visto de maneira controversa por profissionais de outras áreas, onde, nas vivências e experiências dos discentes, os mesmos demonstram compreensão sob a ótica profissional do assistente social como algo meramente técnico e imediatista. Portanto, todas as percepções e vivências apreendidas no período de estágio, sendo positiva ou não, traz respostas aos desafios que estão embutidos na formação profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=como+referenciar+uma+cartilha+da+abepss&rlz=1C1FHFK\\_pt-PTBR1067BR1067&oq=como+referenciar+uma+cartilha+da+abepss&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdIBCjQwMDY3ajFqMTWoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie](https://www.google.com/search?q=como+referenciar+uma+cartilha+da+abepss&rlz=1C1FHFK_pt-PTBR1067BR1067&oq=como+referenciar+uma+cartilha+da+abepss&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdIBCjQwMDY3ajFqMTWoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie). Acesso em: 17 out 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm). Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho –CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm). Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jun. 1993.

CARMO, Perla Cristina da Costa Santos do. **A sala de aula no contexto da formação em Serviço Social**. 169 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

DOS SANTOS RODRIGUES, Janaína. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desafios e limites para o supervisor e o discente no processo de formação profissional. **Revista Uniabeu**, v. 3, n. 5, p. 178-202, 2010.

DOS SANTOS, ROSEMEIRE; ALVES, ANDREIA ANDRADE. “EU CONSEGUIA LIGAR OS PONTINHOS”: A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 1, n. 1, 2018.

FACHINI, Flávia Granzotto; BABIUK, Graciele Alves. Estágio Supervisionado em Serviço Social: Entraves e avanços para formação profissional. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, v. 1, n. 10, 2015.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS et al (orgs) *A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos*. 3a ed. São Paulo: Cortez, 2017. p.49-76.

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Revista Katálysis**, v. 8, n. 2, p. 147-154, 2005.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JUNQUEIRA, M. R.; REIDEL, T.; CUNHA, F. L. da. Experiência de Estágio Obrigatório em Serviço Social: a efetivação da tríade e da pesquisa na formação profissional. Porto Alegre: **Textos & Contextos**, v. 13, n. 2, p. 302 - 314, jul./dez. 2014.

LEWGOY, A. M. B. O Estágio supervisionado em Serviço Social: desafios e estratégias para a articulação entre formação e exercício profissional. Brasília: **Temporalis**, ano 13, n. 25, p. 63-90, jan./jun. 2013.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. O estágio supervisionado em serviço social. **Temporalis**, v. 13, n. 25, p. 63-90, 2013.

PEREIRA, Maria Erica Ribeiro. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. **Revista Katálysis**, v. 19, p. 361-369, 2016.

SANTOS, E. M., SOARES, A. C. G. M., SILVA, A. B., OLIVEIRA, G. R. de, ARAÚJO, L. R. de, & MOURA, M. A. G. (2013). A importância do estágio curricular na formação profissional do assistente social. **Interfaces Científicas - Humanas E Sociais**, 1(3), 51–60. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2013v1n3p51-60>. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTOS, Greice; MANCINI, Marina; NEVES, Victória. Contrarreforma neoliberal e política social: uma análise sobre o serviço social. **Serviço Social em Debate**, v. 2, n. 1, 2019.

# CAPÍTULO 17

**RESISTÊNCIA CULTURAL DOS AGENTES DE CURA NO INTERIOR DO SEMI-ÁRIDO POTIGUAR: o papel das benzedei­ras nas tradições populares**

*THE CULTURAL RESISTANCE OF HEALING AGENTS IN THE INDOOR OF SEMI-ARID POTIGUAR: the role of benzedei­ras in popular traditions*

 **10.5281/zenodo.10120571**

Damião Wellington de Sousa Lira <sup>1</sup>  
José Roberto Roseno de Lima <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduado em Serviço Social. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/5525287436242344>. E-mail: [wellyngton\\_lee02@hotmail.com](mailto:wellyngton_lee02@hotmail.com)

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. E-mail: [jose.roseno@estudante.ufcg.edu.br](mailto:jose.roseno@estudante.ufcg.edu.br)

## RESUMO

Este artigo intitulado “A resistência cultural dos agentes de cura no interior do semi-árido potiguar: O Papel das benzedei­ras nas tradições populares” se propõe a analisar a resistência da prática e o aspecto mágico/religioso dos saberes populares dos agentes de cura, em específico as chamadas ‘benzedei­ras’ no interior do estado do Rio Grande do norte, no alto oeste do semi-árido potiguar. O processo de construção deste trabalho se dará através de revisão de literatura bibliográfica e dos diálogos informais com minha avó, Dona Francisca, que servirá como eixo norteador para sanar algumas questões: o por que dessas expressões religiosas-culturais se distanciarem dos grandes centros urbanos, sua grande aceitação social e, ainda, a relevância que ainda detém na atualidade. Sendo assim, este trabalho tem como objeto de estudo a resistência cultural dessa tradição, dando enfoque no interior do RN, analisando seus principais traços particulares e destacando o papel dado a essa prática na atualidade.

**Palavras-chave:** benzedei­ras. Semi-árido. Saberes Populares

## ABSTRACT

This article entitled “The cultural resistance of healing agents in the interior of the semi-arid region of Rio Grande do Norte: The role of faith healers in popular traditions” aims to analyze the resistance of the practice and the magical/religious aspect of the popular knowledge of healing agents, specifically the so-called ‘benzedei­ras’ in the interior of the state of Rio Grande do Norte, in the upper west of the semi-arid region of Rio Grande do Norte. The process of constructing this work will take place through a review of bibliographical literature and informal dialogues with my grandmother, Dona Francisca, who will serve as a guiding principle to resolve some questions: why these religious-cultural expressions distance themselves from large urban centers, its great social acceptance and, also, the relevance it still holds today. Therefore, this work has as its object of study the cultural resistance of this tradition, focusing on the interior of RN, analyzing its main particular features and highlighting the role given to this practice today.

**Keywords:** healers. Semi-arid. Popular Knowledge

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, sobretudo no nordeste e em regiões remotas, por exemplo, que vão desde aldeias indígenas e ribeirinhos do Pantanal até municípios bem pequenos no sertão nordestino, se destaca a visibilidade e a importância de benzedeiras e curandeiros, que detêm nesses espaços um importante papel social e se destacam como figuras notórias de agentes de cura. Essas agentes de cura, em sua maioria mulheres, reproduzem um ofício por elas herdado como herança, saberes transmitidos de geração pra geração e que resistem conforme o tempo. Partindo desse pressuposto, este artigo visará analisar a prática benzedeira em específico, denotando seu papel social e sua importância para o resistir de uma prática tradicional e cultural.

A temática dessa pesquisa está centrada na questão das benzedeiras, prática popular tradicional com raízes ainda bem resistentes. A escolha do tema partiu dos relatos e da própria convivência com minha avó, Dona Francisca de Assis de Lira, ao qual cresci a vendo benzer em diversas pessoas. A necessidade de se conhecer a importância dessa prática está, em ir mais a fundo sobre essa tradição, conhecendo seus valores, características, o perfil dessas benzedeiras e o papel social que elas tem. Além disso, destacar também a variedade de crenças existentes, onde cada benzedor/benedora aplica na prática a sua manifestação religiosa. Sendo assim, esta pesquisa tem importância para determinar o poder que os saberes tidos como populares tem dentro da sociedade, principalmente aquelas onde o recorte social é intenso.

A presente pesquisa, terá como espaço de abordagem o interior do Rio Grande do norte. Na mesma, será considerada a vivência dos benzedeiros locais, considerando suas experiências seja no meio urbano ou no meio rural.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### *2.1 As práticas dos saberes populares: histórico dos agentes de cura no Brasil*

Para se pensar as práticas de cura, realizadas por benzedeiras e que, por sinal, são o objeto de estudo dessa pesquisa, é necessário fazer um verdadeiro mergulho histórico nas questões médicas e populares da história brasileira, bebendo do que pode ser considerado um verdadeiro patrimônio imaterial cultural. Carlos Alberto Cunha Miranda, em sua importante obra “A arte de curar nos tempos da colônia” faz um balanço significativo sobre o desenrolar histórico das práticas de cura e de benzedura,

denotando o papel social das práticas na época da colônia e, conseqüentemente, a herança que se obteve desse processo e os reflexos na medicina científica moderna. Cunha, aborda que os índios, detinham de modos particulares de curar as enfermidades, valendo-se do que chamavam de práticas mágicas, ao qual acreditavam ser eficazes no combate aos espíritos malignos, causadores das enfermidades. Entretanto, apesar de ser essencialmente “mágica”, as práticas médicas indígenas dos índios brasileiros era dotada de observações empíricas. Foi por via desse empirismo que esses índios criaram uma verdadeira farmacopeia de medicamentos, frutos do que eles achavam nas florestas. O Pajé detinha, entre vários papéis dentro da tribo, o de médico – profeta ou Agente de cura. Era através dele que se estabelecia o contato entre o mundo dos homens e dos espíritos, ou seja, era o intermediador entre a divindade e os mortais. Logo, para os curandeiros da tribo, incluindo o pajé, as enfermidades eram causadas por espíritos malignos, logo, só poderiam ser curadas através do uso de práticas mágicas realizadas com ervas tidas como curativas. Era o pajé que determinava desde o diagnóstico até a forma como seria curada aquela enfermidade. A terapêutica indígena também era carregada de um teor mágico, com práticas como a sucção e o sopro, processos curativos onde se “sugavam” o mal contido naquela região do corpo. Sendo assim, é inegável a contribuição dos índios brasileiros para a consolidação do que hoje se conhece como medicina popular e a cura popular.

## *2.2 As várias medicinas no Brasil : Do médico ao curandeiro.*

Outro ponto abordado por Cunha é a falta de médicos que pudessem se transferir de Portugal para atender na colônia, porém por falta de recursos e péssimos salários, muitos se recusavam. Assim, muitas vilas e comunidades não detinham desse tipo de atendimento. A falta desses profissionais da saúde fez com que as práticas terapêuticas passassem, inicialmente, a serem executadas pelos conhecidos barbeiros, quase sempre dotados de uma formação deficiente, onde procuravam ministrar a difícil arte de curar. Ainda nos séculos XVI e XVII, os tratados médicos ministrados por esses barbeiros e a farmacopeia portuguesa apresentavam fortes ligações com as práticas antigas permeadas por feitiçarias, superstições e concepções astrológicas. Assim, é necessário afirmar:

“No Brasil colonial, os elementos oriundos da fauna e da flora, que já eram utilizados pelas populações indígenas em suas práticas de cura, passaram a ser incorporados, primeiramente, pelos Jesuítas e, posteriormente, pelos agentes da medicina oficial. A partir da chegada dos africanos com suas artes curativas, o receituário da Colônia se tornou ainda mais complexo e híbrido passando a ser empregado pelos médicos, cirurgiões, barbeiros, curandeiros e benzedores. A intensificação do processo de ocupação da Colônia, em meados dos séculos XVII e XVIII, favoreceu ainda mais a junção desses conhecimentos” (Cunha, p.280).

Assim, com a ausência de profissionais da saúde e a crescente aceitação de novas práticas médicas fora do contexto oficial aceitável na medicina, a maioria da população passou a procurar cada vez mais os serviços ofertados por bruxos, curandeiros e rezadores, que também estavam inclusos nesse universo mágico da cura, cenário esse que se reflete até mesmo nos tempos mais modernos, onde a medicina popular alcançou uma grande aceitação por parte da população, especialmente aquelas localizadas nas regiões mais longínquas do Brasil colonial, onde a assistência médica era inexistente. Ao se fazer uma análise desses fatos históricos, conseguimos entender que existe uma relação de diferenciação entre as práticas médicas e as terapêuticas populares, onde a medicina seria erguida puramente no empirismo, cientificismo e as práticas de cura popular no mágico, no simbólico. O que acontece, na verdade, é que em ambos os casos se vê a presença de processos mágico-religiosos, que se expressam de maneiras diferentes nas duas terapêuticas.

### **3. AS BENZEDEIRAS NO SEMI – ÁRIDO POTIGUAR**

Embora se tenha conhecimento de que as rezadeiras estão presentes em várias regiões do Brasil é no Nordeste brasileiro que essa prática assume uma dinâmica cultural específica e extremamente recorrente. Na literatura, segundo (LOYOLA, OLIVEIRA; QUINTANA; GOMES & PEREIRA, 1984) o termo Rezadeira tanto qualifica a mulher que realiza a cura através de benzimentos, como pode remeter à prática Da reza. Nesse sentido, é comum encontrar, na literatura que trata sobre esse tema, várias formas usadas Para definir as mulheres que rezam. Câmara Cascudo (2001), por exemplo, assim as define no seu Dicionário do Folclore Brasileiro: “Mulher, geralmente idosa, quem tem ‘poderes de cura’ por meio de Benzimento”. (CASCUDO, 2001, p. 587).

Mary Del Priore (2007), no artigo “Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino” traz dados históricos significativos que ajudam na compreensão da prática

Das rezadeiras durante o período colonial no Rio Grande do Norte. Nessa época, devido à falta do Profissional médico, as mulheres recorriam às curas informais por meio de fórmulas gestuais e orais Ancestrais, para restabelecer a saúde. Além desses conhecimentos, “havia os saberes vindos da África, Baseados no emprego de talismãs, amuletos e as cerimônias indígenas, apoiadas na intimidade com a Flora medicinal brasileira”. (DEL PRIORE, 2007, p. 89). Prossegue a autora dizendo que “conjurando os Espíritos, curandeiras e benzedoras, com suas palavras mágicas, suas orações e adivinhações para afastar Entidades malévolas, substituíam a falta de médicos”.

Nery (2006) comenta que essa prática se Desenvolveu sobretudo nos meios rurais, pela escassez de profissionais em saúde. Sabe-se que a benzeção É a expressão de um povo marginalizado pelo sistema de saúde oficial, e por muito tempo esteve entre as poucas alternativas para as pessoas que moravam longe dos grandes centros urbanos ou mesmo não tinham condições de abarcar com os enormes gastos com a saúde. Embora seja uma prática utilizada não só pela classe marginalizada, foi por causa dela que a benzeção conseguiu ser perpetuada, e ela é indiscutivelmente sua principal consumidora.

Segundo Nery (2006), quem quer que percorra os povoados da zona rural, as pequenas cidades do interior ou mesmo as periferias das grandes cidades vai se deparar, num momento ou outro, com alguns desses nomes que fazem parte de um mundo mágico-religioso, povoado de rezas, crenças, simpatias e benzeções predomínio dessas mulheres nos bairros periféricos do município, justamente onde se concentra a maior parte de pessoas com menor poder aquisitivo. No estado, na atualidade, As benzedoras ainda são referência em todas as regiões, atendendo pessoas de várias cidades circunvizinhas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar a prática da reza como um “ofício” requer, no mínimo, algumas considerações e/ou indagações. A primeira diz respeito aos questionamentos que se faz sobre as categorias jurídicas instituídas pelo IPHAN como: “registro”, “inventário”, “referências”, “patrimônio imaterial” etc. Como será que as Rezadeiras se veem enquanto um “bem cultural”, como um “patrimônio”? Uma vez que em toda a sua Trajetória foram elas que desenvolveram essa prática na comunidade, prestando um serviço aos vizinhos e à parentela. Ao serem reconhecidas como uma “referência cultural”, como as rezadeiras percebem essa Nova dinâmica e quais as consequências

desse “reconhecimento”? A prática da reza se caracteriza como um “ofício”, categoria difundida nas políticas culturais do Estado, Porque em torno dela há um processo de aprendizagem e a manutenção de um saber. Em alguns momentos Do ofício das rezadeiras, pode-se evidenciar as semelhanças entre este e os demais “ofícios” dentro da Sociedade.

Talvez seja essa aproximação o que motiva os órgãos gestores na elaboração de ações de Preservação cultural generalistas. No entanto, a maneira como a transmissão do saber das rezadeiras é repassada às futuras rezadeiras é bem específico. Evidentemente tal processo não se enquadra nos moldes das ações da instituição, onde é eleita a “figura” de um “mestre de ofícios”, aquele que é considerado Pela comunidade conhecedor de uma determinada prática, e que, portanto, está habilitado a transmitir o “saber-fazer” que ele detém. Mas nem por isso deixar de ser uma prática cultural isenta de ser Patrimonializável. Em razão disso, não há como sistematizar numa espécie de “oficina” o repasse do Saber a outras pessoas, instituindo uma política generalista que contemple também as rezadeiras (assim Como acontece com um “mestre de capoeira” e seus aprendizes, por exemplo).

Mesmo que a Aprendizagem de uma rezadeira seja narrada por algumas delas com sendo um saber assimilado a partir Da observação de familiares ou vizinhos, é através da experiência vivencial e da história de vida de cada uma delas, construída ao longo da vida, que se organiza e se reorganiza a prática da reza. Sendo assim, existe forte ligação entre o que é apresentado nas literaturas e a realidade posta pelas benzedeadas/benzedeiros: desinteresse das novas gerações em aprender o ofício e as mudanças no mundo. Os jovens estão desligados do fator religioso e da relação com os próprios pais e só se atentam a aparelhos celulares e internet e que essa quebra de vínculos acaba afetando nas antigas tradições, principalmente aqui nessa região.

## REFERÊNCIAS

ANDREOLLA, Caroline Lipreri. **Catolicismo popular em fazenda sosa: a prática das benzedeadas Como patrimônio cultural**. METIS: história & cultural.

CROATTO, José Severino. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução a fenomenologia da Religião**. 3.ed. São Paulo: Editora Paulinas, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Meleagro**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978

DEL PRIORE, MARY. **Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino**. In: \_\_\_\_\_ (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 9. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

LOYOLA, Maria Andréa. **Médicos e curandeiros: conflito social e saúde**. São Paulo: Difel, 1984. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Representações da cura no catolicismo popular**. In: \_\_\_\_\_; ALVES, Paulo César (Org.). *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. P.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. **A arte de curar nos tempos da colônia : limites e espaços da cura** / Carlos Alberto Cunha Miranda. – 3. Ed. Ver. Ampl. E atual. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2017.

**O ofício das rezadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças Em Cruzeta**. 197f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, Natal, 2007.

**O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura na região do Seridó Potiguar**. Francimário Vito dos Santos. *Revista CPC*, São Paulo, n. 8, p. 6-35, maio 2009/out. 2009.

# CAPÍTULO 18

**ACESSO AOS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS PELAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: uma revisão integrativa de literatura**

**ACCESS TO SEXUAL AND REPRODUCTIVE RIGHTS BY BLACK WOMEN IN BRAZIL: an integrative literature review**



Anna Karolina Gomes de Souza <sup>1</sup>  
Laysesther Moreira de Souza Oliveira <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente de Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9382-4161>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3358019999452399>.

<sup>2</sup> Assistente social residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Mulher da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-9925-7624>.

## RESUMO

O presente artigo objetiva trazer uma discussão, através da revisão integrativa de literatura, dos estudos sobre o acesso das mulheres negras aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, e em como os atravessamentos étnicos-raciais e de gênero podem influenciar no acesso à política pública-social de saúde. Pretende-se pontuar a importância de estudar e promover ações em saúde com base na interseccionalidade e visando ao racismo institucional.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras; Direitos Sexuais; Direitos Reprodutivos; Saúde; Racismo.

## ABSTRACT

This article aims to discuss, through an integrative literature review, studies on black women's access to sexual and reproductive rights in Brazil, and how ethnic-racial and gender intersections can influence access to public-social health policy. The aim is to emphasise the importance of studying and promoting health actions based on intersectionality and aimed at institutional racism.

**Keywords:** Black Women; Sexual Rights; Reproductive Rights; Health; Racism.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um breve análise sobre o acesso de mulheres negras aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Em um primeiro momento buscamos explicitar o que significa direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, seus atravessamentos e a relação com a questão racial no país, e posteriormente abordaremos o resultado da pesquisa metodológica. A fim de fundamentar o estudo qualitativo foi feita uma seleção bibliográfica e consequentemente realizamos uma análise dos textos escolhidos.

Nesse sentido, podemos compreender, primeiramente, que os esses direitos fazem parte dos Direitos Humanos, ou seja, são direitos inerentes/fundamentais aos seres humanos, desta forma, cabe-nos destacar que os direitos sexuais englobam o direito de viver e expressar a sexualidade sem violência, discriminações, medo, vergonha; direito de escolher o parceiro sexual; direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; direito ao sexo seguro; direito aos serviços de saúde, entre outros.

Em relação aos direitos reprodutivos, é possível entender que esse aponta principalmente para o fato das pessoas terem liberdade de decidir se querem ou não ter filho, e a quantidade de filhos desejam ter, e sobretudo, o direito de exercer a sexualidade e a reprodução sem nenhum tipo de discriminação, coerção e violência. Para fomentar o entendimento da temática temos que compreender o conceito de gênero, dessa forma, entendemos que esse conceito corresponde à uma maneira de indicar as construções das relações sociais, além de ser uma forma inicial de estabelecer as relações de poder na sociedade, e que gera parte das desigualdades existentes.

À vista disso, Federici (2017) aponta que o corpo da mulher é, para o homem, a representação de uma fábrica, isto é, um *locus* de reprodução (da força de trabalho), cujas estruturas, particularmente as reprodutivas, tendem a ser apropriadas pelos homens e também pelo Estado a fim de manter a ordem burguesa.

Outrossim, ao longo da história da medicina e da política de saúde voltada para as mulheres, os atos de prevenção e tratamento de saúde foram marcados pela regulação e apropriação dos corpos biologicamente femininos. Logo, a estruturação do conhecimento na área da saúde é fortalecida com investimentos em ensino a partir da lógica do gerenciamento da saúde feminina, do sistema reprodutivo, e também sobre a questão sexual, visando então a manutenção da hierarquia existente entre os sexos feminino e masculino (Rohden, 2009 apud Souza, 2018).

Para mais, é importante pensar que a política social de saúde, desde seus surgimento, é atravessada pela questão racial. Segundo Costa (2020) o racismo é um dos marcos na formulação de políticas sociais no Brasil, assim, a origem das políticas sociais brasileiras, principalmente a política de saúde, que foi fomentada por meio de ações de caráter eugenista.

Segundo Clóvis Moura (1994) o racismo no Brasil age sem mostrar sua rigidez mas é eficiente e, assim, ele reforça práticas desiguais, pois toda estrutura social possui vestígios do sistema escravista, nessa lógica, temos que o racismo institucional (RI) é a dimensão mais negligenciada do racismo, pois a ele sai do individual e se instaura na

coletividade, na dimensão estrutural, e produz tratamentos e resultados desiguais (Werneck, 2016). A partir desse entendimento, percebemos que o RI está presente nas instituições, tanto nas privadas quanto nas públicas/estatais e, desta forma, esse modo de racismo tende a estar no sistema público de saúde.

Sendo assim, podemos dizer que há práticas excludentes dentro dos diversos níveis de atenção à saúde, logo, tem-se a supressão da humanidade de pessoas negras, gerando então uma dificuldade para o acesso de direitos, sobretudo, as mulheres negras que são atravessadas por diferentes tipos de opressões e discriminações, e aprofundam os obstáculos ao acesso à uma saúde sexual e reprodutiva plena.

## **2. METODOLOGIA**

O presente estudo se trata de uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL), desse modo, a coleta de artigos seguiu um método, que segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), permite consolidar um panorama acerca de uma determinada temática mediante a síntese dos resultados de estudos a ela pertinentes sob uma perspectiva crítica. A fim de obter esses resultados e construir o estudo, foi necessário atender alguns critérios, que se resumem em seis etapas, ou seja, 1<sup>a</sup>- estabelecimento de um tema/ pergunta norteadora; 2<sup>a</sup> - busca dos estudos em bases de dados, estabelecendo critérios de inclusão e exclusão; 3<sup>a</sup> seleção dos artigos, assim como a definição das informações pertinentes ao tema; 4<sup>a</sup>- análise crítica dos artigos selecionados; 5<sup>a</sup> discussão de resultados; 6<sup>a</sup>- apresentação do conhecimento obtido.

À vista disso, a coleta de artigos foi realizada entre julho e setembro de 2023 em três bases de dados, Scielo, a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e o Portal CAPES, a partir da seguinte pergunta norteadora: “como se dá o acesso das mulheres negras aos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil?”- convém mencionar que, para a delimitação da pergunta norteadora foi utilizada a estratégia PICO, a qual permite definir uma questão orientadora a partir da identificação de três elementos: População, Interesse e Contexto, os quais foram delimitados, respectivamente, como: mulheres negras, direitos sexuais- reprodutivos e Brasil.

Durante a seleção dos artigos encontrados nas bases de dados anteriormente mencionadas foram utilizados critérios inclusão e exclusão, logo, os critérios de inclusão foram: artigos publicados em língua portuguesa, em seguida foi utilizado o delimitador temporal dos últimos 05 anos (2018-2023), e os critérios de exclusão foram publicações que não englobam artigos, assim como foram excluídas produções em

idiomas distintos do que foi escolhido, estudos repetidos e artigos anteriores ao ano de 2018, resultando na inclusão de artigos ao presente estudo, tal qual pode ser visto na tabela 1.

**Tabela 1** - Seleção dos estudos

BASES DE DADOS	ARTIGOS ENCONTRADOS	ARTIGOS EXCLUÍDOS	ARTIGOS INCLUÍDOS
SCIELO	2	1	1
BVS	11	9	2
PORTAL CAPES	8	5	3

**Fonte:** autoras (2023)

Em suma, foram encontrados, no total 21 artigos, mas, aplicando os critérios de inclusão e exclusão, e também a partir de uma leitura do resumo de cada artigo e de uma avaliação, foram selecionados apenas 06 artigos .

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em consonância com a metodologia e com a escolha dos artigos, destacamos algumas informações sobre os estudos selecionados. Na tabela 2 é possível observar que os estudos possuem, em sua maioria adotam uma abordagem qualitativa.

**Tabela 2** - Síntese dos artigos incluídos

Código	Título	Autor/Ano	Resultados
A1	Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras	Lima, Kely Diogo de <i>et al.</i> , / 2021	Estudo apontou a necessidade de reforçar práticas não violentas na assistência à gestação em todas as suas fases e intercorrências, além de incentivar a substituição das práticas necessárias e prejudiciais pelas comprovadamente benéficas
A2	Aprendizagens e	Veras,	O artigo reforçou a ideia de que direitos

	desaprendizagens sobre direitos sexuais e reprodutivos perante a experiência de saúde das mulheres negras rurais maranhenses	Rosângela de Sousa / 2019	sexuais e reprodutivos só se concretizam como garantia à dignidade da pessoa humana ao passo que as liberdades individuais são garantidas. Ademais, reitera a importância de considerar o aspecto social da vida das mulheres bem como as particularidades das suas experiências de vida.
<b>A3</b>	Debates públicos sobre aborto: as audiências públicas sobre a ADPF 442 no STF em 2018	Moritz, Maria Lúcia Rodrigues de Freitas <i>et al.</i> , / 2021	O artigo evidenciou a importância da Alta corte na garantia dos direitos das mulheres bem como os principais argumentos favor da descriminalização do aborto. Ademais, revelou as graves consequências da criminalização do aborto.
<b>A4</b>	Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de COVID-19 no Brasil	Brandão, Elaine Reis <i>et al.</i> , / 2021	O artigo revelou inúmeros desafios na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos no cenário de crise pandêmica e apontou para a necessidade de um alinhamento com a perspectiva interseccional a fim de pensar estratégias que considerem as iniquidades socioeconômicas para tal problemática.
<b>A5</b>	Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil	Jorge, Alzira de Oliveira <i>et al.</i> , / 2022	Os direitos à maternidade e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras, indígenas e pobres são mais vulneráveis à violações quando comparado às mulheres que não se enquadram em tais características.

**Fonte:** autoras (2023)

Ao pesquisarmos sobre os direitos sexuais e reprodutivos nos deparamos com o conceito de justiça reprodutiva e, a partir disso, vimos a necessidade de compreender tal conceito. Esse foi formulado a partir do movimento de mulheres afro-estadunidenses, latinas e asiáticas após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994.

À vista disso, a justiça reprodutiva possibilita um fortalecimento político do entendimento de justiça social, deve-se pensar a justiça de forma ampliada, isto é, buscando uma integralidade e equidade no atendimento às necessidades/direitos femininos. Destaca-se que esse conceito deve ser alinhado ao conceito da interseccionalidade, pois assim é possível perceber as áreas que atravessam e particularizam as expressões da questão social na vida das mulheres racializadas.

Mendes e Mouta (2023) apontam que essa terminologia fortalece a possibilidade da mulher decidir livremente sobre tudo relacionada à reprodução, desde a autonomia de seu próprio corpo, a liberdade de escolha de ter relação sexual, até ter assegurado o direito à educação de seus filhos em uma sociedade sustentável, assim como a decisão de interromper uma gestação. O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), iniciado em 1984, já trazia um ideal de integralidade da atenção à saúde que deveria ser aliada à equidade social, mas que com o tempo o conceito de direitos sexuais e reprodutivos acabou tendo um foco mais individualista, e não pensando nos condicionantes/determinantes de saúde. Assim, as autoras Brandão e Cabral (2021), ressaltam sobre a importância de levantar a justiça reprodutiva para enfrentar as negligenciadas estatais.

PAISM incorporou como princípios e diretrizes as propostas de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, bem como a integralidade e a equidade da atenção, num período em que, paralelamente, no âmbito do Movimento Sanitário, se concebia o arcabouço conceitual que embasaria a formulação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 2004). Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf). Último acesso em 13/10/2023.

Com o avanço das políticas neoliberais, ocorre um redimensionamento do Estado, e assim há uma diminuição no segmento das políticas sociais e um recrudescimento das desigualdades e do acesso a direitos básicos, como a saúde, e com

o advento da pandemia de Covid-19, em 2020, ocorre o aprofundamento dessas dificuldades, sobretudo em territórios afastados dos grandes centros urbanos.

Antes mesmo do período pandêmico, o Brasil já apresentava problemas estruturais na assistência à saúde da mulher. Rosângela Veras (2019) demonstra que, para as mulheres negras trabalhadoras rurais do interior do Maranhão, as dificuldades de acesso à política de saúde precedem a pandemia de COVID-19 pois, segundo a mesma, essas mulheres precisam se deslocar cerca de 10 a 20 km para chegar a uma unidade básica de saúde, a fim de realizar preventivos, pré-natal, parto hospitalar com presença de um médico obstetra, sendo necessário percorrer cerca de 30km de distância das suas casas para que possam ter acesso aos serviços de saúde.

Scavone (2004 apud Veras, 2019) afirma que os conceitos de direito e saúde sexual-reprodutiva são considerados teóricos e utópicos, e assim, as características reprodutivas (aborto, pré-natal, parto, câncer de mama e de colo do útero, IST's, entre outros) são abordadas como problemas universais de gênero, e desse modo, não consideram as contradições socioculturais. Nesse sentido, Veras reforça a importância de se pensar o atendimento de forma integral, ou seja, pensar em todas as singularidades da vida das mulheres, e não resumi-las aos fatores biológicos:

[..]é imprescindível considerar a existência de uma teia de relações e tensões que envolvem as condições de saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres, sejam: suas relações sociais, sua diversidade cultural e a interconexão das desigualdades que as marcam, visto que se trata de mulheres (gênero), negras (etnia) e trabalhadoras rurais (classe) ( Veras, 2019,p. 3-4).

Logo, podemos compreender a importância de se pensar e planejar políticas públicas, ações de saúde de forma integral, ou seja, pensando em todas as esferas sociais das mulheres, sendo uma dessas a questão étnico-racial. Ademais, ao pensarmos sobre o processo gravídico-puerperal, as mulheres podem vivenciar violações de direitos, como a Violência Obstétrica, que é um tipo de violência baseada em gênero e que é exercida principalmente pelas equipes de saúde, no qual a mulher perde autonomia do seu corpo, do ato de “parir”, dessa forma, poder exercido pelo médico que tende a ser mais frequente em mulheres negras.

À vista disso, é imprescindível pontuar que os estudos pertinentes aos direitos reprodutivos revelam uma disparidade entre as mulheres negras e os profissionais da medicina face às relações de poder e saber implicadas na "relação médico-paciente", nas quais estabelece-se uma hierarquização entre quem detém o conhecimento médico e quem

não o possui. Portanto, as ações médicas tendem a ser acentuadas pelos determinantes sociais que marcam os corpos dessas, a saber: de raça, classe e gênero (Lima; Pimentel; Lyra, 2021, p. 5). Assim, a autoridade médica concedida pelo título acadêmico legitima a imposição de decisões no momento do parto, ainda que estas não sejam cientificamente respaldadas.

Outrossim, Lima, Pimentel e Lyra (2021) constatam que a dificuldade no acesso à informação submete mulheres negras gestantes à situação de peregrinação, condição esta que as vulnerabiliza e expõe a desfechos negativos. Para mais, as autoras apontaram relatos frequentes de sofrimento e constrangimento procedente das práticas abusivas e violentas de toques vaginais e de outras intervenções obstétricas não baseadas em evidências como a compressão abdominal e a episiotomia, tais práticas são mais frequentes entre as mulheres negras do que entre as brancas, sob a justificativa que as primeiras são mais resistentes à dor que as segundas, esse contexto, é determinado pela intersecção entre múltiplos marcadores sociais, os quais agravam situações de violações que são comuns às mulheres.

Além do exposto, as autoras apontam também a influencia da questão racial quanto a realização do aborto legal, haja vista os embriões por elas encontrados durante o processo de aborto legal. Cruz e Faria (2017 apud Assis, 2018), afirmam que onde há um sexismo institucional, a população feminina não recebe atenção integral na área da saúde fora do período perinatal e, associado ao racismo institucional, as mulheres negras têm chances de nem na fase do menacme, isto é, a fase reprodutiva, receber o cuidado de saúde conforme é preconizado pelas evidências científicas.

Ao pensar na questão reprodutiva, devemos lembrar que essa deve evidenciar o direito à autonomia das mulheres, ou seja, do direito à escolha, logo é preciso dar visibilidade à questão aborto. Sob essa perspectiva, Motriz e Mantovani (2021) analisam que as mulheres negras, indígenas, de baixa escolaridade e de classe social mais baixa, são as que mais se submetem às práticas inseguras de aborto com desfechos negativos. Além disso, as autoras apontam a relação entre a presença de lideranças religiosas no campo político e em como vem influenciando o debate político em relação aos direitos sexuais e reprodutivos causando um obstáculo à garantia e acesso ao aborto que não se enquadre nos critérios do aborto legal (gravidez de risco à vida da gestante, gravidez em caso de violência sexual e anencefalia fetal).

Essa situação se expressa nos altos índices de mortes por consequência do aborto, haja vista que 65,9% desses casos atingem mulheres negras (Siqueira/ONG

CRIOLA, et al 2021). O aborto criminalizado, segundo o Dossiê Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva produzido pela ong crioula (2021), é uma das principais causas de mortalidade materna no Brasil, e são elas as mais suscetíveis à internações por complicações, correspondendo à 47,9% do total de casos, bem como a maioria das vítimas fatais.

Em relação ao materno, Jorge et. al (2022) apontam que é possível observar que, no direito à maternidade, as mulheres fora do padrão hegemônico, sobretudo as negras, são vítimas constantes de violações, pois esta realidade resulta da operação de uma biopolítica, isto é, de mecanismos de controle da vida biológica humana com o intuito de manter a vida de um determinado grupo em detrimento da aniquilação da vida de outro (Copetti; Wermuth, 2022, p. 2). Nesse sentido, elementos de raça, gênero, classe e etnia têm sido determinantes do direito à maternidade e também das escolhas pertinentes à sexualidade e à reprodução.

O estudo realizado por Jorge et. al (2022) revela o processo de interrompimento da maternidade das mulheres que se enquadram naquele perfil, mediante a separação entre elas e seus bebês após o parto, sob a justificativa de incapacidade de garantir a sobrevivência dos seus filhos, evidentemente, sob uma perspectiva de criminalização da pobreza. Ademais, os autores ressaltam que a linearidade da negação dos direitos sexuais e reprodutivos das negras, haja vista o processo histórico de colonização e suas repercussões na vida destas desde a colonização do Brasil pelos europeus, até a atual conjuntura.

Ao longo de todo esse percurso histórico as mulheres negras foram submetidas à violações em diversos âmbitos, sobretudo no sexual e reprodutivo, visto que a colonização almejava a manutenção de uma ordem social e econômica baseada na escravização dos povos afrodescendentes, logo, a reprodução de descendentes era imprescindível. Com esse intuito, foram legitimadas situações de estupro dessas, assim, entende-se o fato de muitas vezes o materno das mulheres negras se sujeita ao “poder” e o desejo dos brancos; atualmente vemos uma legitimação da violência, através dos aparatos repressivos e coercitivos sobre a corporeidade feminina, e assim ocorre uma distorção sobre os direitos (Jorge et. al, 2022).

É imprescindível ressaltar que, as ações discriminatórias da biopolítica do Estado anteriormente mencionadas são reproduzidas pelos profissionais da rede de atenção à saúde, que deveriam ter o compromisso com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres pretas e pardas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, faz-se necessário destacar que a ligação entre a classe, raça e gênero, as mulheres negras têm sido mais vulneráveis às violações aos direitos sexuais e reprodutivos, tendo sido identificado, inclusive, o agravamento desse panorama em consequência da pandemia de COVID-19 (Brandão;Cabral, 2021). Deste modo, é importante reforçar um olhar interseccional no estudo e na luta pela garantia dos seus direitos sexuais e reprodutivos, a fim de que as políticas de enfrentamento dessa demanda possam apreender as iniquidades que atravessam os corpos das mulheres negras.

Como Akotirene (2019) enfatiza, a abrangência universal das políticas é um risco justamente pelo fato de que ela homogeneiza a incidência das violações dos direitos, quando na realidade a maioria delas ocorrem entre as negras em decorrência da interação de diversas "identidades" as quais desdobram-se em múltiplas formas de discriminação e opressão.

Em tempo, cabe ressaltar que antes de delimitarmos o recorte racial, percebemos uma maior quantidade de artigos sobre os direitos sexuais e reprodutivo, encontramos nas bases de pesquisa 42 artigos ( Scielo), 132 (BVS), 53( PORTAL CAPES), com um total de 227 artigos que se encaixam nos critérios de inclusão e exclusão, por conseguinte, é notável que a questão racial é negligenciada, isto é, pouco discutida no meio acadêmico-científico.

Ademais, foi possível perceber que a maioria dos estudos encontrados e analisados abordam principalmente sobre os direitos reprodutivos e poucos apontam sobre os direitos sexuais (viver e expressar a sexualidade sem violência, direito de escolher o parceiro sexual, entre outros).

Em síntese, através da análise dos resultados, foi possível perceber uma dificuldade das mulheres pretas e pardas terem uma assistência à saúde de forma integrada, vemos também que falta pensar, idealizar políticas e legislações voltadas para as mulheres, e que as percebam em sua totalidade, considerando todos os atravessamentos que essas podem ter no cotidiano.

Portanto, ressaltamos a importância de se discutir e analisar esses direitos com o atravessamento racial, visto que no Brasil a maioria da população é composta por pessoas negras, sobretudo, mulheres.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ASSIS, Jussara Francisca de. Violência obstétrica enquanto violência de gênero e os impactos sobre as mulheres negras a partir de uma revisão integrativa. In: **Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, 2018.

BRANDÃO, Elaine Reis Brandão; CABRAL, Cristiane da Silva. **Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil**. In: Interface (Botucatu), 2021.

BRANDÃO, Eliane Reis; CABRAL, Cristiane da Silva. **Justiça reprodutiva e gênero: desafios teórico-políticos acirrados pela pandemia de Covid-19 no Brasil**. Botucatu: Interface, 2021. Disponível em > <https://doi.org/10.1590/interface.200762> < Acesso em: 19 out. 2023.

COPETTI, Dhyani Colpo ; WERMUTH, Maiquel ngelo Dezordi. O conceito de biopolítica em Michel Foucault: uma análise aparti do sistema prisional brasileiro. In: **SALÃO DO CONHECIMENTO UNIJUÍ 2020**, 2020. Ijuí; p. 1-5.

COSTA, Gracyelle. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros**. 2020. 291f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 244-259.

FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1º Edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

JORGE, Alzira de Oliveira et. al. **Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, p. 515 - 524, 2022. Disponível em > DOI: 10.1590/1413-81232022272.36062020 < Acesso em: 21 out. 2023.

LIMA, Kelly Diogo de; PIMENTEL, Camila; LYRA, Tereza Maciel. **Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2021. Disponível em > <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.24242019> < Acesso em: 06 out. 2023.

MENDES, Corina Helena Figueira; MOUTA, Giovanna Camacho Weiss. **Justiça Reprodutiva e Serviço Social: uma análise interseccional**. In: **Anais do 9º Encontro Internacional de Política Social e 16º Encontro Nacional de Política Social**, 2023.

MOTRIZ, Maria Lúcia **Rodrigues de Freitas**; MANTOVANI, Denise Maria. **Debates Públicos Sobre o Aborto: As Audiências Públicas sobre a ADPF 442 no STF em 2018**. *Mediações*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 399-420, ago. 2021.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo. Editora Anita, 1994.

ROCHA, C. C. **Sobre a divisão sexual do trabalho**. In: Panorama da produção discente do PPGSS-UFRJ. Andrea Moraes, Mavi Rodrigues, Rita Cavalcante (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2018.

SIQUEIRA, Lia Maria Manso et al. DOSSIÊ: **Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva**- ONG CRIOLA, 2021. In: <https://criola.org.br/criola-lanca-dossie-mulheres-negras-e-justica-reprodutiva-nesta-sexta-feira-01-10-as-19h/>. Último acesso: 19/10/2023.

SOUZA, Larissa Velasquez de. **Fontes para a história da ginecologia e obstetrícia no Brasil**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.25, n.4, out.-dez, p.1129-1146, 2018.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. Disponível em > <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134> < Acesso em: 28 set. 2023.

VERAS R. S. (2019). **Aprendizagens e desaprendizagens sobre direitos sexuais e reprodutivos perante as experiências de saúde das mulheres negras rurais maranhenses**. RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, 5(5). Disponível em > <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i5.1594> < Acesso em: 28 set. 2023.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo**. In: VERSCHUUR, C. (Org.). Vents d'Est, vents d'Ouest: mouvements de femmes et féminismes anti-coloniaux. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.

# CAPÍTULO 19

## O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTA DE APOIO PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: um estudo exploratório no colégio Liceu Maranhense. *THE USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE AS A SUPPORT TOOL FOR TEACHING HISTORY DURING PEDAGOGICAL RESIDENCY: an exploratory study at Liceu Maranhense school.*



Alicia Moreira Felix <sup>1</sup>  
Erica Souza Pestana <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduada em Licenciatura em História. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-5144-8072>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8893686349558822>. E-mail: [aliciafelix8@gmail.com](mailto:aliciafelix8@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura em História. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-1519-2754> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6132862849117628> E-mail: [ericacpestana@gmail.com](mailto:ericacpestana@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar e refletir o uso da Inteligência Artificial (IA) em sala de aula durante o Programa Residência Pedagógica (PRP), realizado no colégio Liceu Maranhense, entre os anos de 2022 e 2023. O estudo em questão teve como objeto central a vivência prática dos residentes em sala de aula, com o propósito de aprimorar e otimizar suas habilidades didático-pedagógicas através da IA. A metodologia utilizada envolveu entrevistas e questionários com sete residentes do colégio Liceu, além da articulação com o referencial teórico. A discussão se centrou na contextualização da experiência dos licenciandos em História durante o PRP, enfatizando a importância da inserção das novas tecnologias na prática docente, sobretudo o ChatGPT. Os resultados obtidos evidenciaram um aproveitamento maior de ensino-aprendizagem com o uso de ferramentas tecnológicas, visto que os residentes puderam desenvolver estratégias de ensino mais adequadas ao público-alvo, beneficiando, assim, os alunos do 1º ano do Ensino Médio com aulas mais dinâmicas e estimulantes. Em conclusão, o uso da ferramenta ChatGPT demonstrou ser um instrumento fundamental para a formação dos futuros professores, proporcionando uma prática docente mais otimizada e comprometida com o ensino de História crítico.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial; Residência Pedagógica; ChatGPT; Ensino de História.

### ABSTRACT

This article aims to analyze and reflect on the use of Artificial Intelligence (AI) in the classroom during the Pedagogical Residency Program (PRP), conducted at Liceu Maranhense School between the years 2022 and 2023. The central focus of this study was the practical experience of the residents in the classroom, with the purpose of enhancing and optimizing their didactic-pedagogical skills through AI. The methodology employed included interviews and questionnaires with seven residents from Liceu School, in addition to the integration with the theoretical framework. The discussion centered on the contextualization of the History major students' experience during the PRP, emphasizing the importance of integrating new technologies into teaching practice, particularly ChatGPT. The results obtained demonstrated an improved teaching and learning experience with the use of technological tools, as the residents were able to develop more suitable teaching strategies for the target audience, thus benefiting

the 1st-year High School students with more dynamic and stimulating classes. In conclusion, the use of the ChatGPT tool proved to be a fundamental instrument for the training of future teachers, providing a more optimized and dedicated teaching practice for critical History education.

**Keywords:** Artificial Intelligence; Pedagogical Residency; ChatGPT; History Teaching.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o advento da tecnologia digital e da inteligência artificial (IA) - representação em software dos processos mentais usados na aprendizagem de humanos (Bates, 2015) - a sociedade tem passado por transformações significativas. Apesar do meio educacional se apropriar da tecnologia em passos lentos, a interseção entre a educação e a IA oferece oportunidades promissoras para aprimorar a eficácia do ensino e da aprendizagem, abrindo portas para uma educação mais significativa e eficiente.

No entanto, é inegável que a falta de recursos tecnológicos adequados nas instituições de ensino da rede pública tem sido um desafio constante para muitos docentes e alunos. A escassez de projetores, a falta de acesso à internet e outros dispositivos tecnológicos nas escolas públicas podem criar disparidades significativas no acesso a uma educação de qualidade. Nesse contexto, a inteligência artificial (IA) surge como uma promissora ferramenta de apoio para professores que enfrentam essas limitações tecnológicas.

Este estudo exploratório concentra-se no uso da inteligência artificial como uma ferramenta de apoio à prática docente durante o Programa de Residência Pedagógica (PRP), especificamente no contexto do Colégio Liceu Maranhense. A experiência do PRP em História ocorreu no Colégio Liceu Maranhense, localizado no centro da cidade de São Luís, Maranhão. O programa foi realizado como parte da formação dos licenciandos do curso de História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entre os anos de 2022 e 2023. O projeto envolveu um grupo de licenciandos do 6º, 7º e 8º período do curso, supervisionados pelo Professor Dr. Rickley Leandro Marques. A pesquisa objetiva examinar como a IA pode ser incorporada na rotina educacional, sobretudo durante o ensino de História.

A escolha do Colégio Liceu Maranhense como cenário desta pesquisa é significativa, uma vez que esta instituição se destaca como um exemplo de escassez de tecnologias na educação pública. A investigação deste artigo visa contribuir para o entendimento mais profundo de como a IA pode ser utilizada como uma ferramenta para auxílio pedagógico em contextos que possuem ausência de recursos tecnológicos.

A falta de projetores e de acesso à internet não deve ser um obstáculo insuperável para ofertar uma aula fora dos moldes tradicionais. A IA oferece a possibilidade de adaptar o ensino às condições reais das salas de aula, possibilitando uma abordagem mais eficaz para o ensino através de Metodologias Ativas, como a gamificação, por exemplo.

Metodologias Ativas são abordagens de ensino que envolvem ativamente os estudantes no processo de aprendizagem, em contraposição às abordagens tradicionais. Elas atuam como dispositivos que complementam a sala de aula através de estratégias que tornam os discentes autônomos (Masetto, 2014).

Este estudo, portanto, busca lançar luz sobre como essa tecnologia pode ser aproveitada de forma eficaz para melhorar a experiência educacional dos estudantes, ao mesmo tempo em que pode otimizar o trabalho dos professores em sala de aula. Afinal, como aponta Faggella e Shah (2021), a IA oferece um extremo potencial para melhorar o envolvimento e a participação dos alunos, ao fornecer respostas personalizadas e estimular a exploração e a aprendizagem independente.

## **2. METODOLOGIA**

Neste estudo, a metodologia de pesquisa foi estruturada em duas principais fontes de dados. A primeira baseou-se em pesquisa bibliográfica, fundamentada na literatura existente sobre o uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio para a prática docente na Educação Básica. A segunda parte da pesquisa envolveu uma abordagem qualitativa e participativa, na qual a observação direta e a coleta de relatos orais e escritos foram realizadas junto a um grupo de sete residentes pedagógicos do Colégio Liceu Maranhense, identificados na análise por meio de códigos (Residente A, Residente B...).

Para coletar esses dados, utilizaram-se entrevistas contendo perguntas abertas e fechadas. As perguntas fechadas tiveram como objetivo traçar o perfil dos residentes em relação à utilização ou não de tecnologias educacionais. Já as perguntas abertas foram empregadas com o propósito de compreender qualitativamente as percepções dos futuros docentes em relação às condições de ensino disponibilizadas na educação pública brasileira, em específico no colégio Liceu.

A pesquisa foi conduzida por meio de estudos que exploraram a integração da inteligência artificial com foco específico na aplicação da IA na escola Liceu

maranhense. Esta instituição de ensino é de natureza urbana, localizada no Centro de São Luís, e atende estudantes do ensino fundamental II e Ensino Médio. O estudo concentrou-se em analisar como a inteligência artificial foi implementada nesse contexto educacional específico e como impactou a prática docente e o aprendizado dos alunos.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### *3.1 Novas tecnologias e Ensino de História*

As demandas da sociedade e as suas evoluções estão ligadas a educação, assim como também ao seu principal espaço de manifestação, a escola. Em vista disso, a discussão sobre modelos de ensino inovadores é resultado dessas alterações que ocorrem na sociedade e chegam a todas as áreas das vivências sociais e culturais que possuímos, principalmente fruto do acesso à informação e da ascensão das mídias sociais.

Sendo assim, uma nova era surge sobre nós: a era digital, onde a tecnologia está em presença constante no nosso cotidiano. A sociedade então se transformou graças aos recursos digitais que elas proporcionam, junto à facilidade de acesso e intenso fluxo de informações (Monteiro, 2023). Por essa razão, é inegável que a educação se insira nesse contexto de transformações, uma vez que, à medida que a tecnologia avança, a adaptação das pessoas aos recursos tecnológicos se amplia e, conseqüentemente, se estende às instituições de ensino.

Afinal, “com o avanço das tecnologias de informação e comunicação na sociedade, no ambiente escolar, muito se discute sobre as diferentes formas de utilização no processo de ensino acadêmico” (Moura, 2009, p.3). Sendo assim, é necessário ao educador contemporâneo entender a sua sala de aula através da perspectiva de que a vivência social e cultural de seus alunos, marcam a realidade de cada geração que chega até as escolas.

Hoje, os jovens que vão para as salas de aula estão acostumados a passar boa parte do seu tempo diante das telas, fazendo leituras de modo fragmentado, dada a facilidade que, por meio de um simples toque, passam de um conteúdo para outro completamente diferente, se bombardeando com estímulos visuais e ordens de informações diversas. Tais jovens sentem mais dificuldades para se concentrar em aulas

tradicionais, podendo aprender melhor quando o processo de aprendizagem começa a se conectar também às suas vivências.

Para José D'Assunção Barros (2022), vive-se hoje o que seria uma sociedade digital. Segundo o historiador, na sociedade contemporânea, tão importante quanto uma existência presencial, é a existência virtual de cada indivíduo. Por isso, a educação também está condicionada a seguir o padrão da Era Digital, assim como educadores e estudantes. O ensino da História, pelo mesmo motivo, também se adapta aos novos tempos.

Linda Darling-Hammond (2000, p.338), enfatiza que a formação para a investigação também ajuda professores a aprender como olhar o mundo sob múltiplas perspectivas, inclusive as dos alunos, cujas experiências são muito diferentes das do professor. Então, como pensar um ensino de História que não seja engessado, mas que ainda respeitando as diretrizes da BNCC, possa fazer com que os estudantes se sintam atraídos a pensar sobre o que está sendo apresentado em sala de aula, mas ir também além dela?

Na era digital, a nova geração de "Hiperconectados" (Monteiro, 2023, p.49) é profundamente marcada pela presença virtual de cada indivíduo, por isso, a tecnologia é parte fundamental no entendimento de como essa sociedade está organizada. Isso tem implicações significativas para o ensino da História, afinal, se o uso da tecnologia se torna fundamental, começa-se a se pensar também como a História pode ser ensinada de uma forma mais interativa e envolvente, onde os jovens, que vivem de recursos digitais, explorem o conteúdo de uma maneira mais visual e prática, através de recursos de vídeos, aplicativos educacionais, gamificação ou até mesmo realidades virtuais.

Como aponta Circe Bittencourt (2018), o ensino de História precisa ser contextualizado e atualizado, relacionando a historiografia às questões contemporâneas, fazendo com que a disciplina seja vista não apenas como um mero estudo engessado do passado, mas relevante para o mundo atual, para o presente de cada aluno. Assim, são cultivadas habilidades críticas, promovendo pensamentos reflexivos, e ao mesmo tempo motivando os alunos a se tornarem mais instruídos e habilitados para a avaliação criteriosa das informações.

Sendo assim, o ensino de História em uma sociedade cada vez mais digital, requer que o professor também esteja disposto a uma flexibilidade curricular, para entender a realidade de suas salas de aula, através de uma educação democrática que respeite as vivências culturais de seus alunos, mas que ainda permitam que sejam os

educadores os orientandos do aprendizado. Os professores de História têm a oportunidade de envolver os estudantes através do diálogo, tornando a História não apenas uma disciplina estática, mas uma janela para compreender o mundo em constante evolução.

É evidente que não se pode abordar esse tema sem considerar a relação entre teoria e prática no contexto da Educação Básica no Brasil, já que, como apontado por Veiga-Neto (2015), teoria e prática são interdependentes e complementares. Portanto, foi por meio do Programa de Residência Pedagógica (PRP) que essas diferenças puderam ser visivelmente consideradas. Ao imergir em um ambiente escolar, como no caso de uma instituição pública, exemplificado pelo Liceu Maranhense, é fundamental compreender o que pode ser efetivamente aplicado no momento e como as teorias relacionadas a metodologias e didáticas podem ser implementadas no contexto.

Através da experiência em Residência Pedagógica, pode-se perceber o que é a vivência prática em sala de aula, enquanto professores de História, nas escolas públicas brasileiras. Por isso, para Bell Hooks (2021), o diálogo é o espaço central da pedagogia para o educador democrático.

Em *Ensinando Comunidade: uma pedagogia da esperança* (2021), Bell Hooks enfatiza a importância do engajamento ativo como uma ferramenta fundamental para o educador democrático, destacando que o diálogo promove a compreensão, a empatia e a igualdade de vozes na sala de aula, criando um ambiente propício para a aprendizagem e a transformação social.

Essa inserção no meio escolar permite enxergar a realidade a partir de uma perspectiva diferente. Se antes se pensava apenas pela perspectiva de alunos que já fomos, agora também pensamos como professores.

### *3.2 Implementação da Inteligência Artificial no colégio Liceu Maranhense durante o Programa de Residência Pedagógica (PRP)*

É inegável que, no Brasil, a atuação dos educadores na Educação Básica está acompanhada por inúmeros desafios. Quando se tocam nas questões da Educação Pública, ganha-se uma nova complexidade, afinal, o professor precisa lidar com as dificuldades que são frutos de um sistema que sucateia a educação e as escolas, logo, desvaloriza o profissional e a sua atuação.

Segundo um questionário realizado com os 7 residentes pedagógicos<sup>2</sup> do colégio Liceu, a respeito da disponibilidade de tecnologias em sala de aula, apenas 14,3% diziam ter acesso à internet ou projetores. 85,7% diziam não ter tido nenhum contato com tecnologias, nem mesmo em uma sala de vídeo, como ocorreu com os primeiros residentes. Isso destaca a significativa disparidade no acesso e na experiência com tecnologia entre os professores do setor público e privado, evidenciando intensos desafios a serem abordados no processo de ensino-aprendizagem.

Como aponta a Residente A, as ferramentas de trabalho eram precárias:

Era bastante desafiador! Na escola onde sou residente há carência de recursos nas salas, como data show, por exemplo. Com isso, é necessário ser mais criativo ainda. Acredito que a residência pedagógica, além de propiciar contato direto com os alunos, nos faz vivenciar os desafios diários que os professores da educação básica e pública enfrentam. Logo, extremamente enriquecedora para a licenciatura.

No entanto, sendo as instituições públicas ou privadas, um ponto em comum alcança a maioria delas: a inserção da tecnologia atual que vem moldando a forma como a educação e o método de ensino-aprendizagem são concebidos, uma vez que vivemos hoje em uma sociedade profundamente imersa no mundo digital. Os jovens que, em sua maioria, chegam às salas de aula, veem um mundo por um olhar virtual, não somente mais presencial.

Trazendo a teoria do que se estuda na Universidade sobre metodologias ou didática, no Colégio Liceu Maranhense, instituição de ensino público, uma das preocupações enquanto residentes era incentivar a maior participação e engajamento dos alunos não apenas no ensino da História em si, mas também no processo de um ensino que pudesse estimular os estudantes a analisar criticamente sobre a História, mas principalmente, a partir dela, pensar sobre o contexto social em que estão inseridos.

O contraste entre a preparação na licenciatura e a realidade das escolas revela desafios inesperados para os professores em formação. Como aponta o Residente B:

Apesar de todo o preparo que temos na licenciatura para enfrentar o dia a dia como professor, o que encontramos nas escolas vai além da imaginação dos nossos docentes. Esperava que fosse encontrar uma escola com alunos agitados, pouco acesso à recursos didáticos etc. No entanto, me deparei com uma escola com uma ótima estrutura física. Porém, apenas uma sala de vídeo, que não alcança os alunos porque nenhum professor quer usar o Datashow devido à alta demanda e a necessidade de reservar seu uso com meses de antecedência; biblioteca reformada e repleta de novos livros, mas que fica trancada para que os alunos não entrem; além disso, apesar de esperar alunos

---

<sup>2</sup> Questionário virtual realizado no dia 01/08/2023.

agitados, me deparei com eles completamente apáticos o que, para mim, é bem pior, já que não consigo extrair nenhuma reação deles (seja boa ou ruim).

À vista disso, as possibilidades de inovação, uso de tecnologia e implementação de metodologias ativas também estão intrinsecamente ligadas ao contexto de cada instituição e são condicionados pela infraestrutura e disponibilidade de recursos. O colégio Liceu Maranhense, mesmo contando com uma ampla estrutura física, enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso à internet e à escassez de projetores. A presença desses recursos teria possibilitado a implementação de um modelo de ensino mais dinâmico e interativo, rompendo com o paradigma tradicional ao qual estavam habituados.

Dessa forma, se tornou necessário aos residentes desenvolverem recursos eficazes mesmo sem o apoio da tecnologia na instituição. Nesse ponto, foi possível contar com a ajuda da Inteligência Artificial para pensar metodologias, desenvolver planos de aula e gamificações que não requeressem o uso da internet ou de um recurso audiovisual para sua execução. O uso da IA, nesse caso, permitiu desenvolver habilidades e competências que, ainda caminhando com os conteúdos requeridos pela BNCC, contextualizassem com a realidade que os estudantes apresentavam e entendendo também a forma como reagem ao que lhes era apresentado.

Como exemplo, o ChatGPT, se tornou importante para o planejamento das metodologias ativas, no planejamento de aulas e de gamificação que poderiam ser feitas, dentro do contexto da escola pública. No entanto, a implementação bem-sucedida de tais metodologias requer uma série de recursos, tempo e preparação por parte dos professores. É aí que a inteligência artificial pode entrar em cena.

O modelo de linguagem GPT-3.5 da OpenAI é uma inteligência artificial projetada para processamento de linguagem natural. Sua função primária é a geração de texto, análise textual e resposta a consultas com base em uma ampla gama de informações textuais disponíveis. (OpenAI. Modelo de linguagem GPT-3.5. [Inteligência Artificial]. Acesso em: 23 de outubro de 2023).

Possibilitando a personalização do aprendizado, o ChatGPT, a partir de programação e perguntas específicas, recomendava interações de maneiras mais personalizadas para a realidade de uma escola pública sem acesso à internet ou a

recursos audiovisuais, sugerindo assim adaptações metodológicas que conversassem com as necessidades de aprendizado dos estudantes diante à estrutura disponibilizada pela escola.

Além disso, um dos pontos importantes a ser mencionado é que o uso da IA pode ajudar a diminuir a carga de trabalho dos educadores, ajudando-os na elaboração de planos de aula, por exemplo, assumindo tarefas rotineiras, fornecendo informações, liberando assim o tempo dos professores para se concentrar nas atividades mais complexas dentro do planejamento de uma aula mais interativa.

O ChatGPT surge, assim, como uma ferramenta que, aliada à educação, pode auxiliar educadores a estruturar ou aperfeiçoar ideias que poderiam ser aplicadas em sala de aula, mas que nem sempre se sabe como.

Segundo Campos e Lastória (2020, p.4):

Noutras palavras: personalizados por ferramentas estatísticas que automatizam parte da escolha, organização e prescrição dos conteúdos a serem ensinados de acordo com as necessidades educacionais específicas de cada aluno. Sendo assim, a inteligência artificial pode estar envolvida na produção de interações que despertam o interesse e o engajamento.

Afinal, como pontua José Morán (2015, p. 17), “se queremos que os alunos sejam proativos, precisam adotar metodologias em que os alunos se envolvam em atividades cada vez mais complexas, em que tenham que tomar decisões e avaliar os resultados, com o apoio de materiais relevantes”.

Mais importante, buscou-se metodologias que fizessem sentido, dialogassem e contextualizassem com a realidade do Liceu. Como exemplo, foi possível elaborar gamificações<sup>3</sup> que não dependiam de recursos tecnológicos, mas, através da utilização de imagens impressas e recortadas, cujo objetivo era serem analisadas e interpretadas e depois, em formato de debates, pensar e dialogar criticamente, uns com os outros, sobre o conteúdo que estava sendo apresentado e o atual contexto social ou político em que vivemos. Dessa forma, tornando as participações ativas e mostrando a importância das contribuições para aquela dinâmica.

Ou seja, um jogo é diferente de um sistema de gamificação. Isso implica que a implementação de um ensino *gamificado* vai muito além da simples adoção de sistemas

---

<sup>3</sup> Por definição, a gamificação contempla o uso de elementos de *design de games* em contextos fora dos *games* para motivar, aumentar a atividade e reter a atenção do usuário (S. Deterding, D. Dixon, R. Khaled e L. Nacke, 2011, p.09).

de pontuação, classificação e conquistas, embora esses elementos sejam extremamente úteis quando usados adequadamente.

Em vez disso, envolve uma abordagem criativa que aproveita as possibilidades da convergência midiática e cria um ambiente imersivo, capacitando os participantes a usar ferramentas e habilidades para alcançar metas significativas para eles. O foco não se concentra exclusivamente no desempenho acadêmico, mas sim no empoderamento dos participantes para superar desafios e assumir responsabilidades. De acordo com Mesquita e Massarolo (2013), a gamificação segue diretrizes que contribuem para envolver emocional e cognitivamente o indivíduo na construção de sua identidade e posição social diante das questões cotidianas.

Exemplo de atividades *gamificadas* que podem ser usadas com o ChatGPT:

*Comando de busca: <Dê exemplo de atividades pedagógicas para utilizar em sala de aula sem o uso de internet ou de tecnologias.>*

1. Desafios de perguntas e respostas
2. Caça ao tesouro de informações
3. Desafios de resolução de problemas
4. Quizzes
5. Jogo da forca

Outra atividade realizada foram os recursos ilustrativos. Um exemplo foram mapas, imagens históricas e vídeos para enriquecer as aulas e facilitar a compreensão dos conteúdos pelos alunos. Segundo Schmidt e Cainelli (2004, p.74), “utilizar imagens de gravuras da época, também pode ajudar esses alunos a se situar em tempos mais distantes de sua experiência pessoal”. Assim, esses recursos foram escolhidos de forma a complementar os temas trabalhados e estimular a reflexão crítica sobre os eventos históricos abordados.

As atividades interativas desenvolvidas através das sugestões do CHATGPT desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades dos alunos, bem como no interesse pelo componente curricular, o aprimoramento de seus pensamentos críticos e a colaboração em sala de aula. Essas competências são essenciais, uma vez que ela, seguindo o fluxo da modernização, é trazida para a sala de aula pelos próprios alunos. Sobre isso, Morán enfatiza que:

Essa mescla, entre a sala de aula e ambientes virtuais, é fundamental para abrir a escola para o mundo e para trazer o mundo para dentro da escola. Uma outra mescla, ou *blended* é a de prever processos de comunicação mais planejados, organizados e formais com outros mais abertos, como os que acontecem nas redes sociais, onde há uma linguagem mais familiar, uma espontaneidade maior, uma fluência de imagens, ideias e vídeo constante (Morán, 2015, p.16).

Nesse contexto, a implementação da Inteligência Artificial no Colégio Liceu Maranhense, enquanto uma instituição de ensino público, representou não apenas um avanço tecnológico, mas também uma demonstração de como a adaptação e a inovação são fundamentais para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. Essa experiência reforça a importância de continuar explorando o potencial da IA para aprimorar o ensino na Educação Básica e preparar os alunos para um mundo em constante evolução.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela inovação, dada diante aos recursos tecnológicos, é necessária dentro da realidade educacional contemporânea. Torna-se fundamental para os educadores, especialmente diante às complexidades da Educação Básica no Brasil.

A tecnologia na era digital traz uma nova maneira para repensar os métodos tradicionais de ensino-aprendizagem. A interação entre a educação e a tecnologia se torna cada vez mais necessária, principalmente ao se pensar que os jovens que chegam às salas de aula vivem em uma sociedade digital, onde são bombardeados de recursos tecnológicos e visuais que os estimulam diariamente, fazendo com que estes sintam dificuldade em acompanhar um método tradicional de ensino, pois este não lhes chama mais atenção.

Diante desses desafios, especialmente em instituições públicas como o Colégio Liceu Maranhense, onde houve a falta de recursos tecnológicos, a utilização da Inteligência Artificial, como o ChatGPT, surge como uma ferramenta de auxílio na elaboração das metodologias ativas a personalização do ensino e a redução do trabalho dos educadores. O ChatGPT permitiu o desenvolvimento de estratégias educacionais adaptadas às necessidades e limitações específicas da escola, proporcionando interações que iam de acordo com os recursos que os residentes possuíam.

Por fim, a consideração sobre a era digital e sua influência na sociedade contemporânea destaca a necessidade de repensar o ensino de disciplinas como História. A experiência da Residência Pedagógica no Colégio Liceu Maranhense proporcionou o

entendimento sobre a realidade da Educação Básica no Brasil, além de mostrar a importância de adaptar as teorias pedagógicas ao contexto de cada instituição, seja pública ou privada. Afinal, como apontou Freire (2019), a prática docente é uma atividade complexa que requer o diálogo constante entre o conhecimento teórico e a realidade vivida na sala de aula.

## REFERÊNCIAS

BARROS, José D.'Assunção. **História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo**. Editora Vozes, 2022.

BATES, A. W. **Teaching in a Digital Age: Guidelines for Designing Teaching and Learning** Vancouver BC: Tony Bates Associates Ltd, 2015.

BITTENCOURT, Circe Fernandes. **Reflexões sobre o ensino de História**. Estudos avançados, v. 32, p. 127-149, 2018.

CAMADA, Marcos Yuzuru; DURÃES, Gilvan Martins. Ensino da Inteligência Artificial na Educação Básica: um novo horizonte para as pesquisas brasileiras. In: **Anais do XXXI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**. SBC, 2020. p. 1553-1562.

CAMPOS, Luis Fernando Altenfelder de Arruda; LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco. **Semiformação e inteligência artificial no ensino**. Pro-Posições, v. 31, p. e20180105, 2020.

DA SILVA MONTEIRO, Jean Carlos. **COMO ENSINAR UMA GERAÇÃO QUE VIVE HIPERCONECTADA?** Open Minds International Journal, v. 4, n. 3, p. 49-51, 2023.

DARLING-HAMMOND, Linda. **A importância da formação docente**. Cadernos Cenpec| Nova série, v. 4, n. 2, 2015.

DE MOURA, Mary Jones Ferreira. **O ensino de História e as novas tecnologias: da reflexão à ação pedagógica**. 2009.

FAGGELLA, D.; SHAH, D. (2021). **GPT-3 and the Future of AI in Education**. Emerj Artificial Intelligence Research. Disponível em: <https://emerj.com/ai-sector-overviews/gpt-3-and-the-future-of-ai-in-education/>. Acesso em: 26 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Paz e Terra, 74ª edição. São Paulo, 2019.

HOOKS, Bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. Tradução: Kenia Cardoso. São Paulo: Elefante, 2021.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Metodologias ativas no ensino superior**: para além da sua aplicação, quando fazem a diferença na formação de profissionais? *Revista e-Curriculum*, v. 16, n. 3, p. 650-667, 2018.

Massarolo, JC e Mesquita, D. (2013). **Narrativa Transmídia e a Educação**: Panorama e Perspectivas. *Revista Ensino Superior Unicamp*, 34-42.

S. Deterding, D. Dixon, R. Khaled e L. Nacke, **em Proceedings International Academic Mindtrek Conference**: Envisioning Future Media Environments, Tampere, 2011 (ACM, New York, 2011). p. 9.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Anotações sobre as relações entre teoria e prática**. *Educação em foco*, p. 113-140, 2015.

# CAPÍTULO 20

## HUMANIZASUS: uma reflexão sobre os desafios da assistência pediátrica

### *HUMANIZASUS: a reflection on the challenges of pediatric care*

 10.5281/zenodo.10120614

Roberta Fortes Santiago <sup>1</sup>  
Izane Luísa Xavier Carvalho Andrade <sup>2</sup>  
Beatriz Cristine Silva Sousa <sup>3</sup>  
Ruth Loureiro Silva <sup>4</sup>  
Albilene dos Santos Silva <sup>5</sup>  
Joana Kefany da Silva Paes Landin <sup>6</sup>  
Lavínia Maria Alves Alencar Pereira <sup>7</sup>  
Sara Marcela de Moraes Pedrosa <sup>8</sup>  
Luiz Henrique Moura Lins <sup>9</sup>  
João Victor Moura Lins <sup>10</sup>

<sup>1</sup>Doutora em Enfermagem. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3642-9648>.  
Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3488011547978733> E-mail: [betafortes@yahoo.com.br](mailto:betafortes@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Professora do Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-469-1033> . Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2708352152962125> . E-mail: [izane.andrade@unifacid.edu.br](mailto:izane.andrade@unifacid.edu.br)

<sup>3</sup> Graduando em Enfermagem. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1871-0663>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2404059382026432>. E-mail: [biaisacris@gmail.com](mailto:biaisacris@gmail.com).

<sup>4</sup>Graduando em Enfermagem. Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-6986-3598> . Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/1926095040508476> . Email: [ruthloureiro20.09@gmail.com](mailto:ruthloureiro20.09@gmail.com)

<sup>5</sup>Graduando em Enfermagem. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5615-1826>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7916845201271207>. E-mail: [albilenesjp55@gmail.com](mailto:albilenesjp55@gmail.com).

<sup>6</sup> Graduando em Enfermagem. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-5615-1826>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7916845201271207>. E-mail: [kefanyjoana@gmail.com](mailto:kefanyjoana@gmail.com).

<sup>7</sup> Graduando em Enfermagem. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9961-930X>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7604342480535955>. E-mail: [laviniamaria403@gmail.com](mailto:laviniamaria403@gmail.com).

<sup>8</sup> Graduando em Enfermagem. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8147-7684> . Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2976267417136793>. E-mail: [saramorays2601@gmail.com](mailto:saramorays2601@gmail.com).

<sup>9</sup> Graduando em Medicina. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-7890-4112>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3834333428788671>. Email: [luizlins300@gmail.com](mailto:luizlins300@gmail.com).

<sup>10</sup> Graduando em Medicina. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-6003-4109>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3834333428788671>. Email: [lins14102002victor@gmail.com](mailto:lins14102002victor@gmail.com).

## RESUMO

A Reflexão aborda sobre a política nacional de humanização e sobre as iniciativas humanizadoras na assistência à criança hospitalizada, que tem como objetivo tratar as limitações e as possibilidades de como essas ações são e deveriam ser prestadas ao atendimento pediátrico. O referente estudo foi embasado em publicações bibliográficas e materiais do ministério da saúde. Possui análises e resultados discutidos sobre as diretrizes, programas e projetos no campo da humanização do paciente infantil e obteve como conclusão a construção de ações humanizadoras contínuas que possam refletir para um sistema de saúde mais acolhedor, comunicativo e com ambientes mais acessíveis que trazem a melhora da qualidade do processo de internação da criança.

**Palavras-chave:** Humanização da Assistência Hospitalar. Assistência Integral à Saúde da Criança. Programa Nacional de Humanização Hospitalar.

## ABSTRACT

The Reflection addresses the national humanization policy and humanizing initiatives in the care of hospitalized children, which aims to address the limitations and possibilities of how these actions are and should be provided to pediatric care. This study was based on bibliographical publications and materials from the Ministry of Health. It analyses and discusses the guidelines, programs and projects in the field of humanizing child patients and concludes that the construction of continuous humanizing actions that can reflect on a more welcoming health system is necessary. A more welcoming, communicative health system with more accessible environments that improve the quality of the child's hospitalization process.

**Keywords:** Humanization of Hospital Care. Comprehensive Child Health Care. National Hospital Humanization Programme.

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de humanizar tem como objetivo a colaboração interdisciplinar entre usuário, profissional e familiar, que tem capacidade de produzir melhor qualidade nos serviços de saúde, focando principalmente no acolhimento e bem-estar geral do paciente, além do respeito ético e cultural do paciente, promover também espaços de trabalho favoráveis ao bom exercício técnico e a satisfação dos profissionais de saúde e usuários. (Dal'bosco *et al.*, 2019).

Segundo Fabio Scorsolini-Comin (2022), em meados do século XX e início do século XXI, iniciou-se discussões referentes a ações humanizadoras, o modelo biomédico já havia causado prejuízos não apenas ao sujeito como também ao modo de cuidar e as relações que deveriam ser estabelecidas de proximidade, de respeito e de colaboração diante dos processos de saúde e de doença.

Buscando o rompimento dessas barreiras a humanização, procurava evocar práticas que privilegiavam a escuta, o encontro, o contato e a consideração da complexidade dos sujeitos dos que adoecem e daqueles que promovem a assistência. Diante das iniciativas de humanizar a assistência em saúde e recuperar os valores humanos, foi criado nos anos 2000, o Programa Nacional de Humanização de Assistência Hospitalar (PNHAH), que estimulava e disseminava a promoção de iniciativas humanizadoras, porém era uma política excludente, pois não considerava todos os níveis de atenção (Scorsolini-Comin, 2022).

Por esse motivo, em 2003 foi lançada e construída a Política Nacional de Humanização (PNH), na Oficina Nacional “HumanizaSUS”, com o objetivo de oferecer atendimento de qualidade, considerando os avanços tecnológicos, o acolhimento e

melhoria dos cuidados e das condições de trabalho dos profissionais. A política busca pôr em prática os princípios do SUS na rotina dos serviços de saúde, produzindo mudanças na cultura de desumanização, no processo de gerir e cuidar (Dal'bosco *et al.*, 2019).

É de extrema importância se trabalhar a humanização na assistência pediátrica, sendo a criança um ser imaturo e dependente, em constante processo de crescimento e desenvolvimento. Durante a hospitalização a criança fica vulnerável a vários estressores, como a mudança de rotina e da relação intrafamiliar, a procedimentos dolorosos, que associados à sua imaturidade, podem gerar traumas passageiros ou mesmo permanentes (Costa, 2019).

No contexto pediátrico o cuidado à saúde da criança é mais desafiador, diante das subjetividades, aspectos fisiológicos, incompreensão da situação clínica, privação do ambiente familiar, escolar e do ato de brincar, tudo isso causa desconforto, insegurança, medo e ansiedade. Sendo assim, se vê a necessidade do investimento de humanização em ambiente hospitalar pediátrico, através de estratégias facilitadoras de adaptação da criança a condição da hospitalização. Em consequência disso, deve-se implementar a PNH, logo as ações de cuidado humanizado que visam à adaptação da criança ao ambiente hospitalar e o envolvimento dos familiares, nos cuidados rotineiros e tomada de decisões. (Favaro *et al.*, 2020)

Diante desse contexto surgiu o interesse em trabalhar a temática da humanização na assistência à criança hospitalizada. Foi elaborado o seguinte problema de pesquisa: como vem ocorrendo a implantação da PNH na assistência à criança hospitalizada? O objetivo desta pesquisa é refletir sobre a implantação da PNH voltada a crianças que vivenciam o processo de internação.

## **2. METODOLOGIA**

Este artigo caracteriza-se como um estudo descritivo-exploratório. É descritivo por ter como objetivo apresentar os indicadores das publicações científicas da área de CI; é exploratório por buscar conhecer a área de CI no estado em que se encontra, com base na pesquisa bibliométrica e no mapeamento feito nas publicações da amostra, o que levará à construção de um panorama sobre a área.

Para a consecução do objetivo proposto, as técnicas de pesquisa utilizadas são a bibliometria e a análise de conteúdo. A bibliometria, para Macias-Chapula (1998, p.

134), "é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada". Já a análise de conteúdo, utilizada para o mapeamento dos artigos, é definida por Bardin (2004) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter indicadores que permitam a geração de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

Um artigo reflexivo é um tipo de texto acadêmico ou literário que envolve a expressão de pensamentos, ideias e opiniões pessoais sobre um determinado assunto. Geralmente, esse gênero de escrita enfatiza a autorreflexão e a introspecção do autor, explorando suas percepções, experiências, emoções e entendimentos em relação a um tópico específico.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A história nos mostra que antes os pacientes eram tratados pelo modelo biomédico, onde o indivíduo era visto somente pela sua doença, nesse modelo a saúde é definida como ausência de doença, o que implicaria em uma prática hospitalocêntrica, excluindo o contexto psicossocial. Contudo, com a luta pela mudança do modelo biomédico procurou-se tratar o indivíduo de forma holística considerando suas subjetividades, evoluindo assim para o modelo biopsicossocial que proporciona uma visão integral e holística do ser e do adoecer compreendendo que a doença não é somente um fator patológico, passando a considerar as dimensões físicas, psicológicas e sociais (De Marco, 2006).

Como é disposto no art.2º da Lei 8.080, a saúde é um direito fundamental do ser humano (Brasil, 1990). Sendo assim, todos têm direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos (Brasil, 2011). Relacionado a isso, tivemos a implantação da Política Nacional de Humanização, em 2013, que surgiu a partir, da necessidade de uma valorização dos usuários, trabalhadores e gestores, para que pudesse ocorrer uma mudança no modo de gerir, colocando em prática os princípios do SUS que incluem a universalidade, integralidade e equidade, além de cumprir, através de ações humanizadoras, a melhoria da qualidade do cuidado da assistência (Brasil, 2013).

A Política Nacional de Humanização é pautada em três princípios norteadores: transversalidade; indissociabilidade entre atenção e gestão; e protagonismo, corresponsabilidade e autonomia dos sujeitos e coletivos. Esses determinam o aumento da comunicação das relações dos sujeitos envolvidos no processo de produção de saúde

e fortalecimento do trabalho em equipe, determinam também alterações no modo de cuidar e gerir e integração dos processos de trabalho, além de produzir mudanças na gestão e atenção através da autonomia dos sujeitos envolvidos, com caráter participativo (Brasil, 2010).

No campo do atendimento da saúde da criança a humanização requer uma atenção específica, visto que o desenvolvimento infantil passa por influências dos fatores biológicos, do meio social e familiar. Dessa forma, abrangendo a integralidade é necessário considerar todos os aspectos do paciente durante o processo de internação, pois o momento exige da equipe profissional cautela, uma vez que o contexto do seu cotidiano passa a ser substituído pelo ambiente hospitalar (Oliveira, 2019).

Os princípios norteadores do cuidado à criança abrange práticas e ações intersetoriais permitindo que cada profissão atue desenvolvendo ações que incluem: o acesso universal, o acolhimento, a assistência integral, a equidade, a participação da família, contribuindo, assim, para um modelo de assistência que favoreça o acompanhamento e a aproximação das famílias e das crianças junto às equipes de saúde, na construção do vínculo terapêutico e de um atendimento mais humanizado

Como é disposto na Política Nacional de Humanização, os usuários de saúde possuem direitos seguros por lei e os profissionais e gestores de saúde devem incentivar o conhecimento desses direitos e garantir que eles sejam cumpridos em todas as fases do cuidado, desde a atenção básica até a alta (Soares, 2013).

É de fundamental importância que ao abordar a diretriz de Direitos e defesa do usuário, citarmos também a criança e seus direitos, tais como: ter acesso a serviços de saúde de qualidade, ser acompanhado pelos pais durante a internação em hospitais, ter oportunidade de brincar e aprender e viver em ambiente afetivo e sem violência (Scripão, 2014).

Podemos Mencionar a Política Nacional De Atenção Integral À Saúde Da Criança (PNAISC) definida por princípios e diretrizes que prometem:

“Promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante atenção e cuidados integrais e integrados, da gestação aos nove anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento.” (Brasil, 2018).

Os princípios que guiam esta política garantem direito à vida e à saúde, o acesso universal de todas as crianças, a equidade, a integralidade do cuidado, a humanização da atenção e a gestão participativa, além de propor diretrizes que contribuem para a elaboração de planos e projetos de saúde voltados às crianças (Brasil, 2018).

A humanização surge como um processo de cooperação entre usuário, família e profissional, que produz qualidade de serviço com o foco principal no acolhimento. De acordo com a Política Nacional de Humanização:

“Acolher é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/ populações. Como valor das práticas de saúde, o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede socioafetiva.” (Brasil, 2003)

As pesquisas realizadas apontam, que durante a hospitalização, as crianças se sentem inseguras, pois o momento de internação causa uma desestruturação familiar devido o afastamento de seus responsáveis, além da mudança de cotidiano e a falta do ato de brincar o que acaba por causar alterações como fobias, medos, distúrbios de alimentação, mudanças de humor, ansiedade e insônia, provocando um comportamento regressivo. (3)

Em relações as práticas de acolhimento, cabe a equipe profissional cumprir o papel de escuta qualificada no intuito de oferecer respostas às necessidades de saúde do usuário, em respeito aos seus saberes, no contexto histórico, pessoal, cultural e social, de modo que sua afetividade possa suprir ausência da família, com o objetivo de diminuir condições de estresse que possam ocasionar repercussões psicológicas, provenientes da internação.

A principal ação da equipe de enfermagem, é incentivar a família na participação dos cuidados gerais com o paciente pediátrico, como também permitir a presença contínua do acompanhamento. Para que o tratamento tenha êxito, num período menor de internação, é importante o estabelecimento de vínculo e confiança da criança com o profissional. Atitudes sinceras e verdadeiras, vendo a criança como um indivíduo que tem direitos e deveres (Kantorski, 2018).

A ambiência, cria espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis, que respeitam a privacidade e propiciam mudanças no processo de trabalho sendo um lugar de encontro entre as pessoas. Determinada por espaços que visam a confortabilidade, individualidade e privacidade do sujeito, através de alguns elementos do ambiente; espaço que considera as subjetividades e facilita o encontro dos envolvidos no processo de saúde; e o espaço que facilita o processo de trabalho (Brasil,2013; Brasil, 2011).

Florence Nightingale, foi uma das primeiras a reconhecer a necessidade de cuidados diferenciados à criança, e ressaltava a importância da recreação para seu desenvolvimento e restabelecimento da saúde. Considerando esses aspectos, é indispensável a construção de um ambiente acolhedor que envolve atividades lúdicas como ato de brincar, alimentação correta, ações que deem a liberdade do paciente e da família se expressarem, proporcionando o desenvolvimento da qualidade da assistência ao paciente pediátrico durante o período de hospitalização (Silva *et al.*, 2019).

Desenvolve-se como estratégias de ambiência, a execução de atividades lúdicas como desenhos, pinturas, teatro, música e o ato de brincar, que é uma prática natural na qual a criança aprende sobre si e sobre os outros, sendo as brincadeiras essenciais para o desenvolvimento como um todo, diminuindo os estressores causados pela internação, tornando o ambiente mais acessível e divertido, acelerando o processo de recuperação (Calabresi, 2015).

Além disso pode ser colocado em prática também atividades didáticas que fazem o uso de recursos para orientações básicas de temáticas do cotidiano como: higiene pessoal, alimentação saudável, qualidade de vida, vacinação e outras necessidades do público infantil, promovendo o desenvolvimento cognitivo da criança e possibilitando a expressividade emocional, aumento da capacidade de concentração e tornando o espaço que antes considerado hostil mais acolhedor, favorecendo como toda atenção para sua redução de tempo na internação (Beltrão, 2020).

Referente ao que foi citado acima, conforme a exploração, pode-se mencionar a Portaria nº 2.261 e a Lei 11.104, que obrigam e estabelecem orientações de instalação e funcionamento das brinquedotecas nas unidades de saúde decorrentes. A criação desses espaços é apontada como essencial para o bem-estar geral e distração do paciente pediátrico. Nestes, as crianças encontram novas possibilidades para o seu tempo livre e oportunidade de se abstrair em relação ao estado clínico. Tornando a criança um parceiro ativo em seu processo de tratamento passando a aceitá-lo, de forma que sua permanência seja mais agradável (Brasil, 2005).

A brinquedoteca e as atividades realizadas por voluntários não só entretêm as crianças divertindo-as, como também auxiliam os trabalhadores de enfermagem na realização de procedimentos, proporcionando maior qualidade ao cuidado. Segundo as pesquisas, a clínica ampliada e compartilhada, tem a finalidade de contribuir para compreensão do processo do adoecimento, enxergando não somente o quadro patológico, mas sim todo o contexto de vida na qual aquela doença está inserida, visando também a autonomia do usuário juntamente com a equipe de saúde. Para isso, é necessário que exista a comunicação entre o paciente e a equipe de saúde, sendo ela uma habilidade essencial na assistência. De encontro com o contexto infantil, é importante que as informações sejam transmitidas tanto à criança como a seus familiares, possibilitando a consciência da situação na qual estão inseridos (Ferreira *et al.*, 2020).

A humanização visa criar ambientes acolhedores e adaptados às crianças, reduzindo o estresse e a ansiedade associados ao tratamento clínico. Ao considerar não apenas o aspecto físico, mas também o bem-estar emocional e psicossocial, a humanização no atendimento pediátrico busca proporcionar uma experiência de tratamento mais positiva e menos traumática para as crianças o uso de musicoterapia. O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo elaborou o parecer nº 025/2010, da qual aborda a competência do enfermeiro para a aplicação da música no cuidado ao paciente, visto que essa forma de terapêutica é considerada benéfica para a realização dos cuidados (Brasil, 2010).

A educação continuada desempenha um papel fundamental na melhoria da assistência pediátrica no hospital. Ela proporciona atualizações sobre as práticas de cuidados específicos para crianças, como administração de medicamentos e procedimentos de enfermagem pediátrica. Além disso, ajuda os profissionais a aprimorar suas habilidades de comunicação e empatia, permitindo uma interação mais eficaz e empática com as crianças e suas famílias. Através da educação continuada, os enfermeiros podem adquirir um entendimento mais aprofundado das necessidades físicas, emocionais e psicossociais das crianças, melhorando a qualidade do atendimento e promovendo uma experiência mais positiva e acolhedora para os pacientes pediátricos e suas famílias durante a hospitalização (Ricas *et al.*, 1998).

O suporte psicológico e emocional desempenha um papel crucial na clínica pediátrica hospitalar. Isso pode ser alcançado por meio de intervenções terapêuticas adaptadas às necessidades específicas das crianças, incluindo aconselhamento

individual, terapia familiar e intervenções de grupo. Os profissionais de saúde podem promover a compreensão e o manejo de emoções, fornecendo um espaço seguro para expressão e processamento de experiências traumáticas. Além disso, o suporte psicológico e emocional pode facilitar a comunicação entre a equipe médica, os pacientes e seus familiares, promovendo um ambiente de cuidado mais compassivo e facilitando o processo de recuperação, resultando em uma experiência de tratamento mais positiva e acolhedora para as crianças e suas famílias (Hayakawa *et al.*, 2010).

Em vista, do que foi descrito a comunicação envolve notícias difíceis, devido a isso o diálogo torna-se complexo independentemente da faixa etária, principalmente quando se trata de crianças, tornando-o ainda mais desafiador. Durante esse processo, deve-se estimular e valorizar a relação estabelecida entre trabalhadores, gestores, pacientes e os acompanhantes, para que eles encontrem os caminhos que os mantenham com uma visão integrada da criança e de uma assistência mais humanizada no atendimento. Essas relações refletem no processo de trabalho da enfermagem, voltando o seu olhar para as ações de cuidado.

Analisando o que foi mencionado, considerar apenas o ato de atender à criança, sem observar a forma como acontece esse atendimento, pode ser uma forma equivocada de compreender a humanização da atenção a essa criança. Pois, humanizar não significa apenas atender as necessidades biológicas, mas também abranger os aspectos sociais, éticos, educacionais e psíquicos presentes nas relações humanas.

Ainda há dificuldades e barreiras fazendo com que a implementação integral da Política Nacional de Humanização seja lenta, em consequência da falta de conhecimento das políticas de humanização e descaso com o que lhe foi ensinado e proposto, por parte dos gestores e profissionais, como também a ausência de informações dos seus direitos aos usuários do sistema de saúde. Outro desafio encontrado, que limita as ações humanizadoras, são ocorrências da rotina hospitalar.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O conceito do termo humanizar pode ser traduzido pelo ato de qualificar o cuidado prestado na assistência à saúde de forma satisfatória, como, uma busca incessante do conforto físico, biopsíquico e espiritual, considerando todos os usuários, familiares e a equipe profissional. Através dos resultados mostrados nesta reflexão, é possível perceber que ainda há um déficit dentro do sistema de saúde para cumprir essas ações de cuidado, pois ainda se encontram gestores e equipes de saúde não qualificados,

atualizados e engajados para prestar esse atendimento humanizado, o que acaba por não atender as necessidades da criança e de seus familiares. Consequentemente, é perceptível a falta de informação e promoção de iniciativas humanizadoras tanto da parte das instituições de saúde, quanto da parte dos clientes.

É importante destacar que a Política Nacional de Humanização como uma política deve estar presente em todo o sistema do SUS, suprimindo as carências de humanização em contexto hospitalar, que abrangem os aspectos e singularidades a quem o atendimento está sendo dispensado. Em virtude disso, é fundamental o envolvimento do profissional de saúde na atenção a criança, para que se possa obter um aumento da qualidade na prestação de serviços de saúde dedicados ao paciente infantil, já que eles estão em desenvolvimento e possuem a necessidade da compreensão de suas características, pelo fato de que a hospitalização é um processo mais difícil para eles.

Conclui-se, pois, com este estudo que a humanização na assistência à criança hospitalizada, é de extrema importância para que haja a construção de uma sociedade no âmbito da saúde, mais humanizada, que considere a integralidade do ser em respeito as suas individualidades e não somente atenda às suas patologias. De maneira, que esse público pediátrico, faça com que as ações humanizadoras continuem sendo exercitadas no futuro. Essas iniciativas devem ser feitas por meio de programas, cumprimento das legislações e valorização de ações e iniciativas de cuidado.

## REFERÊNCIAS

BELTRÃO, G. B. Saúde e infância: o entendimento da relação saúde-doença com as experiências de vida de crianças. **Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia)** - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/3351>. Acesso em 01 de out 2023.

BRASIL. Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo. Parecer COREN-SP n. 025, de 14 de junho de 2010. **Solicitado parecer por profissional de enfermagem sobre a competência do enfermeiro para a utilização da música no cuidado aos pacientes.** Disponível em: [https://portal.corensp.gov.br/sites/default/files/parecer\\_coren\\_sp\\_2010\\_25.pdf](https://portal.corensp.gov.br/sites/default/files/parecer_coren_sp_2010_25.pdf) Acesso em: 13 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.104, de 21 de março de 2005.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de brinquedotecas nas unidades de saúde que ofereçam atendimento pediátrico em regime de internação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 21 mar. 2005.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Lei Orgânica da Saúde. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, set. 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde** / Ministério da Saúde. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 28 p: il. – (Série E. Legislação de Saúde) ISBN 978-85-334-1834-9.

BRASIL. Ministério da Saúde. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização do Mi BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. 4. reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Ambiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, **Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização**. – 2. ed. 6 reimp. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

CALABRESI, R. P. M. Ludopedagogia: aspectos importantes para a educação. 2015. **Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino)** – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2015. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/20579>. Acesso em: 18 de out de 2023.

COSTA, M. J. G. Ambiente de cuidados: Fator promotor e protetor da saúde da criança e da família. **(Dissertação de mestrado não publicada)**. Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Saúde. Universidade de Évora, Escola Superior de Enfermagem São João de Deus, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.12207/4901>. Acesso em: 11 de out de 2023.

DAL’BOSCO, E. B. et al. Humanização hospitalar na pediatria: projeto “enfermeiros da alegria. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 13, n. 4, p. 1173, 19 abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/236038>. Acesso em 14 de out de 2023.

DE MARCO, M.A. Do Modelo Biomédico ao Modelo Biopsicossocial: um projeto de educação permanente. **Rev. bras. educ. med.** vol.30 no.1 Rio de Janeiro. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-55022006000100010>. Acesso em: 03 de out de 2023.

FAVARO L.C. et al. Percepção do enfermeiro sobre assistência às crianças com necessidades especiais de saúde na Atenção Primária. **REME – Rev Min Enferm.**; v. 24:e-1277. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1277.pdf>. Acesso: 16 de out 2023.

FERREIRA, E.A.L, et al. Qualidade de vida da criança hospitalizada na pandemia de COVID-19. **Resid Pediatr.** 2020. Disponível em: <https://doi.10.25060/residpediatr-2020.v10n3-401>. Acesso em: 16 de out de 2023.

HAYAKAWA, L. Y. et al.. Rede social de apoio à família de crianças internadas em uma unidade de terapia intensiva pediátrica. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 3, p. 440–445, maio 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000300015>. Acesso em 15 de out de 2023.

KANTORSKI, K. J. C. Parceria entre profissionais de saúde e familiares para segurança do paciente pediátrico. **Dissertação (Doutorado em Enfermagem)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/196037>. Acesso em: 07 de out de 2023.

OLIVEIRA, K. R. S. Humanização e integralidade do cuidado à criança em condição crônica hospitalizada e sua família. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem)**—Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/29247>. Acesso em: 04 de out de 2023

RICAS, J. et al.. Deficiências e Necessidades em Educação Médica Continuada de Pediatras em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 22, n. 2-3, p. 58–66, set. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5271v22.2-3-007>. Acesso em 29 de set de 2023.

SCIPIÃO, I. C. A. M. Ações de cuidado nas relações intrageracionais em crianças em acolhimento institucional. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)** - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19461>. Acesso em 21 de out de 2023.

SCORSOLINI-COMIN, F. A RE-HUMANIZAÇÃO. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto , v. 23, n. 1, p. 1-4, jun. 2022 . Disponível em <http://dx.doi.org/https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a1>. Acesso em 9 out. 2023.

SILVA, I. C. et al. Papel da Enfermagem e da Família na Assistência e Recuperação da Criança Hospitalizada/Role of Nursing and Family in the Care and Recovery of the Hospitalized Child. **Saúde em Foco**, p. 58-66, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12819/rsf.2017.4.1.5>. Acesso em 24 de out de 2023.

SOARES, H. M. et al. Implementação da política nacional de humanização: olhar dos gerentes da Atenção Primária à Saúde. **Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde)**, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2013. Disponível em: <http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/257>. Acesso em: 13 de out de 2023.

# CAPÍTULO 21

## GERAÇÃO SCREENAGERS E A EDUCAÇÃO: os desafios e possibilidades na educação escolar indígena *SCREENAGER GENERATION AND EDUCATION: challenges and possibilities in indigenous school education*

 10.5281/zenodo.10120626

Augusto Everton Dias Castro <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação. Must University. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7759-7157>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5579668660075181>. E-mail: [augusto.everton@hotmail.com](mailto:augusto.everton@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo explora, por meio de uma pesquisa bibliográfica aliada à reflexão teórica, a interação entre a geração de "Screenagers" e o sistema educacional, com foco especial na educação indígena. Primeiramente, ele discute a relação dos estudantes digitais com o universo educacional e os impactos decorrentes, destacando as possibilidades de transformação pedagógica e os desafios na implementação de tecnologias digitais. Em seguida, analisa o percurso escolar da geração digital, demonstrando a necessidade de adaptação dos métodos pedagógicos. O texto aborda também os desafios significativos para professores e escolas diante da rápida mudança tecnológica, como a questão da inclusão digital, da formação docente e da reinvenção da sala de aula. Uma consideração especial é dada à educação indígena, discutindo os impactos e desafios da incorporação de tecnologias digitais em contextos indígenas, respeitando as especificidades e demandas dessas comunidades. O artigo conclui com reflexões sobre as tensões e potencialidades desse cenário, apontando para a necessidade de abordagens educacionais contextualizadas e culturalmente sensíveis.

**Palavras-chave:** Screenagers. Educação Digital. Educação Indígena.

### ABSTRACT

This article explores, through bibliographic research combined with theoretical reflection, the interaction between the "Screenagers" generation and the educational system, with special focus on indigenous education. Initially, it discusses the relationship of digital students with the educational universe and the resulting impacts, highlighting the possibilities for pedagogical transformation and the challenges in implementing digital technologies. Subsequently, it analyzes the school journey of the digital generation, demonstrating the need to adapt pedagogical methods. The text also addresses significant challenges for teachers and schools in the face of rapid technological change, such as the issue of digital inclusion, teacher training, and the reinvention of the classroom. Special consideration is given to indigenous education, discussing the impacts and challenges of incorporating digital technologies into indigenous contexts, respecting the specificities and demands of these communities. The article concludes with reflections on the tensions and potentialities of this scenario, pointing to the need for contextualized and culturally sensitive educational approaches.

**Keywords:** Screenagers. Digital Education. Indigenous Education.

## 1. INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, a educação tem sido palco de constantes desafios e transformações. Particularmente, as novas gerações, crescendo em um ambiente fortemente imerso em tecnologia, têm levado a uma reconsideração significativa dos métodos pedagógicos e das estruturas educacionais. Este artigo propõe um estudo sobre essa nova geração, denominada "screenagers" – um termo cunhado para representar indivíduos que cresceram na era digital, consumindo e interagindo com mídias digitais desde tenra idade (Rushkoff, 1996).

O objetivo deste estudo é explorar o percurso escolar dessa geração digital, considerando a intersecção de sua educação com a tecnologia. A análise se aprofundará nos desafios que surgem para os educadores e instituições de ensino à medida que se adaptam a essa nova realidade. Particularmente, o estudo se concentra na educação escolar indígena, discutindo os desafios e as possibilidades que emergem neste contexto.

A metodologia adotada para este estudo é uma pesquisa bibliográfica, aliada à reflexão teórica. A pesquisa bibliográfica, através de um exame cuidadoso da literatura existente sobre o tema, permite uma compreensão mais profunda dos desafios e possibilidades associados à educação de screenagers. Simultaneamente, a reflexão teórica ajuda a explorar as implicações práticas desses desafios e a esboçar soluções potenciais.

Embora este estudo reconheça a existência de uma lacuna entre a cultura digital dos screenagers e as práticas educacionais existentes (Prensky, 2001), ele vai além dessa dualidade para explorar as potencialidades que essa intersecção pode trazer. Em vez de enquadrar a tecnologia como um desafio a ser superado, este estudo examina como ela pode ser um facilitador do ensino e da aprendizagem.

Finalmente, este artigo se propõe a contribuir para a literatura existente, explorando o percurso escolar da geração screenagers e a educação escolar indígena. Através deste estudo, espera-se proporcionar aos educadores e instituições de ensino uma compreensão mais profunda das necessidades dessa geração e das estratégias eficazes para seu ensino e aprendizagem.

## 2. GERAÇÃO SCREENAGERS E EDUCAÇÃO: RELAÇÕES, POSSIBILIDADES E IMPACTOS

A geração de screenagers é marcada por uma forte interação com a tecnologia. Esses jovens, imersos na cultura digital, demonstram habilidades notáveis em lidar com dispositivos tecnológicos e navegar pelo ciberespaço. Eles são "nativos digitais" (Santander, 2013), cuja afinidade com a tecnologia é evidente em suas práticas de aprendizagem e em sua relação com o mundo em geral.

A relação dessa geração com o universo educacional é complexa e repleta de desafios, mas também de possibilidades. De acordo com Casagrande (2023), essa geração de alunos é fundamentalmente diferente das anteriores em sua relação com a informação e o conhecimento. Eles preferem receber informações rapidamente, funcionam melhor quando estão conectados em rede, e preferem aprender fazendo ao invés de apenas receber instruções passivas.

Essas características trazem um novo conjunto de demandas para a educação. Em primeiro lugar, a educação precisa ser relevante para as realidades dos alunos, incorporando seu universo tecnológico em práticas de ensino (Tapscott, 2009). Isso significa que os educadores precisam encontrar maneiras de integrar a tecnologia na sala de aula de maneiras autênticas e significativas.

Ao mesmo tempo, a cultura digital dos screenagers abre novas possibilidades para a educação. A tecnologia pode facilitar a aprendizagem colaborativa, permitir acesso a uma infinidade de recursos e oferecer novos modos de engajamento e expressão. Os educadores podem aproveitar essas possibilidades para promover a aprendizagem ativa, a criatividade e o pensamento crítico (Jenkins, 2009).

No entanto, os impactos da geração screenagers na educação não são apenas positivos. Há preocupações sobre o impacto potencialmente negativo do uso excessivo da tecnologia na saúde física e mental dos jovens, bem como sobre a possibilidade de aumentar a desigualdade educacional. Além disso, a rápida mudança tecnológica pode tornar difícil para os educadores acompanhar e integrar efetivamente a tecnologia em suas práticas de ensino (Selwyn, 2016).

Portanto, ao considerar a educação da geração screenagers, é crucial ter uma visão equilibrada. É necessário reconhecer tanto as oportunidades que a tecnologia oferece para a aprendizagem, quanto os desafios que ela apresenta. Em última análise, o

objetivo deve ser usar a tecnologia para melhorar a aprendizagem e o ensino, levando em consideração as necessidades, interesses e bem-estar dos alunos.

Ao abordar a geração de screenagers no contexto da educação escolar indígena, temos de levar em conta alguns elementos únicos e desafiadores. Especificamente, a questão crucial reside na relação entre a preservação cultural e a inclusão tecnológica.

Os screenagers na educação escolar indígena possuem um rico patrimônio cultural que deve ser valorizado e preservado. A introdução da tecnologia nesse contexto, portanto, precisa ser cuidadosa e considerada, para garantir que não desestabilize ou desvalorize a cultura e o conhecimento tradicionais (Reyhner, 2010).

No entanto, a inclusão digital também apresenta possibilidades significativas. Por exemplo, a tecnologia pode oferecer aos alunos indígenas acesso a uma variedade de recursos e formas de aprendizado que podem complementar seu conhecimento e práticas culturais. Além disso, a tecnologia pode ajudar a documentar e preservar a cultura indígena, permitindo que os conhecimentos tradicionais sejam compartilhados e transmitidos para as futuras gerações (Srinivasan, 2012).

O desafio, então, é encontrar maneiras de integrar a tecnologia na educação escolar indígena que respeite e valorize a cultura indígena, ao mesmo tempo em que aproveita as possibilidades que a tecnologia oferece. Essa abordagem requer um compromisso sério com a interculturalidade, a coexistência e o diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento (Walsh, 2009).

Ao abordar a geração screenagers na educação escolar indígena, é essencial reconhecer que a tecnologia é apenas uma ferramenta. Ela não deve ser vista como uma solução mágica para os desafios educacionais, nem deve ser permitido que ameace a rica cultura e os conhecimentos tradicionais que os alunos indígenas trazem para a sala de aula.

### **3. A GERAÇÃO DIGITAL E SEU PERCURSO ESCOLAR**

Os membros da geração digital, muitas vezes referidos como "nativos digitais", nasceram e cresceram em uma era de tecnologia avançada e onipresente. Esta geração tem uma relação intrínseca com a tecnologia digital, uma vez que faz parte integrante de seu dia a dia, de suas práticas sociais, e cada vez mais, de seu percurso escolar (Prensky, 2001).

No que diz respeito à educação, a geração digital passou por um percurso escolar distinto em relação às gerações anteriores. Eles têm maior acesso a informações e

recursos de aprendizado online e muitas vezes são capazes de aprender de maneira autônoma e exploratória. Essa geração também tende a valorizar a aprendizagem ativa e participativa, favorecendo a colaboração e a resolução de problemas práticos (Tapscott, 2009).

A presença da tecnologia no percurso escolar da geração digital também traz consigo uma série de oportunidades. O acesso a recursos digitais pode facilitar o aprendizado personalizado, no qual o ritmo e o conteúdo da aprendizagem podem ser adaptados às necessidades individuais dos alunos (Drugas, 2022). Além disso, as ferramentas de comunicação digital podem promover a colaboração e o intercâmbio de ideias, tanto dentro como fora da sala de aula (Marteleto, 2022).

Por outro lado, esse percurso escolar também traz desafios. O acesso desigual à tecnologia e à internet de alta velocidade - a chamada "divisão digital" - pode levar a desigualdades no desempenho acadêmico e nas oportunidades de aprendizado (Warschauer, 2004). Além disso, a rápida evolução da tecnologia pode tornar difícil para os educadores manterem-se atualizados e integrarem eficazmente a tecnologia em suas práticas de ensino (Azevedo, 2022).

Em suma, a geração digital percorreu um caminho escolar moldado pela presença ubíqua da tecnologia. Este percurso é repleto de oportunidades e desafios, exigindo dos educadores e das instituições de ensino uma contínua adaptação e aprendizado.

O percurso escolar da geração digital em uma educação escolar indígena apresenta desafios e oportunidades específicas. A integração da tecnologia em um ambiente educacional indígena deve levar em consideração tanto os benefícios da conectividade digital quanto a importância da preservação cultural.

A geração digital indígena, apesar de ter crescido em uma era tecnológica, pode ter enfrentado uma 'divisão digital' mais pronunciada em comparação com seus pares não indígenas, devido a questões como acesso limitado à infraestrutura de internet e à tecnologia em suas comunidades (Barcellos; Saldanha, 2023). Isto representa um desafio no percurso escolar desses alunos, pois a falta de acesso à tecnologia pode restringir suas oportunidades de aprendizado e limitar sua capacidade de participar plenamente da sociedade digital.

Por outro lado, a introdução da tecnologia na educação indígena também apresenta várias oportunidades. Por exemplo, as plataformas digitais podem facilitar a conexão de alunos indígenas com outras comunidades indígenas ao redor do mundo,

proporcionando uma oportunidade para a troca de conhecimentos e experiências (Silva; Silva Junior, 2022). Além disso, as ferramentas digitais podem ser utilizadas para documentar e preservar línguas e culturas indígenas, bem como para transmitir esses conhecimentos para as futuras gerações (Pinho; Silva; Rodrigues, 2022).

Assim, enquanto a geração digital percorre seu caminho escolar na educação indígena, é essencial que os educadores e as políticas educacionais promovam o acesso equitativo à tecnologia, ao mesmo tempo em que valorizam e respeitam as culturas e conhecimentos indígenas. A tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa, mas deve ser utilizada de maneira a apoiar e aprimorar a educação indígena, e não a substituir ou desvalorizar.

#### **4. DESAFIOS PARA PROFESSORES E ESCOLAS**

A entrada maciça da tecnologia na vida cotidiana dos alunos apresenta desafios significativos para professores e escolas. Estes desafios se manifestam de várias formas e exigem adaptações e respostas inovadoras por parte das instituições educacionais.

Um dos desafios mais proeminentes é a "divisão digital" entre professores e alunos. Muitos professores, sendo imigrantes digitais, podem lutar para acompanhar a fluência tecnológica de seus alunos, os nativos digitais (Prensky, 2001). Esta lacuna pode limitar a eficácia com que os professores são capazes de integrar a tecnologia em suas práticas de ensino e prejudicar a conexão e comunicação entre professores e alunos (Bennett; Maton; Kervin, 2008).

Outro desafio é a necessidade de mudanças pedagógicas. A geração digital tende a preferir abordagens de aprendizagem mais ativas e participativas, o que pode exigir dos professores uma mudança significativa em suas abordagens e estratégias de ensino (Tapscott, 2009). Os professores precisam ser capazes de integrar a tecnologia de maneiras que enriqueçam o aprendizado, promovam a participação ativa dos alunos e apoiem a colaboração e a resolução de problemas (Pontes, 2022).

Além disso, as escolas enfrentam o desafio de fornecer acesso equitativo à tecnologia. O acesso desigual à tecnologia e à internet de alta velocidade pode resultar em disparidades no desempenho acadêmico e nas oportunidades de aprendizado, exacerbando as desigualdades educacionais existentes (Warschauer, 2004).

Por fim, a rápida evolução da tecnologia pode tornar difícil para as escolas e professores manterem-se atualizados e adaptarem-se às novas ferramentas e recursos. Esta constante mudança exige um compromisso contínuo com a formação e

desenvolvimento profissional de professores na área de tecnologia educacional (Joye; Moreira; Rocha, 2020).

Em resumo, a era da geração digital apresenta uma série de desafios para professores e escolas. No entanto, estes desafios também oferecem oportunidades para inovação e mudança, e podem estimular uma transformação necessária na forma como a educação é concebida e entregue.

Os desafios enfrentados por professores e escolas no contexto da educação escolar indígena no cenário da geração digital adquirem contornos específicos. A necessidade de respeito à diversidade cultural, a valorização do conhecimento tradicional e a falta de infraestrutura de tecnologia nas áreas indígenas são algumas das questões que se apresentam de forma mais evidente.

A "divisão digital" entre professores e alunos pode ser mais acentuada na educação escolar indígena. Os professores que trabalham nessas comunidades muitas vezes enfrentam dificuldades não apenas em se familiarizar com a tecnologia, mas também em encontrar maneiras eficazes de integrá-la ao currículo sem comprometer a transmissão de conhecimentos e valores culturais indígenas (Oliveira, 2021).

Ademais, a necessidade de adaptação pedagógica também é evidente no contexto indígena. A pedagogia indígena tende a valorizar o aprendizado prático, a narrativa e a aprendizagem por meio da participação em atividades comunitárias (Battiste, 2002). Integrar a tecnologia a essas abordagens sem prejudicar seus valores fundamentais é um desafio significativo para os professores.

A questão do acesso equitativo à tecnologia também é particularmente relevante. Muitas comunidades indígenas enfrentam sérias limitações de infraestrutura, incluindo acesso limitado à eletricidade e à internet de alta velocidade. Isto pode restringir as oportunidades de aprendizagem dos alunos e exacerbam as desigualdades educacionais (Barcellos; Saldanha, 2023).

Por fim, o desafio da rápida evolução da tecnologia se apresenta de forma ainda mais acentuada na educação escolar indígena. A falta de formação e recursos pode dificultar a capacidade dos professores de se manterem atualizados com as novas tecnologias e de integrá-las de forma eficaz ao currículo.

Em resumo, enfrentar esses desafios na educação escolar indígena exigirá soluções criativas e culturalmente sensíveis. O respeito ao conhecimento e à cultura indígena, juntamente com o reconhecimento do valor da tecnologia, serão essenciais

para moldar uma educação que seja relevante e enriquecedora para a geração digital indígena.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo examinou a interseção entre a geração digital, ou 'Screenagers', e a educação, com ênfase particular na educação escolar indígena. A análise revelou que a geração digital apresenta tanto desafios quanto oportunidades para o sistema educacional. Os desafios incluem a divisão digital entre professores e alunos, a necessidade de mudanças pedagógicas, a questão do acesso equitativo à tecnologia e a rápida evolução da tecnologia.

No entanto, estes desafios também são catalisadores para mudanças positivas. A necessidade de professores se adaptarem às preferências de aprendizagem dos 'Screenagers' pode levar a abordagens pedagógicas mais ativas e participativas. A necessidade de fornecer acesso equitativo à tecnologia pode estimular esforços para superar a divisão digital e promover a inclusão digital. Além disso, a rápida evolução da tecnologia, embora desafiadora, também fornece uma constante fonte de novas ferramentas e recursos que podem enriquecer o aprendizado.

No contexto da educação escolar indígena, a geração digital apresenta desafios específicos. No entanto, se esses desafios forem abordados de maneira culturalmente sensível e respeitosa, a tecnologia tem o potencial de ser uma ferramenta poderosa para apoiar a aprendizagem, preservar e documentar línguas e culturas indígenas e conectar os alunos indígenas a uma comunidade global.

Em suma, a chegada da geração digital nas salas de aula não é uma ameaça à educação, mas uma oportunidade para repensar e inovar as práticas pedagógicas. A educação, seja ela em contextos gerais ou específicos como na educação indígena, tem a capacidade de evoluir e se adaptar. Por mais desafiadora que seja a era da geração digital, ela também é cheia de possibilidades para a aprendizagem e crescimento.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. L. P. F. Usos da Tecnologia na Educação: uma revisão bibliográfica. **Revista de Educação da Unina**, v. 3, n. 1, 2022.

BARCELLOS, C.; SALDANHA, N. O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami.

**Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 17, n. 1, p. 7-13, 2023.

BATTISTE, M. **Indigenous Knowledge and Pedagogy in First Nations Education: A Literature Review with Recommendations**. National Working Group on Education and the Minister of Indian Affairs, Indian and Northern Affairs Canada, Ottawa, 2002.

BENNETT, S.; MATON, K.; KERVIN, L. The ‘digital natives’ debate: A critical review of the evidence. **British Journal of Educational Technology**, v. 39, n. 5, p. 775-786, 2008.

CASAGRANDE, R. **Educação nos novos tempos: para fazer acontecer!** Cortez Editora, 2023.

DRUGAS, M. Screenagers or "Screamagers"? Current Perspectives on Generation Alpha. **Psychological Thought**, v. 15, n. 1, p. 1, 2022.

JENKINS, H. Confronting the challenges of participatory culture: Media education for the 21st century. **The MIT Press**, 2009.

JOYE, C. R.; MOREIRA, M. M.; ROCHA, S. S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, 2020.

MARTELETO, R. M. **As redes que nos reúnem**. ConCI: Convergências em Ciência da Informação, n. 5, p. 1-22, 2022.

OLIVEIRA, W. S. D. **A floresta em rede: a informação como instrumento de mediação e resistência cultural**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2021.

PINHO, V. A. D.; SILVA, V. A. D.; RODRIGUES, E. S. P. Educação Intercultural no Ensino de História e Cultura Indígena em Tempos de Pandemia da Covid-19. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 31, n. 67, p. 341-363, 2022.

PONTES, E. A. S. A Prática Docente do Professor de Matemática na Educação, Profissional e Tecnológica por Intermédio das Novas Tecnologias da Educação Matemática. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 10, 2022.

PRENSKY, M. **Digital natives, digital immigrants**. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

REYHNER, J. Indigenous Language Immersion Schools for Strong Indigenous Identities. **Heritage Language Journal**, v. 7, n. 2, p. 138-152, 2010.

RUSHKOFF, D. **Playing the Future: What We Can Learn from Digital Kids**. Riverhead Books, 1996.

SANTANDER, A. C. A **Ciberconvivência dos “Screenagers”**. Revista Meta: Avaliação, v. 4, n. 12, p. 314-322, 2013.

SELWYN, N. **Education and technology**: Key issues and debates. Bloomsbury Publishing, 2016.

SILVA, I. G. S.; SILVA JÚNIOR, J. G. Sementes do Amanhã: Tecnologias Sociais como Estratégia de Proteção do Patrimônio Genético e Cultural em Comunidades Indígenas no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, n. 2, 2022.

SRINIVASAN, R. Re-thinking the Cultural Codes of New Media: The Question Concerning Ontology. **New Media & Society**, v. 14, n. 2, p. 203-223, 2012.

TAPSCOTT, D. **Grown up digital**: How the net generation is changing your world. McGraw-Hill, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: Las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 131-152, 2009.

WARSCHAUER, M. Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide. **MIT Press**, 2004.

# CAPÍTULO 22

**TECNOLOGIA, CIDADANIA E EDUCAÇÃO: explorando práticas digitais e riscos no contexto das instituições escolares indígenas**

**TECHNOLOGY, CITIZENSHIP, AND EDUCATION: exploring digital practices and risks in the context of indigenous school institutions**

 **10.5281/zenodo.10120644**

Augusto Everton Dias Castro <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação. Must University. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7759-7157>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5579668660075181>. E-mail: [augusto.everton@hotmail.com](mailto:augusto.everton@hotmail.com)

## RESUMO

Este artigo apresenta uma análise crítica da interseção entre tecnologia, cidadania e educação, focalizando na educação escolar indígena. Discute-se o potencial das práticas digitais na promoção da aprendizagem, ressaltando, ao mesmo tempo, os desafios e riscos associados à segurança e privacidade na rede. A discussão se aprofunda no contexto da educação escolar indígena, explorando como a tecnologia pode tanto enriquecer o processo de ensino-aprendizagem quanto trazer riscos específicos para essas comunidades. As tecnologias digitais podem ser instrumentos de preservação cultural, promoção da cidadania e desenvolvimento educacional, mas também podem representar ameaças à privacidade e à apropriação cultural, se mal gerenciadas. Conclui-se ressaltando a importância do planejamento cuidadoso e respeitoso na implementação das tecnologias digitais na educação indígena, visando sempre preservar e fortalecer as culturas indígenas. O estudo é de natureza bibliográfica e visa contribuir para futuras pesquisas e ações práticas na promoção da inclusão digital segura e respeitosa para as comunidades indígenas.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Tecnologias Digitais. Cidadania Digital.

## ABSTRACT

This article presents a critical analysis of the intersection between technology, citizenship, and education, focusing on indigenous school education. It discusses the potential of digital practices in promoting learning, while at the same time highlighting the challenges and risks associated with security and privacy on the network. The discussion delves into the context of indigenous school education, exploring how technology can both enrich the teaching-learning process and bring specific risks to these communities. Digital technologies can be instruments of cultural preservation, promotion of citizenship, and educational development, but can also represent threats to privacy and cultural appropriation, if poorly managed. It concludes by emphasizing the importance of careful and respectful planning in the implementation of digital technologies in indigenous education, always aiming to preserve and strengthen indigenous cultures. The study is of a bibliographic nature and aims to contribute to future research and practical actions in promoting safe and respectful digital inclusion for indigenous communities.

**Keywords:** Indigenous School Education. Digital Technologies. Digital Citizenship.

## 1. INTRODUÇÃO

Em uma era permeada por avanços tecnológicos, a influência da tecnologia na educação tem sido cada vez mais discutida. Como apontado por Melão (2011), a relevância desta temática se justifica pela crescente necessidade de se entender o papel das práticas digitais e dos riscos associados à rede, em um contexto de transformações contínuas e aceleradas. O presente estudo propõe um mergulho nesse panorama, com um enfoque particular na educação escolar indígena.

O objetivo deste trabalho é explorar as implicações das práticas digitais e dos riscos em rede no contexto das instituições escolares, com especial atenção à educação indígena. Trata-se de uma análise que busca compreender como a intersecção entre tecnologia, educação e cidadania digital se manifesta no século XXI (Alves, 2023), e como esses elementos se articulam na realidade educacional indígena.

A escolha do tema está fundamentada na importância de se discutir as práticas digitais no âmbito educacional, considerando as suas possíveis contribuições e desafios (Silva, 2017). Além disso, a inclusão da perspectiva indígena surge como uma oportunidade de ampliar a discussão para além das experiências e contextos convencionais de educação, favorecendo uma visão mais inclusiva e equitativa (Smith, 1999).

O trabalho está baseado em uma metodologia de pesquisa bibliográfica, seguindo as orientações de Gil (2002), cujo intuito é compor um apanhado de conhecimentos já estabelecidos sobre o tema e, a partir disso, lançar um olhar crítico e analítico sobre o panorama atual da tecnologia, cidadania e educação, particularmente no que tange à educação indígena.

Na sequência, o texto se desenvolve em cinco tópicos principais: uma visão geral sobre a interação entre tecnologia e educação; uma discussão sobre as práticas digitais, suas oportunidades e desafios; um debate sobre os riscos em rede, envolvendo questões de segurança, privacidade e cidadania; uma análise da intersecção entre tecnologia, educação e cidadania no século XXI; e um exame crítico da relação entre a educação escolar indígena e a tecnologia.

As considerações finais sintetizam as reflexões desenvolvidas ao longo do trabalho e respondem ao objetivo geral da pesquisa, concluindo o estudo com uma análise integrada e crítica das práticas digitais e riscos em rede na educação escolar indígena.

## **2. TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA VISÃO GERAL**

O advento e a rápida evolução das tecnologias digitais têm gerado impactos significativos na sociedade, particularmente no campo da educação. A integração da tecnologia à prática pedagógica é um fenômeno observado globalmente, alterando a dinâmica tradicional da sala de aula e desafiando concepções pedagógicas estabelecidas (Menezes; Oliveira; d'Abreu, 2022).

A tecnologia, enquanto ferramenta, tem potencial para facilitar a criação de ambientes de aprendizado mais ricos e envolventes, possibilitando novas formas de interação, colaboração e construção do conhecimento (Kroetz; Ozelame, 2023). Além disso, a educação mediada por tecnologia pode contribuir para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao século XXI, como pensamento crítico, resolução de problemas, alfabetização digital e cidadania digital (Voogt et al., 2013).

Entretanto, a implementação efetiva da tecnologia na educação requer uma série de considerações. A tecnologia por si só não garante uma educação de qualidade; é preciso considerar fatores como infraestrutura adequada, capacitação dos educadores, desenvolvimento de materiais pedagógicos apropriados e a orientação pedagógica em si (Santos et al., 2023). Além disso, é crucial estar atento às questões de inclusão e equidade no acesso e uso da tecnologia, garantindo que todos os estudantes possam se beneficiar dessas novas ferramentas de aprendizado (Warschauer; Matuchniak, 2010).

As tecnologias digitais também introduziram novos desafios, tais como o uso inadequado da Internet, a dependência tecnológica e questões relacionadas à privacidade e segurança online (Rosa et al., 2022). Nesse sentido, é importante que a educação tecnológica vá além do simples uso de ferramentas, contemplando também o desenvolvimento de uma cidadania digital responsável e consciente.

Em suma, a interação entre tecnologia e educação é um campo rico e complexo, marcado por grandes oportunidades e desafios. A compreensão desses aspectos é fundamental para se pensar em práticas educacionais que sejam, ao mesmo tempo, inovadoras, inclusivas e seguras.

## **3. PRÁTICAS DIGITAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

As práticas digitais, entendidas como as ações e comportamentos dos indivíduos no ambiente digital, têm sido um elemento central no atual cenário educacional (Silva,

2017). As potencialidades dessas práticas são amplas, mas também apresentam diversos desafios que merecem nossa atenção.

Um dos principais benefícios das práticas digitais na educação é a possibilidade de personalização do ensino (Almeida; Valente, 2011). O uso de plataformas e recursos digitais permite adaptar o conteúdo de aprendizado às necessidades e ritmos individuais dos estudantes. Além disso, ferramentas como fóruns, chats e videoconferências podem fomentar a interação e a colaboração entre alunos, incentivando o trabalho em equipe e a construção coletiva do conhecimento (Alves, 2023).

Entretanto, é necessário salientar que o acesso e a qualidade da conexão à Internet são desafios persistentes no contexto brasileiro (Barbosa et al., 2014). A falta de infraestrutura e o acesso limitado à Internet, particularmente em áreas rurais e comunidades menos privilegiadas, podem amplificar as desigualdades existentes e criar novas formas de exclusão digital (Kroetz; Ozelame, 2023).

Outro aspecto crítico é a formação dos educadores para o uso pedagógico das tecnologias. Mesmo com a disponibilidade de recursos tecnológicos, muitos professores ainda se sentem inseguros ou despreparados para integrar essas ferramentas ao seu trabalho pedagógico (Menezes et al., 2022). Portanto, políticas de formação continuada e suporte técnico-pedagógico são fundamentais para o sucesso da integração da tecnologia na educação.

Além disso, há preocupações relativas à segurança e ao uso ético da tecnologia, como o cyberbullying, a disseminação de fake news e a privacidade dos dados (Sousa; Martins, 2022). Esses problemas evidenciam a necessidade de uma abordagem educacional que promova a cidadania digital, ensinando aos alunos como usar a tecnologia de maneira responsável e ética.

#### **4. RISCOS DA REDE: QUESTÕES DE SEGURANÇA, PRIVACIDADE E CIDADANIA**

À medida que as tecnologias digitais ganham espaço na educação, uma gama de novos riscos e desafios emergem, particularmente relacionados à segurança, privacidade e cidadania digital. Nesse sentido, é crucial desenvolver uma abordagem pedagógica que aborde essas questões de maneira integrada e contextualizada (Melão, 2011).

A segurança online é um dos principais desafios na era digital. Riscos como o cyberbullying, a exploração e o abuso online, e a exposição a conteúdos inapropriados ou prejudiciais têm implicações significativas para o bem-estar e a segurança dos alunos

(Tokunaga, 2010). É vital, portanto, que as escolas e os educadores estejam preparados para lidar com essas questões, fornecendo orientação e suporte adequados aos alunos.

Além disso, a proteção da privacidade online é uma preocupação crescente. O uso de plataformas e aplicativos educacionais digitais frequentemente implica a coleta e o uso de dados dos alunos, levantando questões importantes sobre consentimento, transparência e controle dos dados (Sousa; Martins, 2022). As escolas e os educadores devem estar cientes dessas questões e buscar maneiras de proteger a privacidade dos alunos, garantindo que suas práticas estejam em conformidade com a legislação relevante, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no Brasil (Teixeira, 2022).

Paralelamente, a educação para a cidadania digital tornou-se um componente essencial do currículo escolar. A cidadania digital envolve o ensino de comportamentos e atitudes responsáveis e éticos no ambiente digital, incluindo o respeito aos direitos e deveres online, a avaliação crítica das informações e o uso seguro e respeitoso da tecnologia (Rosa et al., 2022). Essa educação é essencial para preparar os alunos para uma participação ativa e responsável na sociedade digital.

No entanto, é importante destacar que o enfrentamento dos riscos da rede não se limita a ações individuais, mas exige esforços coletivos e institucionais. As escolas, em conjunto com as famílias e a comunidade, devem desempenhar um papel ativo na promoção de um ambiente digital seguro e inclusivo (Silva, 2017).

## **5. A INTERSEÇÃO DE TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO SÉCULO XXI**

A intersecção de tecnologia, educação e cidadania no século XXI é marcada pela emergência de novos paradigmas educacionais e sociais. Esses paradigmas enfatizam a importância da educação digital e da cidadania digital na formação de indivíduos capazes de participar ativa e responsabilmente na sociedade digital (Prensky, 2001).

Nesse contexto, a escola assume um papel crucial. Além de proporcionar a aquisição de conhecimentos e habilidades digitais, a escola deve promover a formação de cidadãos digitais, capazes de agir com ética, responsabilidade e discernimento no ambiente digital (Almeida; Valente, 2011).

Essa formação é ainda mais relevante considerando os desafios da sociedade digital, que incluem a desinformação, a violação da privacidade e a exclusão digital, entre outros (Teixeira, 2022). Nesse sentido, a educação para a cidadania digital envolve

a capacidade de avaliar criticamente as informações, proteger a privacidade e agir de maneira inclusiva e respeitosa no ambiente online (Pardo; Sagredo, 2022).

No Brasil, diversas iniciativas têm buscado integrar a tecnologia à educação de maneira significativa e crítica. Projetos como o Proinfo (Programa Nacional de Tecnologia Educacional), o UCA (Um Computador por Aluno) e o Marco Civil da Internet representam esforços importantes nesse sentido. Contudo, essas iniciativas ainda enfrentam desafios significativos, incluindo a desigualdade no acesso à tecnologia, a formação dos professores para a integração pedagógica da tecnologia e a proteção da privacidade dos alunos (Mattar, 2017).

Dessa forma, a interseção de tecnologia, educação e cidadania no século XXI apresenta um panorama complexo e desafiador. Para navegar nesse panorama, é crucial uma abordagem educacional que integre a tecnologia de maneira crítica e contextualizada, promovendo a formação de cidadãos digitais e enfrentando os desafios da sociedade digital.

## **6. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E TECNOLOGIA: UM OLHAR CRÍTICO**

O discurso dominante sugere que a inclusão digital pode desempenhar um papel crucial na redução das disparidades educacionais e sociais. No entanto, uma análise crítica desse discurso é necessária quando consideramos o contexto da educação escolar indígena no Brasil.

As práticas digitais trazem, sem dúvida, oportunidades significativas para a educação escolar indígena. Tecnologias como a Internet podem facilitar o acesso a materiais educacionais, permitir a comunicação com outras comunidades indígenas e fornecer uma plataforma para a expressão da cultura e da identidade indígena (Silva; Silva Junior, 2022). No entanto, como vimos anteriormente, essas práticas também trazem desafios consideráveis, incluindo questões de segurança, privacidade e apropriação cultural.

Esses desafios são amplificados no contexto da educação escolar indígena devido à marginalização histórica e contínua dessas comunidades. As políticas de inclusão digital muitas vezes não levam em conta as disparidades no acesso à tecnologia e a necessidade de uma formação digital crítica e contextualizada (Almeida; Valente, 2011).

Ademais, a promoção da cidadania digital no contexto da educação escolar indígena não pode ser uma imposição de normas e valores externos. Ao contrário, deve ser uma prática de empoderamento que respeite e valorize a cultura e a soberania indígena (Melo et al., 2022).

Nesse sentido, alguns projetos brasileiros têm buscado integrar a tecnologia à educação escolar indígena de maneira crítica e contextualizada. Por exemplo, o projeto “Mídias na Educação Indígena”, desenvolvido pela Universidade Federal de Roraima, utilizou tecnologias digitais para fortalecer a cultura indígena e promover o diálogo intercultural. Da mesma forma, o projeto “Awaete: guardiões da memória”, desenvolvido pela organização indígena Instituto Kabu, utiliza a tecnologia para documentar e preservar a cultura do povo Awaete.

Ainda assim, tais iniciativas são exceções em um cenário dominado pela exclusão digital e pela falta de políticas de formação digital adequadas para as comunidades indígenas (Pereira, 2020).

A interseção de tecnologia, educação e cidadania no contexto da educação escolar indígena apresenta um panorama complexo e desafiador. Para navegar nesse panorama, é necessária uma abordagem educacional que integre a tecnologia de maneira crítica, contextualizada e culturalmente relevante, promovendo a formação de cidadãos digitais indígenas e enfrentando os desafios da sociedade digital.

Na educação escolar indígena, as tecnologias podem representar uma possibilidade de romper barreiras, dadas as distâncias geográficas e as diferenças culturais que caracterizam essas populações. Elas podem contribuir para uma abordagem intercultural da educação, promovendo a diversidade e permitindo o compartilhamento e a valorização de conhecimentos e práticas indígenas (Alves et al. 2015).

A tecnologia, neste contexto, tem o potencial de apoiar uma abordagem pedagógica que considere as particularidades culturais, valorize o conhecimento tradicional e a língua indígena, ao mesmo tempo em que proporcione o aprendizado de novas competências digitais. Nesse sentido, o uso de tecnologias digitais poderia contribuir para o empoderamento dessas comunidades, a preservação de suas culturas e a garantia de seus direitos (Lisboa et al., 2020).

Por outro lado, a introdução de tecnologias na educação escolar indígena também carrega complexidades. Primeiro, existe o risco de se promover uma visão acrítica do uso da tecnologia, sem considerar os possíveis efeitos de sua introdução no

contexto cultural indígena. Segundo, a presença de infraestruturas tecnológicas inadequadas, falta de formação dos professores e conteúdos digitais descontextualizados são desafios persistentes na integração eficaz da tecnologia na educação indígena (Mendonça; Oliveira, 2020).

É necessário um equilíbrio delicado, que reconheça e integre as práticas digitais na educação escolar indígena de maneira respeitosa e relevante para a cultura, a sociedade e a cosmovisão desses povos, além de considerar os possíveis riscos e desafios envolvidos.

Na medida em que a educação indígena se abre para o universo digital, é imperativo considerar os riscos associados à segurança, privacidade e cidadania digital, que podem se manifestar de maneiras únicas nesse contexto. Embora as tecnologias digitais tenham potencial para potencializar o acesso ao conhecimento e à educação para essas comunidades, elas também apresentam ameaças que devem ser seriamente consideradas.

A segurança online é um desses desafios. Conteúdos maliciosos, cyberbullying e fraudes na internet são riscos que se aplicam universalmente, mas a situação torna-se ainda mais delicada considerando que muitas vezes os estudantes indígenas têm acesso limitado a informações sobre esses perigos e sobre como se proteger (Nunes, 2017).

A privacidade é outra questão que merece atenção. Com o acesso à internet, os indivíduos tornam-se potencialmente vulneráveis à exploração de dados pessoais, e o contexto indígena não é uma exceção. Além disso, a disseminação descontrolada de aspectos culturais e conhecimentos tradicionais pode levar a usos indevidos e apropriação cultural, entre outras formas de exploração (Machado; Coppe, 2022).

Finalmente, mas não menos importante, a questão da cidadania digital. O desafio aqui está em garantir que o uso da tecnologia não represente uma ameaça à identidade cultural indígena e que, ao contrário, possa ser uma ferramenta para fortalecer a participação e a representação dessas comunidades no espaço digital (Pereira, 2020).

Enfrentar esses riscos exigirá um esforço consciente e sistemático. É essencial que os currículos de educação digital para populações indígenas sejam concebidos com uma compreensão profunda dessas questões e que a formação em literacia digital seja acompanhada por uma forte ênfase em segurança, privacidade e cidadania online (Mendonça; Oliveira, 2020).

No século XXI, a intersecção entre tecnologia, educação e cidadania ganha contornos particulares quando pensada no contexto da educação escolar indígena. Com

a inserção de tecnologias digitais, essas comunidades enfrentam desafios, mas também têm a oportunidade de explorar novos caminhos para a cidadania.

Do ponto de vista educacional, a tecnologia pode funcionar como um importante instrumento para o ensino e a aprendizagem, permitindo a personalização e a contextualização dos processos educativos e possibilitando a construção de materiais didáticos que respeitem e valorizem a cultura e a língua indígena (Alves; Bueno, 2015).

No entanto, como discutido anteriormente, essa inserção deve ser feita de maneira cuidadosa e reflexiva, levando em conta os potenciais riscos e ameaças. Nesse sentido, a formação para uma cidadania digital crítica e reflexiva, que promova uma utilização segura, responsável e criativa das tecnologias, torna-se fundamental (Nunes, 2017).

Além disso, a tecnologia pode contribuir para a promoção da cidadania indígena, ampliando a visibilidade dessas populações e suas lutas por direitos, a disseminação de suas culturas e saberes e o diálogo com a sociedade mais ampla. Portais, plataformas e redes sociais podem se tornar espaços de encontro, troca, denúncia e mobilização, promovendo uma cidadania ativa e participativa (Lisboa; Costa, 2020).

É preciso ressaltar, entretanto, que o acesso a essas tecnologias não deve ser considerado um fim em si mesmo, mas um meio para promover uma educação de qualidade, respeitosa da diversidade e promotora de cidadania. Isso implica em garantir a infraestrutura necessária, promover a formação de professores e desenvolver políticas que considerem as especificidades e necessidades das populações indígenas (Machado; Coppe, 2022).

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo buscou explorar as interseções entre tecnologia, educação, cidadania e práticas digitais, focalizando especificamente na educação escolar indígena. Ao longo da análise, foi possível evidenciar o potencial transformador das tecnologias digitais, que podem se configurar como valiosos instrumentos para o desenvolvimento educacional, a preservação cultural e a promoção da cidadania.

Contudo, é inegável que essas tecnologias também trazem consigo desafios e riscos. A segurança e privacidade online, por exemplo, são questões prementes e que exigem uma atuação consciente e responsável, a fim de garantir a proteção de dados pessoais, bem como a segurança dos usuários em ambiente digital.

Especificamente no contexto indígena, os riscos podem se intensificar devido a fatores como o desconhecimento acerca das práticas seguras no ambiente online, a apropriação cultural e a exposição indevida de elementos tradicionais e culturais dessas populações. Portanto, a educação digital para as comunidades indígenas deve ser planejada de maneira cuidadosa, sempre respeitando a diversidade e especificidades culturais, e com o propósito de fortalecer e não enfraquecer suas identidades.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. E. B. de; VALENTE, J.A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.
- ALVES, E. F. P. Possibilidades e desafios para a aprendizagem cooperativa em ambientes virtuais. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 7, p. e12312740903, 2023.
- ALVES, M. I. A.; BUENO, J. L. P.; AMARAL, N. F. G. Tecnologias e formação de professores indígenas: cruzando fronteiras. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 3, p. 920-944, 2015.
- BARBOSA, A. F.; GARROUX, C.; SENNE, F. Pesquisa TIC Educação e os desafios para o uso das tecnologias nas escolas de ensino fundamental e médio no Brasil. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 5, p. 293-297, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Atlas, 2002.
- KROETZ, K.; OZELAME, D. M. A proliferação da educação a distância: problematizando alguns discursos. **Ensino em Perspectivas**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2023.
- LISBOA, A. C.; COSTA, P. L. S.; AMORIM, A. Cultura e identidade na educação de jovens e adultos indígenas. **Revista Fragmentos de Cultura-Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas**, v. 30, n. 2, p. 183-197, 2020.
- MACHADO, V. F.; COPPE, C. Educação Científica contra o Preconceito: da Natureza às Multinaturezas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, e32489-23, 2022.
- MATTAR, J. **Metodologias ativas para a educação presencial, blended e a distância**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.
- MELÃO, D. H. M. R. Da página ao(s) ecrã(s): tecnologia, educação e cidadania digital no século XXI. **Educação, Formação e Tecnologias**, v. 4, n. 2, p. 89-107, 2011.
- MELO, F. M. S. et al. Direto à educação e efetivação da cidadania dos povos indígenas. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 9, n. 3, p. 628-641, 2022.

MENDONÇA, D. G.; OLIVEIRA, R. M. D. S. R. Educação indígena no Brasil: Entre legislações, formação docente e tecnologias. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e518985564, 2020.

MENEZES, S.; OLIVEIRA, S. R.; D'ABREU, J. V. V. A Utilização e Integração das Tecnologias Digitais na Prática Pedagógica do Professor de Matemática. **Jornal Internacional de Estudos em Educação Matemática**, v. 15, n. 2, p. 226-236, 2022.

NUNES, F. F. Indígena, cyberbullying e a estereotipação do sujeito no mercado de trabalho. **Traços de Linguagem**-Revista de Estudos Linguísticos, v. 1, n. 2, 2017.

PARDO, C. M. J. C.; SAGREDO, A. V. A educação cidadã e o uso de estratégias didáticas baseadas nas TIC para promover o desenvolvimento de competências de cidadania digital nos alunos. **Cuadernos de Investigación Educativa**, v. 13, n. 2, p. 79-102, 2022.

PEREIRA, C. L. Política Pública de inclusão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no ensino e aprendizagem na Educação Escolar Indígena brasileira nos tempos atuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, p. e8591210393, 2020.

PRENSKY, M. **Digital natives, digital immigrants part 1**. On the horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

ROSA, R. C. M.; SOUZA JUNIOR, J. C.; ZUMSTEIN, L. S. O Tecnoestresse E As Consequências Da Hiperconectividade Para A Educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 21, n. 50, 2022.

SANTOS, A. M. et al. Educação a distância para formação de professores. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 2318-2333, 2023.

SILVA, E. R. O ensino híbrido no contexto das escolas públicas brasileiras: contribuições e desafios. **Porto das Letras**, v. 3, n. 1, p. 151-164, 2017.

SILVA, I. G. S.; SILVA JÚNIOR, J. G. Sementes do Amanhã: Tecnologias Sociais como Estratégia de Proteção do Patrimônio Genético e Cultural em Comunidades Indígenas no Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 17, n. 2, 2022.

SOUSA, J. S. D. P. C.; MARTINS, C. **Fake news** - um obstáculo a uma cidadania ativa: uma análise em contexto acadêmico. In: VIII Conferência Ibérica de Inovação na Educação com TIC: ieTIC2022: livro de resumos. [S.l.], p. 146-147, 2022.

TEIXEIRA, T. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**: Comentada artigo por artigo. 4. ed. Saraiva Educação SA, 2022.

TOKUNAGA, R. S. Following you home from school: A critical review and synthesis of research on cyberbullying victimization. **Computers in Human Behavior**, v. 26, n. 3, p. 277-287, 2010.

VOOGT, J.; ERSTAD, O.; DEDE, C.; MISHRA, P. Challenges to learning and schooling in the digital networked world of the 21st century. **Journal of Computer Assisted Learning**, v. 29, n. 5, p. 403-413, 2013.

WARSCHAUER, M.; MATUCHNIAK, T. New technology and digital worlds: Analyzing evidence of equity in access, use, and outcomes. **Review of Research in Education**, v. 34, n. 1, p. 179-225, 2010.

# CAPÍTULO 23

## MÍDIAS DIGITAIS E LINGUAGEM VISUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: uma perspectiva contemporânea *DIGITAL MEDIA AND VISUAL LANGUAGE IN INDIGENOUS SCHOOL EDUCATION: a contemporary perspective*



Augusto Everton Dias Castro <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação. Must University. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7759-7157>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5579668660075181>. E-mail: [augusto.everton@hotmail.com](mailto:augusto.everton@hotmail.com)

### RESUMO

Este artigo explora a confluência entre mídias digitais, linguagem visual e Educação Escolar Indígena. Aborda-se o papel transformador das mídias digitais no cenário educacional contemporâneo, destacando suas potencialidades em facilitar a aprendizagem personalizada e colaborativa. No entanto, também se discute a necessidade de uma integração cuidadosa e contextualizada dessas mídias, especialmente no contexto da Educação Escolar Indígena, onde a preservação cultural é primordial. A experiência da Ororubá Filmes é apresentada como um exemplo ilustrativo de como a tecnologia, quando utilizada com sensibilidade e propósito, pode ser uma ferramenta poderosa para contar histórias indígenas e promover a interculturalidade. O artigo conclui enfatizando a importância da colaboração e do respeito na implementação das mídias digitais na educação, garantindo que elas sirvam como ferramentas de empoderamento e não de marginalização. A pesquisa é fundamentada em uma revisão bibliográfica e busca oferecer insights para futuras investigações e iniciativas práticas na integração das mídias digitais na Educação Escolar Indígena.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Mídias Digitais. Linguagem Visual.

### ABSTRACT

This article explores the confluence between digital media, visual language, and Indigenous School Education. It addresses the transformative role of digital media in the contemporary educational landscape, highlighting its potential to facilitate personalized and collaborative learning. However, the need for a careful and contextualized integration of these media is also discussed, especially in the context of Indigenous School Education, where cultural preservation is paramount. The experience of Ororubá Films is presented as an illustrative example of how technology, when used with sensitivity and purpose, can be a powerful tool for telling indigenous stories and promoting interculturality. The article concludes by emphasizing the importance of collaboration and respect in the implementation of digital media in education, ensuring that they serve as tools for empowerment rather than marginalization. The research is grounded in a literature review and seeks to provide insights for future investigations and practical initiatives in the integration of digital media in Indigenous School Education.

**Keywords:** Indigenous School Education. Digital Media. Visual Language.

## 1. INTRODUÇÃO

A integração de tecnologias digitais no ambiente educacional tem sido objeto de discussão e pesquisa em diversos contextos ao redor do mundo (Costa; Santos, 2023). A capacidade das mídias digitais de transformar a maneira como os educandos interagem com o conteúdo, com os educadores e entre si é inegável (Selwyn, 2011). No entanto, quando nos voltamos para contextos específicos, como a Educação Escolar Indígena, a discussão torna-se ainda mais rica e complexa.

A Educação Escolar Indígena, tradicionalmente, tem se pautado na oralidade, nas práticas comunitárias e na transmissão de saberes ancestrais (Bergamaschi; Medeiros, 2010). A introdução de mídias digitais nesse contexto pode ser vista tanto como uma oportunidade de enriquecimento pedagógico quanto como um desafio de preservação cultural. Assim, é fundamental compreender como essas mídias podem ser integradas de forma respeitosa e significativa, valorizando a cultura e os saberes indígenas.

Este paper tem como objetivo explorar a integração das mídias digitais e da linguagem visual na Educação Escolar Indígena. Através de uma metodologia de Pesquisa Bibliográfica, discutiremos a relevância das mídias digitais no ensino, os tipos de mídias em uso atualmente, suas aplicações em diferentes áreas do saber e a elaboração de materiais didáticos com foco na linguagem visual. Finalmente, apresentaremos uma experiência bem-sucedida no uso de mídias digitais em um contexto educacional indígena.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos principais. No primeiro, abordaremos a relevância das mídias digitais no ensino, contextualizando sua evolução e benefícios pedagógicos. No segundo capítulo, apresentaremos um panorama atual das mídias digitais na educação, destacando suas diferentes aplicações em áreas do saber. O terceiro capítulo focará na linguagem visual e na proposta de elaboração de um material didático para a Educação Escolar Indígena. Por fim, no quarto capítulo, discutiremos uma experiência de sucesso no uso de mídias digitais em um contexto educacional indígena.

## 2. A RELEVÂNCIA DAS MÍDIAS DIGITAIS NO ENSINO

A revolução digital transformou diversas esferas da sociedade contemporânea, e a educação não foi exceção. Desde a introdução dos primeiros computadores nas

escolas até a atual era de aprendizagem móvel e ambientes virtuais, as mídias digitais têm desempenhado um papel cada vez mais central no processo educacional (Prensky, 2001). Este capítulo busca entender a relevância das mídias digitais no ensino, explorando sua evolução, benefícios pedagógicos e desafios.

Historicamente, a educação tem se adaptado e evoluído com a introdução de novas tecnologias. Desde a invenção da imprensa até a popularização da televisão, cada nova mídia trouxe consigo novas possibilidades pedagógicas (Cuban, 2001). No entanto, as mídias digitais, devido à sua natureza interativa e capacidade de personalização, representam uma mudança paradigmática na maneira como o ensino pode ser concebido e entregue (Silva; Lopes, 2023).

Um dos principais benefícios pedagógicos das mídias digitais é a capacidade de proporcionar aprendizagem personalizada. Plataformas digitais permitem que os educadores adaptem o conteúdo às necessidades individuais dos alunos, oferecendo caminhos de aprendizagem diferenciados e permitindo uma progressão baseada no ritmo do aluno. Esta personalização não apenas atende às necessidades individuais, mas também pode aumentar a motivação e o engajamento dos alunos (Lima et al., 2023).

Além disso, as mídias digitais facilitam a aprendizagem colaborativa. Ambientes virtuais, como fóruns de discussão e plataformas de trabalho colaborativo, permitem que os alunos colaborem em tempo real, independentemente de sua localização geográfica. Esta capacidade de colaboração transcultural e transfronteiriça prepara os alunos para um mundo cada vez mais globalizado, onde a capacidade de trabalhar em equipes diversificadas é crucial (Maher; Mendes; Cesar, 2022).

No entanto, a integração das mídias digitais no ensino não está isenta de desafios. A disparidade no acesso a tecnologias, muitas vezes referida como "divisão digital", pode perpetuar desigualdades socioeconômicas, com estudantes de backgrounds menos privilegiados tendo menos acesso a recursos digitais de qualidade. Além disso, a eficácia da aprendizagem digital depende em grande parte da capacidade dos educadores de integrar efetivamente a tecnologia em suas práticas pedagógicas, o que requer formação e suporte contínuos (Pereira; Santiago, 2022).

As mídias digitais têm o potencial de transformar profundamente o ensino, oferecendo oportunidades inovadoras para personalização, colaboração e engajamento. No entanto, para que essa transformação seja eficaz e equitativa, é essencial abordar os desafios associados à sua integração, garantindo que todos os alunos tenham acesso a oportunidades de aprendizagem de alta qualidade no ambiente digital.

A educação escolar indígena, em sua essência, busca respeitar e valorizar as particularidades culturais, sociais e linguísticas das diversas etnias indígenas presentes em um país. Diferentemente da educação tradicional, que muitas vezes segue um currículo padronizado, a educação indígena se esforça para ser intercultural, valorizando tanto o conhecimento indígena quanto o conhecimento ocidental (Kato; Sandron; Hoffmann, 2021).

Historicamente, muitas comunidades indígenas enfrentaram imposições educacionais que buscavam assimilá-las à cultura dominante, muitas vezes em detrimento de suas tradições e línguas. No entanto, nas últimas décadas, houve um movimento crescente para reconhecer e valorizar a diversidade cultural e garantir que a educação oferecida às comunidades indígenas seja relevante e respeitosa (Ramos, 1998).

A introdução de mídias digitais na educação escolar indígena apresenta oportunidades e desafios únicos. Por um lado, a tecnologia pode ser uma ferramenta poderosa para documentar e preservar línguas e tradições em risco, permitindo que as gerações futuras tenham acesso ao rico patrimônio cultural de seus ancestrais. Além disso, as mídias digitais podem facilitar a comunicação entre comunidades indígenas dispersas geograficamente, promovendo a troca de conhecimentos e experiências (Pereira, 2020).

Por outro lado, é crucial que a introdução de tecnologias na educação indígena seja feita de maneira cuidadosa e contextualizada. Há o risco de que a tecnologia, se mal aplicada, possa diluir ou distorcer tradições culturais, em vez de preservá-las e valorizá-las (Stevanim, 2020). Portanto, é essencial que os educadores trabalhem em estreita colaboração com as comunidades indígenas para garantir que a tecnologia seja usada de maneira apropriada e benéfica.

A linguagem visual, particularmente, tem um potencial significativo na educação escolar indígena. Muitas culturas indígenas têm uma rica tradição de arte visual, desde pinturas corporais até intrincados padrões de tecelagem (Costa; Bezerra; Nascimento, 2022). As mídias digitais podem oferecer uma plataforma para que essas tradições sejam exploradas e integradas ao currículo de maneira interativa e envolvente.

Enquanto as mídias digitais têm o potencial de enriquecer significativamente a educação escolar indígena, é fundamental que sua introdução seja feita com sensibilidade e respeito. A colaboração entre educadores, tecnólogos e comunidades

indígenas será crucial para garantir que a tecnologia seja usada de maneira a beneficiar e empoderar os alunos indígenas, ao invés de impor valores ou práticas externas.

### **3. PANORAMA ATUAL DAS MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO**

A era digital trouxe consigo uma profusão de ferramentas e plataformas que têm o potencial de redefinir a paisagem educacional. A integração dessas mídias no ensino não é apenas uma tendência contemporânea, mas uma necessidade emergente, dada a crescente digitalização da sociedade (Silva; Lopes, 2023). Este capítulo busca traçar um panorama das mídias digitais atualmente em uso na educação, explorando suas aplicações em diferentes áreas do saber e suas implicações para a Educação Escolar Indígena.

As plataformas de aprendizagem online, como os Sistemas de Gestão da Aprendizagem (LMS, na sigla em inglês), tornaram-se comuns em muitas instituições educacionais. Esses sistemas, como Moodle e Blackboard, permitem que educadores e alunos interajam em ambientes virtuais, facilitando a distribuição de materiais, a realização de avaliações e a comunicação. Além dos LMS, os Massive Open Online Courses (MOOCs) democratizaram o acesso à educação de alta qualidade, permitindo que alunos de todo o mundo participem de cursos oferecidos por instituições renomadas (Huerta; Caballero-Hernández; Fernández-Ruiz, 2022).

Outra tendência significativa é o uso de aplicativos educacionais e jogos digitais. Estes têm o potencial de tornar o aprendizado mais interativo e envolvente, adaptando-se ao ritmo e estilo de aprendizagem do aluno. Plataformas como Khan Academy e Duolingo, por exemplo, utilizam gamificação para motivar os alunos e proporcionar feedback imediato (Saura, 2023).

As mídias sociais também encontraram seu caminho para a sala de aula. Ferramentas como blogs, wikis e plataformas de mídia social, como Twitter e Facebook, são usadas para promover a colaboração, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento. No entanto, é crucial que os educadores estejam cientes dos desafios associados ao uso de mídias sociais, como questões de privacidade e a necessidade de promover a literacia digital entre os alunos (Spindola; Santos, 2023).

No contexto da Educação Escolar Indígena, as mídias digitais oferecem oportunidades únicas e desafios específicos. Por exemplo, a tecnologia pode ser usada para documentar e preservar línguas indígenas, muitas das quais estão em risco de extinção. Além disso, as mídias digitais podem facilitar a troca de conhecimentos entre

comunidades indígenas, promovendo a interculturalidade e o respeito mútuo (Rezende, 2019).

No entanto, é essencial que a introdução de mídias digitais na Educação Escolar Indígena seja feita de maneira contextualizada e respeitosa. A tecnologia não deve ser vista como uma panaceia, mas como uma ferramenta que, quando usada adequadamente, pode enriquecer o processo educacional, respeitando e valorizando a cultura e os saberes indígenas (Sousa, 2020).

O panorama atual das mídias digitais na educação é vasto e em constante evolução. Para aproveitar ao máximo o potencial dessas ferramentas, é crucial que os educadores estejam bem informados e preparados para integrá-las de maneira eficaz e significativa em seus contextos de ensino, especialmente em contextos tão específicos e ricos como a Educação Escolar Indígena.

#### **4. LINGUAGEM VISUAL E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS**

A linguagem visual, como forma de comunicação e expressão, tem sido uma parte intrínseca da experiência humana desde os tempos pré-históricos. No contexto educacional, a linguagem visual desempenha um papel fundamental, não apenas como um meio de transmitir informações, mas também como uma ferramenta para promover a compreensão profunda e o pensamento crítico (Eisner, 2002).

A importância da linguagem visual na aprendizagem é evidenciada pelo conceito de alfabetização visual. Esta forma de alfabetização refere-se à capacidade de interpretar, negociar e construir significado a partir de informações apresentadas na forma de imagens. Em uma era dominada pela mídia digital, onde as imagens são onipresentes, a alfabetização visual torna-se uma habilidade essencial para navegar e compreender o mundo (Buckingham, 2007).

As mídias digitais, com sua capacidade inerente de combinar texto, som e imagem, oferecem oportunidades sem precedentes para integrar a linguagem visual no processo educacional. Softwares de design gráfico, plataformas de animação e ferramentas de realidade virtual e aumentada permitem que educadores criem materiais didáticos ricos e interativos que podem acomodar diferentes estilos de aprendizagem (Lima; Pereira; Viana, 2022). Por exemplo, infográficos e vídeos educativos podem simplificar conceitos complexos, tornando-os mais acessíveis e memoráveis para os alunos.

No contexto da Educação Escolar Indígena, a linguagem visual assume uma relevância particular. Muitas culturas indígenas têm uma rica tradição de contar histórias através de arte visual, seja através de pinturas, esculturas ou danças. Integrar essas formas tradicionais de expressão visual com mídias digitais pode resultar em materiais didáticos que são culturalmente relevantes e pedagogicamente eficazes (Costa; Bezerra; Nascimento, 2022).

Ao desenvolver materiais didáticos para a Educação Escolar Indígena, é crucial considerar a interculturalidade. Isso significa que os materiais não devem apenas refletir a cultura e os valores indígenas, mas também promover um diálogo entre diferentes culturas e sistemas de conhecimento (Pereira, 2020). As mídias digitais, com sua capacidade de combinar múltiplas formas de expressão, são particularmente adequadas para essa abordagem intercultural.

No entanto, é essencial abordar a elaboração de materiais didáticos com sensibilidade e respeito. A apropriação cultural, onde elementos de uma cultura são usados fora de seu contexto original sem compreensão ou respeito, é uma preocupação legítima (Beltrão; Mota; Bomfim, 2022). Portanto, a colaboração com membros da comunidade indígena é fundamental para garantir que os materiais didáticos sejam autênticos e respeitosos.

A linguagem visual, quando combinada com as capacidades das mídias digitais, oferece oportunidades significativas para enriquecer a aprendizagem na Educação Escolar Indígena. No entanto, é crucial que essa combinação seja feita de maneira cuidadosa e colaborativa, garantindo que os materiais didáticos sejam culturalmente relevantes, pedagogicamente eficazes e respeitosos com as tradições e valores indígenas.

## **5. EXPERIÊNCIA DE SUCESSO: ORORUBÁ FILMES E A INTEGRAÇÃO DA MÍDIA DIGITAL NA EDUCAÇÃO INDÍGENA**

A integração de mídias digitais na educação, particularmente na Educação Escolar Indígena, é um território repleto de desafios e oportunidades. Um exemplo notável de sucesso nesse campo é o da Ororubá Filmes, uma produtora indígena que tem utilizado o poder do cinema e da mídia digital para contar histórias indígenas, por indígenas, e para indígenas (Quintero, 2023).

Fundada por membros da comunidade Xukuru, a Ororubá Filmes tem como objetivo principal dar voz às narrativas indígenas, muitas vezes marginalizadas ou mal

interpretadas pela mídia mainstream. Ao fazer isso, a produtora não apenas desafia estereótipos e preconceitos, mas também oferece uma ferramenta educacional valiosa para as comunidades indígenas e para o público em geral.

Os filmes produzidos pela Ororubá não são apenas representações autênticas da vida e da cultura indígenas, mas também são ferramentas pedagógicas. Eles têm sido usados em escolas indígenas e não indígenas para promover a compreensão intercultural e para valorizar o patrimônio cultural indígena (Quintero, 2023). Além disso, ao empregar técnicas cinematográficas modernas e narrativas envolventes, esses filmes tornam o conteúdo educacional acessível e atraente para os alunos.

O impacto da Ororubá Filmes vai além da sala de aula. Ao disponibilizar seus filmes em plataformas digitais e em festivais de cinema, a produtora alcança um público global, promovendo a conscientização sobre questões indígenas e desafiando narrativas dominantes. Esta ampla disseminação também serve como uma forma de preservação cultural, garantindo que as histórias e tradições indígenas sejam documentadas e compartilhadas com gerações futuras.

Um dos aspectos mais notáveis da Ororubá Filmes é sua abordagem colaborativa. A produtora envolve ativamente membros da comunidade em todas as etapas do processo de produção, desde a concepção até a pós-produção. Esta abordagem garante que os filmes sejam autênticos e respeitosos, refletindo verdadeiramente as perspectivas e valores da comunidade (Mallmann; Oliveira; Pereira, 2019).

Em conclusão, a experiência da Ororubá Filmes destaca o potencial das mídias digitais na Educação Escolar Indígena. Ao combinar narrativas autênticas com técnicas cinematográficas modernas, a produtora oferece uma ferramenta educacional valiosa que é culturalmente relevante e pedagogicamente eficaz. Esta abordagem pode servir como modelo para outras iniciativas que buscam integrar mídias digitais na educação indígena, garantindo que a tecnologia seja usada de maneira a beneficiar e empoderar as comunidades indígenas.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo deste paper, exploramos a intersecção entre mídias digitais, linguagem visual e Educação Escolar Indígena. O cenário educacional contemporâneo, impulsionado pela revolução digital, apresenta tanto desafios quanto oportunidades inéditas para a pedagogia e a prática educacional. No entanto, é evidente que a simples

introdução de tecnologias não garante uma educação de qualidade; é a maneira como essas ferramentas são integradas e contextualizadas que determina seu verdadeiro valor.

A relevância das mídias digitais no ensino é inegável. Elas oferecem meios para personalizar a aprendizagem, promover a colaboração e engajar os alunos de maneiras anteriormente inimagináveis. No entanto, como discutido, é crucial que a integração dessas mídias seja feita de maneira cuidadosa, especialmente no contexto da Educação Escolar Indígena, onde a preservação e valorização da cultura e dos saberes indígenas são de suma importância.

A experiência da Ororubá Filmes ilustra o potencial das mídias digitais quando usadas com sensibilidade, respeito e propósito. Ao dar voz às narrativas indígenas e ao mesmo tempo empregar técnicas cinematográficas modernas, a produtora demonstra como a tecnologia pode ser uma poderosa aliada na promoção da interculturalidade e no reconhecimento da riqueza e diversidade das culturas indígenas.

Em última análise, o sucesso da integração das mídias digitais na educação, seja ela indígena ou não, depende de uma abordagem colaborativa e contextualizada. Educadores, tecnólogos e, mais crucialmente, as próprias comunidades devem trabalhar juntos para garantir que a tecnologia seja usada de maneira a beneficiar todos os envolvidos. À medida que avançamos na era digital, é nossa responsabilidade coletiva garantir que a educação permaneça relevante, respeitosa e reflexiva, valorizando todas as vozes e perspectivas.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, H. G.; MOTA, É. R. L. C.; BOMFIM, F. R. O “dia do índio” e a apropriação cultural na educação infantil: o que pensam as professoras? **Revista Latino-Americana de Estudos Científicos**, e37908-e37908, 2022.
- BERGAMASCHI, M. A.; MEDEIROS, J. S. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História**, v. 30, p. 55-75, 2010.
- BUCKINGHAM, D. Digital Media Literacies: Rethinking Media Education in the Age of the Internet. **Research in Comparative and International Education**, v. 2, n. 1, p. 43-55, 2007.
- COSTA, E. S.; BEZERRA, E. T.; NASCIMENTO, L. R. S. Etnoterminologia de etnias das línguas de sinais das terras indígenas brasileiras. **LIAMES: Línguas Indígenas Americanas**, v. 22, e022006-e022006, 2022.

COSTA, M. D. F. C.; SANTOS, M. P. M. Educação, tecnologia e seus rebatimentos: uma interação à luz de percepções docentes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 285-309, 2023.

CUBAN, L. **Oversold and Underused: Computers in the Classroom**. Harvard University Press, 2001.

EISNER, E. W. **The arts and the creation of mind**. Yale University Press, 2002.

HUERTA, M.; CABALLERO-HERNÁNDEZ, J. A.; FERNÁNDEZ-RUIZ, M. A. Comparative Study of Moodle Plugins to Facilitate the Adoption of Computer-Based Assessments. **Applied Sciences**, v. 12, n. 18, p. 8996, 2022.

KATO, D. S.; SANDRON, D. C.; HOFFMANN, M. B. Diálogos Interculturais entre Conhecimentos Tradicionais e Conhecimentos Científicos em uma Comunidade Geraizeira: um Olhar Freiriano na Licenciatura em Educação do Campo. **Revista Brasileira De Pesquisa Em Educação Em Ciências**, e33693-27, 2021.

LIMA, E.; PEREIRA, R. R.; VIANA, W. **AmongNET Game: Um relato de experiência do uso da Virtualidade e da Realidade Aumentada no Ensino Remoto Emergencial de Redes de Computadores**. In: Anais do II Simpósio Brasileiro de Educação em Computação. SBC, 2022. p. 152-162.

LIMA, A. P. F. et al. Educação Infantil: a educação 4.0 e consequências de grandes exposições as mídias digitais para as crianças de 4 e 5 anos. **Peer Review**, v. 5, n. 3, p. 151-172, 2023.

MALLMANN, K. L.; OLIVEIRA, A. M.; PEREIRA, M. E. S. Prática artística em comunidade indígena Kaingang: Por uma metodologia colaborativa. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, v. 9, n. 18, p. 129-147, 2019.

MAHER, T. M.; MENDES, J. R.; CESAR, A. L. Produções acadêmicas sobre a Educação Escolar Indígena: um tributo a Marilda Cavalcanti. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 38, 2022.

PEREIRA, J. G. N.; SANTIAGO, S. B. Perspectivas e desafios do ensino brasileiro: uma revisão da educação remota na pandemia do Covid-19. **Conexões-Ciência e Tecnologia**, v. 16, 022004, 2022.

PEREIRA, C. L. Política Pública de inclusão das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no ensino e aprendizagem na Educação Escolar Indígena brasileira nos tempos atuais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, e8591210393-e8591210393, 2020.

PRENSKY, M. **Digital Natives, Digital Immigrants**. On the Horizon, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

QUINTERO, D. T. Q. **Comunicação comunitária indígena: a Ororubá Filmes como um processo decolonial**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.

RAMOS, A. R. **Indigenism: Ethnic politics in Brazil**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998.

REZENDE, M. A. Mídias digitais no contexto da formação de professores indígenas no curso de Pedagogia EaD-MT: problema a ser dialogado. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 60, p. 97-116, 2019.

SAURA, G. Nuevas formas, nuevos actores y nuevas dinámicas de la privatización digital en educación. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2023.

SELWYN, N. **Schools and Schooling in the Digital Age: A Critical Analysis**. Routledge, 2011.

SILVA, C. S.; LOPES, F. R. O uso de mídias digitais na educação infantil: uma reflexão a partir das competências e habilidades. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 8, e15677-e15677, 2023.

SOUSA, M. V. L. A cibercultura e o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) por lideranças indígenas como ferramentas de reconhecimento da identidade cultural: outros territórios e espaços de resistência. **Revista Interdisciplinar em Educação e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 100-113, 2023.

SPINDOLA, R.; SANTOS, G. L. Mídias sociais como meio para coleta de dados em pesquisas de educação: estudo de caso de uso do twitter. **ETD-Educação Temática Digital**, v. 25, e023045-e023045, 2023.

STEVANIM, L. F. Exclusão nada remota: desigualdades sociais e digitais dificultam a garantia do direito à educação na pandemia. **RADIS: Comunicação e Saúde**, n. 215, p. 10-15, 2020.

# CAPÍTULO 24

**PARTILHA DO PROJETO “ESCRITA COMO CAMPO DE DISPUTA DISSIDENTE: as urgências na cena pública em um Brasil cooptado pelas produções de aniquilamento das diferenças”**

***SHARING THE PROJECT “WRITING AS A FIELD OF DISSIDENT DISPUTE: the urgencies on the public scene in a Brazil coopted by productions of annihilation of differences”***



Waldenilson Teixeira Ramos <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrando em Psicologia. Universidade Federal Fluminense – UFF. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3485-0455>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2268223482149159>. E-mail: [waldenilsonramos@id.uff.br](mailto:waldenilsonramos@id.uff.br).

## RESUMO

Este capítulo busca compartilhar o pré-projeto de pesquisa empreendido no departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense em Niterói que se encontra em andamento na linha de investigação: Subjetividade, Política e Exclusão Social. Intitulado por “ESCRITA COMO CAMPO DE DISPUTA DISSIDENTE: as urgências na cena pública em um Brasil cooptado pelas produções de aniquilamento das diferenças” esse projeto foi selecionado e incluído no departamento de pós-graduação no ano de 2023. Sobre a orientação do Doutor e Professor Danichi Hausen Mizoguchi, esse projeto foi aprovado como condição de realização do curso de Mestrado em Psicologia. Este capítulo apresentará os objetivos, questões/problemas, justificativa, relevância e atualidade e método. Além de ensinar publicizar o processo dessa pesquisa, este capítulo se apresenta enquanto registro desse processo de investigação.

**Palavras-chave:** Dissidência Política; Fascismo; Ética; Democracia; Literatura.

## ABSTRACT

This chapter seeks to share the pre-project research undertaken in the Psychology department of the Fluminense Federal University in Niterói, which is currently underway in the line of research: Subjectivity, Politics and Social Exclusion. Entitled "WRITING AS A DISSIDENT DISPUTE FIELD: the urgencies on the public scene in a Brazil coopted by the productions of the annihilation of differences", this project was selected and included in the postgraduate department in 2023. Under the supervision of Doctor and Professor Danichi Hausen Mizoguchi, this project was approved as a condition of the Master's degree in Psychology. This chapter will present the objectives, questions/problems, justification, relevance and timeliness, and method. As well as publicizing the process of this research, this chapter is presented as a record of the investigation process.

**Keywords:** Political Dissent; Fascism; Ethic; Democracy; Literature.

## 1. INTRODUÇÃO

Este manuscrito apresentará o projeto de pesquisa “ESCRITA COMO CAMPO DE DISPUTA DISSIDENTE: as urgências na cena pública em um Brasil cooptado pelas produções de aniquilamento das diferenças”. Esse pré-projeto foi incorporado ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Fluminense em Niterói no ano de 2023 e é orientado pelo Professor e Doutor Danichi Hausen Mizoguchi. Trata-se de um projeto de pesquisa necessário para a formação do curso de mestrado no mesmo departamento. Essa investigação será executada nos próximos dois anos e apresentará uma dissertação no final do curso. A pesquisa busca apresentar dilemas à Psicologia Social Crítica, circunscrevendo como pontos nodais a tríade corpo, escrita e democracia. Ao final deste mesmo capítulo, também será apresentada a carta de apresentação desse projeto, elencando as relações desse projeto com o programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense e as condições que justificam a solicitação de cota à vaga do curso de Mestrado. Esse projeto enfatiza a dimensão crítica e ética da Psicologia e as interfaces com a contemporaneidades.

\*\*\*

O filósofo e sociólogo Walter Benjamin (2012), ao dissertar o texto “Experiência e pobreza”, traz à luz da reflexão os profundos declínios, na linguagem, da capacidade dos sócios de narrar histórias. As contribuições desse pensador fornece recursos de pensamento importantes para que se amplie a discussão sobre as condições de possibilidades de transmissibilidade da experiência, o papel da experiência na vida humana e a função política do ato de compartilhar histórias. A linguista e escritora brasileira Conceição Evaristo (2019) cunhou o termo *escrevivência*, para melhor marcar as circunstâncias históricas e políticas entranhadas em seus gestos literários. A *escrevivência* pode ser compreendida como “[...] a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (Oliveira, 2009, p. 622), uma escrita da vivência, da invenção da vida e da sobrevivência de uma história.

Tanto as contribuições de Walter Benjamin quanto as da Conceição Evaristo ajudam no fomento de determinadas questões de caráter ético e político fundamentais: como pensar o papel político de escrita como certa ferramenta de transmissibilidades de determinadas história frente a um mundo de experiências em declínio? Quais condições de experiência da atualidade e quais as dinâmicas que viabilizam ou impossibilitam a

transmissibilidade de determinadas experiências? Estas questões importam a esse pré-projeto de mestrado. Urge-se tais questões após a apreensão de uma conjuntura política atual em que as forças de aniquilamento da diferença — bem como as forças fascistas, o racismo, o capacitismo, a misoginia, o bolsonarismo e dentre outras forças de destruição — se fazem contínuas e atualizam a todo momento, freando e apagando experiências vivas dos corpos dissidentes. Assim sendo, aqui se apresentam pistas e questões políticas acerca das possibilidades de experiência da contemporaneidade e políticas de exclusão social no campo das subjetividades.

\*\*\*

O filósofo francês Gilles Deleuze (1997), em seu texto “Literatura e vida”, parece fornecer outras pistas importantes a respeito de um *ethos* da escrita, enquanto função de transmissibilidade do vivível, como movimento de invenção e resistência política. A tese desse pensador sobre a escrita e literatura vai em direção a um plano da subjetividade nada óbvia, um plano médico, cuidador no gesto escrito. Deleuze (1997, p. 13) fortalece esse pensamento ao dissertar: “Por isso o escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo.”. Em um mundo cooptado por múltiplas forças, inclusive habitado também pelas forças de silenciamento e apagamento da diferença, a escrita, quando encontra as devidas potências, pode exercer um gesto de vida na cena pública. Para além do gesto da comunicação, a escrita pode se apresentar como espaço possível de subjetivação de outras diferenças e se colocar como movimento para se diferenciar. Outrossim, o próprio pensador não parece reduzir a tecnologia da escrita à função da comunicação, todavia, a apresenta enquanto movimento de performance da vida, produtora de vivível, força inventiva. Deleuze argumenta:

Escreve-se sempre para dar a vida, para liberar a vida aí onde ela está aprisionada, para traçar linhas de fuga. Para isso é preciso que a linguagem não seja um sistema homogêneo, mas um desequilíbrio, sempre heterogêneo: o estilo cava nelas diferenças de potenciais entre as quais alguma coisa pode passar, surgir um clarão que sai da própria linguagem, fazendo-nos ver e pensar o que permanecia na sombra em torno das palavras, entidades cuja existência mal suspeitávamos (Deleuze, 2013, p. 180).

Por outro lado, pesquisadores como o filósofo Henry Bugalho (2020) e o historiador Michel Gherman (2022), em suas respectivas obras, reiteradamente denunciam o estado de conjuntura política de ódio e ataque às experiências e as vidas minoritárias no Brasil. No trabalho “Minha especialidade é matar: como o bolsonarismo

tomou conta do Brasil”, Bugalho (2020), ponto à ponto, evidência a propagação do repúdio das experiências minoritárias na cena pública brasileira e os usos de uma tecnologia estética para disseminar a desumanização e legitimar o aniquilamento da diferença. Gherman (2022), por sua vez, aponta que a crise institucional, no Brasil, é acima de qualquer coisa uma crise estética — plano político da linguagem e dos afetos. Frente a isso, urge-se uma tarefa democrática e ética, uma tarefa de luta em função da vida e de defesa da multiplicidade da experiência humana. Ambos os pesquisadores, de certa forma, em suas denúncias, se alinham à perspectiva de Benjamin e sua hipótese de declínio da experiência, evidenciando as tecnologias de ódio que resultam na perda da capacidade social de narrar outras histórias.

\*\*

Tomar o bolsonarismo como efeito de uma projeto político de ódio no Brasil possibilita a apreensão de uma conjuntura política, tanto em termos macropolíticos quanto micropolíticos, resultante de uma tecnologia discursiva e, sobretudo, estética. A disseminação do ressentimento e do desejo de aniquilação da diferença é a prova cabal de um processo de contaminação política, onde se presencia uma crise, acima de qualquer coisa, estética. A estética bolsonarista é arrebatadora de paixão e de repúdio à diferença (Gherman, 2022). A jornalista Patrícia Campos Mello (2020), infelizmente, sentiu na pele a força desta tecnologia estética de propagação de repúdio e ódio. No livro, *A MÁQUINA DO ÓDIO: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital*, Mello descreve:

O vídeo se chama “Jornalista da Folha.”  
Uma prostituta se aproxima de um carro e se debruça na janela do passageiro para abordar o motorista.  
“Bora se divertir, gato?”, ela diz.  
“Quanto é que você está cobrando?”, o motorista pergunta.  
“Depende do que você quiser, meu amor.”  
“Você faz serviço completo?”  
“Experimenta, depois você me fala.”  
“Tá ótimo... eu só preciso de um furo... um furinho pra mim tá bom.”  
“Eu tenho três, meu amor, escolhe o que você quiser.”  
“Sou eu que escolho, é, sua safada?”  
“É... Fala aí, qual dos furos você vai querer, hein?”  
“Eu quero um furo de reportagem, sua safada... Um furinho bem gostoso... Você só manipula notícia ou você também cria notícia falsa do zero? Uma outra coisa que eu também estou precisando é de uma fonte falsa, aquela que inventa história mesmo e se for preciso ela até vai depor se for intimada.”  
A prostituta faz cara de ofendida.  
“Como é que é?”  
“Furo de reportagem, fake news, quanto é que você está cobrando?”  
“Eu não faço esse tipo de coisa.”  
“Você não é jornalista da Folha?”  
A prostituta fica ultrajada.  
“Do que é que você me chamou?”

“Jornalista da Folha.”

“Olha aqui, eu sou prostituta, seu babaca. Jornalista da Folha? Era só o que me faltava. O meu trabalho é um trabalho digno, eu não destruo a vida das pessoas! Serviço completo, né? Agora eu estou entendendo, serviço completo. Eu faço, sim, serviço completo, mas isso eu não faço, porque eu tenho dignidade, seu idiota! Sai daqui!” (Mello, 2020, p. 75 - 76).

O campo virtual se tornou espaço fundamental de ocupação, para a propagação de ideias da extrema direita e, concomitante a isto, para uma disseminação, em lógica virtual, afetiva e afectiva. A luta é, acima de qualquer coisa, pela *alma* do Brasil (Wolf, 2018). A transcrição que a Patrícia Campos Mello faz denota o uso claro da linguagem, no processo de desumanização que a jornalista sofreu, e é esta tecnologia discursiva/estética que autoriza a sua aniquilação em planos físicos e virtuais — plano imanente dos afetos. A racionalidade patriarcal presente na qualificação da jornalista, enquanto alguém que uma prostituta se envergonharia, denúncia a misoginia e as lógicas de opressão a todo e qualquer ato sexual feminino. Essa racionalidade misógina e opressora é performatizada em uma produção audiovisual, no núcleo desta produção, a tecnologia estética bolsonarista arrebatou milhões de corações brasileiros. Evidencia-se, então, uma crise estética, pois a crise é o mal uso da arte, na função de propagador de ódio. O bolsonarismo é hoje uma matriz formal da indústria cultural no Brasil (Adorno, 2020). Para a extrema direita, no Brasil, a internet se apresentou como o perfeito alinhamento do virtual e o estético, um plano de contágio de fácil molecularização e uma terra sem lei ou qualquer tipo de garantias e direitos. Por isso, em termos de indústria cultural, o processo de massificação e aniquilamento de subjetividades se apresentam como autorizados. Mello (2020) continua o seu relato:

Em fevereiro de 2020, várias imagens ofensivas como esse vídeo começaram a circular nas redes sociais. Em uma delas, uma mulher aparece nua, de pernas abertas, em cima de uma pilha de notas de dólar. Em outra, o rosto dessa mesma mulher aparece com a legenda: “Folha da Puta — tudo por um furo, você quer o meu? Patrícia, Prostituta da Folha de S.Paulo — troco sexo por informações sobre Bolsonaro”. E tem uma em que essa mulher — sempre a mesma — aparece com a frase: “Ofereço o cuzinho em troca de informação sobre o governo Bozo” (Mello, 2020, p. 78).

Linguagem e estética. Aqui se encontram armas poderosas vastamente utilizadas pela extrema direita no Brasil. Esse uso da linguagem estética como cálculo de arrecadação de capital político e modo de articulação de paixões a Marcia Tiburi (2019) qualificou por *Psicopoder*. Enquanto técnica da racionalidade, o uso e abuso do psicopoder no Brasil se apresenta como questão nodal a uma Psicologia Social Crítica. Pensar a estilística bolsonarista no Brasil, para além do político Jair Bolsonaro, e como esta estética se apresenta como técnica de aniquilamento da diferença, através de uma

lógica do *Psicopoder*, são os problemas centrais desse projeto de pesquisa. A compreensão de que Jair Messias Bolsonaro é metáfora de uma força política que a ele não se iguala evidência um problema urgente à subjetividade contemporânea brasileira de caráter político, ético e estético, e a sua propagação é elemento direto de processos de Exclusão social e aniquilamento dos corpos dissidentes.

\*\*

Diante disso, se apresenta o desafio de fazer aparecer, na cena pública, outras narrativas, em destaque as experiências minoritárias no contexto político brasileiro. Conceição Evaristo, Walter Benjamin e Gilles Deleuze talvez tenham apresentado pistas-chaves importantes, nas múltiplas funções da escrita e da literatura, para que se possa pensar possibilidades de contornar ou criar novas linhas de fuga ao declínio da experiência e de sua transmissibilidade. Torna-se questão/problema-chave a esse pré-projeto, portanto, tomando a escrita como campo possível de subjetivação e manifestação de subjetividades outras, como as dissidências: qual é o papel da literatura frente às máquinas de aniquilação da diferença? Seria a escrita uma ferramenta de guerra em um outro plano de disputa democrática? Seria a escrita uma força que possibilita que outras subjetividades tomem espaço na cena pública? De frente a um plano de apagamento e de impossibilidade de modos de subjetivação, a escrita não teria o papel de fazer com que outras experiências cheguem em outros espaços em disputa? Estão aqui, dessa maneira, os impasses de reflexões nodais a esse projeto de pesquisa. Esse projeto de pesquisa é a continuidade direta de um movimento de investigação e curiosidade de mais de cinco anos. O nascedouro dessa inquietação é a Universidade Federal Fluminense (UFF), onde, a partir da participação de dois núcleos de pesquisas, no departamento de Psicologia, foi possível realizar costuras entre genealogia moderna, democracia, escrita, ética e Psicologia Social Crítica. A partir do ano de 2018 até o atual momento, a integralização no grupo de pesquisa nomeado por: Da subjetividade à coragem: modulações da verdade nos últimos cursos de Foucault, grupo orientado pelo professor Danichi Hausen Mizoguchi, foi primordial na produção da inquietação com a temática da democracia e a função da enunciação na cena política. No ano de 2019 a 2022, a atuação no grupo de pesquisa chamado de Políticas e Poéticas da Transmissibilidade em Psicologia Social, orientado pelo professor Marcelo Santana Ferreira, pôs em evidência a força da multiplicidade da escrita, a esquadrihando em seus processos de subjetivação e como tecnologia de transmissibilidade. Doravante, o

encontro das forças dessas pesquisas possibilitou a confecção do trabalho de conclusão de curso intitulado por “Por Uma escrita imunda: as sujeiras e as (in)pregnâncias da vida no gesto literário” (Ramos, 2023) — hoje este trabalho se encontra publicado como livro. No atual momento, esses encontros se voltam como forças que fomentam as inquietações sobre o papel da escrita na cena pública e quais são os gestos possíveis para que se apresente como máquina de guerra e instrumento de resistência.

É razoável pensar nesse projeto de pesquisa como manifestação de uma força de resistência frente às forças de apagamento e exclusão dos corpos dissidentes na atual conjuntura macro e micropolítica no contexto brasileiro. Em consonância a isso, esse trabalho se apresenta enquanto um não esvaziamento de um desejo produzido ao longo de uma formação e, como tal, uma reafirmação de um inconsciente protestante. No momento da escrita desse pré-projeto de pesquisa reafirma o eco encontrado no Programa de Pós-graduação, mais especificamente, na linha de pesquisa intitulada Subjetividade, Política e Exclusão Social. Tomando para si a importante apreensão de que a subjetividade se constitui-se a partir das dinâmicas e dos elementos históricos, políticos e culturais, esta linha de pesquisa encontra-se e fortalece esse plano de pesquisa que tanto se indaga sobre as condições políticas da contemporaneidade para a emergência na cena pública de subjetividades dissidentes. Com isso, junto ao Programa de Pós-graduação que se submete a esse projeto, encontra-se a potente parceria com o compromisso crítico e ético para com a produção de conhecimento no ramo da Psicologia no Brasil.

A esse projeto de pesquisa concerne a perspectiva transdisciplinar, um profundo diálogo com pelo menos três planos: clínica, arte e política (Passos, 2019). Encontra-se na perspectiva teórica-metodológica da linha transdisciplinar a profunda concepção histórica da subjetividade humana e seus entrelaces políticos e territoriais. Nesta primeira versão de projeto de pesquisa, se colocam essas concepções à subjetividade tão caras à transdisciplinaridade, esboçando que a disputa das escritas dissidentes na inserção de narrativas outras informam interfaces da clínica, arte e política. Dessa maneira, se faz jus a perspectiva transdisciplinar em Psicologia Social nesse pré-projeto de pesquisa à manifestação das escritas das experiências dissidentes na cena pública de um Brasil cooptado pelas produções de aniquilamento da diferença.

Por fim, com a emergência da força do bolsonarismo no Brasil, novos paradigmas reconfiguram as urgências no território brasileiro e todas as disciplinas compromissadas com os direitos humanos e a democracia. Respectivamente, aqui se

apresentam as implicações às artes, clínica e política, frente a isso, a perspectiva transdisciplinar se alinha a esse projeto de pesquisa. Partindo dos profundos compromissos éticos-políticos que a psicologia assume, a tecnologia da escrita se coloca como objeto de reflexão e de luta que não pode ser ignorada. Diante disso, o escopo teórico transdisciplinar percorre as transversalidades da temática assumida nesse projeto e endossa a formulação de uma questão assentada no papel histórico e político do gesto literário na contemporaneidade.

## **2. SENTIDOS E VETORES**

Tendo como primado os impasses que as lutas de forças colocam na cena pública brasileira, ao que tange às condições de possibilidades de transmissibilidade de determinadas histórias e partilha de experiências dissidentes, esse projeto se propõe a uma tarefa de pensamento que se endereça à questão/problema da escrita dissidente enquanto instrumento de disputa. Tal questão se assenta sobre a reflexão de um outro plano democrático, um plano democrático das modalidades de subjetivação que se apresenta no movimento transmissível que a literatura pode exponenciar. Nesse sentido, trata-se de colocar a escrita não só como processo de subjetivação do corpo escritor, mas também olhar o gesto da escrita como máquina de guerra, como instrumento de disputa na cena pública, publicizando experiências dissidentes e, através desse movimento, fazendo com que outras subjetividades possam aparecer.

Portanto, interessado em se destinar ao movimento da escrita como máquina de enfrentamento ao apagamento, silenciamento e aniquilamento das experiências dissidentes na contemporaneidade, esse projeto tem como finalidade a realização de uma revisão sistemática de literatura. Frente a isso, intelectuais como Conceição Evaristo, Michel Foucault, Gilles Deleuze aparecem como cruciais à produção de reflexão desse pré-projeto de pesquisa, isso pois, tais autores elencam, e tratam suas escritas como, questões políticas e de produção de subjetividade em paralelo a uma concepção de um devir da escrita e uma escrita de resistência. Por fim, objetifica-se, nesse projeto, se munir dessas perspectivas teóricas não só para que se produza reflexões sobre o papel político de uma escrita crítica, na publicização de experiência dissidentes, todavia também efetuar um exercício de pensamento de uma psicologia social crítica e compromissada com a manifestação da multiplicidade humana.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

A professora e pesquisadora Beatriz Adura Martins (2017) levantou uma importante questão sobre a narrativa dos corpos travestis na cena pública brasileira e o papel político imbuído nos atos de contar as histórias dessa população. Sua publicação, “Por uma escrita dos restos: o encontro entre a psicologia e os assassinatos de travestis” (Martins, 2017) é uma importante contribuição a este debate, levando em consideração os processos de extermínio dessa população tanto no plano material quanto no campo subjetivo e simbólico. No ano de 2019, o Conselho Federal e Regionais de Psicologia publicou o livro “Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs” (Conselho, 2019). A obra é uma coletânea de pequenas narrativas de corpos LGBTQIA+. Além de ser um trabalho de denúncia a várias modalidades de violências destinadas a estes corpos, o escrito coloca bem na cena pública as histórias dessas pessoas tão marginalizadas e apagadas. A obra reitera a urgência de combater as forças de apagamento e silenciamento da diferença e reafirma o compromisso ético de uma psicologia brasileira crítica.

As contribuições da pesquisadora Beatriz Martins e o gesto dos Conselhos de Psicologia marcam uma posição política sobre a temática que também compete a esse projeto — este impasse/objeto informa um campo em disputa. Encontra-se, nas outras anteriormente citadas, uma perspectiva de uma Psicologia Social Crítica e a favor da pluralidade humana e defensora dos direitos humanos e da multiplicidade da experiência humana. Diante disso, parece que o campo crítico da literatura produzida até o momento vem evidenciando e, cada qual a sua maneira, combatendo o silenciamento, a exclusão social e o apagamento que as narrativas dissidentes tanto enfrentam.

### **4. PERSPECTIVA TEÓRICA-METODOLÓGICA ENQUANTO APOSTA**

Esse é um projeto de pesquisa que se dobra em si mesmo, assumindo como método de investigação e ferramenta, na oficina do pensamento, a própria escrita, trata-se de uma revisão sistemática de literatura que convoca no gesto da escrita o movimento de reflexão e modificação. Tomando como questão de pesquisa a indagação sobre a função de escritas de corpos dissidentes que, munidas de uma perspectiva crítica para com o mundo, buscam tomar palco na cena pública, esse projeto coloca o gesto da leitura e escrita como método de investigação. Visto pois que a dupla vetorização das

forças do pensamento e da escrita pode exprimir aquilo que Benjamin chamou de “mais profundas modificações” (Benjamin, 1996, p. 149). Adiante, Walter Benjamin também defenderá que o mal escritor é este que faz fronteira na razão e tenta fazer a escrita um esforço para exprimir o pensamento; afirma que “o mau escritor é o escritor que sempre diz mais do que pensa”, ou aquele que cultiva a clareza e a sensibilidade como qualidades maiores na escrita (Benjamin, 1996, p. 149). Talvez, Benjamin tenha oferecido uma importante pista metodológica de pesquisa, traçando uma espécie de “*metaescrita*”, um gesto de dobra sobre a escrita enquanto movimento modificador — uma escrita da subjetivação e “*pesquisação*”. Por assim dizer, não se trata de um método de expansão da razão por meio da escrita, Benjamin (1996) outrora afirmou:

A base de todas as questões de estilo é que não existe em absoluto esta: dizer o que se pensa. Pois o dizer não é somente uma expressão, e sim toda uma realização do pensar que o submete às mais profundas modificações, exatamente igual que o caminhar até uma meta não é somente a expressão de um desejo de alcançar senão sua realização, e expõe a este desejo as mais profundas modificações (p. 149).

Diante disso, esse projeto de pesquisa assume a tecnologia escrita como relação de imbricação objeto e método, assumindo um tónus aberto ao desvio e a modificação, apostando que o pesquisador, após investigar e escrever, o pesquisador e nem a escrita são os mesmos. Nesse sentido, a apropriação da escrita, concomitante à revisão sistemática de literatura, é não somente uma aposta teórica-metodológica, sobretudo uma abertura para os processos micropolíticos importantes às indagações do mundo e de si.

Ao que tange o campo de investigação desse primeiro plano de pesquisa, obras que em suas próprias performances se constituem e efetivação uma ação dissidente e crítica são primordiais. Michel Foucault, durante boa parte de sua vida intelectual, fez da escrita um instrumento de escavação do pensamento e de abertura, pelo bisturi da escrita, do real (FOUCAULT, 2016). Deleuze (2013), por sua vez, fornece outras pistas que ataçam a curiosidade sobre a instrumentalização da escrita nesse pensador, disserta:

Foucault nunca encarou a escritura como um objetivo, como um fim. É exatamente isso que faz dele um grande escritor, que coloca no que escreve uma alegria cada vez maior, um riso cada vez mais evidente. Divina comédia das punições: é um direito elementar do leitor ficar fascinado até as gargalhadas diante de tantas invenções perversas, tantos discursos cínicos, tantos horrores minuciosos. Dos aparelhos antimasturbatórios para crianças até os mecanismos das prisões para adultos, toda uma cadeia se exhibe, suscitando risos inesperados que a vergonha, o sofrimento ou a morte não conseguem calar. Os carrascos riem raramente, ou então o seu riso é diferente (Deleuze, 2013, p. 33).

Alinhado à perspectiva teórica-metodológica assumida nesse projeto, tal pensador, bem como Conceição Evaristo (2019) e Gilles Deleuze (1997), aparenta-se como uma boa aposta de investigação de pensamento quando se trata de uma escrita crítica, escrita que protesta e corta. Portanto, investigar, pensar e compartilhar reflexões a respeito de uma escrita-bisturi se tornam alvo desse projeto, e tal teórico e os atravessamento de outras contribuições da corrente da Filosofia da diferença se tornam pistas de um caminho possível de se trilhar.

Sendo assim, a fim de tomar o gesto da escrita como instrumento de luta na cena pública, destinando-se a publicização de experiência dissidentes no contexto brasileiro e defronte as forças de aniquilamento da diferença, pensadores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Conceição Evaristo munem a direção desse projeto. Na entrevista intitulada “O Belo perigo” (2016) — onde Foucault desdobra a sua intimidade com a escrita e o papel de uma escrita que corta como um bisturi —; Gilles Deleuze, em seu ensaio “Literatura e vida” (1997) — trabalho que este autor trouxe as intrínsecas relações entre literatura e ontologia —, e Conceição Evaristo em “Becos da memória” (2019) — obra de performance literária daquilo que a autora chama de *escrevivência*. A revisão sistemática de literatura se endereça a priori a esses três autores elencados. Compreendendo o caráter crítico e dissidentes imbricadas na própria constituição e performance dessas literaturas, portanto, se colocam como campo de investigação desse pré-projeto de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2020.

BENJAMIN, Walter. **Escritos autobiográficos**. 1. ed. Teresa Rocha Barco, Madrid: Alianza Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012. v. 1. Obras escolhidas.

BOTTON, Alain de. **Como Proust pode mudar sua vida**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.

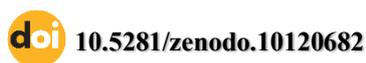
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília-DF, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. 1. ed. São Paulo: 34, 1997.

- \_\_\_\_\_. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: 34, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Foucault**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.
- FONSECA, Tania Mara Galli. **Modos de trabalhar, modos de subjetivar como práticas sociais**. In: ARANTES, Esther Maria M., NASCIMENTO, Maria Livia e
- FONSECA, Tania Mara Galli. **Práticas PSI inventando a vida**. Niterói: EdUFF, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **O belo perigo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GHERMAN, Michel. **O não Judeu Judeu**. 1. ed. São Paulo: Fósforo, 2022.
- MARTINS, Beatriz Adura, **Por uma Escrita dos Restos: o encontro entre a psicologia e os assassinatos de travestis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- MELLO, Patrícia. **A MÁQUINA DO ÓDIO: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. **"Escrevivência" em Becos da memória de Conceição Evaristo**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 17, n. 2, p. 621-623, Aug. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000200019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000200019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 Mar. 2020.
- PASSOS, Eduardo. **Psicologia, pesquisa cartográfica e transversalidade**. Rev. Polis Psique, Porto Alegre , v. 9, n. spe, p. 128-139, 2019. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-152X2019000400009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000400009&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 27 abr. 2023.
- RAMOS, Waldenilson Teixeira. **Por Uma Escrita Imunda: as sujeiras e as (in)pregnâncias da vida no gesto literário**. 1. ed. Belo Horizonte: Sunny, 2022.
- TIBURI, Marica. **DELÍRIO DO PODER: psicopoder e loucura coletiva na era da desinformação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- WOLF, Eduardo. **"Luta pela alma do Brasil", grifos meus**. Revista Veja [site], 30 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yy9z6z88>>. Último acesso em 31 de outubro de 2023.

# CAPÍTULO 25

ATIVIDADE ANTIOXIDANTE E POTENCIAL FARMACOLÓGICO DA ESPÉCIE *Dysphania ambrosioides*  
CULTIVADA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA TIMBÓ-PE  
*ANTIOXIDANT ACTIVITY AND PHARMACOLOGY POTENTIAL OF THE SPECIES *Dysphania ambrosioides**  
*CULTIVATED IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY TIMBÓ-PE*



Lenita Sibebe França Magnus <sup>1</sup>  
Giani Maria Cavalcante <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Medicina. Faculdade Medicina do Sertão. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0579-3316> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/913724070394737> E-mail: [lenitafmagnus@gmail.com](mailto:lenitafmagnus@gmail.com)

<sup>2</sup> Bióloga/Pesquisadora. Instituto de Tecnologia de Pernambuco-ITEP. Docente do Curso de Medicina. Faculdade Medicina do Sertão. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0143-3364>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8640934102676062> E-mail: [gianimc@icloud.com](mailto:gianimc@icloud.com)

## RESUMO

As comunidades quilombolas, através do seu conhecimento e utilização de plantas medicinais para tratar empiricamente diferentes doenças, têm-se nos seus cultivares e hortas medicinais potenciais fontes de substâncias bioativas para o desenvolvimento de novos medicamentos. O objetivo desta pesquisa foi avaliar a atividade antioxidante *in vitro* e os parâmetros farmacológicos e toxicológicos *in silico* da espécie *D. ambrosioides*. O ensaio de atividade antioxidante foi realizado através da captura do radical DPPH, enquanto o estudo *in silico* foi realizado através de simulações computacionais utilizando softwares gratuitos que avaliaram parâmetros farmacológicos e toxicológicos, de flavonoides ocorrentes na espécie vegetal em estudo. O extrato foliar de *D. ambrosioides* apresentou uma capacidade sequestrante de radicais DPPH significativa, confirmando a atividade antioxidante do extrato testado. O levantamento de estudo químico mostrou que a espécie possui flavonoides como naringenina e quercetina, os quais através do estudo *in silico* de simulação apresentaram parâmetros farmacológicos e toxicológicos favoráveis para testes de desenvolvimento de novos medicamentos.

**Palavras-chave:** Atividade biológica. Simulação computacional. Flavonoides

## ABSTRACT

Quilombola communities, through their knowledge and use of medicinal plants to empirically treat different diseases, have their cultivars and medicinal gardens as potential sources of bioactive substances for the development of new medicines. The objective of this research was to evaluate the *in vitro* antioxidant activity and the *in silico* pharmacological and toxicological parameters of the species *D. ambrosioides*. The antioxidant activity assay was carried out through the capture of the DPPH radical, while the *in silico* study was carried out through computational simulations using free software that evaluated pharmacological and toxicological parameters of flavonoids occurring in the plant species under study. The *D. ambrosioides* leaf extract showed a significant DPPH radical scavenging capacity, confirming the antioxidant activity of the tested extract. The chemical study survey showed that the species has flavonoids such as naringenin and quercetin, which through the *in silico* study of simulated simulation with pharmacological and toxicological parameters developed for testing the development of new medicines.

**Keywords:** Biological activity. Computer simulation. Flavonoids.

## 1. INTRODUÇÃO

A utilização de plantas medicinais por comunidades tradicionais, está voltada para uma série de conhecimentos adquiridos a partir da relação direta dos seus membros com o meio ambiente e a disseminação de informações do uso empírico destes recursos como fonte de tratamento e cura (Valeriano *et al.*, 2020; Lopes *et al.*, 2021). Sabe-se que a variedade e a complexidade de princípios ativos que constituem os metabólitos secundários de plantas, não tem correspondido a um aumento proporcional pela descoberta de novas drogas, a qual asseguraria a descoberta de numerosas moléculas ativas capazes de representarem, efetivamente, novos candidatos a fármacos inovadores (Ferreira *et al.*, 2011; Giuriati *et al.*, 2019).

As políticas de saúde vigentes no Brasil, através do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), buscam estimular a popularização do uso de plantas medicinais e da fitoterapia na atenção primária, com ênfase na eficácia, segurança e práticas de conservação e biodiversidade medicinal, dessa forma, as comunidades quilombolas carregam um vasto conhecimento sobre as informações acerca do conhecimento ecológico local, que quando registradas por meio de estudos etnobotânicos, permite não só o resgate e a valorização da cultura local, como a transmissão do saber entre as gerações e a descoberta de potenciais substâncias bioativas (Lupatini *et al.*, 2019; Lopes *et al.*, 2021). Neste cenário, a geração de conhecimentos sobre as atividades biológicas de plantas medicinais ocorrentes na comunidade quilombola Timbó-PE pode implicar na descoberta de princípios ativos que contribuirá para testes de descobertas de novas moléculas bioativas e promover a produção e o desenvolvimento de novos medicamentos.

A espécie vegetal *Dysphania ambrosioides* L., é conhecida popularmente como “Mastruz” ou “erva-de-santa-maria” é uma planta herbácea da família Chenopodiaceae e no Brasil é amplamente disseminada, incluindo o Nordeste (Oliveira, 2021). De acordo com um levantamento etnobotânico realizado por Lopes (2020) na comunidade Quilombola Timbó, situada no estado de Pernambuco, a espécie *D. ambrosioides* é cultivada e utilizada pelos integrantes da comunidade para vários problemas de saúde, tais como: complicações respiratórias, vasculares, gastrointestinais, reumáticas, parasitárias e osteoindutora. Entretanto, é importante ressaltar que apesar do uso empírico desta espécie para tratar diferentes problemas, pouco se sabe sobre o efeito

citotóxico da espécie cultivada na comunidade, bem como não há registro de atividades biológicas e conhecimento sobre parâmetros farmacológicos e toxicológicos.

Neste contexto, vislumbrando a produção e o desenvolvimento (P&D) de medicamentos a partir de plantas medicinais cultivadas em comunidades tradicionais, visando atender o que é proposto pelo Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), otimizar a pesquisa básica e a aplicação clínica tem sido tema de grande interesse (Privato *et al.*, 2020).

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar a atividade antioxidante e simular os parâmetros farmacológicos e toxicológicos da espécie *D. ambrosioides* cultivada na comunidade Quilombola Timbó, Pernambuco, Brasil.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Folhas da espécie *D. ambrosioides* foram coletadas na comunidade Quilombola Timbó, e levadas ao Instituto de Pesquisa Agropecuária de Pernambuco (IPA) para confirmação da espécie por especialistas botânicos. Após a confirmação, foi preparado o extrato foliar bruto aquoso para realização de atividade antioxidante. Os ensaios de captura do radical DPPH (2,2- difenil-1-picril-hidrazil), foi realizada para avaliar a capacidade redutiva do extrato de *D. ambrosioides* e estabelecer a atividade antioxidante da espécie.

Um levantamento bibliográfico sobre estudos químicos de *D. ambrosioides* foi realizado objetivando selecionar moléculas bioquimicamente ativas isoladas da espécie, para realizar os estudos *in silico*. Os ensaios de simulação computacional *in silico* serão realizados conforme a metodologia descrita por Silva; Cavalcante (2022). O simulador *SwissADME* disponibilizado pelo Swiss Institute of Bioinformatics foi utilizado para realizar a simulação de parâmetros farmacológicos, enquanto, o simulador Pro-Tox foi utilizado para simular os parâmetros farmacológicos de flavonoides selecionados a partir do levantamento bibliográfico de estudos químicos.

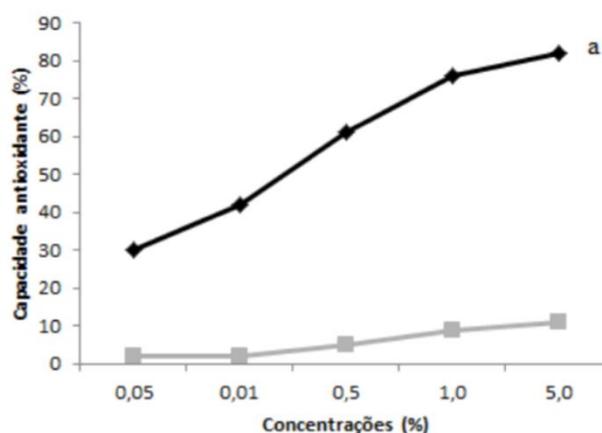
## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na comunidade Quilombola Timbó, situada no estado de Pernambuco, a espécie *D. ambrosioides* é cultivada e utilizada pelos integrantes da comunidade para vários problemas de saúde, tais como: complicações respiratórias, vasculares, gastrointestinais, reumáticas, parasitárias e osteoindutora. Entretanto, é importante ressaltar que apesar do

uso empírico desta espécie para tratar diferentes problemas, pouco sobre as atividades biológicas e informações sobre parâmetros farmacológicos e toxicológicos. Deste modo, foram realizados ensaios *in vitro* de atividade antioxidante e *in silico* de simulação de parâmetros farmacológicos e toxicológicos.

No que concerne a atividade biológica do extrato foliar bruto da espécie, foi realizado o ensaio de atividade antioxidante através do teste antiradicalar com o sequestro do radical DPPH. Neste caso, o extrato testado apresentou uma capacidade sequestrante de radicais DPPH significativa quando comparado com o controle, confirmando a atividade antioxidante do extrato testado, conforme observado na Figura 1.

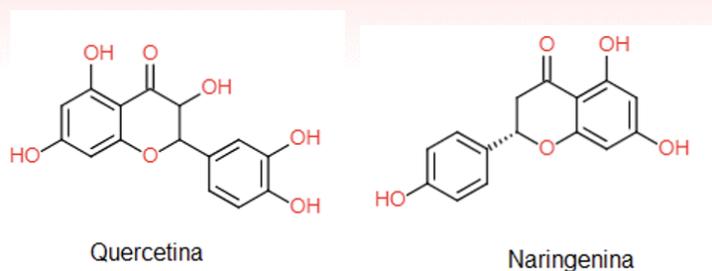
**Figura 1** – Capacidade antioxidante (sequestradora do radical DPPH) do extrato foliar bruto de *D. ambrosioides*.



<sup>a</sup> valores significativos ( $p < 0,05$ )

A partir do levantamento bibliográfico de estudos químicos, foi possível determinar que a espécie *D. ambrosioides* apresenta na sua composição fitoquímica os flavonoides Naringenina e Quercetina (Merma, 2021), cujas estruturas químicas estão apresentadas na Figura 2.

**Figura 2** – Estruturas químicas dos flavonoides ocorrentes e *D. ambrosioides*.



A interpretação dos resultados de simulação dos parâmetros farmacológicos foi realizada usando como base a Regra de Cinco de Lipinski. Os resultados dos parâmetros farmacológicos estão apresentados na Tabela 1.

**Tabela 2** - Simulação dos parâmetros farmacológicos dos flavonoides ocorrentes nas espécies *D. ambrosioides*.

Flavonoide	miLogP	MW	nOHNH	nON	nviolations	TPSA	Nrotb
NARINGENINA	2.12	272.26	3	5	0	86.99	1
QUERCETINA	1.42	302.24	5	6	0	131.36	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda: **miLogP** (coeficiente de partição octanol/água); **MW** (peso molecular); **nOHNH** (número de grupos doadores de hidrogênio); **nON** (número de grupos aceptores de hidrogênio); **nviolations** (número de violações); **TPSA** (área total de superfície polar molecular); **nrotb** (número de rotações).

A regra dos cinco de Lipinski, mostra a relevância de propriedades moleculares, tais como coeficiente de partição, peso molecular, número de grupos doadores e aceptores de ligações de hidrogênio, bem como a área total de superfície polar molecular e o número de rotações possíveis da molecular realizar, conforme afirma Lipinski (1993). Essas propriedades, permite simular o potencial de uma molécula no que concerne o seu uso no desenvolvimento de novos medicamentos (Silva; Cavalcante, 2022). Ao apresentar pelo menos 4 desses parâmetros dentro dos valores preconizado pela regra, uma molécula é considerada relevante para ser usada em pesquisas pré-

clínicas para a descoberta de novos fármacos (Lipinski *et al.*, 2001). Por não violarem (nviolations) a regra dos 5 de Lipinski, as moléculas naringenina e quercetina, foram submetidas a simulação de parâmetros toxicológicos.

De acordo com Banerjee *et al.* (2018), a toxicidade oral aguda corresponde à morte 50% da população de células após a exposição a uma determinada molécula, sendo expressa pela dose letal mediana (DL<sub>50</sub>). No que concerne a toxicidade, a simulação realizada com as moléculas naringenina e quercetina, apresentou resultados que variou de não tóxico a baixa toxicidade.

## REFERÊNCIAS

BANERJEE, P.; DEHNBOSTEL, F. O.; PREISSNER, R. Prediction Is a Balancing Act: Importance of Sampling Methods to Balance Sensitivity and Specificity of Predictive Models Based on Imbalanced Chemical Data Sets. **Frontiers Chemical**, v.6, n.362, p.1-10, 2018. Disponível em <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fchem.2018.00362/full?6:362>. Acesso em 20 de outubro de 2023.

FERREIRA, R. S.; GLAUCIUS, O.; ANDICOPULO, A. D. Integração das técnicas de triagem virtual e triagem biológica automatizada em alta escala oportunidades e desafios em P&D de fármacos. **Química Nova**, v.34, n.10, p.1770-1778, 2011. doi: <https://doi.org/10.1590/SO1000-10422011001000010>. Disponível em [http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe\\_artigo.asp?id=4567](http://quimicanova.sbq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=4567). Acesso em 20 de maio de 2023.

GIURIATTI, T.; PRÁ, M. A. A.; RICHARTZ, F.; MOREIRA, E. L. G. Análise do P&D Brasileiro com Uso da Nanotecnologia em Medicamentos para Consumo Humano: pesquisas, tecnologias e produtos. **Cadernos de Prospecção**, v.13, n.1, p. 225-241, 2020. doi:10.9771/cp.v13i1.31806. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/nit/article/view/31806/20793>. Acesso em 22 de maio de 2023.

LIPINSKI, C. A.; LOMBARDO, F.; DOMINY, B. W.; FEENEY, P. J. Experimental and computational approaches to estimate solubility and permeability in discovery and development setting. **Advanced Drug Delivery Reviews**, v.23, n.1, p.3-25, 1993. doi:10.1016/S00169-409X(00)00129-0. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11259830>. Acesso em 24 de maio de 2023.

LIPINSKI, C. A.; LOMBARDO, F.; DOMINY, B. W.; FEENEY, P. J. Experimental and computational approaches to estimate solubility and permeability in discovery and development setting. **Advanced Drug Delivery Reviews**, v.23, n.1, p.3-25, 1993.

LOPES, B. E. R.; BARBIERI, M. G. M.; CAMPOS, W. A. Análise comparativa entre o uso de plantas medicinais e medicamentos industrializados em Rolim de Mouro do Guaporé. **Biodiversidade**, v.20, n.1, p.129-135, 2021. Disponível em:

<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/biodiversidade/article/view/11963>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

LOPES, C. B. **Estudo etnobotânico e químico de plantas medicinais da comunidade Quilombola Timbó, Pernambuco – Brasil**. Tese (Programa de Pós-graduação em Química, Doutorado) – Departamento de Química, Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, p. 195, 2020. Disponível em [http://www.ppgq.ufrpe.br/sites/ppgq.ufrpe.br/files/documentos/tesecarla\\_bismarck.pdf](http://www.ppgq.ufrpe.br/sites/ppgq.ufrpe.br/files/documentos/tesecarla_bismarck.pdf). Acesso em 22 de maio de 2023.

MERMA, A. A. F. **Capacidad antioxidante y compuestos bioactivos: ácidos grasos, polifenoles, terpenos y tocoferoles en hojas de paico *Dysphania ambrosioides* (L.) Mosyakin & Clemants]**. Orientador: Beatriz Sakoda. 91p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Alimentos). Universidad Nacional Agraria La Molina. Facultad de Industrias Alimentares. Lima, Perú. 202. Disponível em <http://repositorio.lamolina.edu.pe/handle/20.500.12996/4622?show=full>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.

SILVA, D. L. M.; CAVALCANTE, G. M. Estudo *in silico* da espécie *Dysphania ambrosioides* usada pela comunidade Quilombola Timbó, Pernambuco, Brasil. In: AMARAL et al. **Farmacologia integrada: pesquisas emergentes em casos, efeitos e usos clínicos**, v.5, p. 74-82, 2022.

VALERIANO, F. R.; SAVABNI, F. R.; SILVA, I. P. S. B.; SANTOS, M. S. C.; BRAGA, J. A. Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola do veloso, povoado de Pitangui – MG. **Brazilian Journal of Development**, V.6, N.12, P.100701-100718, 2020. doi: 10.34117/bjdv6n12-529. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/21975>. Acesso em 22 de maio de 2021.

PRIVATO, M. B.; MARTINEZ, L L.; SCHIMIDT, C. Biofármacos no Brasil: uma revisão do processo de regulamentação. **Arquivos Médicos dos Hospitais e da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**, v.65, p.e9, 2020. doi: <https://doi.org/10.26432/1809-3019.2020.65.009>. Disponível em <http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/602>. Acesso em 25 de maio de 2021.

# CAPÍTULO 26

## RADIODERMITE: aspectos voltados para identificação, prevenção e tratamento

### *RADIODERMATITIS: aspects of identification, prevention and treatment*



Lucas Manoel Oliveira Costa <sup>1</sup>  
Marcus Vinicius de Carvalho Souza <sup>2</sup>  
Antonio Tito de Araújo Dantas <sup>3</sup>  
Naiara Vidal de Sousa <sup>4</sup>  
Francisca Maria Ferreira Silva <sup>5</sup>  
Heitor Vasconcelos Lima <sup>6</sup>  
Maria Alice Costa do Nascimento <sup>7</sup>  
Luiz Henrique Moura Lins <sup>8</sup>  
Francisca Kelma Vieira dos Santos <sup>9</sup>

- <sup>1</sup> Graduado em Enfermagem. Pós-graduando em Neuroeducação. Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7184-2318>. E-mail: [enflucasmocosta@gmail.com](mailto:enflucasmocosta@gmail.com).
- <sup>2</sup> Mestrando em Biotecnologia e Atenção Básica à Saúde. Centro Universitário Unifacid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-769X>. E-mail: [marcarvalhosouza@ufpi.edu.br](mailto:marcarvalhosouza@ufpi.edu.br).
- <sup>3</sup> Graduado em Farmácia. MBA em Gestão e Auditoria em Sistemas de Saúde. Centro Universitário Unifacid Wyden. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6824675198479309>. E-mail: [titomed98@yahoo.com](mailto:titomed98@yahoo.com).
- <sup>4</sup> Pós-graduanda em Urgência, Emergência e Unidade de Terapia Intensiva. Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense – FACAPI. E-mail: [nayaravidal86@gmail.com](mailto:nayaravidal86@gmail.com).
- <sup>5</sup> Pós-graduanda em Urgência, Emergência e Unidade de Terapia Intensiva. Faculdade de Ciências Aplicadas Piauiense – FACAPI. E-mail: [fmariasilva30@gmail.com](mailto:fmariasilva30@gmail.com).
- <sup>6</sup> Graduando em Medicina. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-7869-1111>. E-mail: [heitorv15862@gmail.com](mailto:heitorv15862@gmail.com).
- <sup>7</sup> Graduanda em Enfermagem. Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/7699757614088951>. E-mail: [ma.nascimento2001.1@gmail.com](mailto:ma.nascimento2001.1@gmail.com).
- <sup>8</sup> Graduando em Medicina. Centro Universitário Unifacid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-6003-4109>. E-mail: [luizlins300@gmail.com](mailto:luizlins300@gmail.com).
- <sup>9</sup> Especialista em Saúde Pública e Saúde da Família. Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. E-mail: [kelmavieira012@hotmail.com](mailto:kelmavieira012@hotmail.com).

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo proporcionar uma reflexão acerca dos aspectos voltados para a identificação, prevenção e tratamento da radiodermite. Trata-se de uma pesquisa do tipo reflexiva, elaborada a partir de uma leitura crítica da literatura científica acerca da radiodermite. Utilizou-se os seguintes descritores para busca e captação dos artigos: radiodermatite, radioterapia e oncologia, além de seus termos alternativos, delineados pelos operadores booleanos AND e OR. A radiodermatite apresenta-se como uma reação cutânea decorrente da exposição à radiação ionizante, estando classificada em 5 graus (0, 1, 2, 3 e 4), está relacionada, na maioria dos casos, em pacientes com câncer de cabeça e pescoço e de mama. Contudo, é válido salientar que a severidade da dissipação da lesão encontra-se associada à dose total, ao esquema de fracionamento, a energia da radiação, volume de tecido irradiado e radiosensibilidade do tecido envolvido. Observou-se que a equipe multiprofissional emerge como ferramenta imprescindível no papel profilático, bem como no seu tratamento, a partir da utilização de protocolos específicos, treinamentos e educação continuada, utilização de métodos farmacológicos sintéticos e naturais, além da importância do acolhimento dos pacientes e seus familiares.

**Palavras-chave:** Radiodermatite. Radioterapia. Oncologia.

## ABSTRACT

The aim of this study is to provide a reflection on aspects related to the identification, prevention and treatment of radiodermatitis. This is a reflective study, based on a critical reading of the scientific literature on radiodermatitis. The following descriptors were used to search for and capture the articles: radiodermatitis, radiotherapy and oncology, as well as their alternative terms, delineated by the Boolean operators AND and OR. Radiodermatitis is a skin reaction resulting from exposure to ionizing radiation and is classified into 5 grades (0, 1, 2, 3 and 4), most of which are related to patients with head and neck and breast cancer. However, it is worth pointing out that the severity of lesion dissipation is associated with the total dose, the fractionation scheme, the radiation energy, the volume of irradiated tissue and the radiosensitivity of the tissue involved. It was observed that the multi-professional team emerges as an essential tool in the prophylactic role, as well as in its treatment, through the use of specific protocols, training and continuing education, the use of synthetic and natural pharmacological methods, as well as the importance of welcoming patients and their families.

**Keywords:** Radiodermatitis. Radiotherapy. Oncology.

## 1. INTRODUÇÃO

O câncer é considerado como uma das principais causas de morte no Brasil e no mundo. Estima-se para o Brasil no biênio 2018-2019, a ocorrência de 600 mil novos casos de câncer, para cada ano, sendo o câncer de pele não melanoma com cerca de 170 mil casos novos. Dentre os mais frequentes estão os cânceres de próstata (68 mil) em homens e mama (60 mil) em mulheres (INCA, 2017).

Atualmente, as principais modalidades de tratamento oncológico são: cirúrgico, radioterápico e quimioterápico. A radioterapia consiste em uma modalidade importante para o tratamento do câncer e, apesar dos avanços nas técnicas de radiação, os pacientes ainda estão expostos aos eventos adversos. Dentre estes, estão às reações agudas da pele, conhecidas como radiodermite, caracterizadas por eritema, prurido, descamação seca e úmida (Makin, 2014; Glover; Harmer, 2014).

A radiodermite é causada pela exposição a radiação ionizante durante a radioterapia. Estima-se que cerca de 95% dos pacientes que receberam radioterapia apresentaram algum grau de radiodermite, que varia desde eritema leve até reações mais severas como descamação seca ou úmida, podendo evoluir para casos graves, com hemorragia e necrose. Essas reações podem ter um impacto negativo durante a realização do tratamento em graus mais severos, bem como na qualidade de vida dos pacientes (Singh *et al.*, 2016).

A qualidade de vida dos pacientes com radiodermite pode ser afetada de forma considerável, por provocar hipersensibilidade local; prurido; dor, devido à exposição de terminações nervosa; e perda da primeira camada da pele, ocasionando assim, o risco de

infecção. Torna-se necessário em alguns momentos, a interrupção permanente ou temporária do tratamento, o que pode diminuir as chances de cura ou controle do câncer. Em relação aos aspectos psicológicos pode ocasionar desconforto, alteração da autoimagem, baixa autoestima, isolamento social (Borghini *et al.*, 2014).

A radiodermite pode ser prevenida, ou minimizada, por meio de ações educativas e orientações aos pacientes, familiares e/ou cuidadores sobre os cuidados com a pele, uma vez que esses cuidados também devem ser continuados no domicílio; e de intervenções precoces, contribuindo assim, com a integridade cutânea do local irradiado, sendo o enfermeiro o profissional responsável por realizar essas condutas (Schneider *et al.*, 2013).

Cuidados de enfermagem consistem em minimizar os efeitos adversos que a radioterapia pode ocasiona à pele do paciente, esses cuidados devem ser realizados na primeira consulta de enfermagem com orientação sobre a ação da radioterapia e sobre os cuidados direcionados à área irradiada para proteção da pele, visando o autocuidado; avaliação da área e a identificação de toxicidade presente nos tecidos irradiados; prescrição de produtos adequados de acordo com o grau de reação da pele já lesionada (Lenhani *et al.*, 2014).

O enfermeiro deve realizar uma assistência sistematizada e humanizada desde a avaliação clínica, o planejamento e implementação do plano de cuidados e a reavaliação das condutas, devendo estas atividades serem fundamentadas em protocolos institucionais e em evidências científicas, com intuito de alcançar os padrões de qualidade e os princípios da ética (Andrade *et al.*, 2015).

Protocolos institucionais têm como objetivo conduzir as práticas assistenciais, bem como prevenir o aparecimento ou aumento do grau das radiodermites e a diminuição do desconforto do paciente. Souza et al. 2017, observou em seu estudo a divergência na indicação de produtos para prevenção e tratamento das radiodermites nas instituições pesquisadas, sendo assim necessário a realização de mais estudos sobre o tema para subsidiar as práticas dos enfermeiros nos serviços de radioterapia.

As radiodermites geram impacto negativo na qualidade de vida dos pacientes, e em algum momento do cuidado, que visa prestar assistência aos que apresentarem essa lesão ou que tenha o risco de desenvolvê-la. Neste contexto, é de suma importância analisar o conhecimento dos enfermeiros acerca dos cuidados prestados a esses pacientes, com vista na prevenção e no manejo das reações agudas da pele causadas pela radioterapia.

A realização do estudo possibilitará a identificação das lacunas no conhecimento desses profissionais e as dificuldades encontradas, a existência ou não de protocolos institucionais, bem como apontar se o cuidado realizado é baseado em mitos e senso comum ou com base em evidências científicas. Objetiva-se, deste modo, proporcionar uma reflexão acerca dos aspectos voltados para a identificação, prevenção e tratamento da radiodermite.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo reflexivo, elaborado à luz (principalmente) da literatura científica disponível, por meio de uma leitura crítica sobre as cirurgias robóticas, seu processo histórico de evolução, bem como a análise dos benefícios e preocupações acerca de sua implementação. A construção desse tipo de estudo está urdida na interpretação e análise dos elementos teóricos alcançados através de bibliografias, leituras, interpretação e discussão. (Feitosa et al., 2021).

Esta obra se configura como uma pesquisa exploratória, pois, tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com foco de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses e reflexões. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2019).

É válido destacar que este estudo não se configura como uma Revisão da Literatura, contudo, encontra-se fundamentada nos achados distribuídos nas bases de dados, para validar e corroborar o objetivo deste estudo. Dentre as bases encontram-se a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), PUBMED via *Medical Literature Analyzing Retrieval System Online* (MEDLINE), e *Scielo Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Neste contexto, para realizar a fundamentação literária desta pesquisa, aplicou-se os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus termos alternativos listados a seguir: Radiodermatite, Radioterapia, Oncologia e Detecção Precoce de Câncer.

## **3. REFLEXÃO DA TEMÁTICA**

### *3.1 Classificação e Aspectos Conceituais da Radiodermatite*

Radioterapia é uma modalidade de tratamento, que consiste em feixes de radiações ionizantes com o objetivo de destruir as células tumorais, agindo em seu ácido desoxirribonucleico (DNA), com a menor alteração aceitável às células normais circunvizinhas. É um método terapêutico local para o câncer, sendo indicada de forma exclusiva ou associada a outros tipos de tratamento, como a quimioterapia e a cirurgia, pode ser curativa, profilática, paliativa ou ablativa (Leite *et al.*, 2013).

Este tipo de tratamento causa manifestações clínicas agudas e crônicas, que podem ser evidenciadas durante e após a sua aplicação, a pele é o órgão mais atingido devido sua radiosensibilidade, sendo o primeiro a revelar reações adversas à radiação ionizante. O enfermeiro é o profissional que deve assistir o paciente com intuito de abrandar os sinais e sintomas adversos da pele, além de outras alterações que possam surgir. Isto torna a equipe de enfermagem de suma importância na realização de ações educativas preventivas e de intervenção com intuito de minimizar as toxicidades causadas pelas radiações (Souza *et al.*, 2017).

Para classificar os efeitos da radiação na pele em 1982 o Grupo de Radioterapia e Oncologia - *Radiation Therapy Oncology Group* (RTOG) desenvolveu o Critério de Score para Morbidade Aguda por Radiação - *Acute Radiation Morbidity Scoring Criteria*, que identifica como graus 0 (sem reação), 1 (eritema leve, descamação seca, epilação, sudorese diminuída), 2 (eritema moderado, brilhante, dermatite exsudativa em placas e edema moderado), 3 (dermatite exsudativa além das pregas cutâneas, edema intenso) e 4 (ulceração, hemorragia, necrose) (Silveira *et al.*, 2016).

O desenvolvimento da radiodermatite é mais comumente em pacientes com câncer de cabeça e pescoço e de mama, devido a pele ser mais sensível nessa parte do corpo com presença de pregas, causando umidade e fricção constante, o estado nutricional desfavorável, o baixo tecido adiposo na região irradiada, resulta em maior fragilidade cutânea (Schneider *et al.*, 2013).

As toxicidades agudas por radiação se manifestam de forma diferente, dependendo da área irradiada. Pacientes com câncer de mama são irradiadas no tórax, e a estrutura envolvida que apresenta toxicidade aguda é a pele. No entanto as pacientes com câncer de colo de útero e câncer de endométrio são irradiadas na pelve e esse fato faz com que as pacientes apresentem outros tipos de toxicidades agudas, o qual envolve outras estruturas é não somente a pele, sendo intestino, mucosa vaginal e aparelho geniturinário (Silveira *et al.* 2016)

A severidade da radiação na pele pode estar relacionada a diversos fatores como dose total, esquema de fracionamento, energia da radiação (tipo de equipamento), volume de tecido irradiado e radiosensibilidade do tecido envolvido. Dentre os fatores intrínsecos pode-se destacar a idade, fumo, doenças crônicas coexistentes e tratamento antineoplásico concomitante podem interferir nas reações de pele, devido a alteração do processo de cicatrização (Pires; Segreto; Segreto, 2008).

Destaca-se que os danos à pele podem ser classificados como agudos ou crônicos. Os efeitos agudos aparecem horas a semanas após a exposição e incluem eritema, edema, descamação seca e úmida, discromia, depilação ou até mesmo danos graves, como ulceração. As formas crônicas aparecem meses a anos após a exposição e se manifestam como úlceras tardias, fibrose e telangiectasia (Silveira *et al.*, 2016).

Alguns autores acreditam que as complicações da fase aguda ocorrem entre 2 e 3 semanas após o tratamento e as complicações tardias após 90 dias de tratamento. Embora a maioria dos episódios agudos cicatrizem espontaneamente, ou dentro de 2 a 3 semanas se forem sintomáticos, os episódios tardios tendem a persistir e a ter um impacto negativo na qualidade de vida dos pacientes (Pires; Segreto; Segreto, 2008).

### 3.2 Prevenção e Tratamento da Radiodermatite

O cuidado aos pacientes com reações cutâneas agudas deve ser sistematizado, o qual envolve a utilização de produtos tópicos, como creme aquoso, corticosteroides, sabonete para lavar a área irradiada, bem como agentes orais e intravenosos. Deve-se realizar orientações direcionadas à prevenção de tais eventos adversos, como uso de roupas soltas, feitas de algodão em áreas de contato com a região tratada; evitar produtos cosméticos, como perfume e maquiagem, na região, para prevenir ou/ minimizar as reações de irritação e sensibilidade na pele irradiada (Fuzissaki *et al.*, 2016).

Os produtos tópicos mais indicados para prevenção de radiodermatite, de acordo com o nível de evidência, são os corticosteroides tópicos, a calêndula e o MAS065D (Xclair), podendo estes ser incorporados à prática clínica. Observou-se como indicação de uso desses produtos, aplicação uniforme, tendo início concomitante ao início da radioterapia, 2 vezes ao dia ou mais, dependendo da ocorrência da dermatite e de dor, até completar o tratamento ou seguindo por duas semanas após seu término. Considera-se restrito o uso da Calêndula 2 horas ou menos antes da sessão de radioterapia (Andrade *et al.*, 2012).

Trolamina tem a capacidade de cura através do recrutamento de macrófagos na ferida, promovendo o crescimento do tecido de granulação, sendo considerado um agente de boa tolerância e capacidade para hidratar a pele e reduzir o desconforto local, sendo utilizada na prática clínica há mais de três décadas para o tratamento da radiodermatite. No entanto não foi observado nenhum benefício do uso de trolamina para prevenir a dermatite por radiação quando comparados com outras substâncias de controles, sendo satisfatória a sua utilização somente em radiodermatite grau 3 (Meneses *et al.*, 2018).

Diversos fatores influenciam na qualidade de vida dos pacientes com radiodermatite, entre eles a dor, limitações físicas impostas pela lesão, prurido, desconforto, fadiga, alteração da sensibilidade, da imagem corporal e do padrão de sono e repouso. O fator psicológico e a dor contribuem para piora da qualidade de vida uma vez que desencadeia o medo do desconhecido, sintomas de ansiedade e depressão, incertezas, baixa autoestima, preocupação relacionada à dependência de drogas analgésicas e receio de reações medicamentosas (Andrade; Clark; Ferreira, 2014)

Observou-se melhora na qualidade de vida de pacientes com radiodermatites quando as condutas foram baseadas na abordagem multiprofissional como a laserterapia, o óleo de emu como terapia tópica e a radioterapia modulada por intensidade, por proporcionar bem-estar físico, redução dos graus de toxicidade cutânea e por refletir na manutenção da capacidade funcional e da independência (Rocha *et al.*, 2018).

### *3.3 Papel da equipe multiprofissional frente a este cenário*

A equipe multiprofissional é de suma importância para uma assistência holística e humanizada, a qual tem como objetivo manter a integridade e a limpeza da pele, promover o conforto e a redução da dor, garantir a proteção contra a prevenção de trauma e o manejo da infecção, bem como a promoção de um ambiente úmido para a cicatrização da ferida. Se necessário, deve-se almejar o controle do sangramento, exsudado e odor (Fuzissaki *et al.*, 2016).

O tratamento das radiodermatites baseia-se no grau de toxicidade da pele e na disponibilidade de produtos tópicos como coberturas, hidratantes e agentes anti-inflamatórios. Diante disso, a prevenção por meio da higienização e hidratação da área irradiada, o uso de protocolos, de orientações aos pacientes e familiares sobre os cuidados com a pele, realização de curativos e de intervenções precoces que promovam

integridade cutânea e qualidade de vida do paciente emergem como fatores indispensáveis para contornar este contexto (Matsubara *et al.*, 2012).

A assistência ao paciente oncológico envolve múltiplos aspectos como: físicos, psicológicos, sociais, culturais, espirituais e econômico, por conta disso é de suma importância que o profissional enfermeiro tenha conhecimento científico e prático para lidar com as tomadas de decisão clínica do tratamento, bem como com a individualidade de cada paciente, realizando um planejamento sistematizado do cuidado com objetivo de minimizar os efeitos adversos do tratamento (Souza *et al.*, 2017).

Nesse sentido, percebe-se que as equipes multidisciplinares estão atentas para identificar esses fatores, com o objetivo de agir rapidamente, detectando lesões e tratando-as precocemente para que o tratamento não seja interrompido. Verificou-se também que as equipes multidisciplinares forneceram aos pacientes orientações que poderiam prevenir o aparecimento da dermatite por radiação e reduzir seus sintomas (Pires; Segreto; Segreto, 2008).

Não obstante a isto, percebe-se a importância do profissional de enfermagem e medicina no processo de avaliação da toxicidade da radiodermite, bem como a capacidade para elaborar estratégias que visem findar este problema. Entre os planejamentos, encontra-se a utilização de Ácidos Graxos Essenciais (AGE), soro fisiológico a 0,9%, sulfadiazina de prata a 1%, além de métodos com *Aloe Vera* e placas de hidrocoloide.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ao observar o cenário supradescrito, consegue-se compreender que a radiodermite, mesmo diante de um cenário urdido de tecnologias complexas e atuais, ainda persistem. Além disso, o profissional que atua no setor oncológico necessita de um processo de atualização periódico de seus conhecimentos, para possibilitar o monitoramento prévio e o tratamento assertivo a seus pacientes.

Percebe-se, neste sentido, que a comunicação entre familiares e profissionais da saúde apresenta-se como fator imprescindível para a realização do acolhimento, prevenção, investigação e tratamento, nos serviços oncológicos. Portanto, entende-se a necessidade da síntese de novos estudos acerca da temática, observando suas repercussões na saúde mental das vítimas e as complicações a ela associada.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. S. S. D; CLARK, R.M.O; FERREIRA, M.L. Effects of low-level laser therapy on wound healing. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v. 41, n. 2, p. 129-133. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-69912014000200129&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912014000200129&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Jun 2019.

ANDRADE, M. et al. Elaboração de instrumento para identificação da prática de enfermeiros nas radiodermatites. **Rev enferm UERJ**, v. 23, n. 6, p. 747-53. 2015. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/12677>. Acesso em: 10 abr 2019.

ANDRADE, M. et al. Prevenção de reações de pele devido à teleterapia em mulheres com câncer de mama: revisão integrativa. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 604-611. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692012000300024&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692012000300024&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Jun 2019.

HSM. Hospital São Marcos. ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE COMBATE AO CÂNCER. **Relatório de Atividades**. Teresina, PI. 2019. p. 20. Disponível em: <http://www.saomarcos.org.br>. Acesso em: 12 maio 2019.

COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 211/1998. Dispõe sobre a atuação dos profissionais de enfermagem que trabalham com radiação ionizante. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem**. Rio de Janeiro. 1998. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2111998\\_4258.html](http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-2111998_4258.html). Acesso em: 21 jun 2019.

BORGHINI, A. et al. Genetic risk score and acute skin toxicity after breast radiation therapy. **Cancer Biother Radiopharm**, v. 29, n. 7, p. 267-72. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2509976>. Acesso em: 10 abr 2019.

FEITOSA, G. T. et al. Evolução das políticas públicas para humanização do parto e nascimento no Brasil. Reflexões sobre a prática assistencial inovadora e de qualidade da gravidez ao nascimento, Campina Grande, v. 01, n. 1, p. 202-2017, 2021. Disponível em: <https://amplaeditora.com.br/books/2021/12/ReflexoesPraticaAssistencial.pdf>. Acesso em: 23 jun 2019.

FUZISSAKI, M. S. A. et al. Validação semântica de instrumento para identificação da prática de enfermeiros no manejo das radiodermatites. **Revista Eletrônica De Enfermagem**, v.18, n. 1, p. 1142-1154. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/35164>. Acesso em: 23 jun 2019.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 6. ed. São Paulo: 2019.

GLOVER, D; HARMER, V. Radiotherapy-induced skin reactions: assessment and management. **Br J Nurs**, v. 23, n. 2, p. 28-5. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24619051>. Acesso em: 11 abr 2019.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. **Ministério da Saúde**. Rio de Janeiro. p. 24-25. 2017. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/estimativa/2018/>. Acesso em: 10 abr 2019

LEITE F. M. C. et al. Diagnósticos de enfermagem relacionados aos efeitos adversos da radioterapia. **Rev Min Enferm**, v. 17, n. 4, p.940-945. 2013. Disponível em: <http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20130068>. Acesso em: 23 jun 2019.

LENHANI B. E. et al. Intervenções de enfermagem a paciente com radiodermite grau IV: relato de caso. **Rev enferm UFPE on line**, v. 8, n.7, p. 2089-94. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/9888/10139>. Acesso em: 10 abr 2019.

MAKIN, G. Principles of chemotherapy. **Paediatr Child Health**, v. 28, n. 4, p.183-88. 2014. Disponível em: [https://www.paediatricsandchildhealthjournal.co.uk/article/S1751-7222\(18\)30022-2/pdf](https://www.paediatricsandchildhealthjournal.co.uk/article/S1751-7222(18)30022-2/pdf). Acesso em: 10 abr 2019.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V. Fundamentos de metodologia científica. 6ª ed. São Paulo, SP: **Atlas**, 2005.

MATSUBARA M. G. S. et al. Feridas e estomas em oncologia: uma abordagem interdisciplinar. 1ª Ed. São Paulo, SP: **Lemar**; 2012.

MENESES, A. G. et al . Use of trolamine to prevent and treat acute radiation dermatitis: a systematic review and meta-analysis. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 26, n. 1, p. 1-11. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692018000100600&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692018000100600&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Jun 2019.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas. **Revista Administração Online**, v. 2, n. 3, p. 1-15. 2001. Disponível em: [https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo\\_-\\_amostragem\\_ao\\_probabilistica\\_adequacao\\_de\\_situacoes\\_para\\_uso\\_e\\_limitacoes\\_de\\_amostras\\_por\\_conveniencia.pdf](https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/veludo_-_amostragem_ao_probabilistica_adequacao_de_situacoes_para_uso_e_limitacoes_de_amostras_por_conveniencia.pdf). Acesso em 23 jun 2019.

PIRES, A. M. T; SEGRETO, R. A; SEGRETO, H. R. C. Avaliação das reações agudas da pele e seus fatores de risco em pacientes com câncer de mama submetidas à radioterapia. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 16, n. 5, p. 844-849. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692008000500008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000500008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Jun 2019.

ROCHA, D. M. et al. Evidências científicas sobre os fatores associados à qualidade de vida de pacientes com radiodermatite. **Rev. Gaúcha Enferm**, v. 39, n.1, p. 1-8.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v39/1983-1447-rgenf-39-e2017-0224.pdf>. Acesso em: 23 jun 2019.

SANTOS, D. M. S. S. et al. Validity of the DISABKIDS® - Cystic Fibrosis Module for Brazilian children and adolescents. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 22, n. 5, p. 819-825. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692014000500819&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692014000500819&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Jun 2019.

SCHNEIDER, F. et al. Prevenção e tratamento de radiodermite: uma revisão integrativa. **Cogitare Enferm**, v. 18, n.3, p. 579-86. 2013. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/33575>. Acesso em: 10 abr 2019.

SILVEIRA, C. F et al. Qualidade de vida e toxicidade por radiação em pacientes com câncer ginecológico e mama. **Esc. Anna Nery**, v. 20, n. 4, p. 1-9. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452016000400207&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000400207&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 Jun 2019.

SINGH, M. et al. Radiodermatitis: a review of our current understanding. **Am J Clin Dermatol**, v. 17, n. 3, p. 277-92. 2016. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27021652>. Acesso em: 11 abr 2019.

SOUZA, N. R. et al. Atuação de enfermeiros em serviços de radioterapia. **Rev enferm UERJ**, v. 25, n. 26130, p. 1-7. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/26130>. Acesso em: 10 abr 2019.

# CAPÍTULO 27

## CAPTAÇÃO E DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: identificação de fatores relacionados à desistência *ORGAN PROCUREMENT AND DONATION: identifying factors related to abandonment*

 **10.5281/zenodo.10120725**

Lucas Manoel Oliveira Costa <sup>1</sup>  
Marcus Vinicius de Carvalho Souza <sup>2</sup>  
Izane Luisa Xavier Carvalho Andrade <sup>3</sup>  
Heitor Vasconcelos Lima <sup>4</sup>  
Edmércia Holanda Moura <sup>5</sup>  
João Victor Moura Lins <sup>6</sup>  
Suely Moura Melo <sup>7</sup>  
Fernanda Rodrigues de Araújo Paiva Campelo <sup>8</sup>  
Mariana Sales Leal dos Santos Andrade <sup>9</sup>

- <sup>1</sup> Graduado em Enfermagem. Pós-graduando em Neuroeducação. Instituto de Ensino Superior Múltiplo –IESM. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-7184-2318>. E-mail: [enflucasmocosta@gmail.com](mailto:enflucasmocosta@gmail.com).
- <sup>2</sup> Mestrando em Biotecnologia e Atenção Básica à Saúde. Centro Universitário Unifacid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9625-769X>. E-mail: [marcarvalhosouza@ufpi.edu.br](mailto:marcarvalhosouza@ufpi.edu.br).
- <sup>3</sup> Mestre Profissional em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Centro Universitário Unifacid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4693-1033>. E-mail: [zaneluizac@hotmail.com](mailto:zaneluizac@hotmail.com).
- <sup>4</sup> Graduando em Medicina. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-7869-1111>. E-mail: [heitorv15862@gmail.com](mailto:heitorv15862@gmail.com).
- <sup>5</sup> Mestre em Saúde da Mulher. Centro Universitário Unifacid Wyden. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0589626194123053>. E-mail: [edmerciaholanda@hotmail.com](mailto:edmerciaholanda@hotmail.com).
- <sup>6</sup> Graduando em Medicina. Centro Universitário Unifacid Wyden. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3834333428788671>. E-mail: [joao14102002victor@gmail.com](mailto:joao14102002victor@gmail.com)
- <sup>7</sup> Doutora em Biotecnologia. Professora do Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3371668617378361>. E-mail: [suelymelo6@gmail.com](mailto:suelymelo6@gmail.com).
- <sup>8</sup> Mestre em Biotecnologia e Atenção Básica em Saúde. Centro Universitário UniFacid Wyden – Facid Wyden. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/3677689367943693>. E-mail: [frapc\\_paiva@hotmail.com](mailto:frapc_paiva@hotmail.com).
- <sup>9</sup> Graduanda em medicina. Centro Universitário Unifacid Wyden. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-6814-6871>. E-mail: [marianasales@hotmail.com](mailto:marianasales@hotmail.com)

### RESUMO

O objetivo desta pesquisa é proporcionar ao leitor uma reflexão voltada aos aspectos relacionados aos entraves identificados na literatura, voltados para a desistência de doação de órgãos no contexto nacional. Esta pesquisa se configura como um estudo reflexivo, de natureza qualitativa, construída a partir de uma leitura clínica de pesquisas disponíveis na literatura. Para fundamentação do presente estudo, realizou-se uma busca de artigos atuais nas bases de dados LILACS, MEDLINE e SciELO por meio dos descritores: Transplante de Órgãos; Obtenção de Tecidos e Órgãos; Equidade em Saúde; Acesso aos Serviços de Saúde, delineados pelos operadores booleanos OR e AND. Observou-se que o processo de transplante de órgãos, no contexto nacional, vêm passando por uma crescente evidência para a sociedade, a partir da sua evolução tecnológica, as metas de identificação, preparo, captação e doação de órgãos encontra-se em notoriedade, ofertando às famílias maior aporte de segurança no tocante aos medos e incertezas. Neste sentido, entende-se que entre os principais entraves identificados na literatura, encontram-se as incertezas e medos, por parte das famílias, estas, por sua vez, sendo a detentora da decisão de prosseguir com a doação. Outro aspecto relacionado a isto, está no despreparo dos profissionais para o satisfatório acolhimento dos familiares, fazendo-se necessário a produção de novos estudos que visem proporcionar aos profissionais a sensibilização e conscientização da educação continuada.

**Palavras-chave:** Transplante de Órgãos. Obtenção de Tecidos e Órgãos. Acesso aos Serviços de Saúde.

## ABSTRACT

The aim of this research is to provide the reader with a reflection on the aspects related to the obstacles identified in the literature, related to giving up organ donation in the national context. This research is configured as a reflective study, of a qualitative nature, constructed from a clinical reading of research available in the literature. This study was based on a search for current articles in the LILACS, MEDLINE and SciELO databases using the descriptors: Organ Transplantation; Obtaining Tissues and Organs; Health Equity; Access to Health Services, delineated by the Boolean operators OR and AND. It was observed that the process of organ transplantation, in the national context, has been increasingly evident to society, based on its technological evolution, the goals of identifying, preparing, capturing and donating organs is becoming more notorious, offering families greater security in terms of fears and uncertainties. In this sense, it is understood that among the main obstacles identified in the literature are uncertainties and fears on the part of families, who, in turn, are the ones who make the decision to proceed with the donation. Another aspect related to this is the lack of preparation on the part of professionals for satisfactorily welcoming family members, making it necessary to produce new studies aimed at providing professionals with sensitization and awareness of continuing education.

**Keywords:** Organ Transplantation. Obtaining Tissues and Organs. Access to Health Services.

## 1. INTRODUÇÃO

A constante evolução tecnológica contemporânea, no tocante ao processo de transplante de órgãos e demais tecidos, vem apresentando uma crescente significativa, com grandes impactos na assistência aos pacientes, na qualidade de vida de milhares de pessoas transplantadas, bem como nas perspectivas relacionadas ao preparo profissional, minimizando agravos e falência de órgãos, mesmo nos contextos envolvendo doenças crônicas (Borges *et al.*, 2021)

No Brasil, observa-se que nas últimas décadas o número de transplantes apresentou uma crescente significativa, sendo o ano de 2011 responsável por mais de 4 mil transplantes, de diferentes tipos de órgãos. No mesmo ano, os estudos comprovavam a existência de 10 doadores para cada 1 milhão de habitantes, sendo modificado a partir de 2015 para 15 doadores em cada 1 milhão (Borges *et al.*, 2021).

De acordo com Soares *et al.*, (2020), existem somente dois tipos de transplantes: os chamados intervivos, menos habitual, sendo possível apenas para alguns tipos de órgãos, tais como o rim e fígado; e o transplante de doador falecido. Nota-se neste segundo tópico que o transplante ocorrerá exclusivamente quando: (1) o doador recebe diagnóstico de morte encefálica, (2) o órgão-alvo da doação mantém-se funcional, (3) o consentimento dos familiares é obtido e, ademais, (4) conta-se com o consentimento

expresso do receptor e ou familiares. Estes processos encontram-se dispostos na lei nº 9.434/97, que sofrera alteração para o decreto nº 9.175 de 2017, viabilizando a implementação do sistema de captação de distribuição de órgãos no Brasil, em serviços de saúde públicos ou privados.

A doação de órgãos, nesse sentido, é um ato por meio do qual podem ser retirados órgãos ou tecidos de uma pessoa viva ou falecida para ser utilizado no tratamento de outras pessoas, esse processo é denominado de transplante, sendo procedimento cirúrgico de alta complexidade em que realizado a substituição por um órgão ou tecido sadio, podem ser doados rins, fígado, coração, pulmões, pâncreas, intestino, córneas, valvas cardíacas, pele, ossos e tendões (BRASIL, 2023).

Durante esse processo a atuação da equipe de enfermeiro no acolhimento dos familiares desses pacientes, oferecendo-lhes suporte e informações suficientes e adequadas para que a família possa colaborar com o processo de doação e transplante, mostra-se como de fundamental importância (Cavalcante *et al.*, 2014)

Comparadas com o ano de 2021, houve diminuição nas taxas de doadores (8,6%) e de transplantes de rim (13,8%), fígado (11,5%), coração (12,5%), pulmão (25%), pâncreas (37,5%), córneas (7,1%) e células hematopoiéticas (12,2%), a mortalidade em lista (7,5%) retornou aos níveis anteriores à pandemia. Entende-se que houve um aumento significativo em taxa de pacientes em espera mesmo após a pandemia os níveis continua o mesmo, não efetivação da doação por recusa familiar também, entre outros fatores, resultou em uma grande lista de espera cada vez maior por um órgão ou tecido (ABTO, 2022).

A pesar do Brasil ter um elevado número de transplantes por ano, sendo o segundo em número e em referência mundial na área e possuir o maior sistema público de transplantes, cerca de 40% das famílias recusa a doação de órgãos de seus parentes após falecimento (Rocha, 2022).

Essa queda na efetivação da doação foi ocasionada pelo aumento das taxas de não autorização. A taxa de negativa familiar (47%) foi 18% superior à taxa de 2019 (40%) e a mais alta dos últimos dez anos (ABTO, 2023).

A falta de campanhas educativas para enfatizar a importância de compartilharem com seus familiares sua vontade em ser doador de órgãos e tecidos logo o mais breve possível. Uma educação continuada aos profissionais para melhor abordagem às famílias de potenciais doadores, fazendo com que eles entendam melhor a morte encefálica e captação de órgãos em todo o seu (Cintra; Sanna, 2005)

A pesar do Brasil ter um elevado número de transplantes por ano, sendo o segundo em número e em referência mundial na área e possuir o maior sistema público de transplantes, cerca de 40% das famílias recusa a doação de órgãos de seus parentes após falecimento (Rocha, 2022). Deste modo, o objetivo deste estudo é proporcionar uma reflexão acerca dos principais fatores relacionados às desistências de doações de órgãos.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo reflexivo, elaborado à luz (principalmente) da literatura científica disponível, por meio de uma leitura crítica sobre as cirurgias robóticas, seu processo histórico de evolução, bem como a análise dos benefícios e preocupações acerca de sua implementação. A construção desse tipo de estudo está urdida na interpretação e análise dos elementos teóricos alcançados através de bibliografias, leituras, interpretação e discussão. (Feitosa et al., 2021).

Esta obra se configura como uma pesquisa exploratória, pois, tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com foco de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses e reflexões. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2019).

É válido destacar que este estudo não se configura como uma Revisão da Literatura, contudo, encontra-se fundamentada nos achados distribuídos nas bases de dados, para validar e corroborar o objetivo deste estudo. Dentre as bases encontram-se a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), PUBMED via *Medical Literature Analyzing Retrieval System Online* (MEDLINE), e *Scielo Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Ademais, para realizar a fundamentação literária desta pesquisa, foram aplicados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus termos alternativos listados a seguir: Transplante de Órgãos; Obtenção de Tecidos e Órgãos; Equidade em Saúde; Acesso aos Serviços de Saúde.

### 3. REFLEXÃO DA TEMÁTICA

#### 3.1 Aspectos históricos, sistema nacional de transplantes:

Os programas de transplante de órgãos começaram no final da década de 1940 em Paris, Londres, Edimburgo e Boston. O primeiro transplante renal documentado ocorreu em 1933 pelo Dr. Voronoy. No entanto, foi somente em 1954 que o primeiro transplante renal bem-sucedido foi realizado por Joseph Murray, na cidade-estado de Boston, com gêmeos idênticos (Cintra; Sanna, 2005).

O primeiro transplante bem-sucedido com um doador falecido ocorreu em 1962. Isso só foi possível graças ao desenvolvimento de novas drogas imunossupressoras. Após enormes esforços e inúmeras experiências em animais de laboratório, em janeiro de 1965, a equipe médica do hospital das Clínicas da universidade de Medicina de São Paulo realizou o primeiro transplante renal humano no Brasil (Cintra; Sanna, 2005).

Porém, em maio de 1968, o transplante que teve maior impacto nessa nova era da prática terapêutica foi o transplante cardíaco, que passou a ser considerado o primeiro transplante realizado no Brasil e o 17º no mundo, no Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, equipe liderada pelo Prof. Euríclides de Jesus Zerbini. Na década de 1970 (Cintra; Sanna, 2005).

Desse período inicial até os dias atuais, essa atividade teve uma evolução considerável em termos de variedade de órgãos transplantados e número de procedimentos realizados, que se acentuou, nos últimos anos, em função de um conjunto de medidas adotadas pelos gestores no sentido de adequar a remuneração paga a todos os procedimentos relacionados aos transplantes (Rocha, 2022).

Todos os tipos de transplantes são financiados por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e os pacientes podem se beneficiar, ainda, da oferta gratuita da medicação necessária após a realização das cirurgias. Atualmente, o Brasil possui o maior sistema público de transplantes do mundo (ABTO, 2023).

Em 1997, foi criado, no âmbito do Ministério da Saúde, o Sistema Nacional de Transplantes (SNT). A Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Transplantes é o órgão responsável pela gestão do programa. Na esfera federal, existe, ainda, a Central Nacional de Notificação, Captação e Distribuição de Órgão (BRASIL, 2023).

Essa Coordenação é responsável pela normatização e regulamentação dos procedimentos relativos à captação, alocação e distribuição de órgãos. Está sob sua responsabilidade o controle, inclusive social, das atividades que se desenvolvem no País

nesta área, mediante articulação com todos os integrantes do SNT. A Portaria Nº 2600, de 21 de outubro de 2009, estabelece a criação das OPO, que atuarão conjuntamente com a CNCDO e CIHDOTT nos processos de doação de órgãos e tecidos para transplantes (BRASIL, 2023).

A partir da aprovação do Regulamento Técnico de Transplantes, o Ministério da Saúde desenvolveu, em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde, a implantação das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO), também chamadas de Centrais Estaduais de Transplante (ABTO, 2023).

Como a atividade das Centrais Estaduais se dá no âmbito estadual e com o desenvolvimento e incremento das atividades de transplante no País, surgiu a necessidade da criação de uma estrutura que articulasse as ações interestaduais. Assim, em 16 de agosto de 2000, foi criada a Central Nacional de Transplantes, que funciona ininterruptamente em Brasília-DF. A Central Nacional articula o trabalho das Centrais Estaduais e provê os meios para as transferências de órgãos entre os estados com vistas a contemplar as situações de urgência e evitar os desperdícios de órgãos sem condições de aproveitamento no seu estado de origem (BRASIL, 2017).

Com o objetivo de aumentar a captação de órgãos e apoiar as atividades da CNCDO, foi estabelecida a obrigatoriedade da existência de Comissões Intra-Hospitalares de Transplantes nos hospitais com UTI do tipo II ou III, hospitais de referência para urgência e emergência e hospitais transplantadores. Estas comissões desenvolvem em seus hospitais, conjuntamente com as OPO, o processo de identificação de potenciais doadores em morte encefálica ou coração parado, a abordagem familiar para autorização, além da triagem clínica e sorológica (BRASIL, 2017).

No Brasil, a doação de órgãos e tecidos só será realizada após a autorização familiar. Os órgãos doados vão para pacientes que necessitam de um transplante e estão aguardando em lista de espera. A lista é única, organizada por estado ou região, e monitorada pelo Sistema Nacional de Transplantes (SNT) (BRASIL, 2023).

### *3.2. Principais fatores relacionados à desistência na doação de órgãos:*

Ao analisar os achados disponíveis na literatura consegue-se entender que apesar de os transplantes de órgãos se referirem a um processo indispensável para a garantia da vida e de sua qualidade a diversos pacientes, a demanda ainda sobrepõe os índices de doadores viáveis ou possíveis doadores. Ademais, percebe-se que este cenário se

encontra delineado por diversos contextos de que distorcem a real narrativa da doação de órgãos, desencorajando o surgimento de novos doadores (Maynard et al., 2016; Pessoa et al., 2013; Rossato et al., 2017).

A *priori*, na perspectiva de Maynard et al., (2016), é indispensável compreender que a decisão familiar se encontra como parâmetro final para a realização da doação dos órgãos, sugerindo-se a importância do princípio da autonomia do doador em vida. Além disso, de acordo com os autores, a existência de desentendimentos familiares, a ausência de comunicação acerca do desejo do paciente em vida, a desconfiança sobre o processo, as dificuldades de compreensão da morte encefálica e a não transparência por parte da equipe multiprofissional podem implicar na realização deste procedimento.

Alinhado a isto, o estudo de Lemes et al., (2023) destaca que os principais desafios percebidos para êxito da lei de transplante de órgãos está: a carência de informações por parte da equipe, baixo nível de escolaridade populacional, incompreensão do conceito de morte encefálica e religião.

Isto posto, outro aspecto fundamental a se discutir, é no tocante à influência da crença religiosa e seus impactos nos transplantes de órgãos. Observa-se entre as pesquisas que a fé professada pelos familiares, sob o contexto do luto, do medo, da perda de um familiar, em forma de consolo, nutre a esperança da ocorrência de milagres, levando a família a se opor à doação. Todavia, no contexto nacional, é imprescindível enfatizar que nenhuma religião, por meio de seus canais oficiais de expressão, manifestou um posicionamento desfavorável em relação à doação de órgãos e tecidos, tornando-se necessária maior sensibilidade, compreensão e ética, por parte da equipe multiprofissional, ao deparar-se com este cenário (Maynard et al., 2016; Pessoa et al., 2013; Rossato et al., 2017; Roza, 2023).

Corroborando o supracitado, uma pesquisa transversal desenvolvida pela Universidade Federal de São Paulo com 42 famílias, constatou que cerca de 64% dos familiares entrevistados não possuíam conhecimento do desejo do doador em potencial, bem como 21% referiam não compreender o diagnóstico de morte encefálica e cerca de 19% fundamentavam a negação da doação em seus aspectos religiosos. Outro aspecto levantado na pesquisa foi acerca do despreparo de profissionais no momento da comunicação/entrevista com os familiares (Pessoa et al., 2013).

Neste contexto, para Lemes et al., (2023), os déficits encontrados nos conhecimentos dos profissionais envolvidos no processo de doação de órgãos emergem como fatores preocupantes. Os autores sinalizam que estas lacunas se encontram no

desconhecimento das legislações e protocolos atuais, bem como a ausência de conhecimentos acerca do tema, disseminando informações obsoletas, delineadas pelo senso comum. Acrescenta-se a este contexto as limitações na distribuição de recursos financeiros, estruturais e humanos para a ocorrência deste procedimento.

Nota-se que as situações supramencionadas emergem como possíveis vieses que poderão implicar em perdas de doadores, seja por meio da assistência direta ao doador, com a conservação hemodinâmica, estabilização dos sinais vitais, exames laboratoriais checados periodicamente, ou após a entrevista com os familiares, seguidos de recusa. Deste modo, a realização do trabalho assertivo, delineado pelas boas práticas durante o processo de doação, oferta uma possibilidade positiva de diminuir os índices de mortalidade na fila de transplante, garantindo qualidade de vida pós transplante (Roza, 2023).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A literatura destaca que entre os principais problemas relacionados à captação e doação de órgãos, encontram-se as falhas de comunicação entre os familiares, o despreparo por parte da equipe multiprofissional envolvida no procedimento, aspectos religiosos, além de aspectos estruturais dos centros de transplante, implicando diretamente na realização do procedimento.

A partir da análise dos achados utilizados nesta pesquisa, observa-se que a a equipe multiprofissional permeia diversas áreas do processo de doação e captação de órgãos. Destaca-se seu papel ativo no planejamento, organização e coordenação das etapas prévias, intra e pós-operatórias, fiscalizando cirurgias, transportes, controle hemodinâmico e homeostático das funções orgânicas do doador, identificação de problemas que inviabilizarão a cirurgia, além da assistência direta à família, com acolhimento e prestação de informações transparentes.

Neste contexto, esta pesquisa deparou-se, por limitações, a existência de estudos primários, do tipo observacionais realizados no âmbito nacional, bem como a escassez de indicadores relacionados às complicações identificadas durante o transplante e no contexto pós-operatório. Deste modo, fomenta-se a realização de novos estudos que busquem compreender este cenário no país, possibilitando a elaboração de novas estratégias capazes de contornar estas lacunas assistenciais.

## REFERÊNCIAS

ABTO, **Tudo sobre Transplante** – Disponível

em: <<https://site.abto.org.br/transplantes/tudo-sobre-transplante/>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

BORGES, L. P. *et al.* Doação de órgãos e tecidos: percepção de familiares que optaram pela não doação. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 95, n. 34, p. 01-15, 2021. Disponível em:

<https://teste.revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1083/887>. Acesso em: 01 de novembro de 2023.

BRASIL. Transplantes e doação de órgãos. **Ministério da Saúde**. disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/snt>. Acesso em: 27 maio. 2023.

FEITOSA, G. T. *et al.* Evolução das políticas públicas para humanização do parto e nascimento no Brasil. Reflexões sobre a prática assistencial inovadora e de qualidade da gravidez ao nascimento, Campina Grande, v. 01, n. 1, p. 202-2017, 2021. Disponível em: <https://ampllaeditora.com.br/books/2021/12/ReflexoesPraticaAssistencial.pdf>. Acesso em: 23 jun 2019.

FIGUEIREDO, C. A.; PERGOLA-MARCONATO, A. M.; SAIDEL, M. G. B. Equipe de enfermagem na doação de órgãos: revisão integrativa de literatura. **Revista Bioética**, v. 28, n. 1, p. 76–82, mar. 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. Atlas, 6. ed. São Paulo: 2019.

LEMES, G. P *et al.* Dificuldades enfrentadas pelos profissionais de saúde no processo de doação e transplante de órgãos. **REMES**, v. 01, n. 01, p. 81-87, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51161/integrar/remes/3649>. Acesso em: 8 jun.2023.

OLIVEIRA, L. *et al.* Os conflitos do consentimento acerca da doação de órgãos post morte no Brasil. v. 16, n. 3, p. 122–122, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/111657>. Acesso em: 8 jun. 2023.

PESSOA, J. C.; SCHIRMER, J. B. Avaliação das causas de recusa familiar a doação de órgãos e tecidos. **Acta paulista enfermagem**, v. 26, n. 4, p. 323–330, 1 jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/NLvJC3SX3Gx6yvtT4pMzVfv/?lang=pt#>. Acessado em: 27 de maio de 2023.

REZENDE, R.; SIMONE, F. C. *et al.* Doação de órgãos e tecidos: avaliação da recusa familiar. **Revista Perspectiva: Ciência e Saúde**, v. 7, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/NLvJC3SX3Gx6yvtT4pMzVfv/?lang=pt>> Acesso em: 9 jun. 2023.

ROSSATO, G. C. *et al.* Doar ou não doar: a visão de familiares frente à doação de órgãos. **REME rev. min. enferm**, p. e-1056, 2017. Acessado em 30 agosto 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-907931>. Acessado em 30 agosto 2023.

ROZA, B. A. Boas práticas em saúde e desafios com população de instituição de longa permanência e transplantados de órgãos. **ABEN**, v. 01, n. 01, p. 01-07, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.51234/aben.23.e21.c16>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SHARLON, A. et al. O enfermeiro no processo de doação e transplante de órgãos. **Revista Recien**, v. 9, n. 25, p. 03-10, 25 mar. 2019. <https://www.recien.com.br/index.php/Recien/article/view/178>. Acessado em 30 agosto 2023.

SISTEMA NACIONAL DE TRANSPLANTES. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/snt>>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SOARES, L. S. S. et al. Transplantes de órgãos sólidos no Brasil: estudo descritivo sobre desigualdades na distribuição e acesso no território brasileiro, 2001-2017. **Epidemiologia e serviços de saúde: revista do Sistema Único de Saúde do Brasil**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000100004](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000100004). Acesso em: 01 de novembro de 2023.

TRINDADE, T. S. et al. O papel do enfermeiro no processo de doação de órgãos e tecidos: revisão integrativa da literatura. **Medicus**, v. 4, n. 2, p. 7-14, 2022. Disponível em: <http://www.cognitionis.inf.br>. Acessado em 8 junho 2023.

# CAPÍTULO 28

## A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS *THE IMPORTANCE OF PUBLIC POLICIES IN ACCESS TO SOCIAL RIGHTS*

 10.5281/zenodo.10120743

Antonia Viana Soares <sup>1</sup>  
Tamires Almeida Bezerra <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Especialista em Saúde Mental. Universidade Regional do Cariri – URCA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-4658-7220>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/523692309000369>. E-mail: [antoniasoarespsi2017@gmail.com](mailto:antoniasoarespsi2017@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Gestão Pública. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-5908-7647>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7611739887594881>. E-mail: [tamialmeida10@gmail.com](mailto:tamialmeida10@gmail.com)

### RESUMO

As políticas públicas se voltam para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das sociedades marginalizadas que reduzem a possibilidade de qualidade de vida dos cidadãos. Assim, o presente estudo objetivou analisar o desenvolvimento das políticas públicas como instrumento o acesso aos direitos sociais. Dando seguimento a essa linha de estudo, fez-se uso de uma metodologia do tipo pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, de modo que esta fora realizada por meio da leitura de artigos, revistas especializadas e leis, onde as buscas foram realizadas em banco de dados como Google Acadêmico. Mediante a análise, evidenciou-se o êxito das políticas públicas desenvolvidas para os diversos segmentos sociais.

**Palavras-chave:** Direitos sociais. Estado. Políticas públicas.

### ABSTRACT

Public policies are aimed at tackling the problems that exist in the daily lives of marginalized societies that reduce the possibility of quality of life for citizens. Thus, the present study aimed to analyze the development of public policies as an instrument for access to social rights. Continuing this line of study, a bibliographic research-type methodology with a qualitative approach was used, so that this was carried out by reading articles, specialized magazines and laws, where the searches were carried out in a database as Google Scholar. Through the analysis, the success of public policies developed for the different social segments was evidenced.

**Keywords:** Social rights. State. Public policy.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, no Brasil a expressão “Políticas Públicas” ganhou destaque em todos os campos: na educação, saúde, meio ambiente cultura, esporte, justiça e assistência social. No entanto tais políticas nem sempre trazem os resultados esperados, pois somente garantir o acesso a todos estes serviços públicos não significam que estes

tenham qualidade e, que efetivamente os usuários terão seus direitos respeitados (Setubal, 2012).

As políticas públicas se voltam para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das sociedades marginalizadas que reduzem a possibilidade de qualidade de vida dos cidadãos. Porém, pode-se dizer que somente o direcionamento destas para a assistência social não constitui uma forma de efetivamente de auxiliar crianças, adolescentes e idosos a uma melhor qualidade de vida, visto que existem outros pontos que também devem ser tratados por meio delas, como por exemplo; a ausência ou a insuficiência dos direitos sociais, como trabalho, educação, saúde, moradia, alimentação, bem como a existência de circunstâncias e arranjos sociais que dificultam o ingresso a esses direitos e à vida digna, criam sérios impedimentos ao exercício de todos os outros direitos humanos e fundamentais (Zanetti, 2011).

Diante do exposto, este artigo desenvolve-se no sentido de fazer uma reflexão sobre a dinâmica das políticas públicas e como estas podem e devem estar em consonância com o desenvolvimento da sociedade e direitos dos sujeitos. Este estudo apresenta como objetivo geral analisar o desenvolvimento das políticas públicas como instrumento para o fortalecimento e acesso aos direitos sociais. E, como objetivos específicos têm-se: identificar a importância das políticas públicas como meio de promoção de ações sociais; verificar se há interação entre poder público e sociedade no momento de escolha das prioridades nas políticas públicas.

Para o desenvolvimento do presente artigo, utilizou-se como caminho metodológico, a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, na qual a primeira traz o conhecimento de produções de alguns autores sobre a temática para a construção da base teórica. De posse de informações coletadas a partir da leitura dos materiais já publicados, foi feita uma análise detalhada do material encontrado.

## **2. METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, pois como afirma Creswell (2007), a mesma coleta os dados sem a utilização direta de números, e esses dados tendem a ser subjetivos, dessa forma, o administrador deverá interpretá-los. A pesquisa qualitativa “responde a questões particulares [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado (Minayo, 2002, p. 21)”. Assim o pesquisador deve avaliar os resultados minuciosamente para assim lograr êxito.

Quanto aos procedimentos a pesquisa é de cunho bibliográfico, onde foi realizada leitura de materiais já publicados sobre o tema em artigos, livros, dissertações e sites. Para Martins (2009, p. 54), a pesquisa bibliográfica “trata-se de estratégia de pesquisa necessária para a condução de qualquer pesquisa científica”, sendo necessária para a construção do embasamento teórico, para possibilitar o conhecimento acerca da temática abordada com base na literatura sobre o assunto pesquisado.

De acordo com Gil (2011), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo procurar a partir de material já elaborada solução de determinado problema. O autor pondera que a pesquisa bibliográfica utiliza dados fundamentados das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto.

### **3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

#### *3.1 Breve conceito de políticas públicas*

As políticas públicas têm suas origens no século XIX por meio dos movimentos populares, destinadas aos conflitos entre capital e trabalho, durante o desenvolver das revoluções industriais. E não há uma definição exata do que seja política pública. É uma expressão polissêmica e compreende, em sentido amplo, todos os instrumentos de ação dos governos. No entanto, para Oliveira (2015), políticas públicas referem-se a providências para que os direitos se realizem, para que as satisfações sejam atendidas, para que as determinações constitucionais e legais saiam do papel e se transformem em utilidades aos governados.

As políticas públicas são instrumentos que garantem o acesso a vários direitos, pois as mesmas atuam de maneira holística. Através das mesmas é que são definidos os objetivos, as diretrizes, o público dessa política dentre outras características Gorczewski e Mayer (2015).

A expressão política pública tem diferentes definições que direciona para a esfera pública e assim difere em um mesmo sentido onde essas políticas se convertem em ações de governo visando uma definição as suas demandas prioritárias que serão executadas pela gestão (Schmidt, 2008).

As Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nas suas três esferas) delineiam para alcançar o bem-estar da população. De fato, as ações que os administradores públicos selecionam (as prioridades) são aquelas que os mesmos entendem serem os interesses ou perspectivas da sociedade. O bem-estar dos

cidadãos é determinado pelos líderes e não pela sociedade. Isto acontece porque não há uma expressão homogênea da sociedade. Ela faz requerimentos para os seus representantes que movimentam os membros do Poder Executivo para que acolham as demandas da população (Simões; Rocha; Santos; Carvalho, 2008).

Para Borges e Calderon (2011), o conceito de políticas públicas encaixa-se em programas de ação de responsabilidade do governo, buscando a coordenação de meios voltados para o estado, bem como para as ações latrinas, buscando alcançar os objetivos de relevância social e politicamente decididos. A política pública possui uma expansão definida pelo plano e caracteriza-se como uma seleção dos meios para a efetivação dos objetivos ao governo, tendo os agentes públicos e privados como participantes.

Nesse sentido, há uma definição em ampla abrangência, estas envolvem não somente o uso de serviços prestados, mas também o incremento e execução de atividades administradas diretamente pelo Estado, bem como também, sua atuação normativa, reguladora e de promoção em áreas diversas. Com isso, a concretização da seleção das políticas públicas é fundamentada na lei, de modo que o legislador se torna o autor da fixação das políticas públicas (Fisher; Oliveira 2015).

Pode-se conceituar política pública como sendo ações governamentais e que devem ser vistas e realizadas como providências que atendam os direitos constitucionais e legais dos cidadãos (Fisher; Oliveira, 2015). As políticas públicas constituem-se em um importante instrumento de entendimento dos discursos dominantes e enfrentamento do poder econômico, pois viabilizam a participação do Poder Público e da sociedade civil em ações conjuntas e solidárias.

### *3.2 A relevância das políticas públicas*

O bem-estar dos cidadãos é determinado pelos líderes e não pela sociedade. Isto acontece porque não há uma expressão homogênea da sociedade. Ela faz requerimentos para os seus representantes que venham solucionar as mazelas as quais está inserida e isso faz com que ocorra um movimenta dos membros do Poder Executivo para que acolham as demandas da população (Simões; Rocha; Santos; Carvalho, 2008).

Para Teixeira (2002, p.02) as políticas públicas a fim de serem legítimas e efetivas é preciso mediação social e institucional:

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social

nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

Aliado a isso, ainda é pertinente que o cidadão detentor de direitos tenha conhecimento e entendimento sobre seus direitos previstos nas políticas já implantadas, do mesmo modo que discorre João Pedro Schmidt (2008, p. 23):

Para o cidadão, é muito relevante que conheça e entenda o que está previsto nas políticas que o afetam, quem as estabeleceu, de que modo foram estabelecidas, como estão sendo implementadas, quais são os interesses que estão em jogo, quais são as principais forças envolvidas, quais são os espaços de participação existentes, os possíveis aliados e os adversários, entre outros elementos.

Quando falamos em políticas públicas é necessário comentar que elas têm diretrizes mínimas estabelecidas pela Constituição Federal, para garantir direitos. E a parti daí cabe ao cidadão buscar junto aos gestores soluções para intervir eficientemente nas questões sociais que assolam a sociedade.

Assim, para manter a coerência social e evitar que a sociedade se dissipe em atropelos, se faz necessária a atuação do estado de modo previsível. Impedir a arbitrariedade é apenas uma das expressões, havendo a necessidade de que a providência administrativa seja substancialmente adequada. Dessa forma, as atitudes do Poder Público devem estar voltadas ao bem estar da sociedade de acordo com a moral e boas condutas assim estabelecidas (Faria; Godinho, 2015).

Nos dias atuais, são necessárias ações de políticas públicas voltadas para a sociedade que não desaproveitem recursos e conseqüentemente resultados. Essas políticas precisam estar voltadas para um interesse sócio jurídico, com ideias voltadas para conclusões acabadas, desse modo às políticas públicas também são analisadas no meio jurídico, uma vez que para que haja a concretização, necessárias às leis do processo jurídico para sua existência (Faria; Godinho, 2015).

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (Santos 1994 p. 60).

Diante disso, o desenvolvimento de políticas públicas possui o imperativo de estar sempre se adaptando às condições, em permanente mudança. A necessidade de reconversão dos diversos elementos que constituem o alicerce dessas políticas é fundamental para a construção de um quadro de reflexão que leve em conta as especificidades novas que, sob forma aparentemente imutáveis, respondem rapidamente às modificações sobrevindas às relações internas e externas do Estado Brasileiro (Faria; Godinho, 2015).

Elaboradas através de iniciativas do Poder Público ou sociedade civil, as Políticas Públicas, divergem de acordo com cada demanda exclusiva. A interação da sociedade possui grande relevância constitucional e é assegurada pela própria lei, assim como determina o artigo 48 da Lei Complementar a quem compete (Faria; Godinho, 2015).

Os mesmos autores ainda completam dizendo que alguns elementos relevantes ao conteúdo e de processo na elaboração das políticas públicas apontam definições claras, no entanto, outros são sujeitos da disciplina empregada pelo servidor público que irá garantir um bom desenvolvimento do ente público criado a partir das políticas públicas desenvolvidas. Um das principais relevâncias das políticas públicas é que estas são observadas de maneira visível observada dentro da sociedade, por meio delas grandes benefícios sociais são vistos, de forma que a partir desses resultados reais, a sociedade cada vez mais busca por esses programas.

Para Faria e Godinho (2015), para que se possam fundar demandas através da iniciativa do Poder Público e da sociedade civil é que as políticas públicas são um instrumento fundamental. Através destas políticas podem ser introduzidas demandas que desenvolvam programas de valorização popular e a concretização de princípios constitucionais. Assim, os debates sobre políticas públicas “implicam responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas” (Souza, 2006, p. 07).

Diante desse pressuposto, as políticas públicas são um importante instrumento para que se possam instituir demandas através da iniciativa do Poder Público e da sociedade civil. Através destas políticas podem ser introduzidas demandas que desenvolvam programas de valorização popular e a concretização de princípios constitucionais. Dessa maneira, este ambiente constitui legítimo fórum de debate e deve ser estimulado, refletindo uma das ideias primordiais do vigente modelo Estatal

Democrático de Direito, qual seja, a incorporação da população na tomada de decisões, como forma de implementação de justiça material (Fonte, 2017).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente reflexão buscou analisar o desenvolvimento dessas políticas públicas como ferramenta de fortalecimento e acesso aos direitos sociais e identificar a importância das mesmas como meio de promoção das ações sociais e assim conseguir verificar a efetividade das mesmas.

As Políticas Públicas sociais são de extrema importância no que se refere a tornar os municípios mais inclusivos e mais igualitários; já que através destas pode-se proporcionar dignidade as pessoas transformando-as em verdadeiros cidadãos.

Ao considerar a pesquisa de modo geral, políticas públicas é um tema que desperta interesse devido ser algo fundamental a sociedade, pois, visa melhorias na qualidade de vida das pessoas especialmente dos menos favorecidos. No entanto, essas limitações não interferiram nos resultados, nem mesmo na finalização do estudo.

Partindo disso, os resultados poderem contribuir para o meio científico, bem como para aumentar o interesse dos leitores, pelo desenvolvimento das políticas públicas, seja como um cidadão comum ou como um desenvolvedor das mesmas.

#### REFERÊNCIAS

BORGES, Regilson Maciel e CALDERON, Adolfo Ignacio. **Avaliação educacional: o estado do conhecimento da Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (1993-2008).**

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIA, J. P.; GODINHO, T. L. V. O poder econômico e o incentivo ao consumo: a criação de valores e caos social face às políticas públicas de segurança. **XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea.** 2015.

DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

FISCHER, O, C; OLIVEIRA, H. L. Algumas aproximações entre políticas públicas de saúde, orçamento e decisões judiciais. **Revista da AJURIS** – v. 42 – n. 137 – Março 2008.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais.** Saraiva Educação SA, 2017.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4. Ed.-São Paulo: Atlas, 2011.

GORCZEWSKI, Clóvis; MAYER, Grazieli Schuch. Algumas considerações acerca das Políticas Públicas como instrumento de inclusão social. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2015.

Disponível em :

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/13138/2327>.

Acesso em: 20 de out 2023.

MARTINS, G. de A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**/ Gilberto de Andrade Martins, Carlos Renato Teóphilo. – 2. ed.- São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, H. L. Reflexões sobre a judicialização do direito fundamental à saúde a partir do ativismo judicial. *Juris Poiesis*, **Revista do Curso de Direito da Universidade Estácio de Sá**, Rio de Janeiro, a. 16, n. 16, p. 401-429, jan./dez. 2015.

SANTOS, M. Técnica, Espaço e Tempo: globalização e meio técnico- científico informacional. São Paulo: **Editora Hucitec** 1994.

SCHMIDT, João Pedro. Para Entender as Políticas Públicas: aspectos conceituais e metodológicos. In: REIS, Jorge Renato; LEAL, Rogério Gesta (Org.). *Direitos Sociais & Políticas Públicas. Desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, t.8.

SETUBAL, M. A. Com a palavra. **Consulex**. Ano XVI. N.382. 15 de dezembro de 2012.

SIMÕES, R.; ROCHA, A. M.; SANTOS, L. M. H. P.; CARVALHO, M. C. Políticas Públicas Conceitos e Práticas. **Sebrae- Série Políticas Públicas** v 7. Minas Gerais, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. *Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas*, 2002 - AATR-BA. Disponível em:

<http://www.escoladebicicleta.com.br/politicaspUBLICAS>. Acesso em: 20 out 2023.

ZANETTI, T. M. A efetivação dos direitos sociais através das Políticas Públicas. **Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento**. Novembro 2011.

# CAPÍTULO 29

## ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: uma revisão bibliográfica *SPACES OF PROFESSIONAL ACTION OF SOCIAL WORKERS: a bibliographical review*

 10.5281/zenodo.10120751

Tamires Almeida Bezerra <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestranda em Gestão Pública. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-5908-7647>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7611739887594881>. E-mail: [tamialmeida10@gmail.com](mailto:tamialmeida10@gmail.com)

### RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo geral refletir sobre alguns dos espaços de atuação profissional do assistente social e os objetivos específicos foram contextualizar o espaço de atuação do assistente social e analisar as demandas advindas dos diferentes espaços de atuação profissional. O processo metodológico é bibliográfico e documental sendo também qualitativa em relação ao caminho percorrido. Os resultados mostraram que a atuação do assistente social é em sua maioria no serviço público principalmente em nível municipal. Também foi possível evidenciar que vem surgindo novos espaços de atuação deste profissional e que a natureza de trabalho é diversificada em diferentes contextos.

**Palavras-chave:** Assistente social. Espaços de atuação. Trabalho.

### ABSTRACT

This research had the general objective of reflecting on some of the spaces in which social workers work professionally and the specific objectives were to contextualize the space in which social workers work and analyze the demands arising from different spaces of professional activity. The methodological process is bibliographic and documentary and also qualitative in relation to the path taken. The results showed that the role of social workers is mostly in the public service, mainly at the municipal level. It was also possible to demonstrate that new areas of activity for this professional have been emerging and that the nature of work is diverse in different contexts.

**Keywords:** Social worker. Performance spaces. Work.

## 1. INTRODUÇÃO

São muitos os espaços ocupacionais do serviço social que têm ganhado destaque nos últimos anos, e assim novos desafios e demandas são incorporados no cotidiano profissional do assistente social. Para tanto o profissional assistente social precisa buscar constante aprimoramento de suas práticas de trabalho e o aperfeiçoamento e a eficiência dos resultados. A oportunidade de trabalho para esse profissional nos antigos e novos espaços de atuação vem sendo a cada dia se

diversificando, pois “surtem novos espaços ocupacionais e competências profissionais que convivem com os tradicionais, revelando significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nos conteúdos das ações dos assistentes sociais” (Mota, 2014, p. 02).

A pesquisa é bibliográfica e documental sendo também qualitativa em relação ao caminho percorrido. A pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre alguns dos espaços de atuação profissional do assistente social. E como objetivos específicos têm-se: Contextualizar o espaço de atuação do assistente social e analisar as demandas advindas dos diferentes espaços de atuação profissional. A justificativa da pesquisa está relacionada com o interesse em buscar conhecer melhor os possíveis espaços para atuação do assistente social, tendo em vista que existem os velhos e novos espaços de intervenção.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: Inicialmente o trabalho apresenta esta introdução, posteriormente a metodologia. Em seguida apresenta a revisão bibliográfica discorrendo sobre a caracterização do trabalho do assistente social no Brasil, atuação do assistente social na demanda alienação parental, a atuação do assistente social na APAE e a Atuação do assistente social no Núcleo Ampliado de Apoio a Equipe de Saúde da Família – NASF, seguido pelas considerações finais.

Os resultados mostraram que a atuação do assistente social é em sua maioria no serviço público principalmente em nível municipal. Também foi possível evidenciar que vem surgindo novos espaços de atuação deste profissional e que a natureza de trabalho é diversificada em diferentes contextos. Vale ressaltar que o espaço de atuação do assistente social é bem amplo e que neste trabalho foi foram discutindo apenas sobre alguns desses espaços, sendo assim a pesquisa não se esgota apenas nestas áreas estudadas.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa abordada consiste em um levantamento bibliográfico que nas palavras de Lakatos e Marconi (2012) a mesma acontece pelo levantamento de referências teóricas já publicadas, e este trabalho baseia-se nessa única fonte de pesquisa. A pesquisa também é de cunho documental, a mesma tem como característica a leitura em documentos oficiais, dados secundários como leis, reportagens e outras fontes (Vergara, 2009). Os caminhos percorridos seguem a pesquisa qualitativa que para Minayo (2010), se preocupa em responder questões que não são quantificadas.

As buscas pelos trabalhos foram realizadas no mês de outubro de 2023 em plataformas de pesquisas e bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e outras. Posteriormente os textos foram organizados e separados por familiaridade com o assunto e em seguida realizou-se a análise crítica dos conteúdos para assim dar embasamento as reflexões que norteiam este trabalho.

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 Caracterização do trabalho do assistente social no Brasil

Desde o surgimento da profissão, o assistente social viu ao passar do tempo o seu espaço de atuação profissional sendo modificado de acordo com as diferentes expressões da questão social. Inicialmente o espaço de inserção era basicamente em nível governamental, principalmente em nível municipal (De Oliveira e Ghiraldelli, 2019), hoje é notório os diferentes contextos sociais que cabem a inserção dos assistentes sócias. O Conselho Federal de Serviço Social publicou dados da pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, onde revelou que 60% dos profissionais atuam no setor público (59,8%), sendo a maioria em nível municipal com 43,59%, nível estadual (11,01%) e federal (5,20%). Assim, a ocupação dos assistentes sociais em nível municipal é um fato histórico que ganhou mais força e visibilidade com a promulgação da Constituição Federal de 1988. O quadro a seguir apresenta de forma detalhada o resultado da pesquisa.

**Quadro 1:** Caracterização do vínculo profissional do assistente social

<b>Espaços de atuação</b>	<b>%</b>
Serviço público municipal	43,59
Serviço público estadual	11,01
Organização não governamental sem fins lucrativos	8,17
Empresa privada	6,22
Serviço público federal	5,20
Organização social	1,77
Organização da sociedade civil de interesse público	1,43
Fundação	1,13
Autônomo	0,73
Sindicato, associação, movimento social e popular	0,33

Outro	2,14
-------	------

Fonte: Adaptado de CFES, 2022.

Além dos espaços de atuação a pesquisa também revelou que a maioria dos profissionais representada por 71,56% tem apenas um vínculo profissional, enquanto aqueles com dois vínculos representam 10,08 %, com três vínculos 0,46%, com quatro vínculos 0,17%. É necessário destacar que existe uma parcela de profissionais sem vínculo empregatício que chega a 11,74%.

### 3.2 Atuação do assistente social na demanda alienação parental

A atuação do assistente social na demanda de alienação parental por ser algo que não existe há tanto tempo nas Varas de Família exige do profissional uma postura de amplo cuidado ao intervir em tal demanda. Dessa forma é necessário salientar que não existe uma fórmula mágica ou receita pronta de como o profissional do serviço social irá trabalhar como essa demanda, pois “as demandas profissionais exigem mais do que ações imediatas [...] devem passar pela razão crítica e estar conectadas a projetos profissionais permeados por referenciais teóricos e princípios ético-políticos” (Rodrigues, 2011, p. 21).

Refletir sobre a atuação do assistente social na alienação parental exige além de instrumentais a compreensão das diversas mudanças que vem ocorrendo no seu espaço sócio ocupacional principalmente no que diz respeito à família. Deste modo, Yasbek (2009) relata que se faz relevante enunciar reflexões acerca do trabalho do assistente social e assim para que ocorra essa reflexão o profissional precisa estar ciente que a realidade social é à base da sua profissão.

Assim o assistente social ao trabalhar com diversas demandas da realidade social, deve conhecer o histórico do seu objeto de intervenção para assim estabelecer uma estratégia de intervenção e com isso lograr êxito em seu propósito. E assim o profissional do serviço social vem atuando em diversos manifestos da questão social sendo uma delas a alienação parental que nas Varas de Família, segundo Lima (2016, p. 02-03):

O assistente social é convocado a avaliar situações de disputas de guarda/modificação de guarda, avaliações para regulamentação de visitas, tutela, interdição/curatela, geralmente situações em que há litígio, ou seja, uma das partes envolvidas não concorda com o pedido que está sendo feito perante o juiz.

É nesse cenário que o trabalho do assistente social tem aproximação com a demanda da alienação parental, pois “é justamente nestes tipos de demandas que o fenômeno alienação parental pode estar presente, e, exclusivamente nas questões relativas à guarda e visitação” (Lima, 2016, p. 04). E por ser uma demanda crescente o assistente social é cada dia mais requisitado para atuar em diversos casos judiciais que em certo ponto interligam-se ou caminham para a prática de alienação parental.

### *3.3 Atuação do Assistente Social na APAE*

O serviço social é uma profissão que desde seu surgimento esteve entre luta para a garantia não só de direitos sociais, mas também direitos que norteiam o próprio fazer profissional de sua profissão. Nesse contexto, cabe a refletir a partir de Yamamoto que:

O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (Yamamoto, 2008, p. 77).

De acordo com a autora, a prática profissional é norteada pelos princípios éticos sendo estes alicerce para enfrentar os desafios do dia a dia. O assistente social na APAE deve prestar atendimento aos usuários de forma contínua para as pessoas com deficiência de todos os tipos, sendo esse atendimento especializado de acordo com a necessidade de cada indivíduo compartilhando os diversos serviços como artes, música, esporte lazer dentre outras.

Sobre o trabalho do profissional assistente social o mesmo tem um código de ética que direciona seu fazer profissional. Nesse documento são encontrados os princípios fundantes para nortear a práxis profissional. Assim, são princípios que dão alicerce para o enfrentamento dos desafios na prática diária:

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento profissional (Brasil, 1993).

O assistente social faz seu trabalho pautado em três pilares, a saber: teórico, técnico e o político. Esse profissional deve ter posicionamento em prol dos mais necessitados buscando a justiça social diante dos sujeitos. É válido ressaltar que o profissional

assistente social tem na lei de regulamentação da profissão o apoio para seu trabalho. O código de ética do profissional assistente social traz em seu artigo 4<sup>a</sup> que tem as seguintes competências:

- II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação;
- III – encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.
- V – Orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;
- VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais.

O compromisso do serviço social de garantir e verificar os direitos dessas pessoas exige desse profissional conhecimento da realidade do público alvo, o conhecimento dos meios, e modos de sua utilização e contribui para o estabelecimento das finalidades dos resultados objetivos que se pretende atingir no projeto social.

#### *3.4 Atuação do assistente social no Núcleo Ampliado de Apoio a Equipe de Saúde da Família - NASF*

De acordo com o caderno de Atenção Básica nº 27, o profissional de serviço social é essencial para o que determina a Portaria nº 154, onde está regulamentado a criação do NASF.

As ações de serviço social deverão se situar como espaço de promoção da cidadania e de produção de estratégias que fomentem e fortaleçam redes de suporte social, propiciando maior integração entre serviços sociais e outros equipamentos públicos e os serviços de saúde nos territórios adscritos, contribuindo para o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem ao fortalecimento da cidadania (CFESS, 2010).

O profissional assistente social tem sua atuação pautada em um trabalho coletivo que se articula com as demais áreas buscando uma resolução dos problemas advindos da demanda. De acordo com Matos (2020), o serviço social atua em diversas necessidades humanas e diferente de outros profissionais como médicos, fisioterapeutas, pedagogo entre outros, e muito menos tem como sujeito principal de atuação apenas uma demanda específica, não levando em consideração classe social, cor, idade e outras diferenças, pois a profissão tem seu sujeito de direitos como um ser multifacetado pertencente a grupos subalternizados, excluídos da sociedade e pauperizados.

Diante do exposto, entende-se que o assistente social tem apropriação de conhecimento para intervir nas mais diversas questões sociais dentre elas a área da saúde. Porém, essa atuação profissional requer do assistente social a habilidade de

articular o conhecimento teórico com a realidade subjetiva de cada sujeito, para assim intervir de forma crítica e reflexiva com objetivo de obter uma efetividade dos serviços prestados.

O assistente social pode dispor de um discurso de compromisso ético-político com a população, mas se não realizar uma análise das condições concretas vai reeditar programas e projetos alheios às necessidades dos usuários (CFESS, 2010).

Nas diretrizes do Caderno de Atenção Básica nº 27, a atuação do profissional assistente social está relacionada a objetivos que desenvolvam ações pautadas na escuta e na acolhida dos usuários dos serviços, contribuindo e incentivando no processo de fortalecimento proporcionando a autonomia, no hábito de organização pessoal além de outros. Porém, é pertinente ressaltar que as ações tem como princípio seu desenvolvimento ocorrerem de forma interdisciplinar e integrada com os profissionais das demais áreas, iniciando suas ações fundadas em um saber dominante do território de abrangência, do perfil epidemiológico, e do mapeamento das áreas com maior caracterização de risco.

Assim, as diretrizes e os princípios norteadores da Portaria nº 154 devem ser considerados a saber a intersetorialidade, que pode articular entre sujeitos dos mais diversos setores, então saber, poder e vontade e integralidade devem ser considerados com o norte principal do NASF e com isso contribuir para a melhor organização do processo de trabalho, afastando assim o perigo de dissolução. Assim, o assistente social em sua prática profissional no NASF, deve buscar a promoção do desenvolvimento contínuo de toda a comunidade de sua área, proporcionando o fortalecimento dos espaços sociais de atuação e de sujeitos, através dos instrumentos de participação popular como conferências e conselhos municipais. Contudo, no NASF o assistente social tem habilidades de construir campos de atuação na saúde, e passa a ser reconhecido como um mediador da política de saúde na visibilidade dos direitos sociais adquiridos e garantidos juridicamente.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na presente pesquisa houve a reflexão dos fatos pesquisados onde, também se buscou analisar o desenvolvimento e surgimento dos espaços de trabalho como ferramenta de fortalecimento do trabalho do assistente social para daí identificar a inserção dos profissionais nos diferentes contextos laborais. Os resultados poderão contribuir para o meio científico, bem como para aumentar o interesse dos leitores, pelo

desenvolvimento de outras pesquisas, seja como um cidadão comum ou como um desenvolvedor das mesmas.

Através da pesquisa foi possível chegar ao objetivo geral do trabalho no que diz respeito à reflexão acerca dos espaços de atuação profissional do assistente social, pois esse profissional através de sua atuação nos diversos espaços auxilia a equipe de profissionais quando atua em conjunto com outros profissionais. Quanto aos objetivos específicos foi satisfatório o resultado, pois analisou as demandas advindas das diferentes práticas profissionais, evidenciando as intervenções do assistente social no cotidiano profissional.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código de Ética Profissional de Serviço Social**. Brasília, Atlas 1993. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, 201º.
- DE OLIVEIRA, Andréia; GHIRALDELLI, Reginaldo. O Serviço Social na atenção primária à saúde. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 17, n. 44, 2019. DOI: 10.12957/rep.2019.45243. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/45243>. Acesso em: 24 out. 2023.
- IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 Ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- LIMA, Edna Fernandes da Rocha. **Alienação parental sob o olhar do assistente social: Limites e perspectivas da atuação profissional nas varas de família**. 2016. 244 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19559>. Acesso em: 22 out. 2023.
- MATOS, Maurílio Castro de. A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o trabalho de Assistentes Sociais na Saúde. In: *Pela Saúde*, Rio de Janeiro: Blogspot, 2020. Disponível em: <http://pelasaude.blogspot.com/>. Acesso em: 19 out. 2023.
- MINAYO, M.C. de S. (2010). **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. (12ª edição). São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, p. 694-705, 2014.
- RODRIGUES, Michel Mindlin. **A EXPANSÃO URBANA E AS ÁREAS VERDES DO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ, GOIÁS**. 2011. Monografia-Graduado em Engenharia Ambiental, Universidade Católica de Goiás. Disponível em: <http://professor>.

Pucgoias. Edu. br /SiteDocente/admin/arquivosUpload/7074/material/Michel. Acesso em: 30 out. 2023.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração** / Sylvia Constant Vergara. – 11. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. **CFESS, ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF, 2009.**

# CAPÍTULO 30

## PLÁGIO ACADÊMICO: Violação ética e a extensividade da lei *ACADEMIC PLAGIARISM: Ethical violation and the extensiveness of the law*

 10.5281/zenodo.10120765

Nayla Kedma de Carvalho Santos <sup>1</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Direito. Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE. Especialista em Docência do Ensino Superior. Universidade Estadual do Piauí – UESPI.  
Pós-graduanda em Direito Civil e Processual Civil. Faculdade Legale.  
Bacharel em Biblioteconomia. UESPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-3259-7267>.  
Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8530645678031141>. E-mail: [naylakedma@hotmail.com](mailto:naylakedma@hotmail.com).

### RESUMO

Nas últimas décadas a sociedade tem assistido a busca e incentivo à educação. Nesse sentido, o ingresso na graduação e pós-graduação favoreceu ao aumento exponencial da pesquisa científica, uma vez que a mesma é um requisito indissociável do tripé que constitui o ensino superior: ensino, pesquisa e extensão. Para tanto, antes de iniciar-se nesse meio, é fundamental abordar a questão da Integridade na Pesquisa, que se trata de princípios, diretrizes e condutas éticas que devem pautar todas as etapas do fazer científico. Contudo, a obrigatoriedade em apresentar Trabalho de Conclusão de Curso (monografia, artigo, dissertação ou tese), sem que o acadêmico, de fato, se identifique ou tenha sido estimulado a exercitar a investigação científica ao longo do curso, o torna vulnerável a se apossar do resultado intelectual do outro, sem fornecer o devido crédito. Assim, o plágio acadêmico tem sido um objeto crescente de preocupação no âmbito universitário e com graves repercussões jurídicas. Por todo o exposto, este artigo visa apresentar, um estudo bibliográfico, a fim de estabelecer as relações necessárias e relevantes ao universo pesquisado.

**Palavras-chave:** Pesquisa científica. Plágio acadêmico. Direito autoral.

### ABSTRACT

In recent decades, society has witnessed the search for and encouragement of education. In this sense, entry into undergraduate and postgraduate courses favored the exponential increase in scientific research, since it is an inseparable requirement of the tripod that constitutes higher education: teaching, research and extension. Therefore, before starting in this field, it is essential to address the issue of Integrity in Research, which is about principles, guidelines and ethical conduct that must guide all stages of scientific practice. However, the obligation to present a Course Conclusion Work (monograph, article, dissertation or thesis), without the academic, in fact, identifying himself or having been encouraged to carry out scientific investigation throughout the course, makes him vulnerable to taking possession of the intellectual result of another, without providing due credit. Thus, academic plagiarism has been a growing object of concern at the university level and has serious legal repercussions. For all the above, this article aims to present a bibliographic study, in order to establish the necessary and relevant relationships to the researched universe.

**Keywords:** Scientific research. Academic plagiarism. Copyright.

## 1. INTRODUÇÃO

O avanço de todos os contextos que envolvem a humanidade está estreitamente condicionada à pesquisa científica. Afinal, a ciência e os estudos que decorrem dela é o que alicerça o desenvolvimento de novos conhecimentos, consolida ou contesta informações e conhecimentos preexistentes. Em virtude disso, diversos métodos e regulamentações foram elaboradas a fim de conduzir ordenadamente todo o percurso que envolve o trajeto da pesquisa. Contudo, ainda sim, não raro encontrar nesse caminho “pedras” que prejudicam e comprometem o trabalho do pesquisador. Dentre elas, desponta o plágio como sendo uma conduta antiética e criminosa, uma vez que configura-se por um agir deliberado.

Por toda bibliografia e fontes concernentes à Metodologia Científica ou Pesquisas há ampla divulgação acerca do conceito de autoria e sobre como proceder à sua citação. Bruna Longobucco (2016), por exemplo, define autor como aquele que cria uma obra literária, artística ou científica e que, por sua vez, encontra amparo legal no Direito Autoral, ao passo que estabelece um vínculo entre o criador e o resultado de sua produção intelectual, com vistas à assegurar a propriedade exclusiva sobre a obra, garantindo o uso e gozo dos benefícios que decorrem da mesma.

No entanto, no âmbito acadêmico, tem ocorrido uma crescente onda quanto as violações aos direitos autorais. Razão pela qual o Direito tem buscado acompanhar essa problemática social instituindo regulamentos e disposições com medidas assecuratórias.

## 2. CIÊNCIA E PLÁGIO: UMA RELAÇÃO INADMISSÍVEL

O advento do conhecimento e sociedades científicas remonta a períodos distantes, tendo seu despontar à época do Renascimento. Segundo Chris Bueno (2022), no período houve incentivos que levaram os grandes pensadores da época a desenvolverem organizações voltadas à pesquisa científica, a fim de melhorar a compreensão acerca de diversos campos. De forma que durante o século XVIII, assistiu-se a formação de diversas sociedades científicas que buscavam reunir-se a fim de compartilhar e disseminar o conhecimento formulado entre eles.

No Brasil, também consta no século XVIII, como sendo o período das primeiras tentativas de organização científica, trata-se da Academia Científica do Rio de Janeiro, criada por Marquês do Lavradio com o objetivo de propagar aspectos da ciência entre a elite local (Bueno, 2022). Consequentemente, o fazer científico passou a constituir uma

relação estreita com a evolução da educação, de modo a constituir-se como requisito obrigatório entre aqueles que almejam o ensino superior.

Entretanto, a inabilidade com a pesquisa, o desconhecimento dos métodos, desvirtuamento ético ou ação intencional, conduzem indivíduos à um caminho que inaceitável no percurso da pesquisa. Isto porque, o plágio é mais que a apropriação da autoria alheia, é a usurpação da essência criativa e intelectual de um trabalho anterior. Corroborando nesse entendimento, Francisco Júnior (2016, p. 45) ao afirmar que “[...] não se trata apenas da patrimonialidade, mas também atinge um elo sagrado, que é o vínculo moral estabelecido junto ao seu legítimo autor”.

Em virtude disso, essa discussão tem permeado todas as instâncias do meio acadêmico. Livia Pithan e Tatiane Vidal (2013) expõem em seu trabalho, que órgãos públicos de financiamento da pesquisa científica tal como o CNPq, CAPES e FAPESP desde 2011 emitem documentos para orientar as IES a tomarem medidas preventivas e punitivas em casos de plágio.

Como decorrência, ao longo dos anos assistiu-se ao surgimento de um novo nicho no mercado, trata-se dos Softwares Anti-Plágio. São ferramentas tão disseminadas no mercado que é possível encontrar tanto no formato gratuito como pago. A proposta precípua desses mecanismos é o de conceder segurança aos avaliadores e avaliados. Todavia, é necessário cautela quanto ao seu uso, afinal, trata-se de inteligência artificial, programável, que não deve ser vista como substituta da perspicácia e raciocínio dos docentes e discentes. Mas sim, um instrumento de apoio.

A prof. Dra. Carla Dendasck alerta que não há um padrão nesses programas, de modo que uns são mais criteriosos que outros. Desta feita, é insubstituível o uso do senso crítico do usuário que precisa ponderar se a leitura do trabalho pelo programa está íntegra, isto porque:

Geralmente, textos com duas ou mais sentenças em um determinado parágrafo terão plágio. Uma coisa que precisamos manter em mente é que, ao final, o anti-plágio irá estabelecer uma porcentagem acerca de todas as sentenças que foram acusadas de plágio e, como ressaltamos, há um percentual mínimo que faz com que o texto não tenha que ser refeito por motivo de plágio. Uma sequência de duas palavras dificilmente será apontada como plágio, no caso do programa que a nossa revista utiliza. Contudo, uma sequência de duas ou mais palavras que se repetem ao longo do texto poderá ser acusada de plágio, isto é, caso você pegue essa mesma sequência de palavras de um texto que está utilizando (mesmo que sejam apenas duas palavras), caso continuem a serem repetidas, o texto não ficará isento do plágio e o trecho em questão precisará ser refeito para que o material seja aprovado (Dendasck, 2023, p.1).

No Brasil, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, há uma norma técnica específica para essa finalidade, consiste na NBR 10520/2023 - Citações em Documentos. Isto posto, é válido divulgar, orientar e incentivar a adoção de padrões para os trabalhos científicos, dada a relevância na manutenção da qualidade, controle e segurança que lhe é conferida (Crespo; Rodrigues, 2011). Ainda que, a atividade de normalização não seja uma lei, é pacífico o entendimento e exigência pela academia científica da obrigatoriedade do uso das normas padronizadoras. Mara Santos e Denise Sampaio, pontuam que:

O uso das normas gera como consequência, credibilidade, segurança, economia e facilidade de intercâmbio, atualmente conhecido como intercambialidade, servindo de solução para problemas em diversas áreas do conhecimento e também do comércio, da indústria, de serviços, e nas produções técnico-científicas, dando qualidade aos diversos produtos. No meio acadêmico as normas visam atender aos mesmos objetivos, facilitando a busca de informações e, conseqüentemente, a intercambialidade dentro do processo de comunicação científica (Santos; Sampaio, 2014, p.154).

E por esta razão é que antes de punir, deve-se, primeiramente, ensinar e conscientizar sobre os procedimentos que englobam a tessitura da pesquisa científica.

Assim, em se tratando de um direito, a sua violação configura um crime. Que, quando direcionado ao caso de plágio, há estudiosos que entendem que a questão ética deve vir antes da jurídica. Exemplo disso é o posicionamento de Lívia Pithan e Tatiane Vidal (2013) que defendem a importância da função educativa na universidade para o desenvolvimento de pesquisas com integridade ética. Isto porque, entendem que a partir da elaboração científica, há a definição dos próprios princípios éticos e, a partir disso, que se pode fazer escolhas que os violam ou os respeitam.

No mesmo sentido, Booth *et al.*(2005) afirma que toda pesquisa deve oferecer um convite à ética para o pesquisador. Em outros termos, é preciso ensinar como se portar na pesquisa científica, pois a má conduta gera a presunção da violação legal, combatida e inaceitável entre aqueles que compõe o contexto acadêmico e científico.

### **3. A EXTENSIVIDADE DA LEI**

Na esfera jurídica brasileira, o termo plágio não encontra-se taxativamente positivado em nenhum ordenamento. Porém, consta de modo extensivo e análogo em diversos dispositivos legais alusivos ao tema, tais como na Constituição Federal, na Lei

de Direitos Autorais e no Código Penal.

Na Constituição Federal, encontra-se no rol dos Direitos e Garantias Fundamentais, especificamente, no Art. 5º, incisos XXVII e XXVIII, alíneas a e b, o seguinte:

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

- a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;
- b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas (Brasil, 1988).

A Lei N. 9.610/ 1998 dispõe sobre os Direitos Autorais, que regula os direitos do autor, expressando de forma taxativa, que o uso não é proibido desde que seja atribuído os devidos créditos, vejamos:

Art. 46 – Não constitui ofensa aos direitos autorais:

III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra (Brasil, 1998).

A citada lei esclarece de modo extensivo o assunto e dá várias providências, inclusive quanto à penalização diante das violações, na esfera cível:

Art. 108 – Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade [...] (Brasil, 1998).

No âmbito penal, o tema é tipificado como conduta criminosa por meio da Lei nº 10.695/2003:

Art. 184 – Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

§ 1º Se a violação consistir em reprodução total ou parcial, com intuito de lucro direto ou indireto, por qualquer meio ou processo, de obra intelectual, interpretação, execução ou fonograma, sem autorização expressa do autor, do artista intérprete ou executante, do produtor, conforme o caso, ou de quem os represente:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa (BRASIL, 2003).

Logo, diretrizes e normas funcionam como catalisadores, isto porque, evitam ou diminuem a chance, que o pesquisador incorra em erros (ou crimes), ao passo que definem normas técnicas com orientações sobre a forma correta de citar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, o plágio acadêmico precisa ser analisado e compreendido de modo abrangente. Afinal, não se trata apenas de um crime mas de um fenômeno interdisciplinar e que por isso, não deve ser encarado apenas na esfera jurídica.

A partir disso, a pretensão desta breve exposição reside na promoção e convite a reflexão sobre essa temática, de modo a estimular os professores-orientadores, pesquisadores e às próprias instituições a buscarem conscientizar e esclarecer a comunidade científica quanto a indissociabilidade do comportamento ético e legal na esfera da pesquisa.

#### REFERÊNCIAS

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

*BUENO, Chris. A origem histórica das sociedades científicas no Brasil: entidades foram fundamentais para a institucionalização da ciência e para o desenvolvimento científico no país. Cienc. Cult., v.74, n.3 2022, p.1-6. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/2317-6660.20220050>. Acesso em: 12 set. 2023.*

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 08 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/243240>. Acesso em: 20 de out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.695, de 1 de JULHO de 2003**. Altera e acresce parágrafo ao art. 184 e da nova redação ao art. 186 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código penal ... Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.695.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.695.htm). Acesso em: 17 de out. 2023.

CRESPO, Isabel Merlo; RODRIGUES, Ana Vera Finardi. Normas técnicas e comunicação científica: enfoque no meio acadêmico. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas-SP, v. 9, n. 1, p. 36-55, 2011.

DENDASCK, Carla. Programas para detectar plágio – entenda como eles funcionam. Revista Científica - Blog Núcleo do Conhecimento. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/blog/plagio/programas-para-detectar>. Acesso em: 03 out. 2023.

LONGOBUCCO, Bruna. **Direitos autorais**: o novo autor e a lei 9.610/98. Belo Horizonte, MG: Ed. do Autor, 2016.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amado. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito e Justiça**, v. 39, n.1, p. 77-82, jan./jun. 2013.

SANTOS, Mara Roxanne de Souza; SAMPAIO, Denise Braga. Normalização na prática: um breve relato sobre normalização e a experiência do grupo Normalizadores, **InCID: R. Ci. Inf. E Doc.**, Ribeirão Preto-SP, v. 5, n.1, p. 151-165, mar./ago. 2014.

# CAPÍTULO 31

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA AÇÃO EXTENSIONISTA SOBRE A PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA MULHERES ACERCA DA IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS**  
**EXPERIENCE REPORT OF AN EXTENSION ACTION ON HEALTH PROMOTION FOR WOMEN ON THE IMPORTANCE OF INCLUDING HEALTHY HABITS IN THE PREVENTION AND TREATMENT OF NON-COMMUNICABLE CHRONIC DISEASES**

 **10.5281/zenodo.10120772**

Éllyda Vanessa Leonel de Oliveira<sup>1</sup>  
Damião Anderson Rodrigues da Silva<sup>2</sup>  
Luiza Cristina Gonçalves Maester<sup>3</sup>  
Mysmone Paula Marinho Silva Borges<sup>4</sup>  
Fabiana Pires Paiva Henrique<sup>5</sup>  
Andressa Pamela Oliveira da Silva<sup>6</sup>  
Paloma da Silva<sup>7</sup>  
Júlio César Coelho do Nascimento<sup>8</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-7389-751X>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0278551951808508>. E-mail: [eleonel583@gmail.com](mailto:eleonel583@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-1163-487X>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/9153672821255484>. E-mail: [damiiaoanderson637@gmail.com](mailto:damiiaoanderson637@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-3131-9975>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5193678824908228>. E-mail: [luizacristinagmaester@gmail.com](mailto:luizacristinagmaester@gmail.com).

<sup>4</sup> Graduanda em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-6407-1867>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8225900426253482>. E-mail: [mysmonep@gmail.com](mailto:mysmonep@gmail.com).

<sup>5</sup> Graduanda em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-8118-5612>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/7832448586525188>. E-mail: [fabyanne\\_pires@hotmail.com](mailto:fabyanne_pires@hotmail.com).

<sup>6</sup> Graduanda em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-4674-3343>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/1203514758461898>. E-mail: [andressapamelatrabalho@gmail.com](mailto:andressapamelatrabalho@gmail.com).

<sup>7</sup> Graduanda em enfermagem. Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-9469-605X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/6454278695171520>. E-mail: [Palomaduarte9436@gmail.com](mailto:Palomaduarte9436@gmail.com).

<sup>8</sup> Mestre em Assistência e Avaliação em Saúde, Especialista em Segurança do Paciente e Auditoria, Enfermeiro. Docente do curso de Enfermagem do Centro Universitário Estácio de Goiás. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1783-842X>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7514376995749628>. E-mail: [julio.coenasc@professores.estacio.br](mailto:julio.coenasc@professores.estacio.br).

## RESUMO

Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre um projeto extensionista elaborado durante a vigência do componente curricular Ensino Clínico na Saúde da Mulher, Criança e Adolescente do curso de Enfermagem de um Centro Universitário localizado em Goiânia-GO. As atividades foram realizadas com um grupo de 100 mulheres na faixa etária de 18 a 60 anos, moradoras ou que frequentassem a região Oeste de Goiânia-GO. As ações foram desenvolvidas através da apresentação de um *Banner* acerca do tema escolhido, a entrega de panfletos informativos e do preenchimento de um formulário com perguntas referentes ao estilo de vida saudável e comportamento preventivo, foi realizada de forma dinâmica através de uma pequena entrevista estrutura com perguntas abertas e fechadas realizadas pelos acadêmicos. O emprego dessa abordagem com perguntas para o preenchimento do formulário e a entrega de panfletos permitiu uma melhor aprendizagem dos alunos e um melhor envolvimento das mulheres entrevistadas para com a causa. Percebeu-se durante a prática, que muitas das mulheres entrevistadas não possuíam um estilo de vida saudável e não tinham o devido conhecimento

acerca de sua importância na prevenção das DCNTs, mas foram levadas a refletir e repensar sobre seu estilo de vida com as informações fornecidas pelo grupo.

**Palavras-chave:** Promoção de Saúde. Relações Comunidade-Instituição. Doenças Crônicas não Transmissíveis.

## ABSTRACT

**This article is a report on an extension project developed during the term of the clinical teaching component in Women's, Children's, and Adolescent Health of the Nursing course at a university center located in Goiânia-GO. The activities were carried out with a group of 100 women aged 18 to 60, living or frequenting the western region of Goiânia-GO. The actions were developed through the presentation of a banner about the chosen theme, the delivery of informative pamphlets, and the completion of a form with questions about healthy lifestyle and preventive behavior, which was carried out dynamically through a small structured interview with open and closed questions conducted by the students. The use of this approach with questions for the form and the delivery of pamphlets allowed for better learning for the students and a better engagement of the interviewed women with the cause. It was noticed during the practice that many of the interviewed women did not have a healthy lifestyle and did not have the proper knowledge about its importance in the prevention of NCDs, but they were led to reflect and rethink about their lifestyle with the information provided by the group.**

**Keywords:** Health Promotion. Community-Institutional Relations. Non-Communicable Chronic Diseases.

## 1. INTRODUÇÃO

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), conforme (Malta, 2014, p.4), são um dos principais desafios de saúde pública, sendo responsáveis por 72% da mortalidade no Brasil.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde - OMS (2022), a cada 2 segundos uma pessoa com menos de 70 anos morre de alguma DCNT, com base nesses dados a problemática se torna extremamente alarmante e necessária de ser discutida.

Segundo (Kowalski *et al* 2020, p.76) “Os principais fatores de risco relacionados às condições crônicas têm relação direta ao estilo de vida do indivíduo”, podendo ser amplificado ao associar com algumas atividades, tais como, tabagismo, inatividade física, alcoolismo e hábitos alimentares irregulares. Além disso, atinge principalmente grupos de indivíduos com menor poder aquisitivo, baixa escolaridade e idosos, em concordância com (Malta, 2015, p.8-16.) cerca de 80% das mortes por DCNT ocorrem em países de baixa ou média renda, onde 29% são de pessoas com menos de 60 anos, enquanto nos países de renda alta apenas 13% são mortes precoces. Algumas medidas como políticas e práticas de saúde buscam incentivar a população a adquirir um estilo de vida saudável como principal estratégia para a prevenção e controle da DCNTs.

Com base no conceito destacado por (Alves, 2020, p.3), “As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) se caracterizam por etiologia e fatores de risco múltiplos”, sendo que sua etiologia pode ser definida por fatores como sexo, genética, renda, localidade, escolaridade entre outros.

Anualmente de acordo com (Malta, 2015) às DCNTs respondem por 36 milhões, ou 63%, das mortes, com destaque para as doenças do aparelho circulatório, diabetes, câncer e doença respiratória crônica, posto que com base nos dados adquiridos da Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL, 2014.) Onde foram analisados todos os 26 estados do Brasil mais o Distrito Federal e obtiveram os seguintes percentuais: O diagnóstico médico prévio de hipertensão arterial foi de 24,8%, sendo maior em mulheres (26,8%) do que em homens (22,5%), e o diagnóstico médico prévio de diabetes foi de 8,0%, sendo de 7,3% entre os homens e 8,7% entre as mulheres e para as dislipidemias, o diagnóstico foi de 20,0%, sendo maior em mulheres (22,2%) do que nos homens (17,6%). Diante de tais informações a pesquisa será desenvolvida tendo como foco a população do sexo feminino e algumas das principais DCNTs que as afetam que são a hipertensão arterial e diabetes.

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) ou pressão alta de acordo com o (Ministério da Saúde, 2022.) é uma doença crônica caracterizada pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias. Ela acontece quando os valores das pressões máxima e mínima são iguais ou ultrapassam os 140/90 mmHg (ou 14 por 9). Segundo dados levantados também pelo (Ministério da saúde, 2022) no Brasil cerca de 388 pessoas morrem por dia por hipertensão, já que a mesma pode estimular a ocorrência de acidentes como infarto, insuficiência renal e cardíaca, aneurisma arterial, AVC (derrame cerebral) entre outros. Seus principais fatores de risco são: o consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, falta de atividade física, estresse e obesidade. Os principais sintomas são fraqueza, dores no peito, sangramento nasal, visão embaçada, dores de cabeça e tonturas.

Em conformidade com (Silva *et al*, 2016) a mulher na sociedade atual ainda é vista através de suas condições femininas, o que as colocam em uma situação desfavorável e favorecem o aparecimento de sinais e sintomas físicos e psíquicos como depressão, ansiedade, insônia, fadiga, irritabilidade e queixas somáticas, definidos como transtornos mentais comuns, tendo isso em mente e o contexto do diagnóstico da doença levantado anteriormente, esses são fatores que influenciam relevantemente no desenvolvimento da mesma.

Conforme o conceito dado pelo Ministério da Saúde, a Diabetes Mellitus (DM) é uma doença causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo. Existem 4 principais classes clínicas de diabetes de acordo com a (Associação Americana de Diabetes, 2021), sendo elas, a DM tipo I que caracteriza 10 % dos casos totais, nela ocorre a destruição das células  $\beta$  no pâncreas ocasionando uma deficiência absoluta de insulina, a DM tipo II, que caracteriza 90% dos casos totais, diferente da DM tipo I, ocorre diante de uma falha na secreção de insulina ou pelo não reconhecimento do hormônio por suas próprias células receptoras. Outras duas classes importantes são a DM gestacional que acontece geralmente no segundo ou terceiro mês de gestação, a DM por outras causas específicas como por doenças do pâncreas exócrino (fibrose cística) ou o tipo estimulado por químicos ou drogas como tratamento de HIV/AIDS, defeitos genéticos ou na célula  $\beta$  ou na ação da insulina.

Seus principais fatores de risco são a presença de (DM) na família, sobrepeso, pressão alta, colesterol alto, apneia do sono, uso de medicamentos da classe dos glicocorticoides entre outros fatores genéticos ou relacionados a falta de uma boa qualidade de vida. Os principais sintomas são fome, micção frequente e sede excessiva, com a aparição de qualquer um desses é primordial procurar uma unidade para ter o devido atendimento médico e iniciar o tratamento adequado a seu tipo de diabetes específico. (Brasil,2020.)

A (Organização Mundial da Saúde, 2020) estima que haverá um aumento do número de pessoas diabéticas, de 171 milhões em 2000 para 366 milhões em 2030.

Com base em um estudo realizado por (Frota *et al*, 2015) que analisou 60 pacientes com o diagnóstico de DM no município de Fortaleza- CE, foi verificado que da seleção dos pacientes 75% eram do sexo feminino com variação de idade de 30 a 83 anos. Diante da observação desse estudo percebe-se que as mulheres são as mais diagnosticadas em comparação com os homens.

Tanto para a HAS quanto para a DM, as principais formas para prevenção e de tratamento dessas enfermidades acontecem através da inclusão de hábitos saudáveis em suas vidas, como a prática de atividades físicas, uma boa alimentação, aumento no estímulo de atividades de lazer e o não consumo de álcool ou drogas lícitas e/ou ilícitas. De acordo com (Soares *et al*, 2023), pesquisas comprovam que somente 20 a 30% da expectativa de vida é estabelecida por fatores hereditários e que os hábitos saudáveis são os maiores determinantes das condições de saúde de um indivíduo.

Dentro do programa da ESF (Estratégia de Saúde da Família) que teve início com o Programa Saúde da Família (PSF) desenvolvido em 1994 pelo Ministério da Saúde, o enfermeiro tem o papel principal na propagação de informações, esclarecimentos e implementação de intervenções acerca da importância dos hábitos saudáveis, juntamente com as equipes multiprofissionais que em conjunto são responsáveis pela educação continuada, implementação de programas e ações assistenciais para a população. Portanto, fica explícito que a promoção de saúde acerca das prevenções e tratamentos das DCNTS tem relação direta com o dever do enfermeiro para com a sociedade.

A enfermagem tem um papel fundamental no auxílio do controle de patologias, pois possuem o conhecimento necessário para promover ações preventivas contra doenças como as DCNTs que podem ser prevenidas e tratadas com a efetivação de hábitos saudáveis. Segundo dados do (Conselho Federal de Enfermagem, 2016), só no Sistema Único de Saúde (SUS) o grupo de enfermagem é responsável por 60% a 80% das ações na Atenção Básica e 90% dos processos de saúde em geral, portanto, os enfermeiros estão na linha direta de atendimento e possuem o discernimento e capacitação para elaborar planos para o estímulo do ato de se prevenir, tanto para os outros profissionais da enfermagem que estão sujeitos a essas patologias devido a suas cargas horárias sobrecarregadas quanto para a população de mulheres em si que serão analisadas. Dessa forma a pesquisa será realizada para que haja a devida promoção de saúde acerca da prevenção e para a aprendizagem continuada da equipe.

O público participante foi escolhido com base nos desafios que as mulheres enfrentam cotidianamente como o desgaste de uma rotina estressante, falta de tempo, a cobrança familiar e dificuldades econômicas, desafios esses que dificultam ou impedem a inclusão de um estilo de vida saudável e aumentam os riscos de enfermidades como as doenças crônicas não transmissíveis, como foi observado na pesquisa realizada por (Coelho *et al*, 2009) em Salvador, identificou que as mulheres convivem com situações de desigualdade em relação a seu gênero e classe social dificultando o seu acesso aos serviços de saúde, contrariando o documento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), criado pelo Ministério da Saúde em 2004, que visa a “implementação de ações de saúde que contribuam para a garantia dos direitos humanos das mulheres e reduzam a morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis”(Ministério da saúde, 2004).

O objetivo desta pesquisa foi fornecer orientações sobre a importância de adotar hábitos saudáveis na prevenção das DCNTs para as mulheres. Além disso, visa apresentar maneiras práticas de incorporar esses hábitos em suas rotinas.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência de uma ação extensionista em promoção de saúde realizado por acadêmicos do curso de enfermagem do Centro Universitário Estácio de Goiás, localizada no município de Goiânia-GO.

A atividade extensionista se deu por meio de uma pesquisa em campo no parque Lago das Rosas, na região Oeste de Goiânia, onde foi utilizado um formulário com perguntas estruturadas abertas e fechadas sobre a temática da Promoção de saúde para mulheres acerca da importância da inclusão de hábitos saudáveis na prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis. Além do formulário foram utilizados outros meios dinâmicos durante a ação como a entrega de panfletos informativos com as principais formas de prevenção e um Banner com o conceito, principais doenças e formas de evitar as DCNTs, para que dessa forma as participantes se sentissem mais envolvidas com a causa.

Primeiramente foi escolhido o lugar onde havia uma grande quantidade de pessoas, onde foi colocada uma mesa com os panfletos, o formulário de pesquisa e brindes ao lado da exposição do Banner informativo, em seguida o grupo de acadêmicos foi dividido em 4 equipes, sendo elas, uma equipe para a explicação do Banner e realização da pesquisa em local fixo e 3 equipes para a pesquisa em campo.

A pesquisa foi realizada em 3 etapas, sendo a primeira a entrevista pelo discente com a participante para o preenchimento do formulário que abordava 7 tópicos importantes que foram selecionados com base na pesquisa elaborada anteriormente acerca do tema, sendo eles: Escolaridade, alimentação, controle de estresse, relacionamentos, atividade física, comportamento preventivo e renda, tendo em vista que são os principais fatores que influenciam no desenvolvimento das DCNTs. Além desses 7 tópicos também foi adicionado no formulário uma questão sobre escolaridade, conhecimento acerca da sigla DCNT e uma questão sobre como a pesquisa influenciou positivamente no pensamento acerca da própria saúde e comportamento preventivo da participante.

A segunda etapa foi a entrega do folheto informativo juntamente com a apresentação oral de informações que foram adquiridas pelos acadêmicos durante a

busca de dados acerca da temática escolhida e finalizando com a terceira etapa que foi a entrega de uma salada de frutas confeccionada pela equipe como forma de agradecimento pela participação em nossa ação e incentivo a uma dieta mais saudável levando em conta que é uma forma simples de se iniciar a prevenção contra as doenças crônicas não transmissíveis.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos através da entrevista e preenchimento do formulário de pesquisa elaborado pelo grupo, onde a mesma foi realizada com a amostragem de 100 mulheres dentro da faixa etária de 18 a 60 anos. As perguntas foram baseadas em 7 tópicos importantes que diante da busca de dados estão diretamente ligados ao estilo de vida do indivíduo sendo eles: Escolaridade, alimentação, controle de estresse, relacionamentos, atividade física, comportamento preventivo e renda. Além desses 7 tópicos foram adicionadas também uma pergunta sobre o conhecimento acerca da sigla DCNT, uma sobre quem já possuía alguma DCNT e também qual era essa doença e ao final do questionário uma questão sobre como foi a influência do projeto na vida da participante.

Primeiramente, das 100 mulheres entrevistadas 56% não tinham o conhecimento da sigla e seu significado e 44% a conheciam e sabiam seu significado, 37% das mulheres possuíam uma ou mais DCNTs e 63% não possuíam nenhuma, sendo que dessas 37 mulheres foi identificado que 37,9% tinham hipertensão, 16,2% tinham alguma doença respiratória crônica, 32,4% tinham diabetes, 5,4% tinham câncer e 8,1% tinham depressão diagnosticada.

A renda individual de cada uma das participantes foi bem variada, sendo que 28% delas recebiam mais de um salário mínimo, 18% recebiam menos de um salário-mínimo, 30% recebiam até um salário mínimo e 24% recebiam mais de 2 ou 3 salários mínimos. Esses dados relacionados com o fator de desenvolvimento de algumas das principais doenças do grupo das DCNTs, deram os seguintes resultados: dentro dos 18% que recebiam menos de um salário mínimo 83,33% possuíam alguma DCNT e 16,67% não possuíam nenhuma, dentro dos 30% que recebiam até um salário mínimo, 33,33% possuíam alguma DCNT e 66,66% não possuíam, dentro dos 28% que recebiam mais de um salário mínimo 17,86% tinham alguma DCNT e 82,14% não tinham nenhuma, dentro dos 24% que recebiam mais de 2 ou 3 salários mínimos, 29,17% possuíam alguma DCNT e 70,83% não possuíam.

A escolaridade é um aspecto sócio demográfico importante de ser analisado quando relacionado as DCNTs, pois pessoas com baixa escolaridade tem uma tendência aumentada a não ter o devido acesso a informação pela barreira da falta do desenvolvimento educacional, portanto, foi elaborada uma questão sobre o nível de escolaridade das mulheres entrevistadas onde foi identificado as seguintes informações: das 100 mulheres, 32% possuíam o ensino superior completo, 26% possuíam o ensino médio completo, 19% possuíam o ensino médio incompleto, 14% possuíam o superior incompleto, 5% possuíam o ensino fundamental incompleto e 4% eram analfabetas.

A alimentação e a prática de atividades físicas são algumas das principais formas de prevenção contra as DCNTs, com base nisso houve a implementação de duas perguntas acerca dos mesmos, as respostas foram as seguintes, 49% não possuíam uma alimentação saudável e 51% possuíam, a pergunta foi elaborada tendo em vista a implementação de legumes, frutas e hortaliças e o não consumo de produtos industrializados. Quanto a prática de exercícios, 40% das mulheres não praticavam exercícios físicos todos os dias e 45% praticavam e 15% praticavam apenas as vezes, tendo em vista esses resultados mesmo as porcentagens tenham sido parecidas entre o negativo e o positivo, ainda é um resultado alarmante quando comparado a necessidade da concretização dos mesmos em suas vidas.

O estresse é um fator que aumenta gradativamente a possibilidade do desenvolvimento de DCNTs como a depressão e a ansiedade, com esse pensamento foi desenvolvida duas questões acerca do controle de estresse, onde foi analisado se as mulheres entrevistadas lidavam com muitas situações estressantes cotidianamente e se elas tinham o ato de buscar formas de aliviar esse estresse, das 100 mulheres, 81% lidam com situações estressantes durante seu dia a dia e 19% não lidam com essas situações, 68% delas procuravam formas de aliviar esse estresse adquirido e 13% não tinham esse hábito.

O comportamento preventivo é um fator que influencia diretamente no estilo de vida do indivíduo e tem que ser estimulado, portanto foram adicionadas 3 questões no formulário sobre como as mulheres entrevistadas lidavam com o ato de se prevenir, foi analisado inicialmente quantas das 100 mulheres entrevistadas tinham o conhecimento acerca dos seus próprios níveis de colesterol e pressão arterial e se procuravam controlá-los, das 100 mulheres, 29% tinham esse conhecimento e 71% não tinham. Em seguida foi adicionada uma questão sobre o ato de se abster de fumar ou ingerir bebidas alcoólicas, 56% das mulheres fumavam ou bebiam e 44% não fumavam e nem bebiam.

O consumo de água foi o terceiro fator que foi analisado onde 25% das mulheres não possuíam um bom consumo de água e 75% possuíam, ingerindo mais de 3 litros por dia.

Os relacionamentos sociais também pesam no âmbito da saúde mental, tendo isso em mente o grupo adicionou duas questões nesse quesito, sendo a primeira questão sobre a existência de bons relacionamentos com seus amigos e familiares, onde das 100 mulheres, 93% disseram que sim e 7% disseram que não. A segunda foi relacionada ao acolhimento da comunidade onde elas vivem, 88% marcaram que sim, se sentem acolhidas e 12% marcaram que não.

Ao final foi adicionada uma última questão para a verificação própria do grupo sobre como o projeto levou informações positivas e se levou as participantes a refletirem sobre sua própria qualidade de vida e a importância do comportamento preventivo para o não desenvolvimento das DCNTs, das 100 mulheres, 98% acharam que o projeto as ajudaram e levaram informações positivas para sua vida e apenas 2% não tiveram o mesmo pensamento.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta ação extensionista permitiu fornecer orientações às mulheres sobre a importância de adotar hábitos saudáveis na prevenção das DCNTs. Os resultados desta destacam a complexidade dos fatores que contribuem para o desenvolvimento das DCNTs, incluindo renda, escolaridade, comportamentos de estilo de vida e níveis de estresse. A conscientização e a educação são fundamentais para abordar esses fatores e promover a prevenção. Além disso, é evidente que o projeto teve um impacto positivo nas participantes, sugerindo que iniciativas semelhantes pode ser uma ferramenta valiosa para melhorar a saúde da população.

Acredita-se que a execução do projeto de extensão foi um ponto de partida para a implementação de ações concretas visando a prevenção das DCNTs e a promoção da saúde das mulheres na faixa etária estudada.

#### **5. AGRADECIMENTOS**

Gostaríamos de agradecer a todas as mulheres que participaram e acreditaram em nosso projeto, ao nosso orientador Júlio César Coelho do Nascimento que nos guiou e ajudou a desenvolver nosso entendimento sobre a importância e de como podemos

mudar a vida das pessoas com ações como essa e aos nossos familiares que nos apoiaram de forma incondicional.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Sara da Silva. Percepção dos acadêmicos dos cursos de saúde sobre a relação do estilo de vida de adultos jovens e a predisposição a doenças crônicas não transmissíveis- DCNT. Monografia (Graduação em Enfermagem) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2020.

AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Standards of medical care in diabetes— 2021 abridged for primary care providers. **Clinical Diabetes Journals**, Winter, v. 39, n. 1, p. 1-30, 2021.

BERNAL, Regina Tomie Ivata, *et al.* Indicadores de doenças crônicas não transmissíveis em mulheres com idade reprodutiva, beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Rev. Brasileira de Epidemiologia**, vol. 22, supl.2, p. E190012, 2019.

BRASIL, Ministério da Saúde, Departamento de Saúde da Família - Desf / Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, Estratégia de Saúde da Família, Brasil, 2022. Disponível em: [Estratégia Saúde da Família — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 26 set.2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Diabetes (Diabetes Mellitus). 2020. Disponível em: [Diabetes \(diabetes mellitus\) — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde, Hipertensão (pressão alta), 2022. Disponível em: [Hipertensão \(pressão alta\) — Ministério da Saúde \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Vigitel

Brasil 2014: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2015.

COELHO, Edméia de Almeida Cardoso *et al.* Integralidade do cuidado à saúde da mulher: limites da prática profissional. **Escola Anna Nery**, v. 13, p. 154-160, 2009.

COFEN. **Enfermagem em defesa da saúde como direito constitucional**. Brasília (DF), ago. 2016.

FROTA, Sabrina Silva, Maria Vilani Cavalcante Guedes, Larissa Vasconcelos Lopes. Fatores relacionados à qualidade de vida de pacientes diabéticos, **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, Fortaleza, vol. 16, núm. 5, setembro-outubro, 2015.

KOWALSKI, Carla Maria Maluf Ferrari, Lourdes Bernadete dos Santos Pito Alexandre, Elizabete Calabuig Chapina Ohara, Maria Inês Nunes *et al.* Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em usuários de duas Unidades Básicas de Saúde no município de São Paulo, São Paulo, Brasil, **Rev. O Mundo da Saúde**, v.44, p.76-83, 2020.

MALTA, Deborah Carvalho *et al.* A vigilância e o monitoramento das principais doenças crônicas não transmissíveis no Brasil-Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 18, p. 03-16, 2015.

MALTA, Deborah Carvalho, Doenças Crônicas Não Transmissíveis, um grande desafio da sociedade contemporânea. Editorial. **Rev. Ciência e Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v-19 (1), p.4-4, jan.2014.

SILVA, Stael Silvana Bagno Eleutério, Sofia de Fátima da Silva Barbosa de Oliveira, Angela Maria Geraldo Pierin *et al.* The control of hypertension in men and women: a comparative analysis. **Rev. Esc. Enferm. USP**. São Paulo, v.50(1):50-8. 2016.

SOARES, Mara Machado *et al.* A importância de hábitos saudáveis e adequados na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis. **Research, Society and Development**, Patos de Minas, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2023.

WHO. Preventing chronic diseases: a vital investment: WHO global report. Geneva: World Health Organization; 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION *et al.* Invisível numbers: The true extent of noncommunicable diseases and what to do about them. Geneva, 2022.

# CAPÍTULO 32

**O MITO DO EMPODERAMENTO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): uma análise à luz da interseccionalidade**

***THE MYTH OF EMPOWERMENT ABOUT THE BOLSA FAMÍLIA PROGRAM (BFP): an analysis in light of intersectionality***



Thalia Victoria Fernandes Santos <sup>1</sup>  
Ana Carolina Assis Oliveira de São Pedro <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Assistente Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-5349-0167>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/7847428937191219>. E-mail: [thaliaf4@gmail.com](mailto:thaliaf4@gmail.com).

<sup>2</sup> Assistente Social. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-7501-1492>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6274580325700175>. E-mail: [a.carolinaoliveira99@outlook.com](mailto:a.carolinaoliveira99@outlook.com).

## RESUMO

O presente capítulo de livro discute acerca do mito do empoderamento sobre o Programa Bolsa Família (PBF) a partir de uma análise interseccional sobre a realidade das beneficiárias desse programa de transferência de renda. Tendo como prioridade o repasse da renda às mulheres negras, buscamos compreender desde o surgimento do programa, as tramas envolvidas em relação a reprodução social das beneficiárias no que diz respeito a sua inserção enquanto prioridade ao recebimento do benefício. Deste modo, este capítulo de livro é fruto de uma Revisão Integrativa de Literatura sobre a temática e temas transversais, no qual buscamos abordar um breve histórico das políticas sociais no Brasil, analisar o PBF através de lentes interseccionais e problematizar o mito do empoderamento sobre o PBF com base em autores que discutem o referido conceito, como Joice Berth.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família; Empoderamento; Interseccionalidade; Mulheres; Políticas Sociais.

## ABSTRACT

This book chapter discusses the myth of empowerment about the Bolsa Família Program (BFP) based on an intersectional analysis of the reality of the beneficiaries of this income transfer program. Having as a priority the transfer of income to black women, we sought to understand, since the emergence of the program, the questions involved in relation to the social reproduction of beneficiaries with regard to their inclusion as a priority for receiving the benefit. Therefore, this book chapter is the result of an Integrative Literature Review on the theme and transversal themes, in which we seek to address a brief history of social policies in Brazil, analyze the BFP through intersectional lenses and problematize the myth of empowerment over the BFP based on authors who discuss the aforementioned concept, such as author Joice Berth.

**Keywords:** Bolsa Família Program; Empowerment; Intersectionality; Women; Social politics.

## 1. INTRODUÇÃO

Este capítulo de livro foi desenvolvido com o intuito de discutir o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a vida das mulheres que são beneficiárias dele e, a partir dessa perspectiva, evidenciar o suposto empoderamento que esta transferência de renda condicionada ocasiona na vivência das suas titulares, que são, em sua grande maioria, mulheres negras.

Criado em outubro de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família, programa de transferência de renda condicionada, tornou-se um marco histórico no país. Tendo como principal objetivo sanar a extrema pobreza e, através das suas condicionalidades, viabilizar acesso a direitos básicos como a saúde, educação e assistência social, o PBF integra a Política de Assistência Social e visa, em termos gerais, garantir uma renda mínima a população mais vulnerável e fomentar a transformação social (Brasil, 2023).

Isto posto, é indubitável a grande relevância do PBF no combate à fome e a desigualdade socioeconômica, que diminuíram significativamente após a sua implantação. Entretanto, essa renda mínima repassada às mulheres beneficiárias direciona de forma enviesada o pensamento do senso comum, que constantemente atrela o repasse de renda a autonomia, a independência e ao empoderamento das mulheres. Tais fatores nos levam a refletir em até que ponto o PBF pode intervir positivamente na autonomia e na suposta criação de um empoderamento na vida das mulheres titulares, considerando que nos últimos anos o termo empoderamento, ao ser apropriado pelo capitalismo, passou a ser utilizado de forma superficial, esvaziado do seu significado político.

Ainda que extremamente importante, o PBF foi desenhado e criado sobre pilares de valores patriarcais e estruturas que reforçam não somente a desigualdade de gênero, como também os estereótipos de raça, gênero e classe criados a partir das opressões interseccionais sobre as mulheres negras. Seria uma transferência de renda — a qual o principal objetivo é sanar demandas imediatas do cotidiano — de forma isolada, capaz de mover e enfraquecer os alicerces que estruturam tamanhas problemáticas sociais? Diante disso, o objetivo geral deste estudo é discutir e analisar, de modo interseccional, o mito do empoderamento idealizado sobre a realidade das titulares do PBF. Quanto à metodologia utilizada, este estudo possui caráter qualitativo, e para a sua construção, foi realizada uma Revisão Integrativa de Literatura, a fim de fundamentar o trabalho com

autores que discutam não só o PBF, como os temas transversais ao trabalho, como a Interseccionalidade.

## 2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica com abordagem de natureza qualitativa, sendo a Revisão Integrativa de literatura o caminho metodológico escolhido para proporcionar uma “síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (Souza; Silva; Carvalho, 2010) acerca do objeto da pesquisa. Logo, compreende-se a Revisão Integrativa como

A mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular (Souza; Silva; Carvalho, 2010, p. 103).

Ademais, a pesquisa bibliográfica realizada neste estudo se baseou em Lakatos e Marconi (2003) ao buscar estar em contato com as bibliografias publicadas acerca da temática a ser abordada, bem como outros temas que atravessam a discussão. A natureza qualitativa desta pesquisa é determinada a partir da preocupação de compreender os fenômenos humanos com base no contexto sócio-histórico de cada indivíduo, possibilitando uma interpretação dos dados mais aprofundada do objeto de estudo, para além da mera quantificação (Minayo, 2016).

Logo, a pesquisa foi realizada nos meses de setembro e outubro através de busca online em bases de dados com base na pergunta norteadora: Como o mito do empoderamento sobre o Programa Bolsa Família impacta a realidade das mulheres beneficiárias deste programa de transferência de renda? Os artigos utilizados nesta pesquisa foram encontrados nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* – Scielo e Google Acadêmico a partir dos seguintes descritores: empoderamento, Programa Bolsa Família e interseccionalidade.

No que tange aos critérios de inclusão, foram selecionados estudos publicados nos últimos 10 anos (2013-2023), que respondiam à pergunta norteadora, no idioma português (Brasil) e com acesso gratuito. Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados artigos que não atendessem aos critérios de inclusão, bem como

dissertações, teses, livros e artigos incompletos. No Quadro 1 está distribuída a quantificação da seleção dos estudos.

**Quadro 1.** Artigos encontrados

<b>BASE DE DADOS</b>	<b>ESTUDOS ENCONTRADOS</b>	<b>ESTUDOS EXCLUÍDOS</b>	<b>ESTUDOS SELECIONADOS</b>
Scielo	250	249	01
Google Acadêmico	37.300	37.294	06
<b>TOTAL</b>	–	–	07

**Fonte:** Autoria própria (2023).

À vista disso, foram selecionados 07 artigos a partir dos critérios de inclusão e exclusão determinados anteriormente, sendo 01 (um) do Scielo e 06 (seis) do Google Acadêmico, que irão fundamentar a discussão que será realizada no tópico a seguir.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 2 disposto a seguir demonstra os artigos que resultam da Revisão de Literatura realizada neste estudo, bem como as suas principais informações, como objetivo e metodologia, para que assim, haja uma maior facilidade de compreensão do que se trata os estudos selecionados. Posteriormente, os artigos serão discutidos em tópicos, dispostos logo após a tabela.

**Quadro 2.** Apresentação dos artigos selecionados.

<b>AN O</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>METODOLOGIA</b>
2021	Política de renda básica à luz do feminismo interseccional	Analisar o o impacto da política de renda básica para mulheres e ampliar o debate sobre renda básica incondicional para mulheres que, excluídas do feminismo hegemônico e inclusas numa sociedade patriarcal e machista, tem o seus direitos a liberdade e igualdade deturpados. Nesse contexto são considerados a interseção entre gênero, raça e classe.	Pesquisa com base bibliográfica
2020	Empoderamento feminino e políticas de transferência condicional de renda: uma avaliação do	Investigar se o Programa Bolsa Família criou um ambiente propício ao fomento do empoderamento das beneficiárias, a partir da construção e análise de dois índices sintéticos: o índice econômico e doméstico (ED) e o índice de percepção quanto ao	Pesquisa com base bibliográfica

	Programa Bolsa Família	consenso em uma relação sexual (PCRS)	
2019	Transferência condicionada de renda e papéis de gênero: uma análise do Programa Bolsa Família	Analisar o Programa Bolsa Família por intermédio do recorte de gênero e do empoderamento feminino e, através disso, debater a ideologia patriarcal reforçada pelo programa	Pesquisa com base bibliográfica
2018	Diversas vozes, muitos dilemas: discutindo o Programa Bolsa Família a partir das questões de gênero e empoderamento	Levantar os efeitos do Programa Bolsa Família no cotidiano das mulheres residentes do Acampamento Ilha Verde, em Babaçulândia (TO), tendo como foco as relações de gênero e empoderamento	Pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, tendo como metodologia a história oral
2018	Percepções de cuidado e práticas de gênero das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de um recorte geracional: mudanças e permanências	Analisar as percepções de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família acerca de suas experiências de vida e expectativas de futuro, e refletir sobre as comparações que elas fazem entre a sua condição e a de suas mães, considerando, sobretudo, a dimensão geracional e a questão do cuidado	Pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e quantitativa, constituída por dois grupos focais e pela amostragem composta por 190 entrevistas estruturadas
2015	O fetiche do "Empoderamento": do conceito ideológico ao projeto econômico-político	Discutir o empoderamento enquanto um projeto interventivo econômico-político usado estrategicamente pela burguesia para lubrificar a classe trabalhadora, e trazer a concepção de diferentes autores acerca de ideologias, estratégias e conceitos relacionados ao empoderamento	Pesquisa com base bibliográfica
2013	Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família	Debater os resultados de uma pesquisa realizada com mulheres titulares do Programa Bolsa Família (PBF) nas cidades de Uberlândia-MG e Londrina-PR, de modo a investigar possíveis variações associadas à condição de desigualdade, atendo-se ao quesito cor/raça das respondentes	Pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e descritivo-quantitativa, executada partir da realização de grupos focais e de entrevistas individuais, por meio de questionários padronizados

**Fonte:** Autoria própria (2023).

### 3.1. Um breve histórico das Políticas Sociais no Brasil: o PBF em questão

Tendo em vista que o Brasil é formado sócio historicamente por desigualdades sociais devido à má distribuição de renda, à acumulação primitiva e às bases coloniais em que o país surge, faz-se necessário uma breve contextualização acerca das Políticas Sociais, para que ocorra uma melhor compreensão acerca dos programas de transferência de renda, neste caso, do PBF e as questões que o circundam.

As Políticas Sociais se expandiram no período pós-crise de 1929-1932, na fase madura do capitalismo, posterior à Segunda Guerra Mundial. Nessa época, o turbilhão de lutas sociais possibilitaram mudanças significativas no sistema, de modo que ocorreu uma expansão dos direitos sociais. Posteriormente, como uma forma de atender às demandas imediatas dos movimentos sociais e possibilitar a reprodução do sistema capitalista, as Políticas Sociais foram instauradas após um amplo acordo entre a esquerda e a direita, o capital e o trabalho (Behring e Boschetti, 2017).

É importante destacar que a aliança entre as classes, o "consenso pós-guerra", viabilizou acordos que culminaram na aprovação de legislações sociais. Assim se estabeleceu o *Welfare State*, mais conhecido como os "Anos de Ouro", implementado em alguns países. O Brasil, país subdesenvolvido, não desfrutou do processo de bem estar social, pois foi muito afetado economicamente nas três primeiras décadas do século XX, tendo como consequência a expansão lenta dos direitos sociais e a acentuação da pobreza (Behring e Boschetti, 2017).

A partir da década de 30 até a década de 70, o Estado Social se constituiu juntamente com as primeiras Políticas Sociais do Brasil. Durante o regime governamental de caráter populista do então presidente Getúlio Vargas, houve uma importante mudança econômica no Brasil: a transição de um país agrário exportador para urbano industrial. Um enorme fluxo de trabalhadores migrou da área rural para a área urbana, onde a situação de vida era extremamente precária e a classe operária e suas famílias viviam em locais insalubres, completamente marginalizados (Behring e Boschetti, 2017).

Revoltados com o cenário de negligência, os trabalhadores reivindicaram por direitos através de manifestações e greves. Ciente da força política dessa classe, e de acordo com o seu caráter populista, Vargas promoveu diversas mudanças no âmbito trabalhista durante os seus 15 anos governando o Brasil, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, e da Carteira Profissional – o documento

que deu origem à Carteira de Trabalho –, criada dois anos depois. A Carteira Profissional assinada era um documento que concedia aos indivíduos o título de cidadão, ou seja, passível a ter acesso a alguns direitos, caracterizando a fragmentação e o corporativismo na área social brasileira (Behring e Boschetti, 2017).

Em contrapartida, conforme afirma Behring e Boschetti (2017), a classe dominante ansiava a sua legitimação no âmbito dos direitos civis e políticos. Em 1933 ocorreu a implementação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, período em que o Estado passou a ser o responsável pelo gerenciamento da proteção social. Essas e as institucionalizações mencionadas anteriormente serviram como uma ferramenta de criação de novas relações entre o capital e o trabalho, incentivando o mecanismo do mercado, propiciando, dessa maneira, a ascensão do liberalismo enquanto modelo econômico. Vale salientar que o sistema previdenciário objetivava controlar os trabalhadores visando recuperar a hegemonia do Estado (Pinheiro, 2014).

A segunda fase da ditadura militar, que ocorreu entre 1969 e 1979, foi marcada por repressão e extrema violência estatal contra os seus opositores, baseada em perseguições e torturas. Nesse mesmo período, o Brasil passou a investir fortemente em empréstimos ao capital estrangeiro e na produção industrial, causando um crescimento na economia conhecido como o "Milagre Econômico", que beneficiou significativamente a população de classe média e de classe média alta, enquanto os pobres ficaram ainda mais pobres (Behring e Boschetti, 2017).

Além disso, houve um estímulo ao sistema de crédito e à alta concentração de renda de poucos nesse período ditatorial, aspectos responsáveis pela intensificação da pobreza e da desigualdade social. Apesar do grande crescimento do PIB nessa época, o Brasil se endividou devido aos grandes empréstimos ao exterior e à dependência com o capital estrangeiro, gerando, dessa forma, uma alta nos impostos e o aumento da desigualdade na distribuição de renda (Behring e Boschetti, 2017).

O militar Geisel assumiu a presidência em 1974 e efetuou-se uma lenta transição para a democracia, com o objetivo de institucionalizar o sistema estruturalmente em favor dos monopólios. No momento, a ditadura militar se encontrava enfraquecida politicamente, e suas bases de sustentação estavam desmoronando em meio a um contexto sócio econômico de miséria e sucateamento da educação e da saúde, entre diversos outros fatores que levaram o Milagre Econômico ao declínio. A crise do petróleo, a alta dos preços e a nova oposição ao governo formada pela burguesia nacional excluída, resultaram em uma abertura política em 1978. Houve uma grande

radicalização da oposição à ditadura, que deu fruto às “Diretas Já”, um grande marco para o fim da ditadura, em 1985 (Behring e Boschetti, 2017).

Na Constituição de 1988, conjunto de normas que marca a redemocratização do país e a ressignificação da cidadania, foi priorizada a seguridade social, mas, como destaca Corgozinho (2015), a expansão dessas implementações foi insuficiente para sanar as circunstâncias de crise econômica. Mencionando Fleury (1994), a autora salienta a falha na construção do direito e da proteção social. Na década de 90, o então senador Eduardo Suplicy propôs a implantação de um Programa de Garantia de Renda Mínima, destinado para adultos com renda insuficiente para seu auto sustento. Essa proposta desencadeou em debates e discussões sobre as políticas sociais, que passaram a fazer parte da agenda política do Governo Federal (Cogorzinho, 2015).

Em Outubro de 2003, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Bolsa Família (PBF) que, em janeiro de 2004, através da Lei de número 10.836, unificou o PBF a programas criados anteriormente, sendo esses o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Diferente do que foi proposto por Eduardo Suplicy, o Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades, que visa o acesso à direitos sociais básicos — como assistência social e saúde —, a inclusão social e a quebra da pobreza intergeracional. O triunfo do Programa de Transferência Condicionada de Renda, ao invés do de Garantia de Renda Mínima, deve-se à predominância do neoliberalismo no panorama internacional da época. Como essa ideologia econômica aspira o acúmulo de capital humano com o mínimo de intervenção do Estado, a transferência monetária direta aos beneficiários se mostrou efetiva (Couto, 2020).

Em novembro de 2021, no (des)governo do então presidente da República Jair Bolsonaro, o PBF foi renomeado e substituído pelo Auxílio Brasil. A modificação não se deu somente no nome, mas também no valor do benefício, que passou de em média 214 reais, para 400 reais e, a partir de agosto de 2022, o valor aumentou para no mínimo 600 reais por família beneficiária. Na época, apesar de não ter exposto essa informação à população, o (des)governo do ex-presidente Bolsonaro não incluiu recursos no Orçamento da União (Brasil de Fato, 2022). para garantir a permanência do valor de 600 reais nos anos seguintes. Tais fatores explicitam — para além da tentativa de Bolsonaro de desvincular o Programa da imagem do governo Lula —, a desonestidade do ex-presidente ao ludibriar a população mais vulnerável socioeconomicamente, na pretensão de se reeleger. Com Lula eleito enquanto presidente da República (pela

terceira vez) em 2023, o Auxílio Brasil voltou a ser o historicamente conhecido Programa Bolsa Família, e o seu governo manteve o valor mínimo de 600 reais por família beneficiária.

Como afirma Batholo, Passos e Fontoura (2019), apesar do PBF atender famílias em situação de pobreza, o titular é preferencialmente uma mulher por definição legal, assim como em outros programas de transferência condicionada de renda anteriores a ele. Esses programas estatais se baseiam em análises empíricas acerca dos gastos domiciliares, sob a perspectiva de que se a renda é direcionada para a mulher, logo, será utilizada para a família. Assim, o Estado torna-se uma ferramenta que reforça os papéis de gênero e os valores patriarcais, o que nos conduz a uma análise interseccional em relação ao PBF, uma vez que a pobreza não é enxuta e unidimensional, mas sim dotada de uma obliquidade que nos leva a questionar quem são os indivíduos inclusos em sua conjuntura.

### *3.2. A interseccionalidade como ferramenta analítica para analisar o PBF*

De acordo com Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021, p. 15), “a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana”, sendo que o seu uso enquanto uma ferramenta analítica “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária — entre outras — são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins e Bilge, 2021, p. 15), impactando na vida cotidiana dos indivíduos que fazem parte de grupos marginalizados pela sociedade capitalista.

Logo, uma análise à luz da interseccionalidade acerca do perfil e da realidade dos beneficiários do PBF, elucida que o contexto sócio-histórico, econômico e cultural de formação da sociedade brasileira, marcado pela colonização e pelo desenvolvimento selvagem do capitalismo, ocasiona a imposição da pauperização sobre as mulheres negras, visto que estas são a maioria em situação de pobreza social. A pobreza é multidimensional e complexa, pois possui características interseccionais que não se excluem, pelo contrário, se complementam e se transformam em barreiras sociais opressoras de acesso para os indivíduos pobres, de maneira que a sua condição se intensifica.

Segundo o Censo 2010 do IBGE, as mulheres fazem parte de 50,2% da população em situação de extrema pobreza, totalizando 8,2 milhões de pessoas, e como

constata o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2015, as mulheres fazem parte de 93% dos beneficiários do PBF e 68% delas são negras.

Informação localizada no Boletim Cá Entre Nós, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicado em 2015, escrita pela ex -ministra do MDS, Tereza Campello, e direcionada para os gestores brasileiros sobre as políticas públicas direcionadas para as mulheres. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_ca\\_entre\\_nos/abril/boletim\\_ca\\_entre\\_nos\\_abril.html](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_ca_entre_nos/abril/boletim_ca_entre_nos_abril.html).

O Boletim Bolsa Família e Cadastro Único publicado em 2021, que diz respeito ao acompanhamento dos programas sociais, relata o perfil dos beneficiários do PBF: são famílias que possuem em média três pessoas; 70,1% das pessoas cadastradas no PBF se declaram pretas ou pardas; e 87,6% das famílias são chefiadas por mulheres.

Além disso, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua (PnadC) de 2022, o percentual de mulheres na linha da pobreza foi maior que o dos homens no intervalo de 2012 a 2021, sendo que neste último ano, 31,2% das mulheres e 29,6% dos homens se encontravam em situação de pobreza social. Como afirma Ferreira (2022), este é o fenômeno da feminização da pobreza, que diz respeito ao empobrecimento progressivo de mulheres, em paralelo ao aumento das desigualdades de gênero e do acúmulo de funções relacionado aos estereótipos atribuídos às mulheres.

Portanto, ao mesmo tempo em que as mulheres são mais acometidas pela pobreza social, estas vêm ocupando o cargo de chefe de família nos últimos anos. Como afirma os dados da PnadC trimestral (Ibge, 2022), o arranjo casal com filhos passou por uma queda de 43,8% para 40,2% entre os anos de 2019 e 2022, enquanto as famílias monoparentais de chefia masculina e feminina em 2022 alcançaram a porcentagem de 17%. Dentre as famílias monoparentais, 14,7% são de chefia feminina, enquanto 2,3% são de chefia masculina.

Uma análise a partir do fenômeno da feminização da pobreza compreende que o ideário social sobre o trabalho feminino coloca as mulheres em trabalhos precários com baixos salários, direcionando as famílias monoparentais de chefia feminina para as dimensões da pobreza. Ademais, o acúmulo de funções que gera a tripla jornada de trabalho intensifica o processo de pobreza dessas mulheres e famílias (Ferreira, 2022).

O sistema capitalista afasta as mulheres do sistema de produção ao reproduzir no imaginário social ideias sexistas, de teor misógino, que as marginalizam enquanto sujeito na sociedade e geram estigmatização, bem como impõe que o cuidado com a família é de responsabilidade da mulher, uma vez que o âmbito doméstico foi determinado como natural para as mulheres e estas foram afastadas do mercado de trabalho. A partir disso, ocorre também a manutenção da subvalorização do trabalho doméstico, baseado na superexploração e na não remuneração (Ferreira, 2022).

As manifestações sociais organizadas por mulheres em prol da emancipação feminina foram surgindo a partir do século XIX e foi um marco para a inserção das mulheres no mundo produtivo e no mercado de trabalho, resultando posteriormente na ocupação de outros espaços dentro da esfera produtiva. Nesse momento, o sistema capitalista compreende que haverá lucros ao explorar ainda mais as mulheres a partir da apropriação da força de trabalho delas e se apoiando na opressão de gênero, pois não há uma valorização social do trabalho feminino, o que resulta na má remuneração das mulheres em comparação com homens ocupantes do mesmo cargo e na mesma instituição (Fuini e Paula, 2023). Assim dizendo, as mulheres são as mais pobres dentre os pobres (Melo, 2005).

Contudo, qual é a cor dessas mulheres que lutavam para serem inseridas no mercado de trabalho, considerando que as mulheres negras foram impostas ao local de produção desde os primórdios do Brasil? Não há como analisar gênero, sem compreender como a raça e a etnia implicam diretamente na divisão sexual do trabalho, e como as mulheres foram inseridas no mercado de trabalho de maneira diferenciada em razão das opressões interseccionais que estruturam a sociedade em que vivemos. Diante disso,

No Brasil, o processo histórico de colonização colaborou para construções sociais que mantêm essas desigualdade e o *status quo* da elite branca. A “colonialidade” é a reprodução das relações coloniais mesmo com o fim do colonialismo. Ela se expressa em uma dominação ideológica e está baseada na ideia de raça, desumanização dos não-brancos usada pelas elites eurocêtricas para justificar a desigualdade e exploração no trabalho (Freitas, Santos e Jacinto, 2023, p. 48).

Logo, se torna importante salientar que a subalternização feminina é anterior ao capitalismo, e esse sistema se apropria das opressões estruturais de raça e gênero para se reproduzir e criar formas de manutenção através da subjugação de determinados grupos sociais historicamente discriminados (Akotirene, 2019). Apesar de mulheres brancas também serem impostas socialmente aos estereótipos associados socialmente às

mulheres, fatores como raça/etnia, classe e geração criam especificidades que diferenciam as suas vivências de mulheres negras e de outras mulheres racializadas. Os estereótipos sobre a servidão das mulheres negras, tanto no âmbito trabalhista quanto no sexual, são advindos do colonialismo e permanecem presentes em nossas relações sociais, refletindo na divisão sexual do trabalho atual.

De acordo com Ferreira (2022, p. 13), a divisão sexual é “um fenômeno capitalista [que] incide sobre mulheres e homens e confere valorização monetária ao trabalho visto como masculino”, ao mesmo tempo em que subjuga o valor do trabalho feminino. A desvalorização do trabalho feminino passa pela capacidade reprodutiva e por estigmas criados socialmente, não incidindo de maneira igual sobre todas as mulheres.

No que tange à divisão sexual do trabalho, o racismo e o sexismo devem ser analisados em conjunto, no intuito de melhor compreender esse fenômeno que não somente hierarquiza homens e mulheres, como também segrega as mulheres negras ao mesmo tempo. Por isso, Freitas, Santos e Jacinto (2022) verificam que existe uma dupla exclusão quando se trata de mulheres negras no mundo do trabalho, pois a falta de qualificação atribuída ao não acesso à direitos básicos essenciais devido à formação social brasileira de caráter excludente, como a saúde e a educação, por exemplo, implica diretamente nas condições acentuadas de pobreza dessas mulheres.

Inclusive, o conceito de interseccionalidade nasce em meio à um contexto de embate jurídico na esfera trabalhista, na análise de um processo movido por mulheres negras contra a empresa *General Motors* por discriminação de raça e gênero após contratarem apenas mulheres brancas, para o secretariado, e homens negros, para a linha de produção, afirmando serem ações afirmativas suficientes para enfrentar as desigualdades de gênero e raça (Crenshaw, 1989). Por perceber a necessidade de ferramentas analíticas mais profundas para compreender a realidade social e como os indivíduos são impactados pelas opressões estruturais, Kimberlé Crenshaw aponta que a interseccionalidade “auxilia a perceber a interação das avenidas identitárias, sendo necessário entender conjuntamente essas variáveis para perceber a dupla discriminação que cria múltiplos níveis de injustiça” (Freitas, Santos e Jacinto, 2022, p. 49).

A quantidade significativa de mulheres negras no PBF é fruto de um processo histórico de reprodução social de desigualdades sociais criadas por opressões estruturais interseccionais, perpetuadas desde a época da colonização, período histórico este em

que as mulheres negras eram vistas como mercadoria e postas enquanto cuidadoras ou amas de leite, evidenciando assim a atuação conjunta do racismo e do sexismo sobre a realidade dessas mulheres (Carloto e Mariano, 2013).

Dessa forma, ao discutir acerca do PBF, se torna importante afirmar que as políticas sociais se apropriam da questão de gênero e reforçam o papel da mulher enquanto provedora do âmbito doméstico, utilizando discursos como o de empoderamento. Embora exista a tentativa de integrar as questões relativas à gênero nas políticas sociais brasileiras, o termo é posto como sinônimo de mulheres, e resulta no esvaziamento do seu significado político (Silva e Tavares, 2015).

Em face do exposto anteriormente, as políticas sociais são fundadas com base nos estruturantes sociais que perpetuam as desigualdades de gênero. A naturalização da mulher enquanto responsável pelos cuidados com o lar ocasiona no fato desta ser a principal titular do PBF, bem como reproduz a ausência dos homens na esfera familiar e a não responsabilização destes com a casa, para além apenas do financeiro. Essa visão patriarcal sobre os cuidados da família enquanto obrigações femininas é apenas um dos reflexos relacionados à imposição da esfera do cuidado sobre as mulheres (Silva e Tavares, 2015).

Portanto, a desvalorização das mulheres negras, perfil das beneficiárias do PBF, no âmbito do trabalho, as colocam não somente em trabalhos informais e precarizados, como também em situação de desemprego. O Estado reforça os padrões de gênero e a ideologia patriarcal através da formulação de suas políticas públicas e programas sociais e de transferência de renda, em um contexto de poucas oportunidades de emprego formal, o que ocasiona na sobrevivência financeira de muitas famílias monoparentais chefiadas por mulheres beneficiárias apenas com o valor recebido pelo PBF, tornando-as reféns do programa e permanecendo presas no ciclo de pobreza. Logo, nos cabe questionar: que tipo de empoderamento te torna refém?

Como aponta Cecchin e Parente (2018), o PBF tem como objetivo a quebra do ciclo da pobreza e a promoção de uma renda para famílias em situação de vulnerabilidade social, portanto, responde às necessidades imediatas e não às subjetividades que envolvem toda a vida social das beneficiárias. Logo, o empoderamento relacionado ao PBF se torna questionável quando se pensa que a realidade de desigualdade social imposta às mulheres negras não propicia para elas um cenário de autoestima e autonomia.

### *3.3. O mito do empoderamento na realidade das beneficiárias PBF*

Apesar do empoderamento não ser um objetivo básico do Bolsa Família, a relação entre o termo e o programa é fruto do desenho institucional deste, que direciona a preferência do pagamento do benefício às mulheres. A fim de questionar o suposto empoderamento que o PBF proporciona às beneficiárias, analisaremos o termo a partir da concepção de Joice Berth, contrapondo a perspectiva criada pelo Banco Mundial (BM), analisada por Ivy Carvalho na obra “O fetiche do "Empoderamento": do conceito ideológico ao projeto econômico-político” (2015), trazendo, para além disso, mais algumas pontuações e referências.

De acordo com o Banco Mundial (2002), o empoderamento é definido como a capacidade dos indivíduos em se inserirem no processo político. Nesse ínterim, é salientada a importância do sujeito em desenvolver sua capacidade de fazer escolhas e concretizá-las em ações, sendo essa capacidade de “escolha” e “liberdade” a manifestação do empoderamento. Por conseguinte, há, por parte do BM, uma desconsideração em relação ao contexto sócio-histórico, as dimensões materiais e as opressões interseccionais que atravessam os indivíduos nas relações sociais.

Segundo Ivy Carvalho (2015), o conceito de empoderamento dado pelo BM tem cunho desenvolvimentista, culpabiliza os pobres pelas suas condições de vida e visa encobrir as reais intenções das relações capitalistas. Além de que, abrandando a luta de classes, o BM beneficia o capitalismo e garante a eficiência econômica. Outrossim, o BM estabelece que o empoderamento pode ser aplicado de forma prática e amplamente intervencional em algumas áreas, sendo as três principais a prestação de serviços básicos, a melhoria na governança nacional e o desenvolvimento de um mercado pró-pobre.

Em tempo, Carvalho (2015) identificou que o BM propõe as denominadas "áreas de aplicação prática do empoderamento" (p. 151). Dentre essas áreas, a autora apresentou brevemente três delas, sendo estas: a prestação de serviços básicos, a melhoria da governança nacional e o desenvolvimento de um mercado pró-pobre. No setor de prestação de serviços básicos, afirma-se que a proposta do BM é facilitar o acesso dos pobres aos serviços básicos, contudo, há, na verdade, um grande investimento em transações creditícias e em projetos de empréstimos e financiamentos. Quanto à melhoria na governança, o seu principal objetivo é implementar reformas educacionais e alianças. Já no mercado pró-pobre, fica explícito que, apesar de ser

mascarado como um “empoderamento econômico”, os mais pobres são guiados a alcançarem melhorias de vida de maneira individual por um viés meritocrático, o que é utópico, visto que não possuem as condições objetivas de sobrevivência necessárias.

Uma das teorias apresentadas por Carvalho (2015) é a de Vasconcelos (2003), que caracteriza o empoderamento como um processo de sentido provisório, o definindo como a ampliação do poder e da autonomia pessoal. Vasconcelos (2003) aborda em sua obra elementos de suma importância, como o surgimento da proposta “*Empowerment*”, em 1950, e da sua difusão pelo mundo em 1990, após os tempos do declínio do estado de bem-estar social e da inserção do neoliberalismo no mundo capitalista. Para além disso, o autor traz o empoderamento na perspectiva da saúde mental dos indivíduos e de que forma ele pode ser aplicado, exemplificando-o com alguns mecanismos, que chamou de “conceitos-chave”, sendo eles o *cuidado de si, defesa de direitos e transformação do estigma e da dependência*.

Num apanhado geral, Vasconcelos (2003) se preocupa em salientar que os sujeitos devem ter autonomia e desenvolver iniciativas individuais, mas que essas ações devem estar atreladas às instituições sociais públicas. Em conflito ao exposto, o autor salienta que dependendo de como o empoderamento é aplicado pelos usuários, este pode gerar o desinteresse do Estado na implementação de políticas sociais.

Carvalho (2015) aponta de maneira engenhosa algumas colocações tendenciosas de Vasconcelos (2003), enfatizando que apesar do autor trazer pontos relevantes, como o contexto sócio-histórico do empoderamento, ele se limita a tratá-lo como apenas uma definição. Ademais, Carvalho (2015) aponta que Vasconcelos (2003) não aborda o papel obscuro do capitalismo e do mau uso que este faz do empoderamento — já que o utiliza como ferramenta mercadológica para fomentar a desresponsabilização do Estado no que tange às políticas sociais —, e da forte contribuição para o enfraquecimento do proletariado, deixando implícito que as questões de desigualdades sociais são naturais e intrínsecas na vida da população mais vulnerável socioeconomicamente.

Pazó, Freitas e Freitas (2017), fundamentando-se na teoria emancipatória de Nancy Fraser (2012), argumentam que o PBF contempla as usuárias de maneira objetiva e subjetiva, pois “constatou-se que as usuárias e suas famílias tiveram mudanças significativas em suas existências” (Pazó, Freitas e Freitas, 2017, p. 100). Fraser (2012) propõe em sua teoria que as possíveis soluções para se alcançar a justiça econômica seriam a distribuição de renda e a reorganização da divisão do trabalho e, para alcançar

a justiça cultural, a reavaliação das identidades desprezadas e a modificação geral dos modelos sociais de representação.

Ao se tratar das condicionalidades do PBF, Pazó, Freitas e Freitas (2017) as apontam como algo "ímpar" e benéfico socialmente, ignorando as dificuldades provenientes desses compromissos com o Estado, se considerarmos a existência do risco das usuárias terem o benefício bloqueado ou até mesmo cancelado em caso de descumprimento das condicionalidades.

Dentre as condicionalidades mencionadas anteriormente estão: a realização do acompanhamento pré-natal; acompanhamento do calendário nacional de vacinação; realização do acompanhamento do estado nutricional das crianças menores de sete anos; frequência escolar mínima de 60% para crianças de quatro a cinco anos; frequência escolar mínima de 75% para os beneficiários de seis a dezoito anos incompletos que não tenham concluído a educação básica.

Carloto e Stechi (2019) versam que as condicionalidades impostas pelo PBF funcionam enquanto uma ferramenta que reforça que os indivíduos mais pobres são incapazes de buscar serviços educacionais e de saúde por conta própria, portanto, precisam se "adequar" socialmente por meio do "incentivo" do Estado. Outrossim, as condicionalidades (re)produzem a cultura discriminatória contra os mais vulneráveis que, conforme Lobato (2012 *apud* Carloto e Stechi, 2019, p. 265) "precisam ser "controlados" e "vigiados" para que não se acostumem ao benefício governamental e deixem de buscar alternativas próprias de vida e trabalho". Fundamentando-se em Linhares (2005, p. 62), Carloto e Stechi (2019) ainda nos alertam que:

O preconceito existente em relação ao pobre traz a ideia de que este tem debilidades na sua formação moral e comportamental e, por isso, não consegue lutar pela sua sobrevivência. Neste sentido, não se pode dar a ele dinheiro: "pois eles não sabem como gastar e, no mais, podem se acomodar. Portanto, qualquer que seja o benefício conferido é preciso controlar e cobrar alguma coisa em troca" (Carloto e Stechi, 2019, p. 266).

À vista disso, é notório que o desenho institucional do PBF foi edificado sobre as bases sócio históricas e culturais do Brasil, que em suas estruturas reforçam ações discriminatórias, preconceituosas e estigmatizantes contra a população em situação de extrema pobreza (Carloto e Stechi, 2019).

Não obstante, Pazó, Freitas e Freitas (2017) abordam as condições objetivas e as subjetividades em torno da realidade das beneficiárias do PBF como algo sanado positivamente pelo programa, dado que, as subjetividades das famílias, especificamente das mulheres beneficiárias, não são questões priorizadas pelo PBF. Isto é, o repasse de

renda, de maneira focalizada e isolada, por si só não é capaz de reparar as adversidades presentes nas particularidades das vidas das suas titulares.

Ilustrando o exposto, Silva (2019) trata acerca de como os beneficiários do PBF vêem o programa enquanto uma doação governamental e, conseqüentemente, se culpabilizam pela situação de pobreza na qual vivem, recorrendo assim, ao trabalho informal e ao microempreendedorismo, que compõe um dos mecanismos de incentivo do governo para que os usuários alcancem o mercado formal. Os indivíduos confiam no sonho do próprio negócio e se inserem no microempreendedorismo, a fim de melhorar as suas condições de vida, contudo, esta é uma estratégia capitalista para mascarar a precarização gerada no âmbito do trabalho. Isto explicita a parceria do Estado com o capitalismo em prol do desenvolvimento e da manutenção do próprio sistema. Como aponta Brito e Silva (2021), quanto maior a taxa de desemprego e pobreza no Brasil, maior é a quantidade de mulheres negras que buscam o microempreendedorismo, o trabalho informal e o cadastro no CADÚnico, para ter acesso ao PBF.

Segundo a autora Joice Berth (2019), o empoderamento é um processo gradual de autoconscientização, que resulta numa transformação social. É pensar em formas de reconstruir as bases sociopolíticas, para que assim haja o rompimento das vertentes opressoras vigentes. Berth (2019) adiciona que esse é um dos métodos de estudo mais eficazes para combater o uso superficial que fazem do conceito empoderamento e de sua aplicação enquanto elemento de transformação social. Tendo como base o educador e filósofo Paulo Freire, a autora faz uma alerta para a "docialidade" que a classe dominante e as estruturas de poder reverberam, cabendo aos grupos oprimidos empoderarem a si mesmos para que não caiam nessa armadilha.

Apesar da importância dos indivíduos empoderarem a si mesmos, é preciso servir de amparo para o processo de autoconscientização de outros indivíduos. Dado que o empoderamento é essencialmente político, sua efetividade só culminará a partir da junção entre o processo individual com o coletivo. Levar em conta que o empoderamento se dá de maneira autocentrada contribui para a manutenção nas relações de opressão, ou seja, ignorar essas ações não é empoderamento, uma vez que seu arcabouço é fadado de práticas antiracistas, anticapitalistas e antisexistas (Berth, 2019). Contrapondo o Banco Mundial (2002 *apud* Carvalho, 2015) e suas estratégias para que os sujeitos alcancem o empoderamento através de um discurso puramente estrategista e meritocrático, Joice Berth (2019) argumenta da seguinte maneira:

[...] o empoderamento invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, por diversos governos e também por ONGs, com muita frequência vem sendo usado como um instrumento de legitimação para que se continue perpetuando uma ordem. Agora com um novo nome. Ou, para controlar, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de mudanças impresso originariamente nessas categorias e propostas inovadoras. Situação típica de transformismo (gatopardismo): apropriar-se e desvirtuar o novo, para garantir a continuidade das práticas dominantes. Traduzindo aos novos tempos: mudar “tudo” para não mudar nada. (Berth, 2019, p. 46)

Berth (2019) nos alerta que o distanciamento entre os sentidos originais do conceito empoderamento provoca enquanto consequência a venda deste cunhado num discurso de fachada e paternalista, no qual o interesse é manter a ordem social estagnada, afastar a criticidade dos indivíduos e invisibilizar as demandas que surgem a partir das opressões estruturais.. Ao trazer essa discussão para o horizonte das beneficiárias do PBF, é notório que, apesar do pagamento do benefício ser de suma importância para o alívio imediato da pobreza, ainda assim não é eficiente para empoderá-las. Como já foi dito, o empoderamento é um ato de autoconscientização, que culmina em transformação social. Sendo o Estado uma ferramenta que fomenta a manutenção das opressões e estruturas sociais vigentes, pondo essas mulheres enquanto responsáveis pela situação de miséria na qual vivem, como isso seria empoderamento?

O empoderamento faz parte de um processo de fortalecimento do autoconhecimento dos sujeitos e de autoadmiração, e dentro desse bojo há uma carga de informação histórica (Berth, 2019). Ademais, Berth (2019) salienta que a representatividade tem um papel essencial para que esse fortalecimento se efetive, pois quando os indivíduos são representados nos espaços, há mais chances deles enxergarem seus semelhantes positivamente e, dessa maneira, assimilarem suas próprias imagens como positivas.

Infelizmente, a realidade de empoderamento não se aplica às beneficiárias do PBF, pois, como visto anteriormente, elas são expostas às privações decorrentes das opressões interseccionais e estruturais associadas às desigualdades sociais em seus cotidianos, além de serem sobrecarregadas pelas condicionalidades impostas pelo Estado através do programa, sendo que não há ações e serviços que contemplem as necessidades e as demandas das realidades das mulheres beneficiárias do PBF, como a implantação de creches em período integral, por exemplo (Carloto e Mariano, 2012).

Outro ponto contundente é que as beneficiárias do PBF não vêem o programa enquanto um direito, dessa forma, os qualificam como uma benesse e sentem-se não merecedoras pela concessão de qualquer outro direito. Logo, se torna evidente que o

PBF por si só não contribui para a autonomia política e social das beneficiárias, e o seu repasse de renda:

[...] não substitui a proteção integral ofertada via serviços públicos, na esfera da educação, saúde, Assistência Social e Previdência Social, que precisam ser ofertados com a qualidade necessária, para que os beneficiários do programa possam superar as inúmeras privações que vivenciam em seu cotidiano (Silva, 2019, p. 14-15).

Frente ao exposto, é imprescindível que a mulher seja reconhecida para além da esfera familiar e que trabalhem em prol do enfraquecimento da estrutura patriarcal, pois a medida em que os os valores sociohistóricos vigentes são confrontados, maior se torna a força sociopolítica feminina para construir um cenário favorável à implantação de políticas emancipatórias que reconheçam as suas subjetividades e a urgência da sua inserção e da sua valorização na esfera produtiva. Além disso, é imprescindível que o Estado crie circunstâncias favoráveis para que a exigência quanto às condicionalidades sejam equivalentes à realidade posta para as beneficiárias. Quanto ao acesso à escolaridade dos filhos das beneficiárias, por exemplo, visto que é uma condição obrigatória para receber o PBF, é preciso que existam creches e escolas públicas para a emancipação educacional dessa população, a fim de quebrar a pobreza intergeracional.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A referida pesquisa buscou discutir sobre a questão do mito do empoderamento que permeia o PBF através de uma Revisão de Literatura, utilizando trabalhos de autores que realizam a discussão acerca do viés do empoderamento e do PBF, como também aqueles que abordam temas transversais necessários para a compreensão da totalidade, como a interseccionalidade. Sendo assim, ao perceberem o déficit de publicações com dados recentes sobre a temática, as autoras buscaram ir atrás de novos indicadores sobre o perfil de beneficiárias atualmente, nos mostrando que a realidade não passou por muitas modificações nesse quesito. O PBF ainda é um programa voltado para mulheres negras.

A formação profissional, em conjunto com o olhar crítico das autoras sobre o sistema capitalista e seu caráter de ofensiva a partir do desmonte das políticas sociais e políticas de transferência condicionada de renda de caráter familista, germinou a semente do interesse em pesquisar as especificidades das mulheres beneficiárias do PBF, inseridas num arcabouço cruel que as responsabiliza de maneira individual sobre a sua situação de pobreza que está diretamente relacionada à formação colonial da

sociedade brasileira. Por esse motivo, não há como discutir o PBF sem uma perspectiva interseccional, que reconheça todas as opressões estruturais que acometem as mulheres beneficiárias e influenciam sobre as suas oportunidades de acesso dentro da sociedade capitalista.

Por conseguinte, enfatiza-se aqui o reconhecimento da importância do PBF para a realidade das famílias brasileiras que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social e só possuem essa renda mínima para viver. Quando se trata de fome, ela não espera, e este trabalho reconhece que essas são as condições materiais de vida das beneficiárias do PBF. Contudo, o PBF não atua em mudanças estruturais, pois se limita a contribuir na esfera da imediatividade e do individual, a fim de sanar apenas as necessidades básicas, sem dar condições de qualidade de vida, colocando o programa em um lugar de manutenção da classe trabalhadora e não de combate à pobreza.

Para combater a pobreza, é necessário tratá-la enquanto uma questão multidimensional, e não visualizá-la apenas por um viés de classe economicista. Em razão disso, este trabalho se propôs a utilizar a perspectiva interseccional na análise sobre o PBF, visto que essa teoria crítica busca enxergar a realidade através das lentes das opressões que estruturam a sociedade através de respostas teórico-metodológicas e técnico-operativas para a realidade social em sua essência. Espera-se que esse trabalho seja mais uma semente para o debate sobre o PBF e o mito do empoderamento, em prol de avanços nas políticas públicas voltadas para as mulheres negras.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p.(Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?. São Paulo: **Cadernos Pagu**, n. 55, p. 1-33, 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Cortez editora, 2017.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184p. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro).

BRASIL DE FATO. Promessa de Bolsonaro de Auxílio Brasil de R\$ 600 envolve manobra ilegal e abuso, 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/09/04/promessa-de-bolsonaro-de-auxilio-brasil-de-r-600-envolve-manobra-ilegal-e-abuso>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). **Boletim Bolsa Família e Cadastro Único: Acompanhamento e Análise do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília, ano 5, nº 72, jun. 2021. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala\\_de\\_imprensa/boletins/boletim\\_senarc/2021/Boletim%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20Cadastro%20Unico%20N%2072\\_JUNHO\\_2021.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/sala_de_imprensa/boletins/boletim_senarc/2021/Boletim%20Bolsa%20Fam%C3%ADlia%20Cadastro%20Unico%20N%2072_JUNHO_2021.pdf).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Governo Federal. **Tire as dúvidas sobre o programa de transferência de renda do Governo Federal**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/tire-as-duvidas-sobre-o-programa-de-transferencia-de-renda-do-governo-federal>.

BRITO, A. M. R.; SILVA, A. P. F. L. da. A linha tênue entre o perfil das beneficiárias do Bolsa Família e as assistentes sociais atuantes na política de assistência social no Brasil: reflexões para o debate. *In: Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*, VI, 2021, Paraná. **Anais [...]** Paraná: Grupo de Estudos de Política da América Latina, 2021, p. 498-508. Disponível em: [https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_vi\\_simposio/artigos\\_vi\\_simposio/GT4\\_raca\\_classe/v3\\_amanda\\_G4.pdf](https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT4_raca_classe/v3_amanda_G4.pdf).

CARLOTO, Cássia Maria; DE OLIVEIRA STECHI, Tatiana. **Entre o direito e o dever: uma reflexão sobre a exigência de condicionalidades no Programa Bolsa Família**. *O Social em Questão*, v. 21, n. 43, p. 257-279, 2019.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família**. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 11, n. 2, p. 258-272, 2012.

CARVALHO, Ivy. **O fetiche do "Empoderamento": do conceito ideológico ao projeto econômico-político**. *In: MONTÃO, Carlos. (org). O Canto da Sereia: crítica à ideologia e aos projetos do "terceiro setor"*. São Paulo, Cortez, 2015, p. 144-189.

CECCHIN, H. F. G.; PARENTE, T. G. **Diversas vozes, muitos dilemas: Discutindo o Programa Bolsa Família a partir de questões de Gênero e Empoderamento**. Ijuí: Editora Ijuí, ano 16, n. 43, abr./jun., 2018.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORGOZINHO, Kamila Delfino Santos. A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições?. *Emancipação*, v. 15, n. 1, p. 96-114, 2015.

COUTO, Maria Carolina do Amaral *et al.* **Empoderamento feminino e políticas de transferência condicional de renda: uma avaliação do Programa Bolsa Família**. 2020.

CRENSHAW, K. ***Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist***

Politics. Chicago: University of Chicago Legal Forum, vol. 1, n. 8, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8/>.

FERREIRA, Giovanna M. **DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO À FEMINIZAÇÃO DA POBREZA**: renda básica universal como propulsora do acesso à justiça social. 2022. 91 f. Monografia (Graduação em Direito), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2022.

FONSECA, Lorena. **Política de renda básica à luz do feminismo interseccional**. Medellín: Opinión Jurídica, v. 20, n. 41, p. 225-252, 2021

FRASER, Nancy. **Luta de classes ou respeito às diferenças?** Igualdade, identidades e justiça social. Le Monde Diplomatique Brasil. Jul. 2012. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1199>.

FREITAS, G. L. T.; SANTOS, J. da C.; JACINTO, P. M. dos S. **Inserção da mulher negra no mundo do trabalho**: Uma Revisão de Literatura. Boa Vista: Boletim de Conjuntura (BOCA), ano IV, vol. 9, n. 26, p. 47-63, 2022. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/558/398>.

FUINI, L. L.; PAULA, L. I. de. **A divisão sexual do trabalho e suas consequências para a precarização do trabalho feminino**: Uma pesquisa bibliográfica. In: Dossiê História & Patrimônio na América Latina: diálogos críticos. Viçosa: Revista de Ciências Humanas, v. 1, n. 23, p. 292-320, jan./jun., 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/15333/8128>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)

IBGE. PNAD Contínua - Distribuição de pessoas desocupadas por idade, 3º trimestre 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=35504>. Acesso em: 28 out. 2023.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. **Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família**. Sociedade e Estado, v. 28, n. 2, p. 393-417, 2013.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. In: A pobreza e as políticas de gênero no Brasil / MELO, H. P. de. BANDEIRA, L. Chile: Mujer y Desarrollo, p. 9-42, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 4ª reimpressão. Petrópolis: Vozes, 2016.

PAZÓ, Cristina Grobério; FREITAS, Débora Pauli; FREITAS, Danielly Alexandra Pauli. O Programa Bolsa Família e a Teoria Emancipatória de Nancy Fraser. In: NICOLI, Augusto Gravatá.; DE OLIVEIRA, João Felipe Zini Cavalcante; RAMOS, Marcelo Maciel. **As Várias faces da sujeição humana**: desigualdade, trabalho e

interseccionalidades de gênero e sexualidade. Belo Horizonte, Initia Via, 2017, p. 91-101.

PINHEIRO JÚNIOR, Fernando Antônio FS. **A evolução das políticas sociais no Brasil:** o período de 1930 a 2010. XVI Seminário sobre a Economia Mineira, 2014.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa:** o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), 2010, vol. 8, p. 102-106.

SOUZA, Márcio Ferreira de.; MARIANO, Silvana. **Percepções de cuidado e práticas de gênero das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de um recorte geracional:** mudanças e permanências. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 23, n. 3, p. 164-194, 2018.

SILVA, Ermildes Lima da; TAVARES, Márcia Santana. **DESCONSTRUINDO ARMADILHAS DE GÊNERO:** Reflexões sobre família e cuidado na política de assistência social. Revista Feminismos, v. 3, n. 2/3, 2015.

SILVA, Suzane Rodrigues Da. **Transferência condicionada de renda e papéis de gênero:** uma análise do Programa Bolsa Família. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social 16.1 (2019).

VASCONCELOS, Eduardo M. **O poder que brota da dor e da opressão:** *empowerment*, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.

# CAPÍTULO 33

## A AUSÊNCIA DE TEATRO NAS ESCOLAS DE SERGIPE *THE ABSENCE OF THEATER IN SERGIPE'S SCHOOLS*

 10.5281/zenodo.10120796

Gabriel Batista Santos <sup>1</sup>  
Mel Oliveira Cardoso Menezes <sup>2</sup>  
Manoel Gratuliano de Barros Neto <sup>3</sup>  
Glicia Maria Feitosa Pereira <sup>4</sup>  
Elbilly Jhonnis Lima Santos <sup>5</sup>  
Valéria Aparecida Bari (orientadora) <sup>6</sup>

- <sup>1</sup> Graduando em Teatro-UFS (2023). Gabriel Batista Santos, Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-8610-446X> Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5091889630949470> E-mail: [gabrielbsantos@academico.ufs.br](mailto:gabrielbsantos@academico.ufs.br)
- <sup>2</sup> Graduando em Teatro. – UFS (2023). Mel Oliveira Cardoso Menezes Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-4695-7034>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6321523366720396> E-mail: [melynharmy@gmail.com@academico.ufs.br](mailto:melynharmy@gmail.com@academico.ufs.br).
- <sup>3</sup> Graduando em Teatro. – UFS Manoel Gratuliano de Barros Neto (2023). Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-5968-6977>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6119503485426550> E-mail: [manoelgtl@academico.ufs.br](mailto:manoelgtl@academico.ufs.br).
- <sup>4</sup> Graduando em Teatro. – UFS (2023). Glicia Maria Feitosa Perreira, Orcid ID: : <https://orcid.org/0009-0005-1359-0796> Lattes ID <https://lattes.cnpq.br/9841758663888245>. E-mail: [gliciapereira@academico.ufs.br](mailto:gliciapereira@academico.ufs.br).
- <sup>5</sup> Graduando em Teatro-UFS (2023). Elbily Jhonnis Lima Santos, Orcid ID <https://orcid.org/0009-0001-2823-0137> Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8336626816688331>. E-mail: [elbillyjhonnis@gmail.com](mailto:elbillyjhonnis@gmail.com)
- <sup>6</sup> Doutora em Ciência da Informação – USP (2008). Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe – UFS, vinculada ao Departamento de Ciência da Informação – DCI e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2871-5780>. LATTES ID: <http://lattes.cnpq.br/0106962520738975>. E-mail: [bari2009@academico.ufs.br](mailto:bari2009@academico.ufs.br) .

### RESUMO

O presente capítulo tem como objetivo observar as consequências que a falta de teatro gera dentro das escolas no estado de Sergipe, e quais os métodos podem ser utilizados para mudar esse cenário na malha educacional, com o intuito de promover uma expressão de linguagem que é pouco mostrada. A pesquisa desenvolvida foi de abordagem quantitativa, natureza aplicada; com objetivos explicativo e exploratório. Para contatar a realidade e seus protagonistas, foi realizada pesquisa de campo nas escolas sergipanas selecionadas. Desse modo, a análise verificou que existe uma demanda pela disciplina e as práticas pedagógicas do Teatro, como fonte de conhecimento e forma de fortalecer os vínculos afetivos na comunidade escolar, criando grupos de interesse, de prática e redes de apoio. o que vai contribuir muito para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos estudantes, abrindo então portas para um mundo artístico e social.

**Palavras-chave:** Teatro na Educação. Arte-Educação. Prática Pedagógica – Teatro.

### ABSTRACT

This chapter aims to observe the consequences that the lack of theater generates within schools in the state of Sergipe, and what methods can be used to change this scenario in the educational network, with the aim of promoting a language expression that is little shown. The research developed was of a quantitative approach, applied in nature, with explanatory and exploratory objectives. To contact reality and its protagonists, field research was carried out in selected schools in Sergipe. Thus, the analysis verified that there is a demand for the discipline and pedagogical practices of Theater, as a source of knowledge and a way of strengthening emotional bonds in the school community, creating groups of interest, practice, and support

networks. which will greatly contribute to the personal and academic development of students, opening doors to an artistic and social world.

**Keywords:** Theater in Education. Art-Education. Pedagogical Practice – Theater.

## 1. INTRODUÇÃO

Compreende-se que a escassez de aulas relacionada as Artes Cênicas, no âmbito escolar provoca um baixo desinteresse dos estudantes a respeito do teatro é como ele é importante para sua vida acadêmica. Pois acredita-se que essa matéria ajuda na relação de convivência com outras pessoas o que pode legar a uma vida mais abrangente com outros tipos de pessoas. Contudo, com os avanços tecnológicos as representações teatrais têm sido desvalorizadas ainda mais pela malha social, o que é ruim pois trata-se de uma disciplina que muda a vida de muitos alunados.

Dessa forma, segundo BREU, Rebecca Tavares Nishimura; Marques, Daniella Domingues Alvarenga (2020).

[...] Posto isto, incorporar a arte cênica à educação cria a oportunidade do aluno elaborar novos olhares sobre o universo lúdico, além de ter a liberdade de expressar-se, aspecto que permite o desenvolvimento integral dos indivíduos (Breu, Nishimura; Marques, Alvarenga, 2020 p.36).

Nesse viés, destaca-se que a sétima arte pode abrir muitas portas para os alunados e fortalecer a imaginação e sonhos que muitos deles tinham sobre como a arte cênica vai ajudar eles durante sua trajetória de vida.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas, assim como a adoção de conteúdos disciplinares relativos às Artes Cênicas, segundo a literatura consultada, gera impacto positivo na vida dos educandos. Esse tipo de ensino pode despertar a criatividade, a comunicação, pode incentivar o enfrentamento da timidez, como também a vergonha em falar em público e sua oratória, entre outros métodos que podem ser ampliados e aperfeiçoados. Como um despertar de aptidões, a experiência dramatúrgica na vida escolar pode fazer com que os estudantes se interessem pela formação técnica ou superior em Teatro.

Porém, os atuais parâmetros e propostas curriculares, como instituídas pelo Ministério da Educação (MEC), não oferecem disciplinas e outros componentes curriculares em Artes Cênicas. Acabam assim por privar os estudantes de diversas oportunidades e vivências. Por outro lado, verifica-se que as instituições e sistemas de ensino privado, cuja comunidade escolar tem um nível de instrução mais elevado e adquirem para seus dependentes o direito de uma Educação mais bem qualificada,

encontram-se estabelecidos em estruturas escolares com ensino de Artes Cênicas. É possível, em muitas escolas privadas, assistir à peças de teatro, concertos e apresentações diversas, com regularidade, protagonizadas pelos próprios alunos. Isso não nos parece uma diferença inocente.

Desse modo, segundo Reverbel (1979):

[...] para que o teatro exerça sua real função na educação é necessário que contribua para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do educando, que integre seus desejos e anseios, que respeite as etapas de seu pensamento, que evolua do concreto para o abstrato a fim de favorecer uma visão de vida integral, repleta de descobertas (Reverbel, 1979).

Portanto, segundo Reverbel, o teatro contribui em muitos aspectos da vida dos estudantes. Desse modo, nos é dado pensar que esses conteúdos e experiências podem desenvolver uma vida mais abrangente no meio educacional, que favorece um mundo de novas experiências e saberes educacionais e profissionais. Como habilidades e competências sociais, podem obter a chance de trabalhar com projetos artísticos, e levando esse trabalho para outros alunos poderem também ter essa mesma oportunidade de estudo.

Nesta perspectiva, é válido ressaltar que as encenações são importantes para que os estudantes possam instruir-se a valorizar as culturas da cidade ou Estado na qual vivem, já que muitos brasileiros costumam a adotar as culturas de outros países sem ao menos conhecer a da própria região. Da mesma forma, conhecer as práticas teatrais valoriza os artistas sergipanos que não são conhecidos pela malha social. Diante disso, nota-se outro importante papel da teatralidade na vida escolar, pois com essa prática desperta no alunado um grande prazer pela leitura, além de criarem uma linha entre o conhecimento científico e artístico, no qual promove a liberdade de aprender de uma forma mais libertadora.

Dessa forma, segundo Cananéa (2016), observa-se:

[...] Fortalecer em seus protagonistas a descoberta e o exercício de suas potencialidades e talentos artístico-culturais, sem abdicar de ajudá-los também a identificar e a superar os próprios limites, pelo exercício contínuo da autocrítica (Cananéa, 2016, p. 170).

Nessa perspectiva, podemos observar que a exiguidade educacional gera em torno das artes cênicas, uma lacuna entre as formas de aprendizagem que os discentes podem desenvolver com outras disciplinas como ciências humanas, linguagens e matemática e natureza. Estas áreas do conhecimento também podem ser trabalhadas em

forma de peças teatrais, para a interação dos estudantes, o que vai despertar neles a criatividade, a forma de interação com outras pessoas. No entanto, falta uma postura do Poder Público, junto ao Ministério da Educação, como forma de trazer o teatro para dentro das escolas e colocá-lo como uma forma de linguagem.

Dessa maneira, segundo Pereira, Fazzioni e Marques (2022, p. 19).

[...] Ao considerar a escola como essa comunidade de apropriação, em que as crianças são atravessadas por experiências, saberes e aprendizados, a pouca qualificação das(os) professoras(es) para trabalhar com o teatro, acaba banalizando as experiências das crianças com a linguagem teatral.

Logo, é válido discutir se a representação teatral pode ser estudada, apresentada e mostrada como uma forma de linguagem, expressão e conteúdo relevante ao ensino, nos níveis básico, fundamental e médio da Educação, como recomendação de que seja inserida nas práticas pedagógicas e nas estruturas curriculares, fazendo com que os estudantes possam desenvolver novas formas de aprendizagem e adquirindo experiência ao longo de sua jornada no cenário educacional, mostrando a importância da sétima arte no ambiente educacional quanto fora dele, valorizando assim, os artistas do nosso país.

## **2. METODOLOGIA**

Do ponto de vista da configuração da pesquisa aqui apresentada, abordagem é quantitativa, já que foram coletados dados coletados para obter respostas sobre o tema apresentado. Para que a pesquisa não representasse um risco à exposição pessoal dos depoentes, ela não coletou quaisquer dados sensíveis e foi apenas voltada para conteúdos opinativos, sem teste de conhecimentos. Desse modo, está dispensada de solicitação prévia de parecer do Comitê de Ética (CEP).

A natureza da pesquisa é aplicada, uma vez que, após os estudos bibliográficos, a mesma foi desenvolvida em campo. A seleção das instituições escolares sergipanas foi feita, considerando a proximidade da moradia dos pesquisadores, uma vez que existiam questões de tempo e também de recursos financeiros para deslocamento.

Os objetivos foram explicativos e exploratórios. O objetivo geral foi o de verificar a ausência dos conteúdos de Artes Cênicas, nos currículos do Sistema Público Escolar do Estado de Sergipe. Os objetivos específicos foram os de observar: as dificuldades de encaixar a representação teatral no modelo curricular; a pouca valorização do ensino de artes cênicas.

O procedimento utilizado na observação de campo foi uma pesquisa de dados coletado a partir do *Google Forms*, com questionário direcionado a instituição de Ensino Fundamental e Médio. Com finalidade de chegar a uma conclusão sobre o tema do artigo o questionário foi feito no dia 22 até o dia 27 e obtivemos 49 respostas. O questionário foi direcionado a alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental aos 1º, 2º e 3º Série do Ensino Médio. A aplicação, que foi feita por meios remotos, ocorreu no mês de setembro de 2023, após obter autorização da direção das escolas.

Todos os conteúdos exibidos no capítulo e dados apresentados são fruto da coleta aqui descrita. Por isso, os detentores dos direitos autorais e responsáveis pela veracidade dos conteúdos são os autores, assim como os conhecimentos utilizados de outros autores encontram-se identificados e citados, respeitando à Lei nº 9.610/98.

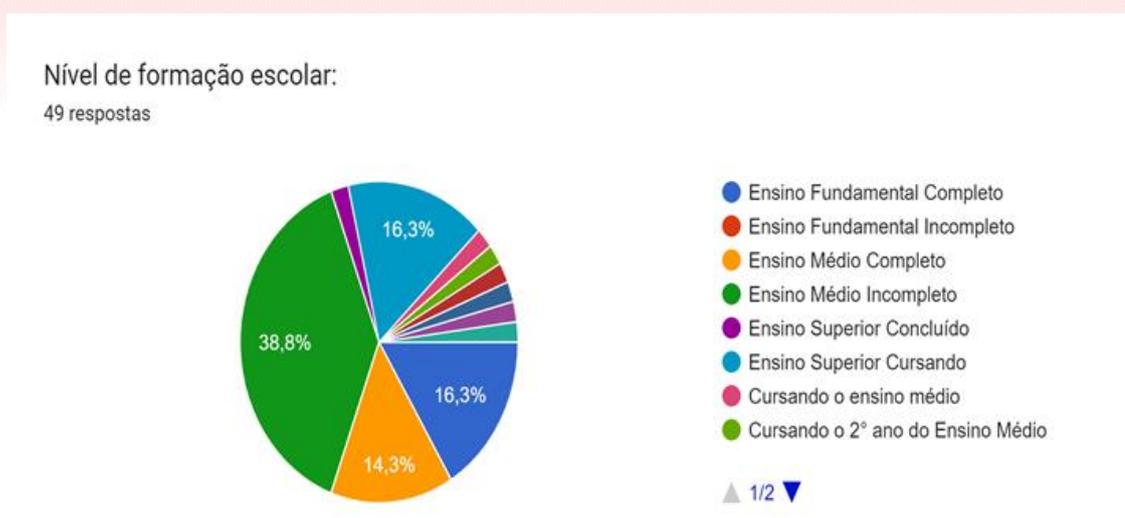
### **3. ANÁLISE DOS DADOS**

Durante o período inicial da pesquisa, observamos que as escolas públicas sergipanas não trabalham com o ensino de Artes Cênicas, pois não se encontram presentes na estrutura curricular, o que gera uma escassez das representações teatrais e a pouca participação dos estudantes dentro das salas de aula. Contudo, para sabermos mais sobre essa problemática, montamos um questionário na plataforma do *Google Forms*, direcionado aos estudantes de escolas públicas de Sergipe. Logo, as perguntas eram voltadas sobre se havia introdução de Teatro nas escolas, a conclusão de ensino escolar e entre outros.

O objetivo desses dados coletados foi o de observar o ambiente escolar da educação pública em Sergipe, verificando se são perceptíveis as Artes Cênicas. Não podemos, contudo, saber muito sobre a razão dessa ausência, mas identificamos como ser algo preocupante na vida de todos não somente os estudantes. É visível que poucas escolas trabalham com Teatro, independente de disciplina estar inserida na estrutura curricular. Sabemos, por meio da praça de estágio, que as escolas sergipanas normalmente não possuem professores nessa área.

Para que seja possível conhecer a distribuição da amostra de estudantes sergipanos que responderam ao questionário, a mesma foi apresentada como dado de pesquisa. Pudemos constatar que foram ouvidos estudantes de todos os níveis, do fundamental ao médio. O maior número é de estudantes que se encontram em nível médio (figura 1).

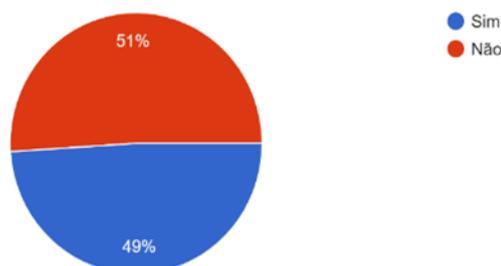
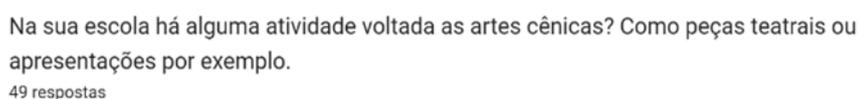
**Figura 1:** Nível de formação escolar dos respondentes



**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

Em seguida, perguntamos sobre a percepção das práticas teatrais durante a vida escolar. A observação dos dados nos leva a concluir que muitos dos alunos questionados tiveram dúvidas a respeito de como responder à esta questão. Mais da metade dos estudantes (51%) respondeu que não havia atividades teatrais ou dramatizações na prática pedagógica, enquanto os demais afirmaram que isto ocorria. Isso nos dá ideia de que, para que esses alunos possam interessar-se pelas Artes Cênicas, é necessário que profissionais com formação em Artes estejam presentes na equipe de professores ou especialistas, para trazer definições e vivências (Figura 2).

**Figura 2:** Percepção da prática teatral na educação sergipana pelos estudantes

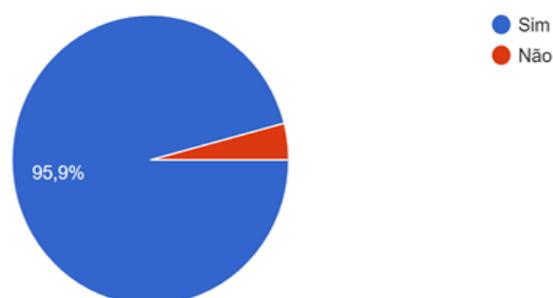


**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

A ausência das Artes Cênicas em sala de aula passa ser algo bastante complicado. Existe as divisões em práticas e teóricas, porém são poucas vista, poucas usada. Quando se discute sobre ausência das artes em sala de aula, em instituição educacional ela vai além dos planos de aula, além dos planos de aula que o profissional se encontra exercendo aquela função, já que na maioria ocorre de outros professores terem matérias e componentes curriculares de Artes atribuídos.

**Figura 3:** Dinamização das aulas com o Teatro

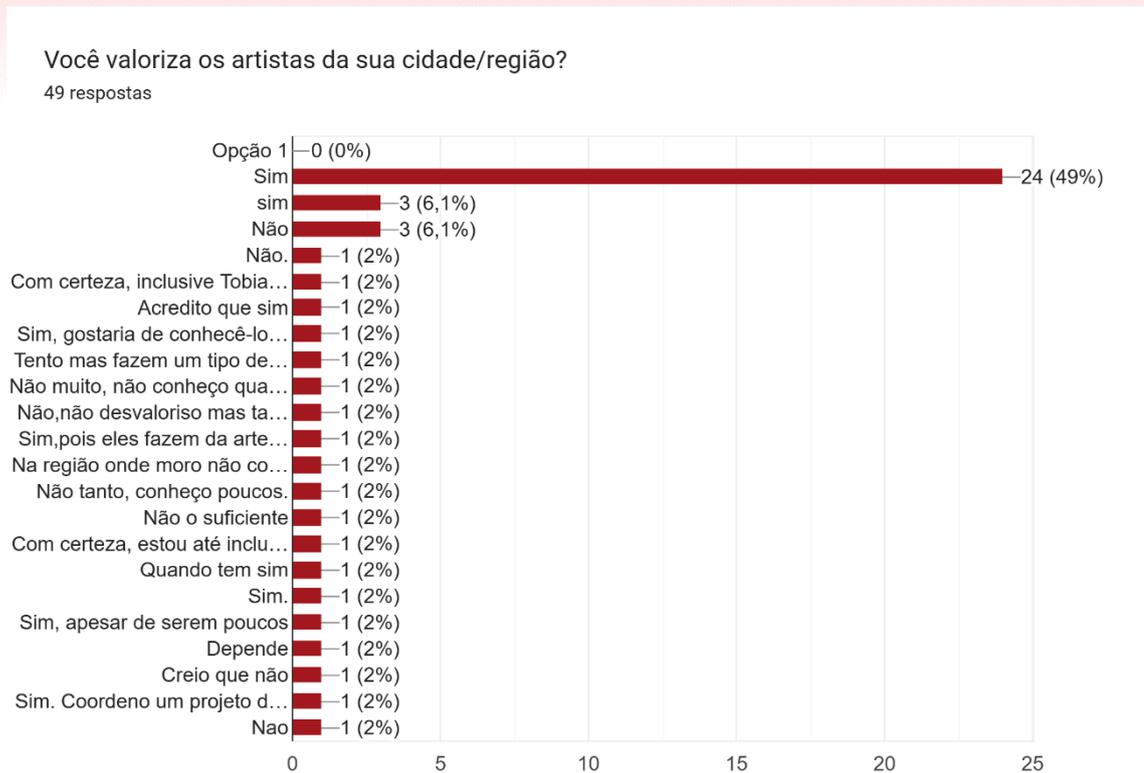
Você acha que o Teatro poderia ajudar a tornar as aulas mais dinâmicas e auxiliar no aprendizado?  
49 respostas



**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

Apesar do pouco conhecimento sobre o Teatro e suas aplicações no cotidiano de sua formação escolar, os estudantes ficaram muito empolgados com a possibilidade de tornar suas aulas mais dinâmicas com as técnicas teatrais. Opinaram, de forma muito relevante em suas respostas, sobre a inserção do Teatro nas aulas, com 95% de aceitação (figura 3). Certamente, o crescimento e o sucesso dos atores e artistas sergipanos, assim como a gravação de filmes e séries televisivas em território sergipano, aumentou sensivelmente o número de fãs e valorizadores dos artistas.

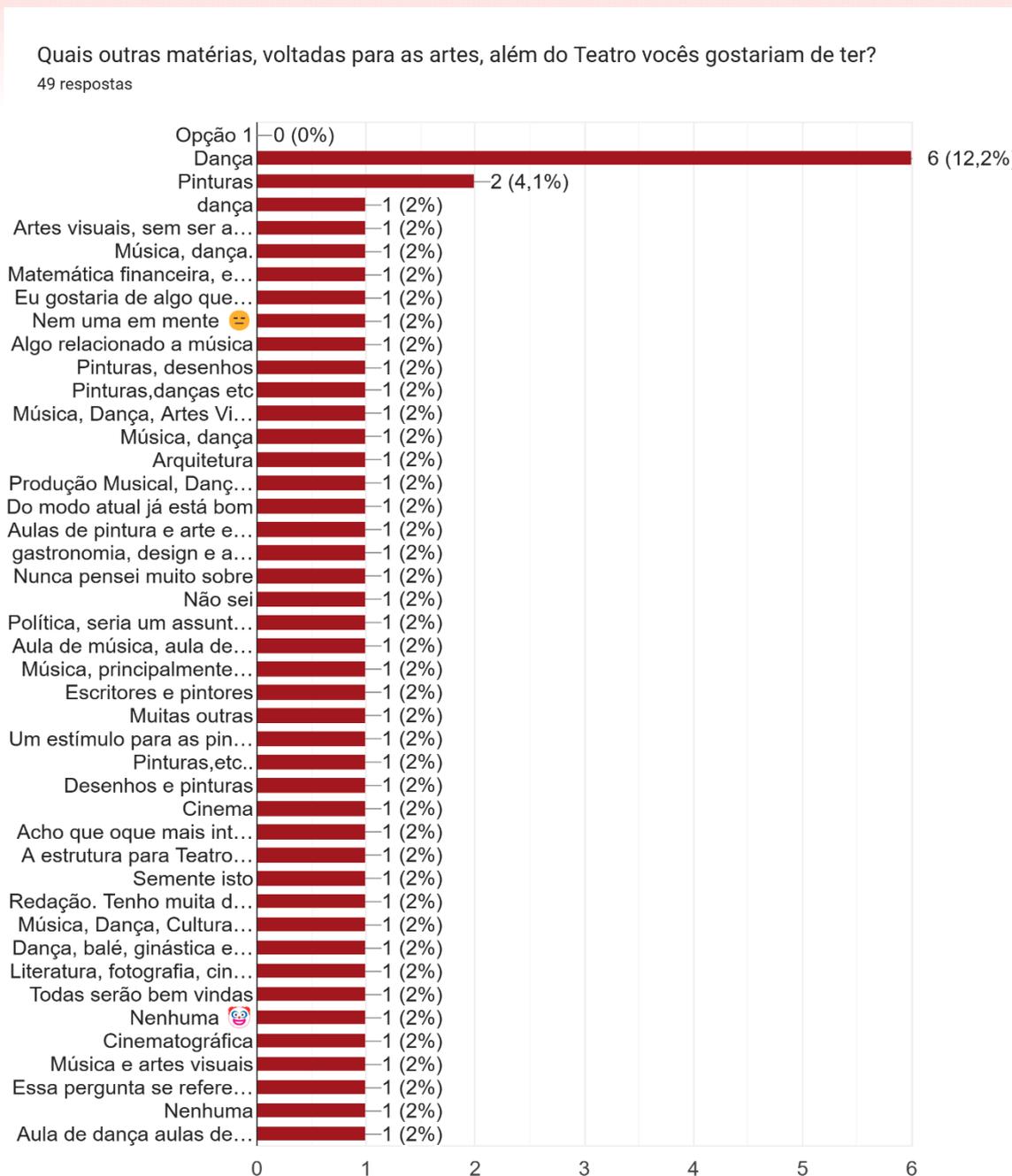
**Figura 4:** Valorização dos Atores e Artistas Sergipanos



**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

Podemos observar que na pergunta sobre se os alunos valorizam os artísticas da sua cidade/ região, muitos responderam que acredito que sim, com certeza, não muito, não conheço, porém como a média maior foi sim acreditamos que uma boa parte dos estudantes conhecem os artistas. Contudo, constatamos que utilizar o teatro como uma forma de ensinar aos estudantes se torna algo que auxilia no aprendizado e no raciocínio, podendo tornar a aula menos metodológica e mais divertida, garantindo assim, uma aprendizagem maior sobre o conteúdo. Pensando nisso, trabalhamos também no questionário a respeito de quais outras disciplinas e conteúdos poderiam ser colocadas na grade curricular do ensino médio, uma das mais voltadas foi a dança, com 12,2% dos educandos escolhendo essa matéria. (Figura 5).

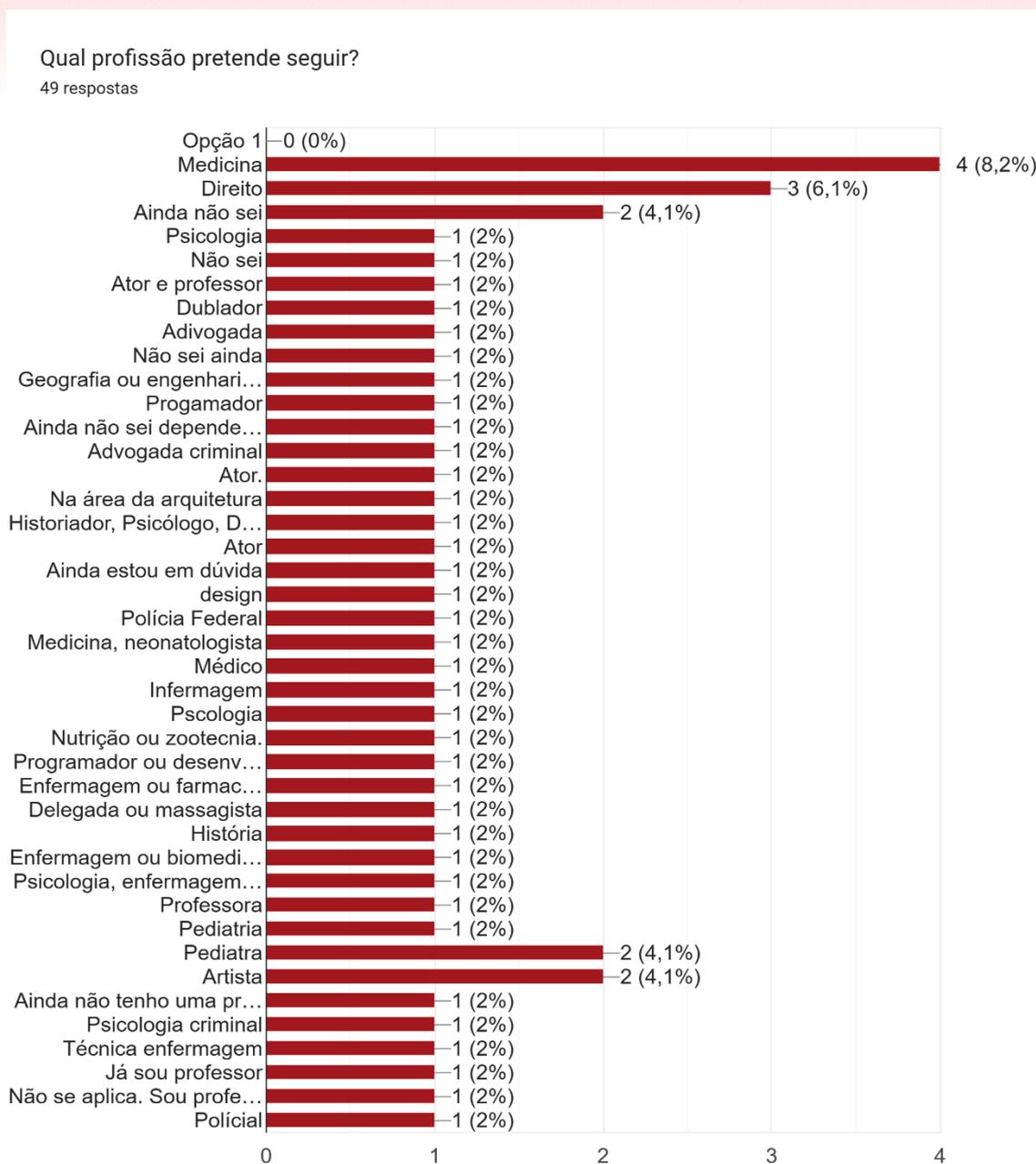
**Figura 5:** Preferência por disciplinas em Artes dos alunos sergipanos



**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

Outro questionamento se referiu à quais matérias, voltadas para as artes, além do teatro, “vocês gostariam de ter”. As respostas variaram: cinema, desenhos e pinturas, música, dança, outros, nenhuma, e muitos acreditam que a escola não tem estrutura para acrescentar novas matérias nas instituições.

**Figura 6:** Teatro como opção de carreira profissional



**Fonte:** Dados de Pesquisa (2023).

Outro ponto bastante interessante que foi destacado foi o quanto as Artes Cênicas, não são faladas como opção de estudos em Nível Superior, e profissionalização. Muitos estudantes optam por fazer outros tipos de curso. Compreende-se que é uma carreira pouco conhecida e desvalorizada pela população. No

gráfico 6, podemos observar uma quantidade muito baixa de interessados em cursar teatro, já em relação a outros tipo cursos são mais altos como medicina que 8,2% dos estudantes que querem se formar como doutores. (Figura 6).

Nesse sentido, queríamos saber sobre a profissão que eles gostariam de seguir, muitos deles optaram por, Geografia ou engenharia, história ou psicologia, medicina ou nutrição, alguns queriam ser atores e outros ainda não sabem o que querem seguir, demonstrando então, o pouco incentivo de teatro na escola o que leva a não quererem cursar uma licenciatura em teatro.

A análise não apenas quer chegar a uma conclusão, mas também debates, para ampliar o conhecimento e fortalecer a importância das artes na rotina escolar. O benefício dela em ação, e o porquê dela ser tão fundamental para a vida de todos. Sabemos que existe um longo caminho para a aproximação da cultura escolar e do que nos espera no mundo extramural da escola.

É preciso estar atento, contudo, a questão da ascensão das profissões nas quais as Artes Cênicas são importantes, associadas ou não à educação. O exemplo mais evidente é o dos *influencers*, pessoas que mediam conteúdos diversos, apresentam experiências sociais, tecem considerações e críticas sociais, normalmente por meio de uma “persona”. Este personagem, criado para promover uma aproximação com o público, é claramente fruto de arte dramática. Mas, o resultado é muito diverso, quando o *influencer* não conhece a técnica teatral e não consegue desligar-se de sua persona, nos momentos da vida pública ou vida privada. Esta será uma importante questão para o séc. XXI.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que durante o trabalho de pesquisa, grande parte do acesso às Artes Cênicas, em especial ao ambiente e conteúdo do Teatro, nas escolas sergipanas é algo que precisa ser desenvolvido e aplicado. O Teatro é uma área do conhecimento rica, que vai ajudar não só os estudantes a despertar outras formas artísticas, como a própria valorização dos professores que cursam licenciatura em Teatro. No entanto, a falta de uma postura do Poder Executivo ao não valorizar as manifestações artísticas, que pode ser detectada nas políticas públicas do MEC e na pouca variação apresentada pela SEED/SE, ocasiona uma grande escassez de professores com licenciatura em Artes dentro do âmbito educacional.

Os estudantes, cuja opinião não tem sido buscada na construção de sua educação, estão desejosos de receberem os conteúdos do Teatro e outros artísticos. É preciso que os mesmos sejam ministrados por profissionais especializados, no caso, os licenciados em Teatro, Artes, Design e outros relevantes campos, que tem sido substituídos por leigos na área, justamente nas poucas ocasiões em que são contemplados nas estruturas curriculares.

Frente a essa problemática, é essencial analisar minuciosamente cada um dos dados e compreender verdadeiramente como os alunos percebem o conceito de arte e qual é sua relevância no contexto educacional. À medida que examinamos os resultados que obtivemos, observamos respostas consistentes, porém, simultaneamente, surgem dúvidas em relação ao que foi questionado, o que suscita indagações acerca da carência de programas artísticos nas instituições de ensino, o que, por sua vez, dificulta a capacidade dos alunos em elaborar respostas reflexivas sobre o significado das artes em suas vidas.

Dessa maneira, há pontos positivos a respeito da sétima arte, nos quais os estudantes mostram um interesse solido pelo ensino das artes nas escolas seja como uma matéria ou até mesmo um momento de descontração, para que os educandos possam expressar suas habilidades, fazendo então, o professor conhecer um pouco mais sobre cada um. Porém a pontos negativos como o fato de muitos não conhecerem a teatralidade e qual função ela possui tanto em sociedade quanto no ambiente escolar, o que dá uma abertura para a desvalorização desse ensino deixando a mercê os estudantes sobre opinarem acerca das artes cênicas.

Nesse contexto, compreendemos que podemos disponibilizar oficinas de Artes Cênicas nas escolas como meio de fomentar os sentimentos relacionados ao Teatro, ressaltando sua importância nas vidas dos estudantes e como pode contribuir para a superação de seus medos e inseguranças. Isso, por sua vez, culminaria na oportunidade para os estudantes demonstrarem seus talentos e conhecimentos excepcionais no que diz respeito à representação teatral, e ainda podendo desenvolver uma ligação entre ciências e artes como esses dois podem entrar em conjunto, por meio de feiras de ciências.

Também verificamos a importância da aproximação da Universidade, por meio de práticas de extensão, mobilizando assim as comunidades escolares a conhecer e familiarizar-se com as Artes Cênicas e suas aplicabilidades nas práticas pedagógicas, assim como na empregabilidade e no empreendedorismo dos egressos da educação.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Rebecca Tavares Nishimura; MARQUES, Daniella Domingues Alvarenga, A importância do teatro em sala de aula. **Revista Científica da Pós-Graduação UniFCV**, 2020, Edição 01, Volume 06, pág. 30- 41, link de acesso: v. 6 n. 1 (2020) | DIVERSITÀ: Revista Multidisciplinar do Centro Universitário Cidade Verde (unifcv.edu.br), acesso em: 26/08/2023).
- CANANÉA, Fernando A. Abath L. C. **Educação popular e identidade cultural**. João Pessoa: Imprell Gráfica Editora, 2016. link de acesso: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Livro-EDUCAC%CC%A7A%CC%83O-POPULAR-E-IDENTIDADE-CULTURAL.pdf>. Acesso em: 01/10/2023.
- PEREIRA, D. de M.; FAZZIONI JÚNIOR, M. .; MARQUES, A. P. G. Problematizando paradigmas do Ensino do Teatro com crianças na Rede Pública de Ensino de Santa Maria (RS). **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–23, 2022. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.25.16249.003.
- REVERBEL, Olga Garcia. **O Teatro na Sala de Aula**. Edição nº 02, Rio de Janeiro: Editora J. Olympio, 1979, p. 155.

# CAPÍTULO 34

## ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR: avaliação de gastos e ganhos *HOSPITAL ADMINISTRATION: evaluation of expenses and profits*

 10.5281/zenodo.10120804

Heráclito Carlos Gomes da Silva <sup>1</sup>  
Rebeca Ferreira Nery <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Graduando em Administração. Universidade Federal do Piauí – UFPI. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0140-0968>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5891459022744383>. E- mail: [heraclitocarlos@outlook.com](mailto:heraclitocarlos@outlook.com)

<sup>2</sup> Graduanda em Enfermagem. Faculdade São Francisco da Paraíba - FASP. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-8924-6546>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4234447327686990>. E- mail: [rebecafnery@outlook.com](mailto:rebecafnery@outlook.com).

### RESUMO

No âmbito da administração hospitalar, é imperativo compreender a verdadeira situação dos custos e lucros, pois são esses dados que orientam esforços para aprimorar a empresa, evitando desperdícios e maximizando os lucros, mantendo-a competitiva no mercado. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é fundamentar a importância de obter valores reais sobre custos e lucros na Administração Hospitalar. Este estudo propõe-se a realizar uma revisão integrativa da literatura no contexto da administração hospitalar, adotando métodos para sintetizar os resultados de estudos relacionados à avaliação de gastos e ganhos. Para nortear a formulação da pergunta central, emprega-se a estratégia PICO. Os resultados desta pesquisa, respaldados pelos estudos relevantes, destacam a importância crítica de obter valores reais sobre custos e lucros na Administração Hospitalar. Os estudos revisados destacaram a importância vital de uma gestão financeira eficiente nos hospitais para garantir a sustentabilidade e qualidade dos serviços. A implementação de estratégias inovadoras, como sistemas avançados de controle financeiro e a adoção de práticas para redução de custos, emergiram como aspectos essenciais na busca por otimizar o equilíbrio entre gastos e ganhos.

**Palavras-chave:** Administração Hospitalar. Avaliação de Gastos. Lucros. Sustentabilidade.

### ABSTRACT

In the scope of hospital administration, it is imperative to understand the true situation of expenses and profits, as these data guide efforts to improve the company, avoid waste, and maximize profits, keeping it competitive in the market. Thus, the objective of this research is to substantiate the importance of obtaining real values about costs and profits in Hospital Administration. This study aims to conduct an integrative literature review in the context of hospital administration, adopting methods to synthesize the results of studies related to the evaluation of expenses and profits. To guide the formulation of the central question, the PICO strategy is employed. The results of this research, supported by relevant studies, emphasize the critical importance of obtaining real values about costs and profits in Hospital Administration. The reviewed studies highlighted the vital importance of efficient financial management in hospitals to ensure sustainability and quality of services. The implementation of innovative strategies, such as advanced financial control systems and the adoption of practices for cost reduction, has emerged as essential aspects in the pursuit of optimizing the balance between expenses and profits.

**Keywords:** Hospital Administration, Expense Evaluation, Profits, Sustainability.

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito da administração hospitalar, é imperativo compreender a verdadeira situação dos custos e lucros, pois são esses dados que orientam esforços para aprimorar a empresa, evitando desperdícios e maximizando os lucros, mantendo-a competitiva no mercado. Como destacado por Smith et al. (2021), o setor de saúde enfrenta uma crescente competitividade, impondo desafios aos gestores na busca por manter um negócio sólido com custos controlados, qualidade elevada e lucratividade atrativa, uma tarefa que está longe de ser fácil.

A otimização dos processos internos nesse contexto é crucial para que a organização possua controles eficientes, bem como informações oportunas e confiáveis, fundamentais para as tomadas de decisões. Isso possibilita que a instituição se mantenha competitiva e financeiramente saudável, especialmente em um cenário onde os custos hospitalares continuam a aumentar (Johnson & Brown, 2022).

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é fundamentar a importância de obter valores reais sobre custos e lucros na Administração Hospitalar. Conforme discutido por Williams et al. (2020), a empresa, atualmente, busca aprimorar seus processos internos e planeja expansão futura, buscando novas parcerias e investimentos para melhor atender o público. A ideia central deste artigo é destacar a necessidade de obter informações precisas sobre custos e lucros, propondo novos objetivos para aprimorar tanto a quantidade quanto a qualidade dos atendimentos.

A grande questão central, conforme apontado por Clark et al. (2021) é entender a relevância da análise de custos e lucros para uma clínica hospitalar. Portanto, os conceitos fundamentais relacionados ao tema foram explorados para permitir a devida alocação dos dados e sua apresentação posterior aos administradores.

## 2. METODOLOGIA

Este estudo propõe-se a realizar uma revisão integrativa da literatura no contexto da administração hospitalar, adotando métodos para sintetizar os resultados de estudos relacionados à avaliação de gastos e ganhos. Para nortear a formulação da pergunta central, emprega-se a estratégia PICo (Quadro 1):

**Quadro 1:** Aplicação da estratégia PICo na Revisão Integrativa da Literatura sobre Avaliação de Gastos e Ganhos na Administração Hospitalar.

ACRÔNIMO	DEFINIÇÃO	APLICAÇÃO
P	Paciente	Profissionais da Área Financeira em Hospitais,

<b>I</b>	Intervenção	Implementação de Sistemas de Controle Financeiro
<b>C</b>	Comparação	Hospitais sem Estratégias Específicas de Controle de Gasto
<b>O</b>	Resultado	Impacto na Sustentabilidade Financeira do Hospital

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2023.

Esta revisão de literatura foi conduzida por meio da exploração das bases de dados pertinentes à administração hospitalar, com foco na avaliação de gastos e ganhos. Utilizando descritores específicos relacionados à gestão financeira hospitalar, foram pesquisados os bancos de dados relevantes para reunir um conjunto abrangente de trabalhos.

Critérios de inclusão foram estabelecidos, considerando artigos completos publicados nos últimos dez anos (2013-2023), em inglês, espanhol e português. A triagem inicial envolveu a análise minuciosa de títulos e resumos, seguida pela leitura completa dos artigos elegíveis. Foram excluídos aqueles que não estavam alinhados aos objetivos específicos da revisão, incluindo teses, dissertações e revisões. Duplicatas de artigos não foram consideradas.

Ao final do processo de seleção, um total de 16 artigos foi escolhido para compor a amostra final, representando um conjunto relevante de estudos voltados para a avaliação de gastos e ganhos na administração hospitalar.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa, respaldados pelos estudos relevantes, destacam a importância crítica de obter valores reais sobre custos e lucros na Administração Hospitalar. A análise aprofundada de artigos como os de Oliveira (2023), Silva (2022) e Carvalho (2021) revela consistentemente que a gestão eficaz de custos e lucros emerge como uma ferramenta indispensável para a operação bem-sucedida de instituições hospitalares.

O estudo de Oliveira (2023) ressalta a relevância da análise detalhada de custos e lucros, enfatizando sua contribuição para a gestão hospitalar. A pesquisa destaca que a compreensão precisa desses valores é fundamental para tomar decisões informadas, otimizar recursos e assegurar a eficiência financeira, garantindo, assim, a sustentabilidade a longo prazo.

O trabalho de Silva (2022) destaca a gestão de custos e lucros como uma ferramenta estratégica para a competitividade no setor hospitalar. Os resultados indicam que organizações que adotam práticas eficazes nessa área estão mais bem posicionadas para enfrentar desafios do mercado, destacando a relação direta entre a gestão financeira sólida e a competitividade.

O estudo de Carvalho (2021) enfoca a gestão de custos e lucros como uma ferramenta de transparência no setor hospitalar. A pesquisa destaca como a divulgação clara dessas informações não apenas promove a transparência, mas também constrói confiança com partes interessadas, incluindo pacientes, colaboradores e investidores.

Os estudos revisados convergem para a conclusão de que a gestão eficaz de custos e lucros não é apenas uma necessidade operacional, mas também um imperativo estratégico para os hospitais. Em consonância com Oliveira (2023), a obtenção de uma visão clara e precisa dos custos associados às operações hospitalares permite uma alocação mais eficiente de recursos, minimizando desperdícios e otimizando a relação custo-benefício. Essa abordagem orientada para dados não apenas fortalece a tomada de decisões internas, mas também contribui para a sustentabilidade financeira a longo prazo.

O estudo de Silva (2022) destaca ainda a importância da gestão de custos e lucros como uma ferramenta estratégica para a competitividade no setor hospitalar. Em um ambiente cada vez mais desafiador, onde a concorrência é intensa, as organizações de saúde que conseguem administrar eficazmente seus recursos financeiros não apenas sobrevivem, mas prosperam. A capacidade de adaptar-se às mudanças do mercado e investir em tecnologias inovadoras é intrinsecamente ligada à gestão sólida de custos, como enfatizado por Silva (2022).

Adicionalmente, Carvalho (2021) contribui para a discussão ao ressaltar a gestão de custos e lucros como uma ferramenta de transparência no setor hospitalar. A divulgação aberta e acessível dessas informações não apenas promove a confiança entre as partes interessadas, mas também atua como um indicador de responsabilidade e integridade institucional. A transparência financeira, como sugerido por Carvalho (2021), não é apenas uma prática ética, mas também uma estratégia que fortalece a reputação da instituição e solidifica sua posição na comunidade e no mercado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão integrativa da literatura sobre administração hospitalar, com foco na avaliação de gastos e ganhos, proporcionou uma visão abrangente do estado atual do conhecimento nesse domínio crucial. A análise criteriosa de uma amostra representativa de artigos selecionados permitiu identificar tendências, lacunas e insights significativos.

Os estudos revisados destacaram a importância vital de uma gestão financeira eficiente nos hospitais para garantir a sustentabilidade e qualidade dos serviços. A implementação de estratégias inovadoras, como sistemas avançados de controle financeiro e a adoção de práticas para redução de custos, emergiram como aspectos essenciais na busca por otimizar o equilíbrio entre gastos e ganhos.

Além disso, a revisão enfatizou a necessidade de considerar não apenas os aspectos quantitativos, como eficiência na alocação de recursos e impacto na sustentabilidade financeira, mas também os elementos qualitativos, como a qualidade do atendimento ao paciente e a satisfação dos profissionais de saúde.

Contudo, é crucial reconhecer as limitações desta revisão, incluindo a dependência da disponibilidade de artigos nos bancos de dados selecionados e a restrição ao período dos últimos cinco anos. Futuras pesquisas devem continuar a explorar novas abordagens e estratégias inovadoras para a administração hospitalar, visando aprimorar continuamente a eficiência financeira e, por conseguinte, a qualidade dos cuidados oferecidos.

#### REFERÊNCIAS

CARGNELUTTI CERETTA, Jordana; MARIA SEIBERT, Rosane; CATELAN CALLEGARO, Ana Rita. Gestão hospitalar: a auditoria operacional como ferramenta estratégica para o controle de desperdícios. **GeSec: Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 3, 2023.

CERETTA, Jordana Cargnelutti; SEIBERT, Rosane Maria; CALLEGARO, Ana Rita Catelan. Gestão hospitalar: a auditoria operacional como ferramenta estratégica para o controle de desperdícios. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 14, n. 3, p. 2663-2675, 2023.

DA SILVA, João Edson. **Contribuição ao estudo de custos da saúde no Brasil: um enfoque sobre custos hospitalares no setor público**. Editora Dialética, 2022.

JOHNSON, A.; BROWN, B. Tecnologias Emergentes na Gestão de Custos Hospitalares. **Revista de Economia da Saúde**, vol. 15, n. 4, p. 120-135, 2022.

KORZENOWSKI, André Luis et al. GESTÃO HOSPITALAR EM HOSPITAIS PÚBLICOS NA PESQUISA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS: UM REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. **REVISTA FOCO**, v. 15, n. 1, p. e293-e293, 2022.

OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Organizador et al. **SUS: avaliação da eficiência do gasto público em saúde**. 2023.

OLIVEIRA, M. A. A importância da análise de custos e lucros na gestão hospitalar. **Revista de Administração Hospitalar**, v. 10, n. 1, p. 11-23, 2023.

ROEDER, Frederico de Carvalho. **Auditoria na administração hospitalar visando a redução de gastos**. 2020.

ROSARIO, Bruna de Freitas. **Análise e implementação do quadro Kanban como indutora na melhoria do fluxo de equipamentos médico hospitalares em uma empresa prestadora de serviço**. 2021.

SANTOS, Tiago José Saraiva. **Modelos de gestão hospitalar e avaliação financeira de ativos físicos médicos**. 2022. Tese de Doutorado.

SILVA, J. M. A gestão de custos e lucros como ferramenta de competitividade no setor hospitalar. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 4, n. 2, p. 21-34, 2022.

SILVEIRA, Tiago Bueno da. **Avaliação da percepção do cenário competitivo local em mercado de uma cooperativa médica após entrada de uma grande operadora verticalizada nacional: visão dos cooperados**. 2021. Tese de Doutorado.

SMITH, J.; SILVA, M. Análise dos Desafios na Administração Hospitalar. **Revista de Administração em Saúde**, vol. 8, n. 2, p. 45-56, 2021.

WILLIAMS, C.; MARTINS, P. Estratégias de Expansão e Melhoria em Clínicas Hospitalares. **Revista de Gestão em Saúde**, vol. 12, n. 3, p. 78-92, 2020.

# CAPÍTULO 35

## ACOMPANHAMENTO DO PUERPÉRIO NA ATENÇÃO BÁSICA: uma revisão narrativa de literatura *FOLLOW-UP OF THE PUERPERIUM IN PRIMARY CARE: a narrative literature review*

 10.5281/zenodo.10120824

Manuela Marinho de Andrade <sup>1</sup>  
Thifisson Ribeiro de Souza <sup>2</sup>  
Sabrinna Náira Vieira Brás <sup>3</sup>  
Carine Freitas Barbosa <sup>4</sup>  
Camila Freitas Barbosa <sup>5</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Medicina. Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: [manuelamarinhodeandrade9@gmail.com](mailto:manuelamarinhodeandrade9@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduando em Medicina. Universidade de Rio Verde - UniRV Campus Rio Verde. E-mail: [thifissonribeiro@gmail.com](mailto:thifissonribeiro@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduanda em Medicina. Faculdades Integradas Padrão - FIP Guanambi. E-mail: [sabrinna.bras@aluno.fip-gbi.edu.br](mailto:sabrinna.bras@aluno.fip-gbi.edu.br).

<sup>4</sup> Graduanda em Medicina. Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE. E-mail: [carinefreitasb@gmail.com](mailto:carinefreitasb@gmail.com).

<sup>5</sup> Médica. Centro Universitário dos Guararapes - UniFG. E-mail: [biiiafreitasb@gmail.com](mailto:biiiafreitasb@gmail.com).

### RESUMO

A gravidez é um fenômeno natural que envolve uma série de influências dentro da sociedade. Mais importante do que o fenômeno em si é a saúde da mulher, que deve ser profissionalmente acompanhada e apoiada. Considera-se importante a avaliação de critérios para perceber possíveis riscos na gestação que necessitem de uma atenção especializada. No entanto, sabe-se que a atenção básica muitas vezes é suficiente para algumas situações. Esta revisão narrativa de literatura reuniu informação de artigos das principais bases de dados objetivando identificar na literatura selecionada, quais fatores de risco permitem a realização do pré-natal pela equipe de atenção básica.

**Palavras-chave:** Cuidado Pré-Natal. Gravidez. Atenção Primária à Saúde.

### ABSTRACT

Pregnancy is a natural phenomenon that involves a series of influences within society. More important than the phenomenon itself is women's health, which must be professionally monitored and supported. It is considered important to evaluate criteria to understand possible risks during pregnancy that require specialized attention. However, it is known that basic care is often sufficient for some situations. This narrative literature review gathered information from articles from the main databases aiming to identify, in the selected literature, which risk factors allow prenatal care to be carried out by the primary care team.

**Keywords:** Prenatal Care. Pregnancy. Primary Health Care.

## 1. INTRODUÇÃO

A gravidez é um fenômeno natural que envolve uma série de influências dentro da sociedade. Mais importante do que o fenômeno em si é a saúde da mulher, que deve ser profissionalmente acompanhada e apoiada.

Nesta perspectiva, certos critérios foram criados com o objetivo de classificar uma gestação potencialmente de risco. Acerca deste processo, o Ministério da Saúde versa (BRASIL, 2012):

A gestação é um fenômeno fisiológico e deve ser vista pelas gestantes e equipes de saúde como parte de uma experiência de vida saudável que envolve mudanças dinâmicas do olhar físico, social e emocional. No entanto, devido a alguns fatores de risco, algumas gestantes podem apresentar maior probabilidade de evolução desfavorável. São as chamadas “gestantes de alto risco”.

Com o objetivo de reduzir a morbimortalidade materno-infantil e ampliar o acesso com qualidade, é necessário que se identifiquem os fatores de risco gestacional o mais precocemente possível. Dessa forma, o acolhimento com classificação de risco pressupõe agilidade no atendimento e definição da necessidade de cuidado e da densidade tecnológica que devem ser ofertadas às usuárias em cada momento.

De maneira geral, o acolhimento, em especial à gestante, objetiva fornecer não um diagnóstico, mas uma prioridade clínica, o que facilita a gestão da demanda espontânea e, conseqüentemente, permite que haja impacto na história natural de doenças agudas graves e potencialmente fatais, que, se não atendidas como prioridades, podem levar à morte, por exemplo, uma gestante com síndrome hipertensiva.

Portanto, é indispensável que a avaliação do risco seja permanente, ou seja, aconteça em toda consulta. Em contrapartida, quando são identificados fatores associados a um pior prognóstico materno e perinatal, a gravidez é definida como de alto risco, passando a exigir avaliações mais frequentes, muitas vezes fazendo-se uso de procedimentos com maior densidade tecnológica (p. 56-57).

Portanto, considera-se importante a avaliação de critérios para perceber possíveis riscos na gestação que necessitem de uma atenção especializada. Todavia, é notório que a atenção básica muitas vezes é suficiente para algumas situações (MARTIN e OSTERMAN, 2023; TURRENTINE *et al.*, 2023).

Diante da contextualização apresentada anteriormente, o estudo presente objetiva identificar na literatura selecionada, quais fatores de risco permitem a realização do pré-natal pela equipe de atenção básica.

## 2. METODOLOGIA

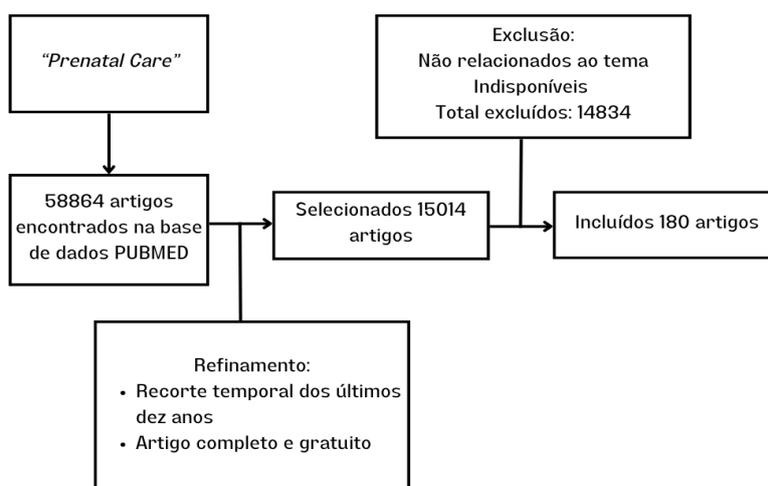
Trata-se de uma revisão narrativa de literatura que utilizou artigos publicados de forma gratuita nas bases de dados *National Library of Medicine (PUBMED)* e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*. Preferencialmente foram incluídos artigos cujo texto estava disponível nas línguas: inglesa, portuguesa e espanhola.

Utilizou-se o seguinte unitermo a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “*Prenatal Care*”. Ademais, buscou-se selecionar artigos publicados nos últimos

dez anos, sendo essa etapa da pesquisa de fundamental importância para manter dados atualizados acerca do objetivo almejado.

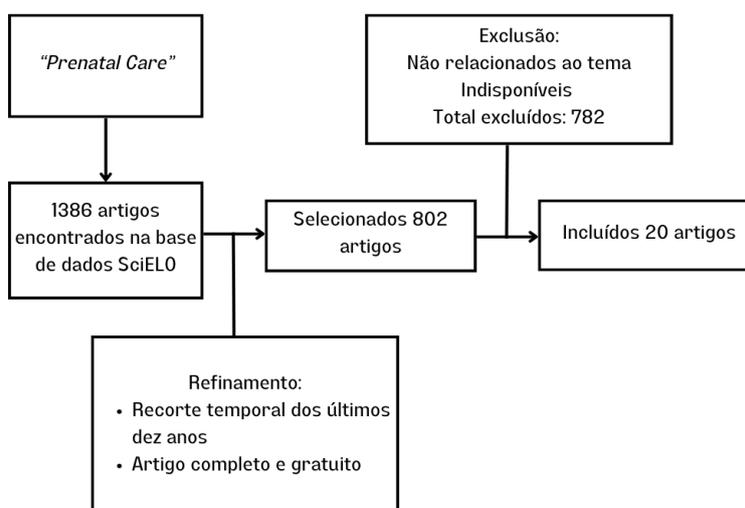
Os artigos foram selecionados em conjunto pelos autores deste estudo a partir da leitura dos títulos. Buscando uma literatura mais convergente ao tema, apenas 200 dos 15816 artigos encontrados foram explorados nesta revisão narrativa de literatura de alguma forma, conforme exemplificado nos fluxogramas a seguir:

**Imagem 1:** Metodologia de busca: base de dados PUBMED



**Fonte:** Autoria própria (2023).

**Imagem 2:** Metodologia de busca: base de dados SciELO



**Fonte:** Autoria própria (2023).

Vale ressaltar que livros referência na medicina também foram consultados. Essa etapa da pesquisa deu ao estudo mais assertividade no que diz respeito à definição de termos e análise de dados encontrados na literatura.

Todas as etapas da pesquisa (desde o projeto até a confecção dos resultados) foram realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2023.

### 3. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Após a análise da literatura selecionada pelos autores, pode-se considerar a divisão dos fatores de risco aqui mencionados em três grandes grupos que serão abordados a seguir.

Primeiramente, considera-se fatores relacionados à gravidez atual: ganho ponderal inadequado, infecção urinária e anemia. É comum que eles estejam vinculados a uma preocupação maior. Porém, tais situações podem ser manejadas pela atenção básica, tendo em vista que ela possui o suporte necessário para auxiliar a mulher admitida nos serviços de saúde nestes casos específicos.

Segundamente, os fatores relacionados à história reprodutiva anterior: recém-nascido com restrição de crescimento, prematuro ou malformado, macrosomia fetal, síndromes hemorrágicas ou hipertensivas, intervalo interpartal menor do que dois anos ou maior do que cinco, nuliparidade e multiparidade, cirurgia uterina anterior e três ou mais cesarianas (PIVA, VOGET e NUCCI, 2023; CAIRA-CHUQUINEYRA *et al.*, 2023).

Por fim, os fatores relacionados às características individuais da mulher e seu contexto sociodemográfico (por vezes desfavorável) também são foco da atenção básica: situação conjugal insegura, baixa escolaridade (considerado menor do que cinco anos de estudo regular), condições ambientais desfavoráveis, estatura física abaixo de 1,45 m, IMC que indique baixo peso, sobrepeso ou obesidade, ocupação de alto estresse e situação familiar insegura (CREQUIT *et al.*, 2023; MOHAMMADI *et al.*, 2023).

Ressalta-se que todos esses fatores citados envolvem diversos cenários. Pode-se dizer que o cuidado especial em entender o contexto em que a mulher está inserida é fundamental (ADAMI *et al.*, 2023).

Para que se tenha um bom manejo de todo o fenômeno da gravidez, é importante que a equipe de saúde forneça todos os meios disponíveis. Em um cenário de saúde mental adequado a equipe de saúde consegue agir de maneira mais precisa para o bem-estar geral da mãe (VEIGA *et al.*, 2023).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatores de risco que permitem a realização do pré-natal pela equipe básica incluem aqueles relacionados às características individuais da gestante (inclusive sua condição sociodemográfica) e à história de gravidez atual ou anterior. A equipe básica de saúde deve entender o contexto em que a mulher está inserida objetivando oferecer os melhores recursos possíveis, evitando consequências negativas para um fenômeno tão complexo da vida.

#### REFERÊNCIAS

ADAMI, A.G. *et al.* Adequacy of prenatal care and associated factors in the State of Rio Grande do Sul, Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, n. 68, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37878854/>.

BRASIL. Ministério da Saúde - **Cadernos de Atenção Básica: Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco**. Brasília, 2012.

CAIRA-CHUQUINEYRA, B. *et al.* Association between inadequate prenatal care and low birth weight of newborns in Peru: Evidence from a peruvian demographic and health survey. **Heliyon**, v. 9, n. 4, p. e14667, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC10102233/>.

CREQUIT, S. *et al.* Association between social vulnerability profiles, prenatal care use and pregnancy outcomes. **BMC Pregnancy Childbirth.**, v. 23, n. 1, p. 465, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37349672/>.

MARTIN, J.A.; OSTERMAN, M.J.K. Changes in Prenatal Care Utilization: United States, 2019-2021. **Natl Vital Stat Rep.**, v. 72, n. 4, p. 1-14, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37252688/>.

MOHAMMADI, S. *et al.* The Effectiveness of Prenatal Care Programs on Reducing Preterm Birth in Socioeconomically Disadvantaged Women: A Systematic Review and Meta-Analysis. **Iran J Nurs Midwifery Res.**, v. 28, n. 1, p. 20-31, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37250946/>.

PIVA, V.M.R.; VOGET, V.; NUCCI, L.B. Cesarean section rates according to the Robson Classification and its association with adequacy levels of prenatal care: a cross-sectional hospital-based study in Brazil. **BMC Pregnancy Childbirth.**, v. 23, b. 1, p. 455, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37340447/>.

TURRENTINE, M. *et al.* Frequency of Prenatal Care Visits: Protocol to Develop a Core Outcome Set for Prenatal Care Schedules. **JMIR Research Protocols**, v. 12: e43962, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37261946/>.

VEIGA, A.C. *et al.* Interprofessional qualification of prenatal care in the context of primary health care. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, p. 993-1002, 2023. Acesso em: 15 out. 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/37042908/>.

# CAPÍTULO 36

## QUESTÃO AMBIENTAL, VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL E ECOFEMINISMO:

### Análise dos sujeitos mais afetados

## ENVIRONMENTAL ISSUES, SOCIO-TERRITORIAL VULNERABILITY AND ECOFEMINISM:

### Analysis of the most affected subjects



Thalita da Silva Messias <sup>1</sup>  
Maria Emanuele do Rego Santos <sup>2</sup>  
Priscila Martins Gama da Silva <sup>3</sup>  
Isabel Vitória Barros de Sousa <sup>4</sup>  
Natália Estela Araújo Brandão <sup>5</sup>

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca, Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-9025-9765>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/4393587901523609>. E-mail: [thalitadasilvameessias2015@gmail.com](mailto:thalitadasilvameessias2015@gmail.com).

<sup>2</sup> Assistente Social Residente em Saúde Materno-Infantil pela Escola Multicampi de Ciências Médicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-1488-8656?lang=pt>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/9957989129580780>. E-mail: [emanuelersantos@gmail.com](mailto:emanuelersantos@gmail.com).

<sup>3</sup> Assistente Social Servidora Pública, Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-5746-6642>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0196913643588339>. E-mail: [priscila.assistentesocial87@gmail.com](mailto:priscila.assistentesocial87@gmail.com).

<sup>4</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão- UFMA. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-6012-7777>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4141858687883058>. Email: [isabel.barros@discente.ufma.br](mailto:isabel.barros@discente.ufma.br).

<sup>5</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná, polo Piripiri, Piauí. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-3927-0413>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/8402222800577791>. E-mail: [nataliaestelab@gmail.com](mailto:nataliaestelab@gmail.com).

## RESUMO

O presente estudo discute acerca da categoria gênero associada ao ecofeminismo e as questões ambientais, que modificadas pelo homem acarretam na degradação do meio ambiente e atingem sujeitos com vulnerabilidade socioterritorial, em questão as mulheres. Dessa forma, este trabalho visa uma discussão com criticidade, mostrando a relação da questão ambiental ligada à questão social.

**Palavras-chave:** Questão Ambiental. Ecofeminismo. Vulnerabilidade Socioterritorial.

## ABSTRACT

The present study discusses the gender category associated with ecofeminism and environmental issues, which, modified by men, lead to the degradation of the environment and affect subjects with socio-territorial vulnerability, in question women. Thus, this work aims at a critical discussion, showing the relationship between the environmental issue and the social issue.

**Keywords:** Environmental Issue. Ecofeminism. Socio-territorial Vulnerability.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva aprofundar o debate acerca da categoria gênero associada à vulnerabilidade socioterritorial, que impacta diretamente a vida das mulheres. Dessa forma, é imprescindível a compreensão acerca do conceito de ecofeminismo para que seja possível apreender qual a sua relação com a questão ambiental e a vulnerabilidade socioterritorial.

De acordo com Rodríguez (2000), o ecofeminismo socialista é definido como aquele ecofeminismo enraizado nas tradições marxistas oferecendo formas para compreender a natureza, os problemas ambientais e a relação de opressão das mulheres ligada à dominação/exploração injustificada da natureza que, no sistema capitalista e patriarcal, se dá entre as minorias políticas de forma estrutural e estruturante justamente por isso, diferentes indivíduos e grupos são mais afetados negativamente em razão do processo de exploração e opressão estabelecido pelo sistema (Cisne, 2018).

Nesse contexto, a crise ambiental a qual a sociedade contemporânea tem enfrentado está relacionada à crise estrutural do capital que emergiu em meados da década de 1970, onde é através da crise estrutural que ocorre o acirramento da questão social, uma categoria que expressa as desigualdades e lutas sociais, e suas refrações ocasionam a vulnerabilidade socioterritorial. Como elucida Siliprandi (2015, p. 45):

As conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em pauta no Ocidente pelo menos desde a década de 1960, período que eclodiram os movimentos da contracultura na Europa e nos Estados Unidos, questionando não apenas os grandes modelos políticos e econômicos –capitalismo e socialismo –, mas o conjunto das instituições sociais, as ideologias, os valores que regulavam os comportamentos dos indivíduos. Assim como denunciavam as relações opressivas entre os países –o imperialismo, a política armamentista, as guerras –, politizavam-se as relações pessoais, colocando-se em evidência os mecanismos de poder que estavam por trás do racismo, do sexismo e da postura irresponsável da humanidade para com o meio ambiente, por exemplo. Questionava-se um modelo civilizatório.

Beauvoir (1970, p. 10) aponta que: “a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; [...] Ela não é senão o que o homem decide que seja; [...] O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”. Essa afirmação refere-se ao fato de que na família antiga e na predominância atual do patriarcado, quem detinha a capacidade da vida era o homem, como responsável por trabalhar e sustentar a família.

Dessa forma, a inserção da mulher na economia familiar foi criada por meio da divisão do trabalho, do poder e da propriedade. Para o ecofeminismo, do ponto de vista político, a mulher é identificada com a natureza e o homem com a cultura, por isso, é superior. Contudo, as mulheres têm atuado como lideranças políticas, buscando sua autonomia e não mais apenas como esposas, sendo ativistas dos movimentos feministas, lutam pela preservação do meio ambiente para que as gerações futuras possam desfrutar.

As ecofeministas buscam o empoderamento e liberdade das mulheres e da natureza, considerando que não há liberdade nem solução para o colapso ecológico, em uma sociedade com relações baseadas na dominação, na degradação e na exploração, sendo indispensável uma mudança radical nos valores e relações socioeconômicas da sociedade (Flores; Salvador, 2015). Diante do exposto, é válido salientar que o ecofeminismo considera como fundamental a desconstrução do patriarcado e o questionamento ao modelo capitalista extrativista, que não seria possível sem a exploração da natureza e das mulheres.

A reflexão teórica em questão foi construída a partir de uma pesquisa bibliográfica, com uma abordagem qualitativa, que se baseou em diversas autoras como por exemplo, Simone Beauvoir, Mirla Cisne, Silvia Federici, dentre outras e outros que contribuem com pesquisas acerca da temática abordada. O texto está organizado de forma que se apreenda os aspectos teóricos relacionados à questão ambiental e ao ecofeminismo, bem como traz o conceito de antropoceno, ainda pouco conhecido, e sua relação com as mulheres.

A relevância social dessa pesquisa justifica-se na importância da participação política e social no ativismo ambiental e na atuação dos/as assistentes sociais na área ambiental, por serem comprometidos com os princípios da liberdade, da defesa dos direitos humanos, do aprofundamento da democracia, da equidade e da emancipação humana. Atualmente, é mister o debate acerca da crise ambiental presente na natureza e o quanto a civilização está ameaçada pelo curso de suas próprias ações, que desconsideram o fato de que os recursos naturais são finitos.

## **2. QUESTÃO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL: ASPECTOS TEÓRICOS**

A questão ambiental se configura na atualidade como uma importante pauta de discussão política, visto que expressa o conjunto de problemáticas advindas da superexploração do meio ambiente com potencial de causar impactos negativos em

diversos âmbitos da vida humana. Para Rampazzo (1996), o equilíbrio dinâmico observado na natureza foi progressivamente diminuindo à medida que a sociedade humana, frente ao avanço do desenvolvimento tecnológico, científico e econômico, passou a intensificar a exploração de recursos naturais, gerando processos irreversíveis de degeneração à natureza.

Ainda em conformidade com a reflexão promovida por Rampazzo (1996), é possível observar que, desde então, a sociedade privilegia a adoção de medidas que favorecem o desenvolvimento econômico mediante a máxima extração de recursos naturais, o que provoca crises ambientais vivenciadas em todo o mundo.

A paisagem natural está cada vez mais ameaçada, principalmente pelo indiscriminado uso de recursos naturais não renováveis. Por isso, em todo o mundo, o lençol freático se contamina, a área florestal diminui, os desertos se multiplicam, o clima sofre profundas alterações, a camada de ozônio se depauperar, o ar se torna irrespirável, o patrimônio genético se degrada, abreviando os anos que o homem tem para viver sobre o planeta. Afinal, ao contrário do que ocorre no funcionamento do desenvolvimento capitalista (busca de expansão constante do capital), o capital ambiental (recursos naturais) é dilapidado como se ele fosse eterno (infinito) (Rampazzo, 1996, p. 198).

Nesse contexto, pode-se afirmar que a questão ambiental está intrinsecamente vinculada ao modo de produção capitalista, tendo em vista que esse sistema produtivo que baseia-se no acúmulo de riquezas geradas por meio da extração de recursos naturais e humanos é tido como alto demandante de matérias-primas naturais para a produção e comercialização de suas mercadorias. Para ratificar o exposto, Rodrigues e Souza, (2012, p. 02) afirmam que:

Neste sentido, não se pode ignorar o fato de que, os problemas enfrentado pelo meio ambiente, têm suas raízes ligadas ao sistema capitalista, visto que a questão ambiental tornou-se um dos problemas mais críticos para a humanidade, pois incide sobre as condições de sobrevivência da vida na terra e as relações entre grupos sociais e sociedade.

Para Santos (2018, p. 26), o uso indiscriminado de recursos naturais pelo capital financeiro, pode ser atribuída parcela considerável de responsabilidade por problemáticas como a poluição do meio ambiente, degradação de ecossistemas e problemas climáticos que, para a autora, “dentre tantas outras contradições tão próprias deste modo de produção, encontram explicação na própria conduta capitalista.”

Frente ao exposto, é possível afirmar que a questão socioambiental está diretamente relacionada com a questão social, visto que, a partir das ações humanas em

que há a utilização irracional dos recursos naturais, de forma que, podem gerar inúmeros fatores prejudiciais, tanto para a natureza, como para os seres humanos, o que acaba culminando em vulnerabilidades, fomentando em inúmeras expressões da questão social (Nascimento; Barbosa, 2020).

É preciso insistir no fato de que os aspectos centrais da “questão social”, está diretamente ligado às manifestações das questões ambientais, onde relacionamos as condições de vida e as possibilidades de continuidade de sobrevivência sem exploração do capital sobre o trabalho e as suas conseqüências como a fome, o analfabetismo, as doenças, o desemprego, a violência e a criminalidade, sobretudo, sem a exploração do capital sobre a natureza e seus elementos, donde se expressam a degradação, a poluição, a caça e pesca proibida, o esgotamento e comprometimento do solo, água e ar, enfim, situações que demonstram o interesse exacerbado do capital pelo lucro, para que possa produzir e reproduzir-se (Rodrigues; Souza, 2018, p. 08).

Desse modo, é a partir da relação do homem com a natureza que se pode compreender o quanto as condições socioambientais são atreladas às ações que este gere em sociedade, visto que, a existência do ser humano está relacionada com a existência da natureza (Netto; Braz, 2006). É válido destacar o quanto as vulnerabilidades socioterritoriais são pertinentes no cenário atual, uma vez que, as profundas transformações ambientais advindas das ações do homem acabam tornando a degradação do meio ambiente algo maior do que pode ser imaginado, produzindo o agravamento da situação, onde inúmeras pessoas acabam sendo prejudicadas. (Nascimento; Barbosa, 2020).

As vulnerabilidades socioterritoriais são configuradas a partir dos diagnósticos realizados no território, onde podem ser visualizadas inúmeras refrações da questão social. Logo, é importante pontuar que tais vulnerabilidades, são diretamente ligadas aos riscos sociais e ambientais, uma vez que, existem inúmeras pessoas que vivem em áreas de degradação ambiental e conseqüentemente, vivem também na linha da pobreza, “entendemos que não é por acaso que as áreas de risco e degradação ambiental também são, na maioria das vezes, áreas de pobreza e privação social.” (Alves, p. 44, 2006).

É a partir de tais configurações, que se pode observar a relação entre questão ambiental e questão social, posto que, denota-se a fragilidade existente no território e a grande desigualdade social que resulta das inúmeras complicações ambientais, produzindo, assim, as expressões da questão social. Nesse sentido, é proposto ao Serviço Social ser um potencializador de ações referentes a essa situação. De acordo com Oliveira (2013, p. 41):

[...] a questão social fomentou o surgimento do Serviço Social, para intervir junto às expressões das relações contraditórias no capitalismo, podemos admitir que a problemática ambiental, se configura também como um reflexo das determinações hegemônicas no contexto sócio-histórico, sentida até os dias atuais.

A ligação entre questão ambiental e questão social está associada principalmente pelo grande arcabouço de situações causadas pelo resultado de problemas sociais e ambientais que se interligam, posto que:

Desse modo, quando nos deparamos com questões particularizadas à miséria, pobreza, desigualdade social, violência, desemprego, precarização do trabalho, falta infraestrutura (saneamento básico) habitacional, subnutrição, proliferação de doenças, e entre outros, também poderá ser essa uma questão que estará diretamente relacionada a outras situações advindas da poluição, degradação ambiental, exploração desmedida da natureza, esgotamentos de recursos naturais, problemas originados do consumo de descartáveis, o descumprimento das leis de proteção ambiental, e, etc. (Giometti; Silva, 2017, p.06).

Nota-se que, a partir dessas causas, a degradação do ambiente é um fator direto na qualidade de vida de inúmeras pessoas, passando a resultar em efeitos negativos que acabam gerando problemas no cotidiano. Além de ser um fator que engloba não só a dimensão ambiental, mas também, social, cultural, e até mesmo histórica, visto que, ao longo dos anos, a sociedade passou por diversas modificações ambientais que geraram danos irreversíveis à natureza e a todos os indivíduos (Giometti; Silva, 2017).

Para Nunes (2012), cabe ao assistente social, adotar estratégias para mediar e transformar as múltiplas faces da questão socioambiental, tendo em vista intervenções profissionais que busquem dialogar interdisciplinarmente, a mobilização da sociedade em prol de articulações que visem fomentar políticas direcionadas aos serviços socioambientais para que possa haver uma efetivação na qualidade do ambiente e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos sujeitos. Ademais, é a partir dessa visão que “o papel do Serviço Social objetiva o enfrentamento da questão socioambiental em que se possa tecer um caminho entre meio às mediações interventivas sobre o conjunto das sequelas da questão social, pois emergem entre si.” (Giometti; Silva, 2017, p.08).

Diante do que fora exposto, é cabível que a relação da questão ambiental e questão social é de fato uma dimensão ampla, que merece ser discutida e capaz de ser vista com um olhar de intervenção junto a possíveis ações que possam ser deliberadas a fim de serem colocadas em prática, uma vez que, é necessário que haja políticas públicas que visem o enfrentamento das questões socioambientais que infelizmente

degradam dia após dia, a vida humana em sociedade e que resulta assim, em um cenário de inúmeras expressões da questão social.

### 3. A RELAÇÃO ENTRE O ANTROPOCENO E AS MULHERES

Partindo da análise marxista, a forma como o trabalho é dividido e explorado oferece base material para o entendimento das ideologias dominantes, pois o trabalho sofre uma divisão de classe, de raça e de gênero, formando uma estrutura opressora de viés machista que visa “justificar a subordinação das mulheres pelos homens” com base nos “dualismos de valores opostos, hierarquicamente organizados” (Rosendo, 2019, p.49).

Assim entendemos que tanto as mulheres quanto a natureza são categorias socialmente construídas. A natureza é desvalorizada, pois sempre foi vista como fonte inesgotável de recursos que estavam à disposição da exploração capitalista. E as mulheres, são desvalorizadas porque a cultura patriarcal associa a figura feminina à fragilidade, acreditando que elas também deveriam ser dominadas e controladas (Beauvoir, 1970).

Dessa forma as autoras propõem o uso do termo *antropoceno*<sup>4</sup>, “para a época geológica atual, para enfatizar o papel central do homem na geologia e ecologia” (Silva; Arbilla, 2018. p. 1621), um conceito ainda pouco conhecido, no entanto, atualmente sendo devidamente considerado para trazer a reflexão teórica da influência do homem<sup>2</sup> como agente transformador no equilíbrio do planeta, marcadamente pelo período em que dessa relação inicial homem x natureza, resultou-se a extinção dos grandes mamíferos, a introdução da agricultura e a perda da vegetação natural trazendo os primeiros sinais de desequilíbrio biogeoquímico do Sistema Terra (Silva *et al.*, 2018; p 1655).

Alguns dados mostram que especialmente as mulheres rurais pobres em países menos desenvolvidos, e que são chefes de família, sofrem com os maiores danos causados por problemas ambientais que ainda vivenciamos atualmente: (1) o desmatamento, (2) a perda da biodiversidade, (3) a poluição da água, (4) a poluição do ar, (5) a poluição da terra, (6) secas, (7) inundações, (8) tornados, (9) escassez de água, (10) mudança climática e assim por diante, como aponta Rosendo (2019).

---

<sup>4</sup> “O termo foi usado pela primeira vez pelo biólogo Eugene F. Stoemer na década de 1980, mas só foi formalizado em 2000, numa publicação conjunta com o Prêmio Nobel de Química, Paul Crutzen, na Newsletter do International Geosphere Biosphere Programme (IGBP) do mês de maio” (Silva; Arbilla. 2018. p. 1621).

Desse modo, ressaltamos a importância de voltar um olhar diferente sobre as lutas do veganismo, vegetarianismo e ecofeminismo socialista. Entendendo-as como uma ferramenta para a construção de um outro modelo de produção, com foco no ativismo ecológico, na insustentabilidade da agricultura capitalista e o subsequente esgotamento do solo (Federici, 2021).

Tendo em vista que, as relações sociais são marcadamente construídas historicamente pela relação homem x mulher ou homem x natureza, ou seja, trazendo sempre uma perspectiva de dualidades, não há como se dissociar a análise do contexto de vulnerabilidade socioterritorial sem trazer o recorte de gênero, considerando que, o público feminino, em sua maioria, a destacar em situação de vulnerabilidade social e econômica, tendem a assumir papéis de subordinação. Em uma pesquisa recente, Lima e Loeb (2020, p.04 *apud* Alber, 2011, p.07), trazem a citação de dados quantitativos que compreendem a questão “De acordo com a UNDP, mais de 70% dos pobres do mundo são mulheres, o que reforça a necessidade de se levar a questão de gênero em consideração quando se trata da vulnerabilidade socioterritorial.

Portanto, a temática que envolve o ecofeminismo, notoriamente deverá trazer essa trajetória percorrida pelas mulheres como principais sujeitos afetados no contexto de vulnerabilidade socioterritorial, tendo em vista sua presença marcante nesses espaços de enfrentamento das expressões da questão social no contexto dos desequilíbrios ambientais. As mulheres, nesse sentido, como representantes do ecofeminismo, precisam ser destacadas como principal agente de transformação positiva para a reversão do quadro de degradação ambiental x conservação ambiental com base no consumo sustentável bem como para o fomento de uma nova perspectiva que reconheça que a vida na sociedade e sua relação com a natureza deveria se fundamentar na cooperação.

Flores e Trevizan (2015, p 11), em sua pesquisa, apontam a respeito de movimentos como esse, associados a mulheres:

São movimentos que estão fazendo nascer um novo paradigma de organização social frente aos problemas ambientais. Argumenta-se que tais mudanças seriam o prenúncio de uma ética de abandono da perspectiva antropocêntrica, em favor de uma perspectiva global e sistêmica, na busca de valores mais integrativos, como cuidado, cooperação e conservação, os quais, no paradigma dominante, foram negligenciados e associados às mulheres. É nesse contexto que surgem movimentos com novas propostas de vida e de organização social, como o ecovila e ecofeminismo.

Nesse contexto, aponta-se que, de fato, os efeitos das relações advindas do capitalismo e que, em uma de suas formas, resultam na degradação do meio ambiente, por fim também impactam em consequência mais as mulheres do que os homens, pois são estas que estão diretamente envolvidas na reprodução da vida. Assim, compreender que o patriarcado e a destruição dos elementos da natureza fazem parte do mesmo sistema de pensamento e dominação, nos leva a uma luta pela auto libertação da superexploração feminina e da natureza.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Compreender a correlação que há entre a questão ambiental com a questão gênero exige certo esforço crítico, partindo do ponto que, dentro do próprio campo de intervenção do Serviço Social, ambas as questões se mostram sempre de forma fragmentada, o que torna esse debate um verdadeiro desafio.

Ao analisar a categoria trabalho e meio ambiente dentro do Serviço Social, evidencia-se sempre que, o homem transforma, domina e modifica a natureza, onde tudo o que é necessário para produzir e se reproduzir vem da mesma, o sistema então se apropria e explora por meio do uso desigual dos bens ambientais. Bem como, historicamente, o homem determinou por muito tempo os espaços ocupados e o papel desempenhado pela mulher, é imprescindível então destacar que, tanto a questão ambiental, quanto a desigualdade de gênero são frutos do sistema capitalista patriarcal.

Embora todas essas pautas estejam sempre em discussão, há sempre uma dissociação do social com o ecológico, isso se mostra ainda mais evidente com o eixo gênero, entretanto, há uma interligação intrínseca, uma vez que, a existência do homem está condicionada diretamente com o seu meio, logo, todas as questões que envolvem sua existência também estão.

Portanto, compreender que a crise ambiental faz parte do processo da crise estrutural da sociedade em si, consiste em entender que não haverá liberdade em uma sociedade arraigada por traços machistas e misóginos, e que simultaneamente vive um colapso ecológico. Desta forma, o ecofeminismo quebra essa linha tênue ao destrinchar o papel da mulher e suas lutas juntamente com a representação da luta pela manutenção da natureza, ambas extremamente agredidas e secundarizadas ao longo da história, pela opressão do sistema capitalista e patriarcal.

O estudo possibilita então, a ampliação desse debate e a legitimação dessa questão como uma pauta extremamente pertinente dentro dos espaços acadêmicos,

sociais, políticos, culturais nos dias de hoje, atribuindo novas perspectivas e questionamentos. O ecofeminismo salienta a importância da luta e da valorização da vida como um todo, propondo um olhar crítico cuja finalidade primordial consiste na idealização de uma nova ordem societária onde, a mulher, o meio e a vida de todos os seres partem de um princípio digno e igualitário, e não mais de uma ordem predatória e desigual.

## REFERÊNCIAS

ALVES, H. P. da F. Vulnerabilidade socioambiental na metrópole paulistana: uma análise sociodemográfica das situações de sobreposição espacial de problemas e riscos sociais e ambientais. **R. bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 43-59, jan./jun. 2006.

AQUINO, A. L. A. CENCI, D. R. SOUZA, V. K. de. Ecofeminismo: A luta pela liberdade da “Mãe – Terra” / Ecofeminism: The struggle for ‘Mother Earth’s’ freedom. **Brazilian Journal of Development** 6, 82304–82319 (2020).

BEAUVOIR, S. De. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

CISNE, M.. SANTOS. S.M.M.Dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. Biblioteca básica de serviço social. v.8. São Paulo. Cortez, 2018.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. v. 1; tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. São Paulo. Boitempo. 2021.

FLORES. B.N. TREVIZAN. S.D.P. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Estudos Feministas**. Florianópolis. 2015.

GIOMETTI, A.B.R; SILVA, T. P. **O serviço social frente a questão socioambiental: reflexões acerca do trabalho profissional**. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social : Desafios Contemporâneos. Londrina-PR: Universidade Estadual de Londrina, 2017 v. 1, p. 1 – 12.

LIMA. A. G. G. LOEB. B. R. M. MULHERES E CRIANÇAS EM TERRITÓRIOS URBANOS VULNERÁVEIS. **Contingentes mais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas**. In: XII Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo. São Paulo. 2020.

NASCIMENTO, L.L; BARBOSA, N.R. **Reflexão da questão socioambiental sob a ótica do Serviço Social**. O Social em Questão - Ano XXIII - nº 48 - Set a Dez/2020.

NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo. Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; V.1).

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis: novas demandas ao Serviço Social.** 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

OLIVEIRA, M. B. S. **Os desafios socioambientais na “nova” questão urbana: as perspectivas da política de educação ambiental no município de Rio das Ostras.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013.

RAMPAZZO, S. E. **A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico.** *Redes*, 1(2), 197-222, 2017. <https://doi.org/10.17058/redes.v1i2.10617>

RODRIGUES, Z. L. S.; SOUZA, R. C. **Meio ambiente e “questão social”:** um debate necessário. *In: IV CONGRESSO PARANAENSE DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 2012, Paraná. Anais. p. 01-10. Disponível em: <https://cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2012/07/Rosanel.pdf>. Acesso em: 01 maio de 2022.

ROSENDO, D. **Quilt Ecofeminista Sensível ao Cuidado:** uma concepção de justiça social, ambiental e interespecies. 237 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Florianópolis. 2019.

SANTOS, J. R. C. **Questão ambiental e serviço social:** uma análise crítica dos trabalhos publicados no XV ENPESS. 2018. 75 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36403/2/Quest%20ambiental\\_Santos\\_2018.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/36403/2/Quest%20ambiental_Santos_2018.pdf). Acesso em: 02 maio de 2022.

SILVA, C. M.; ARBILLA, G. Antropoceno: Os Desafios de um Novo Mundo. **Rev. Virtual Quim.** 2018. Disponível em: <http://static.sites.sbq.org.br/rvq.sbq.org.br/pdf/v10n6a02.pdf>. Acesso em: 03 de mai. 2022

SILVA, C.M.Da.; ARBILLA, G.; SOARES, R.; MACHADO, W. Wilson Machado. A Nova Idade Meghalayam: O que isso significa para a época do Antropoceno?. **Rev. Virtual de Química.** 2018.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

# CAPÍTULO 37

## ORTODONTIA E PERIODONTITE: uma revisão sistemática sobre essa correlação de importância clínica *ORTHODONTICS AND PERIODONTITIS: a systematic review on this clinically important correlation*

 10.5281/zenodo.10140213

Ana Vitória Machado Duarte <sup>1</sup>  
Auxiliadora Sthefanny Cavalcante Ferreira <sup>2</sup>  
André Luiz Alves Rodrigues <sup>3</sup>  
Carlos Alberto Silva Lopes Júnior <sup>4</sup>  
Celso Carvalho de Araújo Júnior <sup>5</sup>  
Dayanny Raquel de Oliveira e Silva <sup>6</sup>  
Imara da Silva Moura <sup>7</sup>  
Letícia Lorena Carvalho Fontinele <sup>8</sup>  
Luis Henrique de Sousa Oliveira <sup>9</sup>  
Mariana Gabrielle Carvalho Gomes <sup>10</sup>  
Rebeca Blennda dos Santos Gomes de Sousa <sup>11</sup>  
Samuel Nunes Ferreira Saturnino <sup>12</sup>  
Wharley Silva Santos <sup>13</sup>

- <sup>1</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-9444-2341>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7010927069173154>. E-mail: [avmduarte@icloud.com](mailto:avmduarte@icloud.com)
- <sup>2</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0009-3146-5939>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/0381313581951206>. E-mail: [sthefannycavalcante.odonto@gmail.com](mailto:sthefannycavalcante.odonto@gmail.com)
- <sup>3</sup> Graduando em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0000-7391-3255>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/4645520882984946>. E-mail: [andrealves0@outlook.com](mailto:andrealves0@outlook.com)
- <sup>4</sup> Graduando em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0003-2350-2118>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/2591386195691690>. E-mail: [carlos12.jr@hotmail.com](mailto:carlos12.jr@hotmail.com)
- <sup>5</sup> Graduando em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0007-0461-2935>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/7044539843434381>. E-mail: [celsojunior793@gmail.com](mailto:celsojunior793@gmail.com)
- <sup>6</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-8615-9157>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/3135588671951419>. E-mail: [dayanny\\_raaquel@icloud.com](mailto:dayanny_raaquel@icloud.com)
- <sup>7</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-2071-4403>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/6847352351950462>. E-mail: [imara\\_chili\\_peppers@hotmail.com](mailto:imara_chili_peppers@hotmail.com)
- <sup>8</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0008-8380-8545>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/8207639982605957>. E-mail: [leticia-lorena13@hotmail.com](mailto:leticia-lorena13@hotmail.com)
- <sup>9</sup> Graduando em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0005-6852-7671>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2805657678668363>. E-mail: [henriqueoliveira1313@gmail.com](mailto:henriqueoliveira1313@gmail.com)
- <sup>10</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0006-7377-6231>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/5251248132772021>. E-mail: [marianagabrielle4799@gmail.com](mailto:marianagabrielle4799@gmail.com)
- <sup>11</sup> Graduanda em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0002-1880-8019>. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2643036923315689>. E-mail: [blenndagomes\\_@outlook.com](mailto:blenndagomes_@outlook.com)
- <sup>12</sup> Graduando em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Lattes ID: <http://lattes.cnpq.br/2643036923315689>. E-mail: [samuelnunes.net.pi@gmail.com](mailto:samuelnunes.net.pi@gmail.com)
- <sup>13</sup> Graduando em Odontologia. Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Orcid ID: <https://orcid.org/0009-0004-0232-142X>. Lattes ID: <https://lattes.cnpq.br/9012618805465511>. E-mail: [wharleysilvasantos@gmail.com](mailto:wharleysilvasantos@gmail.com)

### RESUMO

A necessidade de tratamento ortodôntico em pacientes adultos aumentou consideravelmente, especialmente nas últimas décadas. O planejamento ortodôntico cuidadoso deve garantir condições periodontais livres de inflamação e levar em consideração as alterações na biomecânica. O objetivo desta revisão sistemática foi examinar a literatura sobre periodontite e ortodontia para esclarecer os aspectos terapêuticos relevantes do tratamento ortodôntico na dentição periodontalmente comprometida. Foram pesquisados nas bases de dados PubMed, Embase e Google Scholar artigos publicados a partir de 2000 até 2022, utilizando Descritores de

Saúde (DeCs) e critérios de inclusão e exclusão com base na ferramenta metodológica PRISMA, sendo selecionados 5 artigos para a análise. Apesar das limitações, pode-se inferir que pacientes com comprometimento periodontal podem ser tratados com sucesso com ortodontia como parte da terapia interdisciplinar. Desde que forças baixas controladas sejam utilizadas em condições não inflamatórias, a ortodontia não terá quaisquer efeitos negativos sobre o periodonto.

**Palavras-chave:** Ortodontia. Periodontite. Tratamento.

## ABSTRACT

The need for orthodontic treatment in adult patients has increased considerably, especially in recent decades. Careful orthodontic planning must ensure inflammation-free periodontal conditions and take into account changes in biomechanics. The aim of this systematic review was to examine the literature on periodontitis and orthodontics to clarify the relevant therapeutic aspects of orthodontic treatment in the periodontally compromised dentition. Articles published from 2000 to 2022 were searched in the PubMed, Embase and Google Scholar databases, using Health Descriptors (DeCs) and inclusion and exclusion criteria based on the PRISMA methodological tool, and 5 articles were selected for analysis. Despite the limitations, it can be inferred that patients with periodontal involvement can be successfully treated with orthodontics as part of interdisciplinary therapy. As long as controlled low forces are used in non-inflammatory conditions, orthodontics will not have any negative effects on the periodontium.

**Keywords:** Orthodontics. Periodontitis. Treatment.

## 1. INTRODUÇÃO

A necessidade de aparelhos ortodônticos para o tratamento de pacientes adultos aumentou consideravelmente, especialmente nas últimas seis décadas (Saccomanno *et al.*, 2022). As principais razões para a crescente procura por tratamento ortodôntico entre adultos são os ideais de beleza, por um lado, e o desenvolvimento de aparelhos quase invisíveis, por outro. De acordo com uma pesquisa da Associação Americana de Ortodontistas (AAO), o número de pacientes adultos nos EUA e no Canadá aumentou 16% entre 2012 e 2014 (American Association of Orthodontists, 2016).

Todo tratamento ortodôntico é baseado na interação dos dentes com o respectivo periodonto. Nos adultos, entretanto, as condições mudam. As periodontias, que aumentam com a idade, levam à destruição do tecido de suporte periodontal, que resulta em uma zona de reação menor entre a superfície da raiz e o osso alveolar conversível. O centro de resistência dos dentes afetados também se desloca ainda mais em direção apical devido à reabsorção do rebordo alveolar. Essas alterações resultam em uma maior deflexão dos dentes quando a força é aplicada e aumenta o risco de inclinação indesejada e reabsorção radicular (Melsen, 1991).

O planejamento cuidadoso do tratamento deve garantir condições periodontais livres de inflamação e levar em consideração as alterações na biomecânica. Uma

abordagem de tratamento interdisciplinar estruturada que considere as necessidades e possibilidades terapêuticas individuais é decisiva para o sucesso terapêutico a longo prazo.

O objetivo desta revisão sistemática foi examinar a literatura sobre periodontite e ortodontia para esclarecer os aspectos terapêuticos relevantes do tratamento ortodôntico na dentição periodontalmente comprometida.

## **2. METODOLOGIA**

A revisão sistemática foi conduzida de acordo com as diretrizes estabelecidas pela ferramenta metodológica *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA) para as etapas de busca, identificação, seleção, análise, avaliação e síntese dos estudos (Moher *et al.*, 2009).

Foram pesquisados nas bases de dados PubMed, Embase e Google Scholar artigos publicados a partir de 2000 até 2022. A pesquisa foi realizada entre os meses de outubro e novembro de 2023.

A estratégia de busca foi a utilização dos Descritores de Saúde (DeCs) nas seguintes combinações: (1) aggressive periodontitis AND ortho; (2) aggressive periodontitis AND orthodontics; (3) chronic periodontitis AND ortho e (4) chronic periodontitis AND orthodontics.

A busca na literatura incluiu ensaios clínicos randomizados, estudos de coorte, estudos de caso-controle e estudos transversais. Foram incluídos apenas estudos com pacientes sistemicamente saudáveis e publicações em português e inglês. Estudos experimentais em animais, relatos de casos e revisões foram excluídos.

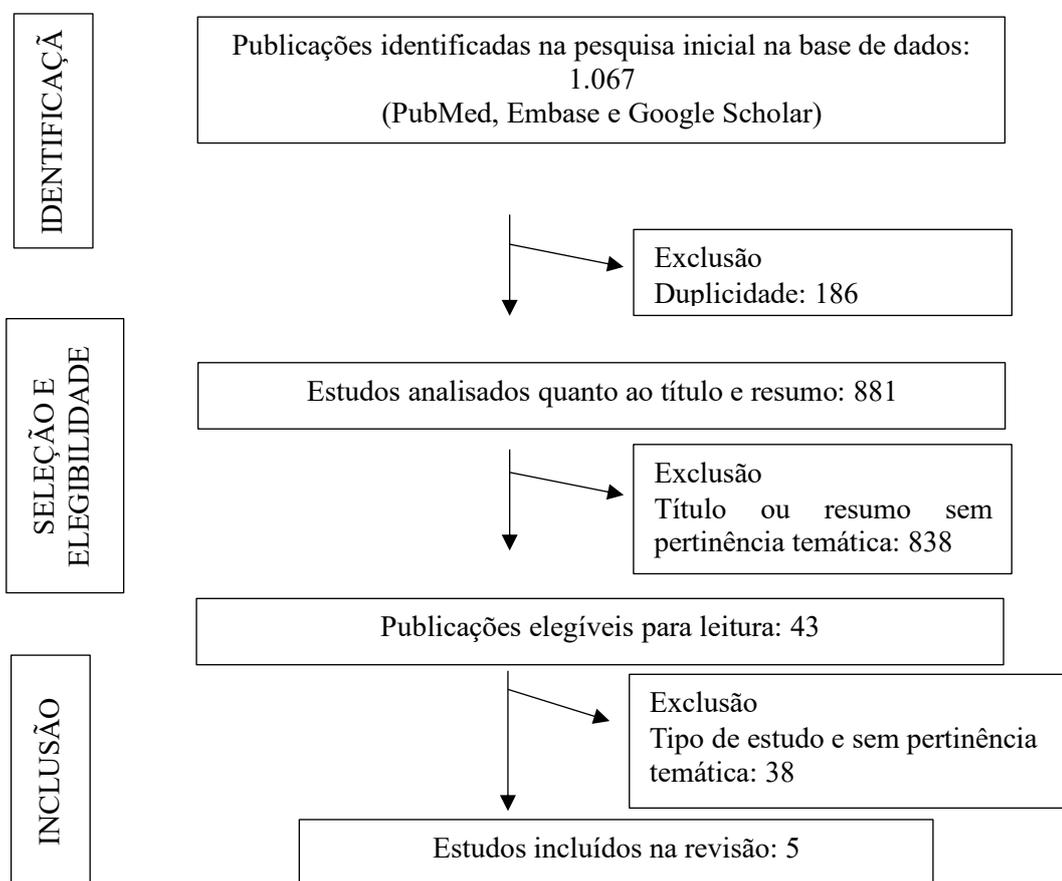
Os títulos e resumos das publicações identificadas pela base de dados foram analisados, e, após isso, o texto completo examinado para determinar se correspondiam aos critérios de busca.

## **3. RESULTADOS**

Após a busca inicial dos artigos nas bases de dados, foram identificados 1.067 artigos, sendo artigos duplicados removidos (n = 186). Na segunda etapa, 881 artigos foram analisados e após a revisão de títulos e resumos, 838 artigos não relacionados foram excluídos do estudo. O conteúdo completo de 43 artigos foi revisado na terceira

etapa. Por fim, entraram na análise 5 artigos que atenderam aos critérios de inclusão (Figura 1).

**Figura 1.** Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a revisão.



**Fonte:** Os autores (2023).

Para facilitar a compreensão, os artigos selecionados foram colocados na Tabela 1 contendo autor, ano de publicação, título, periódico e objetivo do estudo.

**Tabela 1.** Tabela resumo das publicações analisadas.

Nº	Autor/Ano	Título	Revista	Objetivo
1	Ogihara; Wang (2010)	Periodontal regeneration with or without limited orthodontics for the treatment of 2- or 3-	J Periodontol.	Comparar a eficácia clínica da ortodontia limitada combinada com EMD/DFDBA no tratamento de defeitos

		wall infrabony defects.		infraósseos.
2	Re <i>et al.</i> (2000)	Orthodontic treatment in periodontally compromised patients: 12-year report.	Int J Periodontics Restorative Dent.	Descrever o protocolo terapêutico do tratamento combinado ortodôntico-periodontal e avaliar a eficácia da terapia periodontal cirúrgica e não cirúrgica na manutenção de um estado periodontal saudável após o tratamento ortodôntico.
3	Ghezzi <i>et al.</i> (2008)	Orthodontic treatment of periodontally involved teeth after tissue regeneration.	Int J Periodontics Restorative Dent.	Avaliar a validade da abordagem multidisciplinar em pacientes com defeitos intraósseos graves e migração dentária patológica tratados com regeneração tecidual guiada (RTG) e subsequente terapia ortodôntica.
4	Cardaropoli <i>et al.</i> (2004)	Reconstruction of the maxillary midline papilla following a combined orthodontic-periodontic treatment in adult periodontal patients.	J Clin Periodontol.	Avaliar o papel de um tratamento combinado ortodôntico-periodontal na determinação da reconstrução da papila mediana perdida após a periodontite.
5	Corrente <i>et al.</i> (2003)	Orthodontic movement into infrabony defects in patients with advanced periodontal	J Periodontol.	Avaliar as alterações do tecido periodontal após cirurgia periodontal e intrusão ortodôntica em

		disease: a clinical and radiological study.		incisivos centrais superiores migrados com defeitos intraósseos.
--	--	---	--	--

**Fonte:** Os autores (2023).

#### 4. DISCUSSÃO

O tratamento ortodôntico de pacientes com periodontite parece ter um efeito positivo no periodonto afetado, tanto funcional quanto esteticamente. Há consenso na literatura de que o estabelecimento e a manutenção de uma condição periodontal livre de inflamação devem ser garantidos durante e após a terapia ortodôntica. Somente uma verificação regular da placa bacteriana com instruções de higiene bucal e limpeza dentária profissional evita que as forças ortodônticas tenham um efeito negativo sobre o periodonto já prejudicado (Re *et al.*, 2000).

A intrusão e a extrusão desempenham um papel central nos pacientes com periodontite. Nos tratamentos ortodônticos de pacientes com periodontite, a intrusão reduz as profundidades de sondagem dos incisivos migrados e extruídos e melhora significativamente o nível ósseo marginal (Cardaropoli *et al.*, 2004).

Além da intrusão dentária, a extrusão forçada tem um lugar firme no tratamento ortodôntico de pacientes com periodontite. Eles são usados para defeitos intraósseos isolados. Estas podem ter diversas causas: inclinação descontrolada dos dentes e trauma oclusal, mas também fatores de irritação local, como restaurações insuficientes, restos de alimentos impactados ou placa bacteriana. Como os dentes vizinhos geralmente estão periodontalmente íntegros, medidas ressectivas são proibidas nesses casos. Dependendo da morfologia do defeito, os métodos regenerativos também têm aqui apenas um efeito limitado. A extrusão ortodôntica é indicada especialmente para defeitos subcrestais de parede simples ou dupla. Desta forma, os defeitos infraósseos podem ser corrigidos, as bolsas periodontais reduzidas e a gengivite associada eliminada (Corrente *et al.*, 2003).

Uma “força ideal” garante um movimento dentário rápido combinado com o menor desconforto possível para o paciente e danos mínimos ao tecido circundante. A posição do centro de resistência é decisiva para isso. Se a inserção for perdida, o centro de resistência do dente muda para apical. Como resultado, as forças ortodônticas devem ser reduzidas para evitar a inclinação descontrolada dos dentes. A reabsorção óssea e a remodelação óssea mais lenta também reduzem a qualidade de ancoragem dos dentes

naturais. Neste caso, as forças recíprocas geradas por cada movimento dentário podem ser menos facilmente absorvidas pelos dentes adjacentes, o que resulta em efeitos colaterais indesejáveis (Ghezzi *et al.*, 2008).

A mais recente revisão sistemática e meta-análise de Martin *et al.* (2022) examinou os efeitos da movimentação dentária ortodôntica nas alterações do nível de inserção clínica (CAL) em pacientes adultos com periodontite estável tratada em comparação com pacientes sem periodontite. Os autores concluíram que nesses pacientes, a movimentação dentária ortodôntica não teve impacto significativo nos resultados periodontais. Assim, a recomendação clínica diz que em pacientes com periodontite em estágio IV tratados com sucesso e que necessitam de terapia ortodôntica, sugere-se realizar terapia ortodôntica com base na evidência de que a terapia ortodôntica não tem efeitos prejudiciais nessas condições periodontais.

O objetivo desta revisão de literatura foi esclarecer os aspectos terapêuticos relevantes do tratamento ortodôntico na dentição periodontalmente comprometida. Embora tenham sido feitas extensas tentativas para coletar informações relacionadas ao assunto, os resultados desta revisão devem ser avaliados criticamente. A principal razão para isto é que tanto o número de publicações relevantes como a qualidade metodológica dos estudos são severamente limitados. Apenas um estudo é randomizado e distribuído com um grupo controle (Ogihara; Wang, 2010). Além disso, o número de casos dos estudos individuais é muito pequeno e o período de acompanhamento curto, de modo que o efeito a longo prazo da intervenção não pode ser estimado. O risco de viés é correspondentemente alto.

## **5. CONCLUSÃO**

Pacientes com comprometimento periodontal podem ser tratados com sucesso com ortodontia como parte da terapia interdisciplinar. Desde que forças baixas controladas sejam utilizadas em condições não inflamatórias, a ortodontia não terá quaisquer efeitos negativos sobre o periodonto. Para obter resultados terapêuticos confiáveis e previsíveis e formular diretrizes, são necessários mais ensaios clínicos randomizados com desenho de estudo uniforme e acompanhamento regular.

## **REFERÊNCIAS**

American Association of Orthodontists®, New study shows record numbers of adults are seeking orthodontic treatment, (2016. Disponível em:

[http://www.res.cloudinary.com/dorhu9mrb/image/upload/q\\_57/v1454081658/AAO\\_Press\\_Release\\_Increase\\_in\\_Adult\\_Patients\\_1-28-16.pdf](http://www.res.cloudinary.com/dorhu9mrb/image/upload/q_57/v1454081658/AAO_Press_Release_Increase_in_Adult_Patients_1-28-16.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

Cardaropoli D, et al. Reconstruction of the maxillary midline papilla following a combined orthodontic-periodontic treatment in adult periodontal patients. *J Clin Periodontol.* 2004;31(2):79–84. doi: 10.1111/j.0303-6979.2004.00451.x.

Corrente G, et al. Orthodontic movement into infrabony defects in patients with advanced periodontal disease: a clinical and radiological study. *J Periodontol.* 2003;74(8):1104–1109. doi: 10.1902/jop.2003.74.8.1104.

Ghezzi C, et al. Orthodontic treatment of periodontally involved teeth after tissue regeneration. *Int J Periodontics Restorative Dent.* 2008;28(6):559–567.

Martin C, et al. Effect of orthodontic therapy in periodontitis and non-periodontitis patients: a systematic review with meta-analysis. *J Clin Periodontol.* 2022;49(Suppl 24):72–101. doi: 10.1111/jcpe.13487.

Melsen B. *Limitations in adult orthodontics. Current controversies in orthodontics.* Quintessence, Chicago, 1991.

Moher D et al. Preferred reporting items for systematic reviews and Meta-Analyses: the PRISMA statement (reprinted from *annals of internal medicine*). *Phys Ther.* 2009;89(9):873–880.

Ogihara S, Wang HL. Periodontal regeneration with or without limited orthodontics for the treatment of 2- or 3-wall infrabony defects. *J Periodontol.* 2010;81(12):1734–1742. doi: 10.1902/jop.2010.100127.

Re S, et al. Orthodontic treatment in periodontally compromised patients: 12-year report. *Int J Periodontics Restorative Dent.* 2000;20(1):31–39.

Saccomanno S et al. Motivation, perception, and behavior of the adult orthodontic patient: a survey analysis. *Biomed Res Int.* 2022;2022:2754051. doi: 10.1155/2022/2754051.

## **ORGANIZADORA**

### **Milena Cordeiro de Freitas**

Assistente Social. Especialista em Gestão de Pessoas e Recursos Humanos. Especialista em em Docência no Ensino Superior. Atualmente trabalha com consultorias e mentorias acadêmicas e também é fundadora do @diariodoseso. Tem experiência com Metodologia do trabalho científico e com Saúde Coletiva. Possui experiência com organização de eventos e com participações como docente em eventos científicos.

E-mail: diariodoseso@gmail.com



ISBN 978-659809049-4



*Diário*  
**DO SESO**

**thesis** editora  
científica